

“Espaços, Objetos e Práticas”

Memórias e
História da
Educação Profissional





CANTINA
CANTINA PAULA SOUZA DO GOVERNO

*Espaços, Objetos
e Práticas*

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Márcio França

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Vinicius Almeida Camarinha

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Diretora-Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretor-Superintendente

Luiz Antonio Tozi

Coordenadora da Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

Helena Gemignani Peterossi

Coordenadora de Ensino Superior de Graduação

Mariana Fraga Soares Muçouçah, respondendo pelo expediente

Coordenador do Ensino Médio e Técnico

Almério Melquíades de Araújo

Coordenadora de Formação Inicial e Educação Continuada

Clara Maria de Souza Magalhães

Coordenador de Infraestrutura

Hamilton Pacífico da Silva

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira

Armando Natal Maurício

Coordenador de Recursos Humanos

Elio Lourenço Bolzani

Coordenador da Assessoria de Inovação Tecnológica

Mauro Zackiewicz

Coordenador da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento

Luiz Antonio Tozi

Coordenadora da Assessoria de Comunicação

Gleise Santa Clara

Responsável do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão –

Cetec Capacitações

Lucília Guerra

Organizadora

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Espaços, Objetos e Práticas

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Lucia Mendes de Carvalho (org.)

São Paulo



2018

Espaços, Objetos e Práticas

Memórias e História da Educação Profissional

Organizadora

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Projeto gráfico

Fátima Consales

Diagramação

Vittoria Fortezza

Capa

Marta Maria Mendonça de Almeida

Diego Pereira dos Santos

Editoração, CTP, Impressão e Acabamento

Coktail Gráfica e Editora Eireli

Ficha Catalográfica

Tatiane Silvia Massucato Arias – CRB-8/7262

Espaços, Objetos e Práticas: memórias e história da educação profissional / Maria Lucia Mendes de Carvalho (organizadora). – São Paulo : Centro Paula Souza, 2018.

484 p.: il.; 21 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7118-009-3 – Impresso

ISBN 978-85-7118-010-9 - Digital

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. 2. MEMÓRIA. 3. CURRÍCULOS. 4. HISTÓRIA ORAL Oral. I. Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.)

CDD 370.113

SUMÁRIO

Prefácio

Rosa Fátima de Souza9

Apresentação

Maria Lucia Mendes de Carvalho13

Discurso de Abertura Solene

Maria Lucia Mendes de Carvalho19

Cultura Material Escolar: algumas possibilidades interpretativas

Vera Lucia Gaspar da Silva25

Seções Industrial e Técnica do Ensino Agrícola da ETEC Cônego José Bento (1935-1964): arquitetura e currículo

Júlia Naomi Kanazawa49

O trabalho de conscientização e preservação patrimonial na Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes

Paulo Eduardo da Silva65

Centro de Memória Trajano Camargo: organização do acervo

Marlene Aparecida Guiselini Benedetti.....79

Para a história da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Amaro Carvalho da Silva

Maria de Fátima Abraços93

Os diários de classe de professores como fontes primárias da linha histórica da ETEC Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlândia

Maria Teresa Garbin Machado 113

Da desescolarização dos museus a musealização do passado escolar: proposta metodológica para o ensino de história

Américo Baptista Villela 127

A arquivística e o Centro de Memória da ETEC Pedro Ferreira Alves de Mogi Mirim <i>Fábia Dovigo Pais</i> <i>Vagner Braz</i>	143
O Centro de Memória FIEP-PR: os arquivos e os garimpos das fontes nas pesquisas históricas sobre o ensino profissional paranaense <i>Desiré Luciane Dominschek</i>	155
A coletânea de reportagens sobre a ETEC Sylvio de Mattos Carvalho publicadas do Jornal A Comarca (1986-2015): uma contribuição historiográfica <i>Carlos Alberto Diniz</i> <i>Cristina Munaretti de Oliveira</i>	169
Artes e psicanálise no campus das Esculturas na FATEC-Ourinhos <i>Eunice Corrêa Sanches Belloti</i>	185
Estudo dos objetos científicos e tecnológicos do curso Técnico em Agropecuária do Centro de Memória da ETEC Professor Matheus Leite Abreu (1970 a 2015) <i>Sueli Mara Oliani Oliveira Silva</i>	195
Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): do inventário de artefatos as possibilidades de musealização <i>Maria Lucia Mendes de Carvalho</i>	217
A trajetória do conceito 'currículo por competências' na história da educação profissional técnica de nível médio brasileira nos anos 2000: uma proposta terminológica <i>Fernanda Mello Demai</i>	249
ETEC Carlos de Campos: espacialidade e materialidade da primeira Escola Profissional Feminina <i>Ana Carolina Carmona Ribeiro</i> <i>Gabriela Russo de Carvalho</i>	271
A história da oficina mecânica da Escola Rosa Perrone Scavone (Itatiba/SP): preservando a memória industrial <i>Anderson Wilker Sanfins</i>	295
Memórias do curso de marcenaria da ETEC Dr. Júlio Cardoso <i>Joana Célia de Oliveira Borini</i>	311

Arquitetura escolar e práticas escolares e pedagógicas da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto (1970 a 1982)	
<i>Jurema Rodrigues</i>	327
O curso de mecânica da ETEC Dr. Júlio Cardoso (1924 a 1970)	
<i>Maria Medianeira Nouer Achutti Monteiro</i>	347
O processo de implantação do ensino profissional nas oficinas da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, através de seus sujeitos (1882-1922)	
<i>Adriana Valentin Beaklini</i>	361
As séries metódicas de exercícios: metodologia utilizada pelos professores do SENAI-SP e aplicada à organização do curso de encadernação, nos anos 1950	
<i>Fernanda Kelly Silva de Brito</i>	381
Escola Profissional Maria Ruth Junqueira (1949-1960)	
<i>Silvete Aparecida Crippa Araújo</i>	399
Educação profissional no IFMA Campus Codó: aprendizagens, memórias e afetos	
<i>Eliane de Sousa Almeida</i>	413
A importância e o significado da ETEC Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú (SP) ao longo das últimas sete décadas	
<i>Solange Maria Caçador</i>	
<i>Lauriberto de Jesus Bertoni Junior</i>	427
Práticas educacionais inovadoras no ensino da língua inglesa: um olhar via curriculum	
<i>Ivanete Bellucci de Almeida</i>	
<i>Marluce Gavião Sacramento Dias</i>	441
Prédio do CEFAM Franca: história da educação profissional que continua	
<i>Liene Cunha Viana Bittar</i>	451
Educación en sociedad: deterioro del patrimonio cultural. Minimización de la memoria histórica	
<i>Jenny González Muñoz</i>	461

PREFÁCIO

O aumento crescente de pesquisas históricas sobre o ensino técnico profissional no Brasil é um fato auspicioso a ser saudado tanto da perspectiva científico-acadêmica como do ponto de vista memorialístico e preservacionista. Por um lado, trata-se da visibilidade a uma modalidade de educação historicamente secundarizada no país, dada a sua intrínseca vinculação às atividades manuais e ao mundo do trabalho. Portanto, torna-lo objeto de investigação sistemática implica colocar em evidência a importância da formação profissional para a vida de milhares de trabalhadores brasileiros ressignificando o lugar social, político e econômico do ensino técnico e interrogando os pressupostos do trabalho como fundamento da vida humana, assim como, as bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção. A relação educação e trabalho, tratada da perspectiva histórica reconfigura o próprio campo da História da Educação atribuindo novos sentidos a uma história sociocultural, que busca apreender a complexidade, os limites e as contradições da formação dos trabalhadores.

Por outro lado, de igual relevância, essa historiografia tem mobilizado inúmeras discussões e ações em torno da memória e da preservação do rico patrimônio constituído pelas instituições de formação profissional. Tal preocupação, inserida nos debates sobre salvaguarda do patrimônio cultural, põe em questão as implicações da memória educacional na construção da identidade cultural e da cidadania. Nas escolas técnicas brasileiras encontram-se, além de um significativo acervo documental, edificações, mobiliários, instrumentos artísticos e científicos, equipamentos e artefatos diversos relacionados às atividades produtivas. A conservação e preservação dessa cultura material exigem políticas públicas específicas e, particularmente, a sensibilidade e o protagonismo dos profissionais envolvidos com a formação profissional para as questões da memória.

A redescoberta da educação profissional como objeto de investigação histórica ocorre, não por acaso, quando a formação técnica adquire centralidade nas políticas educacionais na última década. Mas, é certo que, concorreu para isso, o movimento de renovação dos estudos históricos influenciado pela Nova História Cultural que impactou profundamente a história das instituições reconfigurando a temática e possibilitando a emergência de novos objetos e temas de estudo. Essa renovação historiográfica sobre o tema tem consolidado linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação e grupos de pesquisa em instituições de educação profissional de nível médio e superior.

No estado de São Paulo, o impulso a essa historiografia deve-se, em grande parte, à atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional- GEPEMHEP, vinculado ao Centro Paula Souza e coordenado por Maria Lucia Mendes de Carvalho. O ponto de partida foi o projeto pioneiro supervisionado por

Carmem Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene, intitulado *Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais regionais*, desenvolvido entre 1998 e 2002 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Esse projeto envolveu oito escolas técnicas estaduais do Centro Paula Souza (ETEs) visando a organização de acervos, produção de conhecimento sobre a história institucional e ações de preservação do patrimônio escolar resultando na instalação de Centros de Memória nas instituições envolvidas (MORAES; ALVES, 2002). A partir de então, foi se delineando o grupo GEPEMHEP e desencadeadas múltiplas ações voltadas para a reconstituição da história e da memória do ensino técnico profissional destacando-se a instalação de centros de memória em outras escolas técnicas públicas paulistas, criação de Clubes de Memórias e a realização de cursos, oficinas e exposições. No conjunto dessa intensa atividade, convém sublinhar a realização do Encontro de Memórias e História da Educação Profissional evento que tem se consolidado como um dos mais importantes fóruns nacionais de debate sobre a história da educação profissional no país com ressonâncias internacionais.

Este livro que tenho a grata satisfação de prefaciar, é resultado da quinta edição desse evento cuja temática recortada em torno dos “espaços, objetos e práticas” é denotativa da peculiar atenção dada pelos organizadores à problemática da cultura escolar e da memória. A eleição do tema constitui, portanto, um dos vários méritos deste livro. Os textos nele reunidos exploram aspectos da educação profissional de enorme relevância, a começar pela acurada problematização da cultura material interrogada a partir da produção da pesquisa e das práticas de preservação do patrimônio educativo. O leitor encontrará neste livro variadas experiências de preservação patrimonial, inventário de artefatos, criação de Centros de Memória e intrigantes discussões sobre musealização e materialidade das escolas técnicas enveredando, assim, por oficinas de mecânica, marcenaria, entre outras. De grande valor heurístico é o escrutínio de fontes de pesquisa como os diários de classe, a imprensa e os objetos científicos e tecnológicos.

Sobressai também, os estudos sobre a arquitetura e espaços escolares esquadrinhando o lugar social das instituições de formação técnica e profissional em sua relação com a cidade, com o entorno comercial e das fábricas e com o mundo do trabalho e da produção. Dessa maneira, práticas educativas e simbólicas atravessam as páginas deste livro que busca desvelar os meandros da experiência histórica da formação profissional no Brasil. Vale destacar, por exemplo, o debate acerca da trajetória do conceito de “currículo por competências” na educação técnica, a intrigante análise sobre as séries metódicas de exercícios, metodologia utilizada pelos professores do SENAI-SP para organização do curso de encadernação e os fazeres e especialidades de escolas profissionais femininas moldando o caráter e preparando moças para o trabalho.

É dessa riqueza temática e interpretativa que se nutre este livro que constitui relevante contribuição para o conhecimento acerca da educação profissional. Não é demais ressaltar, a centralidade da história e da memória para a construção de uma sociedade democrática. Lutar pela educação de qualidade socialmente referenciada e pela formação técnica e profissional de jovens comprometida com a humanização do trabalhador ancorada na autonomia e em processos solidários e igualitários continua sendo um dos mais válidos e desejáveis horizontes de expectativas. A leitura crítica da história da educação profissional, tal como é tecida neste livro, tem muito a dizer sobre as vicissitudes da trajetória da formação dos trabalhadores no país. Por isso, pelas inúmeras razões assinaladas, reitero a importância da leitura deste livro não somente pelos envolvidos com a educação profissional, mas por todos aqueles que se interessam pela educação brasileira.

Rosa Fátima de Souza

Araraquara, 18 de novembro de 2018

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne artigos que foram apresentados como palestra de abertura, com professora convidada, e palestras temáticas, de professores pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento, no **V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Espaços, Objetos e Práticas**, promovido pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão (Cetec capacitações) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GPEMHEP) do Centro Paula Souza, realizado na cidade de São Paulo, entre 6 e 7 de outubro de 2016, e relacionados ao mundo do trabalho e educação.

Esse encontro aconteceu em uma data comemorativa para nós professores, funcionários e colaboradores do Centro Paula Souza, por ter sido este criado em 6 de outubro de 1969, com a finalidade de oferecer educação tecnológica para os ensinos superior e médio. Por isso, nesse evento, celebramos os 24 anos do diagnóstico que gerou o **Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo**, homenageando a professora promotora e coordenadora Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e a professora Júlia Falivene Alves, que atuou na Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza, coordenando os projetos realizados por professores nas unidades escolares até 2007.

Em 1998, a Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), sob a coordenação da Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, financiou e possibilitou a criação e implantação de oito Centros de Memória, a partir do projeto **Pesquisa sobre o ensino profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais (1998 a 2001)**, nas escolas técnicas de Amparo, Franca, Campinas, Jacaré, Santos, São Paulo e Sorocaba.

Nesse evento, homenageamos também a professora Marlene Aparecida Guiselini Benedetti, da Escola Técnica Estadual (Etec) Trajano Camargo, em Limeira, e membra do GPEMHEP, por seus estudos e pesquisas em história da educação profissional, que culminou com a implantação do Centro de Memória nessa escola, dando continuidade ao projeto de Historiografia.

Lembramos que realizamos encontros bianuais desde 2008, reunindo professores, estudantes de pós-graduação, pesquisadores do Centro Paula Souza e de outras instituições de ensino, envolvidos com as memórias e história da educação profissional, o que propicia intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições de ensino e pesquisa. Com os professores do GPEMHEP, as categorias de investigação: cultura escolar, história do currículo e história das disciplinas são discutidas em oficinas de leitura nos Clubes de

Memórias¹, desde 2009, e empregadas nos projetos anuais de capacitação continuada para formação de professores em estudos e pesquisas sobre as memórias da educação profissional e tecnológica. A história oral tem sido a metodologia utilizada para registrar as falas de professores e ex-professores, de funcionários e de ex-alunos das unidades escolares, gerando fontes documentais que contribuem para desvelar e tecer a história da educação profissional e tecnológica.

Os artigos apresentados pelos professores-pesquisadores do Centro Paula Souza são produtos produzidos a partir desses projetos anuais propostos, em sua maioria, e tratam da valorização, preservação e difusão de estudos e pesquisas sobre o patrimônio histórico educativo e o patrimônio cultural da ciência e tecnologia. Esses artigos são elaborados após levantamentos e mapeamentos de documentos em arquivos escolares ou em centros de memória de escolas técnicas e faculdades de tecnologia, referentes a bens materiais e imateriais, em diversos campos de saberes, e relacionados aos eixos temáticos desse encontro:

- Organização e difusão de Centros de Memória, Arquivos Escolares, Arquivos Pessoais e Coleções em instituições da educação profissional e tecnológica;
- Inventários e produção de catálogos para a preservação de acervos escolares e culturais do patrimônio histórico educativo no ensino profissional e tecnológico;
- Espaços e práticas escolares relacionados às transformações curriculares, em cursos técnicos e tecnológicos, como contributo para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica;
- Memórias, história oral e formação de professores na educação profissional e tecnológica.

Desde 2014, professores que atuam no GEPEMHEP iniciaram a inventariação de objetos ou conjuntos de artefatos localizados em Centros de Memória ou expostos nos espaços das escolas como patrimônio da educação profissional e tecnológica, propondo projetos de pesquisa sobre a cultura material existente em arquivos históricos, e constituídos por coleções de objetos textuais, fotográficos, cartográficos, museológicos, entre outros, ou de arquivos pessoais, incluindo a documentação de grupos extintos que se referem às denominações que a escola técnica ou faculdade de tecnologia recebeu,

¹ Mais informações em Ações Educativas sobre os Clubes de Memórias: <http://www.memorias.cpsce-tec.com.br/acoesclube.php>

em diferentes épocas, e que fazem parte de um único fundo institucional. Para Silvana Aparecida Fontanelli (2005) ²

[...] Quando se fala, porém, de centros de memória institucional, o que se tem em mente é um setor que terá como usuários não apenas o historiador, mas principalmente a comunidade interna da organização. Essa nova postura com relação à preservação da memória não decorreu tão somente de sua valorização nos estudos acadêmicos. Os avanços tecnológicos e dos meios de comunicação suscitaram inquietações e demonstraram quão necessário é manter a compreensão sobre todo o processo histórico pelo qual a organização passa, de modo que ela possa adaptar-se à nova realidade que a tecnologia provoca. Essa provocação obrigou as instituições a voltarem-se para sua própria história, como forma de fortalecer sua identidade interna e externa e de compreender mais claramente seu papel e o de seu corpo funcional nos novos cenários, com vistas a uma adaptação mais bem sucedida. [...]. (p. 80-81)

Os projetos de pesquisa de memórias e história da educação profissional são propostos e realizados anualmente nas unidades escolares por professores, de acordo com o Plano de Metas institucional, sob a coordenação da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, visando à difusão de conhecimentos e a promoção de exposições de equipamentos e de instrumentos pelas curadorias de Centros de Memória à comunidade escolar, mas sempre associados à cultura material arquivística, bibliográfica e museológica.

No Brasil, a constituição federal de 1988 apresenta o inventário como um instrumento que confere aos bens móveis e imóveis o status de bens dotados de valor cultural (MIRANDA, 2008)³. Em São Paulo, a Constituição Estadual, no capítulo quarto, referente à ciência e tecnologia, estabelece no artigo 272, como lei maior, que:

² FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária. Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2005, 106p.

³ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1754, abr., 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 19 jan. 2016.

O patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo. Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica à doação de equipamentos e insumos para a pesquisa, quando feita por entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia. (SÃO PAULO, 2009)⁴

Para salvaguardar os arquivos históricos nos Centros de Memória, tem-se incentivado a produção de catálogos temáticos para a preservação e valorização do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia institucional, acordando que os documentos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) sejam fotografados e inseridos nas fichas de registro de objeto ou nos catálogos digitais, mas sempre individual e sem cortes.

Sabe-se que toda coleção faz sentido no conjunto, não só de objetos museológicos, mas também de documentos de arquivos e de bibliotecas. Menezes (CHALOPA e CUNHA, 2014)⁵ ressalta a importância do inventário, ao declarar:

Há necessidade urgente de se realizar um inventário sobre essas iniciativas no Brasil, como forma de fortalecimento dos grupos, com a troca de experiências que possam subsidiar a discussão sobre as políticas públicas necessárias para a preservação da memória da nossa educação, com a salvaguarda do seu patrimônio material e imaterial (Entrevista com Maria Cristina Menezes. In: Chaloba e Cunha, 2014)

O livro “Espaços, Objetos e Práticas” traz vinte e seis artigos de pesquisas realizadas nas escolas técnicas, nas faculdades de tecnologia e na academia por docentes que tratam da arquitetura escolar, dos objetos de ciência e tecnologia e das práticas escolares e pedagógicas na organização de acervos nos centros de memória, em sua maioria. Dos trinta e quatro autores, a metade faz parte do GEPEMHEP, sendo que cinco deles estão no projeto há mais de vinte anos, e outros oito fazem parte de sete centros de memória criados nos últimos dez anos. Este livro também apresenta um artigo sobre o “conceito de

⁴ SÃO PAULO. (2009) Constituição Estadual do Governo do Estado. Disponível em: < http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cesp_completa.htm> Acesso em 01 fev. 2016.

⁵ CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. Entrevista com Maria Cristina Menezes. *Revista Linhas*, Florianópolis, v.15, n.28, p. 223-249, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/.../311101/07/2014>.

currículos por competências” uma contribuição da Dra. Fernanda Mello Demai, Diretora do Grupo de Formulação e Análises Curriculares do Centro Paula Souza, e que há dez anos contribui com o GEPEMHEP sobre a história de currículos na educação profissional pública do estado de São Paulo, e conta com a participação de professores acadêmicos de outras instituições nacionais e internacionais.

Este livro também traz o artigo “Cultura material escolar: algumas possibilidades interpretativas” da palestrante convidada para abertura desse evento, a Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, do Departamento de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), apresentando uma retrospectiva sobre a temática “cultura material escolar”, por pesquisadores nacionais e internacionais, considerando que “Construir uma proposta metodológica para o estudo dos componentes materiais do projeto educativo ainda é um desafio. Um dos caminhos promissores é a elaboração de problemas de pesquisa que possam ser enfrentados pela via da materialidade. [...] O mapeamento dos objetos que apoiam as práticas educativas é fundamental, é a partir dessa visibilidade que se pode enfrentar a questão, mas esta tarefa, árdua e exaustiva, não é suficiente”.

Finalizo a apresentação deste livro, agradecendo o apoio institucional para sua produção impressa e digital, possibilitando eternizá-la para as gerações futuras avaliarem o que se fez em prol da educação pública profissional e tecnológica no Centro Paula Souza, uma instituição de ensino em breve cinquentenária.

Maria Lucia Mendes de Carvalho

São Paulo, 24 de novembro de 2018

DISCURSO DE ABERTURA SOLENE

Homenagem às professoras do projeto de Historiografia

O V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: espaços, objetos e práticas acontece em uma data comemorativa para nós professores, funcionários e colaboradores do Centro Paula Souza, por ter sido este criado em 6 de outubro de 1969, com a finalidade de oferecer educação tecnológica para os ensinos superior e médio. Por isso, nesta data, decidimos pela celebração dos 24 anos do diagnóstico que gerou o **Projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo**, homenageando a professora, promotora e coordenadora Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes e a professora e coordenadora Julia Falivene Alves, assim como, a professora Marlene Aparecida Guiselini Benedetti, da Escola Técnica Estadual (Etec) Trajano Camargo, em Limeira, e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, por seus estudos e pesquisas em história da educação profissional, que culminou com a implantação do Centro de Memória nessa escola, dando continuidade ao projeto de Historiografia.

A professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, aqui presente, possui graduação em Psicologia, mestrado em Educação e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, e quatro pós-doutoramentos na França. O currículo lattes da professora é muito extenso, devido à sua dedicação contínua à educação, principalmente a do trabalhador e a profissional, com diversas publicações. Mas, queremos ressaltar a sua participação intensa na difusão de estudos e pesquisas sobre as políticas públicas de educação. Dentre estes, destacamos a mesa redonda de junho de 2011 “Políticas Públicas de Educação e Trabalho. O Ensino Médio Integrado e a EJA”, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Em 2013, publicou pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação, com outros autores, o documento “Formação de professores do ensino médio - Caderno 1: ensino médio e formação humana integral”. A leitura das obras da Dra. Carmen Vidigal nos inquieta e nos instiga a uma reflexão sobre as alterações pendulares nas políticas públicas da educação no nosso país. Atualmente é professora associada e exerce cargos administrativos e de representação no Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Um artigo da professora Julia Falivene Alves, na Revista Synthesis, no 5, de 1998, editada pelo Centro Paula Souza, traz o histórico do Projeto de Historiografia, informando que esse projeto surgiu de uma pesquisa realizada, de 1992 a 1996, pela professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes, com a participação da bolsista Rita de Cássia Bonadio Inácio, envolvendo oito das primeiras escolas públicas profissionais no estado de São Paulo, destacando que “[...] ficou patente a precária situação dos acervos documentais

dessas escolas técnicas – dispersão, deterioração e perda de documentos – e a necessidade de providências urgentes do CEETEPS para a preservação da memória institucional. [...]”¹

A professora Julia Falivene Alves é licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e atuou em diversas escolas públicas, antes de ingressar no Centro Paula Souza, em 1992. Na nossa instituição, atuou como Professora Responsável pela disciplina História, Responsável por Projetos, integrante da Coordenadoria Pedagógica do Telecurso TEC e Coordenadora e Professora de Formação Continuada em Práticas Pedagógicas, e é autora de diversos livros didáticos e paradidáticos.

Mas destacamos, neste momento, o livro “A prova-teste como instrumento de avaliação de cidadania e trabalho”, de 2005. A leitura dessa obra permite-nos identificar a sua capacidade de articulação para o trabalho em equipe, e possibilita-nos compreender o processo de criação e implementação de cursos por competências na instituição.

Em 2002, as professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves organizaram e publicaram as obras “Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: história em imagens (Álbum Fotográfico)” e “Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais”, como produtos do projeto de Historiografia.

À professora Julia Falivene Alves, rendemos a nossa homenagem pela contribuição na formação de professores e por compartilhar sempre conosco as suas práticas pedagógicas na Unidade de Ensino Médio e Técnico - Cetec, pois essas continuam orientando e estimulando os nossos “saberes e fazeres” no Centro Paula Souza.

Há oito anos, em 13 de novembro de 2008, no ***I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional*** comemoramos os dez anos do projeto ***Pesquisa sobre o ensino profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais (1998 a 2001)***, e que propiciou a criação de oito Centros de Memória, com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Posteriormente, entre 2003 e 2008, a continuidade deste projeto de Historiografia aconteceu com projetos que são de horas atividades específicas - HAE, desenvolvidos por professores nas unidades escolares de Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, Santos, São Paulo e Sorocaba, e coordenados pela professora Julia Falivene Alves. Com esses projetos de HAE, apoiados pelo professor Almério Melquíades de Araujo, Coordenador da Cetec, foi possível dar continuidade ao projeto de Historiografia na instituição.

Nesse primeiro encontro, em 2008, a palestra de abertura “Memória e História: os arquivos escolares e sua contribuição à história da relação trabalho e educação” foi da professora Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, e, no encerramento deste evento, os professores criaram o GEPEMHEP. A partir desse ano, e a cada dois anos, realizamos encontros para apresentar os projetos desenvolvidos em escolas técnicas e faculdades

¹ Fonte: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/synthesis.pdf>. Acesso em 30 set. 2016.

de tecnologia, incluindo a participação de outras instituições, que atuam com história da educação profissional.

Em 17 de setembro de 2010, no **II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: cultura, saberes e práticas**, o encerramento foi realizado com a mesa-redonda “Memórias e História da Educação Profissional: contribuições e desafios para pesquisa na escola” e contou com a participação da Dra. Carmen Sylvania Vidigal Moraes, da Dra. Maria Cristina Menezes e da Dra. Suzana Ribeiro, e a essas professoras agradecemos pelas suas contribuições na formação dos professores que atuam no GEPEMHEP.

Essa homenagem às professoras nasceu da gratidão pela proposição e coordenação do Projeto de Historiografia originado a partir de um diagnóstico nos acervos institucionais, há 24 anos, que tem contribuído para a preservação e a conservação do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural e tecnológico da educação profissional. Desde 2013, faz parte do **Regulamento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**², a deliberação nº 3, de 18 de julho, no artigo 114, que dispõe que os “documentos produzidos, recebidos e acumulados no exercício das funções e atividades públicas das Etecs serão preservados, selecionados e conservados, segundo normas e procedimentos técnicos, atendida a legislação”. Entre os objetivos desse artigo, o terceiro, refere-se a: “constituir e preservar a memória e a história da educação e da instituição.”



Figura 1 – Da direita para esquerda Lucília Guerra, Carmen Sylvania Vidigal Moraes, Almério Melquiades de Araújo, Júlia Falivene Alves, Marlene Aparecida Guiselini Benedetti e Maria Lucia Mendes de Carvalho, no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza

Fotógrafo: Professor Carlos Samproni, em 6 de outubro de 2016

² Fonte: <http://www.etcscarlosdecampos.com.br/data/documents/regimentocomundasetecs.pdf> . Acesso em 30 set. 2016

Queremos lembrar que reunimos neste Encontro professores e estudantes que atuam no GEPEMHEP, em sua maioria, encontro este promovido pelo Centro de Capacitações Técnica, Pedagógica e de Gestão da Cetec, e que, nesse ano, rendem homenagem à professora Marlene Aparecida Guiselini Benedetti, aqui presente, por sua contribuição constante nas pesquisas e difusão da história da educação profissional em Limeira.

A professora Marlene Benedetti é normalista, licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, atual Universidade Estadual Júlio de Mesquita - UNESP, e em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Guaxupé/MG. Atua há muitos anos no magistério, e em 1995, ingressou no Centro Paula Souza, desenvolvendo práticas escolares e pedagógicas nas disciplinas que ministra e que são reconhecidas pela sociedade local.

Em 16 de outubro de 2009, em sessão solene na Câmara Municipal de Limeira, Marlene Benedetti recebeu a “Medalha Vereadora Minerva Jorge”³ por seu desempenho como professora no município.

No ano seguinte, a convite do vereador Mário Botion, a professora Marlene Benedetti, em 13 de maio, fez uso da Tribuna Livre na Câmara Municipal de Limeira, para apresentar a sua pesquisa sobre a “Recuperação da memória da Escola Profissional e Primária Mista Trajano Camargo”⁴, que é difundida pela câmara com a seguinte declaração:

O trabalho de pesquisa, segundo a professora, acontece há anos. “A Escola Trajano é tradicional e não tinha nenhuma história, nenhum registro. A pesquisa visa suprir, e colher os dados, materiais dispersos que conta a história da escola (fotografias, plantas do prédio, recortes de jornais, móveis, livros de ponto, imagens, documentos...). Contamos também com depoentes vivos, com idades entre 80 e 90 anos”, informou. Professora Marlene explicou como é feito este trabalho de pesquisa. “É um desafio. É um trabalho difícil e gostoso. Com os resultados obtidos estamos formando um acervo que fará parte de um Centro de Memória. O resgate de uma escola profissional que poucos conhecem” [...]

Entre 2013 e 2014, a professora Marlene Benedetti continuou difundindo as suas pesquisas à comunidade local, por meio da Revista Povo, e em capítulos mensais. Exemplares dessa revista encontram-se no Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza, na antiga sede.

³ Fonte: <http://gabfaridzaine.blogspot.com.br/2009/10/sessao-solene-professores-recebem.html>. Acesso em 30 set. 2016.

⁴ Fonte: <http://limeira.sp.leg.br/printVersion.php?idNoticia=279>. Acesso em 30 set. 2016.

Nos últimos anos, a professora Marlene Benedetti tem envolvido seus pares nas comemorações dos 40 anos dos cursos técnicos de Metalurgia e de Eletroeletrônica, e, neste ano, de Nutrição e Dietética. Depois dessa luta pela preservação do patrimônio histórico educativo, a professora conseguiu com a direção da escola um espaço para a implantação do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo. Por esse esforço, agradecemos a professora, que é uma das fundadoras do GEPEMHEP.

Neste ***V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: espaços, objetos e práticas*** nós homenagearemos as professoras que, por suas trajetórias social e profissional, marcaram suas presenças como pesquisadoras, e, com suas publicações, deixaram vestígios para a continuidade do Projeto de Historiografia, em prol da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza. Nesta ocasião tão especial, agradeço a presença de todos e de todas para prestarmos essa justa homenagem a essas educadoras.

Muito obrigada!

Maria Lucia Mendes de Carvalho
GEPEMHEP/Cetec capacitações/ CPS
São Paulo, 06 de outubro de 2016

CULTURA MATERIAL ESCOLAR: ALGUMAS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS¹

Vera Lucia Gaspar da Silva

Departamento de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Este texto é motivado pelo desejo de aprofundar a compreensão sobre a temática e de sistematizar informações que possam contribuir para uma localização teórica e metodológica, num conjunto de possibilidades. O seu formato final discute a problemática considerando alguns aspectos que a envolvem e que aqui assumem a função de subtítulos. No primeiro “Da produção acadêmica brasileira e alguns interlocutores internacionais”, pretende-se dar visibilidade a parte desta produção localizando modos, lugares, alguns interlocutores e influências. O segundo item é dedicado à reflexão sobre a “Cultura material escolar: algumas possibilidades interpretativas”.

Da produção acadêmica brasileira e alguns interlocutores internacionais

Particularmente no caso da comunidade brasileira ocupada da cultura material escolar vemos um investimento crescente, que indica potencialidades, ao mesmo tempo em que sinaliza para o muito que se tem para fazer. A cada reflexão novas questões que merecem atenção desafiam a novos investimentos, num processo relativamente embrionário, mas já consolidado em termos de espaço na produção científica. A publicação de livros e dossiês, a organização de mesas redondas e a apresentação de trabalhos em eventos científicos, a organização de eventos que tomam a questão como temática central,

¹ Retomo e atualizo aqui dados e reflexões registrados no artigo “Objetos da Escola: Da Produção, Destinos e Interesses” que integra o livro “Circuitos e Fronteiras na História da Educação”, organizado por Wenceslau Gonçalves Neto, Regina Helena Silva Simões e Elizabeth Figueiredo de Sá (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil - vol.12. 1ed.Vitória - ES: EDUFES, 2015, pp. 201-218). Produção articulada ao Projeto de Pesquisa “Objetos em Viagem: Provedimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 – 1920)” que conta com apoio financeiro da UDESC, CNPq, CAPES e FAPESC.

o desenvolvimento de pesquisas e a elaboração de dissertações e teses articuladas à temática expressam em parte esta vitalidade. A intervenção de Rosa Fátima de Souza na “Mesa Redonda sobre Patrimónios Escolares”, que integrou a programação do Congresso Luso Brasileiro de História da Educação realizado em Lisboa em 2012² retrata em parte este quadro. Em nova edição do mesmo evento, realizada na cidade do Porto em 2016, temos na conferência de encerramento “História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização”, de autoria de Diana Vidal³, mais um momento que traz um importante panorama sobre a produção que toma por base esta temática.

No caso da produção brasileira destacamos aqui o texto “História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial”⁴, de autoria de Rosa Fátima de Souza, publicado em 2007 e o Dossiê “Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus”, organizado por Maria Cristina Menezes e publicado na Revista Pro-Posições⁵, de 2005, como produções fundamentais para a reflexão e composição de um panorama que favoreça a localização da produção que se ocupa da cultura material escolar e do patrimônio educativo, uma espécie de porta de entrada para se ter contato com outros trabalhos, com diferentes formas de abordagem e recursos teóricos. Nestes dois trabalhos localizamos momentos importantes de balanço e de análises que colocam questões a serem enfrentadas e que se mantêm atuais.

Ainda no tocante a produção de dossiês destacamos dois publicados na Revista Brasileira de História da Educação. O primeiro intitulado “Arquivos, Objetos e Memórias Educativas: práticas de inventário e de museologia”⁶ publicado em 2011 com organização de Vera Gaspar e Margarida Felgueiras. O segundo “Palavras Viajeiras: Circulação do Conhecimento Pedagógico em Manuais Escolares (Brasil / Portugal, de Meados do Século XIX a Meados do Século XX)”⁷ foi publicado em 2013 e contou com a participação de Vera Valdemarin e Vera Gaspar como organizadoras. Ambos foram gestados em edições do Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Estas produções indicam este Congresso como lugar de debate sobre o tema e o próprio tema como canal de diálogo a compor uma agenda no espaço da comunidade lusófona de historiadores da educação.

² Fonte: http://colubhe2012.ie.ul.pt/?page_id=1314. A conferência tomou forma de artigo, publicado na Revista Linhas em 2013. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199/2539>

³ Esta conferência também tomou forma de artigo, tendo sido publicado na Revista Linhas em 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251/pdf>.

⁴ Publicado em BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007 (pp. 163– 189).

⁵ Publicado inicialmente em formato impresso o Dossiê está hoje disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/edicoes/sumario12.html>.

⁶ Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/2/showToc>

⁷ Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/33/showToc>

Em 2013 o periódico Educar em Revista publica o “Dossiê - Cultura material escolar: abordagens históricas”⁸, organizado por Marcus Levy Bencostta e Rosa Fátima de Souza que reúne oito artigos de autores nacionais e estrangeiros.

Em 2014 temos mais um Dossiê que se ocupa do tema. Organizado por Maria Teresa Santos Cunha e Rosa Fátima de Souza Chaloba e publicado na Revista Linhas (PPGE/UDESC) recebeu como título “Arquivos e Acervos Escolares”⁹ e conta com uma entrevista em formato impresso realizada pelas organizadoras com Maria Cristina de Menezes.

Por certo a produção é muito maior e mais diversificada do que o acima indicado. A consulta aos principais periódicos da área, a livros sobre a temática e à programação de eventos vinculados à história da educação, embora não esgote, dá conta de retratar a vitalidade que se está aqui advogando. Esta advertência é necessária para que não se produza a impressão de que a presente reflexão dá conta da totalidade. Mas, o que temos mobilizado não é desprezível enquanto representação deste conjunto. Dos investimentos que temos feitos - e me refiro a trabalhos articulados de Grupos de Pesquisa¹⁰ - um dos grandes desafios que se coloca é a precisão teórico-conceitual. Afinal, o que é e com quais bases teóricas se opera quando tratamos de cultura material escolar?

Se perscrutado o conceito nos trabalhos até aqui indicados poder-se-ia compor um mapa conceitual indicativo da circulação de ideias, obras e autores que têm influenciado na feitura das produções afetas à temática. Ainda que não se tenha fôlego aqui para a realização de um levantamento com trato metodológico mais acurado, arriscamos apresentar alguns dados a partir do contato com a produção da qual estamos tratando.

⁸ Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/1497/showToc>

⁹ Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/309/showToc>

¹⁰ Entre muitas iniciativas registra-se aqui os investimentos do **Grupo Temático G2 – “Cultura Material Escolar: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1950)”**, que funcionou de forma articulada com o projeto de pesquisa **“Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1950)”**. Integraram o **Grupo Temático G2**: Cesar Castro, Diana Vidal, Eliane Peres, Gizele de Souza e Vera Gaspar, acompanhados por seus respectivos orientandos e bolsistas de IC. O **Grupo Temático G3 - Cultura Material Escolar: A materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar (SE, MA, PR, GO e SC)”** funcionou de forma articulada com o projeto de pesquisa **“História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”**. Integraram o **Grupo Temático G3**: Gizele de Souza, Vera Gaspar, Anamaria Bueno de Freitas, Cesar Castro, Samuel Velazquez e Valdeniza da Barra, além de Giani Rabelo e Claudia Panizzolo cujo ingresso se deu já na etapa final. Encerradas as edições do Projeto de Pesquisa os grupos de pesquisa coordenados por Gizele de Souza e Vera Gaspar continuaram a parceria e vem realizando um conjunto de atividades, algumas com a participação também da equipe coordenada por Heloisa Pimenta Rocha, da UNICAMP. Na PUC / SP destacam-se o Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos (NEO), coordenado por Katya Braghini e o trabalho de Kazumi Munakata ao abrigo da pesquisa “A educação dos sentidos na escola contemporânea brasileira (séculos XIX-XX): projetos, práticas, materialidades”. Inicialmente na UFMS e hoje no PPGE da UFGD, Eurize Pessanha desenvolve atualmente projeto de pesquisa: Identidade do Ensino Secundário no Brasil nos Suportes Materiais para Ensinar Disciplinas (1931-1971).

Tomando-se por universo artigos publicados em números das Revista da SBHE identifica-se como autores de fundo mais recorrentes nos trabalhos que tratam de cultura material escolar os seguintes:

1. **Autores que ajudam a refletir sobre a conformação da instituição escolar:** Marta Chagas de Carvalho - especialmente de "A Escola e a República", Luciano Mendes de Faria Filho - particularmente "Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana" e "Instrução elementar no século XIX" (este último publicado no livro "500 anos de educação no Brasil"), Jorge Nagle - especialmente "Educação e sociedade na Primeira República", Rosa Fátima de Souza - com "Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)" e Diana Vidal, que comparece na produção com títulos diversificados e basicamente de artigos publicados em livros e periódicos.

2. **Conceitos chaves** para discutir a questão da história de forma mais geral são pinçados de obras de Michel de Certeau, Roger Chartier e Jorge Nagle, particularmente "A invenção do cotidiano: artes do fazer" de Michel Certeau e "A história cultural: entre práticas e representações" de Roger Chartier.

3. O conceito de **cultura escolar** aparece frequentemente associado aos nomes de Dominique Juliá e André Chervel; do primeiro observa-se a recorrência do texto "A cultura escolar como objeto histórico" (publicado na Revista Brasileira de História da Educação, n. 1. Autores Associados: Campinas, 2001, pp. 9-43), que contou com a tradução de Gizele de Souza) e do segundo, André Chervel, o texto "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa", traduzido por Guacira Lopes Louro (publicado na revista Teoria & Educação, n. 2. Porto Alegre: 1990, p. 177-229).

4. Especificamente sobre **patrimônio educativo e cultura material escolar** temos a recorrência de Antonio Viñao Frago, Agustín Escolano Benito, Diana Vidal, Maria Cristina de Menezes, Moysés Kuhlmann Júnior e Vera Teresa Valdemarin.

Da comunidade acadêmica internacional ocupada da história da educação temos alguns autores que, com produções próprias ou como recurso que apoia reflexões, se constituem hoje referências na produção brasileira. Esta presença se manifesta em artigos cada vez mais frequentes, livros e capítulos assim como a indicação em dissertações e teses. Da Espanha temos Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano Benito que, além de tratarem especificamente de temas inscritos na cultura material escolar, o fazem a partir das discussões sobre cultura escolar, ou conectando-os a ela. Estes dois estudiosos formaram gerações de pesquisadores afinados com a temática e articularam fóruns e produções que os reúnem e alcançam com força a produção brasileira. Se Antonio Viñao Frago se fez presente, além da produção bibliográfica, pela circulação em eventos e programas de pós-graduação, a presença de Agustín Escolano se explica pelo recebimento de pesquisadores

no Centro Internacional de la Cultura Escolar – CEINCE¹¹, do qual é diretor. Além do acervo de fontes ali reunido e colocado a disposição para consulta, a biblioteca conta com material bibliográfico (livros, revistas, textos avulsos...) de várias partes do mundo o que favorece a conexão com diferentes formas de abordagens, a circulação de ideias e produções e o estreitamento de laços e parcerias.

A produção de Inés Düssel também merece ser registrada, não só pela frequência com que aparece, mas também pela maneira como articula as discussões. Em “La escuela como espectáculo: La producción de un orden visual escolar en la participación Argentina en las Exposiciones Universales, 1867-1900¹²” a autora chama a atenção para questões que se mantêm em pauta e que merecem ser consideradas. Além deste texto temos disponível na web parte de sua produção sobre uniformes escolares que tem sido citada de forma recorrente.

Mais recentemente, mas não menos importante, e se fazendo conhecer entre nós pelas mãos de António Nóvoa e Agustín Escolano, vemos surgir trabalhos que dialogam com a produção do inglês Martin Lawn, particularmente após a publicação do livro *Materialities of Schooling: Design – technology – objects – routines*, organizado por Martin Lawn e Ian Grosvenor e publicado em 2005 pela Symposium Books na coleção *Comparatives Histories of Education* dirigida por Martin Lawn e António Nóvoa. Artigo de Martin Lawn que integra o referido livro foi traduzido para o português e publicado pela Revista Linhas em 2013¹³.

A publicação na Revista “História da Educação¹⁴” do artigo de Klaus Dittrich intitulado “As exposições mundiais como meios para a circulação transnacional de conhecimentos sobre o ensino primário durante a segunda metade do século 19” também deve ser registrada como iniciativa que coloca em circulação “outros olhares”.

Também começam a circular entre nós os trabalhos do italiano Juri Meda iniciando com “La «historia material de la escuela» como factor de desarrollo de la investigación histórico-educativa en Italia¹⁵”. Este texto foi traduzido para o português e publicado na Revista Linhas dentro do Dossiê “Objetos, Espaços, Cultura e Rituais na História das Instituições e

¹¹ Informações sobre o CEINCE podem ser acessadas no endereço <http://ceince.eu/main.php?id=8>.

¹² LOIS, Carla & Hollman, Verónica (Coord.). **Geografía y Cultura Visual: Los usos de las imágenes en las reflexiones sobre el espacio**. 1ª Ed. Rosario / Argentina: Prohistoria Ediciones; UNR, 2013 (pp. 29-54).

¹³ LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários - museus. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan. jun. 2013. pp. 222 – 243.

¹⁴ Texto disponível em <http://seer.ufg.br/asphe/article/view/36019>. Acesso em 29/09/2016. A revista História da Educação é mantida pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em **História da Educação** - Asphe/RS, com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁵ Publicado originalmente em MARTINEZ Pedro L. Moreno y VICENTE, Ana Sebastián (eds.). **Patrimonio y Etnografía de la escuela en España y Portugal durante el siglo XX**. Murcia / Espanha: Sociedad Española para el Estudio del Patrimonio Histórico-Educativo - SEPHE/ Centro de Estudios sobre la Memoria Educativa - CEME - Universidad de Murcia, 2012 (pp. 17-32).

Práticas Escolares”¹⁶, organizado por Gizele de Souza e Ana Maria Gonçalves Bueno de Freitas. Do mesmo autor acaba de ser publicado na Itália livro integralmente dedicado ao tema.

Considerando o avanço das pesquisas no Brasil, seja aquele apresentado em teses e dissertações, seja como produto de trabalhos de grupos de pesquisa, o universo hoje é bem mais amplo e refinado embora guarde ainda grandes desafios. Com o objetivo de registrá-lo, ainda que em parte, um livro sobre a temática está sendo organizado e será publicado na Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, mantida pela SBHE.

O livro tem como título provisório “Cultura Material Escolar em Perspectiva Histórica: escritas e possibilidades”, conta com organização de Vera Gaspar; Gizele de Souza e César Castro e reúne autores nacionais e estrangeiros ligados ao tema. Temos como uma das expectativas que esta publicação auxilie na ampliação do diálogo seja entre autores e grupos brasileiros, seja na articulação de uma comunidade internacional interessada no tema. Mas, cabe-nos a humildade de reconhecer que esta é uma entre muitas iniciativas e que nomes importantes não estão aqui envolvidos.

Cultura Material Escolar: algumas possibilidades interpretativas

Para o caso brasileiro é possível afirmar que a produção sobre cultura material escolar acompanha em parte um movimento de organização de acervos que se ocupam da guarda dos objetos que materializam a história da escola, além das discussões sobre patrimônio educativo. Aqui inscreveríamos uma primeira possibilidade interpretativa, a do objeto- memória, ou, nas palavras de Luani de Liz Souza uma *memorabilia*¹⁷.

Se pensarmos no trabalho a partir de objetos guardados, as “coisas materiais” como diz Zita Possamai, que formam memoriais, acervos e museus escolares também eles portadores de uma historicidade, outros elementos irrompem à cena. Para a autora, tal historicidade merece ser pesquisada

[...] pois expressa a relação da escola e dos sujeitos envolvidos com o seu passado e com o passado da educação. Quem guardou e por que guardou? Quais os valores atribuídos para guardar estes e não outros? Quais as apropriações dos sujeitos da escola com esses espaços? (...) [este] patrimônio da história da educação é uma construção histórica e social e não um conjunto de bens culturais naturalizados como patrimônio de uma coletividade. [...] (POSSAMAI, 2012: p. 110)

¹⁶ Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas>.

¹⁷ Luani de Liz Souza faz esta discussão em tese defendida em 2016 (PPGE / UDESC) que tem como título “O Cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa: Uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910 - 1960)”, que se ocupa da circulação dos cinematógrafos em escolas brasileiras. Segundo a autora e conforme o Dicionário Houaiss, *memorabilia* significa “fatos ou coisas dignos de memória”.

Reflexão na mesma direção pode ser feita tendo por referência registros documentais e iconográficos. Quem guarda? Porque guarda? Como guarda? Para quem guarda?

Para aqueles que se ocupam da história da educação, as pistas ou vestígios sobre a materialidade são oferecidos, na maior parte das vezes, pelos registros documentais escritos que informam sobre a existência, usos e circulação dos objetos. Para o caso brasileiro, um ideário que prima por olhar para o futuro tomando o passado como sinônimo de atraso acabou por conduzir ao lixo grande parte dos objetos da escola do passado, os quais foram paulatinamente substituídos por outros “mais modernos”. Esta relação guarda uma estreita parceria entre escola e indústria, a primeira consolidada como instituição obrigatória para educação e socialização da infância, a segunda atenta as demandas de mercado¹⁸. Estes descaminhos são indiciários, como nos ensina Carlo Ginzburg (1989), do lugar que o passado educativo e sua memória material ocupam nas políticas brasileiras. Pode não ser condição, mas é significativo o fato de países como França e Alemanha, por exemplo, preservarem a memória educativa através de espaços como o Musée Pédagogique au Musée National de l'Éducation da França, fundado por Jules Ferry em 1879, em Paris¹⁹. Por toda Alemanha pequenos museus escolares são mantidos como forma material de demarcar o lugar social da escolarização.

Na Itália, iniciativas como “L'Osservatorio permanente dei musei dell'educazione e dei centri di ricerca sul patrimonio storico-educativo (OPeN.MuSE)²⁰” também atestam sobre a importância dos objetos para a construção e permanência de uma memória escolar.

Entre países da América do Sul destaca-se o Museu Pedagógico “José Pedro Varela”²¹, situado em Montevideo, no Uruguai, ainda em funcionamento, e que:

[...] Se construyó entre 1884 y 1886 como complejo educativo para la formación de maestras. Fundado el 25 de enero de 1889 por iniciativa de Don Alberto Gómez Ruano y con el decidido impulso de Jacobo Varela que en esa época era Inspector de Educación. [...] (<http://museopedagogicopjvarela.blogspot.com.br/>)

¹⁸ VIDAL, Diana Gonçalves & GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. Por uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas** (UDESC) v. 11, pp. 29-45, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>.

¹⁹ Informações disponíveis no site do Museu, acessível através do endereço http://www.cndp.fr/musee/page3.php?version=français&rubrique=MNE_1. No final do último século este Museu também teve que lutar para sobreviver. Embora sua sede tenha sido transferida, todo o acervo foi preservado.

²⁰ Para saber mais visite a página da web no endereço <http://www.unimc.it/cescom/it/openmuse>.

²¹ Informações disponíveis no Blog do Museu, acessível através do endereço <http://museopedagogicopjvarela.blogspot.com.br/>.

Outro exemplo é o Museo de la Educación Gabriela Mistral²². O Museo chileno nasceu do acervo da Exposición Retrospectiva de la Enseñanza organizada no Museo de Bellas Artes em 1941, como parte das celebrações em comemoração ao quarto centenário da fundação da cidade de Santiago.

[...] Esta muestra, compuesta principalmente de afiches, material didáctico, cuadros artísticos y datos estadísticos, revisaba la historia de la educación primaria, secundaria y universitaria en Chile desde el periodo colonial hasta 1941. (...) El museo ha estado ubicado en seis sedes distintas a lo largo de su historia. Desde 1981 ocupa el ala poniente del antiguo edificio de la Escuela Normal N°1 de Niñas “Brígida Walker” (inaugurado en 1886). (...) Surgió de esta forma, como heredero del Museo Pedagógico, el Museo de la Educación Gabriela Mistral, que toma su nombre de la primera Premio Nobel de Literatura de Chile y Latinoamérica, haciéndose eco de la historia del edificio que lo alberga; lugar donde esta poetisa obtuvo su habilitación para ejercer como profesora primaria en 1910. [...] (site do Museo, <http://www.museodelaeducacion.cl/648/w3-propertyvalue-48378.html>, acesso em 29/09/2016)

Estes espaços, os objetos que guardam, a forma como o fazem e a preservação de fontes para a escrita da história da escola e da educação podem servir de referência e estímulo para outras iniciativas.

No trabalho “Fontes para a história da educação dos sentidos numa abordagem transnacional”²³, Kazumi Munakata e Katya Braghini informam acerca de uma impressionante quantidade de Museus Pedagógicos organizados mundo afora e reproduzem um quadro que registra este levantamento e dele se valem para combater as ideias de “influência” ou “transplante” de ideários do “centro” para “periferia”, considerando “mais apropriada a abordagem da história transnacional”²⁴ (Munakata & Braghini, 2014: p. 5).

²² Informações disponíveis em <http://www.museodelaeducacion.cl/648/w3-propertyvalue-48382.html>. Acesso em 29/09/2016.

²³ Apresentado nas XVIII Jornadas Argentinas de Historia de la Educación, 2014. Agradeço a Katya Braghini que gentilmente me disponibilizou o texto.

²⁴ Os autores situam a reflexão a partir do trabalho de Gabriela Ossenbach e María del Mar del Pozo, Postcolonial models, cultural transfers and transnational perspectives in Latin America: a research agenda. *Paedagogica Historica*, vol. 47, n. 5, oct. 2011, pp. 581-582.

RELACIÓN DE LOS MUSEOS PEDAGÓGICOS CREADOS ENTRE 1850-1906

Lugar	Nación	Año	Lugar	Nación	Año
Stuttgart	Alemania	1851	Gotha	Alemania	1889
Hambourg	Alemania	1855	Monevideo	Uruguay	1889
Toronto	Canadá	1857	Bozen	Autria-Hungría	1889
Londres	Inglaterra	1857	Praga	Autria-Hungría	1890
Saint-Pétersbourg	Rusia	1864	Kiel	Alemania	1890
Leipzig	Alemania	1865	Breslan	Alemania	1891
Viena	Austria-Hungría	1872	Hildesheim	Inglaterra	1891
Roma	Italia	1874	Londres	Inglaterra	1892
Zürich	Suiza	1875	Wofenbüttel	Alemania	1892
Munich	Alemania	1875	Hanovre	Alemania	1892
Berlín	Alemania	1875	Bamberg	Alemania	1896
Donauwoerth	Alemania	1876	Posen	Alemania	1897
Berlín	Alemania	1877	Rixdorf	Alemania	1897
Magdebourg	Alemania	1877	Hambourg	Alemania	1897
Budapest	Austria-Hungría	1877	Laibach	Austria-Hungría	1898
Amsterdam	Holanda	1877	Belgrado	Yugoslavia	1898
Tokio	Japón	1878	New York	EE.UU.	1900
Berna	Suiza	1878	Oldembourg	Alemania	1900
París	Francia	1879	Frncfort-sur-le-Mein	Alemania	1900
Bruselas	Bélgica	1880	Cologne	Alemania	1901
Palermo	Italia	1880	Agram	Austria-Hungría	1901
Regensbourg	Alemania	1880	Lausanne	Suiza	1901
Washington	EE.UU.	1881	Christiania	Noruega	1901
Genes	Italia	1881	Brême	Alemania	1902
Koenigsberg	Alemania	1881	Viena	Autria-Hungría	1903
Augsbourg	Alemania	1882	Kolberg	Alemania	1904
Graz	Austria-Hungría	1882	Stade	Alemania	1904
Rio de Janeiro	Brasil	1883	Straubing	Alemania	1904
Lisboa	Portugal	1883	Dresde	Alemania	1904
Madrid	España	1884	Danzig	Alemania	1904
Fribourg	Suiza	1884	Sofía	Bulgaria	1905

Copenhague	Dinamarca	1887	Atenas	Grecia	1905
Neuchâtel	Suíza	1887	Lucerne	Suíza	1905
Aarhus	Dinamarca	1887	Saint-Louis	EE.UU.	1905
Buenos Aires	Argentina	1888	Gleiwitz	Alemania	1905
Innsbruck	Austria-Hungría	1888	Postdam	Alemania	1905
Rostock	Alemania	1888	Dresde	Alemania	1905
Jena	Alemania	1889	Wurzbourg	Alemania	1905

Fonte: Ángel García del Dujo, Museo Pedagógico Nacional (1882-1941): teoría educativa y desarrollo histórico. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1985, pp. 179-181). (Datos de Max Hübner. Die ausländischen Schulmussen. Alemania: Breslan, 1906, recogido por M. Pellisson, Musées Pédagogiques, en F. Buisson, Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'Instruction Primaire. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1911, pp. 1367-1376.) Apud.: MUNAKATA, Kazumi & BRAGHINI, Katya M. Z., 2014: pp. 3-4.

Buscar recriar este mapa e nele seus acervos pode se constituir num instigante trabalho investigativo acerca do provimento material da escola, do desenho para os espaços e materiais e das formas de educabilidade projetadas nestes artefatos.

Uma segunda possibilidade interpretativa potencializada pelos e nos objetos é de uma espécie de “escrutínio de diferenças veladas”.

Os dados localizados na documentação e nos objetos de acervos preservados são registros que informam acerca de um projeto material para a escola (e aqui nos debruçamos sobre a escola primária), que revelam desigualdades e investimentos diferentes embora se anuncie uma escola cujo funcionamento estaria pautado numa única forma do ponto de vista pedagógico; já que do ponto de vista administrativo as diferenças são mais claras. Se as prescrições pedagógicas são semelhantes, e isto pode ser visto nos regimentos e na legislação, por exemplo, as condições materiais de operacionalização são diferenciadas seja isto anunciado ou não. Estas diferenças se devem a localização geográfica, a população a que se destina, a escolhas políticas entre outros fatores. A título de exemplo inserimos imagens de escolas (Figuras 1 a 4) criadas num “mesmo tempo”, destinadas a crianças de mesma faixa etária mas, com inscrições geográficas e público destinatário diferentes.



Figura 1 - Grupo Escolar Lauro Muller – Florianópolis, SC - Anos 1940
Fonte: Acervo Institucional



Figura 2 - Escola Anita de Jaborá - Joaçaba, SC, anos 1947
Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC



Figura 3 - Alunos de uma escola isolada catarinense da década de 1920
Fonte: Hoeller, 2009



Figura 4 - Alunos de um grupo escolar catarinense da década de 1920

Fonte: Hoeller, 2009

As imagens acima retratam parte destas diferenças. É bom lembrar que o fato do ponto de vista arquitetônico a precariedade material ser mais evidente, não atesta a precariedade em termos dos recursos materiais de apoio às atividades pedagógicas. Já temos indicativos de que algumas escolas, embora instaladas em locais isolados dos grandes centros e em espaços “rudimentares”, dispunham de objetos sofisticados para desenvolver as atividades, como pode ser visto na figura 5. Mas, esta não é a regra.



Figura 5 - Fotografia do museu Silva Jardim localizado na Escola Estadual de Papanduva, Campo Alegre, 1946

Fonte: Hoeller, 2009

Em pesquisa ainda em andamento, que se ocupa da circulação de objetos escolares em países iberoamericanos²⁵ entre os anos de 1870 e 1920, localizamos até o momento um único “discurso” que defende o mesmo provimento material para as escolas primárias, independentemente de sua localização ou da população a que se destina. Trata-se daquele registrado no livro “La Instrucción Primaria en Chile e la Pedagogía Moderna”, escrito por Plácido Briones²⁶ e publicado em 1888 (Santiago: Imprenta Gutenberg).

Nele, a denúncia sobre a falta de locais adequados para abrigar as escolas primárias é indicada como o grande problema dos anos finais do século XIX. Acomodações adequadas e próprias são indicadas pelo autor como comodidade necessária ao progresso das escolas e trariam vantagens materiais e morais. O autor é enfático ao defender que as escolas localizadas fora dos centros das cidades deveriam ter a mesma grandiosidade que as dos centros urbanos e argumenta que “o investimento na construção de escolas retrata a confiança que o Estado tem em seu povo” (Briones, 1888; p. 19 - grifos meus).

O destaque feito à defesa de Plácido Briones tem o objetivo aqui de contrastar o que vemos em outros projetos. Temos lidado com discursos, impressos em diferentes formatos (relatório, livros, legislação) que não se intimidam em defender uma escola simplificada para a população que reside fora dos grandes centros. Para o caso brasileiro temos segurança em afirmar que é justamente esta escola que vai atender a maior parte da população ao longo do século XX, mas não é ela que se materializa enquanto registro da escola de um tempo.

Se acurarmos o olhar, teremos um desenho material similar que ganhou força como representação de escola ao “falar” de escolas diferentes e esta comunicação se dá através do que se preservou para “narrar”. Como nos ensina Márcia Chuva, a construção e/ou invenção de um patrimônio se constitui numa “prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade” (2008: p. 30). Isto nos leva a refletir sobre nosso próprio fazer: O que reforçamos quando insistimos em uma representação de escola num prédio suntuoso em detrimento das escolas improvisadas? O que reforçamos quando lidamos com cadernos escolares de alunos bem-sucedidos já que o caderno do aluno com outra trajetória normalmente é “consumido pelo tempo”? O que reforçamos quando lidamos com um álbum de fotografias que representam o escolar “decentemente trajado”, calçado, com cabelos penteados em detrimento do aluno que chega a escola com marcas indesejadas para o estatuto deste ambiente?

O que se quer aqui não é fazer uma crítica à produção que toma estes elementos como “fontes”, mas defender a inclusão destas outras imagens de escola como constitutivas do projeto de escolarização. Sem esta atribuição de valor deixaremos de preservar o que do

²⁵ Trata-se do projeto de pesquisa “Objetos em Viagem: Provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870 – 1920)” desenvolvido com apoio do CNPq, da CAPES, da FAPESC e da UDESC.

²⁶ O livro apresenta o autor como “ex-visitador de escuelas, ex-catedrático del Liceo de Copiapó e actual director del Colejio Superior de San Carlos”. Publicado em Santiago no ano de 1888. Localizado no Acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na Coleção Paulo Bourroul.

ponto de vista material tem sido considerado menor, normalmente aquela materialidade que deu forma à escola da maioria da população brasileira, não por acaso, a menos abastada.

Entre muitas formas de ilustrar este cenário recorreremos a duas exposições²⁷ apresentadas em encontros de educação realizados no Brasil que envolvem a área de história da educação e que atestam esta diversidade material da escolarização de sua infância. Trata-se das exposições fotográficas organizadas por Rosa Fátima de Souza, com curadoria de Marcus Levy e montadas a primeira em Porto de Galinhas, por ocasião da 35ª Reunião Anual da ANPEd (2012) com o tema: “Cenas e retratos da Escola Primária Brasileira (1930-1960)”²⁸ e a segunda no VII Congresso Brasileiro de História da Educação (Cuiabá - MT, 2013) intitulada “Memórias e Imagens da Escola Primária Rural no Brasil (1930-1960)” (Figura 6).



Figura 6 - Flyer de divulgação da exposição fotográfica do VII CBHE²⁹

²⁷ Estas exposições foram organizadas no interior dos projetos de pesquisa “**Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: Investigações Comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930)**” e “**História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)**”, ambas desenvolvidas sob a coordenação geral da Professora Doutora Rosa Fátima de Souza e com aporte financeiro do CNPq.

²⁸ Fonte: <http://35reuniao.anped.org.br/mostras-e-exposicoes>.

²⁹ Imagem cedida pelos organizadores da exposição, Rosa Fátima de Souza e Marcus Levy Bencosta.

Como temos chamado a atenção, embora inscritas num mesmo projeto de escolarização, a base material se apresenta de forma bastante diversificada.

Para Marta Carvalho e Maria Rita Toledo, “com os conceitos de ‘forma e culturas escolares’, são postas em foco as práticas constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar, de transmissão cultural” (2007: p. 89 – grifo meu). Se é dado, e disto parece não haver dúvidas, que a escola transmite culturas, as formas de transmiti-las são atravessadas por materialidades: “impressos de destinação pedagógica³⁰”, o banco escolar, as carteiras, o quadro negro, a palmatória, a lousa digital. Segundo Marta Carvalho,

A ‘arte de ensinar’, tal como a concebia a moderna pedagogia que circulou no Brasil em fins do século XIX e início do XX, conformando iniciativas de reforma escolar, é pedagogia prática. (...) Como artes de saber-fazer-com, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte. (2001: p. 142 – grifo do original)

Assim, debruçar-se em investigações que tratam de seus usos, circulação e meios de produção é um recurso importante na difícil tarefa de compreensão histórica de nossa escola. Aqui recorremos a Ulpiano de Meneses que, embora não trate de cultura material escolar, oferece bases conceituais importantes para as investigações que tomam as materialidades da escola como fonte. Seguindo a reflexão proposta por este autor e trazendo-a para a cena escolar, poderíamos dizer que a cultura material “teria que ser estudada não como um conjunto de coisas e contextos materiais de que se serve o homem na vida social...” – e, acrescentaríamos aqui, de que se serve a escola – “[...] mas como a dimensão física, empírica, sensorial, corporal, da produção/reprodução social” (Meneses, 2003: p. 25). Na esteira desta reflexão o autor vai defender que “a materialidade não pode ser o problema de pesquisa, o problema deve vir do social, sendo a materialidade um recurso para estudá-lo”.

Entre as referências com as quais Ulpiano Meneses dialoga encontramos uma forte presença de Jean-Marie Pesez e nele vamos buscar indicativos que ajudem a situar conceitualmente a temática. Em texto publicado em parceria com Richard Buaille (1989) na Enciclopédia Einaudi³¹ o verbete “cultura material” é apresentado muito mais como expressão ou noção do que como conceito.

³⁰ Expressão utilizada por Marta Carvalho e Maria Rita Toledo, 2007.

³¹ Enciclopédia Einaudi: “Diferente de outras obras de referência, ao se recorrer a essa enciclopédia para consulta de um assunto, o leitor se depara não com um simples verbete mas sim com um artigo sobre o tema pesquisado. Longe de demonstrar uma visão reduzida do tema, os artigos da Einaudi demonstram uma riqueza de detalhamento nos relacionamentos entre os autores citados e as questões que permeiam o assunto em discussão, ao mesmo tempo que mantém uma intensa profundidade nas análises proferidas. Em seus 43 volumes são apresentados assuntos universais que compõe o ambiente de discussão sobre o conhecimento humano. Memória, Linguagem, Artes, Antropologia, Evolução, Religião, Subdesenvolvimento, Lógica, Guerra, Cultura, Exoterismo, Metodologias, Política, Física, Sistema, Cérebro, Tempo, Matemática, Sociedade e o próprio Conhecimento são os temas abordados nessa coleção.” Fonte: DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.6, n.5 out/05, acessível pelo endereço http://www.dgz.org.br/out05/Ind_rec.htm. Acesso em 05/05/2013.

[...] pode-se para já dizer que, embora o seu significado global seja evidente, como muitas vezes acontece com as ideias e expressões que o investigador usa quotidianamente, a noção de cultura material continua a ser, de facto, imprecisa e simultaneamente a estar longe da ilusão de transparência; apresenta-se, mesmo assim, carregada de um conjunto de conotações bastante diversas, de que não se parece ainda ter feito nem uma recensão pormenorizada, nem um balanço. [...] (1989, p. 11)

Obviamente que precisamos localizar este discurso, datado dos anos 80 do século passado, pois muito já se produziu desde então. Mas, entendemos que a advertência permanece válida e observá-la representaria não fragilidade, mas maturidade.

Ainda seguindo com Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez,

[...] nos últimos vinte anos do século XIX uma ciência jovem oferecerá instrumentos fundamentais na difusão da noção de cultura material, a Sociologia. Mas, é a partir de 1919 que a expressão específica 'cultura material' vai ocupar lugar de evidência com um decreto de Lênin que cria na Rússia a Akademiia Istorii Material'noi Kul'tury (Academia de História da Cultura Material)³². Esta instituição assinalaria o primeiro reconhecimento institucional e a data representa uma marca na história da noção [...] (1989, p. 14 e 15).

Impulso não menos importante deve ser creditado aos Annales. Embora bastante extensa a citação que segue nos ajuda a situar um quadro de emergência que sustentaria a difusão de trabalhos pautados na cultura material.

Os «Annales», que tanto alargaram o campo do historiador, introduziram também no seu horizonte a cultura material. Marc Bloch retomou — no melhor sentido, isto é, repercutindo, difundindo, amplificando — as pesquisas sobre as técnicas, sobre as modificações que o moinho de água introduziu na Idade Média no Ocidente, na sua economia, na organização social, na psicologia. Conquistado pela obra dos geógrafos — Roger Dion, Jules Sion — Lucien Febvre [1922] foi o iniciador de uma história «ligada ao solo, ou antes, ao ambiente, àquilo que rodeia os homens», história nova, magnificamente ilustrada pelo título — e pelo conteúdo — da tese de Fernand Braudel *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* [1949]. Lucien Febvre pôs a história em contacto com a etnografia, um dos caminhos mais seguros para chegar à cultura material. Marc Bloch e Lucien Febvre lançaram ideias, iniciaram pesquisas, embora lhes tenha faltado tempo para progredir nesse campo. Fernand Braudel

³² Segundo Bucaille e Pesez, ao fundá-la “os dirigentes soviéticos procuraram dotar a Rússia de um organismo científico que, em vez de contar uma história de lutas, deveria mostrar as condições concretas de existência das massas rurais e, naturalmente, as lutas que estas empreenderam para as melhorar, mas lutas de classe, bem entendido, lutas políticas onde a batalha campal é só um episódio e um resultado” (1989, p. 22)

propôs temas, instigou a pesquisa, recolheu informações e é, afinal de contas, o autor da primeira verdadeira síntese: *Civilisation matérielle et capitalisme* [1967]. Este livro serve de referência a uma investigação sobre o que é a cultura material e o que pode ser o seu estudo. (Bucaille & Pesez, 1989: pp. 27-28)

Jean-Marie Pesez e Richard Bucaille (1989) indicam como limite da perspectiva marxista a concentração do olhar na produção e nos modos de produção e a não inclusão da categoria consumo em suas análises, categoria que vai se revelar fundamental em investimentos posteriores. Aqui inserimos uma terceira possibilidade interpretativa para a leitura e análise dos objetos da escola, a da “escola como mercado consumidor”.

A constituição dos Estados, a organização de um conjunto de instituições sociais de apoio e a industrialização que ganham força na segunda metade do século XIX vê crescer uma indústria voltada para abastecer materialmente a escola. Esta indústria encontrou nas Exposições Universais uma estratégia e canal de divulgação desses produtos, que poderiam alcançar mercados internacionais e, nos Estados, um “comprador de lastro” embalado pelo projeto de escola obrigatória (Vidal, 2009).

Vê-se aqui um emaranhado de interesses muito bem articulados e que, como assinala Marta Carvalho, pode ser identificado em páginas de impressos escolares, particularmente os manuais de orientação aos trabalhos dos professores. Sutilmente as atividades se mesclam a propostas de incorporação de objetos num processo que Martin Lawn (2001), apoiado em Edward Stevens, vai definir como alfabetização técnica. Segundo este autor, impressos pedagógicos que circularam na Inglaterra de meados do século XIX já incentivavam os professores a manterem relação com empresas que forneciam amostras gratuitamente, as quais comporiam o arsenal de apoio material ao desenvolvimento das “lições de coisas”. Para Lawn esta é uma das expressões da cultura “do fazer e emendar” à qual a escola inglesa estava sujeita. Em um texto anterior Lawn e Grosvenor (apud Lawn, 2005) apontam que as escolas inglesas não tinham um poder de compra significativo, o que as obrigava a encontrar soluções sem custo, conservando e reutilizando os materiais.

[...] Era uma economia de escambo, uma abordagem “implorou e pediu” e acima de tudo, isso simbolizava uma cultura, denominada em algumas regiões pela expressão “fazer e consertar”. Professores representaram um tempo em que as pessoas resolviam seus problemas de trabalho criando as suas próprias soluções – uma abordagem artesã – e uma economia escolar que não tinha recursos financeiros significativos³³. (LAWN; GROSVENOR, 2001 citados por LAWN, 2005, p. 155).

³³ Tradução de David Antonio da Costa e Gustavo Rugoni de Sousa. No original: “It was a barter economy, a ‘begged and borrowed’ approach and most of all, it symbolized a culture, denoted in some regions by the expression ‘make do and mend’. Teachers reflected a time in which people solved their work problems by making their own solutions – a craft approach – and a school economy that had no significant financial resources of its own.”

O cenário inglês descrito acima não é um caso isolado e tem sido cada vez mais recorrente encontrarmos formas de organização escolar similares em diferentes territórios. Este é o tema de que se ocupam António Nóvoa e Jürgen Schriewer no livro “A Difusão Mundial da Escola” (Lisboa: Educa, 2000). Para compreender formas de difusão deste modelo e apreender particularidades pode-se recorrer, entre outras, à base material que dá suporte ao projeto de escolarização. Apostamos na possibilidade de desestabilizar uma leitura da escola com modelo similar para compreendê-la como instituição que se ergue de forma diferente do ponto de vista de sua materialidade, dependendo do público a que se destina, o que resultaria em “modos diferentes” de ensinar e educar.

Algumas considerações

Construir uma proposta metodológica para o estudo dos componentes materiais do projeto educativo ainda é um desafio. Um dos caminhos promissores é a elaboração de problemas de pesquisa que possam ser enfrentados pela via da materialidade. Como aponta Ulpiano de Meneses

[...] O artefato está no jogo social, e esse jogo social tem que ser entendido em todas as dimensões e a dimensão material é uma delas. [...] O estudo da cultura material não é o estudo das fontes materiais. A natureza do problema histórico é que vai configurar a materialidade a ser trabalhada. Para isso, supõe-se que as fontes materiais tenham alguma coisa de específico a dizer, mas não se trata de fazer história dos documentos, história de fontes. (2011: p. 422-423)

O mapeamento dos objetos que apoiam as práticas educativas é fundamental, é a partir desta visibilidade que se pode enfrentar a questão, mas esta tarefa, embora árdua e exaustiva, não é suficiente.

[...] A gente não escapa das coisas materiais, mas elas não têm valores intrínsecos, não têm nada de imanente que não sejam as propriedades físico-químicas. No entanto, elas têm propriedades de natureza material que permitem externalizar ideias, expectativas, ideologias, memórias, identidades; elas funcionam como mediadoras, como combustível para a intervenção no mundo real. (ULPIANO DE MENESES, 2011: p. 429-430)

Bibliografia Consultada

BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**. v. 4, nº 8. ASPHE / FAE / UFPel, Pelotas (pp. 79-109), set. 2.000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30140>>

BASTOS, Maria Helena Camara. A Educação como Espetáculo. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005 (pp. 116-131).

BRAGHINI, Katya Zuquim; PINÃS, Raquel Quirino & TOMASIELLO PEDRO, Ricardo. Museu Escolar do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo: Constituição, histórico e primeiros movimentos de salvaguarda da coleção. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 28-49, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p28/28460>. Acesso em 01 out. 2016.

BRIONES, Plácido. **La Instruccion Primaria** em Chile e la Pedagogia Moderna. Santiago: Imprenta Gutenberg. (CPB/FEUSP), 1888.

BUCAILLE, Richard & PESEZ Jean-Marie Cultura Material. In.: **Enciclopédia Einaudi**: Homo — Domesticação — Cultura Material. vol.16. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1989, pp.11-47.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos** Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas & TOLEDO, Maria R. A. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 (pp. 89-110).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia. (Org.). **Brasil 500 anos**: Tópicos de História da Educação. São Paulo: Edusp, 2001 (pp. 137-167)

CASTRO, César Augusto de; VIDAL, Diana Gonçalves; PERES, Eliane Teresinha; SOUZA, Gizele; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Cultura Material Escolar: Fontes para a História da Escola e da Escolarização Elementar (MA, SP, PR, SC e RS / 1870-1925). In: CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SA, Elizabeth Figueiredo de (orgs.). **Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil**: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 1930). 1. ed. Cuiabá - MT: EduFMT, 2013: pp. 273-315.

CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura Material Escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2ª ed. São Luís - Maranhão: EDFMA - Café & Lápis, 2013.

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008 (pp. 27-43). (Patrimônio: Práticas e Reflexões)

CUNHA, Maria Teresa Santos & SOUZA CHALOPA, Rosa Fátima (Orgs.) (2014). Dossiê "Arquivos e Acervos Escolares". **Revista Linhas**, Florianópolis, v.15, n. 28, p.4-249, jan./jun.2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/309>.

DITTRICH, Klaus. As exposições mundiais como meios para a circulação transnacional de conhecimentos sobre o ensino primário durante a segunda metade do século 19. **Revista História da Educação**. V. 17, n. 41. set/dez, 2013: pp. 213-234. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/36019>

DÜSSEL, Inés. La escuela como espectáculo: La producción de un orden visual escolar en la participación argentina en las Exposiciones Universales, 1867-1900. In.: LOIS, Carla & Hollman, Verónica (Coord.). **Geografía y Cultura Visual: Los usos de las imágenes en las reflexiones sobre el espacio**. 1ª Ed. Rosario / Argentina: Prohistoria Ediciones; UNR, 2013 (pp. 29-54).

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio Material de la Escuela e Historia Cultural. **Revista Linhas** (UDESC). v.11. 2010: pp. 29 - 45. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas>

ESCOLANO BENITO, Agustín (Ed.). **La Cultura Material de La Escuela: em el centenario de la junta para la Ampliación de Estudios, 1907-207**. Berlanga de Duero – Soria / Espanha: CEINCE, 2007.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela. Materialidade Escolar em Cena: um pouco da produção na História da Educação. In: Cesar Augusto Castro; Samuel Luis Velázquez Castellanos (Orgs.). **A Escola e seus Artefatos Culturais**. 1ª ed.São Luís - Maranhão: EDUFMA, 2013 (pp. 35-59).

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília (Orgs.). **Objetos da Escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina - Séculos XIX e XX). Florianópolis / SC: Editora Insular, 2012.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia & STEINDEL-EGGERT, Gisela . Museu da Escola Catarinense: Uma biografia. **Revista Pedagógica**. UNOCHAPECÓ. Ano -16. n. 29. vol. 02. jul./dez. pp. 381-420, 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1457>>

GASPAR da SILVA, Vera Lucia; FELGUEIRAS, Margarida M. L. DOSSIÊ: Arquivos, Objetos e Memórias Educativas: práticas de inventário e de museologia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, p. 11-142, 2011. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/2>

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Janice. O SPHAN e seus colaboradores: construindo uma ética do tombamento (1938-1972). In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012 (pp. 145-157).

GRANATO, Marcus & RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2009. Livro Eletrônico. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>

GREIVE-VEIGA, Cynthia. Cultura material escolar no século XIX, Minas Gerais. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **Escolarização da infância catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Mestrado em Educação. Curitiba, 2009.

KUHLMANN Júnior, Moysés. **As Grandes Festas Didáticas: A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista/SP: Editora da Universidade de S. Francisco, 2001.

LAWN, Martin. A Pedagogy for the Public: the place of objects, observation, mechanical production and cupboards. LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian (Eds.). **Materialities of Schooling: design, technology, objects, routines**. United Kingdom: Symposium Books, 2005 (pp. 145-162). (Comparative Histories of Education, Martin Lawn & António Nóvoa)

LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários - museus. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan. jun. 2013. p. 222 – 243.

MEDA, Juri. La «historia material de la escuela» como factor de desarrollo de la investigación histórico-educativa en Italia. In: MARTINEZ Pedro L. Moreno y VICENTE, Ana Sebastián (eds.). **Patrimonio y Etnografía de la escuela en España y Portugal durante el siglo XX**. Murcia / Espanha: Sociedad Española para el Estudio del Patrimonio Histórico-Educativo - SEPHE/ Centro de Estudios sobre la Memoria Educativa - CEME - Universidad de Murcia, 2012 (pp. 17-32).

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico - educativa na Itália. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 07–28, jan./abr. 2015. Título original: La «historia material de la escuela» como factor de desarrollo de la investigación histórico-educativa en Italia. Traduzido por Ademilde S. Sartori, com revisão técnica de Gizele de Souza e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Disponível em http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007/pdf_36

MENEZES, Maria Cristina (Org.). Dossiê: Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. **Revista Pro-Posições**, V.16, n.1(46) jan/abril, 2005. Disponível em <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/edicoes/sumario12.html>.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 405-431, jul./dez. 2011. [Entrevista]

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n.45, 2003, pp.11-36.

MUNAKATA, Kazumi ; BRAGHINI, Katya M. Z. . Fontes para a história da educação dos sentidos, numa abordagem transnacional. In: XVIII Jornadas Argentinas de Historia de la Educación, 2014, General Sarmiento. Historia de la educación: usos del pasado y aportes a los debates educativos contemporáneos. General Sarmiento: Sociedade Argentina de Historia de la Educación, 2014. p. 1-11.

NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (Eds.). **A Difusão Mundial da Escola**. Lisboa: Educa, 2000.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 177-214.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**. v. 16, n. 36, 2012, pp. 110-120. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/19976>

SAVIANI, Dermeval; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves; ALVES, Claudia; NETO, Wenceslau Gonçalves. Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe>. Acesso em: 29 fev. 2012.

SCHLICKMANN, Karina Santos Vieira; GASPAS da SILVA, Vera Lucia. Museu Irmão Luiz Gartner: um museu insólito?. In: GASPAS da SILVA Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da Escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina - Séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012, pp. 103-125.

SOUZA, Luani de Liz. **O Cinematógrafo entre os Olhos de Hórus e Medusa: Uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910 - 1960)** Florianópolis / SC - PPGE / UDESC, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007 (pp. 163– 189)

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

SOUZA, Luani Liz faz esta discussão em tese defendida em 2016 (PPGE / UDESC) que tem como título “O Cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa: Uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910 - 1960)”, que se ocupa da circulação dos cinematógrafos em escolas brasileiras. Segundo a autora e conforme o Dicionário Houaiss, memorabilia significa “fatos ou coisas dignos de memória”.

VALDEMARIN, Vera Teresa; GASPAS da SILVA, Vera Lucia. Dossiê ‘Palavras Viajeiras: Circulação do Conhecimento Pedagógico em Manuais Escolares (Brasil / Portugal, de Meados do Século XIX a Meados do Século XX)’. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, p. 179-309, 2014. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/33/showToC>.

VIDAL, Diana. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja (Org.). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009 (pp. 37-54).

VIDAL, Diana Gonçalves & GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Por uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas** (UDESC) v. 11, pp. 29-45, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>>

VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Tempos Escolares, **Tempos Sociales**: la distribución del tempo y del trabajo em la enseñanza primaria em Espana (1838-1936). 1ª Ed. Barcelona / Espanha: Ariel S/A, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio & ESCOLANO, Agustín Benito. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SEÇÕES INDUSTRIAL E TÉCNICA DO ENSINO AGRÍCOLA DA ETEC CÔNEGO JOSÉ BENTO (1935-1964): ARQUITETURA E CURRÍCULO

Júlia Naomi Kanazawa

Escola Técnica Estadual Cônego José Bento

Introdução

A pesquisa para este artigo teve como objetivo estudar as edificações destinadas às seções industrial e técnica e sua relação com o currículo do ensino agrícola Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento, no período de 1935 a 1964. O recorte temporal tem como marcos a criação da Escola, em 1935 até a sua transferência para a Secretaria da Educação, pela Lei nº 8.407, de 13 de novembro de 1964.

De natureza histórica, ela empregou a investigação, coleta e análise dos dados em/a partir de prontuários, livros de ponto, jornais local e região, relatório escolar, entrevista com a ex-aluna Maria Luiza Rezende, plantas arquitetônicas, arquivados no Centro de Memória da Etec Cônego José Bento e no Arquivo Público e Histórico de Jacareí. Além disso, foram efetuadas leituras bibliográficas e respectivas sistematizações para fundamentar teoricamente o presente estudo.

Ao olhar para a arquitetura escolar pode-se identificar diferentes possibilidades e funções, como ambientação, convivência, vigilância, controle e padronização. Assim, o espaço escolar constitui-se em fonte de experiência e de aprendizagem e que demonstra na sua materialidade – construções – um sistema de valores sociais e culturais arquitetura escolar, e que por sua vez, contribui para a constituição de um determinado currículo.

Escola Profissional Agrícola e Industrial Mixta de Jacareí (1935-1964)

A Etec Cônego José Bento, inicialmente denominada Escola Profissional Agrícola e Industrial Mixta, foi criada pelo decreto nº 7.319, de 5 de julho de 1935, pelo então governador do estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, considerando a

necessidade de localizar uma escola técnica profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, devido ao desenvolvimento da agrimensura e pecuária nessa zona. No entanto, por falta de instalações, a Escola iniciou suas atividades administrativas em 1936 e as atividades escolares em 1937.

Numa área de 35 alqueires, cedida pelo Bispado de Taubaté e posteriormente desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo, começaram-se a construir as instalações para o funcionamento da Escola. Embora prevista para iniciar suas atividades em 1936, isso não foi possível, em virtude do andamento das construções.

Mário França, foi o primeiro diretor. Diretor-professor do Núcleo de Ensino Profissional de Cruzeiro, foi designado, em comissão, para exercer o cargo de diretor da Escola. O jornal do município de Jacareí, *Folha do Povo*, noticiou a sua designação.

Escola Profissional

Por um ato ate recente publicado do “Diário Oficial” do Estado, foi designado o Sr. Mario França diretor-professor do Núcleo de Ensino Profissional de Cruzeiro, para com prejuizo de seu vencimento, e em comissão, exercer o cargo de Director da Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta de Jacarehy.

Folha do Povo, 9 de ago. de 1936.

O estabelecimento que ele administrou se projetou pelo desenvolvimento do campo experimental, principalmente pelo cultivo de trigo e centeio, que era modelo no estado de São Paulo. Em sua visita à Escola, Oscar L. de Oliveira, inspetor geral, registrou no livro de visitas suas impressões sobre o campo de trigo, conforme noticiou o jornal *Folha do Povo*.

Escola Profissional de Jacarehy

[...] Visitas á Escolas

Não foi menos o numero de pessoas desta cidade e mesmo vindas especialmente de vários pontos do Estado, que visitaram nossa escola durante o mez de setembro findo.

Dentre ellas destacaremos a do Sr.Oscar L. de Oliveira, Inspetor geral, que deixou no “livro visitas” as seguintes impressões:

“Visitei nesta data esta escola, percorri todas as secções, ficando bem impressionado com a orientação dada pelo director visitei com especial cuidado o campo de trigo, exuberante prova das possibilidades de sua cultura na zona.

De um estabelecimento. Jacareí, 5-10-1938_(a)Oscar L. de Oliveira.>>

Cultura de trigo

Chamamos a atenção dos Srs. Agricultores ou interessados no assunto para o campo experimental da escola, onde estão sendo cultivados o trigo e o centeio.

Folha do Povo, 16 de out. de 1938.

A Escola foi considerada um dos estabelecimentos modelo de São Paulo no cultivo da variedade de trigo Santa Catarina, que segundo técnicos não era das melhores. No entanto, plantadas no campo experimental, alcançou a altura de 1,70m. Técnicos, interessados e representantes do Ministério da Agricultura visitaram o campo para observarem a colheita do trigo, conforme afirmou a reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de 27 de dezembro de 1938.

O jornal *Folha do Povo* destacou a participação da Escola também na II Exposição Regional de Pecuária, em Pindamonhangaba.

Escola Profissional de Jacarehy

Com bastante êxito, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta desta cidade, devida pelo Professor Mario França, tomou parte na II Exposição Regional de Pecuária, realizada em Pindamonhangaba, nos dias 6,7 e 8 do fluente.

Esse certame um índice incontestável da riqueza do Valle do Parahyba__foi inaugurado pelo Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros dd. Interventor Federal neste Estado, estando presentes ao acto o Sr. José Lerry Sobinho, Secretario da Agricultura e altas autoridades da administração publica.

A nossa Escola Profissional enviou para a referida esposição belísimos exemplares de aves. Lá notamos quinas de Rhodse de Leghorns, sem favor nenhum, as mais lindas aves em exposição.

Em logar de destaque ficaram também ficaram frangas Catalons e Rhods.

Chamou particular atenção do Sr. Interventor, a exposição de galhos feita pela nossa escola Agrícola, com a declaração seguinte, em grossos caracteres:_<<Focamos bens reprodutores por frangos communs.>>_S. Excia. Apreciou este trabalho educacional que a nossa Escola, sem alarde vem executando há longo tempo, com grande proveito entre os que se dedicam á avicultura com grande proveito entre os que se dedicam á avicultura.

Os graphicos estatísticos foram também muito suggestivos provocando a admiração e commentarios dos entendidos no assunto.

Um dos referidos graphicos demonstrava uma produção de 68.366 ovos pelo aviário da nossa Escola, no anno p. passado de 1939. E nota se que esse aviário teve inicio em 1937 há 3 annos, com 40 reproduções apenas.

Outro graphico que se destacavam pelo seu valor educativo, foi o que se refere ao valor em mundo e que é o seguinte:

Dinamarca, 3.513.000; China, 2.598.000; Paizes Baixas, 1.545.000; Australia, 948.00; Estado Livre da Irlanda, 797.000; Polônia, 710.000; Bélgica 229.000; União Sul Africana, 210.000;diversos paizes, 1.841.00.

Terminava esse graphico com a seguinte e dolorosa interrogação:

___<< Avicultores! até quando o Brasil estará no sol "Diversos paizes"?>>

Folha do Povo, 21 de abr. de 1940.

Em julho de 1941, Mário França foi removido de Jacaré para a Escola Profissional Secundária Mista de São Carlos, conforme decreto nº. 12.037.

Na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criada a Diretoria de Ensino Agrícola. Em 12 de dezembro de 1949, pelo decreto no 19.006, Adhemar de Barros, aprovou o regulamento da Diretoria do Ensino Agrícola. No entanto, as Escolas de Jacaré, de Pinhal e a de São Manuel, continuaram vinculadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Somente a partir de 1956, a Escola passou a ser administrada pela Secretaria da Agricultura.

Dessa forma, nos moldes da lei federal, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, a Escola de Jacaré ofereceu os cursos de iniciação agrícola, com duração de dois anos e mestría agrícola, com duração também de dois anos. O certificado de mestre agrícola permitia aos alunos o direito de prosseguirem o curso de técnico agrícola em qualquer escola do Estado de São Paulo ou federal, respeitando a legislação vigente da lei federal do ensino agrícola, do Ministério da Agricultura.

Os alunos que cursavam a iniciação agrícola e a mestría agrícola, com duração total de quatro anos, poderiam obter o equivalente ao curso ginasial. Para serem admitidos nos cursos, os alunos eram submetidos aos exames de admissão, requeridos antecipadamente ao diretor da Escola. Dentre as exigências, destacava-se a idade 12 anos completos e menos de 17 anos. O exame de admissão constava de uma prova escrita de Português e Aritmética, em nível de 4º ano primário e eram avaliadas por notas, de 0 a 10, com exigência de nota 5 no conjunto e 4, por matéria, para aprovação.

As alunas foram admitidas somente a partir de 1948, com uma turma de 65 alunas regulares e 11 ouvintes. Com o lema de que no Brasil, as profissões de mestre e a de técnico agrícola eram das mais nobres e indispensáveis e que garantiria a estabilidade econômica do Brasil, a Escola Agrícola, coube principalmente, dar uma profissão agrícola aos jovens, ensinando-os a trabalhar na agricultura e na criação.

No início da década de 1940, assumiu a direção da Escola Profissional Agrícola Industrial Mista, Job Ayres Dias, conforme noticiou a *Folha do Povo*.

Escola Profissional Agrícola e Industrial Mixta de Jacarehy

Em officio n. 264, de 28 de Abril, findo que abaixo reproduzimos, foi-nos comunicada a posse do novo director deste nosso estabelecimento, nos seguintes termos:

“Senhor Redator

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria, que tendo sido designado por ato do Exmo. Sr. Dr. Seblica assumi a 20 do corrente a direção deste estabelecimento de ensino.

No desempenho do meu cargo, é meu desejo que a imprensa coopera desenvolvimento uma campanha sadia em prol do ensino profissional.

De um modo todo especial desenvolverei junto aos jornais locais e aos da zona do Vale do Paraíba, estreita relação de mutua confraternização, para que, com a clarividência que a todos é peculiar, auxiliem a direção deste educandário no cumprimento de sua alta missão.

Certo desde já de poder contar com a profecia e indispensável contribuição desse jornal sob sua competente direção aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhora os protestos de minha mui distinta consideração.

[...] Job Airis Dias diretor”

Agradecendo a gentileza da comunicação, fazemos ardentes votos para que a actuação do Sr. Job Airis Dias no cargo que lhe confiou pó Governo seja a mais proficua possível em prol do Ensino Profissional em nossa terra, podendo, para tanto dispor dos nossos fraquíssimos e mui e reduzidos préstimos.

Folha do Povo, 12 de mai. de 1940.

No seu mandato foi lançada a pedra fundamental do internato. Também na sua gestão mandato foi atribuída à Escola o nome Cônego José Bento, pelo decreto nº 11.588, de 19 de novembro de 1940.

DECRETO N. 11. 588, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1940

Dá a denominação de “Cônego José Bento” á Escola Profissional Agrícola Industrial Mista, de Jacarei.

O DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - A Escola Profissional Agrícola Industrial Mista, de Jacareí, passa a denominar-se Escola Profissional Agrícola Industrial Mista “Cônego José Bento”.

Artigo 2.º - Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, em 19 de novembro de 1940.

ADHEMAR DE BARROS.

Mario Guimarães de Barros Lins.

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, em 19 de novembro de 1940.

Aluizio Lopes de Oliveira,

Diretor Geral.

Em 1944, assumiu a direção da Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta Cônego José Bento, Arnaldo Laurindo.

Tem novo diretor a Escola Profissional

Em atencioso ofício sobe numero 532 de 8 do corrente, o ilustre professor Sr. Arnaldo Laurindo, teve a gentileza de nos participar que , naquela data, assumiu o cargo de diretor da Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta <<Cônego José Bento>> desta cidade.

Agradecendo a comunicação felicitamos o distinto educador pela sua nomeação augurando-lhe feliz permanência em nosso meio e uma fecunda e prospera administração do nosso futuro estabelecimento.

Folha do Povo, 26 de nov. de 1944.

Durante a sua administração, em 1946, a Escola foi fechada temporariamente e subordinou-se em caráter de experiência à Diretoria Geral do Departamento do Serviço Social, da Secretaria da Justiça, pelo decreto-lei nº 15.934, de 9 de agosto de 1946, e os alunos foram transferidos para Espírito Santo do Pinhal e São Manuel.

DECRETO-LEI N. 15.934, DE 9 DE AGOSTO DE 1946

Subordina, em caráter de experiência, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, de Jacareí, à Diretoria Geral do Departamento do Serviço Social, da Secretaria da Justiça.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n. V, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º - A Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, de Jacareí, subordinada à Superintendência do Ensino Profissional, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, passa a subordinar-se, em caráter de experiência, com todas as suas verbas Corpo Diretor e servidores à Diretoria Geral do Departamento do Serviço Social, da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, para o fim constante deste decreto-lei.

§ 1.º - A partir de julho do corrente ano, a Escola receberá menores de 9 (nove) a 16 (dezesseis) anos encaminhados pela Diretoria do Serviço Social, ministrando-lhes instrução de acordo com as suas capacidades, Primária, e Média Profissional, respectivamente, de 4 (quatro) e 3 (três) anos.

§ 2.º - A instrução Primária obedecerá aos moldes da dos Grupos Escolares Rurais do Estado, e a Profissional, com 2 (dois) ciclos - Agrícola e de Preparação Doméstica - seguirá, no que for aplicável, o programa da Secção Feminina das atuais Escolas Profissionais Agrícolas do Estado.

Artigo 2.º - Fica assegurado aos atuais alunos da Escola Profissional Agrícola, de Jacareí, a continuação do curso, com as suas transferências, como internos, para outras Escolas de ensino idêntico, no Estado.

Artigo 3.º - Durante esse período experimental, serão processados estudos no sentido de ser a Escola Profissional de Jacareí, se a prática assim o aconselhar, transformada em um Educandário Feminino de habilitação para as atividades da vida rural.

Artigo 4.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1946. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Arthur P. de Aguiar Whitaker

Plínio Caiado de Castro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 9 de agosto de 1946.

Raul de Carvalho Guerra,

pelo Diretor Geral.

Em 25 de setembro de 1946, a Unidade Escolar voltou a funcionar, conforme indica o Decreto nº. 16.142, de 25 de setembro de 1946, que relatou cargos na Escola Profissional.

DECRETO N. 16.142, DE 25 DE SETEMBRO DE 1946

Dispõe sobre relocação de cargos e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º, item I, do Decreto-lei Federal n. 1.202, de 8 de abril 1939, e nos termos do artigo 22 do Decreto-lei n. 14.138, de 18 de agosto de 1944,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam relatados os seguintes cargos, lotados na Escola Profissional Agrícola Industrial "Cônego Bento", de Jacareí, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública: na Superintendência do Ensino Profissional, três (3) cargos da carreira de Servente, da Tabela II da Parte Suplementar do Quadro Geral, dos quais são ocupantes Olivério de Azevedo, Amâncio Costa e Egydio Valio; na Escola Técnica "Getúlio Vargas" um (1) da carreira de Escrivão, um (1) da de Almoxarife, da Tabela III da Parte Permanente do Quadro Geral, e um (1) da de Servente da Tabela II da Parte Suplementar do Quadro Geral, dos quais são ocupantes, respectivamente, Elisa Egydio de Carvalho Antunes, Otávio da Silva Drummond e Oscar de Andrade; na Escola Industrial "Carlos de Campos", da Capital, um (1) da carreira de Servente, da Tabela II da Parte Suplementar do Quadro Geral, do qual é ocupante José Monteiro; na Escola Industrial "Escolástica Rosa", em Santos, um (1) da carreira de Artífice, da Tabela II da Parte Suplementar do Quadro Geral, do qual é ocupante José de Matos Stock; na Escola Industrial de Rio Claro, um (1) da carreira de

Guarda-livros, da Tabela III da Parte Permanente do Quadro Geral, do qual é ocupante Oswaldo Boscolo.

Artigo 2.º - Os referidos funcionários continuarão a ser pagos por conta de dotações correspondentes aos cargos por eles ocupados, mediante atestados de frequência encaminhados à Escola Profissional Agrícola Industrial “Córrego Bento”, de Jacareí, pelas respectivas repartições em que ficam relatados por este Decreto.

Artigo 3.º - Os títulos dos funcionários de que trata este Decreto serão apostilados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública e as apostilas publicadas no órgão oficial.

Artigo 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 25 de setembro de 1946.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Caiado de Castro.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, em 25 de setembro de 1946.

Raul de Carvalho Guerra

Diretor Geral, substituto

Job Ayres voltou novamente a exercer o cargo de diretor da Escola, em 1953. A sua gestão nesse período foi marcada por várias denúncias, publicadas pelo jornal O Combate. Em uma dessas denúncias, o jornal se referiu ao tratamento dispensado pela Instituição aos animais desferrados.

Após o afastamento de Job Ayres Dias, e até 1964, exerceram o cargo de diretor da Escola Profissional Agrícola Industrial Cônego José Bento, Ayrton Soares do Nascimento, José Clóvis Guimarães e Luiz Araújo Máximo.

Seções Técnica e Industrial: edificações e currículo do ensino agrícola (1935-1964)

A arquitetura é utilizada pela humanidade para diversas finalidades como segurança, produção artística, entre outras. Ao olhar para a arquitetura escolar pode-se identificar diferentes possibilidades e funções como ambientação, convivência, vigilância, controle e padronização. O espaço escolar representa uma fonte de experiência e de aprendizagem e que demonstra na sua materialidade – construções – um sistema de valores sociais e culturais; e que se relacionam um determinado currículo. A arquitetura escolar, por sua vez, contribui para a constituição de um determinado currículo. Dessa forma, em que medida as edificações destinadas às seções industrial e técnica da Etec Cônego José Bento interferiram na prática pedagógica e aprendizagem dos alunos? Qual foi sua relação com o currículo do ensino agrícola, no período de 1935 a 1964?

As instalações da Etec Cônego José Bento foram construídas enquanto espaço escolar; os setores não foram adequações de construções já existentes (Figura 1). No entanto, seguiu uma padronização de outra escola agrícola, já existente no estado de São Paulo, a do Espírito Santo de Pinhal. Conforme Relatório de 1936, p. 54, descrito por Horácio A. da Silveira, “esse estabelecimento, cuja organização é idêntica à de Pinhal, somente não tem cursos de aperfeiçoamento que deverão ser feitas nesta última escola.”

As aulas na Escola Profissional de Jacarey começaram somente em 27 de setembro de 1937, com uma turma de 54 alunos, da seção masculina, no período diurno. Do total destes alunos, 42 eram filhos de pais brasileiros e 12 de pais estrangeiros. Vinte e quatro deles foram admitidos no internato.

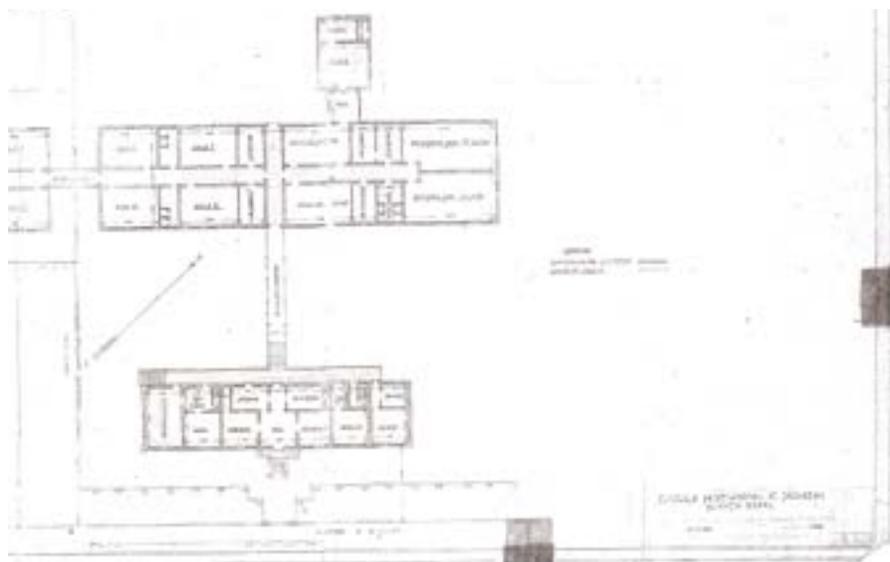


Figura 1 - Planta da Escola Profissional de Jacarey, de 18/12/1935

Fonte: Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento

Os alunos trabalhavam no campo das 7h as 10h. Das 10h as 12h, descansavam. Das 12h as 15h, algumas vezes, até as 16h, tinham aulas teóricas. Das 15h as 17h eram distribuídos pelas oficinas de carpintaria, ferraria, alvenaria, selaria, piscicultura, apicultura e aviário. O quadro curricular também foi organizado nos moldes da Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta Regional de Espírito Santo de Pinhal.

O currículo (Figura 2), assim como a distribuição espacial das instalações, que seguiu os padrões estabelecidos na escola agrícola de Espírito Santo de Pinhal, foi organizado da mesma forma. Englobava a parte propedêutica ou cultura geral, que compreendia as disciplinas de Português; Aritmética, Álgebra e Geometria; Geografia Econômica e História

O ensino na seção industrial não visava a especialização, mas fornecer conhecimentos para o conserto de máquinas e aparelhos agrícolas, para a confecção de instrumentos e arreios destinados à lavoura e para construções.

O currículo determinou os tipos de instalações. Além das salas de aula, foram projetadas construções em ambientes diferentes. Cada uma delas previa equipamentos e materiais específicos para atender as disciplinas das seções técnica e industrial.

As instalações das disciplinas das aulas técnicas estavam distribuídas ao longo da extensa área da Escola. Algumas dessas instalações, com adequações ou não, ainda permanecem nos dias atuais e continuam cumprindo a sua função pedagógica, como é o caso da suinocultura e da avicultura.

Nas aulas de avicultura, lidava-se com todas as etapas, separava os piquetes de poedeiras, todo o processo que existe na área, e a aula teórica era dada pelo professor Antoninho Nunes, que mais tarde se tornou prefeito de Jacareí.

As separações dos ovos eram por tamanho e feitas embaixo do prédio administrativo; era tudo muito limpinho, sempre pintado. Havia uma preocupação com a segurança e com a higiene. [...] Quanto às construções dessas seções – aviário e suinocultura – continuam as mesmas; reformaram-se uma coisa ou outra; mas as estruturas são as mesmas. A maternidade dos suínos, por exemplo, continua sendo a maternidade. A suinocultura e o gado faziam parte das aulas da turma masculina.

Maria Luiza Rezende, entrevista, 20.jun.2013.

E, no apiário,

[...] colhíamos o mel e já trazia pra centrifugar, engarrafar. E, havia a sala com mesa e bancos para as aulas teóricas. Qualquer coisa que precisasse anotar durante a aula prática, existia lugar para anotar.

Maria Luiza Rezende, entrevista, 20.jun.2013.

Maria Luiza Rezende (2013), afirmou que a apicultura era uma disciplina que ela e suas colegas gostavam muito. O professor de aula teórica era Daniel Zilli, muito conceituado e conhecido na cidade, e a aula prática, era dada por Roberto Godoy, que mais tarde se tornaria diretor da Escola.

Para a ex-aluna do Curso de Iniciação Agrícola, de 1950 a 1952,

[...] todas as estruturas, as construções, naquela ocasião, atendiam as necessidades da aula. E, todos os materiais para as aprendizagens do ensino técnico, eram disponibilizados pela Escola. Quer dizer, de repente, um professor sentia falta de alguma coisa, mas nós alunos, achávamos que estava tudo bem, que estava atendendo muito bem. Por exemplo, no caso do manuseio das abelhas que necessitavam de roupas especiais, tinha tudo; todo o equipamento que precisava.

Maria Luiza Rezende, entrevista, 20.jun.2013.

As alunas, de acordo com o Livro de chamada da Secção Feminina da Escola Industrial Mista Cônego José Bento, de fevereiro de 1948, somente foram admitidas a partir de 1948, com uma turma de 65 alunas regulares e 11 ouvintes. Ao contrário dos alunos, não estudaram em regime de internato. Conforme Boletim de notas (cópia) de Sérgia dos Santos Carneiro Pereira, de 1950, estudavam as matérias da seção propedêutica – Português, Matemática, Geografia e História, Ciências, Higiene Rural e Desenho; da seção industrial – Corte e Costura e Economia Domestica e seção técnica – Olericultura e Jardinagem e Zootecnia Veterinária Especializada e Apicultura.

Nas aulas de Economia e Artes Domésticas, as alunas aproveitavam todos os produtos agrícolas produzidos na Escola. Em razão da educação doméstica, as alunas praticavam as atividades rurais relacionadas à jardinagem, olericultura – legumes de folhas e frutos -, avicultura, dentre outros.

[...] Direcionadas para o feminino tínhamos Economia Doméstica, que era bem abrangente, inclusive, saber administrar uma casa completamente, fazer desde o orçamento doméstico até o controle, por exemplo, de roupas que mandava para lavanderia e por aí fora. Era a administração de uma casa, com tudo que isso implica. Era uma profissionalização da dona de casa.

Maria Luiza Rezende, entrevista, 20.jun.2013.

Quanto à disciplina de corte e costura, segundo Maria Luiza (2013), as aulas eram dadas na parte onde foi a Biblioteca, espaço em que, posteriormente, ela trabalhou como funcionária. Todo material para trabalhar era fornecido pela Escola, desde o tecido até o aviamento. Máquinas de costura, umas dez na sala de aula; eram o suficiente para atender todas as alunas. Durante as aulas as alunas confeccionavam uniformes da Escola toda e, esses uniformes, eram usados, tanto na aula técnica como na aula teórica. Usava-se um uniforme diário; nas aulas práticas, utilizava-se um macacão, cor cáqui. Havia também, o que se chamava de uniforme de festa, era uma saia pregueada, mas de 1 cm. as pregas! Disse Maria Luiza: “prá lavar aquilo, alinhavava-se a saia toda, porque senão, não se conseguia passar depois”.

Considerações finais

A forma de construção de uma sociedade ou civilização está diretamente ligada com a sua forma de pensar. O mesmo aconteceu com as edificações escolares que ao longo da história eram pensadas segundo os conceitos educacionais de cada época. Todas as mudanças ocorridas no espaço físico escolar estão diretamente ligadas às novas formas de se pensar a educação.

A escola apresenta por meio de sua arquitetura um sistema de valores. O espaço escolar comunica, mostra a quem sabe lê-lo que postura se pretende do ser humano

que faz uso dele. Dessa forma, a arquitetura escolar contribuiu para a constituição de um determinado currículo.

As edificações destinadas às seções industrial e técnica da Etec Cônego José Bento, mesmo que abandonadas ou funcionando precariamente em alguns períodos da sua trajetória, mantiveram uma estreita relação com o currículo do ensino agrícola, no período de 1935 a 1964.

As instalações das disciplinas das aulas técnicas encontravam-se distribuídas ao longo da extensa área da Escola. Algumas delas, com adequações ou não, ainda permanecem nos dias atuais e continuam cumprindo a sua função pedagógica, como é o caso da suinocultura e da avicultura.

Referências

Fontes

Boletim de notas de Sérgia dos Santos Carneiro Pereira, 1950 (cópia). Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.614, de 20 de agosto de 1946. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947. Altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1947.

BRASIL. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássicos e científico, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1950.

Folha do Povo. Jacareí, 9 de agosto de 1936.

Folha do Povo. Jacareí, 16 de outubro de 1938.

Folha do Povo, Jacareí, 21 de abril de 1940.

Folha do Povo, Jacareí, 12 de maio de 1940.

Folha do Povo. Jacareí, 26 de novembro de 1944.

Planta da Escola Profissional de Jacarey, de 18/12/1935. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

SÃO PAULO. Decreto nº 7.319, de 5 de julho de 1935. Cria a Escola Profissional Agrícola-Industrial Mixta, em Jacareí.

SÃO PAULO. Decreto nº. 11. 588, de 19 de novembro de 1940. Dá a denominação de “Cônego José Bento” à Escola Profissional Agrícola Industrial Mista, de Jacareí.

SÃO PAULO. Decreto nº. 12.037, de 1 de julho de 1941. Remove o sr. Mario França, diretor da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista “Cônego José Bento”, de Jacareí, para igual cargo na Escola Profissional Secundária Mista de São Carlos.

SÃO PAULO. Decreto nº. 15.934, de 9 de agosto de 1946. Subordina, em caráter de experiência, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, de Jacareí, à Diretoria Geral do Departamento do Serviço Social, da Secretaria da Justiça.

SÃO PAULO. Decreto nº 16.142, de 25 de setembro de 1946. Dispõe sobre relocação de cargos e dá outras providências.

SÃO PAULO. Lei nº 8.407, de 13 de novembro de 1964. Dispõe sobre a transferência da Diretoria do Ensino Agrícola, da Secretaria da Agricultura, para a Secretaria da Educação, e dá outras providências.

Relatório de 1936 (cópia), descrito por Horácio A. da Silveira, da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, publicado em 1937.

Relatório de 1937, descrito pelo diretor Mário França, da Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta de Jacareí, em 1938. Acervo do Arquivo Público e Histórico de Jacareí.

Referências Bibliográficas

CORREIA, A. P. P. **História e arquitetura escolar**: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FUNARI, P. P. e ZARANKIN, A. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pró Posições**, v.16, n. 1 (46), jan./abr. 2005.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. de S. e GATTI Jr., D. (orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil**: instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

GONÇALVES, R. de C. A arquitetura escolar como materialidade do direito desigual à educação. **Ponto de Vista**, v. 1 n. 1 jul/dez 1999.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-44.

LE GOFF, J. e NORA, P. **História**: novos objetos. 3. ed., tradução de Teresinha Marinho, RJ: Francisco Alves, 1988.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA / SUPERINTENDENCIA DO ENSINO PROFISSIONAL. **O ensino profissional primário e médio agrícola em São Paulo**. SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939, p.17.

SILVA, F. L. da. **A arquitetura escolar como fonte para a história da educação**. In: www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/.../aescola/aarquitecturaescolar.pdf. Acesso em 01.03.2013.

VIEIRA, A. de M.. **A linguagem da arquitetura na educação** (ESEBA-UFU). In www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_309.pdf. Acesso em 20.03.2013.

_____. **A arquitetura no espaço-tempo escolar**. In: www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/.../arquitetura-no-espaco.pdf. Acesso em 13.03.2013.

O TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOSÉ ROCHA MENDES

Paulo Eduardo da Silva

Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes

Introdução

O Centro de Memória Escola Técnica Estadual (Etec) José Rocha Mendes começa a funcionar de maneira precária e quase experimental, no ano de 2011. Uma data emblemática para o centro de memória, visto que esta também é a data de comemoração dos cem anos do início da Educação Profissional Pública no Estado de São Paulo. Devemos também levar em conta que a educação profissional pública se inicia com a fundação da Escola Profissional Masculina de São Paulo, escola da qual a Etec José Rocha Mendes é herdeira direta. Apenas estes dois fatos, já justificariam uma reflexão sobre a trajetória de nosso centro de memória nesta sua curta existência de apenas cinco anos.

No primeiro ano de existência, atuamos sem a participação de alunos, começando nossas pesquisas nos arquivos da escola e tentando organizar nossa primeira intervenção: um trabalho apresentado nos festejos do centenário da Educação Profissional, realizado na Etec das Artes, no Parque da Juventude em São Paulo. Paralelamente à elaboração da pesquisa e a redação do trabalho, iniciamos a coleta de móveis, objetos, fotos, documentos e toda gama de itens que, de uma forma ou de outra, pudessem materializar e referendar as principais etapas pelas quais passou a escola ao longo de cinco décadas.

A coleta de todos esses objetos nos apresentou um novo problema: a necessidade de um espaço onde se pudesse depositar o acervo que começava a se constituir naquele momento. Foi providenciado um arquivo de aço que, num primeiro momento, serviu bem para acomodar os pequenos objetos e alguns documentos que passaram a fazer parte daquilo que viria a se tornar nosso centro de memória. Esse arquivo foi colocado nos fundos da biblioteca da escola, o que trazia certas comodidades em termos de acesso e ao mesmo tempo, garantia uma segurança extra para o acervo.

A pesquisa nos arquivos da escola também apresentou certas dificuldades adicionais. Em 2004 a escola técnica havia sofrido uma enorme enchente que derrubou muros, arrastou arquivos, e levou consigo, uma parte considerável das memórias da escola. Para quem está começando a recuperar o passado da instituição, esse é um problema muito grave. Material precioso havia sido perdido na enchente e tínhamos de procurar cobrir as falhas da melhor maneira possível. A despeito dessas dificuldades iniciais, foi possível elaborar um relato minimamente “orgânico” dos primeiros anos de existência da escola e marcar nossa presença em um evento histórico da educação paulista: a comemoração dos cem anos de fundação da primeira escola profissional pública no Estado de São Paulo.

Esta foi apenas uma pequena parte dos desafios iniciais que se apresentaram neste primeiro ano de funcionamento de nosso centro de memória. Rapidamente, o acervo cresceu bastante, não só na quantidade, mas também no tamanho das peças e na complexidade das tarefas que se apresentavam. Algumas peças de mobiliário que foram coletadas exigiam mais espaço para sua acomodação. Além disso, havia a necessidade de se proteger melhor essas peças para que se evitassem danos às mesmas. A solução encontrada foi organizar essas peças todas juntas em um único invólucro e protegê-las com tapumes. As peças menores foram embaladas individualmente ou acomodadas em caixas de papelão e postas junto ao mobiliário. Foi uma solução barata e que até aqui, protegeu satisfatoriamente o acervo, muito embora isso tenha tornado o acervo invisível ao resto da comunidade escolar. Esperamos que no futuro, possamos dispor de um espaço de exposição que nos permita, além de proteger adequadamente o acervo, mostrá-lo também ao público.

A elaboração do texto resultante da pesquisa inicial no arquivo permanente, nos levou a idealizar um áudio visual contando a história daqueles primeiros anos da escola. Para a confecção do audiovisual, era necessário escanear dezenas de imagens antigas que iriam compor a parte visual da narrativa. Essas dezenas de imagens se tornaram o embrião de um acervo digital que cresceu aceleradamente nestes cinco anos de existência do centro de memória e que hoje, conta com milhares de fotos e registros filmicos.

Ainda nesse primeiro ano de existência de nosso centro de memória, tivemos a chance de iniciar a investigação acerca das obras de arte expostas na escola. Logo de início, tivemos a oportunidade de constatar a importância dessas obras, visto que foram produzidas sob a orientação do mestre Ferdinand Frick escultor e pintor sueco que na época, chegou a ter certa projeção na Europa. Viemos a descobrir mais tarde, que o mestre teve importante participação na construção da Catedral da Sé na cidade de São Paulo. Figura de destaque na comunidade paulistana do início do século XX, Frick era constantemente citado na imprensa da época. A descoberta desses fatos nos motivou a ampliar nossa pesquisa e aprofundar o conhecimento em torno do artista/professor que ensinou e motivou muitas gerações de estudantes daquela São Paulo ainda provinciana, mas que crescia em ritmo frenético. A partir da divulgação de nossas descobertas em torno de Ferdinand Frick, a comunidade escolar passou a olhar com outros olhos para aquela “velharia” que ocupava ambientes e corredores na escola. Foi a primeira vez em cem anos que se pesquisou a origem e importância das esculturas, seus autores, procedimentos e o contexto em que foram produzidas.

O segundo ano de funcionamento do Centro de Memória: duas pesquisas

O ano de 2012 começou prometendo grandes mudanças. A coordenadora do projeto de Memórias Prof.^a Maria Lucia Mendes de Carvalho nos orientou no sentido de prosseguir as pesquisas dentro da Etec Getúlio Vargas, escola que na década de 1960, deu origem à Rocha Mendes. Essa orientação abriu um grande leque de possibilidades para o projeto, visto que, na verdade, todas as nossas referências enquanto escola, pelo menos nos primeiros anos de existência, provinham da Getúlio Vargas.

Foi bastante prazeroso poder trabalhar com um acervo tão antigo e rico quanto o da Getúlio Vargas (Figura 1). Livros de registro imensos, todos escritos com caligrafia caprichada, a “bico de pena”, capas duras e lombadas montadas com cuidado artesanal. Revirar aquelas páginas amarelcidas pelo tempo e descobrir o cotidiano daquela velha escola, representou uma experiência única e um grande desafio.



Figura 1 – Pesquisando no “sótão” da Getúlio Vargas, 2012
Fotografia: Pedro Miragaia

A grande oportunidade de se fazer esta pesquisa, vinha acompanhada também uma grande responsabilidade - a de se preservar a verdade e objetividade de uma história que merecia ser contada. Uma história guardada e muda por tanto tempo e que agora podia passar a revelar seus personagens, conflitos e contradições. Essa responsabilidade logo passou a ser sentida no trabalho de organizar a imensa gama de informações que nos vinha chegando diretamente da fonte. Lembrei-me das advertências de um importante historiador:

O poeta cria o seu mundo arbitrariamente, de acordo com a sua ideia, e por isso pode apresentá-lo de maneira perfeita e acabada; o historiador está limitado, porque lhe é preciso construir o seu mundo de maneira a que se adaptem a ele todos os fragmentos que a história nos trouxe. Assim, não poderá nunca criar uma obra perfeita, transportará sempre as marcas visíveis do esforço das investigações, da coleta e da reunião dos fatos. (Goethes Gespräche in Schaff, Adam, 1978, pg. 279).

O trabalho na Getúlio Vargas muito contribuiu para esclarecer não só a origem de várias obras de arte, móveis e da própria escola e seu corpo docente original, como também serviu para provar que a inclinação “natural” da Rocha Mendes para a arte, é na verdade, uma permanência que se estende por um século. Esta “inclinação natural às artes” foi herdada através de sucessivas gerações de mestres da Escola Profissional Masculina e repassada a seus discípulos até chegar à formação corpo docente fundador da Rocha Mendes. Tradição esta que depois se perpetuou na primeira geração de seus alunos, que posteriormente se tornaram também professores.

Dessa forma, pudemos mapear as origens e permanências de certas práticas pedagógicas e a origem de nossa “veia artística”, desde muito antes de nossa fundação. Todo esse levantamento rendeu à Rocha Mendes mais um capítulo de sua história e o trabalho daí resultante foi posteriormente publicado pelo Centro Paula Souza em livro.

Além desse trabalho que ficou intitulado “As Raízes Artísticas da Etec José Rocha Mendes: Práticas Pedagógicas e suas Permanências”, os meses que passamos no centro de memória da Getúlio Vargas também nos permitiram digitalizar inúmeras fotos de personalidades muito respeitadas na Rocha Mendes e lembradas com muito carinho. Este é o caso, por exemplo, do professor Edem Della Bella, homenageado com uma placa no auditório de nossa escola. Pudemos recuperar uma parte do passado dessas personalidades, sua formação acadêmica, fotos de formatura e outros dados.

Em 2012 conseguimos ainda um excelente equipamento de gravação de áudio e vídeo, custeado pela Associação de Pais e Mestres (APM) da escola. Com este equipamento pudemos dar início ao trabalho de registro de entrevistas com personagens de interesse da história da escola técnica. Com isso, demos ensejo ao trabalho sistemático para a construção e registro de nossa história oral, trabalho este amparado por capacitações realizadas pela Prof.^a Maria Lucia Mendes de Carvalho. Rapidamente, a história oral se transformou em valiosa ferramenta de pesquisa e prospecção de nosso passado escolar, tornando-se de fato, indispensável para a realização de um trabalho consistente.

O primeiro personagem entrevistado foi o Prof. Edson Patané que está na escola desde os onze anos de idade, quando ingressou como aluno do Ginásio Industrial de Vila Prudente. Posteriormente, tornou-se professor e prossegue na docência da escola até os dias de hoje. Seguiram-se depois dele, inúmeros personagens de importância para a memória da instituição. Todas as entrevistas tinham de ser transcritas de maneira fiel e transformadas em arquivos digitais para facilitar sua posterior publicação em diferentes mídias. O trabalho seria imenso para uma só pessoa: preparar as entrevistas, realizá-las, cuidar da

documentação, transcrever, etc. A solução foi criar uma equipe de alunos e dividir as entrevistas em blocos pequenos, onde cada aluno se ocuparia de uma pequena parte daquilo que foi gravado, o que evitaria que a transcrição se tornasse excessivamente enfadonha. A partir daí, pudemos trabalhar com os textos transcritos, o que fez deslanchar as pesquisas e a produção dos primeiros capítulos da história de nossa escola técnica.

A formação desta primeira equipe de alunos foi também de grande valia para a realização de inúmeras outras tarefas que o centro de memória deveria dar conta. Esta equipe ajudou a recolher peças históricas pela escola, higienizar essas peças, embalar, etiquetar e acomodar tudo, no pouco espaço disponível no centro de memória. Foi também nesse ano que fizemos nossa primeira intervenção no sentido de recuperar objetos que se encontravam em processo de deterioração (Figura 2). Com a ajuda da mesma equipe de alunos, pudemos mover os pesadíssimos bronzes de seus pedestais infestados de cupins e tratá-los com produtos adequados buscando assim, mitigar a ação dos insetos e obstar o processo de deterioração, pelo menos, por algum tempo.



Figura 2 – Descupinização dos pedestais de madeira, 2012

Fotografia: Ernesto Lacava

A documentação também crescia aceleradamente, aliás, muito mais do que seria possível para nossa pequena equipe, cuidar adequadamente dela. Chegaram às nossas mãos jornais antigos com reportagens sobre a escola, que se não fossem adequadamente arquivados, preservados e digitalizados, poderiam ficar irremediavelmente perdidos. Essa tarefa exigiu muito material (pago pela APM) e horas de trabalho para a confecção de embalagens que pudessem preservar este material sem dobras e num espaço adequado às suas necessidades. Isso sem contar a necessidade de espaços em armários ou arquivos adequados, numa escola que já tinha, havia algum tempo, problemas de espaço.

O ano de 2012 foi de fato extremamente produtivo para o centro de memória. Não bastasse todas as atividades desenvolvidas naquele ano, ainda havia mais uma tarefa muito

importante a realizar: o desenvolvimento de uma pesquisa paralela sobre os cursos ferroviários. Sob a orientação da Prof.^a Maria Lucia, ficamos encarregados da pesquisa acerca do curso ferroviário ministrado nas dependências da Getúlio Vargas entre os anos de 1935 e 1948. A pesquisa se mostrou bastante interessante, pois lançou luz sobre um período da história brasileira em que o transporte ferroviário tinha uma importância muito maior que a que vemos atualmente. Não obstante, pudemos ainda compreender a importância das escolas técnicas dentro do contexto do desenvolvimento industrial do país, visto que, tais cursos ferroviários foram instalados em diversas unidades pelo estado o que demonstra o papel fundamental do ensino técnico para dar suporte à indústria ferroviária, pelo menos durante aquele período.

A pesquisa ainda nos rendeu imagens muito interessantes da Getúlio Vargas daquele período. Pudemos perceber através dessas imagens, o nível técnico que a escola tinha e o preparo na formação de técnicos do mais alto nível. Trabalhar apenas com o arquivo iconográfico da Getúlio Vargas já seria uma pesquisa à parte que renderia frutos bastante promissores para as memórias da educação técnica. Com certeza um projeto de pesquisa bem-vindo para qualquer um que tenha interesse nas memórias da educação paulista.

Equipe em mudança no Centro de Memória

A equipe de alunos que vinha cooperando com o centro de memória até então, finalmente se formou no Ensino Médio e deixou a escola. Uma nova equipe é formada para o ano de 2013 e seus membros são recrutados principalmente entre os alunos de comunicação visual. Foi uma escolha bastante feliz, pois a equipe formada a partir daí se mostrou bastante combativa e interessada, participando ativamente das muitas tarefas que o ano novo nos impunha. Talvez a mais importante das tarefas reservadas para este novo ano fosse a entrevista com a Prof.^a Loris Galdi Rampazzo. Esta professora atuou na Rocha Mendes nos anos 1980 e juntamente com o Prof. Edem Della Bella, ajudou a instalar o embrião daquilo que viria a ser o curso de Desenho de Comunicação, curso este que exigia do aluno, o desenvolvimento de habilidades verdadeiramente artísticas. A Prof.^a Loris é portanto, figura da mais alta importância para a Rocha Mendes, sendo uma das pessoas que verdadeiramente imprimiu um “caráter” à instituição e este caráter tendeu mais uma vez para o lado da arte.

A entrevista com Loris nos deu mais indicadores dos rumos que a escola vinha tomando e reafirmou de maneira incontestável nossa vocação artística que se mantém até hoje. Durante o período em que atuou na Rocha Mendes, a professora incentivou nossos alunos a realizarem exposições de arte, que chegaram a se tornar uma tradição em nossa escola por décadas. Com a orientação de uma mestra tão capacitada, a escola chegou a receber prêmios importantes, inclusive do Governo do Estado de São Paulo. Mais modernamente, foi criado em nossa escola o curso de Técnico em Modelagem de Vestuário. Consideramos que o curso de Moda foi outro elemento que veio a reafirmar o caráter artístico da Rocha Mendes, visto que atualmente, a moda internacional é vista mais como

uma expressão da arte que propriamente da indústria. A partir destas constatações, surgiu a necessidade de realizamos também uma entrevista com o professor Vagner Carvalheiro, um dos idealizadores do curso de Moda e que ainda atua na escola conosco. Havia trabalho de sobra a ser realizado por nossa equipe de alunos, que não se negou a atuar firmemente para a execução dos muitos desafios que se apresentavam (Figura 3). Pilhas de fotos se amontavam em nossos armários que já apresentavam sérios problemas de espaço. Para evitar danos a este patrimônio, havia a necessidade de se confeccionar “molduras” em papelão Paraná (como era a orientação na época) para a preservação deste material.



Figura 3 – Confeção de molduras para fotos de arquivo, 2013
Fotografia: Paulo Eduardo da Silva

Outras entrevistas importantes e que contribuíram para ampliar nossa compreensão do passado da escola, foram as entrevistas com as professoras Mônica Tanaca e Olga Campoy que deram contribuições diferentes para nossa análise dos rumos que os cursos de arte vinham imprimindo à escola. Todo esse trabalho não seria possível sem a participação da equipe de alunos que diligentemente, transcrevia as entrevistas. Nessa altura do desenvolvimento de nossas pesquisas, a história oral havia se tornado um instrumento da mais alta importância para não dizer imprescindível, para o levantamento de informações que os documentos disponíveis simplesmente não contemplavam. Daí a importância de nossa equipe de alunos que, trabalhando com tanto afinco, nos permitiu “costurar” as várias entrevistas realizadas e extrair daí um texto coerente e uma análise que nos permitisse cobrir algumas lacunas.

José Carlos Meihy e Fabíola Holanda nos dão alguns indicadores da importância da análise do relato de entrevistas em História Oral:

Isoladas, as entrevistas não falam por si, logicamente. Alinhá-las, contudo, é um procedimento capaz de sugerir, mais do que a condução do projeto, possíveis análises. Sozinhas, também, as entrevistas não se sustentam enquanto história oral; seriam apenas textos estabelecidos. A dimensão social é feita na medida em que são indicados os pontos de intercessão das diversas entrevistas. (Meihy e Holanda, 2013, pg. 131).

Foi ainda nesse mesmo ano que criamos um site com textos e imagens relativos às pesquisas realizadas até aqui e que buscava difundir a história e a memória da Etec José Rocha Mendes desde os primeiros dias até a atualidade. Este site nos permitiu atrair a atenção de ex-alunos que tinham perdido contato com a escola, mas que através do site, tiveram condições de nos contatar e se colocar à disposição para compartilhar suas memórias.

Como o ano do cinquentenário da escola se aproximava, a equipe de alunos iniciou os trabalhos de preparação para os eventos que deveriam constar dos festejos do jubileu. Entre várias ideias discutidas pela equipe, a que exigiria uma preparação mais extensa era a da “cápsula do tempo”. A equipe começou realizando uma enquete entre todos os alunos da escola, no sentido de conseguir sugestões para a montagem do conteúdo da cápsula. Os alunos poderiam opinar através de uma cédula de votação e apontar qualquer objeto ou objetos que representassem nosso modo de vida neste início de século XXI.

A despeito de tanto progresso alcançado em termos museológicos e de produção acadêmica, não nos foi possível conseguir um espaço na escola para organizar e expor o acervo do centro de memória. A direção da escola num primeiro momento havia se colocado a favor de criar um espaço para esse fim, mas pouco depois foi se tornando reticente em relação ao assunto até que este caiu no mais completo esquecimento. Até este ano de 2016, o acervo do centro de memória é apenas um amontoado de velharias invisíveis ao restante da escola. Os documentos, fotos e livros estão guardados em três armários nos fundos da biblioteca, assim como algumas peças de mobília e outros objetos maiores que foram protegidos por tapumes e embalados em papel pardo.

O Cinquentenário da Etec José Rocha Mendes

Ao chegar o ano do cinquentenário da escola, o centro de memória estava totalmente voltado à realização dos festejos e cerimônias pertinentes a esta data tão emblemática para a escola técnica. Logo no início do ano finalizamos um “Movie Maker” contando passo a passo a demolição da antiga quadra da escola para a construção de uma nova. Esta nova quadra seria coberta, mais moderna e mais adequada às necessidades da instituição que crescia a cada dia.

A equipe de alunos continuava completamente engajada no trabalho de preservação patrimonial e, para o ano de 2014, o centro de memória por sugestão da

coordenadora Maria Lucia Mendes de Carvalho optou por pesquisar a vida do patrono, o deputado José da Rocha Mendes Filho. A escolha deste tema para a pesquisa do ano, não foi por acaso. O conhecimento relativo ao patrono era muito limitado, e sendo figura tão emblemática para a escola, tornou-se premente a necessidade de se ampliar e divulgar este personagem para toda comunidade escolar.

Ainda por sugestão de Maria Lucia, engajamos os alunos de nossa equipe na pesquisa para o levantamento de dados que comporiam o artigo que produziríamos para este ano. A equipe como sempre se entusiasmou com o projeto, e dessa forma nos organizamos para coletar dados na maior fonte por nós conhecida: o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Figura 4).



Figura 4 – Equipe do centro de memória pesquisando no Arquivo do Estado, 2014

Fotografia: Paulo Eduardo da Silva

Toda documentação lá existente relativa à figura de José Rocha Mendes, era proveniente dos arquivos do antigo DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social), órgão de repressão da ditadura militar e, portanto, uma fonte única e que se pretendia, “verdade oficial” sobre o personagem. Obviamente, uma documentação com tal procedência deveria ser filtrada e olhada com reservas por nós. Nada disso nos impediu de começar a revirar tudo o que o Arquivo do Estado tinha a nos oferecer. A documentação estava toda microfilmada, o que apresentava um aspecto prático por um lado, e uma dificuldade por outro.

O lado prático era que este formato agilizava a consulta aos documentos num simples apertar de botões. A dificuldade era que todo o material só poderia ser consultado ali mesmo no arquivo, sem meios de se fazer cópias para consultas posteriores. Pior ainda, a equipe de alunos não poderia dispor de um tempo infinito para avaliar quais papéis eram significativos ou não, pois tinham seus próprios afazeres em casa e na escola. A solução mais simples foi fotografar tudo o que nos parecesse importante sem muita análise, para depois, na escola ou cada um em sua casa, ler mais detidamente aquilo que foi fotografado quase sem critérios. Nesse momento pudemos avaliar a importância do trabalho de equipe em uma pesquisa como essa. Trabalhando em conjunto e com celulares, pudemos foto-

grafar uma quantidade enorme de material para posterior análise, trocando informações e agilizando bastante a compreensão do conteúdo disponível nos documentos.

A partir desta análise mais detida, pudemos começar a esboçar a trajetória pessoal e política de José Rocha Mendes em sua jornada pelo sindicato e pelo movimento operário até chegar a ocupar cargos eletivos. Tivemos chance de perceber sua importância no cenário nacional e suas andanças por outros países sempre levantando a bandeira do sindicalismo e da união operária internacional. A ajuda da equipe de alunos tornou-se imprescindível para a plena apreciação de tão vasta documentação presente no Arquivo Público do Estado (Figura 5). Sem nossa equipe, o trabalho com tais documentos teria sido muito mais árduo e quem sabe, nem tanto produtivo.



Figura 5 – Nossa equipe cuidando de um episcopópio do acervo, 2014
Fotografia: Paulo Eduardo da Silva

Ainda no primeiro semestre de 2014 foi realizada no novo prédio do Centro Paula Souza uma cerimônia conjunta de aniversário entre as Etecs José Rocha Mendes e Martin Luther King. As duas escolas técnicas foram fundadas pelo mesmo decreto de criação e ambas são divisões da Getúlio Vargas. Para a cerimônia ficar completa, foi convidado o Prof. Marcelo Gazzo, diretor da Getúlio Vargas que foi homenageado na qualidade de representante da primeira escola profissional que deu origem ao ensino técnico público em São Paulo. Na cerimônia, foram apresentados dois pequenos audiovisuais que contavam resumidamente as trajetórias da Rocha Mendes e Martin Luther King. Esses audiovisuais foram produzidos pelo Centro de Memória José Rocha Mendes, além de outros materiais que foram expostos durante o evento.

Feitas as celebrações, nosso centro de memória se voltou principalmente à coleta de objetos para a finalização de nossa “cápsula do tempo” que fecharia com chave de ouro o ano do jubileu. A inserção da cápsula entre os muros da escola representaria o encerramento dos festejos e um legado para o futuro. Quando nossa escola completasse oitenta anos, a cápsula seria aberta, exposto seu conteúdo e quem sabe, acrescentar-se-iam ao conteúdo, novos objetos. Então, ela poderia voltar ao lugar que lhe foi destinado para fazer uma nova aparição no centenário da escola (se nos fosse permitido chegar a tanto).

Todos os preparativos feitos, a cápsula ficou pronta para sua viagem ao futuro. Faltava apenas a inserção dela na alvenaria da escola. A comissão formada para avaliar seu conteúdo havia determinado que ela fosse aberta em 2044, trinta anos após sua inserção. Quando tudo estava pronto para o encerramento, começaram alguns problemas, proteções e dúvidas quanto ao momento ideal para se realizar a inserção. Foi aventada a hipótese de que o final do ano não seria um bom momento para realizar a cerimônia e que mais oportuno seria o início do ano seguinte. Sem meios de realizar a inserção sem o aval da direção da escola, o jeito foi esperar o início de 2015, acreditando mesmo que a data já havia se desvinculado do ano do cinquentenário.

Quando o ano de 2015 se iniciou, a direção da escola alegou falta de verbas para realizar a inserção e finalmente, o projeto foi descartado, depois que o centro de memória havia despendido dois anos de esforços e planejamento para que a memória da escola pudesse ficar, pelo menos em parte, cristalizada em alguns objetos mais emblemáticos de nosso tempo. A cápsula em si, continua guardada no acervo do centro de memória, esperando pelo momento de sua inserção. Projeto de duração relativamente longa, a cápsula continua como todo o resto do acervo: invisível à comunidade escolar e aguardando por dias melhores.

Uma longa pausa

Devido a questões de trabalho, foi necessário que em 2015 nos afastássemos da Rocha Mendes. O acúmulo de cargo com a Secretaria de Educação e o aumento das aulas disponíveis na Rocha Mendes, fez com que a carga de trabalho total se tornasse demasiada. Daí a necessidade do nosso afastamento da escola e conseqüentemente, a paralisação total dos trabalhos desenvolvidos pelo centro de memória. Durante o ano desse afastamento, aproveitamos para encaminhar licenças-prêmio e preparar nossa aposentadoria da Secretaria de Educação, para aí sim, nos dedicarmos exclusivamente à escola técnica e ao centro de memória.

Ao retornar depois de um ano de afastamento, fiquei surpreso em ver que a cápsula do tempo que foi um projeto recebido com entusiasmo pela direção da escola e pela maior parte da comunidade escolar, já havia sido completamente esquecida. Ninguém mais tocou nesse assunto e aparentemente, ninguém se importou com o fato de que aquilo que deveria ser o “marco do cinquentenário” fosse descartado com a maior sem cerimônia. A grande exceção a esse clima de amnésia coletiva foi o Prof. Edson Patané. Assim que nos viu retornar, perguntou a queima-roupa: e a cápsula? Não havia o que fazer. Esse assunto estava encerrado, morto e enterrado.

O interesse do Prof. Patané nesse assunto se explica facilmente, se levarmos em conta o fato dele estar na Rocha Mendes há mais de quarenta anos e, mais do que ninguém, amar esta escola como se fosse a própria casa dele. Certa ocasião, ele mesmo me confidenciou que em todo esse tempo que convive com a escola, “certamente passei muito mais tempo na escola do que na minha própria casa”. Esta figura emblemática se apega a

tudo aquilo que se refere à escola e tem um carinho muito grande pelas memórias ligadas ela. Foi o personagem que mais apoiou e se interessou por nosso centro de memória e suas atividades. Acreditamos mesmo que para ele, o fato da cápsula ter se tornado um “projeto inconcluso” foi uma enorme decepção. Quando da inauguração da nova quadra de esportes, aventou-se a hipótese de homenageá-lo colocando na quadra uma placa com o seu nome. Porém acreditamos que cabe ao nosso centro de memória fazer justiça a esta figura que representa a própria história e memória de nossa escola técnica. Se em algum momento, tivermos oportunidade de criar algum espaço por mínimo que seja, que possa servir para tal homenagem, será obrigação do centro de memória perpetuar o nome desta ilustre figura para que seja sempre lembrada.

Cápsula esquecida, homenagem esquecida. Começávamos a achar que éramos responsáveis por um centro de esquecimentos e não de memórias. Nosso projeto para 2016 recebeu o título de “Arquitetura Escolar: usos e apropriações do espaço escolar – um estudo de caso da Etec José Rocha Mendes”. Como se percebe, a ideia era estudar a arquitetura da escola e estabelecer alguns paralelos com o processo fabril e a domesticação dos corpos necessária ao trabalho industrial.

Depois de algumas semanas de hesitação, a diretoria da escola aprovou o projeto e o encaminhou à Unidade de Ensino Médio e Técnico (CETEC), órgão responsável em última instância pela orientação e acompanhamento do projeto. Depois de aprovado pela CETEC, o projeto deveria começar a ser executado, porém nos foi informado que não havia professor para nos substituir nas dez aulas que deveríamos deixar em favor de sua execução. Com isso, o total de aulas (somadas às aulas que deveríamos ministrar mais as dez aulas do projeto), excedia o limite imposto pelo Centro Paula Souza, o que nos obrigou a desistir da empreitada para o ano de 2016.

Para o futuro, aguardamos por mudanças no cenário que possibilitem a esse centro de memória voltar às atividades para fazer aquilo que acreditamos ser absolutamente necessário: a preservação e divulgação da história e memórias da Educação Profissional Paulista.

Referências

Fontes primárias:

Arquivo Permanente da Etec José Rocha Mendes

Caixa de Prontuários nº 001/050

Caixa de Prontuários nº 681/720

Caixa de Prontuários nº 721/740

Caixa de Prontuários nº 741/790

Livro de Registro de Matrículas 1963 – 1967

Livro de Registro de Matrículas 1968 – Curso Noturno

Livro de Registro de Matrículas 1968 – 1972

Pasta de Recortes do DOE – Secretaria Acadêmica Etec José Rocha Mendes.

Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas

Livro de Estatística – 1935/1956

Livro de Registro de Matrícula – 1927/1937

Livro de Registro de Matrícula Noturno – 1928/1937

Livro de Registro de Ponto Diurno e Noturno – 1937

Livro de Registro de Ponto – 1939/1940

Livro de Registro de Ponto Diurno – 1940/1941

Fontes orais:

PATANÉ, Edson João. Entrevista concedida a Paulo Eduardo da Silva, em 18 de agosto de 2012.

CAMPOY, Olga Fuentes. Entrevista concedida a Paulo Eduardo da Silva, em 26 de abril de 2013.

Rampazzo, Loris Graldi. Entrevistas concedidas a Paulo Eduardo da Silva, em 04 de junho e 20 de setembro de 2014.

Referências Bibliográficas

GELBICK, Wilson. **Obras do Escultor F. Frick na Catedral da Sé**. Joinville: Editora Univille, 2013.

MEIHY, José C.S.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

CENTRO DE MEMÓRIA TRAJANO CAMARGO: ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

Marlene Aparecida Guiselini Benedetti

Escola Técnica Estadual Trajano Camargo

Introdução

Há anos, estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa sobre determinados momentos da história da escola Trajano Camargo¹, momentos considerados relevantes, tais como, a origem da atual escola técnica (anos 1930); as primeiras turmas do ginásio industrial básico e do curso extraordinário (anos 1950); o término da construção do prédio frontal e a entrada de turmas femininas no ginásio, a cessão de salas e oficinas para cursos técnicos da Universidade Estadual de Campinas, a construção da quadra e as primeiras conquistas esportivas (anos 1960); a implantação das habilitações técnicas de 2o. grau de metalurgia, eletromecânica e nutrição e dietética (anos 1970).

A reprodução de documentos escritos, oficiais e pessoais; as fotos de artefatos, móveis, objetos de arte, troféus, instrumentos científicos, comemorações e depoentes; entrevistas gravadas e transcritas; fichas de registro de objetos justificam a necessidade de a instituição escolar ter um centro de memória.

[...] o Centro de Memória deve desempenhar a sua missão de preservar os documentos considerados de valor histórico e artístico e que possam contribuir para a construção de uma memória coletiva, garantido o resgate, a preservação a disseminação do patrimônio histórico-documental. As práticas sem esta concepção, não passarão de técnicas museográficas que se esgotam

¹ No trabalho, tem sido usada a denominação genérica de escola Trajano Camargo. Ao longo dos anos ela recebeu vários nomes: escola industrial, ginásio industrial estadual, centro estadual interescolar, escola estadual de 2º grau, escola estadual de 1º e 2º grau, escola técnica estadual de segundo grau, escola técnica estadual e escola técnica.

em sim mesmas e que não contribuem com a proposta de construção de projetos educativos que venham a ser desenvolvidos pelo centro de memória, tornando a instituição um grande depósito para guarda de objetos. [...]

(SANTOS e LARSEN, 2013, p. 328)

Numa sala de 22m² no piso superior, voltada para a Rua Tenente Belizário, a tarefa do corrente ano é organizar o acervo do centro de memória, mobiliar, classificar em pastas/caixas os documentos em papel, iniciar um arquivo fotográfico, recuperar e fazer funcionar, na medida do possível, algum material didático de décadas anteriores. Concomitantemente, armazenar em HD externo o material coletado, produzido e a produzir, para um futuro centro de memória virtual.

Conhecendo a instituição escolar

A Escola Técnica Estadual Trajano Camargo é, desde 1994, uma das escolas técnicas integrantes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. No corrente ano, funciona com classes de ensino técnico integrado ao ensino médio (Etim) em administração, eventos, mecânica, nutrição e química. No período noturno, na sede e nas classes descentralizadas (Limeira, Artur Nogueira e Cosmópolis) oferece o ensino modular em administração, eletroeletrônica, informática, logística, metalurgia, mecânica, química, recursos humanos, finanças, concluídos em três ou quatro ciclos. Total geral de alunos: 1.200, até julho/ de 2016.

O primeiro projeto de pesquisa, denominado *Trajano Camargo - a Escola Profissional da década de 1930: construção da história*, teve como propósito buscar a origem da escola Trajano Camargo, que surgiu como Escola Profissional Mixta Primária de Limeira, e posteriormente, foi denominada Escola Profissional Mista “Dr. Trajano Camargo”². Essa escola municipal criada, em setembro de 1934, pela prefeita Maria Thereza Silveira Mello de Barros Camargo³ esteve em funcionamento entre 1935 e 1939. No período da tarde, com dois anos de duração, ofereceu os cursos de mecânica, marcenaria e corte e confecção e, no período noturno, os cursos de alfabetização, corte e confecção e desenho técnico. Com sua extinção há um hiato de alguns anos até que a Escola Industrial Trajano Camargo fosse criada pelo decreto de 19 de dezembro de 1944. A prefeitura municipal doou o terreno para a construção do prédio que, segundo as lembranças de um antigo professor, teve início

² De tradicional família limeirense, engenheiro, um dos fundadores da Machina São Paulo, indústria mecânica pioneira de Limeira. Faleceu, em 08/04/1930, aos 40 anos. Teve importante atuação na sociedade local nos campos da educação, cultura, saúde e política.

³ Maria Thereza Silveira Mello de Barros Camargo, viúva do Dr. Trajano de Barros Camargo, foi prefeita de Limeira (1934-35) nomeada pelo interventor Armando de Salles Oliveira e deputada estadual eleita pelo Partido Constitucionalista (1935-37).

em 1948. A inauguração oficial se deu no dia 17 de maio de 1953. O prédio dos fundos alojou classes e oficinas para o curso ginásial de mecânica de máquinas e fundição e o curso extraordinário de mecânica – torneiro, ajustador e desenho técnico. Era uma escola masculina – por seus alunos, mestres, professores, diretor, funcionários, com poucas mulheres no corpo docente e administrativo. Esse período se encontra no trabalho *Escola Trajano Camargo: o curso industrial básico e o extraordinário* (1953 - 1957).

No início de 1960, com o prédio da frente finalizado, mas não inteiramente concluído, entrou em funcionamento o curso ginásial industrial feminino, em período integral. A procura foi grande. Era um curso novo na cidade, não acadêmico, que mesclava algumas disciplinas tradicionais com outras voltadas à administração do lar, aos trabalhos manuais (corte e costura, flores e bordados) e às práticas de cozinha. A quadra de esportes foi construída pela ação conjunta de professores, funcionários e alunos, coordenados pelo professor de educação física, Júlio Américo Barbugli Abbade⁴. O piso da quadra era de ladrilho antiderrapante. Nas oficinas da escola foram fabricados os aros e as tabelas para o basquete, os suportes para a rede de vôlei, as traves de gol para o futebol de salão. Sem data precisa (talvez entre 1960-63) e, aparentemente, sem registro fotográfico, o busto do patrono esculpido em bronze sobre base de granito, foi colocado no jardim externo do prédio na esquina da Rua Tenente Belizário com a Santa Cruz. Esses e outros fatos estão presentes no texto *Trajano Camargo: a ocupação do espaço escolar na década de 1960*.

No Ginásio Industrial Estadual Trajano Camargo de Limeira, em 1974, foi autorizada a abertura de uma classe de 1ª série do 2º grau do curso técnico em metalurgia. Nos anos posteriores, foram iniciadas as habilitações profissionais de técnico em eletromecânica, economia doméstica e desenhista de ferramentas e dispositivos (1975), nutrição e dietética (1976), decoração (1977) e mecânica (1978). Eram habilitações parciais ou plenas, oferecidas nos turnos diurno e/ou noturno. Na década de 1980, foram instalados os cursos técnicos de secretariado e de química, mas extintos os de economia doméstica e decoração. Em 1993, o curso de eletromecânica foi substituído pelo de eletroeletrônica. Outros cursos não regulares para atender às necessidades de qualificação e requalificação profissional foram ministrados na/pela instituição escolar. Para o projeto de pesquisa com hora atividade específica foram escolhidas as habilitações de metalurgia e as da área de elétrica – eletromecânica e eletroeletrônica, abordadas no texto *As habilitações profissionais de 2º grau na escola Trajano Camargo de Limeira, na década de 1970*.

⁴ Por vinte e sete anos de dedicação e trabalho na escola Trajano, seu nome foi dado à quadra esportiva. A placa foi descerrada na cerimônia comemorativa dos 63 anos da instituição (excepcionalmente, realizada em 31 de maio).

O acervo escolar: fase inicial

O acervo começou a ser construído com o estudo sobre a escola profissional. A primeira fonte foram os livros pontos dos funcionários nos anos de 1936, 37, 38, 39/40. Foram conseguidos documentos arquivísticos como certidões de cartório de registro civil e de registro de imóveis, ato de posse da prefeita, atestado de frequência, certificados de habilitação nos cursos de marcenaria, corte e confecção, ficha de bandeirante (Corporação de “Bandeirantes Technicos”), cadernos de desenho - riscos de bordado e álbum de poesias, escaneados, quadros de diplomados, fotos de grupos de alunas, folheto da sessão comemorativa do 1º aniversário da escola profissional primária – programação e letra do hino. Assim, foi possível recuperar a música. Além de outras fontes, os depoimentos de antigos alunos foram vitais para a escrita do texto.

As pesquisas subsequentes vão ampliar esse núcleo inicial. São documentos escolares (certificados de conclusão), convites e fotos de formatura, desenhos e fotos das etapas da construção do prédio. Há originais e cópias xerografadas ou escaneadas.

A escrita do trabalho *O patrimônio cultural da escola Trajano Camargo: um registro dos bens materiais* (2014) requereu um inventário de bens. Os mais visíveis, distribuídos pelo espaço escolar são alguns móveis de madeira (poltrona de dois assentos, cadeira de mola, mesa de centro, escrivaninha), piano e obras de arte (escultura e tela do patrono, Dr. Trajano Camargo). O material didático de décadas anteriores - projetor de slides e de filmes 16 mm, canhão de luz, mimeógrafo a álcool, ocupavam espaços contíguos à diretoria de serviços, no subsolo, junto a equipamentos usados pela administração escolar – máquina de calcular, máquinas de datilografia, relógios ponto, calculadora mecânica. Os menos visíveis estavam nos laboratórios.

O *hall* para a sala do centro de memória. A maior parte dos troféus esportivos antigos tinha sido listada e fotografada por alunos do curso de turismo como trabalho de conclusão de curso, em 2013. Quando necessário, novas fotos foram tiradas e a lista conferida e complementada. Foi feita uma seleção. Os troféus de 1964 até 1994 ficaram na sala do centro de memória e os mais recentes, de 2005 a 2015, mais vistosos, continuam na entrada da biblioteca. Conquistaram espaço e visibilidade. Outros prêmios estão na sala da direção, alguns deles de participação em feiras científicas, em anos recentes.

Por enquanto, a sala do centro de memória dispõe de um armário e duas estantes, sem fundo, de aço, três mesas, uma carteira e duas cadeiras, em bom/razoável estado de conservação. Há pouco tempo, foram solicitadas duas prateleiras de aço ao Centro Paula Souza. Uma bancada de marcenaria, uma mesa de corte e costura e uma escrivaninha de madeira, peças de tempos passados, após manutenção, devem compor o mobiliário. Por ora, alguns equipamentos e instrumentos científicos estão sobre mesas ou no chão.



Figuras 1, 2 e 3 - Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em fase de organização
Fotografia: Marlene Aparecida G. Benedetti, em 15/07/2016

Não há pastas e caixas para a organização e acondicionamento do acervo em papel, tais como os documentos de história oral (cartas de cessão de direitos autorais e de imagem, transcrições e transcriações), certidões cartoriais, diplomas, reprodução de fotos do patrono, Dr. Trajano de Barros Camargo, de D. Maria Thereza de Barros Camargo e da Machina São Paulo. Há fotos esparsas e em álbuns, a maioria sem anotação de datas, fatos e personagens. Identificadas estão as fotografias dos depoentes das pesquisas e dos objetos inventariados. Para o acervo podem ser incluídos dois pôsteres digitais (“A ocupação do prédio escolar e “A ocupação do prédio ... pelos artefatos – artefatos de mecânica” e os slides em power point das apresentações em simpósios e encontros que tiveram a participação do GEPEMHEP (Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional) do Centro Paula Souza coordenado por Prof. Dra. Maria Lúcia Mendes de Carvalho. Além disso, a produção para as sessões comemorativas sobre passagens da história da escola Trajano Camargo, realizadas no auditório em 2010, 2014, 2015 e 2016.

Na atualidade, a Etec Trajano Camargo tem montados os laboratórios de mecânica, química, tecnologia, nutrição e dietética, metrologia, metalografia e fundição, informática, eletroeletrônica, elétrica, pneumática e automação. De todos eles poderiam ser destacados

um ou mais artefatos do patrimônio cultural⁵ científico e tecnológico, na forma de utensílios, instrumentos, ferramentas ou máquinas. Foram arrolados e fotografados os mais antigos, ou seja, aqueles das décadas de 1950, 60 e 70:

- no laboratório de metrologia: paquímetro e súbito;
- no laboratório de metalografia e fundição: forno mufla e misturador;
- no laboratório de mecânica: compassos (externo, interno e de ponta),
- furadeira manual, suta, calibrador traçador de peças retas e graminho traçador de peças cilíndricas, tornos mecânicos de modelos diferentes, plaina limadora, plaina manual, fresadoras⁶;
- no laboratório de elétrica: amperímetro com caixa de baquelite, wattímetro com caixa de baquelite e voltímetro analógico com caixa de baquelite.

De todos eles, foram elaboradas fichas de registro. Há lacunas porque faltam dados sobre a procedência, história do objeto, fabricante, ano da fabricação, documentos associados.

Recentemente foram recebidos do laboratório de química um fotocolorímetro e um medidor de pH; do laboratório de metalografia, estereoscópio e dois microscópios ópticos. Esses aparelhos foram doados por empresas e hoje são dispensáveis porque há outros mais avançados tecnologicamente.

Cabe uma pergunta: um centro de memória deve receber quais artefatos? Como afirma Miranda⁷, “as perguntas que nos movem [são]: o que guardar? Por que guardar? Como guardar? Como disponibilizar para consulta? Como fazer com que a memória seja um valor na história institucional? ”.

⁵ Patrimônio cultural - aquele conjunto de produções tangíveis e intangíveis do ser humano e seus contextos sociais e naturais que constituem objeto de interesse a ser preservado para as futuras gerações. [...] o patrimônio cultural da ciência e tecnologia inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (inclusive documentos em suporte papel), utilizados em laboratórios [...] (GRANATO e LOURENÇO, 2010)

⁶ Fresadora universal marca Sajo, fabricada em ferro fundido e aço pela Sandéns, Suécia, com 1.550mm de altura, 1.330mm de largura e 1.210mm de comprimento. Essa máquina, com o tempo, apresentou problemas nos eixos X e Z. Quatro alunos do 3o. módulo de mecânica decidiram reformá-la, como trabalho de conclusão de curso (TCC). Há dias, foi transferida para a Etec Lauro Gomes de S. Bernardo do Campo. Razões alegadas: falta de espaço no laboratório de mecânica, máquinas mais novas recebidas e a receber e a necessidade de outra escola técnica do Centro Paula Souza. Talvez pudesse ter permanecido no Trajano, em outro local.

⁷ Danilo Souto de Miranda, diretor regional do Sesc São Paulo, na apresentação do livro Centros de Memória: uma proposta de definição de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, publicado pelo Sesc, em 2015.

O Acervo Escolar: organização

- Artefatos⁸

Os objetos do centro de memória, poucos por ora, poderiam ser agrupados em artefatos de cursos técnicos que, de acordo com Centro Paula Souza, fazem parte do eixo tecnológico “controle e processos industriais”. São artefatos provenientes da metalurgia, laboratório de metrologia, o microscópio óptico para reflexão de luz e o microscópio óptico de luz refletida (ambos *made in Japan*), o estereoscópio e o forno mufla. Há um banner com o logo comemorativo dos 40 anos da implantação do curso de metalurgia (1974) e outro do trabalho de conclusão de curso (2015), “Fachada em 2D da Etec Trajano Camargo, em ferro fundido cinzento GG15”. O curso de eletroeletrônica, laboratório de elétrica, transferiu o amperímetro, voltímetro e wattímetro, instrumentos científicos passíveis de musealização porque foram substituídos pelo multímetro analógico antecessor do digital. Um dos laboratórios de química disponibilizou o colorímetro, pHmetro e fotômetro de chama. Os tornos, plainas, refrescadoras do laboratório de mecânica são máquinas grandes e estão em uso. Talvez seja possível conseguir um mostruário de ferramentas menores, de pouco manuseio ou duplicadas, a exemplo de alicates, brocas, chaves de fenda, tesouras, talhadeiras e mesmo compassos.

Máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos quebram, enferrujam, requerem manutenção, envelhecem. São, então, encostados. O avanço tecnológico também justifica o descarte. Em 2011, uma comissão avaliadora deu o parecer sobre o estado de conservação de dezenas de bens - tornos mecânicos, plainas, furadeiras, morsas, desempenos, afiadoras de ferramentas, fresadora, máquina de solda, serra de fita, compressor de ar, geladeiras, freezer, fogões, arquivos e armários de aço, aparelho de som, balança, mimeógrafos. Considerados sem utilidade para a escola foram relacionadas no pedido de baixa patrimonial. Em 2014, a mesma comissão de três professores da área de mecânica, avaliou o estado de conservação de cinquenta e quatro bens. Foram retiradas duas máquinas de escrever para o acervo do Centro de Memória da escola. Até o momento o leilão ainda não aconteceu. E a *shell molding* disparadora, máquina presente na fase inicial do curso técnico de metalurgia, está entre elas, avaliada em cento e dez reais.

Nos anos de 1960-1970, alguns professores introduziram em suas aulas recursos inovadores. O intuito era torná-las mais dinâmicas, produtivas e interessantes. Bons resultados, segundo depoentes, foram alcançados com a projeção de imagens do livro na parede da sala graças ao canhão de luz *Ross London*, aos slides sobre temas de geografia e de ciências colocados para rodar no projetor, aos filmes de 16mm projetados na tela do auditório. Esses materiais didático-pedagógicos estão no Centro de Memória. Resta saber se o proje-

⁸ Artefatos: objetos feitos pelo homem – conceito antropológico.

tor de filmes e o canhão de luz ainda funcionam. A calculadora manual marca Íris precisa ser investigada. Na sala também há dois mimeógrafos a álcool, uma máquina de datilografia marca *Royal* (a mais antiga) e uma *Remington*. No passado, professores e funcionários “bati- am o ponto” e dois relógios sinaleiros, marca *DIMEP*, um de quartzo e outro automático, atestavam o controle da assiduidade e pontualidade do pessoal.

- Troféus

Troféus são a materialização de conquistas. A maior parte dos cinquenta e seis transferidos do hall da biblioteca para a sala do centro de memória é de conquistas esportivas, concentradas nos anos 1960 e 1970. Revelam o esforço e a dedicação de equipes masculinas e femininas, nas modalidades de atletismo, vôlei, handebol, tênis de mesa, futebol e basquete. A classificação por modalidade esportiva deve nortear a disposição dos troféus sobre uma bancada de madeira. Ela é, também, uma peça de museu. Fez parte da oficina de modelação do prof. Edison Lusvarghi.

Um troféu valorizado pelos limeirenses é o Troféu Fumagalli⁹. Apesar dos esforços, é desconhecida a razão de o prêmio ter sido atribuído ao Coral Limeirense” na categoria “O melhor do Ano 1964 - Conjunto Vocal”. A regente era a professora de canto da Escola Industrial, Dyrcea Ricci Ciarrochi. Ela compôs alguns hinos, inclusive o Hino de Limeira.

A música foi feita, inicialmente, para que a escola Trajano Camargo, através das festas cívicas, fizesse uma homenagem à cidade de Limeira, sem a pretensão de ser oficializada. Dr. Guilherme Mallet Guimarães, meu grande amigo e flautista, então, entusiasmou-se e compôs a letra. A música foi de boa aceitação pelo público e o professor da escola Leovegildo empenhou-se para a oficialização do Hino.

Música: Dyrcea Ricci Ciarrochi

Letra: Dr. Guilherme Mallet Guimarães

Gravação: Participação da Banda Henrique Marques

Coral: Limeirense (CIARROCHI, Curriculum Vitae, s/d)

⁹ Troféu Fumagalli criado, em 1959, por iniciativa do jornalista Ary Bagnoli. A ideia foi apresentada ao empresário Sebastião Fumagalli. Anualmente a estatueta da deusa Atena premia limeirenses que se destacaram em áreas da educação, cultura, cidadania, esportes, pesquisa acadêmica e filantropia. O troféu no Centro de Memória mede 23,5cm de altura, 8cm de comprimento e 8cm de largura e não representa a deusa grega.

Com a colaboração do professor de química Sérgio Delbianco Filho, os troféus, pelo menos os mais importantes e significativos, devem passar por um processo de restauro, assim descrito:

Porque não sabia qual era a liga metálica do troféu, preparei um deplacante à base de ácido fosfórico (ácido fraco que não causaria dano à peça).

1. Desmontei o troféu e mergulhei na solução deplacante. Visualmente acompanhei o ataque para observar a desincrustação ou desoxidação, por cerca de 15 minutos. A peça apresentou melhora significativa.
2. Tirei da solução ácida e lavei com água corrente para eliminar todo ácido. As hastes laterais são de liga de cobre mais resistente do que o corpo da peça.
3. Passei uma pasta à base de bicarbonato de sódio para dar uma polida. Se tivesse sobrado ácido, o bicarbonato neutralizaria.
4. Na placa de metal fixada na base de madeira, passei a pasta de bicarbonato para polir, usando a bucha Scott Brite do lado verde. Se estiver riscando, diminuir o grânulo do abrasivo (usar o lado amarelo) ou o bicarbonato em pasta mais diluída.
5. Lavei tudo e sequei, inclusive a madeira.
6. Recomendação para conservação – na liga metálica passar uma cera ou verniz para metal – comprar em casa de tintas. Na madeira, passar cera em pasta natural, não sintética, de carnaúba ou de abelha.



Figuras 4 e 5 – Troféu do V Jogos Colegiais, Campeão Fumagalli CME 1968, em Atletismo Acervo do Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, antes e após restauro, em 2016

Um grupo de três alunos do 3o. Etim Adm.- Isabela Tomáz de Melo, Mateus Almeida Pivetta e Samara Vitória Granja Lima - está desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre os troféus obtidos pelas equipes de alunos, entre 1964 e 1985. A proposta era fazer uso do

acervo do Centro de Memória, organizar os prêmios, associar as vitórias em competições esportivas locais e regionais ao papel da educação física no currículo escolar durante a didatura militar no Brasil. O projeto com título, equipe, data de início e de término, objetivos, justificativas, metodologia, atividades, resultados esperados, tem sido registrado em caderno ata (o conhecido diário de bordo). A equipe tem feito leituras de textos, leis, entrevistas, tem procurado fotografias e slides da participação da escola em desfiles cívicos (alunos, professores, fanfarra e carros alegóricos) e nas demonstrações coletivas de ginástica rítmica realizadas em grandes espaços (como em campo de futebol). Esses alunos pesquisadores têm buscado assessoria do professor de metalurgia, graduado em engenharia de materiais, João Rafael Aparecido Ambrosecchia, para a análise dos materiais dos troféus. Os mais antigos - décadas de 1960 a 1990, eram confeccionados em granito ou outra pedra polida, madeira, plástico, a placa descritiva era em estanho, com representações (humanas ou de animais) em bronze, latão ou plástico cromado. Os troféus mais recentes levam resina em madeira MDF, polímero PVC cromado, vidro espelhado, alumínio, acrílico. As medalhas dos jogos escolares são de zamak – liga metálica de zinco, alumínio, magnésio e cobre. Todos foram medidos por Lucas Henrique Bueno Lopes, aluno do 3o. Etim Mecânica e monitor de história. O resultado final da pesquisa deve ser comunicado na 11a. Feira de Projetos e Tecnologia da Etec Trajano Camargo, na sala do centro de memória, no final de setembro.

- Fotografias

O acervo tem fotos ou reproduções do prédio escolar, do patrono Dr. Trajano de Barros Camargo e de sua esposa D. Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, da Machina São Paulo (prédio, funcionários e máquinas), de formaturas, desfiles cívicos, procissões da padroeira, feiras científicas, quadros de formandos, solenidades internas, atividades culturais, dentre outros. Muitas fotografias estão sem data e identificação dos fatos e personagens, esparsas e/ou em álbuns entre folhas de plástico.

Considerada importante é a gravação em CD do Hino da Escola Profissional Dr. Trajano Camargo pelo maestro Rosivaldo Mena Peres, em 2010 (som), a gravação em DVD sobre o Dr. Trajano de Barros Camargo, realizado pela TV Câmara Municipal de Limeira, 20min, (som e imagem), filme sobre a Machina São Paulo (imagem), slides para projetor, slides em power point para projeção com data show. A produção mais recente está no HD externo Centro de Memória, a mais antiga ainda não.

Parte do material deve passar por higienização, depois a identificação e armazenamento adequado para ser preservado.

A classificação poderia ser por eventos internos e externos, culturais, comemorativos, esportivos. Mas, talvez a melhor classificação seja a dos subfundos – os diferentes nomes da escola ao longo do tempo.

- Documentos arquivísticos

Os princípios da proveniência e de respeito à ordem original encontram-se no cerne da concepção da classificação arquivística. O princípio da proveniência ou respeito aos fundos se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que os profissionais se atentem ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Já o princípio de ordem original incide no fato de resguardar os documentos em sua ordem original nos fundos e evitar que estes sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos. (ALBUQUERQUE e MADIO, p.4-5)

No decorrer das pesquisas foram juntados os originais, cópias ou reproduções de documentos oficiais como certidões cartoriais, diplomas, atestados, transcrições e transcrições de depoimentos de história oral, os textos escritos das pesquisas, as comunicações em festividades e nos encontros do grupo de memórias, dentre outros documentos.

A organização física (em papel) poderia ser por subfundo:

Pasta1 - Escola Profissional Mista Dr. Trajano Camargo (set./1934 - fev./1940)

Pasta 2 – Escola Industrial Trajano Camargo (E.I. - dez./1944 - fev./1965)

Pasta 3 - Ginásio Industrial Estadual (G.I.E. - fev./1965 - fev./1975)

Pasta 4 - Centro Estadual Interescolar (C.E.I. - fev./1975 - fev./1980)

Pasta 5 - Escola Estadual de 2º grau (EESG – fev./1980 - fev./1982)

Pasta 6 - Escola Estadual de 1º e 2º grau (EEPSG – fev./1982 - dez./1990)

Pasta 7 - Escola Técnica Estadual (ETE- 31/maio/1994-2007), Escola Técnica (Etec – 2007/até hoje).

Por enquanto, a pesquisadora tem a guarda dos documentos arquivísticos.

A organização digital (pastas virtuais no HD) poderá seguir idêntica classificação, mas tem sido seguida a de décadas – de 1930 a 1970 e temas.

- Livros e Revistas

Em biblioteconomia, a classificação, pode ser definida como

[...] la agrupación u orden de libros y outro tipo de documentos según su contenido, formando grupos dentro de los campos de conocimiento humanos en que estos campos resultan ser compartimentos conceptuales. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 69, apud ALBURQUERQUE e MADIO, p. 10)

Um exemplo de sistema de classificação bibliográfica de larga difusão é a Classificação Decimal de Dewey, criada pelo bibliotecário norte-americano Melvin Dewey e publicada em 1876. Esse sistema utiliza três dígitos. O primeiro, a casa das centenas, é o da área mais abrangente do conhecimento humano – filosofia; religião; ciências sociais; idiomas; ciências; tecnologia; arte e recreação; literatura; história e geografia; ciência da computação, informação e trabalhos gerais. O segundo dígito, na casa das dezenas é uma subdivisão da área das centenas. O terceiro, uma subdivisão da subdivisão. É o sistema seguido na biblioteca escolar. Deve ser aplicado aos poucos livros do acervo do CM. Assim, poderia ser solicitada a participação da bibliotecária Ana Maria Ap. Falcão Togni.

A revista Povo, publicação mensal local se propôs, há mais de trinta anos, resgatar a memória histórica de Limeira. O Centro de Memória conta com exemplares avulsos e sequenciais desde 2014, doados pelo pesquisador e proprietário da publicação, José Eduardo Heflinger Jr.

Para o empréstimo de retirada de livros, revistas e publicações o modelo de ficha da biblioteca institucional é esse, a qual poderia ser adotado pelo Centro de Memória:

Data	Nome aluno	Curso	Ciclo	Período	Qtde.	Descrição material	Emp.	Dev.	Renov.	Visto

Conclusão

Após anos de pesquisas sobre determinados momentos do passado educativo da escola Trajano Camargo, de ter reunido e gerado documentos escritos, imagéticos e sonoros, a atual fase é colocar móveis na sala do Centro de Memória; preservar os artefatos e recuperar o que for possível; colocar etiquetas nos objetos; restaurar alguns troféus e fazer o registro fotográfico. Elaborar, aos poucos, fichas de registro; iniciar um livro de inventário; classificar os documentos em pastas; higienizar slides e identificar fotografias. Também continuar disponibilizando material para trabalhos de alunos, como tem sido feito e incorporar a produção de algumas pesquisas como a dos troféus esportivos e a que está sendo desenvolvida para a comemoração dos 40 anos da criação da habilitação profissional

de 2o. grau de técnico em nutrição e dietética. Ainda, fazer uso do acervo para eventos internos como exposições e solenidades.

Afinal, a conclusão do trabalho se converteu em uma lista de tarefas a serem cumpridas. É esperada a colaboração de alunos e professores.

Referências

ALBUQUEQUE, Ana Cristina de. MADIO, Telma Campanha. A noção de classificação na arquivologia, biblioteconomia e museologia: abordagens teóricas. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (ENANCIB 2013). GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento. Comunicação Oral. Disponível em:

<<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/526/134>>
Acesso em: 02 abr. 2016.

BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. A Escola Trajano Camargo de 1953 a 1956: o curso industrial básico e os extraordinários. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, p. 317-334.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Rev. Bras. de Hist. da Educ., São Paulo**, jul./dez.2005 n.10, p.193-220. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE10.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

CHALOBA, Rosa Fátima de Souza. CUNHA, Maria Teresa. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. Entrevista com Maria Cristina Menezes. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.15, n. 28, p.223-249, jan./jun. 2014.

Etec TRAJANO CAMARGO. **Plano Plurianual de Gestão (PPG), 2016-2020**. Limeira, fev./ 2016.

FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960). **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.186-209, jul./dez.2012. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/276>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010/mar.2011. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede>. Acesso em: 16 fev. 2014.

LEAL, Catarina. Translocação de ideias, migração de objetos e práticas letivas. In: MOGARRO, Maria João. **Educação e Patrimônio Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Edições Colibri. 2015, p. 203- 219.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Jus Navigandi**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protexao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. Sísifo -**Revista Brasileira de História da Educação**, no. 1, set/dez 2006, p. 71-84.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v.16, n. 1 (46), jan./abr.2005.

MOGARRO, Maria João. et al. Inventário e digitalização do património museológico da educação – um projeto de preservação e valorização do património educativo. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.14, n. 30, p.153-179, jan./abr.2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> Acesso em: 17 ago. 2014.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf> Acesso em: 27 jun. 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Técnica e sociedade no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

Agradeço a colaboração

Ana Maria Ap. Falcão Togni, Isabela Tomáz de Melo, João Rafael Aparecido Ambrosecchia, Lucas Henrique Bueno Lopes, Maria Lúcia Mendes de Carvalho, Mateus Almeida Pivetta, Samara Vitória Granja Lima e Sérgio Delbianco Filho.

PARA A HISTÓRIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO

Amaro Carvalho da Silva^{1,2} e Maria de Fátima Abraços^{1,3}

1. Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. 2. Universidade de Lisboa. 3. Universidade Nova de Lisboa.

Introdução

Cada escola como instituição social, educativa e cultural carrega um percurso e uma história que é preciso assinalar e divulgar de modo a conhecermos o esforço da comunidade onde estamos inseridos na preparação das novas gerações de cidadãos.

A história de uma escola faz-se com a descrição dos seus edifícios, instalações e equipamentos, faz-se de documentos e objetos diversos que atestam metodologias e procedimentos pedagógicos adotados, faz-se de ocorrências e rituais relevantes, faz-se de pessoas e de afetos, faz-se de experiências pedagógicas e também se faz de muito sacrifício, muito trabalho e de muitas horas de dedicação à causa da educação.

Ocultar, desvirtuar ou desprezar a história das instituições é perder as raízes e o sentido da comunidade em que vivemos uma vez que as instituições foram criadas para a satisfação das principais necessidades dessa comunidade.

Breve esboço histórico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa

A atual Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (ESMAVC) é a herdeira da escola profissional Maria Pia, designada Escola Primária Superior Maria Pia, e também herdeira do primeiro liceu feminino português que foi criado em 1906.

Traçar, mesmo ao de leve, o percurso desta escola é desvendar um dos capítulos da educação em Portugal com particular incidência na educação e emancipação da mulher portuguesa.

Escola Primária Superior Maria Pia (1884-1906)

A década de 80 do século XIX em Portugal é particularmente importante para a afirmação do movimento de republicanização da sociedade portuguesa e para a publicação de legislação relativa ao ensino técnico, caso do decreto de 3 de janeiro de 1884 de António Augusto de Aguiar. A aposta no ensino técnico era vista como condição de modernização do país pela criação de mão-de-obra qualificada para a indústria, tal como já acontecia por toda a Europa desenvolvida.

Pouco tempo depois, em 1883 a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, uma escola profissionalizante para o sexo masculino, a Câmara Municipal de Lisboa prosseguiu com a sua tarefa educativa criando em 4 de setembro de 1884 a Escola Primária Superior Maria Pia, uma escola de ensino profissionalizante destinada às raparigas de fracos recursos e com idades acima dos 12 anos. No dia 10 de junho de 1885, dia de Camões, a Escola Primária Superior Maria Pia foi inaugurada e ficou instalada no 2.º piso do edifício da Escola Primária Central n.º 5, ao Largo do Contador-Mor / Rua das Damas, junto às muralhas do Castelo de S. Jorge, em Alfama.



Figura 1 - Edifício da Escola Primária Central nº 5, no largo do Contador-Mor (AFESMAVC)

O plano de estudos da Escola Maria Pia compreendia um Curso Geral de três anos e quatro cursos especiais nos 2.º e 3.º anos (Escrituração Comercial, Tipografia, Telegrafia Eléctrica e Lavoires). O Curso Geral contemplava as seguintes disciplinas para o primeiro

ano: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Língua Inglesa, Aritmética, Desenho, História Natural, Caligrafia e Trabalhos de Agulha; para o segundo ano: Língua Francesa, Língua Inglesa, Aritmética, Geometria e Álgebra, Desenho, Física, Caligrafia, Geografia e Deveres da Mulher; para o terceiro ano: Língua Francesa, Língua Inglesa, Desenho, Química e Higiene, Caligrafia, Geografia e História, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Moral e Legislação e Língua Alemã.¹

Não foi fácil a vida da Escola Maria Pia devido às precárias instalações onde se encontrava, à polémica levantada sobre a educação secundária da mulher, aos problemas financeiros da Câmara Municipal de Lisboa e à clara recusa do ensino profissionalizante por parte das alunas que não se inscreviam nos 4 cursos estabelecidos uma vez que o sonho da maioria era prosseguir estudos e frequentar o magistério primário.

Com um curso apenas de 3 anos na Escola Primária Superior Maria Pia, as alunas não ficavam suficientemente habilitadas para poderem prosseguir estudos. Por isso, procurou-se legalizar a situação criando os dispositivos necessários ao lançamento dos liceus femininos. Assim, em 7 de Julho de 1888 foi apresentada na Câmara dos Deputados um projeto de criação dos liceus femininos pelo deputado Júlio de Vilhena. Por Carta de Lei de 9 de Agosto desse ano, de José Luciano de Castro, foi aprovada legislação sobre os «institutos destinados exclusivamente ao ensino secundário do sexo feminino». Simultaneamente, procedia-se a uma reformulação do curso da Escola Maria Pia, atendendo à inclinação unânime dos seus professores e à ausência de inscrições nos cursos profissionais, conforme refere o Diretor da Escola Maria Pia: «A escola tinha enfim a orientação que precisava ter. Preparava alunas para a matrícula na escola normal, ou directamente para a habilitação ao magistério primário, áureo sonho da maior parte das meninas que a frequentavam, e preparava para os exames do liceu.»²

Por conseguinte, a partir de 1888 desenvolveram-se iniciativas de criação do ensino liceal feminino com a reformulação do seu plano de estudos a ponto de se poder afirmar: «Ensinavam-se nela quase todas as disciplinas que constituíam o curso dos liceus, e a maioria do seu corpo docente pertencia até aos quadros oficiais da instrução secundária e superior.»³

Do final dos anos 80 até à criação do primeiro liceu feminino em 1906, a Escola Primária Superior Maria Pia continuou com uma existência muito complicada devido à agudização da instabilidade política, graves problemas financeiros do país, enquadramento legal e insuficientes instalações e equipamentos escolares.

¹ Escola Maria Pia - Relatório do Anno Lectivo de 1886-1887, Typographia Nettetto & C^a, Lisboa, 1888.

² Cunha Belém - Escola Maria Pia, 1900, p.11.

³ Pedro José da Cunha - «O ensino secundário do sexo feminino em Portugal», Revista de Educação Geral e Técnica, Abril 1916, p.228. Refira-se que o corpo docente da Escola Maria Pia constituía uma pequena elite docente. Muitos dos professores tinham trabalhos publicados, entre os quais se podem referir os Conselheiros Adriano Augusto de Pina Vidal e Carlos Augusto Morais de Almeida.

Liceu Maria Pia - Primeiro Liceu Feminino Português

Por decreto de 31 de janeiro de 1906, publicado em 23 de fevereiro de 1906, cria-se, finalmente, o primeiro liceu feminino português a partir do plano de estudos, corpo docente, instalações e direção pedagógica da Escola Primária Superior Maria Pia.



Figura 2 - Em 1906, o Estado coloca em prática a iniciativa legal que abria às raparigas a possibilidade de frequência do ensino liceal. A Escola Maria Pia torna-se no primeiro liceu feminino de Lisboa (AFESMAVC)

[...] Havendo, porém, uma escola na capital mantida pelo Estado com vinte e um anos de existência e onde o ensino é feito de harmonia com a lei e regulamento dos liceus femininos e com pessoal docente recrutado na sua maioria em professores do ensino secundário e de escolas superiores e do qual fazem parte senhoras de provada capacidade, não hesitou em aproveitar esse estabelecimento para o transformar no liceu feminino da capital, para servir de modelo aos que puderem de futuro ser criados nos diversos pontos do país.[...]⁴

Quanto ao seu funcionamento nas precárias e insuficientes instalações do Largo do Contador-Mor, prossegue o mesmo Decreto:

⁴ Decreto de 31-01-1906, in *Diário do Governo*, n.º 43, 23-02-1906, p.726. Em 1914 foram criadas as secções femininas dos liceus do Porto (Sampaio Bruno) e de Coimbra (D. Maria).

[...] Apenas se alterou a forma de provimento da direcção do liceu, que se entendeu dever confiar a uma professora efectiva e não a um professor. [...] Dispõe-se nesta organização que a maioria dos professores pertença ao sexo feminino e que determinadas disciplinas sejam só ensinadas por senhoras.[...]⁵

Transformada a Escola Maria Pia em Liceu Maria Pia, o crescimento das suas matrículas foi exponencial, sobretudo a partir da Implantação da República em 1910, a ponto de se tornar impossível a sua existência nas precárias instalações da Escola Primária n.º 5 ao Largo do Contador-Mor. Assim em 1911, o Liceu Maria Pia instala-se em edifício mais amplo e condigo, ao Largo do Carmo, no Palácio Valadares, onde até esse momento estivera o Liceu masculino Passos Manuel que se mudara para instalações novas.



Figura 3 - Em 1911, devido ao aumento do número de alunas, as instalações são transferidas para o Palácio Valadares, no Largo do Carmo

Pouco anos depois tornavam-se insuficientes as instalações do Palácio Valadares pelo motivo já aludido de aumento das matrículas em período de crescente afirmação do ideal de educação liceal feminina. E para suprir essa grave falta a República lança, em 1913, as bases para a construção de um edifício para albergar o Primeiro Liceu Feminino. Assim, por um decreto de 15 de julho de 1913 o Governo incumbiu o arquiteto Miguel Ventura

⁵ Por Decreto de 06-03-1906 regulamenta-se o ensino secundário feminino.

Terra de fazer o projeto para o Primeiro Liceu Feminino.⁶ Enquanto republicano e maçom, Ventura Terra seguiu o espírito iluminista da escola francesa onde se formou e os ideais demopédicos mais proclamados pela nascente República. A República quis construir um edifício que seguisse as mais modernas e recentes normas pedagógicas e higiénico-sanitárias respeitantes às construções escolares. O pormenor da piscina, amplo ginásio, Salão Nobre como uma das mais bonitas salas da cidade de Lisboa, Sala do Conselho, ampla Biblioteca, laboratórios das disciplinas experimentais e serviços administrativos bem estabelecidos são sinais de um pensamento organicista que pretendia dotar a República de edifícios embleáticos. Mas o edifício só viria a ser ocupado em 1933.

Continuando no Palácio Valadares, em 1919 o Liceu Maria Pia altera a sua designação para Liceu Central de Almeida Garrett.

Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (1926-1974)



Figura 4 – Maria Amália Vaz de Carvalho: Pormenor do óleo de Veloso Salgado – 1896

Com a Revolução Nacional de 28 de maio de 1926, instaurando-se uma Ditadura Militar e em seguida um regime político conhecido por Estado Novo, modifica-se por completo a situação do Primeiro Liceu Feminino quanto ao nome do patrono, ficando a desig-

⁶ Diário do Governo, n.º 164, 16-07-1913, p. 2642. O Arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919), natural do Minho (Seixas-Caminha), frequentou a Academia das Belas-Artes do Porto (1881-1886) e, em Paris, a Escola de Belas-Artes. Em 1896 regressa a Portugal com um *curriculum* muito distinto e começa a realizar as mais diferentes obras, contando com inúmeras encomendas oficiais (Palácio de S. Bento, Liceu Camões, Liceu Pedro Nunes, Liceu Maria Pia / Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, Maternidade Alfredo da Costa, etc.), sendo reconhecido e premiado como um dos mais distintos arquitetos portugueses de sempre. Muitos dos seus projetos de vivendas particulares e palacetes foram contemplados com o Prémio Valmor. Porque faleceu antes de concluídas as obras do 1.º liceu feminino, outros arquitetos deram continuidade ao seu primeiro plano.

nar-se Liceu Feminino Maria Amália Vaz de Carvalho⁷, quanto ao corpo docente que passa a ser todo feminino e quanto ao plano de estudos. O Estado Novo fez do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho um dos seus principais centros de Educação Feminina pois aí se desenvolveram as mais diferentes atividades e iniciativas de afirmação do Estado Novo sob a perspetiva feminina: Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), Atividades da União Noelista, centro de puericultura, homenagens, sessões solenes, encontros, palestras, confraternizações e muitas outras atividades mais de cariz político que pedagógico. E todas estas atividades e iniciativas ganharam uma dimensão mais envolvente e estimulante com a mudança em 1933, no período inicial de instauração do Estado Novo, para o novo que é o atual edifício à Rua Rodrigo da Fonseca, risco do arquiteto Ventura Terra.

Para além de um alcance intelectual, cultural e profissional, neste período a educação feminina estava fortemente padronizada e ritualizada e alicerçava-se numa visão naturalista que destinava a mulher às tarefas de gestão do lar e educação dos filhos. Nessa perspetiva tradicional estavam implicados os trabalhos escolares ligados à economia doméstica, trabalhos de costura e de agulha, arranjos florais, culinária, puericultura, pedagogia infantil e psicologia infantil. Para além de uma formação geral, parecia que a jovem estava perante uma formação profissionalizante, tal o peso da orientação da educação para a vida do lar e dos filhos.

Para este período histórico, denominado de Ditadura Nacional e Estado Novo, o Liceu Feminino Maria Amália Vaz de Carvalho mostra-se muito importante pela documentação que possui e pelo caso exemplar que foi no campo da educação feminina.

⁷ Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa, 01-02-1847 – Lisboa, 24-03-1921), enquanto escritora, dedicou-se a questões como a educação e papel da mulher na sociedade. Citando-se algumas obras: *Mulheres e Criações (Notas sobre Educação)*-1880, *Cartas a Luiza (Moral, Educação e Costumes)*-1886, *Alguns Homens do meu tempo (Impressões Litterarias)*-1889, *Chronicas de Valentina*-1890, *Cartas a uma Noiva*-1891, *Arte de Viver na Sociedade*-1895, *Pelo Mundo Fóra*-1896, *Vida do Duque de Palmella* - 3voll (1898-1901-1903), *Figuras de Hoje e de Hontem*-1902, *As Nossas Filhas - Cartas às Mães*-1904/1905, *Impressões de História*-1910/1911, etc. Juntamente com Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em 1912, foi a primeira mulher a ingressar na Academia de Ciências de Lisboa. Maria Amália Vaz de Carvalho foi casada com o poeta António Cândido Gonçalves Crespo (1846-1883) de quem teve três filhos (Luís, Maria Cristina e António Cândido). Gonçalves Crespo nasceu nas proximidades do Rio de Janeiro e veio para Portugal por volta dos 14 anos para prosseguir estudos e concluir uma formatura em Direito na Universidade de Coimbra. A partir do casamento com Gonçalves Crespo a ligação de Maria Amália ao Brasil (Rio de Janeiro) foi muito intensa tendo colaborado durante mais de 30 anos nos periódicos *Jornal do Commercio* e *O Paiz*. Por outro lado, a casa de Maria Amália e Gonçalves Crespo, à Travessa de Santa Catarina em Lisboa, serviu de salão literário, tendo sido frequentada por muitos intelectuais portugueses e brasileiros (Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Graça Aranha, Júlia Lopes de Almeida, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, etc.).

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (de 1974 à atualidade)

Com a Revolução dos Cravos em abril de 1974 voltou a mudar o panorama da educação liceal ou secundária em Portugal passando todos os liceus a mistos, quer no que respeita a alunos quer ao corpo docente quer a funcionários, a denominarem-se escolas secundárias e a terem outro plano de estudos e de governação com a instauração da escola democrática.

Neste período a escola secundária começou por desconstruir a ideia e os estereótipos da educação feminina liceal e a diversificar a sua oferta formativa ao abrir-se a outras realidades formativas: abertura dos cursos noturnos (1992) para a educação de adultos, cursos no Estabelecimento Prisional de Lisboa (1999-2000) que fica próximo da escola e abertura dos cursos profissionais de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico de Restauração. Pode dizer-se que, tal como no início da Escola Primária Superior Maria Pia, hoje a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho também enveredou pela via profissionalizante que visa estabelecer uma relação muito estreita e imediata entre o mundo académico e a qualificação profissional para a entrada, após estágio, no mundo do trabalho.

Traços histórico-arquitetónicos do Edifício da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Tendo sido Ventura Terra um dos mais distintos arquitetos portugueses e celebrando-se em 2016 o 150.º aniversário do seu nascimento, é legítimo que se evidencie o edifício da Escola Secundária Maria Amália como uma das suas obras mais emblemáticas uma vez que Ventura Terra quis dotar Portugal e particularmente a cidade de Lisboa com edifícios institucionais e este particularmente virado para a educação feminina.

Como maçom e republicano Ventura Terra quis dotar a Pátria Republicana de edifícios simbólicos para as instituições emergentes. Talvez tenha pensado o 1.º edifício para o 1.º liceu feminino como uma obra exemplar de uma das ideias mais caras à República e que consistia na dignificação e emancipação da mulher através da educação.

A arquitetura do edifício

O programa do edifício, que hoje alberga a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, foi encomendado pelo governo da República em 1913 e entregue a uma Comissão que se encarregou da escolha do terreno e de preparar as bases para a elaboração do projeto, que ficou ao cuidado do arquiteto Ventura Terra.



Figura 5 – Fachada do edifício
Fotografia: Maria de Fátima Abraços

O recinto da escola ocupa um quarteirão com 12.650 m². A área é limitada a Nascente pela Rua Rodrigo da Fonseca, a Poente pela Rua Artilharia Um, a Norte pela Rua Sampaio e Pina e a Sul pela Rua Marquês de Suberra. Está inserido na malha urbana das ruas adjacentes ao Parque Eduardo VII e rodeado pelos hotéis *Ritz* e *Le Meridien Park Atlantic*.

O arquiteto Miguel Ventura Terra veio a falecer em abril de 1919, altura em que a Comissão, da qual fazia parte o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, se encarregou de dar continuidade à execução da obra que viria a ser embargada por falta de verba em 1921. O edifício do liceu só seria inaugurado nos anos trinta (1933-34) depois de uma segunda fase de construção orientada pelo arquiteto António Couto. Apesar das interrupções à execução da obra e da orientação de diferentes arquitetos, estes pouco alteraram o projeto inicial.

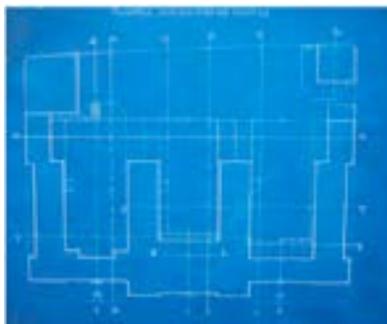


Figura 6 – Cianótipo do ateliê do arquiteto Ventura Terra (AHESMAVC)

A planta do edifício apresenta uma tipologia em pente de quatro corpos perpendiculares ao corpo central, que constitui a fachada principal voltada para a Rua Rodrigo da Fonseca.

Atualmente o edifício desenvolve-se em três pisos. Nos anos 40/50, devido ao aumento da população escolar, ampliou-se em um piso os corpos laterais da fachada principal, entre os torreões e o corpo central. Procedeu-se à construção de coberturas inclinadas, em todos os corpos, na medida em que os terraços apresentavam problemas de infiltração.

A cantaria

O projeto da fachada arquitetónica do edifício apresenta uma magnífica cantaria esculpida por canteiros de oficina lisboeta, provavelmente da Parda Monteiro, com execução bastante uniformizada, onde se destacam três janelões, encimados por arcos de volta perfeita decorados com pequenos ressaltos. Estes janelões abrem para varandas com balaústres e grossos corpos pétreos acantonados e encimados por esferas. Estas sacadas são suportadas por pesadas consolas.



Figuras 7 e 8 – Pormenores da cantaria da fachada do edifício
Fotografias: Eng.º Vaz de Silva, 2006

A frontaria, sob as janelas do rés-do-chão, é revestida por grandes pedras almofadadas, sendo algumas talhadas em ponta de diamante. É este trabalho de cantaria que enriquece, mas ao mesmo tempo harmoniza a fachada do edifício.



Figura 9 - Pormenor das pedras almofadadas em ponta de diamante
Fotografia: Eng.º Vaz de Silva, 2006

Os gradeamentos

Os gradeamentos do edifício da escola e quase todos os que contornam os espaços ajardinados dos edifícios da autoria do Arquiteto Ventura Terra como os dos Liceus de Camões, Pedro Nunes, Maternidade Alfredo da Costa, Palácio Mendonça, entre muitos outros, apresentam as mesmas características estilísticas e devido a estudos comparativos, pensamos que terão sido executados na “Empresa Industrial Portuguesa”, proprietária das oficinas de construções metálicas, em Santo Amaro de Oeiras.⁸



Figuras 10 e 11 - Portão da fachada principal - cianótipo do projeto do ateliê de Ventura Terra (AHESMAVC) e estado atual. Não foi seguido o desenho original

Fotografias: Maria de Fátima Abraços

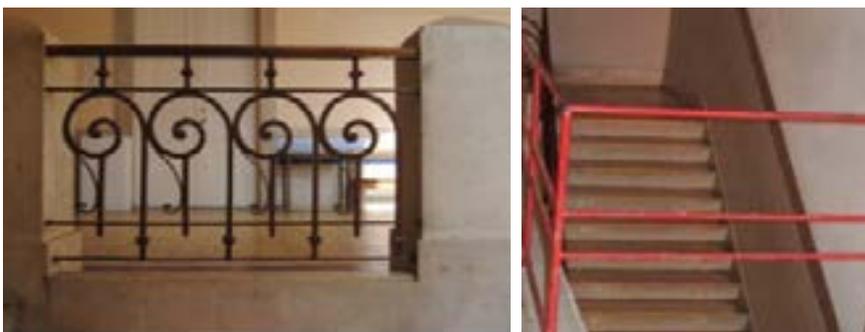
⁸ Dados a confirmar em futuras pesquisas.



Figura 12 - Gradeamento em ferro e portão lateral da fachada principal
Fotografia: Maria de Fátima Abraços



Figuras 13 e 14 - Cianótipo do gradeamento dos pátios interiores (AHESMAVC)
e restauro do gradeamento, em 2006
Fotografias: Maria de Fátima Abraços



Figuras 15 e 16 - Gradeamentos no interior do edifício
Fotografias: Maria de Fátima Abraços

Os gradeamentos que servem de resguardo nas zonas nobres e nos átrios principais do edifício sobressaem pela sua ornamentação, conforme podemos observar na figura 15, os restantes, aplicados em áreas secundárias, apresentam-se apenas como guardas de proteção de linhas simples (figura 16).

Os frisos decorativos dos tetos: Estuques

Ventura Terra registou em cianótipo os detalhes dos estuques para diferentes compartimentos como os da secretaria, sala de visitas das professoras, quartos principais e secundários do pavilhão de habitações, sala do conselho, salões, escritório do reitor, vestíbulos e restantes compartimentos. Só alguns destes desenhos foram realizados nos grandes salões, que apresentam composições decorativas esgrafitadas e avivadas a dourado. Os estuques do átrio de entrada e do átrio do 2.º andar são decorados com pequenas consolas e redentes.

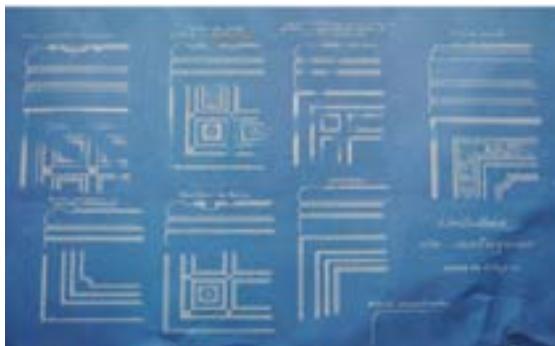


Figura 17 – Cianótipo com o desenho dos detalhes dos estuques



Figura 18 - Composições decorativas em estuque do teto da Biblioteca
Fotografia: Maria de Fátima Abraços



Figuras 19 e 20 – Pormenores dos estuques do teto da Biblioteca
Fotografias: Maria de Fátima Abraços



Figura 21 – Teto do átrio do 2.º andar decorado com pequenas consolas e redentes
Fotografia: Maria de Fátima Abraços

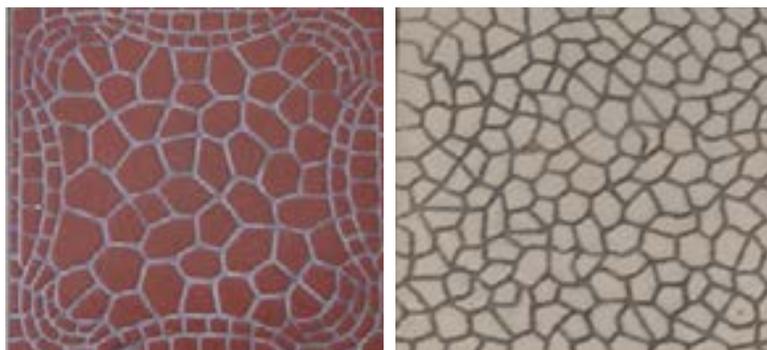
Os pavimentos

O chão do edifício da escola é revestido a mármore nas zonas mais nobres, nos átrios centrais e nas escadarias.



Figuras 22 e 23 – Pormenores das escadarias do átrio central e lateral
Fotografias: Maria de Fátima Abraços

Quanto à decoração dos pavimentos dos corredores, estes exibem dois tipos de ladrilhos sílico-calcários de cor vermelha e creme: um decorado com um motivo geométrico denominado coxim (quadrado curvilíneo de lados côncavos e ângulos arredondados) e outro com pequenos motivos geométricos irregulares.



Figuras 24 e 25 – Ladrilhos: um decorado com coxim e outro com motivos geométricos irregulares, a vermelha e creme (17 cm x17 cm)
Fotografias: Maria de Fátima Abraços



Figura 26 - A aluna Bárbara Pereira (ano letivo 2013-2014) executa o desenho do motivo geométrico do ladrilho sobre película de plástico
Fotografia: Maria de Fátima Abraços

Este motivo geométrico, o coxim, é usado em mosaicos greco-romanos e em pavimentos italianos nos séculos XV-XVI e revela-se novamente nos séculos XIX e XX.

O estudo das características técnicas e estilísticas dos pavimentos permite identificar oficinas, traçar itinerários de modelos, entender as ligações artísticas entre as diferentes escolas de ofícios e contribuir para o conhecimento das balizas cronológicas de laboração de oficinas já desaparecidas.

A marca da oficina registada no tardo do rodapé de um dos corredores da escola permitiu lançar uma proposta de identificação da oficina onde terão sido fabricados estes ladrilhos.

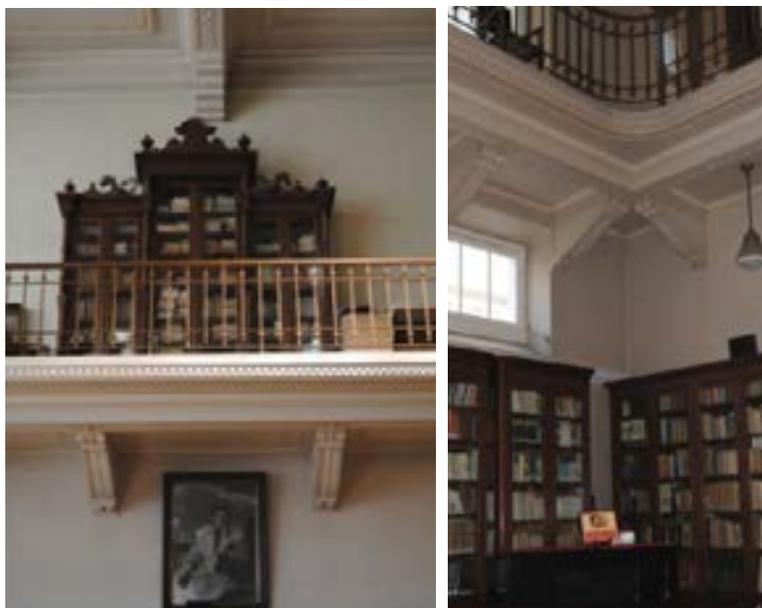


Figuras 27 e 28 - Marca do ladrilho do rodapé de um corredor da escola
Fotografias: Maria de Fátima Abraços

No Anuário Comercial que consultamos na Biblioteca Nacional, verificamos que a maioria das fábricas de cerâmica laboraram na zona de Alcântara, durante a 2ª metade do século XIX e princípios do século XX. A nossa proposta de leitura para esta sigla (marca) “SCIAL” poderá ser: Sociedade Cerâmica Industrial Al(cântara). No entanto, até este momento, ainda não encontramos nenhuma oficina ou fábrica, cujo nome possa corresponder a esta sigla, pelo que continuamos a nossa pesquisa no sentido de apurar a exatidão da nossa proposta de leitura.

Os grandes salões

Como arquiteto institucionalista, Ventura Terra consagrou no corpo principal do edifício amplos salões para os rituais, celebrações escolares, artes de palco e culto da escola e da educação. O risco do edifício do primeiro liceu feminino enquadra-se na ideia de dotar a República de um equipamento emblemático e segundo parâmetros de um moderno cosmopolitismo. Ventura Terra desenhou um edifício em forma de pente com quatro corpos perpendiculares a uma frontaria que dá para a Rua Rodrigo da Fonseca e onde se encontram instalados os principais serviços da instituição: no rés-do-chão a reitoria, os serviços administrativos, o arquivo, a sala dos professores, os gabinetes especializados e outros serviços; na parte central do 1.º andar, sobre a entrada principal, encontra-se o Salão Nobre, acedido por uma grande escadaria dupla em pedra, a Biblioteca e a Sala do Conselho – hoje Centro de Recursos Educativos (CRE) –, cada um deles com as suas galerias em pé direito de grandes dimensões.



Figuras 29 e 30 - Biblioteca e as suas galerias

Fotografias: Maria de Fátima Abraços



Figuras 31 e 32 - Biblioteca e o Centro de Recursos Educativos (CRE)
Fotografias: Maria de Fátima Abraços



Figuras 33 e 34 – Salão Nobre
Fotografias: Maria de Fátima Abraços

Projeto de Recuperação do Arquivo Histórico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (PRAHESMAVC)

O grupo do “Projeto Património” da Escola iniciou no ano letivo de 2014-2015 um projeto para a modernização do Arquivo Histórico da Escola, a que se deu o nome de PRAHESMAVC. Foi muito importante para a implementação deste projeto a ajuda da professora Paula Pereira, colocada na escola durante esse ano letivo, bem como dos alunos Vera

Ferreira, Inês Jorge, Débora Ferreira, Joana Santos, Bárbara Pereira, Catarina Ferreira, Inês Morais, Sérgio Neves, Daniel Cruz, Diogo Sousa e André Abreu, a quem muito agradecemos.

Nos últimos tempos, os investigadores nacionais e estrangeiros, nomeadamente brasileiros, têm vindo a privilegiar o estudo de instituições ligadas ao ensino em Portugal. Importa assim considerar a importância que o património da ESMAVC tem para esta temática, nomeadamente no que diz respeito à educação da mulher nos finais do século XIX e século XX.



Figura 35 – Organização da documentação do Arquivo Histórico.

Na foto, o aluno Daniel Cruz e a professora Paula Pereira (ano letivo 2014-2015).

Figura 36 – Inventariação da documentação do Arquivo Histórico .

Na foto, as alunas Inês Jorge, Débora Ferreira e o aluno André Abreu (ano letivo 2015-2016)

Fotografias: Maria de Fátima Abraços

O património documental existente irá abrir caminhos no estudo do ensino liceal feminino no Estado Novo, nomeadamente quanto aos níveis do aproveitamento escolar, da estrutura curricular, da nomenclatura do corpo docente e dos alunos da escola e da organização administrativa da instituição. Será também importante que os alunos se apercebam do interesse do património da escola, uma vez que esta consciencialização faz parte da sua formação para a cidadania.

Em conclusão, para uma boa organização de um Centro de Memória, Arquivo Histórico, instalação de um museu ou estabelecimento de uma coleção, é sempre necessário uma investigação histórica global sobre a escola e sua época. Análises parcelares ou fenómenos desligados de um contexto serão sempre objetos desnaturalizados de um sistema de relações e de ideias que lhes dão sentido e significado. E deste modo, foi propósito deste texto introduzir elementos históricos da escola para que se possa perceber o projeto de salvaguarda do Património Histórico e organização de um Arquivo.

Referências

BELÉM, António Manuel da Cunha (1900) **Eschola Maria Pia** (Instrução do Sexo Feminino). Notícia para o Congresso Pedagógico de Madrid em 1892, Coimbra: Imprensa da Universidade.

LISBOA. Biblioteca Nacional Lisboa. **Anuário Comercial**, 1903, p. 421

RIBEIRO, Ana Isabel (coordenação de) (2006) **Miguel Ventura Terra. Arquitectura enquanto projecto de vida**. Catálogo da exposição de reabertura do Museu Municipal de Esposende. Câmara Municipal de Esposende.

SILVA, Amaro C. (2003) Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. **Liceus de Portugal: histórias, arquivos e memórias**. Sta. Iria da Azóia. ASA, pp. 484-505 (Coordenação de António da Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara).

SILVA, Amaro e ABRAÇOS, Fátima (2010). **Catálogo da coleção de plantas, alçados e cortes do edifício do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho**. Biblioteca ESMAVC. (documento policopiado).

VV. A. A. (2009) **Catálogo da Exposição: Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)**. Divisão de edições da Assembleia da República, Lisboa. Disponível em: <http://www.cartaz.expresso.clix.pt>
http://www.esmavc.org/images/documentos/patrimonio/da_arquitetura_do_edificio.pdf

OS DIÁRIOS DE CLASSE DE PROFESSORES COMO FONTES PRIMÁRIAS DA LINHA HISTÓRICA DA ETEC PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, DE ORLÂNDIA

Maria Teresa Garbin Machado

Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado

Introdução

Ao considerar diários de classe de professores como fontes primárias, este trabalho pretende resgatar, por meio da análise destes documentos, interfaces históricas da Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Alcídio de Souza Prado, de Orllândia, uma vez que são representativos de múltiplas realidades do cotidiano escolar, em diferentes momentos da trajetória da escola citada.

O período cronológico dos anos de 1979 a 1996 do presente trabalho foi determinado pelos exemplares pesquisados destas fontes primárias, integrantes do “Fundo Etec Professor Alcídio de Souza Prado”. Uma vez que, no período considerado, a escola passou por várias denominações, tais documentos são pertencentes a quatro grupos. Por outro lado, ao abarcarem registros de vários cursos, constituem vários subgrupos. E, ainda por pertencerem à Diretoria de Serviço Acadêmica, constituem uma só série, embora atualmente façam parte do acervo do Centro de Memória da escola.

Conforme Belotto (2004, p. 27), citado em Santos e Pereira (2015, p. 137), um fundo institucional compreende:

[...] um conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família; no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservadas como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho busca explorar interfaces do cotidiano escolar, a serem desveladas por meio da análise dos Diários de Classe do período focado, trazendo desta forma, contribuições para o enriquecimento dos conhecimentos a respeito da trajetória histórica da escola.

Tais estudos encontram apoio na literatura do ensino profissional, sob o enfoque metodológico ancorado nos referenciais da História Cultural ou Nova História, associada à “École des Annales”, e apoiada em Jacques Le Goff (1990), Peter Burke (1992 e 2005), Roger Chartier (2003) e Lynn Hunt (1992), entre outros.

Burke (1992) pontua algumas diferenças entre o paradigma da história tradicional e a nova história, elencadas abaixo:

- No paradigma tradicional, a história diz respeito à política, enquanto que a nova história tem seu interesse focado sobre toda a atividade humana (p. 10),
- Os historiadores tradicionais pensam na narrativa dos acontecimentos, enquanto que a nova história preocupa-se com a análise das estruturas (p. 12),
- A história tradicional oferece uma visão de cima, concentrada nos grandes feitos de pessoas famosas, enquanto que a nova história enfoca a história vista de baixo, exemplificada pela cultura popular, das pessoas comuns, na história das mentalidades, na história dos discursos, entre outras (p. 12-13),
- A história tradicional privilegia documentos oficiais como fontes, enquanto que a nova história busca evidências em atividades humanas diversas (p. 13-14),
- O paradigma tradicional despreza questionamentos abertos e variados, enquanto que a nova história considera tanto movimentos coletivos como individuais, levando em conta as tendências e diversos aspectos dos acontecimentos (p. 14),
- A história tradicional apresenta de maneira objetiva os fatos como realmente aconteceram, sem tendências viciosas, desprezando a visão particular do passado, enquanto que a nova história considera a percepção do mundo como variante de convenções, conforme a cultura a percepção particular de cada um (p. 15).

Confeccionados pelos professores, e representativos de um registro do cotidiano escolar com formato muitas vezes subjetivo e personalizado, os diários de classe constituem fontes primárias merecedoras de um tratamento de inventariação, pesquisa histórica e atribuição de valor como patrimônio histórico educativo, dentro dos processos de musealização de objetos. De forma implícita e como pano de fundo, tais estudos contribuem para a continuidade e manutenção do Centro de Memória da Etec, como representativo de um

cenário que aloca o esforço da comunidade escolar, em relação à preservação da história do ensino profissional paulista.

Para Santos e Larsen (2013, p. 328), o Centro de Memória, como depositário de documentos com valor histórico e artístico, contribui para a construção da memória coletiva, tendo a garantia do resgate, da preservação e da disseminação do patrimônio histórico-documental, com a proposta de construção de projetos educativos a serem desenvolvidos.

Quanto a estes espaços de memória, se expressa Menezes (2013, p. 31):

Se a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, a criação de lugares para estes velhos artefatos implica na criação de lugares de memória. Se nos referimos a uma produção administrativa, que não pode ser lida apenas em sua normativa, o que seria mais simples e fácil, talvez um render-se ao burocrático, mas há que se ir além, uma vez que essa produção traz os vestígios do vivido. O vivido, o valorizado, mesmo o descartado, se expressam também na materialidade, no suporte documental.

Os diários de classe oferecem, como fontes documentais, muitos aspectos a serem analisados. Tais aspectos podem ser tanto burocráticos e legais, como a inserção dos cursos, grades e componentes curriculares e conteúdos programáticos desenvolvidos, quanto à constituição do corpo discente relacionada à quantidade de alunos por turma, gênero, frequência, promoção e evasão.

Mogarro (2005, p. 111) afirma que documentos de arquivo são os mais tradicionais como base da escrita da história de uma instituição, adquirindo um lugar de centralidade, de matriz de referência, pela consistência de suas informações e pela segurança transmitida. Os arquivos, enquanto repositórios do processo de escrituração, juntamente com outras fontes, como os testemunhos orais e lógicas narrativas de natureza pessoal, e a materialidade da escola, representada por objetos de espólios museológicos, configuram a identidade histórica e institucional escolar. Ao resguardar documentos e outras fontes diversas, o arquivo oferece um diálogo entre as diversas fontes de informação, numa perspectiva de complementaridade e articulação para a construção da memória.

A pesquisadora salienta ainda que documentos específicos são produtos de uma escrituração sistemática da escola, reveladores de relações sociais desenvolvidas pelos atores educativos. Uma vez que os documentos configuram, pela sua diversidade e variedade, o patrimônio educativo de uma instituição, estes sedimentam historicamente o universo da cultura particularizada desta escola (p. 105).

Sendo assim, algumas constatações podem ser almejadas, a respeito da relevância dos estudos de fontes primárias para a organização e difusão dos Centros de Memória em instituições de educação profissional.

Fontes documentais no Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado

O Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlandia, foi reinaugurado em 14 de novembro de 2015, e embora tenha sido alocado anteriormente em outras instalações mais acanhadas, atualmente encontra-se em uma ampla sala cedida para este fim.

Uma vez que a escola iniciou suas atividades em 1949, muito de sua trajetória histórica encontra-se representado por um fundo preservado em boas condições, depositado no Centro de Memória, constituído de:

- Documentos diversos, como manuais antigos de maquinários, ofícios, panfletos de eventos e semanas temáticas, diários de classe, planos escolares e outros;
- Livros de matrículas, de atas de reuniões de APM (Associação de Pais e Mestres), de Atas de Exames de cursos ordinários e extraordinários de iniciação, de Termos de Posse e Compromissos, de registro de Diplomas e Certificados de conclusão de cursos, bem como livros didáticos e enciclopédias antigas, e outros;
- Trabalhos de alunos do Curso Supletivo, do Ensino Médio e Técnico;
- Materiais didáticos utilizados no curso de Magistério, e de laboratório de Ciências, Química, Física e de Enfermagem;
- Troféus conquistados pela escola e por seus alunos relacionados a gincanas esportivas, eventos culturais, concursos de fanfarra e outros;
- Álbuns de fotografias de coleções de grau mais recentes, de cursos diversos;
- Paineis representativos da linha histórica da escola, com fotografias selecionadas de um abundante e diversificado material iconográfico; com ênfase em momentos marcantes, como comemorações de 25, 50 e 60 anos da escola;
- Poucos móveis antigos que foram preservados, representados por escrivaninha, estante, mesa e armários de madeira, utilizados anteriormente em diversos ambientes escolares, principalmente nas secretarias para arquivamento de documentos;
- Pôsteres de trabalhos apresentados por alunos em diversas oportunidades.

Além do material acima relacionado, foi localizado em uma sala de “arquivo morto”, um armário de aço. Denominado de “armário n. 1” apresenta em uma de suas portas uma folha de papel sulfite colada, com os dizeres “neste armário se encontram estágios, diários e tirinhas de notas”. A vasta documentação nele encontrada é constituída de diários de classe, cronogramas, pastas de estágios, prontuários de alunos e livros, nos quais os conceitos dos alunos, entregues pelos professores em “tirinhas” de papel coladas em seguida, serviam para outros lançamentos escolares. As pastas de tamanhos diversos apresentam etiquetas apenas com os anos letivos referentes às documentações nelas depositadas, e os conteúdos específicos nelas contidos, como pasta de estágio, cronogramas e outros, têm a identificação respectiva por meio de etiquetas afixadas nas prateleiras.

Dentre este material de documentação escolar, os diários de classe constituíram um fascinante desafio, perante sua quantidade e diversidade. Acondicionados em 12 pastas de arquivo de plástico azul, 11 delas se encontram com seus conteúdos separados por ano, entre 1995 a 1999, e uma delas, conforme a etiqueta nela fixada deveria conter diários de classe de 1991 a 1995, e do curso de Mecânica Geral, de 1979.

Os diários de classe localizados por disciplinas ou componentes curriculares

Uma vez que este material arquivado representa uma grande quantidade de documentos, que demandariam em uma pesquisa mais profunda, com a possibilidade de múltiplos olhares, foi selecionada para um estudo inicial e exploratório, a pasta com materiais mais antigos. Portanto, o conteúdo da pasta com a etiqueta “1991 a 1995, e curso de Mecânica Geral, de 1979” foi eleito como o universo de fontes primárias deste trabalho. Este é constituído de 65 diários de classe, datados de 1979 a 1996. Uma vez que, neste período, a escola passou por quatro denominações: Escola Estadual de Segundo Grau, a partir de 1978, Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSP) desde 1980, Escola Técnica de Segundo Grau (ETESG) desde 1989, e Escola Técnica Estadual (ETE), a partir de 1994, todas com o nome de seu patrono, Professor Alcídio de Souza Prado, os diários de classe desta pasta constituem quatro grupos, do fundo escolar.

Os 65 diários de classe se encontram assim distribuídos, conforme os registros neles encontrados e apresentados no Quadro I.

Como integrantes obrigatórios da documentação escolar, os diários de classe registram inúmeros dados, tanto voltados ao corpo discente, como relacionados ao próprio cotidiano, por meio do lançamento do desenvolvimento de cada aula.

Nas 65 fontes primárias elencadas, algumas particularidades foram observadas, como:

- Os formatos e tamanhos são variados, com exemplares mais antigos medindo 15 x 31,5 cm, e os mais recentes, com 24,5 x 31 cm;
- De uma maneira geral, estes documentos se apresentam em boas condições e preenchidos de forma adequada, com caneta azul, sendo que muitos foram trabalhados com grande capricho;
- Os dados contidos em todas as capas dos exemplares se referem à identificação da escola, ano letivo, curso, grau, turno ou período, classe ou série, disciplina ou componente curricular e turma;
- Muitos diários de classe foram encapados com papel liso ou de estampas diversas, ou ainda de plástico transparente ou fosco;
- Alguns professores reuniram seus diários de classe anuais em um só caderno espiral, como uma professora de Psicologia e de Ética Profissional, que encadernou seus oito diários de classe do ano letivo de 1994, referentes aos cursos de Desenho de Arquitetura, Processamento de Dados, Contabilidade e Desenho Mecânico, em um só caderno;
- Não foi encontrado nenhum exemplar vistado por coordenadores, diretores ou qualquer superior imediato;
- Embora não tenha sido explorado aspectos relacionados ao corpo discente, observou-se que no diário de classe do curso de qualificação profissional de Desenho de Arquitetura, no período noturno, 12 alunos iniciaram o ano letivo, mas somente dois permaneceram até o final do ano;
- Alguns diários de classe possuem em suas últimas páginas, o Plano Anual ou conteúdo programático a ser cumprido, escritos com letra manual.

Como integrantes obrigatórios da documentação escolar, os diários de classe registram inúmeros dados, tanto voltados ao corpo discente, como relacionados ao próprio cotidiano, por meio do lançamento do desenvolvimento de cada aula.

**Quadro I –
Diários de Classe por cursos e componentes curriculares (1979 a 1996)**

ANO	CURSO	COMPONENTE CURRICULAR/ DISCIPLINA	PERÍODO	QUANTIDADE
1979	Pré-profissionalizante	Vestuário e Acessórios	noturno	02
1979	Pré-profissionalizante	Desenhista Mecânico	noturno	01
1979	Pré-profissionalizante	Mecânica Geral	noturno	02
1980	Pré-profissionalizante.	Mecânica Geral	noturno	01
1981	Pré-profissionalizante	Mecânica Geral	noturno	01
1981	Pré-profissionalizante	Vestuário e Acessórios	noturno	02
1991	Pré-profissionalizante	Pintura	manhã	01
1991	1º grau- 5ª e 8ª	Pintura	tarde	06
1991	1º grau	Educação Artística	tarde	05
1991	Magistério	Psicologia Aplicada à Educ.	manhã	01
1991	Magistério	Educação Artística	manhã	02
1991	Colegial	Educação Artística	manhã	02
1992	2º grau- Inciso III	Matemática	manhã	01
1992	Magistério	Conteúdos Metodológicos de Ciências e Matemática	manhã	01
1992	Magistério	Matemática	manhã	04
1992	Magistério	Conteúdos Metodológicos de Estudos Sociais	manhã	01
1994	Contabilidade	Contabilidade Geral	noturno	01
1994	Contabilidade	Estatística	noturno	01
1994	Contabilidade	Psicologia	noturno	01
1994	Desenho de Arquitetura	Psicologia	manhã	01
1994	Desenho de Arquitetura (Qualificação Profissional)	Psicologia	noturno	01
1994	Desenhista Mecânico (Habilitação Profissional Parcial)	Psicologia	noturno	01
1994	Processamento de Dados	Fundamentos de Processamento de Dados	manhã	01
1994	Processamento de Dados	Psicologia	manhã	02

1994	Processamento de Dados	Psicologia	noturno	01
1994	Processamento de Dados (Qualificação Profissional)	Fundamentos de Processamento de Dados	noturno	01
1994	Processamento de Dados	Ética Profissional	noturno	01
1995	Processamento de Dados	Psicologia	manhã	02
1995	Contabilidade	Psicologia	noturno	01
1995	Desenho Mecânico	Psicologia	noturno	01
1995	Contabilidade	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	noturno	01
1995	Desenho Mecânico (Qualificação Profissional)	Desenho Técnico de Mecânica	noturno	01
1995	Contabilidade	Contabilidade Comercial	noturno	02
1995	Contabilidade	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	noturno	01
1995	Processamento de Dados	ISO- Introdução ao Sistema Operacional	manhã	03
1995	Processamento de Dados	FPD- Fundamentos de Processamento de Dados	manhã	03
1995	Processamento de Dados	TP- Técnicas de Programação	manhã	03
1996	Processamento de Dados	Língua Inglesa	manhã	01
1996	Processamento de Dados	Educação Artística	manhã	01

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, em 2016

Este último item pode ser exemplificado por meio de um Plano de Curso de um diário de classe do ano letivo de 1991, do 1º Magistério A, de Educação Artística, separado em quatro bimestres. Em cada um deles constam os objetivos específicos, o conteúdo, procedimentos e técnicas, e avaliação. Os objetivos específicos são relativos ao conteúdo a ser desenvolvido particularmente em cada bimestre, mas envolvendo sempre artes plásticas, artes cênicas, e arte musical. Os procedimentos e técnicas compreenderam aulas expositivas, trabalhos em grupo, trabalhos individuais e aulas práticas. Quanto à avaliação, esta se referiu à verificação de trabalhos e pastas, autoavaliação, provas escritas e avaliações individuais ou em grupo.

Muitos costumes também permanecem arraigados rotineiramente, como denominações que, mesmo substituídas legalmente, ainda permanecem em uso, como é o caso do 1º grau, extinto na escola em 1988, que aparece no lugar da denominação de Ensino Fundamental em 1991, e o Colegial, que também aparece em 1991, em substituição à denominação correta de 2º grau.

Conforme Furtado (2011, p.157), documentos representam produções humanas, e como tal, podem estar impregnados de interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e o pesquisador corre o risco de possuir em uma fonte primária, uma realidade desejada como algo realizado. Em um diário de classe de 1995 foi encontrado escrito a lápis, em suas últimas páginas, uma mensagem de uma aluna para o professor, com os dizeres:

“ (nome do professor):

Que sua vida seja como um pinheiro à beira do caminho, alto e forte para suportar as tempestades, mais, o suficientemente frágil e delicado para proteger os que procurarem sua sombra.

(nome da aluna)”.

O recorte cronológico de 1979 a 1996 envolveu um período no qual a educação brasileira foi submetida à Lei 5692/71 e à Lei 7044/82, denominada a “reforma da reforma”, uma vez que a Lei 9394/96 foi promulgada somente em 20 de dezembro deste ano, entrando em vigor após o período considerado.

A Lei 5692/71 determinou a profissionalização universal e compulsória por meio da terminalidade do 2º grau, e o Parecer n. 45/72 relacionou 130 habilitações técnicas oferecidas, juntamente com o núcleo comum, e o mínimo necessário de 2.900 horas para habilitação de técnico industrial, com a inclusão de pelo menos 1200 horas de conteúdo profissionalizante (CUNHA, 2000, p. 190-191).

No ano anterior ao início do período cronológico deste trabalho, a então Escola Estadual de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado mantinha os cursos Ginásial Industrial e Normal, que foram extintos neste ano. O 2º grau oferecido consistia nas 3as. séries de Habilitações Profissionais de Auxiliar de Documentação Médica, Desenho Mecânico, Economia Doméstica, Auxiliar Técnico em Mecânica e Ciências Físicas e Biológicas, e 1as séries de 2º grau, e 2as.séries de Mecânica, Setor Primário e Secundário (MACHADO, 2014, p. 201).

Em 1979, prevaleceram no 2º grau a Habilitação Técnica de Desenhista Mecânico, e os Setores Primário, Secundário e o Terciário, que foi acrescido. Tais denominações são referentes ao 2º grau com formação básica de 3196 horas, com diferenciação nas disciplinas instrumentais. O setor primário era voltado para a área de disciplinas biológicas, o secundário para a de exatas, e o terciário para a área de humanas (MACHADO, 2007, p. 49).

Uma vez que a escola passou a oferecer o 1º grau, teve sua denominação alterada, em 1980, para Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado.

Porém, diante do contexto de dificuldades e ineficiência percebidas em relação à profissionalização compulsória imposta pela Lei 5692/71, foi instituída a Lei 7044/82, denominada de a “Reforma da Reforma”. Sendo assim, por meio da Deliberação CEE 29/82, abriu-se também a possibilidade de oferecimento do 2º grau com disciplinas do núcleo

comum, desvinculadas da parte profissionalizante, o que ficou conhecido como o chamado “inciso III” (MACHADO, 2007, p. 52).

A atual Etec Alcídio ofereceu cursos de 1º grau até 1988, e por esta razão, em 1989 teve sua denominação alterada para Escola Técnica de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado, embora de 1989 a 1994 tenha tido classes de Ensino Fundamental com entrosagem, na parte diversificada da grade curricular, como pré-profissionalizante (MACHADO, 2007, p. 53).

Devido à transferência para o Centro Paula Souza, a escola recebeu a denominação de Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, a partir de 1994.

Os cursos com Habilitações Plenas oferecidos no período cronológico desta pesquisa foram o Magistério, até 1992, técnicos de Contabilidade, a partir de 1986, Processamento de Dados, a partir de 1990, Desenhista de Arquitetura, em 1993, Desenhista Mecânico até 1987 e Enfermagem, a partir de 1994 (MACHADO, 2007, p. 75).

Considerações finais

Como já foi dito, as fontes primárias exploradas suscitam muitos olhares e desafios, que podem levar a múltiplas pesquisas, devido à riqueza de dados que encerram. Porém este trabalho, teve como foco os conteúdos programáticos e planos de ensino registrados pelos professores. Este olhar diferenciado remete a algumas considerações a respeito de currículo. Conforme afirma Zotti (2004) em Machado (2014, p. 92), torna-se importante ressaltar que a palavra currículo, pela Lei 5692/71, diz respeito ao rol de disciplinas, matriz curricular ou grade curricular, ou seja, o conjunto de componentes curriculares de um curso, ou seja, um sentido diverso ao que se considera nos dias de hoje.

Sendo assim, seguem algumas definições a respeito de currículo, apresentadas por Machado (2007, p. 92):

- O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades, tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar crianças e jovens segundo valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 2004, p. 11-12);
- O currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimentos, é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da escolha de alguém, da visão de algum grupo, representando um produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas, que organizam ou desorganizam um povo (APPLE, 2005, p. 59);

- O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica escolhida para legitimar uma escolarização (GOODSON, 2003, p. 19).
- Para Sacristan e Gomez (1998, p. 138), a presença curricular se faz por diferentes representações, evidenciando relações de poder, como as abaixo apresentadas:
- Currículo prescrito ou regulado, com conteúdos ordenados em disposições administrativas;
- Currículo real, constituído por livros-texto, guias didáticos ou materiais diversos;
- Currículo no contexto de práticas organizativas, com programações ou planos feitos pelas escolas;
- Currículo em ação, constituído pelo conjunto de tarefas de aprendizagem realizadas pelos alunos, representativas de uma experiência educativa real, em parte regulada pelos planos e programações dos professores;
- Currículo avaliado, presente no que os professores exigem e valorizam em suas avaliações;
- Currículo oculto, proveniente do estudo social e político dos conteúdos e das experiências escolares, como os hábitos de ordem, pontualidade, correção, respeito, competição, e outros aspectos inculcados consciente ou inconscientemente pela escola.

Apesar de os diários de classe verificados não terem apresentado nenhum tipo de verificação superior registrada por alguma vistagem, carimbo ou assinatura, durante a vigência da Lei 5692/71 houve uma significativa profusão de documentos norteadores para todas as representatividades escolares. Para os professores, foram confeccionados os guias curriculares de cada disciplina, em vigência na época, livros didáticos previamente aprovados com visão tecnicista, bem como capacitações e orientações quanto à confecção dos Planos de Ensino. De tal forma que os professores tinham modelos engessados e impostos para representação de todos os aspectos da prática docente.

Portanto, conforme Sacristan e Gomez (1998, p. 131-132), não se pode reduzir ao que o programa oficial ou os próprios professores dizem que querem transmitir. Uma coisa é que os professores dizem que devem ensinar, outra é o que eles acham ou dizem que ensinam, e outra é o que os alunos aprendem. Em qual destes três espelhos encontra-se

uma imagem mais real? O resultado das duas primeiras imagens é o currículo manifesto, e na terceira pode haver, de forma implícita, o currículo oculto.

Com um currículo determinado e grades curriculares normatizadas, cabe ao professor, em sua prática docente, formalizar estratégias criativas e atraentes aos discentes, para que a aprendizagem seja manifestada de forma adequada, ou seja, evidenciada por notas ou conceitos representativos de uma boa aprendizagem.

Sendo assim, ficam as reflexões no sentido de que os dados obtidos não sejam considerados como acabados, e sim de um conhecimento produzido, em contínua aproximação com o real, podendo ser acrescido, revisado, e até substituído por novos conhecimentos (FURTADO, 2011, p. 157).

Finalmente, ao privilegiar um enfoque particularizado no estudo de diários de classe, em contraponto permanece o registro das possibilidades de estudos com múltiplos olhares, diante da riqueza de dados inseridos nos documentos analisados, como fonte geradora de novos conhecimentos a respeito da história da escola e do ensino profissional paulista.

Referências

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp: Brasília, DF: Flacso, 2000. 270 p.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://mail.wwww.revistas.usp.br/incid/article/view/42357/46028>>. Acesso em 22 jul. 2016.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. A história nova. In: **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. Uma análise histórica do Ensino Profissional: **do ensino artesanal à implantação do currículo por competências numa unidade da rede de ensino técnico estadual paulista**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, São Paulo.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970: Trajetória na cidade de Orlandia**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara, São Paulo.

MENEZES, Maria Cristina. Patrimônio Histórico Educativo: experiências de preservação em acervos escolares paulistas. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). **Patrimônio, Currículo e Processos Formativos**. Centro Paula Souza. São Paulo. Imprensa Oficial, 2013, p. 23- 37.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista Pró-Posições**, v. 16, jan.-abr. 2005. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/texto198.html>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

SACRISTAN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I. Perez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 396 p.

SANTOS, Ramon Vieira. LARSEN, Nathalia. Musealização e educação: a construção conceitual para o Centro Memória do Colégio Estadual. **IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos países de Língua Portuguesa e Espanhola** – IV SIAM, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013, p. 321-333. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/livro_de_resumos_iv_siam_volume_2_final.pdf. Acesso em: 19 jul. 2016.

SANTOS, Lena Pacheco dos. PEREIRA, Mateus Camargo. Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS- Campus de Muzambinho: “Arranjo” do Fundo Institucional. In: CARVALHO, Maria Lúcia de (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. Centro Paula Souza. São Paulo. Imprensa Oficial, 2015, p. 135- 142.

DA DESESCOLARIZAÇÃO DOS MUSEUS A MUSEALIZAÇÃO DO PASSADO ESCOLAR: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Américo Baptista Villela

Escola Técnica Estadual Bento Quirino

Introdução

O presente trabalho é uma reflexão sobre uma experiência profissional desenvolvida na Escola Técnica Estadual Bento Quirino, em Campinas, entre os anos de 1997 a 2001, e pretende ser uma contribuição para o debate sobre a “Organização e difusão de Centros de Memória, Arquivos Escolares, Arquivos Pessoais e Coleções em instituições da educação profissional e tecnológica”, eixo temático ao qual se vincula.

Nos encontros e fóruns de discussões dos profissionais que atuam nos Museus brasileiros tem se discutido com frequência o problema da escolarização dos Museus, e as suas consequências para a própria configuração do campo e das práticas museológicas em nosso país. Por um lado, se reconhece a importância numérica e qualitativa do público escolar em processo de formação como possível público espontâneo para o momento em que já não estiver nos bancos escolares; por outro, chama-se atenção para a necessidade de não se esquecer da visita espontânea que já ocorre e que precisa ser ampliada.

Em artigo onde analisa as concepções educacionais que convivem nas experiências de educação em museus, Lopes demonstra as influências da educação escolar formal, em especial com a hegemonia do ideário da escola nova, sobre as práticas educativas dos museus, e conclui:

Na prática, o papel educacional que cabe aos museus, e há anos vem sendo debatido nos fóruns museológicos internacionais, reflete o fato de que a grande maioria do público que os frequenta é composta de crianças e jovens levados por suas escolas, para as tradicionais visitas guiadas, ou outras atividades que em essência vêm significando a transposição para o interior do museu das metodologias e práticas do ensino escolar. (LOPES, 1991:449)

Acreditamos que tal assertiva, nos dias de hoje, represente uma generalização perigosa, tendo em vista a grande diversidade de museus existentes e a forma de relacionamento proposta entre público e objeto nas exposições, uma vez que temos museus interativos baseados em alta tecnologia até a permanência das catedrais cívicas.

No caso do Museu da Cidade de Campinas, com os diversos problemas enfrentados¹, temos trabalhado com uma perspectiva diferente, na qual mais do que dirigirmos a leitura da exposição, pretendemos colocar problemas para que o visitante reflita sobre o exposto. Como exemplo, relato a experiência de expormos contracheques como suporte para objetos utilizados durante o período escravista, estimulando a leitura para perceber a coerção econômica representada pelo salário, porém permitindo aos visitantes formularem suas próprias opiniões, como a de concluir que houve melhoria nas relações de trabalho, mesmo que não concordássemos com esta leitura.

Por outro lado, não podemos desconsiderar a colocação da mesma autora no Boletim do CECA² sobre a forma expositiva que, na maioria das vezes, oculta o processo de construção do conhecimento apresentando-o como algo pronto e acabado. Para ela:

Nesta perspectiva usual e dominante não há qualquer possibilidade para que os (as) educadores (as) de museu desempenhem qualquer tipo de papel criativo e participativo no processo de construção do conhecimento. Apenas renovam-se os espetáculos, os shows de ciências e os recursos tecnológicos das velhas exposições que confinam os (as) educadores (as) ao papel de repetidores (as) de simplificações autorizadas ou distorções e conferem ao público, o papel de espectadores passivos de saberes inacessíveis." (LOPES, 1997)

Assim, os Museus acabam por reforçar uma concepção de conhecimento que implica uma diferenciação hierarquizada entre pesquisador que constrói conhecimento e educador que apenas transmite o conhecimento produzido ao público, seja escolar ou espontâneo. Ao educador não cabe definir o que expor, como expor etc. Ao público não compete formular questões ou dirigir a sua própria visita ao museu que foi pensada por um especialista, resta estar lá para aprender. Aprender o que, por que ou para que é uma reflexão que não cabe ao educador ou ao público realizar, ou seja, a escolarização dos Museus, em muitos casos, retirou destes a perspectiva de ser um foco de discussão, para transformá-lo em local de irradiação de verdades já consagradas. Esta limitação se deve em muito à dificuldade dos museus em manter um contato duradouro e permanente com o seu público. O contato mais duradouro impediria que a visita fosse apenas um evento e passasse a ser o

¹ O problema mais comum é as alegadas restrições orçamentárias que impedem a manutenção adequada do prédio, bem como os investimentos em melhoria dos expositores ou material expositivo; ocorre também a falta de investimento em recursos humanos e tecnologias expográficas.

² Comitê para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus.

resultado de um processo de construção de conhecimento por parte do visitante, no qual ele poderia escolher qual a temática a ser trabalhada, o que expor, como comunicar, etc.

Foi inspirado no debate sintetizado acima e com o objetivo de reverter este quadro, que passamos a trabalhar com a dimensão do processo de construção do conhecimento histórico no campo da museologia. Para tanto, desenvolvemos o projeto *Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo*, na Escola Técnica Estadual Bento Quirino. O fato de ser professor da escola e da mesma possuir um acervo documental em diferentes suportes, permitia que os alunos conhecessem o trabalho interno dos Museus, do tombamento das peças à montagem de exposições. No desenvolvimento do projeto, os alunos, a partir do resgate, conservação, organização do acervo documental, da pesquisa sobre o acervo e a história da escola, resultando na criação do Centro de Memória da unidade escolar, tiveram contato com diversas áreas do conhecimento e se aproximaram do que seria uma abordagem transdisciplinar. Mais do que isso, reconstruíram uma visão do processo de produção do conhecimento histórico, em especial sobre a história da escola onde estudavam, de forma articulada ao desenvolvimento da própria sociedade brasileira e mudaram suas práticas e conceitos. É esta experiência que pretendo analisar neste artigo.

Do arquivo morto ao centro de memória: um passo na trilha do conhecimento

A atual Escola Técnica Estadual Bento Quirino foi criada a partir do legado testamentário de Bento Quirino dos Santos com a fundação da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino dos Santos, em 25 de julho de 1915. Ao longo de sua existência a escola produziu e acumulou uma grande quantidade de documentos em diferentes suportes. Estes documentos estavam se perdendo em virtude das péssimas condições de armazenagem, atos de vandalismo e ameaçados por diversas formas de infestações biológicas, tais como traças, baratas, ratos, fungos, etc. como pode ser observado na Figura 1 abaixo.



Figura 1 – Arquivo escolar da Etec Bento Quirino, em 1997

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016

No ano de 1997, quando a escola comemoraria seus oitenta anos de inauguração do primeiro prédio, demos início, junto com os alunos, a um trabalho de pesquisa sobre a história da escola, o que nos levou a recorrer aos documentos citados que se encontravam nos “arquivos escolares”. Havia documentos espalhados em diversos ambientes e uma “organização embrionária do que seria o arquivo morto escolar” dividido em duas salas: uma conhecida como “arquivo morto da Secretaria Acadêmica”, na qual se encontravam Diários de Classes, Prontuários de Alunos, Livros de Registro de Notas e Matrículas, etc. e outra, “o arquivo morto da Secretaria de Pessoal” onde eram guardados Prontuários de Professores, Prestação de Contas, etc.³ Naquele ano, em virtude da preocupação em se comemorar o aniversário da escola, não demos início a nenhum trabalho no sentido de se organizar, acondicionar ou conservar a documentação, mas houve uma sensibilização dos alunos em relação ao material armazenado durante a montagem de uma mostra de objetos e documentos, o lançamento de uma cápsula do tempo e a elaboração e finalização de um vídeo institucional da história da escola.

O primeiro passo no sentido de organizar, acondicionar e conservar a documentação foi realizar um curso para os alunos que intitulamos Introdução ao *Tratamento do Documento Museal*. As atividades do curso, apostilado, ocorreram no período das férias de julho de 1998 e consistiram em 20 horas aulas, organizadas em 5 dias, com duas horas iniciais de discussão teórica seguidas de duas com atividades práticas. No primeiro dia, os alunos discutiram as teorias da arquivística, em especial, a teoria das três idades, ou seja, Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente, formas de organização e indexação da documentação, como séries e subséries; noções e tipos referentes às tabelas de temporalidade; higienização e catalogação da documentação e, a partir daí a atividade prática junto à documentação. Na Figura 2 as alunas Camila Camargo, Nathalia Ruiz, Marriete Souza e Thais Casteli catalogando os documentos de arquivo.

No segundo dia, as atividades foram dirigidas para a documentação iconográfica. Iniciou-se com uma conversa sobre os suportes das imagens, tais como negativos de vidro, celulóide, diapositivo, cartão postal, fotografia em papel e os diferentes tipos de papel: fosco, brilhante, etc. Em seguida, realizamos com os alunos um diagnóstico para definir as intervenções necessárias sobre o acervo iconográfico, tais como descolar imagens, contenção de oxidação, etc. Foi apresentado um modelo de ficha de catalogação de documento iconográfico a ser utilizado no acervo da escola e um dos alunos se propôs e criou um banco de imagens em Access para cadastro das mesmas. Na Figura 3, Michele Penteado, Daniel Mendes, Rafael Campos e Elizabete catalogando parcela das imagens.

³ Para maiores informações a respeito da documentação arquivística da escola ver: MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) – *Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo Inventário de Fontes Documentais*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.



Figura 2 – Estudantes catalogando documentos no Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2005
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016



Figura 3 – Estudantes catalogando fotografias no Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 1998
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016

No terceiro dia houve a discussão sobre objetos tridimensionais como suporte de informação e os diferentes tratamentos a serem realizados em função dos diferentes suportes em que esses objetos eram confeccionados, tais como madeira, metal, plástico, etc. Na sequência realizamos um processo de higienização mecânica sobre as peças, retirando-se as sujidades e houve a tentativa de estabilizar infestações de cupins em algumas peças com a utilização de produtos químicos. Dedicamos o quarto dia ao acervo bibliográfico da escola, discutindo as diferentes formas de encadernação, os cuidados no manuseio dos livros, a higienização das obras, o controle das infestações biológicas, em especial, brocas e traças, bem como o tombamento das obras e a sua indexação pelo sistema Melvin Dewey. No último dia do curso discutimos algumas noções, conceitos e práticas de museologia, expografia, comunicação visual, etc. e os alunos, reunidos em grupos, montaram um projeto de exposição museológica sobre a história da escola. Nesse momento, foi informado a eles que o objetivo do curso era prepará-los para desenvolver um trabalho que a longo prazo, permitisse a escola adaptar um espaço onde ocorreriam as exposições a partir dos trabalhos e iniciativas dos próprios alunos.

Como resultado inicial do curso, conseguimos mobilizar um grande grupo de alunos que se reuniam todos os sábados e continuavam a pôr em prática as atividades desenvolvidas ao longo do curso. Os que participaram do mesmo serviam de monitor aos que não o haviam feito e um número que oscilava entre 30 a 50, em diferentes horários, todos os sábados, se reunia para higienizar, catalogar e organizar os acervos escolares. Tal postura e comprometimento contribuíram para gerar mudança na própria cultura administrativa da escola que, gradativamente, abandonou o uso de grampos, presilhas, enfim, de qualquer objeto metálico na documentação. Aliado a isso, os chamados “arquivos mortos” gradativamente foram reconhecidos como “arquivos permanentes” ou “arquivos históricos” e começaram a ocupar espaço nas discussões sobre a gestão escolar. O Grêmio passou a se

preocupar em registrar suas ações, através do armazenamento de artigos de jornais sobre as manifestações estudantis, do seu Livro de Atas, bem como incentivar os alunos a fazê-lo.

Com a aprovação do projeto Pesquisa sobre o *Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e as transformações histórico-espaciais*, nascido de uma proposta do Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pela FAPESP, as atividades que já vinham sendo realizadas passam a contar com um aporte financeiro. Esclarece Carmem Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves, coordenadoras dos trabalhos:

A implementação do projeto deu-se em oito escolas técnicas estaduais (ETEs) do Centro “Paula Souza”: ETE “Carlos de Campos” e ETE “Getúlio Vargas”, em São Paulo; ETE “João Belarmino”, em Amparo, todas as três criadas em 1911; ETE “Bento Quirino”, de 1915, em Campinas; ETE “Júlio de Cardoso”, de 1924, em Franca; ETE “Fernando Prestes”, de 1929, em Sorocaba; ETE “Cônego José Bento”, de 1935, em Jacareí, ETE “Aristóteles Ferreira”, de 1978, em Santos, que foi incorporada ao projeto pois suas raízes históricas estão na Escola Estadual “Escolástica Rosa”, de 1908, na mesma cidade. (MORAES e ALVES, 2002:13)

No caso da ETE Bento Quirino, este aporte permitiu aos professores envolvidos se tornarem bolsistas ao mesmo tempo em que passaram por diversos cursos e oficinas de qualificação oferecidas pelo Arquivo do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Os recursos também foram utilizados para a aquisição de equipamento de informática – computador, scanner e impressora; três módulos de armário deslizante; material de consumo para a confecção de embalagens para o acervo: papel neutro, papel crescent, estilete, etc. e equipamentos para a montagem de um laboratório fotográfico a ser utilizado pelos alunos para a reprodução do acervo e produção de registros da atualidade para a posteridade.

Nesse processo, a ideia de adaptação de um espaço para a montagem das exposições dos alunos evolui para a de criação do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Bento Quirino, no qual a preservação dos suportes materiais da memória da escola estaria associada a atividades que proporcionassem uma maior visibilidade do acervo. No ano de 2000, através do apoio financeiro da Associação de Pais e Mestres da unidade escolar, foi viabilizada a reforma do espaço físico que abrigaria o Centro. No mesmo ano, com a visita de todos os participantes do projeto na ETE, das outras ETEs e dos funcionários da Secretaria Municipal de Cultura do município de Campinas, foi inaugurado o Centro de Memória. Na Figura 4 podemos observar os visitantes sendo recebidos pelos alunos monitores.



Figura 4 – Visitantes e participantes do projeto de Historiografia durante a inauguração do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Bento Quirino, em 2000

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016

Com uma parcela do acervo bibliográfico e documental organizado, contando com uma exposição dividida em dois módulos: o primeiro, através de fotografias e objetos utilizados pelos alunos, explicava como foi o processo de recuperação e organização dos acervos, enquanto o segundo apresentava, com a mesma linguagem, os cursos e momentos do cotidiano escolar. Ainda com os recursos da FAPESP seriam publicadas duas obras: um guia para os pesquisadores e demais interessados em história da educação e da educação profissional intitulado *Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo Inventário de Fontes Documentais* e o álbum fotográfico – *Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens*. No primeiro trabalho referenciava-se toda a documentação das unidades participantes do projeto e no segundo uma seleção das imagens trabalhadas durante o desenvolvimento do projeto (Figura 5). Tais obras não só contribuíram para divulgar o que foi feito, como também para estimular a produção de novas pesquisas e problemáticas.

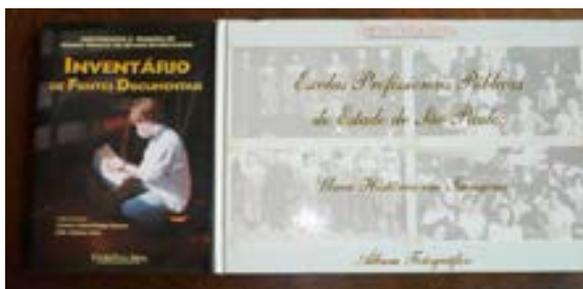


Figura 5 – Obras publicadas no projeto de Historiografia com apoio da FAPESP, em 2002

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016

Da memória à história: o centro de memória como instrumento auxiliar de ensino e pesquisa.

No início deste artigo relatamos uma parcela do trabalho do historiador, aquela que se relaciona com a organização das fontes, e demonstramos como os alunos se engajaram nesta atividade. Nesse percurso, eles deixaram de pensar o conhecimento histórico como algo pronto, acabado e definitivo, passando a, gradativamente, percebê-lo como uma constante reconstrução, nos termos propostos por Saviani. Ao comentar o questionamento a um projeto apresentado pelo grupo de pesquisa HISTEDBR em 1998 a respeito do conceito de Reconstrução Histórica utilizado pelo autor, conclui:

Ele (o autor) queria deixar claramente sinalizada a compreensão da história e de conhecimento histórico adotada pelos seus proponentes. Queria deixar claro, desde o início, que o objeto do historiador não é construído por ele, enquanto pesquisador. O que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto e não o próprio objeto. E construir o conhecimento do objeto não é outra coisa senão reconstruí-lo no plano do pensamento. (SAVIANI, 2007, p.15)

Dessa forma, as visões tradicionais e apologéticas que envolviam a criação da escola como obra de benemerência ou os grandes feitos do benemérito fundador passaram a ser pensados sobre uma outra ótica, em função do contexto histórico social em que esta obra e estes feitos foram executados. Percebe-se a escola não mais como, meramente, produto da bondade e preocupação social de uma elite, mas como parte de um projeto político que buscava hegemonia e percebia o progresso no desenvolvimento industrial. À escola profissionalizante caberia o papel de formar mão de obra qualificada para sustentar o desenvolvimento industrial e mesmo criar/ampliar o exército industrial de reserva que garantia o rendimento necessário ao investimento de capital realizado pelos novos industriais. Estes novos industriais eram imigrantes, cafeicultores e comerciantes de café que diversificaram investimentos com os lucros procedentes da cultura cafeeira. Essa situação ainda era estimulada pelas políticas de substituição de importação que ganharam força no período entre as grandes guerras mundiais.

Assim, da organização das fontes até uma compreensão mais profunda da problemática suscitada por esta documentação, os alunos percorreram um caminho que lhes permitiu avançar da memória, como domínio da afetividade, em especial da memória histórica enquanto instrumento ideológico da dominação burguesa que se consolidava, para a história, como domínio do conhecimento. Para tanto, foi necessário analisar a documentação inserindo-a no contexto histórico do momento que a mesma foi produzida e recuperando versões conflitantes com as versões expressas na documentação sob guarda da escola.

Como observou Saviani:

O movimento global do conhecimento compreende dois momentos. Parte-se do empírico, isto é, do objeto tal como é figurado na intuição. Nesse momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele está constituído [...] Partindo dessa representação primeira do objeto, chega-se por meio da análise, aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento), chegando, pela via da síntese, de novo ao objeto, agora entendido não mais como 'a representação caótica de um todo', mas como uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. (SAVIANI, 2007, p.16)

Na busca pela construção da síntese, foi necessário analisar a documentação não apenas no que ela registrava explicitamente, mas também no que ela silenciava, no que ocultava, além do que deixava entrever. Dessa forma, a visão idílica construída e divulgada pela documentação oficial, passa a ser questionada, e de uma narrativa linear surgem os problemas e versões silenciadas.

Como exemplo temos a imagem de Bento Quirino sendo reconstruída. Inicialmente como benemérito filantropo de moral ilibada como descrito na apresentação da Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas de 1937:

Bento Quirino se impõe, desde logo ao conceito geral, como um tipo de eleição, cuja história bem pode servir de paradigma para nós todos, moços e velhos, ricos e pobres. Pobre de bens de fortuna, foi êle, de degrau em degrau, se elevando aos máximos postos na sua terra, sem outro ponto de apoio à sua ascensão que não fôsse consciência tranqüila e uma seara enorme de benefícios, que espalhou. Empregado, interessado, sócio, membro solidário de honrada e popular firma comercial desta cidade e de Santos, o saudoso conterrâneo estabelece como melhoria social ou um ato de abnegação e beneficência.

Porém, se na apresentação essa é a imagem construída pela revista, ao longo do texto as contradições não são explicitadas, mas aparecem indícios que, ao serem confrontados com outras fontes, trazem novas informações. Em trecho mais à frente da Revista, há a seguinte observação:

Não têm, pois, razão aquelles que, para combatel-o, muitas vezes o accusavam de egoísta e de estar entrandando o desenvolvimento do município. Os homens publicos, que as próprias circunstancias da existencia collocam em uma situação de destaque, hão de ser sempre visados pelos invejosos ou pelos despeitados. (Revista do CLA, 1937, p.27)

Assim, existe a referência à oposição a Bento Quirino, caracterizada como invejosa ou despeitada, sem que haja a explicitação das divergências que levam a existência da mesma e os motivos que a levavam a acusá-lo de *egoísta e de estar travando o desenvolvimento do município*.

Estas divergências tiveram de ser buscadas na obra *Falsa Democracia A Revolta Militar de São Paulo em MCMXXIV*, de autoria de Álvaro Ribeiro. Nesta obra é explicitada a referência aos acordos entre a Cia Campineira da Água e Esgotos, da qual Bento Quirino foi fundador e presidente durante a polêmica, e a Cia Campineira de Tração, Luz e Força, a qual seria produto da Cia de Iluminação, criada por Joaquim Quirino dos Santos, pai de Bento Quirino. Assim, descreve a situação Álvaro Ribeiro:

Fiz parte de todas as comissões permanentes, e de algumas especiaes e trabalhosas, figurando como relator nas duas mais importantes, de cujos estudos dependiam a vida activa e o desenvolvimento da cidade, referentes aos serviços privilegiados de electricidade e de aguas e esgotos, entregues a duas empresas politicamente amparadas e defendidas por tendenciosa advocacia partidária. (RIBEIRO, 1927:XII)

Estas lutas duraram duas décadas, tendo início com a eleição de Álvaro Ribeiro para o primeiro mandato em 1903 como membro da oposição. Para o vereador em questão, essas empresas se beneficiaram das relações políticas de seus acionistas causando prejuízo à municipalidade. Frente a isso, ele lutou contra os privilégios das mesmas e conseguiu, em 1911, a revisão do acordo com a companhia de eletricidade e, em 1922, a Cia Campineira de Água e Esgotos foi incorporada pela Prefeitura Municipal de Campinas. Assim, no processo de pesquisa, o benemérito é humanizado e passou a ser compreendido como um agente político que vive um período marcado por contradições.

No caso das imagens, produzidas e armazenadas em grande quantidade na ETE Bento Quirino, elas também foram utilizadas como fontes de pesquisa e para tanto as observações sintetizadas por Vidal foram imprescindíveis:

Neste projeto, o recurso à fotografia como fonte para a história da educação em como pressuposto que o registro fotográfico é 'uma forma de representação da realidade' (Chartier, 1990). A natureza documental da fotografia implica no seu tratamento enquanto monumento (Le Goff, 1992), ou seja, na análise de sua condição inevitável de construção histórica destinada a perpetuação de alguma memória, do ponto de vista do grupo social que produziu e/ou apropriou-se dos registros. (VIDAL, 2002, p.15)

Nesse sentido, as imagens que compõem o acervo foram percebidas como produtos de uma intenção da administração escolar em produzir uma determinada memória histórica da escola; porém, elas não falavam por si mesmas. Se reorganizadas a partir de outros critérios ou submetidas a outras perguntas, responderiam àquilo que lhes perguntavam.

Para tanto, era necessário submeter a análise destas fontes a outras que registravam aspectos do cotidiano vivido pela escola. Isoladamente as fotos mostravam belas obras de marcenaria ou mecânica, inserindo-as no seu contexto de produção tornavam-se mercadorias. Para exemplificar, percebemos que as imagens que retratavam os produtos dos trabalhos dos alunos estavam reunidas de forma a enfatizar a qualidade técnica que possuíam, mas ao verificar que se destinavam à venda e confrontando-os com os registros da escola, tornava-se evidente a exploração, no interior da escola, dessa mão de obra em formação. Assim, em diversos momentos da pesquisa, sobre as diferentes fontes, as contradições afloraram.

Se na pesquisa as contradições afloraram, a construção da síntese não poderia desconsiderar o proposto por Frigotto, a partir da distinção entre investigação e síntese:

Não é fortuita a distinção, ainda que formal, que Marx faz entre método de investigação e de exposição. É na investigação que o pesquisador tem de recolher a 'matéria' em suas múltiplas dimensões; apreender o específico, o singular, à parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis que fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado. A exposição busca ordenar de forma lógica e coerente a apreensão que se fez da realidade estudada (Frigotto, 1994, p. 80)

No caso do nosso trabalho, essa distinção foi potencializada pela natureza da linguagem a ser utilizada na construção da síntese, pois se a linguagem escrita já contém a sua polissemia, a museográfica a amplia. Como já dissemos anteriormente, ao expormos contracheques com objetos de suplícios utilizados durante a escravidão tivemos como objetivo propor a coerção econômica, porém o visitante bem pode entender como uma melhoria das relações de trabalho. Nesse sentido, a escolha dos objetos, a forma de expô-los, a criação artística que envolve o processo de construção da exposição, devem estar articuladas com o conteúdo a ser comunicado, mesmo reconhecendo uma certa polissemia e subjetividade. Mais do que isso, a síntese está sujeita às próprias condições políticas em que esse conhecimento é produzido e os alunos tiveram contato com isso.

A construção da síntese e a exposição de uma ideia

A construção da síntese dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos deixou claro que a linguagem e conteúdo expositivo possuíam uma clara vocação política. Essa vocação se manifestava na própria reconstrução do protagonismo da história e na forma como os personagens eram utilizados.

No primeiro módulo da exposição, o que se referia à instituição do Centro de Memória, os agentes da preservação eram apresentados não mais apenas como os professores, auxiliares de instrução e funcionários da escola, mas sim os próprios alunos em seus trabalhos de higienização, conservação, organização do acervo e reprodução das imagens.

Por mais modesta, talvez insignificante, que tal mudança possa parecer, ela acabou mudando a própria relação dos alunos com o patrimônio escolar que agora passava a ser compreendido não mais como do Estado, mas como da comunidade escolar. Esta alteração fez com que os alunos passassem a zelar por ele minimizando as ocorrências de pichação ou danos ao patrimônio escolar. Importantes funções do Centro passaram a ser realizadas por alunos: monitoria a grupos de visitantes, aulas de ampliação e revelação fotográfica, controle de circulação do acervo bibliográfico, entre outras, envolvendo os alunos participantes com a gestão escolar e aprimoramento das práticas.

Obviamente, tais mudanças fizeram necessárias alterações do padrão de comportamentos dos próprios funcionários, professores e direção escolar que – apesar dos receios de perder o controle da situação – passaram a aceitar as iniciativas do corpo discente – desde que tomadas com responsabilidade – compartilhando o poder de decisão, estabelecimento de normas e regras de convivência. Como exemplo cito o fato de permitir que adolescentes usassem o laboratório fotográfico escolar sem que houvesse necessariamente o acompanhamento de um professor, o que revelava que o aluno deixava de ser visto como eventual agente de depredação para ser visto como protagonista no processo de ensino e aprendizagem pois ao aprender ensinava aos outros.

No segundo módulo, o protagonismo da história deixa de ser apenas do fundador, diretor da escola, dos professores e funcionários e passa a ser compartilhado com os próprios alunos. No início da exposição, a imagem do benemérito não mais aparece como resultado de um endeusamento, mas sim como aliado político simbólico contra a implementação das reformas decorrentes do decreto 2208/97. O decreto instituía o desvinculo entre o ensino técnico e médio, o que era contrário à opinião dos alunos, e, portanto, Bento Quirino é artisticamente representado em lágrimas, o que os alunos entendiam ser uma manifestação contra as reformas e o desmonte da proposta pedagógica da escola.

As aulas e práticas escolares passaram a ser contextualizadas e, a partir da escolha dos objetos e imagens a serem expostas, os alunos deram ênfase ao processo de disciplina- rização realizado pela escola na perspectiva aberta por Rosa Fátima de Souza em “A militarização da Infância: Expressões do Nacionalismo na cultura brasileira” (2000). Com o objetivo de destacar essa temática os alunos expuseram as imagens dos desfiles dos Bandeirantes Técnicos nas quais a militarização da vida escolar ganha destaque, e fotografias das aulas de educação física completavam o quadro enfatizando o objetivo do adestramento do corpo, da hierarquia e da competitividade; porém avançavam entendendo que, mais do que a construção da nacionalidade, estava colocada à própria imposição da lógica do capitalismo.

Neste sentido, normas disciplinares e o livro de registros de penalidades também estavam em evidência e demonstravam a lógica do capitalismo se impondo através do objetivo de formação do bom trabalhador que cumprirá seus deveres sem exigir seus direitos. Como relatou Leopoldo Amaral, membro da Associação Instituto Profissional Masculino Bento Quirino:

A associação (Instituto Profissional Bento Quirino) deseja que aqueles que alli forem admitidos, recebam o preparo necessário para a luta pela vida, habilitando-se ao trabalho honesto, que é o caminho seguro e recto para a formação do caracter e para bem saber cumprir os seus deveres, tornando-se homens úteis a si e a sociedade. (AMARAL, 1927, p. 500-1.)

Sendo assim, para os alunos que realizavam as monitorias às exposições para os visitantes, as peças e imagens expostas mostravam o trabalho dos alunos não mais apenas sob a perspectiva de um rigor técnico, mas também como uma mercadoria participante, ainda que em menor escala, no custeio da escola. As aulas de educação física, a indumentária militar dos bandeirantes técnicos, o uniforme escolar, o controle do tempo, passaram a ser vistos como partes de um processo maior de disciplinarização da força de trabalho que a escola formava.

Complementando este trabalho, os próprios alunos, ao se colocarem como monitores às visitas e ao atendimento de pesquisadores e curiosos sobre a história da Etec, estimulavam a visita de alunos de outras escolas do município para conhecerem o Centro de Memória. Assim transformaram a instituição em um local de reflexão sobre a educação e, em especial, a educação profissional.



Figura 6 – Coordenadoras do projeto de Historiografia em visita ao Centro de Memória
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Bento Quirino, em 2016

Na Figura 6, as coordenadoras do Projeto Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo, professoras doutoras Carmem Sylvia Vidigal de Moraes e Julia Falivene Alves sentadas, e a também professora doutora Diana Gonçalves Vidal, assessora do projeto, escutam as explicações do aluno Bruno sobre o banco de imagens.

Considerações finais

Neste trabalho analisamos uma experiência que inicialmente foi pensada como sendo de ensino de História, mas que resultou em um trabalho transdisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento através das práticas inerentes ao campo da museologia. Disciplinas como Biologia e Química, que se apresentavam como algo distante da História, foram necessárias para realizar o tratamento adequado da documentação. Física e Química foram imprescindíveis para que os alunos compreendessem o processo de produção e fixação das imagens no Laboratório Fotográfico. Matemática e Artes se uniram no planejamento visual e na construção da expografia. As Línguas Portuguesa e Inglesa foram uma possível forma complementar de construção da síntese da pesquisa, materializada na exposição e em um eventual catálogo da mesma.

Enfim, acreditamos que o resultado foi bastante positivo tendo em vista a instituição e construção do Centro de Memória como um espaço de reflexão e aglutinador das práticas, sonhos e utopias de um grupo de jovens. É esta convicção que nos motivou a produzir este artigo como forma de divulgar a experiência e, quem sabe, motivar outros educadores a desenvolverem projetos semelhantes.

Referências

- AMARAL, L. **Campinas Recordações**, São Paulo, Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1927.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa, Difel, 1990.
- FRIGOTTO, G. – O enfoque da dialética materialista histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**, 3ed. São Paulo Cortez, 1994 (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v.11) pp69-90.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEME, J. Número Dedicado à Memória do Saudoso Campineiro Snr. Bento Quirino dos Santos. **Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes**. Tipografia da Casa Genoud, Campinas, 18 de dezembro de 1938.
- LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: NASCIMENTO, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs) **Fontes, história e historiografia da educação**, - Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004 - (Coleção Memória da Educação), pp.141-176
- LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. In: **Educação e Sociedade**, nº 40, dezembro de 1991, 443-455.

LOPES, M. M. Resta algum papel para o (a) educador (a) ou para o público nos museus? **Boletim do CECA** – Brasil, Ano I, nº 0, março de 1997.

MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) **Contribuição Para a Pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo**. Inventário de Fontes Documentais, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

RIBEIRO, A. **Falsa Democracia Revolta Militar de São Paulo em MCMXXIV** RJ, 1927, F. de Piro & Cia Editores.

SANFELICE, J. L. Fontes e História das Políticas Educacionais. In: NASCIMENTO, Maria Isabel [et al.] (orgs.) **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção memória da educação) pp97-108

SANTOS, M. C. T. M. **Museu, Escola, Comunidade**: Uma integração Necessária, Bureau Gráfica e Editora.

SAVIANI, D. **Instituições Escolares no Brasil**: Conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel [et al.] (orgs.) **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. - (Coleção memória da educação) pp03-27.

SOUZA, R.F. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: **Caderno CEDES**, ano XX, nº 52, novembro/2000, pp104-121.

VIDAL, D.G. e MORAES, C.S.V. Fotografia de Escola: Alguns desafios à análise histórica e ao tratamento documental. In: MORAES, C. S. V. e ALVES, J. F. (org.) **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, pp.15-16

A ARQUIVÍSTICA E O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PEDRO FERREIRA ALVES DE MOGI MIRIM

Fábia Dovigo Pais. Vagner Braz

Escola Técnica Estadual Pedro Ferreira Alves

Introdução

O interesse pelo Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Pedro Ferreira Alves ganhou relevância em razão da comemoração dos 50 anos da escola, no ano de 2014, e o contato dos docentes com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), projeto da Unidade de Ensino Médio e Técnico sobre as Memórias e História da Educação Profissional no estado de São Paulo. Por meio das práticas docentes, estudos dessa natureza precisam ser constantemente estimulados, conhecido e valorizado, pois colabora com a formação dos alunos e a sua inserção no mercado de trabalho. Além é claro, de despertar o interesse e o gosto por ações relacionadas a preservação do patrimônio e a memória material e imaterial das instituições.

O assunto desse trabalho consiste em analisar o processo de organização e difusão do Centro Memória da unidade escolar, com ênfase na metodologia arquivística, objeto de estudos de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de um grupo de alunas do terceiro ano do Curso Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração. Será analisado nesse trabalho, como ocorreu a organização do espaço de memória, prevendo a promoção e a compreensão de como funcionam as práticas escolares e a interdisciplinaridade, tema atual discutido, estudado e aplicado entre os componentes dos currículos escolares, uma vez que os professores ligados ao projeto GEPEMHEP se dispuseram a ser os dinamizadores no desenvolvimento das atividades referente ao acervo escolar e os interlocutores entre os professores orientadores de TCC. Após uma reflexão entre os professores e as alunas sobre a seleção de documentos que se encontram no Centro de Memória da escola, que poderiam ser escolhidos para a efetivação do trabalho, decidiu-se sobre a “Arquitetura escolar e a expansão da educação profissional e tecnológica em Mogi Mirim (1964 a 2008)”, que trata da Ampliação da Etec Pedro Ferreira Alves e a Implantação da Fatec- Faculdade de Tecnologia, no município de Mogi Mirim, de São Paulo.

A Etec Pedro Ferreira Alves e o espaço físico do Centro de Memória

A Escola Técnica Estadual Pedro Ferreira Alves, completou 50 anos, em 2014. Sempre esteve localizada à Rua Ariovaldo Silveira Franco, 237, no bairro Mirante, no município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, a 60 Km da cidade de Campinas e aproximadamente 160 Km da cidade de São Paulo. Nesse endereço está localizada a portaria A. Nessa portaria existem dois portões, um para a entrada e saída dos alunos, através de um corredor de passagem e a entrada de veículos, no outro portão, somente a saída de veículos. Após a ampliação das suas edificações ocorrida no ano de 2010, quando recebeu o prédio da antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), seu espaço físico passou a totalizar quase 15 mil m², incluindo o endereço na Rodovia Nagib Chaib, nº 580, bairro Mirante. Respectivamente, no primeiro endereço se localiza a portaria A. Na Figura 1, o portão da direita para a entrada de veículos e a entrada dos alunos e dos pedestres é pela lateral direita. O portão da esquerda é destinado a saída dos veículos que seguem rumo ao centro da cidade de Mogi Mirim, Mogi Guaçu e demais bairros. No segundo endereço, a portaria B, é destinada a entrada e saída de veículos de cargas (Figura2).



Figura 1 - Portaria A da Etec Pedro Ferreira Alves, localizada à rua Ariovaldo Silveira Franco, nº 237
Fotografia: Fábria Dovigo Pais, em 17/08/15



Figura 2: Portaria B da Etec Pedro Ferreira Alves, localizada à Rodovia Nagib Chaib, nº 580
Fotografia: Fábيا Dovigo Pais, em 17/08/15

O Espaço Físico do Centro de Memória

O Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves se localiza próximo à entrada da portaria B. Conforme a Figura 2, após o segundo prédio na lateral a esquerda, virar à esquerda e seguir em frente. O espaço do Centro de Memória está localizado num prédio em que a própria arquitetura justifica a sua existência como um espaço de preservação da memória da educação profissional. A aquisição, faz parte de todo um processo histórico que se faz vivo no conjunto arquitetônico que compõe todos os prédios da unidade escolar. Ocorreu quando houve o processo da ampliação da Etec Pedro Ferreira Alves, paralelamente, com a implantação da Fatec- Faculdade de Tecnologia, no município de Mogi Mirim, no ano de 2008.

O prédio agregado tornou-se um conjunto arquitetônico que compõe o próprio acervo histórico, mesmo após sofrer algumas modificações no espaço físico das salas ou em seu entorno. Consta no acervo do Centro de Memória que essa área, hoje agregada, de alguma maneira já pertencia a escola antes de se instalar como a antiga FEBEM na década de 1950. O prédio é composto por um hall de entrada, onde há duas salas pequenas à esquerda, sendo uma destinada ao Arquivo Histórico da Secretaria Acadêmica e a outra ao Arquivo Histórico da Diretoria de Serviços. A sala da direita é utilizada pelo Centro de Memória. Anexo, há um grande salão que é mantido para eventos e reuniões caracterizado como um auditório. Dividido por uma divisória, está instalada a Sala de Leitura da unidade escolar e ainda o almoxarifado. O porão desse prédio, se tornou o local de depósito de materiais para as reformas e manutenção.

Acrescida desta maneira, a estrutura física da escola contribui para que os professores possam cada vez mais realizarem as práticas pedagógicas que promovam aos edu-

candos o desenvolvimento das competências e habilidades voltadas ao mundo científico e do trabalho, com consciência, cidadania e responsabilidade, tornando-se um ser livre e atuante na sociedade como agente transformador.

O espaço físico do Centro de Memória, compreende uma sala de aproximadamente 40 metros quadrados, pé direito alto, com três janelas de vidros de aproximadamente 2,5m x 0,50cm, uma do lado da outra e na mesma parede, com boa luminosidade e arejada. Há uma incidência solar no período da tarde. Há ainda dois banheiros, sendo um de uso feminino e outro masculino. (Figuras 3, 4 e 5)



Figura 3 - Vista da porta de entrada do Centro de Memória
Fotografia: Fábيا Dovigo Pais, em 17/08/15



Figura 4 - Vista lateral da entrada do Centro de Memória
Fotografia: Fábيا Dovigo Pais, em 17/08/15



Figura 5 -Sala do Centro de Memória, em Atividades da Expoete, em 2015
Fotografia: Fábria Dovigo Pais, em 06/10/2015

O Centro de Memória e a Preservação dos Documentos

O conceito de musealização empregado nas pesquisas do GEPEMHEP é o definido por Desvallées e Mairesse (2013, p. 56-57):

A musealização designa o torna-se museu [...] A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico [...] De um ponto de vista estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal [...] Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade [...]

Já o termo coleção em museologia, designa um conjunto ou reunião de objetos de mesma natureza ou que guardam alguma relação entre si, que é sempre resultante de uma ação humana, e ao serem removidos dos seus contextos originais, tornam-se um conjunto artificial (LOUREIRO, 2009, p. 353). Dessa forma, durante a organização de Centros de Memória, Arquivos Escolares, Arquivos Pessoais e Coleções, que possibilitam a difusão de conhecimentos e contribuem com a curadoria para promover exposições de equipamentos e de instrumentos, devem estar associados à cultura material arquivística, bibliográfica e museológica. Assim como, a construção de biografias de objetos para as fichas de registro de Museus Virtuais e a compreensão do desenvolvimento da técnica e da tecnologia na instituição. Por isso, enfatiza-se que:

[...] o Centro de Memória deve desempenhar a sua missão de preservar os documentos considerados de valor histórico e artístico e que possam contribuir para a construção de uma memória coletiva, garantido o resgate, a preservação e a disseminação do patrimônio histórico-documental. As práticas sem esta concepção, não passarão de técnicas museográficas que se esgotam em si mesmas e que não contribuem com a proposta de construção de projetos educativos que venham a ser desenvolvidos pelo centro de memória, tornando a instituição um grande depósito para guarda de objetos. [...] (SANTOS e LARSEN, 2013, p. 328)

Sendo assim, o Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves, não se caracteriza por um espaço museológico, que reúne numerosas peças de artefatos antigos, cuja a função foi a de ser utilizada nas aulas práticas dos professores ao longo de sua História. A construção da memória da escola técnica está sendo construída através da localização e coleta de documentos que ao longo do tempo ficou guardada cuidadosamente por funcionários preocupados em preservar a História da escola, em lugares distintos como no Arquivo Morto, nas dependências da Secretaria Acadêmica, Diretoria ou Diretoria de Serviços, Sala de Leitura, nos cantos e corredores dos prédios e salas diversas.

Atualmente, a característica essencial do acervo se caracteriza por muitos registros fotográficos, coleções de documentos e de alguns ex-professores, artigos jornalísticos, prontuários de ex-alunos, troféus, obras raras e pequenos artefatos. No atual processo de inventário, os equipamentos dos laboratórios, objetos decorativos, móveis, quadros, placas e outros elementos, estão sendo inventariados cada qual no seu espaço, importância e necessidade para os usufrutuários conforme requer a atividade desejada.

O Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves foi implantado definitivamente em 01 de julho de 2015. Um ano depois de sua implantação, podemos evidenciá-lo como um ambiente de pesquisa, consolidado e crescente. Trata-se de um ambiente respeitado por todos os funcionários, professores e alunos, pois ele estimula a curiosidade das pessoas tornando-o mais dinâmico. O Centro de Memória com seus aspectos singulares, já atende à demanda de alunos que o procuram para obter as informações que sejam pertinentes ao desenvolvimento e enriquecimento dos temas de trabalhos de conclusão de curso (TCC) dos alunos concluintes, atividades extras curriculares dos componentes de diversas áreas.

O maior desafio é realizar a divulgação, pois como se trata de uma escola de curso técnico profissionalizante e a permanência dos alunos no âmbito escolar é menor que em outras instituições escolares e, não podemos perder a oportunidade de manter os alunos informados das atividades que são desenvolvidas nele. As atividades extras curriculares, referentes a Semana do Museu, no mês de maio, e a feira de ciência da escola, a Expoete, no mês de outubro, contemplam essa necessidade informativa. Como o espaço não se trata de um museu, e suas atividades estão em pleno desenvolvimento, ainda não há procura do público externo como núcleo de referência para pesquisas. Essa discussão, contudo, se faz presente nos estudos e reflexões do GEPEMHEP. Sua função principal é a de coletar, preservar, organizar e expor objetos e documentos que auxiliem na construção da identidade e da memória da educação profissionalizante confirmando a importância da instituição de ensino para a comunidade local e regional.

O Centro de Memória e as Ações Educativas

A Etec Pedro Ferreira Alves sempre foi referência na inovação dos processos educacionais tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Técnico, na região e no Estado de São Paulo. Com a preocupação constante de não nos distanciarmos das referências de qualidade de ensino e dos métodos que a constituirão como tal, a equipe pedagógica constantemente proporciona momentos de reflexão e estudos sobre as ações educativas capaz de promoverem esse reconhecimento.

O debate atual sobre a educação tem sido a metodologia interdisciplinar. O assunto interdisciplinaridade nas escolas parece ser um assunto sem volta. Na intenção de não ser apenas simplista sobre o tema, mas considerando a sua importância que o mencionamos nesse trabalho. As pesquisas sobre essa questão demandam tempo e estudos. Mas, o olhar da experiência fez reconhecer uma prática didática interdisciplinar no cotidiano escolar junto ao Centro de Memória, tornando essa metodologia inédita nas experiências escolares de nossa escola com a capacidade de amadurecimento de suas ações. Segundo Ivani Fazenda (1997),

Um olhar interdisciplinarmente atento recupera a magia das práticas, a essência de seus movimentos, mas, sobretudo, induz-nos a outras superações, ou mesmo reformulações. Exercitar uma forma interdisciplinar de teorizar e praticar educação demanda, antes de mais nada, o exercício de uma atitude ambígua. Tão habituados nos encontramos à ordem formal convencionalmente estabelecida, que nos incomodamos ao sermos desafiados a pensar com base na desordem ou em novas ordens que direcionem ordenações provisórias e novas.

Por isso, relatar como foi a prática interdisciplinar no Centro de Memória, talvez seja o começo da construção de uma metodologia pedagógica atual e irreversível e que ao mesmo tempo colabore com exemplos aos demais docentes e discentes, de como as práticas podem se tornar mais reais e aplicáveis no âmbito escolar e se estender nas atividades profissionais no mercado de trabalho dos alunos concluintes, visto que é uma questão natural inserido no contexto das escolas técnicas profissionalizantes.

Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras menos pretensiosas e arrogantes em que a educação se exerce com competência (FAZENDA, 1997). Para saber como desenvolveríamos esse trabalho foi preciso o ingresso de olhares paralelos sobre as tarefas a serem executadas. Foram empreendidas a vontade e o compromisso, e um olhar atento às práticas pedagógicas da rotina escolar, por menor que fosse, na intenção de construir resultados significativos no trabalho desenvolvido garantindo assim o destaque, a importância e a permanência do Centro de Memória. Fazer dele um espaço que promova a reflexão e promova mudanças no cotidiano escolar foi a intenção. Além de um lugar sobre a Memória e a Identidade da Educação Profissional, agregar e elevá-lo a condição de

lugar de experimentos, um Laboratório de Gestão, onde possam os alunos e professores relacionar e exercer na prática as teorias das bases tecnológicas dos componentes curriculares dos cursos afins da área da gestão.

A Arquivística e a Interdisciplinaridade no Centro de Memória

O Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves se tornou o tema desse trabalho por que um grupo de alunas monitoras, atualmente concluintes do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração, desde o mês de abril do ano de 2015, após participarem de uma capacitação organizada pela professora Fábila Dovigo Pais, responsável pelo projeto de HAE no GEPEMHEP, se voluntariou em organizar o Centro de Memória, higienizar os documentos e objetos que estávamos recebendo na ocasião, organizar o acervo fotográfico com as centenas de fotos que recebemos em doação da Secretaria Acadêmica, elaborar o layout do espaço, distribuir prateleiras, divulgar o projeto, arquivar documentos, efetuar pesquisas.

Um pouco de história e de impressão pessoal deverão ser imprimidos nesse momento. Meu impulso só é pessoal quando ultrapassa minha própria pessoa; “quando afirmo meu eu e realizo algo (e não apenas procurando realizá-lo) é que afirmo meu eu diante do devir poderoso e infinito” (QUELUZ, 1988, p.50).

Assim, como já mencionado anteriormente, os olhares curiosos das alunas ficaram atentos, uma inquietação tomou conta de seus ânimos e estimulou a professora observar ainda mais onde queria chegar a intenção daquele grupo. O trabalho começou quando um grupo de aproximadamente doze alunos após participar da capacitação que receberam sobre a monitoria no Centro de Memória, em abril de 2015, resolveram organizar as diversas fotos que foram doadas pela Secretaria Acadêmica ao Acervo do Centro de Memória. Alguns alunos demonstraram interesse além das expectativas e continuaram a pesquisar por iniciativa própria as questões sobre a Arquivística e a História da educação profissional. No mês de outubro, do mesmo ano, ocorreu a Expoete (feira de ciências aberta a comunidade), um grupo maior de alunos se envolveram nas pesquisas sobre “A Arquitetura da Etec Pedro Ferreira Alves e a ampliação de seus prédios ocorrido no ano de 2010”. Claramente foi notado a autonomia desenvolvida pelo grupo no interesse sobre o ato de pesquisar. Sobretudo, a pesquisa histórica situa as articulações entre a micro e a macro-história, buscando nas singularidades dos acontecimentos as generalizações necessárias para a compreensão do processo histórico.

Na articulação do singular e do geral recuperam-se formas diversas de registros e ações humanas tanto nos espaços considerados tradicionalmente os de poder, como o do Estado e das instituições oficiais, quanto nos espaços privados das fábricas e oficinas, das casas e das ruas, das festas e das sublevações, das guerras entre as nações e dos conflitos diários para sobrevivência, das mentalidades em suas permanências de valores e crenças e das transformações advindas com a modernidade da vida urbana em seu aparato tecnoló-

gico.(PCNEM,1998). Sendo assim, um olhar atento foi lançado ao grupo com cinco alunas que no início do ano letivo de 2016, resolveu ter como tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o “Centro de Memória com Princípios Arquivísticos e Administrativos”, visando compreender como são as atividades relacionadas a arquivística no Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves, recorrendo as teorias das bases tecnológicas do componente curricular do curso Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração, para aplicar na prática a arquivística junto a coleção de documentos sobre a Implantação da Fatec e Ampliação da Etec Pedro Ferreira Alves, no município de Mogi Mirim.

Como já era de conhecimento do grupo reforcei a ação de que recorressem as pesquisas junto ao site do GEPEMHEP (www.memorias.cpscetec.com.br), onde no link Ações Educativas encontrariam o material disponível utilizado nos encontros do Clube de Memórias realizado pelos Professores Fábria Dovigo Pais e Vagner Braz para os estudos sobre o tema de organização de arquivos. As alunas ficaram surpresas quando perceberam que algumas referências que estudaram sobre Arquivologia, orientados pelos professores de TCC eram similares em alguns aspectos aos estudados pelos professores responsáveis pelo Projeto de Memória, nos Clubes de Memórias. Ao cruzar as leituras, elas vão descobrindo algo em comum nas práticas de organização dos acervos e das coleções que se aplicam em inventários, em fundo, grupo, série e assim por diante.

Mas, também é nesse momento que as alunas percebem como são ambíguos e contraditórios os assuntos sobre a Arquivologia e a Museologia e a aplicabilidade de seus métodos. O quanto se pode explorar, estudar, descobrir e principalmente decidir considerando as similaridades e a aplicabilidade de cada material e a necessidade de cada instituição. Nesse momento então, o grupo de alunas recorreu aos professores percebendo que era necessário realizarem uma visita técnica para que observassem em loco a aplicação de uma metodologia de organização em outros Centros de Memória. Antes de mais nada, recorreremos mais uma vez, as ações educativas do GEPEMHEP e mostramos as fotos tiradas durante a visita que ocorreu durante o Clube de Memórias XXIV, no dia 17 de maio de 2016, na sala do Centro de Memória da Educação Profissional durante a Exposição “Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico: da arquitetura escolar aos seus artefatos” (14ª Semana Nacional de Museus). Ao visualizar as fotos, as alunas se surpreendem com a semelhança do layout, da organização das prateleiras e das caixas das coleções, da numeração das caixas, enfim, todas as práticas, que naquele momento se pronunciavam na constatação do grupo serem bem definidas com as práticas do Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves.

As visitas técnicas são excelentes recursos pedagógicos. Elas visam o encontro do saber escolar com o mundo profissional, proporcionando aos alunos uma constatação de suas atividades escolares e laboratoriais de uma forma ampliada. Através dessa metodologia se observa a realidade e a dinâmica de assuntos teóricos dentro de uma instituição. As empresas muitas vezes exercem o papel de formadores de valores dentro das relações sociais na comunidade local, então o grupo decidiu visitar o Instituto Robert Bosch, Departamento da empresa Bosch e o Museu da Imagem e do Som (MIS), ambos situados no município de Campinas, SP. As visitas técnicas nos dois locais atenderam às expectativas

das alunas. Contudo a do Instituto Bosch, chamou mais a atenção. Houve uma interação muito grande entre os profissionais que nos guiaram. A constatação de que a arquivística do Centro de Memória do Instituto Bosch é similar aos estudos e pesquisas que as alunas tinham desenvolvido até então, redimiram a dúvida se estavam no caminho certo de suas percepções sobre um Centro de Memória. Constatamos também, que a organização do Centro de Memória do Instituto Bosch, segue um padrão muito parecido com que estamos adotando em nossa unidade escolar e isso deixou as alunas satisfeitas.

Outra questão importante citar aqui, foi a de que as alunas constataram na prática o saber adquirido na teoria dos componentes curriculares na sala de aula, além de motivar ainda mais para o exercício dessa atividade em suas áreas profissionais futuras. Os professores tiveram a sensação do dever cumprido em relação ao resultado dessa visita e a constatação das alunas.

Considerações Finais

Articular a ideia da interdisciplinaridade nesse trabalho foi e continuará sendo um grande desafio, pois se trata de um assunto inédito e irreversível em nossa escola, nos tempos atuais. A contextualização através do projeto de Memória e Identidade das escolas profissionalizantes nos trouxe nesse momento muita reflexão, e, com certeza auxiliará os docentes a escolherem os rumos de uma educação talvez mais democrática e inclusiva. Desafio maior ainda, foi o de relacionar os conceitos de museologia e centro de memória, questionar e refletir sobre as semelhanças e diferenças entre eles. Manter ideias sobre esse assunto e romper. Perceber ambiguidades. Muitos aspectos sobre esse assunto não foram tão abordados e prolongados nesse momento. Poderá com certeza ser tema de continuidade em outro trabalho futuro.

Conhecer e comparar como foram as práticas de arquivamento dos documentos que compõe os Centros de Memória tanto da Etec Pedro Ferreira Alves, como a sala do Centro de Memória da Educação Profissional da Cetec, em São Paulo e do Instituto Bosch, em Campinas, no estado de São Paulo, foi de extrema importância para a elucidação de como o grupo de monitoras estariam colocando em prática, junto aos professores do projeto de memória da escola, o exercício da arquivística, e qual rumo iriam tomar para a conclusão do TCC. Uma das preocupações atuais é a da permanência e continuidade do espaço de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves. Destacar que o processo de organização dos espaços que desenvolvem e protegem a memória só fazem sentido quando são resguardados por uma construção que também lhe dá sentido. A preservação da memória atrelada a prática pedagógica desenvolvida na escola, juntamente com o Centro de Memória, passa a ser um espaço de sentido para pensarmos a memória e mantermos relacionadas as práticas docentes. Esse olhar como uma forma de construir a memória permite uma organização e também nos faz pensar em uma especificidade do Centro de Memória da Etec Pedro Ferreira Alves, dando a ele um sentido de fato,

pois a sua existência se consolidará, uma vez que ganha a natureza de laboratório e envolve de forma especial e inédita a participação de alunas concluintes em TCC, dando a possibilidade de que na própria esfera escolar, possa existir um espaço físico com uma série de elementos materiais e imateriais, que possibilitarão a prática do que se aprendeu nas aulas teóricas nos diversos componentes do curso, facilitando assim o aprendizado do aluno e a aproximação do professor, além de ascender a continuidade dos estudos e pesquisas pelos demais alunos da instituição com muita elaboração e aprimoramento. Mencionar e ressaltar esse assunto é demonstrar a seriedade da instituição de ensino no município de Mogi Mirim e de igual importância é o registro dessas informações para o Centro de Memória, a comunidade escolar e mogimiriana.

Referências

SANTOS, Ramon Vieira. LARSEN, Nathalia. Musealização e Educação: A Construção Conceitual para o Centro de Memória do Colégio Estadual. **IV Seminário de Pesquisas em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanha** (IVSIAM). Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural.

QUELUZ, Ana Gracinda. (1988). **A vivência temporal na fala de crianças de pré-escola: Uma abordagem fenomenológica**. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, USP.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (1997). **A Aquisição de uma Formação Interdisciplinar de Professores**.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Médio. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> Acesso em: 17 jul. 2016

ALBUQUERQUE, Ana Cristina. **A noção de classificação na arquivologia, biblioteconomia e museologia: Abordagens teóricas**. Marília, 2013. 20p. Tese – XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013), UNESP.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes. **Arquivos pessoais em coleção institucional para a preservação da memória da educação profissional e tecnológica do Centro Paula Souza**. São Paulo, 2015. 20p. Clube de Memórias XXII. Centro de capacitação do Centro Paula Souza. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/ClubedeMemoriasXXII23junho2015.pdf>. Acesso em 17 jul. 2016.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes. **O inventário como instrumento de proteção do Patrimônio Histórico Educativo e do Patrimônio Cultural e Tecnológico no Centro Paula Souza**. São Paulo, 2015. 29p. Clube de Memórias XXI. Centro de capacitação do Centro Paula Souza. Disponível em: http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/clube_memoriaxxi.pdf. Acesso em: 17 jul. 2016.

CASSARES, Norma Clanflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo, 2000. 36p. Projeto como fazer, Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial.

O CENTRO DE MEMÓRIA FIEP-PR: OS ARQUIVOS E OS GARIMPOS DAS FONTES NAS PESQUISAS HISTÓRICAS SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL PARANAENSE

Desiré Luciane Dominschek
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Este artigo, tem por finalidade apresentar o Centro de Memória do Sistema Fiep e descrever seus primeiros resultados em relação às atividades desenvolvidas. A ideia central foi a de evidenciar (e também analisar) a iniciativa de preservar sistematicamente a memória e, conseqüentemente, construir e reconstruir a história, a partir da vivência no referido Centro de Memória sobre a história da educação técnico profissional. Pensarmos a Memória Institucional, requer revisarmos e entendermos definições de Memória, o que compreende a Memória Coletiva como aquela formada pela memória individual somada a fatos que a sociedade escolheu como importantes, convertendo-se em Memória Social a partir da possibilidade da criação e propagação de registros da atividade humana, transformando tais registros em informação.

A partir dessa premissa, com o auxílio de embasamento teórico, procura examinar o conceito de Memória Institucional e seus usos no Centro de Memória da FIEP/PR. Falar sobre memória implica na possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de tantas outras tantas áreas que já se debruçaram sobre esse tema devido às características e demandas de conhecimento da sociedade.

A sociedade desde os primórdios tenta salvaguardar sua história, no início de forma oral, depois com as inscrições rupestres em cavernas, os registros a partir da invenção e utilização da escrita, a revolução tecnológica em 1450 com os tipos móveis e a prensa de Gutenberg, a explosão documental e atualmente o ciberespaço, deixa claro que a matéria-prima que permeia e que se torna mais importante nessa trajetória de cuidados é a informação.

Para pensar as dimensões de arquivos e acervos dialogamos com Cunha,

A descoberta e a pesquisa dos/nos acervos pessoais propiciou ao historiador/pesquisador profundas reflexões por colocarem em cena novos autores, novos objetos e novas fontes. Desde os anos 1970 há, assim, um esforço de reflexão sobre acervos pessoais oriundo das propostas dos Anales; da micro-história; da nova história política que faz emergir uma diferente cultura de pesquisa que se consubstancia na criação do CONARQ em 1990. A constituição de arquivo/acervo pessoal formula interrogações sobre as motivações do processo de produção e acumulação documental, já que o gesto de guardar documentos é atravessado por uma fabricação material e simbólica. Todas nós produzimos arquivos. Guardamos objetos, documentos pessoais e isso parece ser um processo tão natural que sequer se percebe sua existência: guardados na gaveta da mesa de trabalho, em uma pasta no fundo do armário, escondidos no meio de um livro esquecido na estante, entre tantos outros lugares. É também importante sublinhar quais são as configurações destes acervos pessoais, decorrentes do seu deslocamento para o espaço público. Por que estes objetos guardados? Quais as condições e motivações que permearam a doação para um arquivo público? Como se caracteriza essa instituição? Como esses objetos foram dispostos e organizados? (2016, p.1)

Preservar, divulgar e criar condições para consulta pública de variados documentos considerados como patrimônios do tempo presente é uma das finalidades do Centro de Memória da FIEP/PR, tendo como característica o local de pesquisa que busca propiciar uma análise do passado com olhos do presente sobre a instituição e seu processo de desenvolvimento ao longo dos anos. O Centro de Memória busca ser um centro de documentação destinado desenvolver pesquisas, receber, tratar, armazenar acervos e institucionais e pessoais e documentos, estimulando a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado sobre o progresso do Paraná a partir da formação de força de trabalho para a indústria.

O Centro de Memória FIEP/PR aspectos de sua constituição e de sua história

O debate sobre a formação docente e sobre a relação da preservação da memória e da história se faz pelo entendimento de que os monumentos são nossas heranças do passado, como monumentos, os documentos também representam as escolhas do historiador conforme direciona Le Goff (1996), escolhas estas que norteiam desde a identificação até a manipulação das fontes. Lembramos que o historiador é a chave para o diálogo entre a fonte e a pesquisa histórica.

Entendemos que o documento é antes de mais nada um resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda em silêncio. (LE GOFF, 1996, p.547)

Ragazzini (2001) nos indica que, fazer história também tem muita história, o desvelamento do passado transforma-se em presente, com uma atividade intensa que existe da descoberta e garimpagem das fontes, e esta garimpagem sobre as fontes se dá a partir do trabalho duro de pesquisa em arquivos e centros de memória.

Além de seu histórico, a pesquisa em arquivos e centros de memória representam oportunidades para que todos se coloquem diante de situações desafiantes, estimulando o interesse e a participação, propiciando contatos diretos com fontes e documentos históricos, incentivando novos pesquisadores a formular suas próprias construções sobre o que é história e os usos da memória. Segundo Barros,

A história e a memória entrelaçam-se nas “memórias históricas” para preencher uma função importante: quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registros destas memórias. (2009, p.53).

Uma reflexão é fundamental, já que a decisão sobre o que e como preservar pertence a cada geração, bem como a preservação do patrimônio é condição para a preservação da memória coletiva.

Conforme desta Ricouer,

[...] as vozes múltiplas e dispersas dos visitantes numa síntese escrita, criando uma nova pertinência capaz de dar outros sentidos e referências para o patrimônio musealizado. Um movimento de fixar e conservar rastros que são escassos, pegadas que são poucas, pois a visita, pensada pela lógica da “conservação” dos museus, não deve deixar marcas. (RICOUER, 2010, p.2-3)

A memória das Instituições é formada pela memória de todos nós e pelo que contribuimos de melhor, com o nosso trabalho, para elas. O Centro de memória da FIEPPR tem como meta mostrar para a comunidade paranaense, a importância e o valor das ações desenvolvidas ao longo do tempo pelas Entidades do Sistema FIEP, na busca de construir e resgatar as relações históricas sobre a formação da força de trabalho constituída pelo sistema FIEP, considerando as condições econômicas e sociais, para a preservação da memória do trabalho no Paraná.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná foi criada em agosto de 1944. Seu objetivo é fazer a coordenação, proteção e representação legal das diversas categorias econômicas da indústria, visando a promoção da defesa de seus legítimos interesses. Ao longo de sua história, vem cumprindo a missão de defender os interesses dos empresários industriais do nosso Estado e colaborar para o seu desenvolvimento e fortalecimento, nos cenários nacionais.

Entidade líder do Sistema FIEP, além de instituição representativa da indústria, mantida e administrada pelas indústrias paranaenses. Resultado da associação de Sindicatos Patronais, administra as demais entidades do Sistema o CIEP, o SESI, o SENAI e o IEL, de modo a apoiar a indústria do Paraná com os mais variados serviços.

Para atingir seus propósitos, a FIEP atua de maneira aberta e participativa, por meio de uma estrutura sólida e dinâmica, que dá todo suporte ao empresário, seguindo a filosofia do “Diálogo e Desenvolvimento”. Assim, busca promover o crescimento industrial sustentável.

A FIEP elabora, executa e promove programas de melhoria de gestão, análise e orientação política e econômica, identificação de oportunidades de negócios, além de outras ações voltadas para o crescimento sustentável da indústria do Paraná. Em seis décadas de existência, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná se consolidou como a maior entidade empresarial do Estado. Atualmente, a instituição representa quase 30 mil empresas, filiadas a 96 sindicatos.

Para discutir e definir estratégias setoriais, a Federação conta com oito Conselhos Setoriais e sete Conselhos Temáticos, formados por industriais e empresários de diversos setores econômicos. A Federação possui Departamentos que auxiliam o setor produtivo nas tomadas de decisões. São eles: Econômico, Procuradoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Legislativos, Assistência Sindical, Assessoria de Ação Social, Diretoria de Captação e Fomento, Administrativo Financeiro, Tecnologia da Informação, Comunicação Social, Arrecadação e Cadastro, Centro Internacional de Negócios e secretaria dos Conselhos Temáticos e Setoriais.

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) está voltado para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. A sua estrutura é composta por cinco entidades: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Centro das Indústrias do Estado do Paraná (Ciep), Serviço social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Com o foco de atuação direcionado para a inovação tecnológica, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, o Sistema Fiep investe na qualificação profissional do trabalhador, para tornar a indústria mais competitiva, promove a qualidade de vida do trabalhador e proporciona oportunidades de negócios e informações estratégicas para os empresários.

Entre as Entidades que formam o Sistema FIEP, o Sesi/PR foi o pioneiro na criação de um espaço destinado à guarda de sua memória, a partir da década de 1970. O espaço era localizado em uma sala na Biblioteca Dr. Milton Ferreira do Amaral, na Avenida Cândido de Abreu, 200 - Térreo - Curitiba - Paraná.

Em 25 de junho de 1946, foi editado o Decreto-lei 9.403 que atribuía à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação do Serviço Social da Indústria, o SESI. Era o resultado da convicção de diversos empresários, entre eles Roberto Simonsem, de São Paulo e Euvaldo Lodi, do Rio de Janeiro, de que o crescimento do País exigia tranquilidade social, solidariedade entre empregados e patrões. O Serviço Social da Indústria (SESI) apóia as empresas industriais nas suas iniciativas voltadas a promover a qualidade de vida dos trabalhadores e dependentes, com foco na educação, cultura, esporte e lazer, saúde e segurança no trabalho e estimular a gestão socialmente responsável.(CENTRO DE MEMÓRIA FIEP,2016)

Quanto ao SENAI/PR, fazia a guarda do material de forma assistemática, num grande armário da área de Educação Tecnológica, situada na Rua Chile, 1678 - Curitiba – Paraná, a partir de 1980. Então para fazer a integração dos dados históricos dessas instituições, bem como da FIEP e do IEL, foi criado o Centro de Memória do Sistema FIEP.¹

O Centro de Memória foi inaugurado em 24 de maio de 1999, esteve localizado por 11 anos no Cietep, Avenida Comendador Franco, 1341 - Jardim Botânico - Curitiba Paraná, contudo, desde abril de 2012 ele está localizado na Avenida Cândido de Abreu, 200 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná. O Centro de Memória FIEP/PR, tem como missão: Buscar a formação de um cenário vivo, que resgate os fatos históricos presentes na trajetória do Sistema FIEP ao longo do tempo, e gerencie seus dados históricos, documentos e objetos resgatados, coligidos na organização e armazenamento, produzindo um acervo que constitui a materialização da história institucional.

A perspectiva do arquivo é de conduzir e promover a visibilidade da importância da preservação histórica do Sistema Fiep e das Entidades que o compõem (SESI, SENAI, IEL e Unindus) no contexto sócio-econômico-cultural do Estado do Paraná. Para a instituição compreende-se o ato de preservar como um instrumento de cidadania, como um ato político e, assim sendo, um ato transformador. Ele pressupõe um processo de continuidade, que nos leva a recriar e a reconstruir, a partir de um referencial. Sem o confronto passado/presente será difícil entender o patrimônio cultural como produto e o homem como sujeito da história. Assim, o Centro de Memória do Sistema Fiep do Paraná tem por princípios:

Consciência da necessidade de preservação da história no contexto sócio-econômico-cultural do Estado do Paraná; Preservação da Memória dos fatos históricos presentes na trajetória do Sistema FIEP; Fornecer para usuários, internos e externos, informações históricas das Entidades que compõe o Sistema Fiep, para fins didático e organizacional; Armazenamento e organização de materiais em diversos meios que representam a memória da organização; Realizar a busca e disseminação de dados e informações históricas das entidades que representa.(CENTRO DE MEMÓRIA FIEP/PR,2016)

¹ Fonte Centro de Memória FIEP/PR

Quanto aos dados históricos, documentos e objetos, estes são resgatados, constituindo-se na materialização da nossa história, não no sentido de se criar um museu, mas buscando criar um cenário que reconstrua os fragmentos históricos. O acervo do Centro de Memória é composto por:

Monografias - relatórios anuais de atividades, prestações de contas e outras publicações de cunho monográfico originadas nas Entidades do Sistema FIEP. Periódicos - revistas, jornais e boletins informativos publicados pelo Sistema FIEP. Documentos - panfletos, folhetos, atas, escrituras, circulares e convites produzidos pelo Sistema FIEP. Gravação sonora - registro de vibrações sonoras por meios mecânicos ou eletrônicos, de maneira a permitir a reprodução do som, por meio de discos e fitas gravadas. Vídeo registro - vídeo-tapes, videocassetes e filmes. Artefatos Históricos - qualquer objeto feito ou modificado pelo homem, móveis, troféus, máquinas e outros. Material iconográfico - cartazes, desenhos técnicos, diapositivos (slides), fotografias, quadros, gravuras, selos e transparências. Materiais históricos - troféus, brindes, homenagens, máquinas e equipamentos, vitrines, monumentos, entre outros. (CENTRO DE MEMÓRIA FIEP/PR,2016)

O Centro de Memória do Sistema Fiep tem por objetivo geral, preservar o conjunto de informações que constitui a memória das Entidades que formam o Sistema FIEP (Sesi, Senai, Iel e Unindus), resgatando dados importantes que permitam construir a sua história e dar conhecimento a esse respeito a todas as pessoas interessadas contribuindo para a conscientização da necessidade de salvaguarda da memória histórica da instituição. E coloca ainda como objetivos específicos:

Criar e manter, em local próprio e adequado, um espaço reservado ao Centro de Memória do Sistema FIEP. Possibilitar a centralização de todo o material bibliográfico e multimeios que contribuem para a história do Sistema FIEP, facilitando o acesso à informação mediante a aplicação de processos técnicos adequados, provendo desta maneira apoio para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa. Manter sob guarda o acervo, zelando pelo seu conteúdo e aspecto físico. Realizar trabalho permanente na canalização de todo o material de interesse para o Centro de Memória do Sistema FIEP, evitando que se extravie. Disponibilizar para os clientes internos e externos os dados históricos das Entidades que compõem o Sistema FIEP, de forma atualizada, por meio da informatização. CENTRO DE MEMÓRIA FIEP/PR,2016)

Dentre as atividades realizadas pelo Centro de Memória destaca-se: - Fonte de suporte para a realização de eventos, pesquisas e históricos em variadas temáticas referentes às instituições que compõem o Sistema FIEP, geralmente solicitadas pelas próprias entidades e/ ou por pesquisadores e usuários externos; - Clipping de jornais para arquivamento histórico de acontecimentos atuais; - Atendimento ao público e apoio na reali-

zação de pesquisas; - Coleta, seleção e organização de materiais e conteúdos históricos; e - Levantamentos de fatos, personalidades e períodos históricos ocorridos com a Fiep e entidades parceiras.

O Acervo: o Jornal o “ESCUDO”

“O ESCUDO” é um órgão da Associação dos Alunos do SENAI-PR, e constituiu-se como veículo de comunicação e expressão dos alunos e da associação, representativo de ideias em um período longo de 44 anos, através dos temas abordados no jornal conhecemos um pouco da cultura institucional do SENAI da cultura Curitiba e Paranaense. Para Gramsci,

Não pode existir associação permanente, com capacidade de desenvolvimento, que não seja sustentada por determinados princípios éticos, que a própria associação determina para seus componentes singulares, a fim de obter a compactidade interna e a homogeneidade necessárias para alcançar o objetivo. (1968, p.167 apud ANDRIOTTI,2004, p.21)

No Centro de Memória do sistema FIEP, localizei o periódico² que constitui objeto de pesquisa de meu doutoramento. A análise deste jornal como fonte histórica pode permitir novos olhares sobre o processo de industrialização no Paraná, bem como sobre os caminhos percorridos no ensino profissional do estado, uma vez que possibilita indicar elementos detalhados da educação profissional emanada pelo SENAI.

As considerações e análises são vistas a partir do olhar de jovens aprendizes — que não foram quaisquer aprendizes, mas os aprendizes que dirigiram e organizaram o periódico “O Escudo”. Andreotti (2004) nos lembra que o jornal é um meio de comunicação urbana, “O Escudo” era publicado semestralmente³ e tinha, em média, entre seis e quinze páginas. A publicação do jornal contava com o apoio da instituição e sua revisão era feita pelos professores do SENAI, para consumo de todos os alunos, funcionários e professores da escola de Curitiba e outras escolas do Paraná,

² Os periódicos são assim chamados por terem alguma regularidade: diária semanal e mensal. Segundo Andreotti (2004), diferem-se entre si por suas particularidades, objetivos, representações, duração, público e alvo etc., mas apresentam, um registro vinculado a essas especificidades e são demonstrativos de uma época.

³ A tiragem do jornal no seu período inicial não aparece no expediente. Só a partir da década de 1990 é que o jornal apresenta impresso os números de sua tiragem: 600 exemplares por edição.

Como meio de comunicação o jornal é uma manifestação urbana porque depende de um público letrado, consumidor de bens culturais impressos e informativos, de alguma liberdade de opinar e de espaços para a sua divulgação e distribuição, características do desenvolvimento de um mercado consumidor que os originou. (p.18)

O objetivo primeiro do jornal “O ESCUDO” foi a aplicação prática dos alunos/aprendizes no curso de artes gráficas da escola SENAI de Curitiba, desenvolver o jornal desde sua editoração até a impressão eram exercícios práticos da oficina, mas os próprios alunos/aprendizes começam a se envolver com a atividade e indicam alguns elementos constitutivos de um jornal, nas matérias publicadas,

COMO SE FAZ UM JORNAL? Começamos pela redação de matérias escritas ou transcritas já determinando a sua classificação. Exemplo: cultural, esportivo, social, gráfica, religiosa, etc. Na composição eletrônica (IBM) o Prof. Silvestre compõe as matérias em tamanhos e tipos de letras conforme estão diagramados. Na composição manual (tipografia) são compostos os títulos das matérias. Em seguida passamos os títulos para a impressão tipográfica, que vai nos tirar as provas dos títulos, logotipos e clichês que usaremos na montagem do past-up. Determinando o número de páginas, matérias, fotos, títulos, faz-se a montagem dos textos, títulos legendas e diagrama de fotos. (O ESCUDO,1984, Abr)

O jornal tem um percurso longo de publicação e suas publicações se mantem por conta do “O ESCUDO” trazer as representações institucionais, atuando como vitrine da escola e da formação ali forjada, neste sentido conforme indica Gramsci, a homogeneidade interna da instituição alcançou seus objetivos.

Com relação à estrutura do jornal, duas seções aparecem durante praticamente todo o período em que o mesmo circulou: as seções “Você Sabia” — que apresentava matérias sobre as curiosidades — e a “Coluna Social” — que relacionava as datas de aniversário de alunos e funcionários do SENAI-PR, que abrangiam o semestre. Além disso, ao final da primeira página do jornal, os alunos deixavam em destaque seu lema: **“A associação dos alunos é a alma de nossa escola”**.⁴

A equipe de direção do jornal era eleita todo ano através do voto dos próprios alunos, que escolhiam entre as chapas concorrentes⁵. Em seu primeiro número, o jornal foi

⁴ Nos documentos analisados não se tem informações mais objetivas da associação dos alunos, mas fica claro com a análise do jornal que a base da associação está ligada diretamente aos redatores do jornal.

⁵ Os candidatos ao cargo de direção do jornal faziam parte da composição das chapas que disputavam a associação de alunos do SENAI, as eleições ocorriam todos os semestres no interior das escolas do SENAI-PR.

dirigido pelo aluno Oirton F. de Andrade e, como redatores, contou com os alunos João André F. de Lima, Rubens M. Speltz e Humberto Mazolli.⁶

Nessa primeira edição, destaca-se a iniciativa original do SENAI de Curitiba, em criar um jornal produzido pelos alunos. Sob o ponto de vista de um dos redatores, essa iniciativa representava um estímulo à valorização de talentos, bem como uma estratégia para fortalecer as “tradições da escola”.

Como o jornal era editado apenas duas vezes por ano, normalmente coincidia de sua publicação sair próxima ao Dia das Mães, Páscoa e Sete de Setembro, de modo que era comum que os artigos explorassem temas condizentes com tais datas, inclusive pela forte influência católica e patriótica da escola SENAI-PR de Curitiba.

Quanto aos artigos destinados a tratar de assuntos internos da instituição, estes abordavam as diversas atividades realizadas pelos alunos, como os passeios realizados pelas turmas nas fábricas, as solenidades de formatura, os eventos esportivos realizados pela instituição. Também descreviam os cursos e a profissão que estavam aprendendo no SENAI-PR, ressaltando sua importância para a vida dos que lá estudavam. Em relação aos artigos que os alunos escreveram sobre as atividades realizadas fora do SENAI-PR, estes descreveram os passeios por eles realizados, assim como apresentaram suas opiniões a respeito de diversos assuntos — tais como a vadiagem que existe entre os jovens da sociedade, o vandalismo que acontece na cidade. Também escreveram poesias, relatos de experiências vividas, textos sobre personagens históricos — tais como Tiradentes, Santos Dumont, os índios, entre outros.

A primeira edição do jornal saiu em setembro de 1949, aproveitando o ensejo da Semana da Pátria. Por essa razão, o título destacado em sua capa foi: “Os alunos do SENAI reverenciam a Pátria na sua Data Magna! “. Ao venerar a data da independência do Brasil, os alunos demonstravam o seu sentimento de patriotismo e até um certo ufanismo, o que seria apresentado no decorrer de várias edições do jornal. Isso se tornou perceptível até mesmo em seções de curiosidades e peculiaridades sobre o Brasil, de maneira a instruir os leitores sobre a importância de conhecer o seu país, revelando um editorial em sintonia com o progresso da nação.

⁶ Importante destacar que estes eram alunos em “excelência” tiravam as melhores notas, estavam sempre entre os primeiros alunos de suas turmas.

prejudicar a AAS, porque caso fosse eleito um candidato de uma chapa e outro de outra, por certo poderia haver desentendimentos entre os mesmos. Assim, a chapa única veio prevenir sérios aborrecimentos. As eleições transcorreram normalmente, o que vale dizer foi muito bem elaborada. Finda a mesma, saiu-se vencedora a chapa TIRADENTES, por maioria. Votaram 217 alunos, havendo 3 votos em branco. A vencedora obteve 156 votos, e a outra, 63 votos. A diretoria ficou assim constituída: Presidente Luiz Osvaldo Valério Dir. Esportivo Orlando Pires Dir. do ESCUDO Alfredo Aredent Dirceu Erzinger (O ESCUDO, 1964, Dez)

Considerações Finais

A proposta inicial, que era a de fomentar pesquisa a partir de um acervo histórico, não só para a comunidade universitária, mas para a sociedade em geral, atinge a cada dia maior amplitude. Pesquisadores de diferentes instituições utilizam o Centro de Memória da Fiep/PR para buscar fontes e construir trabalhos históricos sobre o Paraná nas perspectivas: econômicas, sociais culturais, educacionais e principalmente nas relações entre indústria e formação.

O Centro de Memória tem um acervo como já relato de grande folêgo, o que possibilita pesquisas em seus diferentes níveis, graduação, iniciação científica, pós-graduação *lato e strito senso*.

O processo de digitalização, da maioria dos documentos consta em andamento, fato que facilitará muito as consultas, reduzindo assim o tempo de procura de documentos e livros, além de possibilitar a consulta aos pesquisadores de outros estados. A experiência de olhar para um arquivo pelo seu lado de organização e preservação de documentos nos auxiliou na percepção do quanto é necessário e significativo termos lugares de memória e preservação da história, locais como o Centro de Memória FIEP/PR envolvem o entendimento sobre a construção histórica de uma sociedade. Os arquivos além de patrimônio cultural histórico, tornam-se um centro de aprendizagem, onde professores, alunos, pesquisadores podem interagir, com interesses comuns, o saber histórico, e a construção destes saberes a partir de fontes e documentos.

Referências

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A formação de uma geração: a educação para a promoção social e o progresso do país no jornal “a voz da infância” da Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo (1936-1950)** - Programa de Pós Graduação em Educação. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2004

ARAÚJO, José Carlos, GATTI JUNIOR, Décio (Orgs). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002

BASTOS, Maria Helena Camara (1997). As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em Revista**. A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Editora Escrituras. (pp. 47-76)

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Revista MOUSEION**, vol. 3, n.5, Jan-jul. 2009.

BLOCH, Marc. **Introdução a História**. 2ª Ed. Europa América, 1963.

CUNHA, Maria Teresa Santos, **Acervos pessoais de Educadores**: Do traçado manual ao registro digital. Reunião Científica Regional da ANPED, de 24 a 27 de julho – UFPR/Curitiba PR. 2016

HOBBSAWM, Eric J. **A era do Capital**, 1848-1875- 21ª ed – São Paulo: Paz e terra, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação. **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, nº 18, 2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. 1. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O Ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da Educação no Brasil v. III, Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: Gatti, Décio, et all. **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigação. Campinas, SP: Autores e Associados; Uberlândia, MG EDUFU, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do Senso Comum a consciência filosófica**. 17.ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SANFELICE, José Luís. História, Instituições escolares e gestores educacionais. **Revista Histedbr** online, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **A filosofia contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. 5 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SCHWARTZMAN, S, BOMENY, HELENA MARIA B., COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SENAI. Departamento Regional do Paraná. **Senai 70 anos: 70 anos de educação, tecnologia e inovação**, Curitiba: Senai, 2014

SENAI. **O Giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho**/projeto Memória SENAI-SP – São Paulo: SENAI, 1992.

SCHAFF, ADAM. **História e verdade**. 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1983.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: ZAHAR editores S.A, 1981

Fontes históricas

O ESCUDO - **Órgão oficial dos alunos do SENAI**. Curitiba: Oficina de Artes Gráficas da Escola do SENAI, 1949-1990.

A COLETÂNEA DE REPORTAGENS SOBRE A ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO PUBLICADAS DO JORNAL A COMARCA (1986-2015): UMA CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Carlos Alberto Diniz. Cristina Munaretti de Oliveira
Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

Introdução

Matão, a Terra da Saudade, tem em sua história a marca do empenho e do interesse dos seus munícipes pela educação desde a sua origem, datada do final do século XIX. Distrito criado no município de Araraquara com a denominação de Matão, de acordo com a Lei Estadual n. 499, de 07 de maio de 1897¹, foi elevado à categoria de município no ano seguinte pela Lei Estadual n. 567, data de 27 de agosto².

De acordo com o último censo realizado no país, Matão atualmente possui uma população de 76.786 habitantes distribuídos numa área de aproximadamente 525 quilômetros quadrados³, e está distante cerca de 310 quilômetros da capital paulista. No início da década de 1980, o município de Matão possuía uma população de 38.125⁴ habitantes (19.694 homens, 18.431 mulheres) e a base da sua economia estava pautada, sobretudo no seu emergente parque industrial, conforme mostra a Tabela 1.

Dessa forma, podemos verificar que este município já se destacava economicamente na microrregião de Araraquara, de acordo com a Tabela 2. Diante dos dados apresentados nessas tabelas, a seguir, a implantação de um estabelecimento de ensino

¹ Cf. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 1, n. 1.719, 16 de maio de 1897.

² Cf. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 1, n. 2.080, 03 de setembro de 1898.

³ Vide Censo do IBGE – 2010 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>).

⁴ Cf. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. *Censo Demográfico*: dados distritais. v. 1, tomo 3, n. 17, p. 34. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Distritais_SP.pdf.

profissional em Matão tratava-se de uma necessidade premente, para atender a demanda crescente no setor industrial.

Nesse contexto, a Escola Técnica Sylvio de Mattos Carvalho foi criada em 03 de junho de 1986 pelo Decreto Estadual n. 25.326⁵, denominada Escola Técnica Estadual de 2º Grau de Matão. Nesse momento, o jornal A Comarca⁶, fonte primária utilizada nesse trabalho, iniciava uma série de reportagens sobre esta escola que discutiremos a seguir, noticiando este fato:

Tabela 1 – Indústrias – Município de Matão⁷ – 1980

Gêneros de Indústria	Estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31/12/1980		Ano de 1980
		Total	Ligado à produção	Média mensal do pessoal ocupado
Total	77	6.020	5.598	5.804
Transformação de produtos de minerais não-metálicos	4	24	12	27
Metalurgia	13	675	617	608
Mecânica	10	2.351	2.251	2.345
Material elétrico e de comunicações	1	(X)	(X)	(X)
Material de transporte	2	(X)	(X)	(X)
Madeira	6	129	120	128
Mobiliário	1	(X)	(X)	(X)
Borracha	1	(X)	(X)	(X)
Química	3	80	76	54
Perfumaria, sabores e velas	1	(X)	(X)	(X)
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8	948	877	931
Produtos alimentares	19	1.088	1.047	1.029
Editorial e gráfica	4	51	36	48
Diversas	3	46	45	51

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 (IBGE, 1982)

⁵ Cf. Diário Oficial do Estado de São Paulo. p. 2, v. 96, n. 103, 04 de junho de 1986.

⁶ O jornal A Comarca foi criado em 04 de janeiro de 1925 pelos irmãos Ítalo e Augusto Ferreira, com o objetivo de “trabalhar pela criação da Comarca de Mattão”, expresso no editorial de sua primeira edição publicado nessa data. Ressaltamos que o jornal analisado neste trabalho, mesmo dada a sua importância, não foi tomado como questão de pesquisa, mas como fonte privilegiada no que tange a reconstrução das representações ligadas aos atores políticos que estavam envolvidos na expansão do ensino secundário no interior paulista, e como elas eram apresentadas à sociedade local.

⁷ Cf. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. *Censo Industrial*: dados gerais. v. 3, tomo 2, parte 1, n. 19, p. 71-73. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoindustrial/Censo%20Industrial_1980_SP_DadosGerais.pdf

Trata-se de uma Escola diferente, de cunho profissionalizante. Através desse estabelecimento de ensino, serão formados os profissionais de amanhã. [...] nada melhor do que formar a mão-de-obra na cidade de origem, sem a necessidade de se deslocar a outros municípios. (A COMARCA, 1986, n. 3.283).

De fato, a notícia repercutiu positivamente por toda a cidade, pois segundo o Prefeito da época, em entrevista a esse jornal, tratava-se de uma “reivindicação de mais de 30 anos”. No ano seguinte, com a Lei n. 5.542, de 20 de janeiro, a escola recebeu o nome de seu patrono: o Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho, importante personagem da história de Matão e primeiro Diretor do Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros (atualmente E. E. Prof. Henrique Morato). De lá para cá, se passaram 30 anos. Diante disso e tendo em vista a comemoração do trigésimo aniversário de criação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho – Unidade 103 do Centro Paula Souza, no ano de 2016, verificou-se a necessidade de mapear e organizar as reportagens sobre esse estabelecimento de ensino que veicularam entre os anos de 1986 e 2015 no jornal A Comarca, periódico local de circulação semanal no município de Matão. Isto posto, esta reflexão tem por objetivo verificar em que medida as reportagens coletadas têm contribuído no trabalho de resgate da memória da escola em questão.

Tabela 2: Atividades Industriais – Microrregião de Araraquara (1980)

Município	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado em 31-12-1980	Valor da Produção (mil cruzeiros)
Américo Brasiliense	34	1.095	3.999.140
Araraquara	252	8.285	27.431.796
Boa Esperança do Sul	10	99	338.605
Borborema	26	173	220.218
Descalvado	75	1.529	2.989.007
Dobrada	6	115	404.233
Dourado	22	184	113.937
Ibaté	19	1.001	2.058.817
Ibitinga	205	1.184	765.580
Itápolis	77	509	1.292.346
Matão	77	6.020	16.821.552
Nova Europa	6	172	405.028
Ribeirão Bonito	21	860	382.554
Rincão	40	197	90.898
Santa Lúcia	6	41	23.897
São Carlos	341	15.965	27.739.208
Tabatinga	22	156	105.528

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 (IBGE, 1982)

Como dissemos, para uma melhor compreensão deste objeto de estudo, adotamos o aporte teórico da História Cultural, especialmente da história das instituições escolares e da história local, além dos trabalhos de Roger Chartier sobre o conceito de representação, que irão nortear a análise documental.

A História Cultural, que se estabeleceu a partir da década de 1970, originou-se da Nova História, protagonizada pela escola dos Annales como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional da história, já que para estes a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992). Preocupada em compreender a dimensão cultural do cotidiano, a História Cultural utiliza-se da cultura, enquanto construção social, como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo a partir da análise de fontes variadas, representações, simbolismos, mentalidades, práticas, atribuindo assim sentido à realidade de uma determinada comunidade historicamente datada e localizada.

Ou seja, a História Cultural possibilita a interpretação do mundo, a partir da vida cotidiana que passa a ser encarada por alguns historiadores “como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado” (BURKE, 1992, p. 23). Nesse sentido, temas e/ou fatos que não eram até então considerados acontecimentos históricos relevantes, passam a ser; algumas fontes até então desvalorizadas assumem a categoria de documentos que servirão de embasamento para o trabalho dos historiadores.

Isto posto, a história das instituições escolares pode ser considerada uma vertente da história cultural, pois ela permite compreender, a partir do cotidiano da escola onde vários atores interagem entre si, como por exemplo, os professores, os alunos e seus pais, as autoridades educacionais e/ou políticas, como se dão as relações entre a escola e a sociedade. Nesse sentido, verifica-se um número crescente de estudos no campo da História da Educação sobre instituições escolares desde a última década do século XX, inclusive no Brasil. Considerando que o conceito de representação é uma categoria central da História Cultural, podemos entender o interesse por estudos nessa área, justificado pela representação social da escola a partir de uma relação tempo-espço onde ela está inserida.

A escola como instância central dos sistemas educativos modernos e contemporâneos, estatais ou não, assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controlo e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção. Uma história muito rica e diversificada, nos planos estrutural e conjuntural, marcada por grandes investimentos teóricos e práticos, nos planos macro, micro e meso [...] (MAGALHÃES, 1998, p. 60-61).

Magalhães (1998) aponta que a história de uma instituição educativa se constrói entre a materialidade, a representação e a apropriação. Entendamos por representação a interpretação da comunidade para essa escola, a partir do contexto sócio histórico de um sistema educacional marcado pela diferenciação social evidenciada logo no ingresso dos alunos no ensino secundário, além da seletividade no que se refere à permanência desses mesmos alunos até as séries finais dessa modalidade de ensino. Segundo Chartier (1990, p.

17) esse é o objetivo da História Cultural: identificar “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. É nesse viés que desenvolvemos este estudo, o qual se encontra dividido em duas partes.

Na primeira parte apresentamos uma contextualização sucinta do projeto que possibilitou essa reflexão, intitulado *Pelas lentes das câmeras e pelas páginas de jornais: um resgate da memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (1986-2015)*, desenvolvido no decorrer do ano de 2015 pela professora Cristina Munaretti de Oliveira, docente da Unidade Escolar, destacando o processo de levantamento e organização das reportagens. Na segunda parte, analisamos algumas dessas reportagens que têm contribuído no trabalho de resgate da memória da escola em questão. Por fim, nas Considerações Finais, os argumentos centrais dessa reflexão são retomados com o intuito de apontar possibilidades de novos estudos na área da História da Educação Profissional.

Da contribuição do projeto *Pelas lentes das câmeras e pelas páginas de jornais: um resgate da memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (1986 - 2015)*

Há algum tempo historiadores da educação se deram conta da importante contribuição da imprensa escrita no desenvolvido de pesquisas nessa área. Nesse tocante, Discini (2012, p. 55), ressalta que,

Muitas pesquisas buscaram perscrutar temas estritamente educacionais, tanto nas folhas periódicas tipicamente opinativas do século XIX, quanto no produto jornal, característico dos séculos XX/XXI. Debateram-se as representações reconstruídas por eles, tanto no que diz respeito à escola quanto à profissão docente; problematizaram-se estratégias utilizadas por determinados grupos na consolidação de políticas públicas educacionais, do mesmo modo que foram desvelados os embates próprios do campo, os quais ecoaram em todo o país por intermédio dos jornais.

Desse modo, Discini também lembra que,

Bem sabemos que os jornais são antes de tudo ambientes de sociabilidade entre pares, espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros; locais privilegiados para a constituição de distinções simbólicas e para a construção, reconfiguração e exposição de valores, ideias e sensibilidades. Mas eles são veículos peculiares, porque também se constituem como suportes de diferentes temporalidades e de falas que emanam tanto do tempo presente, do acontecimento ou da opinião imediata, da notícia dada em primeira mão – matéria-prima por excelência do jornalismo – quanto de um passado às vezes imemorial. (DISCINI, 2012, p. 64).

Portanto,

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. (DISCINI, 2012, p. 66).

Com efeito, o jornal enquanto fonte de pesquisa nos permite conhecer, no caso da história da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, a rotina e as práticas que permeavam o seu cotidiano. Mais do que isso, possibilita-nos compreender a cultura impregnada na função social pela qual ela foi pensada e criada e, do mesmo modo, como esta instituição foi incorporando a nova dinâmica verificada no mundo do trabalho e nas relações sociais e as transformações dela decorrentes têm desafiado a educação profissional, ao mesmo tempo se adequando às novas exigências da sociedade mundial, principalmente em tempos atuais, nas quais são perceptíveis o paradigma das inovações tecnológicas e a necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades para o atual modo de produção de bens e/ou serviços.

Por esse viés, o projeto em questão se preocupou em refletir, entre outros aspectos, as relações que permeiam a Etec Sylvio de Mattos Carvalho – Unidade 103 do Centro Paula Souza e o município de Matão e circunvizinhos, incidindo, portanto, no exame da criação deste estabelecimento de ensino, ocorrida em 03 de junho de 1986 e a sua trajetória até a atualidade, permitindo-nos compreender a sua importância em meio a essa comunidade em termos de representação social, patrimônio cultural e memorial nesses últimos trinta anos.

Em nosso entendimento, a necessidade premente de reconstruir sua história desse estabelecimento tornou-se uma necessidade e, nesse sentido, a adoção de fontes históricas, sobretudo as reportagens do jornal A Comarca, revelou-se um caminho promissor, pois não havia na escola, ao que tudo indica, uma preocupação em manter atualizado e organizado registros que contassem a sua história.

Nesse contexto, o referido projeto foi desenvolvido durante o ano de 2015, no rol das atividades desenvolvidas pelo GEPEMHEP⁸ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, coordenado pela Profa. Maria Lucia Mendes de Carvalho, Coordenadora de Projetos no Centro Paula Souza.

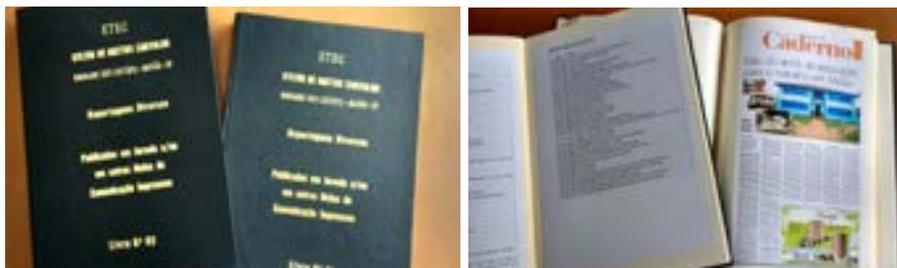
Inicialmente foi realizado junto à Biblioteca Municipal de Matão e na redação do Jornal A Comarca o levantamento de todas as edições desse período que circularam entre os anos de 1986 e 2015. Dessa primeira atividade, foram extraídas por meio de fotografia todas as reportagens que tratavam da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, exceto as matérias de 2016 que foram disponibilizadas em formato digital (em PDF – Portable Document Format

⁸ Vide: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0103289380286488 e <http://www.cpsctec.com.br/memorias/>. Acesso em 01 jul.2016.

- Formato Portátil de Documento), pelo próprio jornal, e que se encontram relacionadas no Apêndice A deste trabalho.

Cabe aqui destacar que todo o material coletado recebeu um tratamento digital, a partir do aplicativo Microsoft Office Picture Manager (Pacote Microsoft Office – Versão 2010), incluindo: reenquadramento da imagem a partir do ângulo correto e exclusão de excessos da fotografia, e a utilização de recursos de brilho, contraste e cor com o intuito de corrigir possíveis falhas no que se referem à qualidade da imagem. Isto feito, as reportagens foram impressas e organizadas sob a forma de coletânea, conforme apontado nas Figuras 1 e 2, a seguir.

Como se vê, o trabalho ora desenvolvido tem contribuído no resgate da memória desse estabelecimento de ensino, especialmente no que concerne às práticas escolares adotadas ao longo da sua trajetória.



Figuras 1 e 2 - Exemplos da Coletânea das reportagens sobre a Etec Sylvio de Mattos Carvalho veiculadas no Jornal A Comarca

Fonte: Arquivo da Unidade Escolar, 2016

30 Anos de Educação para o trabalho: a representação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho nas páginas do jornal A Comarca (1986-2016)

Reconhecida pelo seu importante papel em âmbito local, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho, no processo de escolarização dos seus alunos, atualizou suas práticas escolares ao longo da sua trajetória, fato este que pode ser comprovado a partir das 129 reportagens que veicularam no jornal A Comarca nesses últimos 30 anos, conforme aponta a Tabela 3:

Tabela 3:

Nº de Reportagens Veiculadas da Unidade 103 CEETEPS no Jornal A Comarca

Ano	Total de Reportagens Veiculadas	Reportagens Institucionais	Práticas Escolares	Eventos Escolares	Concursos Públicos e Processos Seletivos	Vestibulinho	Outros Assuntos
1986	02	02					
1987	03	02		01			
1988	01						01
1989	06		01			01	04
1990	01						01
1991	04		02				02
1992	04	01					03
1993	05	01					04
1994	02	01					01
1995	04	02		01	01		
1996	04	04					
1997	01				01		
1998	01				01		
1999	03		02	01			
2000	02	01	01				
2001	05		02	02	01		
2002	-						
2003	02	01		01			
2004	03	03					
2005	08	01		04	01	01	01
2006	03	03					
2007	04	02	01				01
2008	02		01				01
2009	04			01	01		02
2010	03	01			01		01
2011	05	03	01		01		
2012	11	09	01			01	
2013	09	04	01	02	01	01	
2014	04					02	02
2015	14	04		01		04	05
2016	09	07				01	01

Fonte: Arquivo da Unidade Escolar, 2016

Cabe destacar que as reportagens foram agrupadas por categorias que, em nosso entendimento, possibilitam uma melhor análise, conforme demonstra o Gráfico n. 1:

Gráfico 1: Reportagens da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, por grupo



Fonte: Arquivo da Unidade Escolar, 2016

Como podemos observar, as reportagens institucionais tiveram espaço privilegiado nas edições do jornal (40,31%) que traziam consigo informações variadas aos leitores, que englobavam desde o anúncio da criação do estabelecimento de ensino e da implantação novos cursos técnicos, mas também de investimentos que foram sendo realizados ao longo do período abarcado, entre outros.

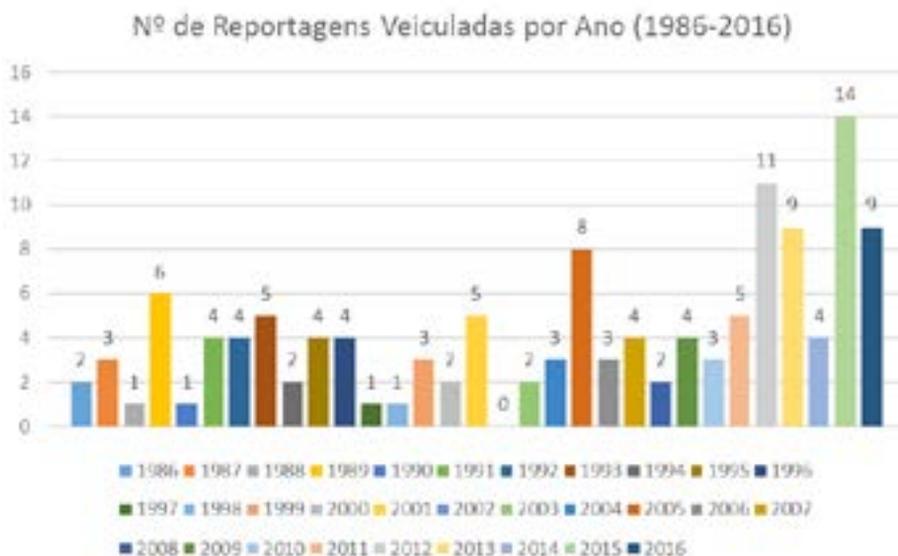
Entre as reportagens agrupadas na categoria Outros Assuntos, destacamos que se tratam de matérias que citavam a Unidade Escolar no contexto educacional do Município de Matão, como por exemplo, no que tange às opções de oferta de ensino em âmbito local disponíveis à população. Ainda nesse grupo encontram-se reportagens escritas por professores e ex-professores, ou ainda matérias que citam ex-servidores que atuaram na escola, a exemplo da professora Sandra Maria Matavelli, falecida em 2015.

Destacamos aqui as reportagens agrupadas nas categorias Práticas Escolares e Eventos Escolares que, somadas, totalizam aproximadamente 21% do total. Percebemos que a realização de diversas atividades ao longo do período estudado: visitas técnicas, excursões, exposições, participação em olimpíadas de conhecimento, etc. Entre os eventos escolares, verificamos a permanência da Feira Tecnológica que surgiu a partir da FECITAM

– Feira de Ciências, Tecnologia e Alimentos, realizada pela Prefeitura Municipal em 1987 nas dependências da Etec Sylvio de Mattos Carvalho. Para se ter uma idéia da importância da Feira Tecnológica em âmbito escolar, basta citarmos que em 2015 a realizou a 23ª edição desse evento, com mostra de trabalhos dos alunos do Ensino Médio e Ensino Técnico. Do mesmo modo, outros eventos importantes como, por exemplo, a Festa Junina e a Semana Paulo Freire são realizadas anualmente.

Em uma incidência menor, mas não menos importante, encontram-se agrupadas as reportagens destinadas à divulgação do Vestibulinho, realizado semestralmente, bem como processos seletivos e concursos públicos para docentes e servidores técnico-administrativos.

Gráfico 2: Reportagens da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, por ano



Fonte: Arquivo da Unidade Escolar, 2016

Em nossa análise, optamos ainda por verificar o número de reportagens publicadas por ano e, de acordo com os dados apresentados no gráfico acima, constatamos que um aumento substancial do número de matérias que circularam entre os anos de 2012 e 2016. Ao que tudo indica, esse aumento revela a preocupação da atual equipe gestora em evidenciar, também através do jornal, as ações que têm sido desenvolvidas. Nesse contexto, há que destacar as reportagens que tratam da reforma e ampliação das dependências físicas da escola, iniciada em 2016, e que se tratava de um anseio antigo da comunidade escolar. No mesmo passo, percebemos uma preocupação em divulgar os novos cursos que passaram a ser oferecidos e os processos seletivos (vestibulinhos) realizados pela Escola.

Considerações Finais

Considerando que o conceito de representação é uma categoria central da História Cultural, podemos entender o interesse por estudos nessa área, justificado pela representação social da escola a partir de uma relação tempo-espaço onde ela está inserida. Por esse viés, a coleção de textos jornalísticos utilizada nesse estudo até o momento nos levou a perceber as relações que permeiam a Etec Sylvio de Mattos Carvalho e o município de Matão e circunvizinhos, permitindo-nos compreender a sua importância em meio a essa comunidade em termos de representação social, patrimônio cultural e memorial nesses últimos trinta anos.

De todo modo, não resta dúvida que o manuseio dessa fonte primária é uma das maneiras de aproximação mais profícuas encontradas pelos historiadores da educação, uma vez que os impressos têm ocupado, sobretudo no século XX, um papel capital no processo civilizador em curso no Brasil que buscou homogeneizar gostos, valores e comportamentos. Nesse sentido, a representação construída dessa instituição a partir do jornal A Comarca nos permite concluir que a mesma está de fato inserida positivamente no cotidiano em âmbito local, sobretudo a partir de práticas escolares adotadas pela equipe escolar, notadamente: realização de palestras com profissionais de diversas áreas; eventos abertos à comunidade como, por exemplo, a Feira Tecnológica, Semana Paulo Freire, Semana da Enfermagem, Festa Junina e Festa da Primavera, todos realizados anualmente; excursões e visitas técnicas a instituições e empresas de diversos segmentos produtivos; ritos escolares, especialmente cerimônias de colação de grau.

Nesse tocante, constatamos também a veiculação de um número razoável de notícias para informar da realização de concursos públicos e/ou processos seletivos para a contratação de docentes e/ou funcionários técnico-administrativos, ou ainda, para informar sobre o Vestibulinho realizado semestralmente. Logo, inferimos o proeminente papel do jornal enquanto fonte de pesquisa historiográfica, especialmente em estudos da área de História da Educação, revelando-se assim um recurso potencial para uma melhor compreensão da função que as Escolas Técnicas exercem nos municípios onde se encontram instaladas, independentemente do recorte histórico que se pretende analisar, possibilitando a reconstituição da história da educação profissionalizante no Estado de São Paulo.

Com efeito, o aprofundamento de questões pertinentes ao processo de consolidação do ensino profissional no Estado de São Paulo é uma questão instigante e que carece de outros estudos a fim de que possa ser traçado o perfil dessa modalidade de ensino no contexto da história da educação brasileira, permitindo-nos apreender melhor a realidade na qual estamos inseridos enquanto profissionais da educação e cidadãos.

Referências

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: < <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/320/306>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

CHARTIER. R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. SOUZA, C. P.; CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

Apêndice A: Reportagens veiculadas no jornal A Comarca sobre a Etec Sylvio de Mattos Carvalho

Data	Título
07/06/1986	Montoro cria Escola Técnica em Matão
28/11/1986	Escola Técnica Profissionalizante já em 1987
21/02/1987	Escola Técnica Profissionalizante em funcionamento ainda este ano
11/07/1987	Prefeito vai à ciência e Tecnologia
12/12/1987	FECITAM revela pequenos cientistas
13/08/1988	Inauguradas Escolas e Lançadas Pedras Fundamentais
11/03/1989	ETESG Profº Dr Sylvio de Mattos Carvalho/ Edital de concorrência Pública
22/04/1989	Curso aprimora conhecimentos pedagógicos
13/05/1989	Escolas Estaduais param parcialmente
20/05/1989	Professores continuam parados
21/10/1989	Prefeitura constrói e amplia Escolas
25/11/1989	Escola abre inscrições
20/01/1990	Escolas de 2º grau oferecem opções aos estudantes
16/03/1991	Semana Missionária/ Encontro de Professores e Estudantes
08/06/1991	Rotary leva alunos da Escola Técnica 2º grau à Bosch
19/10/1991	Estudantes Matonenses visitaram a Feira de Informática
28/12/1991	Recuperação da escola pública: o primeiro passo foi dado
15/02/1992	Escola de Matão na Reforma do Ensino Técnico
23/05/1992	Candidatos vão às escolas proferir palestras sobre plano de governo
22/08/1992	Sindicato Rural de Matão INCRA promoveu curso na escola técnica
31/10/1992	Comunicado
23/01/1993	Definida a instalação do CEFAM em Matão

Data	Título
06/02/1993	Com novas escolas em Matão não faltam vagas
01/05/1993	Escola Profº Sylvio de Mattos está inserida no programa Cultur-Ação da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
21/08/1993	Paralisação dos Professores Estaduais atinge 80%
23/10/1993	Assume novo diretor da Escola Técnica
11/02/1994	Escola Técnica com nova direção do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
11/03/1994	Comunicado
19/05/1995	Escola Técnica reúne a comunidade para elaborar seu Plano Diretor
09/06/1995	Escola Técnica recebe do CEETEPS equipamentos para laboratório de eletrônica
16/06/1995	Concurso Público
13/10/1995	Feira Tecnológica na Escola Sylvio de Mattos Carvalho
22/03/1996	Uma Nova Escola Técnica
29/03/1996	Informativo da ETE Sylvio de Mattos Carvalho
26/04/1996	Ensino Profissional de qualidade ou mão de obra barata?
10/05/1996	Alta Tecnologia e cursos Técnicos: emprego garantido?
11/07/1997	Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho/ Informa
27/11/1998	Concurso Público para Docentes n. 103-01/98
29/01/1999	Alunos da Escola Técnica adotam 5S em sala de aula
14/05/1999	Escola Técnica Incentiva pesquisa
19/11/1999	Projeto Cidades Mortas abre Feira Tecnológica na ETE
09/06/2000	Concurso de Redação Escolar/ A Comarca 75 anos/ ETE Sylvio de Mattos Carvalho/ A importância da formação técnica
16/06/2000	Concurso de Redação Escolar/ A Comarca 75 anos/ ETE Sylvio de Mattos Carvalho/ Histórico e Desenvolvimento da ETE / Escolas pintam no muro os 500 anos do Descobrimento
23/03/2001	ETE/ Matão classifica dois alunos para final da Olimpíada de Química
06/04/2001	Alunos da ETE/Matão aplicam teoria e prática em laboratório de química
08/06/2001	Feira Tecnológica apresenta avanços na Escola Técnica
15/06/2001	Feira Tecnológica tem bom público
22/06/2001	Comunicado
28/03/2003	Alunos de Enfermagem recebem certificados
22/08/2003	Programa destina R\$ 436 mil a ETE
18/06/2004	Equipamentos são apresentados na Escola Técnica
16/07/2004	Toninho Nascimento é o novo Diretor da ETE Sylvio de Mattos Carvalho
16/07/2004	Um diretor negro à frente da ETE
25/02/2005	ETE faz Semana de Atualização
04/03/2005	Escola Técnica participará da FEBRACE
20/05/2005	Escola Técnica bate recorde no Vestibulinho

Data	Título
17/06/2005	Menos Ansiedade para o sucesso da amamentação
17/06/2005	Arraiá da Escola Técnica
21/10/2005	Feira Tecnológica na ETE
11/11/2005	Balanço Positivo em 2005
23/12/2005	Escola Técnica realiza Formatura
14/04/2006	Escola Técnica é sétima colocada
30/06/2006	ETE forma turma de pais
24/11/2006	ETE Sylvio de Mattos faz doação de brinquedos
23/02/2007	Escola Técnica faz parceria com USP no projeto Biodiesel Brasil
23/02/2007	Escola Técnica faz parceria com USP no projeto Biodiesel Brasil/ Iniciativa busca ampliar o Cata Óleo em Matão
10/08/2007	Atitudes que fazem a Diferença
07/12/2007	Olimpíadas do Conhecimento premiam dez estudantes
11/01/2008	Em 2008, você será passivo ou ativo?
21/03/2008	Alunos de Matão são premiados em feira da USP
13/03/2009	Exposição/ OS PÁSSAROS: um alerta pela preservação
27/03/2009	Escola Técnica: Instituição abre concurso
27/03/2009	Comunicado
21/08/2009	Comunicado
19/02/2010	Aviso de Abertura de inscrições para Concurso Público para Docentes
23/07/2010	No Ranking do ENEM Grupão é segunda melhor Escola Estadual
22/10/2010	TELECURSO TEC concluirá segundo módulo
07/01/2011	Professora de Matão ganha bolsa de Estudos do Governo do Estado
28/01/2011	Aviso de Abertura de inscrições ao processo seletivo de Docentes
13/05/2011	Etec se prepara para seu Jubileu de Prata
16/09/2011	Curso de Automação Industrial será oferecido pela Etec em 2012
04/11/2011	Alunos de Etec visitam o CMEES
13/01/2012	Etec anuncia cursos e mais laboratórios
13/01/2012	Etec investirá R\$ 2,1 milhões em mais nove laboratórios
02/03/2012	Alunos aprovados em Vestibulares
27/04/2012	Etec celebra 15 anos do curso de Enfermagem
27/04/2012	Curso de Enfermagem da Etec completa 15 anos
11/05/2012	Carlos Diniz: mudanças por meio da Educação
11/05/2012	Que Matão Desejo? Transformação por meio da Educação
20/07/2012	Etec possui novo diretor
20/07/2012	Carlos Diniz assume a Etec
11/10/2012	Inscrições ao Vestibulinho da Etec prosseguem até dia 25
21/12/2012	Carlos Diniz analisa Educação Secundária
08/03/2013	Etec Matão implanta curso de Técnico em Finanças

Data	Título
08/03/2013	Curso Técnico em Finanças será implantado na ETEC Matão
26/04/2013	ETEC terá Processo Seletivo
12/07/2013	Realizadas as Formaturas do Projeto Crescer e da ETEC
19/07/2013	ETEC realiza aula Magna do Curso Técnico em Finanças
26/07/2013	Curso de Técnico em Finanças teve aula Magna com Marcio Barion
04/10/2013	Feira Tecnológica foi realizada na ETEC
04/10/2013	Vestibulinho ETEC 2014 tem inscrições abertas
20/12/2013	Estudantes receberam premiação da 1ª Olimpíada de Matemática de Matão
11/04/2014	ETEC já abre inscrições para o Vestibulinho do segundo semestre
23/05/2014	Nós vamos para a Costa Rica
03/10/2014	ETEC abre inscrições a Vestibulinho
24/10/2014	Carinho não tem idade foi realizado no final de semana
30/01/2015	Trâmites em andamento para a vinda da FATEC a Matão
10/04/2015	ETEC tem grande número de aprovados em vestibulares
10/04/2015	Matão comemorou Dia Mundial de Conscientização do Autismo
08/05/2015	Vestibulinho da ETEC: inscrições vão até o dia 14
08/05/2015	Vestibulinho da ETEC: inscrições vão até o próximo dia 14
12/06/2015	ETEC comemorou seus 29 anos
26/06/2015	Alckmin autoriza reforma da ETEC a pedido de Esquetini e Matturro
21/08/2015	Sandra Matavelli: exemplo de luta contra o câncer
18/09/2015	ETEC Matão realizará a 23ª Feira Tecnológica
09/10/2015	ETEC e Adelino abrem inscrições para vestibulinhos
09/10/2015	ETEC abriu inscrições para o Vestibulinho
06/11/2015	9ª FETEPE premia ETEC MATÃO
06/11/2015	ETEC de Matão é premiada na 9ª FETEPE
13/11/2015	Alunos de Matão conquistaram medalhas na Olimpíada Brasileira de Astronomia
26/02/2016	Alunos da Etec se destacam nos principais vestibulares do país
22/04/2016	Reforma completa da Etec deverá começar em breve
22/04/2016	Etec aguarda início de reforma
06/05/2016	Inscrições a Vestibulinho da Etec se encerram na próxima semana
13/05/2016	Etec, orgulho de Matão
27/05/2016	Eventos comemoram os 30 anos da Etec-Matão
03/06/2016	Etec comemora 30 anos educando para o trabalho
03/06/2016	São 30 anos de educação para o trabalho em Matão
03/06/2016	Plenário recebe exposição da Etec

ARTES E PSICANÁLISE NO CAMPUS DAS ESCULTURAS NA FATEC-OURINHOS

Eunice Corrêa Sanches Belloti
Faculdade de Tecnologia de Ourinhos

Introdução

A Fatec-Ourinhos, neste ano de 2016, comemora seus vinte e cinco anos de atividades. A criação da Fatec-Ourinhos, como Extensão de Campus da Fatec-São Paulo, deu-se com o curso de Processamento de Dados e foi um grande acontecimento em Ourinhos e região, desencadeando novos rumos e transformando para sempre a cidade e a região, trazendo um ensino superior gratuito de qualidade e colocando no mercado, profissionais disputados por seu excelente potencial (BELLLOTI, 2015).

Com o início do curso de Processamento de Dados, no segundo semestre de 1991 como Extensão de Campus da Fatec-São Paulo, duas das disciplinas do currículo do curso eram E.P.B. I e E.P.B. II (Estudos dos Problemas Brasileiros I e II), oferecidos no terceiro e no quarto semestres do curso respectivamente, a princípio foram ministradas pelo Coordenador da extensão de Campus, professor Paulo Henriques Chixaro, posteriormente no primeiro semestre de 1995 a autora deste artigo, professora Eunice Corrêa Sanches Belloti assumiu as disciplinas ministradas até o primeiro semestre de 1999, quando a disciplina de E.P.B. I passou a ser lecionada pelo professor Francisco Claudio Granja, até sua extinção no segundo semestre de 2001.

A entrada do Prof Granja para o rol de docentes da Fatec-Ourinhos, com seu olhar, sua visão de mundo e currículo voltado às artes, transformou alguns aspectos da instituição, que serão comentados posteriormente.

Abordar o tema desse artigo envolve uma viagem na história oral da Fatec-Ourinhos, que se transforma em história escrita, na história de vida de algumas pessoas e na apresentação de alguns conceitos como: artes, jardins, esculturas, jardins das esculturas e no olhar da Psicanálise.

O termo “Artes” vem do latim *Ars*, que significa habilidade, segundo Adami (2015), é definida como uma atividade que manifesta a estética visual, desenvolvida por artistas que

se baseiam em suas emoções, é um reflexo da cultura e da época vivida. As artes são desenvolvidas para mostrar o pensamento e os sentimentos do artista, por meio de estilo e estética.

Apresenta-se de diversas formas como, a plástica, a música, a escultura, a dança, etc. A escultura é a arte de moldar ou talhar determinados materiais como madeira, argila, metais e outros. O artista plástico, no caso o escultor, produz uma escultura usando ideias, sentimentos e criatividade, cria-se formas, volumes, definem-se espaços e o processo de produção escultural, que pode utilizar várias técnicas como, fundição, molduras ou trabalhos com ferramentas em matéria prima bruta.

Um jardim é uma extensão de terreno, localizado com um espaço público ou privado, em geral com muro ou grades à volta, onde se cultiva plantas e adornos. Burle Marx (1993) ao conceituar jardim das esculturas, coloca que é um espaço para estimular na comunidade a prática da convivência artística, onde todos possam observar e desfrutar a beleza das obras.

O presente artigo, foi dividido em quatro partes assim intituladas: *O Fazer Criador*, Francisco Claudio Granja; *Tecendo Enlaces*, Telma Menegazzo; *A Construção da Criação*, Antônio José Romano Curia e por fim *O Olhar*, que envolve conceitos da Psicanálise, teoria que norteia a campo profissional da autora do artigo.

O Fazer Criador

O idealizador do “Projeto Campus das Esculturas”, Francisco Claudio Granja, nasceu em Agudos (SP), no dia 07 de julho de 1947, iniciou seus estudos superiores na Escola de Belas Artes em São Paulo, terminando o curso na UNESP em Bauru (SP), que na época era a Fundação Educacional de Bauru.

Veio para Ourinhos a convite de um professor chamado Torres, para substituí-lo nas Faculdades Integradas de Ourinhos, instituição que o acolhe como docente até hoje. Está na cidade há quarenta anos. Na Fatec-Ourinhos leciona há mais de 20 anos, prestou concurso e lecionou disciplinas, como Humanidades, E.P.B.I (Estudos dos Problemas Brasileiros) e Ética.

Relacionando sua trajetória e conhecimento acadêmico, o professor Granja esclarece como surge a ideia do “Projeto Campus das Esculturas”, da Fatec Ourinhos.

Segundo ele, a ideia do “Projeto Campus das Esculturas” surgiu depois que retornou da Europa, na década de 1990, entusiasmado com as obras de artes que viu, especialmente em Paris e em Roma, pensando que deveria trazer para Ourinhos as belezas que deslumbrou no antigo continente, visto que sentiu a necessidade de revitalizar espaços desocupados da cidade com projetos artísticos.

Desejou em sua mente, criar algo que apresentasse os espectadores às artes, sua expressão de beleza frente ao olhar humano, buscando evidenciar as expectativas de novas e destemidas criações em um Jardim das Esculturas.

Na ocasião, o Prefeito Municipal era o Dr. Clóvis Chiaradia, foi em sua gestão que a Fatec-São Paulo criou a extensão de Campus em Ourinhos, de acordo com Belloti (2015). Sua esposa a Professora Adelheid M. Litzinger Chiaradia era a Secretária da Educação e Cultura, e o Prof Granja foi convidado para ser Diretor da Cultura da cidade.

Como os recursos financeiros para a pasta da Cultura na cidade eram estreitos e com a necessidade de se estruturar o departamento e desenvolver outras ideias inovadoras voltadas às artes, foram poucas as esculturas colocadas no município, frustrando assim, os desejos do idealizador do projeto.

Com o término de sua gestão como Diretor de Cultura, indignado que a ideia frustrante do fracasso do Jardim das Esculturas não poderia parar e indagando como deveria executar esse projeto e já fazendo partes do rol dos docentes da Fatec Ourinhos, procurou o professor Paulo Henrique Chixaro, diretor da instituição na época, solicitando sua autorização para criar o “Projeto Campus das Esculturas” no espaço externo da instituição, que se acha vazio, desprovido de qualquer planta ou adorno. Com o apoio do diretor, que considerou a ideia formidável e indicou a funcionária Telma Menegazzo para auxiliá-lo em seu empreendimento inovador, pensando nas artes e no vislumbamento que alunos, professores, funcionários e visitantes poderiam ter frente a um espaço voltado ao belo, iniciou seu fazer criador.

Com o contínuo apoio da direção da instituição iniciou-se seu novo projeto, “Campus das Esculturas”, sem nada escrito, mas com a eficiência da funcionária Telma Menegazzo, que soube administrar e tecer as propostas criativas e empreendedoras do artista/professor, transformando espaços vazios, brancos, em ambiente voltado à tecnologia em espaços de artes, que servem de suporte ao fazer criativo.

A primeira obra de arte que veio para o “Projeto Campus das Esculturas” foi de um artista ourinhense chamado Domingos Zupa, que traz uma grande referência à tecnologia, ela foi doada pela professora Adelheid Chiaradia. Existe outra obra do artista, doada por ele no local, que caracteriza o curso de Agronegócio e representa um homem trabalhando na agricultura. O artista tem um neto (Eric) que faz o curso de Jogos Digitais e participa do Projeto Memórias da Fatec-Ourinhos.

Das várias obras que compõem o Jardim das Esculturas, há artistas da cidade e de outros locais como Antonio Curia, Marcio Nacif, Tânia Piolo Freitas, Rosa Bruingé (que foi consulesa da Holanda e já é falecida), de Doraci Mantovani, de Domingos Zupa e do idealizador do “Projeto Campus das Esculturas”. Por ocasião da comemoração dos quinze anos da Fatec Ourinhos, as obras foram identificadas por placas.

Com a direção da professora Lia Cupertino Duarte Albino, ocorreu a continuidade do projeto, que foi incentivado por ela e para o futuro prevê-se mais obras para o embelezando da instituição.



Figura 1 - Prof. Francisco Claudio Granja



Figura 2 - A escultura "Uau", autoria de Granja

Tecendo Enlaces

Telma Menegazzo é funcionária da Fatec-Ourinhos há vinte e três anos, nos dois primeiros anos foi estagiária, na instituição, é formada em Ciências Contábeis, nasceu em Águas de Santa Barbara no dia 02 de agosto de 1974, atualmente exerce a função de Diretora de Serviço Administrativo, com a ascensão de sua trajetória profissional viu a própria evolução da Fatec Ourinhos.

Telma afirma que o crescimento da instituição passou por uma trajetória conturbada, com vários percalços, pois a estrada para a escola era sem calçamento, em época de chuva não se conseguia chegar à instituição, e em época de seca havia muita poeira. Os telefones funcionavam precariamente, não havia ventiladores, os computadores eram escassos e os trabalhos de secretaria eram executados nas máquinas de escrever, dependia-se dos malotes dos Correios constantemente para a comunicação com o Centro Paula Souza em São Paulo.

Ela se recorda quando o professor Granja começou a trabalhar na instituição, de sua preocupação com o paisagismo do local, pois não havia árvores, plantas ou flores. Ele solicitou apoio da Prefeitura Municipal, que fez as doações de várias mudas de plantas, cujo plantio foi minuciosamente planejado por ele, começando assim seu fazer criativo.

Também ele desejou colocar obras de artes, esculturas, entre as plantas, criando assim o "Projeto Campus das Esculturas". Todas as plantas e as esculturas foram doadas e necessitavam de infraestrutura para serem deslocadas e alojadas nos locais adequados,

que eram estudados meticulosamente pelo criador do referido projeto. Ela propiciava o apoio para a execução dos trabalhos, que dependiam de várias pessoas para ajuda braçal na instalação das obras, muitas das quais são extremamente pesadas.

Ela lembra-se que após a primeira escultura “Mundus Universalis”, de Domingos Zupa, veio em 2.000 a escultura “Quem somos nós” de Tânia Piolo Freitas; “O Beijo” de Rosa Bruingé, o “Formigão do Agronegócio” de Doraci Mantovani; a “Natureza, Transformação e Artes” de Curia e várias outras.

Para Telma, a importância do “Projeto Campus das Esculturas” é fenomenal, porque embeleza a instituição e permite valorizar a cultura, sendo um diferencial para as pessoas que visitam a Fatec-Ourinhos, que mostram em seus olhares a valorização das obras de artes que apresentam um belo visual. Ela esclarece que tanto o antigo diretor, professor Chixaro, e a atual, professora Lia, se empenharam e empenham para a continuidade e evolução do projeto. Para as comemorações dos vinte e cinco anos da Fatec Ourinhos já estão previstas a colocação de mais duas esculturas.

É ela que prepara as tramas, para que o criador e o inventor das criações sejam enlaçados e ligados em suas construções no Campus das Esculturas, produzindo novos olhares aos espectadores do local.



Figura 3 - Funcionária Telma Menegazzo

A Construção da Criação

Antonio José Romano Curia se denomina um brasileiro/ourinhense nascido na Itália, em Longobucco, em 23 de fevereiro de 1938, veio com sete meses para o Brasil, fugindo da guerra, como várias famílias de imigrantes da época, filho de mãe brasileira com pai italiano, foi criado em Itai (SP), fez curso de Direito em Bauru (SP).

Foi Delegado de Polícia Estadual por vinte e três anos, chegou a Ourinhos em 02 de janeiro de 1969, permanecendo até hoje, sendo cidadão honorário da cidade, fato esse que muito o honra.

A arte surgiu em sua vida desde criança, o que é natural para a vida de um italiano, contudo somente depois de recém-casado, com telas e bisnagas de tinta de sua esposa, começou a pintar.

Com sua chegada a Ourinhos foi incentivado a fazer suas pinturas pelo Prof Granja, bem como por sua esposa Terezinha Queiróz. Cresceu de um expressionismo misturado com o concretismo, ele afirma sempre ter pintado ideias, não coisas, sendo autodidata, nunca frequentou uma escola de pintura, pinta com espátulas e esponjas. Suas obras são extensas e estão expostas e vários locais de Ourinhos, de São Paulo (como no TUCA, na COSESP, na Academia de Polícia e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), em Santos, em vários locais do país e da Europa.

Para o Prof Granja, o artista plástico Curia apresenta um crescimento significativo em suas obras, ele pinta com entusiasmo, tem um estilo próprio, sendo um expressionista por excelência, pintando intuitivamente, sem fazer rascunhos ou desenhos prévios, pintando com seu interior, enquadrando-se dentro de algumas escolas de pinturas vigentes na história da arte do país.

Obras suas vieram para a Fatec-Ourinhos, pelo convite do Prof Granja, seus quadros estão em vários locais da instituição, enfeitando, embelezando e valorizando, colocando um colorido nas paredes até então totalmente brancas da instituição. Também no Campus das Esculturas, tem uma escultura sua “Natureza, Transformação e Artes”, que pesa entre 400 e 500 quilos, é de grandes proporções, e produz impacto aos olhos de seus espectadores.

O artista constrói suas criações e utiliza o espaço no Campus das Esculturas para perpetuá-las aos olhos dos espectadores presentes na instituição, ávidos por artes.

No momento, estão sendo desenvolvidas ações para a execução de um projeto com os quadros do artista, na biblioteca da instituição, para a comemoração dos vinte e cinco anos da Fatec-Ourinhos, ele tem cedido várias de suas obras e deve custear as instalações das mesmas, como presente pelo jubileu de prata da instituição, o que muito o honra.



Figura 4 - O artista José Romano Curia



Figura 5 - A escultura “Natureza, transformação e artes”, autoria de Curia

O Olhar

A relação existente entre a Psicanálise e a artes tem sido trabalhada intensamente na atualidade. Alguns autores colocam a pretensão da Psicanálise ao tentar interpretar a artes, outros acreditam que ela tem muito a acrescentar em relação aos mistérios do fazer criador (BIAZUS; CEZNE, 2010).

Freud (1908), fundador da Psicanálise, já questionava sobre o que estaria por trás da mente criadora, quais mecanismos seriam responsáveis para despertar na pessoa os sentimentos mais inesperados e profundos em uma mente criadora. Para ele, ocorria certa incapacidade de desvendar os mistérios que norteiam a origem do ato criador.

Antigamente os artistas eram revestidos de caráter mitológico, divinizantes, eram vistos como seres sobrenaturais, inspirados por Deus. E ainda hoje pessoas defendem a ideia de um dom divino no fazer criador dessas pessoas providas de um dom especial (VERAS, 2006).

O fazer criador exige que a pessoa saia do universo das certezas e das evidências para um pensar privilegiado a respeito do ato de criação, que provoca ou é provocada por um desfoque permanente de sentimentos contraditórios, ambivalentes à procura de algo estabilizado, segundo Derdyk (2001). Quando a estabilidade dos conflitos é alcançada, seria o próprio final da criação.

Contudo, todo ato de criação, refere-se ao lugar do outro, do social e qualquer mobilidade de artes produz um sentido particular naquele que a vê. Para Rivera (2005), o ato de criação, seja ele referente às artes plásticas, música, literatura ou qualquer outra forma de expressão artística, permite ao espectador ocupar um lugar de envolvimento, fascínio, admiração, honra, nomeação, identificação. O que faz a artes perdurar é o fato despretenso de não possuir um único sentido, permitindo que os espectadores preencham lacunas, criem em cima daquilo que já foi criado.

Rivera (2002), infere que a Psicanálise vem ao encontro da carência de explicação a que a artes está sujeita. Deparando com essa falta de explicação e preocupado em como preencher o fazer criativo, Freud (1908), investiga que os traços da atividade imaginativa do artista podem ter origem no brincar infantil; ao brincar a criança se comporta como um artista cria um mundo próprio, investe nesse mundo emoção e o distingue da realidade, onde passado, presente e futuro se encontram entrelaçados pelo fio do desejo que encontra realização e apresentação da obra criativa.

Para Cattapan (2006), na criação artística ocorre uma forma de construção e expressão de subjetividade, abrindo espaço para que a Psicanálise reflita sobre o seu próprio campo, a subjetividade na contemporaneidade, abrindo caminho para a construção de um novo olhar, o olhar do espectador.

Artes e Psicanálise se aproximam e ressoam nas desmontagens e desconstruções do eu, em que por meio de seus cortes, abrem fendas, brechas, fissuras, permitindo o encontro da pessoa com o real, com suas verdades, singularidades e percursos, situando o artista entre o visível e o invisível, entre aparição e desaparecimento, apontando para a zona do

incerto, do duvidoso, do improvável, do imprevisto, seja construindo, tecendo ou criando algo em torno de um vazio (KON, 1996).

Sousa (2002, p. 145) afirma: “A obra de arte gera um lugar de respiração, um espaço de presença, dando, muitas vezes, sentido e visibilidade à realidade”.

Fato esse que pode ocorrer no Campus das Esculturas, em que o artista tem a oportunidade de criar um sistema a partir de determinadas características, que atribui ao processo de apropriações, transformações e ajustes, que vão ganhando complexidade à medida que constrói sua obra, conforme salienta Salles (2008), e os espectadores lançam seus olhares na complexidade do processo criativo.



Figura 6 - A escultura “Mundus Universalis”, autoria de Zupa



Figura 7 - A escultura “O Beijo”, autoria de Rosa Bruingé

Considerações finais

O processo de criação pode ser descrito como um movimento falível com tendências, sustentado pela lógica da incerteza, englobando a intervenção do acaso ao introduzir ideias novas de acordo com Salles (2008).

Em sua busca, o artista, encontra suas concretizações nos complexos processos de construções de suas obras. Para a autora acima, o percurso criador é focado sob cinco pontos de vista, como: a ação transformadora, o movimento tradutório, o processo de conhecimento, a construção de verdades artísticas e o percurso de experimentação.

Esses cinco pontos se manifestam nos três artistas apresentados neste artigo, cada um com sua arte, seu percurso, seu viver pessoal e profissional e nas relações que os envolvem como pessoas agentes de transformações, que perpetuam um olhar diferente no espaço que habitam, permeando o ato criador e seus mistérios, rearticulando o novo, sempre inacabado, sempre desejante, sempre singular, como esclarece Kaminski (2010).

O Campus das Esculturas permite ressonâncias entre as artes e a Psicanálise e seus entrelaçamentos, no viver de seus artistas.

Os laços unem um casal, a família, o mundo do trabalho, embora em alguns momentos precários se desfazem facilmente, em outros momentos apertam, entrelaçam, construindo tramas fortes e resistentes, caso esse do projeto desenvolvido pelo Prof Granja.

Os laços não constituem apenas os desejos, constituem os acontecimentos que o produzem, e também onde eles se produzem, segundo Soler (2006), em que a libido incluindo o amor e o desejo assegura esses laços, como a própria criatividade do artista plástico Curia.

Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa (2016), o enlaçamento é a ação de enlaçar, de ligar ou prender com laços, é uma combinação perfeita, um matrimônio, um casamento, sendo um resultado harmônico do que já foi unido, o que é tecido com maestria pela funcionária Telma.

O vínculo que resulta dessa ligação é o elo, uma combinação perfeita. O Fazer Criador de Francisco Claudio Granja, A Construção Criativa de Antonio José Romano Curia e demais artistas, O Tecer dos Enlaçamentos de Telma Menegazzo e O Olhar dos espectadores que o espaço da instituição, figuram esse vínculo, esse elo, que permite ser chamado de “Campus das Esculturas”.

Essa obra de arte está presente na Fatec-Ourinhos para que no tempo de suas memórias e de suas histórias, seus espectadores possam ter um olhar profundo, diferenciado e reflexivo da obra artística, embelezando toda a instituição.

Referências

ADAMI, Anna. Conceitos de artes. Maio, 04, 2015. Disponível em: < www.infoescola.com/artes >. Acesso em: 06 jul. 2016.

BELLOTI, Eunice Corrêa Sanches. Aspectos de Subjetivação e Memória na Criação da Extensão de Campus da Fatec/SP – em Ourinhos. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico de Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2015, p. 267-276

BLAZUS, Camilla Baldicera; CEZNE, Graziela Oliveira Miolo. **Psicanálise & Barroco em revista** v.8, n.2: 49-73, dez.2010

CATTAPAN, P. Artes e análise: vias de abertura à alteridade nas sociedades contemporâneas. In: **Psychê Revista de Psicanálise**. Ano 10, n. 19, p. 65-80, set-dez, 2006.

DERDYK, E. Ponto de chegada, ponto de partida. In: SOUZA, Edson Luiz (org.) In: TESSLER, E.; SLAVUTZKY, A. **A invenção da vida: artes e Psicanálise**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001. p. 14-21.

DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO. Porto: Porto Editora, 2016.

FREUD, S. **Escritores criativos e devaneios**, v.9, 1908. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KAMINSKI, Ana Luisa. Ressonâncias entre a Psicanálise e Arte: intervalos, desmontagens e rearticulações. **Linguagem – Revista de Letra, Artes e Comunicações**. Blumenau, v.4, n.2, p.152-170, maio/ago. 2010.

KON, Noemi Moritz. **“Entre a Psicanálise e a artes”**. In: SOUZA, E. L. (org.); TESSLER, E.; SLAVUTZKY, A. *A invenção da vida: artes e Psicanálise*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

KON, Noemi Moritz. **Freud e seu duplo**: reflexões entre a Psicanálise e a artes. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1996.

MARX, Burle. **MAM**: Jardim das Esculturas. São Paulo, 1993. Disponível em: < MAM.org.br/explore/jardim-de-esculturas >. Acesso em: 06 jul. 2016.

RIVERA, T. **Artes e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Gesto analítico, ato criador - Duchamp com Lacan. In: *Pulsional*, **Revista de Psicanálise**. Ano 18, n. 184, p. 65-72, 2005.

SALLES, Cecília Almeida. **Redes da Criação**, construção da obra de artes. 2 ed. Vinhedo (SP): Horizonte, 2008.

SOLER, Colette. Encales e desenlaces segundo a clínica psicanalítica. **Encontro Internacional da EPFCL**: 14 de julho: Encontro da IF Medellín – Colombia, 2016. Disponível em: < http://www.projeto Freudiano.com.br/publicacoes/preludios_ix_encontro_internacional >. Acesso em: 16 jul. 2016.

SOUZA, A. Quando atos se tornam formas. In: BARTUCCI, G. (org.). **Psicanálise, Artes e Estéticas de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

VERAS, E. **Entre ver e enunciar**: o uso da entrevista em estudos sobre o fazer criador artístico. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Artes Plásticas, Instituto de Artes. UFRGS. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10299/000588650.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

Fontes orais

CURIA, Antonio José Romano. Entrevistado por Eunice Corrêa Sanches Belloti, em 24 de junho de 2016.

GRANJA, Francisco Claudio. Entrevistado por Eunice Corrêa Sanches Belloti, em 09 de junho de 2016.

MENEGAZZO, Telma. Entrevistada por Eunice Corrêa Sanches Belloti, em 20 de junho de 2016.

ESTUDO DOS OBJETOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC PROFESSOR MATHEUS LEITE ABREU (1970 A 2015)

Sueli Mara Oliani Oliveira Silva

Escola Técnica Estadual Matheus Leite de Abreu

Introdução

O presente trabalho apresenta uma descrição do projeto sobre o “Estudo dos objetos científicos e tecnológicos do curso Técnico em Agropecuária do Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu no período de 1970 a 2015”. O projeto abrange os aspectos historiográficos sobre o estudo dos objetos que fizeram parte das práticas escolares pedagógicas do curso mais antigo da instituição - o Técnico em Agropecuária.

No acervo do Centro de Memória, encontram-se preservados artefatos que ilustram o desenvolvimento do curso, como livros, utensílios, ferramentas, equipamentos e painéis iconográficos com fotos de época, que foram organizados através de curadoria e que, atualmente, estão disponíveis para apreciação, buscando a valorização, preservação e divulgação do Patrimônio Escolar.

As metodologias utilizadas para a composição do acervo museológico foram às entrevistas por meio da história oral realizada com os professores Álvaro Migas Stefani, Leônidas Márcio Teixeira, Osmar Scrivante Júnior e Paulo Antônio Sacchi; pesquisas em documentos encontrados no arquivo permanente da escola; pesquisa sobre a origem e a evolução dos objetos através do concurso “Adote um objeto da ciência ou da tecnologia para desvendar” e organização dos espaços da sala destinada a implantação do centro de memória. A produção historiográfica resultou no arranjo documental Fundo Etec Professor Matheus Leite de Abreu, que traz um organograma com as denominações que a escola recebeu, os subgrupos que são os cursos que a escola ofereceu e as séries com as siglas representando as dependências da escola para localização dos documentos inventariados.

O cinquentenário da fundação da Etec Professor Matheus Leite de Abreu

Tudo começa com a doação do terreno para a construção da Escola Agrícola de Mirassol que ocorreu em 1957 através do Prefeito Municipal Sr. José Maria de Campos Maia. De 1957 até 1963, a escola ficou em processo de implantação, através dos esforços dos prefeitos da época e do Governo do Estado de São Paulo, que visavam a sua instalação e em breve o seu funcionamento.

A Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol foi criada por meio do decreto nº 7.887, de 26 de abril de 1.963. A escola recebe seu primeiro diretor Sr. Antônio Ferdinando Francisco Possebon empossado em quatro de novembro de 1964, juntamente com dois professores e doze funcionários, que trabalharam somente na parte administrativa até início de 1965, quando as instalações ficaram prontas para o recebimento dos alunos.

Foram construídos: uma modesta casa para moradia do zelador Sr. Antônio Rodrigues, a lavanderia e um prédio com 384 m² com as seguintes dependências: dormitório, refeitório (utilizado também como sala de aula), cozinha, despensa, sala dos professores, enfermaria, secretaria, diretoria, almoxarifado, banheiro para alunos e banheiro para funcionários e professores.

Em 11 de março de 1965, a escola foi inaugurada em comemoração aos quarenta anos em que a cidade de Mirassol passou de Distrito de Paz para Município.

A escola iniciou suas atividades com almoço comemorativo no dia primeiro de abril de 1965, vinte dias após a sua inauguração, na presença do prefeito municipal Sr. Elias Thomé, o diretor Sr. Possebon, os primeiros professores: Nilton Morselli, José Lemos Lopes, Maria Aparecida Caldeira e Wilma Camargo Morselli, vinte e um funcionários e quarenta alunos selecionados após exame de admissão para ingresso no curso de iniciação agrícola, característica produtiva regional voltada para a agropecuária que norteia os cursos ministrados em sua trajetória até os dias atuais.

Em 1968 a Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol foi transformada em Colégio Técnico Agrícola de Mirassol, através do Decreto no 51.094, de 16 de dezembro de 1968, publicado no Diário Oficial em 17 de dezembro de 1968, segundo plano elaborado pela Secretaria Estadual de Educação.

Em 1969, começou a supressão do ensino primário, não abrindo matrículas para 1ª série, e já instalando duas classes da 1ª série ginásial de ensino pluricurricular. Na década de 1970, através dos esforços de prefeitos da época, Elias Thomé e Leopoldo Gotardi, foram construídas duas salas de aulas, um aviário, o almoxarifado, a quadra de esportes e o campo de futebol, sendo inaugurados em 1976.

As classes do ginásio começaram a ser suprimidas em 1972. Em 04 de abril de 1973, foi assinado um convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado da Educação e, em 1974, foi implantada a 1ª série ginásial de ensino pluricurricular. Por Portaria da Coordenadoria de Ensino Técnico de 20 de setembro de 1975, a habilitação específica do 2º Grau, seria Técnico em Agricultura.

Em 29 de janeiro de 1976, o Colégio foi transformado em Escola Estadual de Segundo Grau Agrícola de Mirassol, conforme Resolução SE – 31 de 29 de janeiro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O E.) de 29 de janeiro de 1976. Por meio da Resolução S.E de 27 de maio de 1977, publicada no D.O.E. de 28 de maio de 1977, alterou a denominação da habilitação de Técnica em Agricultura para o Técnico Agrícola.

Pela Lei 1.960 de 20 de abril de 1979, a Escola foi patronado, com o nome Escola Estadual de Segundo Grau “Prof. Matheus Leite de Abreu”, a partir de 28 de abril desse ano, em homenagem ao professor que chegou a Mirassol em 06 de junho de 1931.

Por meio da Resolução S.E 345/84, foi autorizado o funcionamento da Escola com um módulo de 36 semanas para a Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária.

Conforme Resolução S.E 120/85 de 1985 a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Agrícola de “2º Grau (ETAESG) Prof. Matheus Leite de Abreu”, a partir de 22 de junho de 1985. Com a Resolução S.E nº 7 de 19 de janeiro de 1989, publicada no D.O. E. de 22 de junho de 1989, houve adequação de grade curricular nos termos da Resolução CFE 6/86, reformulando o Núcleo Comum de Habilitação Profissional Plena de Agropecuária.

Por meio do Decreto nº 34.032 de 22 de outubro de 1991, publicado no D.O. E de 22 de outubro de 1991 a Escola foi transferida da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

No ano letivo de 1993 o quadro curricular foi alterado, passando o módulo para 40 semanas e a carga horária para 50 horas semanais, em consonância com propostas elaborada pelo Grupo de Estudos sobre Currículo da Divisão Estadual de Ensino Técnico (DEET) e aprovado no I Encontro sobre o Ensino Técnico Profissionalizante do Estado de São Paulo, que aconteceu em 23 e 24 de novembro de 1992.

Em 1994, a Unidade foi transferida da Secretaria da Educação para o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, que pertence à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Turismo.

De 1997 até 1999, funcionou o Curso Técnico em Administração Rural através do parecer CEE nº 523/96, publicado no Diário Oficial no dia 21 de dezembro de 1996.

A partir de 1998 até 2008, inicia-se o Curso Médio Técnico em Agropecuária em Concomitância com a Alternância em período integral matriculando na primeira série 70 alunos que se alternavam entre o período da escola (sessão-escola) e o período da família (sessão-família).

Em 2007 mudou de E.T.E. “Prof. Matheus Leite de Abreu” para Etec “Professor Matheus Leite de Abreu”, o Curso em Alternância passa a ser denominado: Ensino Médio Integrado à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Produção Agropecuária, sob a Pedagogia da Alternância, com ênfase em Plasticultura.

De 2009 até o seu último ano de funcionamento em 2014, o curso: Ensino Médio Integrado à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Produção Agropecuária, sob a Pedagogia da Alternância, com ênfase em Plasticultura passou a ser

denominado: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (Modalidade Alternância).

Concomitantemente ao curso em Alternância, a partir de 2009 passou a funcionar até os dias atuais o curso - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Em 2010, na Extensão da Escola Técnica Estadual “Professor Matheus Leite de Abreu” na Escola Estadual “Anísio José Moreira” - 087.01E, situada na Rua: Santo Antônio, s/ nº - Centro - Mirassol-SP foram abertos os cursos modulares:

- Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico Jurídico – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.
- Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.
- Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Recursos Humanos - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios (iniciado em 2015).

Em 2014, na Extensão da Escola Técnica Estadual “Professor Matheus Leite de Abreu”, a Escola Estadual “Modesto José Moreira” (087.2E), situada na cidade de Bálamo/SP, inicia-se o curso modular: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração, no eixo tecnológico de Gestão e Negócios.

Ao longo de sua história, há uma ampliação de benfeitorias no espaço da escola de Mirassol, onde foram construídas quatro salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, diretoria de serviços, arquivo permanente, cantina, sala da Orientadora Educacional, dois alojamentos masculinos e um feminino, Capela Sagrado Coração de Jesus, um anfiteatro, garagem com ferramentaria, sala de ordenha, quadra coberta, duas pocilgas, quatro aviários, instalações de Cunicultura, duas estufas, viveiro de mudas, guarita, laboratório de industrialização agropecuária e o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu.

Atualmente (Figura 1), além das ampliações realizadas, a escola conta com as mesmas instalações da época da sua inauguração em 1965 e 1976, exceto pelo aviário que acabou sendo destruído por um incêndio.



Figura 1 - Vista aérea da Escola – 2015

Fonte: Acervo da Etec Professor Matheus Leite de Abreu

A criação do Centro de Memória

Em comemoração ao cinquentenário da inauguração da escola (1965 a 2015) foi criado em 2015, o Centro de Memória com o objetivo de proteger, promover e integrar estudos e pesquisas voltados a reconstrução da memória do Patrimônio Histórico Educativo e do Patrimônio Cultural e Tecnológico da Etec Professor Matheus Leite de Abreu.

Para a consolidação deste trabalho, o Centro de Memória conta com ações que deem organicidade nos inventários dos objetos museológicos encontrados como: livros antigos, fotos de época, troféus, utensílios, equipamentos e objetos empregados nas práticas escolares desenvolvidas pelo curso mais antigo da instituição: o Técnico em Agropecuária, cuidando, ainda de sua preservação, conservação e divulgação.

O centro de memória é um espaço vivo das lembranças da escola, entrelaçadas com as experiências do passado e do presente que possibilita o entendimento do processo educacional registrados nas páginas da história da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu.

A busca pelos artefatos para o Acervo Museológico

Para a composição do acervo do Centro de Memória foi realizado uma procura por objetos que fizeram parte das práticas educacionais do curso Técnico em Agropecuária. A busca nas dependências da escola contou com a colaboração de professores, funcionários e alunos onde foram encontrados e inventariados os seguintes objetos: uma Carroça, um

Trator “Cinquentinha”, uma Bigorna, uma Furadeira de Bancada, uma Morsa de Cano, uma Serra Circular para Madeira, quatro Livros, uma Caixa de Alumínio com aparelhos odontológicos, um Armário de uso odontológico, um Armário para enfermaria, uma Chocadeira elétrica artesanal, um Cilindro para massa, um Cilindro para moagem de cana, um Enxó, um Extrator de grampos, uma Bandeja e uma Tampa para esterilização de materiais, vinte Painéis Fotográficos com seiscentas e trinta e duas fotografias, um Planímetro, três Seringas dosadoras, quatro Teodolitos Ótico Mecânico, dois Trançadores, um Triturador de grãos, sessenta e seis Troféus, totalizando cento e dezoito objetos inventariados.

O concurso “Adote um objeto da ciência ou da tecnologia para desvendar”

No mês de abril foi lançado o concurso “Adote um objeto da ciência ou da tecnologia para desvendar” com o objetivo de valorizar o protagonismo juvenil envolvendo os alunos em práticas preservacionistas do patrimônio escolar através da pesquisa sobre a origem e a evolução dos objetos utilizados ao longo do tempo nas práticas pedagógicas.

Participaram do concurso doze alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio de 2015, que pesquisaram a história dos objetos: Bigorna, Carroça, Morsa de Cano e o Trator chamado carinhosamente de Cinquentinha.

- Bigorna

A Figura 2 apresenta a Bigorna empregada pelos funcionários e equipe de professores responsáveis pela área da Agricultura na Etec Professor Matheus Leite de Abreu, foi adquirida na década de 1970, época em que a escola funcionava como Colégio Técnico Agrícola de Mirassol, e, que se iniciou a implantação do ensino técnico pluricurricular na área da agricultura.

Essa Bigorna utilizada na escola é do estilo europeu, feita de ferro forjado e possui duas pontas, uma arredondada e outra plana. A Bigorna é utilizada nas aulas práticas da fazenda-escola com o objetivo de moldar e fabricar ferramentas, como também fazer a manutenção e reparos de equipamentos agrícolas utilizados nas hortas e projetos pelo funcionário José Janine, responsável pelo setor da ferramentaria da escola, e pelos professores: Joaquim Dias Júnior e Paulo Antônio Sacchi que ministram aulas nos componentes curriculares Agricultura Orgânica, Nutrição Vegetal e Produção Vegetal nas três séries do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.



Figura 2 - Bigorna (modelo europeu) localizada na ferramentaria da Etec
Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2014

- Carroça

A Carroça¹ é um meio de transporte que antecede ao advento dos veículos a vapor. Moviada por tração humana ou animal, a carroça era o meio de transporte mais utilizado para os deslocamentos de carga de um lugar a outro. Hoje em dia, é pouco comum o uso de carroças no trânsito de grandes centros urbanos são utilizadas mais frequentemente no meio rural, onde, os principais animais usados como tração são cavalos, burros, bois e jegues.

A Figura 3 apresenta a Carroça da Etec Professor Matheus Leite de Abreu, que foi adquirida provavelmente na época de sua inauguração, em 1965, era utilizada para fazer vários serviços como: carregar alimentos para os animais, recolher os lixos da escola, levar o leite para a cozinha, entre outros. Atualmente está em processo de restauração para a composição do acervo museológico do Centro de Memória da escola.



Figura 3 - Carroça localizada na Garagem da Etec
Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

¹ Fonte: AGRON AGRONEGÓCIOS ONLINE. Carroça é considerada um veículo?

- Morsa de cano

A Morsa de Cano (Figura 4) foi adquirida na década de 1970, época de funcionamento da Escola Agrícola de Mirassol, e, que se iniciou a implantação do ensino técnico pluricurricular na área da agricultura. Atualmente é utilizado pelo funcionário José Janine, responsável pelo setor da ferramentaria da escola, e pelos professores: Joaquim Dias Júnior e Paulo Antônio Sacchi que ministram aulas nos componentes curriculares Agricultura Orgânica, Nutrição Vegetal e Produção Vegetal nas três séries do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com a finalidade de fazer a manutenção e reparos de ferramentas agrícolas utilizadas na área da Agricultura, busca dar condições para que as aulas práticas tenham equipamentos adequados para o manuseio da horta e em outras produções vegetais trabalhadas na escola técnica.



Figura 4 - Morsa de cano

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Trator Cinquentinha

A empresa Massey Ferguson², empresa americana instalada no Brasil no fim da década de 1950, sendo parte do plano de expansão industrial do então presidente da República Juscelino Kubitschek. O trator modelo 55 X era fabricado desde 1961 na fábrica de Taboão da Serra - São Paulo, com 36 cavalos de potência foi o primeiro trator da marca fabricado no Brasil. Foi batizado com o nome de MF 55 X, em homenagem ao slogan de

² Fonte: MASSEY FERGUSSON. Institucional.

governo do Presidente Juscelino Kubitschek, 50 anos de progresso em cinco de governo. Em 1969 se instala uma nova unidade da empresa Massey Ferguson em Canoas/RS.

A Figura 5 apresenta o trator cinquentinha, que era utilizado em serviços gerais: uso em plantios, preparo da horta, limpeza da praça e dos projetos agrícolas, entre outros. Atualmente encontra-se em processo de restauração.



Figura 5 - Trator cinquentinha

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2014

A História Oral e os objetos museológicos

A História oral, por meio de entrevistas e depoimentos de professores que colaboraram para engrandecer a nossa trajetória é uma das muitas ações para legitimar a informação contida nos estudos dos objetos científicos e tecnológicos do curso Técnico em Agropecuária, ela nos fornece dados para materialização da história dos objetos inventariados para a composição do Acervo do Centro de Memória Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu.

Ao pensar no objeto de ciência ou tecnologia, deve-se levar em conta as informações que ele carrega consigo antes, relacionando-as no contexto da história oral como fonte de pesquisa para compreender o processo de ensino aprendizagem, como também as práticas escolares pedagógicas utilizadas pela instituição no decorrer de sua história.

A História Oral foi realizada com os professores Álvaro Migas Stefani, Leônidas Márcio Teixeira, Osmar Scrivante Júnior e Paulo Antônio Sacchi, vem à luz das memórias históricas os sujeitos envolvidos na construção do processo de crescimento, modernização e permanência do curso Técnico em Agropecuária da Etec Professor Matheus Leite de Abreu. Durante as entrevistas foram inventariados os seguintes objetos: Enxó, Extrator de Grampos, Seringas Dosadoras para a vacinação de bovinos, Bandeja para esterilização

de materiais, painéis fotográficos expostos nas paredes dos pátios da escola, o Teodolito Ótico Mecânico, Planímetro, a chocadeira elétrica e dois armários para uso da enfermaria e consultório odontológico.

- Enxó

O objeto Enxó³ (Figura 6) é um instrumento de carpinteiro e de tanoeiro, de cabo curto e chapa de aço cortante que serve para desbastar madeira. De acordo com o professor Stefani, foi adquirido na década de 1990 através da doação de um aluno, e se trabalhava para lavar madeira como o objetivo de construir cocho de alimentação animal e que serviria também como saleiro para que os animais o lambessem. Naquela época serviu para ilustrar as aulas de Construções e Instalações Rurais, mas foi pouco utilizado, pois já era um equipamento muito antigo e a utilização da madeira se tornava inviável, por ser muito cara.



Figura 6 - Objeto Enxó

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Extrator de Grampo

O objeto chamado de Extrator de Grampo (Figura 7), segundo Stefani, provavelmente é um dos objetos mais antigos da instituição, sendo adquirido na época da fundação da escola. Em 1990, quando foi admitido na instituição, ninguém sabia o nome e nem como era utilizada essa ferramenta. Com o advento da internet, foi possível saber a sua finalidade: peça móvel, com o cabo pesado, que ao movimentar-se com suas garras entre os grampos na madeira serviria para alavancar o grampo da cerca e que provavelmente seu nome seria extrator de grampos.

³ Fonte: CIMM – CENTRO DE INFORMAÇÃO METAL MECÂNICA. Definição – Enxó.



Figura 7 - Extrator de Grampos

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Seringas dosadoras

De acordo com Stefani, provavelmente as seringas dosadoras (Figura 8) foram adquiridas na década de 1970, eram confeccionadas com materiais importados, e, atualmente estão incompletas, faltando partes que foram perdidas ou quebradas. Eram utilizadas nas aulas de Criações de Bovinos, na terceira série e sua finalidade era a vacinação e vermifugação de bovinos de maneira injetável, atualmente, foram substituídos por equipamentos semelhantes, com seringa dosadora com manutenção mais barata e peças de fácil reposição.



Figura 8 - Seringas dosadoras

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Tampa e bandeja para esterilização

A tampa e a bandeja para esterilização de materiais feitos com ágata (Figuras 9 e 10), esses objetos, segundo Stefani eram utilizados para esterilização de materiais, provavelmente com banho-maria ou água fervendo.



Figura 9 - Cuba para esterilização de materiais

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015



Figura 10 - Tampa para esterilização de materiais

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Painéis fotográficos

A história dos painéis fotográficos foi relatada pelo professor Leônidas Márcio Teixeira, neles encontra-se 632 fotografias distribuídas em vinte painéis feitos sobre suporte de madeira, montados pela funcionária Denirce Aparecida Masson, que ilustram assuntos diversos como: comemorações cívicas, solenidades de formatura, aulas práticas no campo, projetos da escola, campeonatos escolares, festas de confraternização, festas juninas, semana Venha nos Conhecer, Inauguração da Capela Sagrado Coração de Jesus, entre outros.

A Figura 11 apresenta um dos painéis com 28 fotografias, provavelmente da década de 1990, que segundo Teixeira algumas imagens são referentes aos tradicionais desfiles de sete de setembro realizado nas principais ruas de Mirassol, onde havia a representatividade da escola aos munícipes; fotos de campeonatos escolares sob a orientação da professora de Educação Física Rosana Ortiz; organização e realização da festa junina; e, também a imagem de Nossa Senhora das Lágrimas que foi levada para a Unidade Escolar no grupo de oração que era realizado com frequência na escola, que deu início e acabou resultando na construção da Capela Sagrado Coração de Jesus.



Figura 11 - Painel fotográfico 01

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Teodolito Ótico Mecânico

O Teodolito Ótico Mecânico (Figura 12), segundo Gomes (2016), é composto, basicamente, por um telescópio que pode ser girado em torno de dois eixos perpendiculares, um horizontal e outro vertical. Usando o telescópio para mirar pontos diferentes, e medindo os ângulos entre eles, podemos determinar as coordenadas no plano e a altura desses pontos. Foi adquirido na década de 1970 na mesma época da implantação do ensino técnico pluricurricular na área da agricultura, foi utilizado como ferramenta metodológica nas aulas práticas escolares no campo da topologia, envolvendo os docentes e alunos na implementação dos projetos agrícolas da Unidade. De acordo com Sacchi:

[...] o Teodolito, além de ter sido utilizado nas aulas de Topografia desde a sua aquisição em 1970 até 2014, auxiliou na medição das curvas de nível existentes na fazenda-escola, e também na implantação do projeto da piscicultura fazendo os cálculos da altura da represa e das caixas de retenção juntamente com os alunos do Curso em Técnico em Agropecuária na década de 1990.



Figura 12 - Teodolito Ótico Mecânico

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Planímetro polar

O aparelho planímetro⁴ polar (Figura 13) é um instrumento mecânico para desenho técnico usado para medir a área de uma superfície plana arbitraria. É constituída por duas hastes horizontais articuladas, a extremidade livre de uma das hastes é mantida fixa sobre a mesa, enquanto a extremidade livre da segunda haste é deslocada sobre o perímetro da área a ser medida. Na articulação entre as duas hastes existe uma pequena roda em contato com a mesa que gira enquanto o perímetro da superfície vai sendo percorrido. Um contador marca o número de voltas da roda. A área da superfície é proporcional ao número de voltas registradas pelo contador. Segundo Sacchi:

[...] o Planímetro era utilizado com uma régua com escala para copiar um desenho já elaborado e o transcrevia em um tamanho maior, não foi muito utilizado nas aulas, mas era importante ferramenta nas aulas de desenho [...]



Figura 13 - Planímetro Polar

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Chocadeira elétrica

A chocadeira elétrica (Figura 14), segundo Scrivante, foi utilizada por volta de 1985, na primeira série do ensino técnico nas disciplinas de Reprodução de Pequenos Animais:

⁴ Fonte: ALLCOMP Geotecnologia e Agricultura. Planímetro.

[...] essa chocadeira foi utilizada há muito tempo atrás pra produção de pintinhos de galinha caipira, para que não fosse usado o choco natural, adiantando o processo e chocando uma quantidade bastante maior de pintinhos. Esse equipamento foi doado para a escola pelo professor Darcy Amâncio, bastante conhecido aqui na nossa cidade, já falecido, mesmo não tendo ligação com a nossa escola, doou esse equipamento para gente [...]



Figura 14 - Chocadeira elétrica

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

- Armários para uso da enfermaria e gabinete dentário

De acordo com Scrivante, antigamente as escolas agrícolas contavam com uma enfermaria para fazer um atendimento de pronto socorro aos alunos em atividades dentro da escola e um gabinete dentário para realizar tratamento dentário aos alunos internos, onde aqui na escola, funcionava em duas estruturas que trabalhavam a auxiliar de enfermagem Maria Liciene e o dentista Emilio Brandimarte. Os dois armários (Figuras 15 e 16) faziam parte do mobiliário destes locais e eram destinados para guardar equipamentos como os odontológicos (Figura 17) relacionados às atividades desses profissionais.



Figura 15 - Armário para uso da antiga enfermaria

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015



Figura 16 - Armário para uso do antigo consultório odontológico

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015



Figura 17 - Aparelhos odontológicos utilizados pelo dentista Emilio Brandimarte

Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu, em 2015

Fundo “Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu”

O Fundo “Etec Professor Matheus Leite de Abreu” está sendo organizado para classificar documentos que compõe o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu.

A organização do fundo se faz necessária para facilitar as consultas sobre os documentos (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) inventariados e que fizeram parte das práticas educacionais do curso mais antigo da instituição: o Técnico em Agropecuária. Nesse fundo as séries são: BT – Biblioteca; D – Diretoria; EV – Eventos; GE – Grêmios Estudantil; LB – Laboratório; DS- Diretoria de Serviços e SA – Secretaria Acadêmica.

Nele é possível encontrar a distinção dos documentos, por meio dos grupos com as denominações que a escola recebeu durante a sua história; os subgrupos são os cursos existentes e os oferecidos no período de cada grupo; e, as séries com as dependências estruturais que a escola possui.

A ficha registro dos objetos foi elaborada de acordo com a organização do Fundo “Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu”, descrevendo as especificidades de cada objeto: o código que refere-se ao número de registro no inventário, a identificação com os nomes técnico e vulgar que o objeto recebe, sua área de estudo, o ano de sua fabricação, sua localização na escola, os materiais, as dimensões, seu estado de conservação, documentos associados, fabricante, descrição e função do objeto, a sua história na instituição e por quem foi elaborado.

O Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu tem na sua estrutura física: a Sala de Arquivo, Leitura e Pesquisa; a Sala de exposição temática (Exposição permanente do Curso Técnico em Agropecuária) e os Arquivos divididos pelas seções:

- Seção de Iconografia: álbuns, painéis fotográficos.
- Seção de Obras Raras: fontes impressas, bibliografia.
- Seção de Documentos Textuais: fontes manuscritas, digitais (relatórios)

A seguir, os quadros com os grupos e subgrupos do Fundo “Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu”:

Grupos

Período	Denominação da Escola em cada período (sigla do Grupo)
1964 a 1968	Escola de Iniciação Agrícola de Mirassol (EIAM)
1968 a 1976	Colégio Técnico Agrícola de Mirassol (CTAM)
1976 a 1979	Escola Estadual de Segundo Grau Agrícola de Mirassol (EESGAM)
1979 a 1985	Escola Estadual de Segundo Grau “Prof. Matheus Leite de Abreu” (EESGPMLA)
1985 a 1991	Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau Prof. Matheus Leite de Abreu (ETAESGPMLA)
1991 a 2007	E.T.E. “Prof. Matheus Leite de Abreu (E.T.E. PMLA)
2007 a atual	Etec “Prof. Matheus Leite de Abreu (ETEPMLA)

Subgrupos

Grupos	Subgrupo (cursos oferecidos em cada grupo)
EIAM	Curso de Iniciação Agrícola
CTAM	1ª série ginásial de ensino pluricurricular e Curso Técnico Colegial
EESGAM	Habilitação Específica do Segundo Grau de Técnico em Agricultura, sendo substituído pela nomenclatura: Habilitação Específica do Segundo Grau de Técnico Agrícola.
EESGPMLA	Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária.
ETAESGPMLA	Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária.
E.T.E.PMLA	- Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária. - Curso Técnico em Administração Rural. - Curso Médio Técnico em Agropecuária em Concomitância com a Alternância.
ETECPMLA	- Ensino Médio Integrado à Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Produção Agropecuária, sob a Pedagogia da Alternância, com ênfase em Plásticultura. - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (modalidade Alternância). - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Extensão na Escola Estadual Anísio José Moreira - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico Jurídico. - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração. - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Recursos Humanos. Extensão na Escola Estadual Modesto José Moreira em Balsamo - Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração.

Considerações Finais

Quando se preserva a memória, abre-se um caminho novo para o futuro, o Centro de Memória da Etec Professor Matheus Leite de Abreu traz a luz um passado de luta pela educação e pela valorização do ensino técnico e das práticas agrícolas. O centro de memória deve ser um espaço para salvaguardar o acervo institucional para que a pesquisa e a preservação da história da educação profissional sejam efetuadas.

Os novos alunos ao verem esses objetos preservados, catalogados, identificados e com suas histórias e formas de manuseio, despertam o interesse pelas novas práticas agrícolas, como elas evoluíram do manuseio de um complexo Teodolito Ótico Mecânico para novas tecnologias como GPS usados largamente pela agricultura de precisão.

Como enfatizam na história oral dos professores, é de suma importância o ensino técnico em um país tão carente de oportunidades. Nele o aluno se descobre e lança voo para novos desafios na carreira cursando uma faculdade na área (no caso do técnico agrícola, na engenharia agrônoma, zootecnia, veterinária, agronegócios, etc.), ou mesmo voltando ao campo, colocando em prática o que aprendeu e buscando sempre produzir mais e aprender novos conceitos de produtividade e preservação da sua história.

Conservar a memória é acreditar num futuro melhor e sempre desbravador. São necessárias ações que deem organicidade ao desenvolvimento do acervo reconhecendo a sua função e estrutura com procedimentos específicos que devem ser analisados em sua elaboração. Assim, espaço e práticas adequadas de armazenamento e exposição, busca de informações, das históricas contidas em cada objeto, documento ou foto são essenciais para a continuidade e preservação do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Professor Matheus Leite de Abreu.

Referências

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Dispõe sobre a regulamentação das Escolas de Iniciação Agrícolas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SÃO PAULO. Decreto nº Decreto no 51.094, de 16 de dezembro de 1968. Dispõe sobre expansão do ensino agrícola. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1968/decreto-51094-16.12.1968.html>. Acesso em 20 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d90922.htm. Acesso em: 08 out. 2014.

SÃO PAULO. Decreto nº 34.032, de 22 de outubro de 1991. Dispõe sobre a transferência da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá providências correlatas. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1991/decreto-34032-22.10.1991.html>>. Acesso em 20 jul. 2017

CORREA, Ariovaldo. Mirassol – Estruturas & Gravuras. São Paulo: Editora Soma, 1982.

GOMES, Francisco. Levantamento Topográfico MA092 – Geometria plana e analítica – Segundo projeto. Novembro de 2016. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/~chico/ma092/ma092_topografia.pdf>. Acesso em 24 de Jul. 2017

Fontes orais

OLIVEIRA, Sueli Mara Oliani Oliveira. Memórias e Identidades: transcrição documental. História Oral na Educação. Etec Professor Matheus Leite de Abreu – 087, Mirassol. Entrevista com o primeiro diretor da Escola Agrícola de Mirassol, Sr. Antonio Ferdinando Francisco Possebon, 2014.

OLIVEIRA, Sueli Mara Oliani Oliveira. Memórias e Identidades: transcrição documental. História Oral na Educação. Etec Professor Matheus Leite de Abreu – 087, Mirassol. Entrevista com o professor, Álvaro Migas Stefani, 2015.

OLIVEIRA, Sueli Mara Oliani Oliveira. Memórias e Identidades: transcrição documental. História Oral na Educação. Etec Professor Matheus Leite de Abreu – 087, Mirassol. Entrevista com o professor, Leônidas Márcio Teixeira, 2015.

OLIVEIRA, Sueli Mara Oliani Oliveira. Memórias e Identidades: transcrição documental. História Oral na Educação. Etec Professor Matheus Leite de Abreu – 087, Mirassol. Entrevista com o professor, Paulo Antônio Sacchi, 2015.

OLIVEIRA, Sueli Mara Oliani Oliveira. Memórias e Identidades: transcrição documental. História Oral na Educação. Etec Professor Matheus Leite de Abreu – 087, Mirassol. Entrevista com o professor, Osmar Scrivante Júnior, 2015.

Internet

AGRON AGRONEGÓCIOS ONLINE. Carroça é considerada um veículo? Disponível em: <<http://www.agron.com.br/publicacoes/noticias/veiculos-e-maquinas/2014/08/22/040680/carroca-e-considerada-um-veiculo.html>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

ALLCOMP. Geotecnologia e Agricultura. Disponível em: http://allcomp.com.br/index.php?route=product&product_id=674. Acesso em 21 jul. 2017.

CIMM – CENTRO DE INFORMAÇÃO METAL MECÂNICA. Definição – O que é Enxó. Disponível em: <<http://www.cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/2209-enxo>>. Acesso em: 27 set. 2015.

MASSEY FERGUSSON. Institucional. Disponível em: <<http://www.massey.com.br/a-massey-ferguson/institucional>>. Acesso em: 11 out. 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CARLOS DE CAMPOS (SP): DO INVENTÁRIO DE ARTEFATOS AS POSSIBILIDADES DE MUSEALIZAÇÃO

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Unidade de Ensino Médio e Técnico/GEPEMHEP. Museu de Astronomia e
Ciências Afins¹

Introdução

O trabalho é parte de uma pesquisa sobre o patrimônio cultural da Química e da Dietética existente na reserva técnica visitável de Alimentação e Nutrição, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual (Etec) Carlos de Campos², em São Paulo, do período de 1934 a 1974.

O Centro de Memória da Etec Carlos de Campos está localizado em um edifício, construído entre 1927 e 1930, como um edifício monumento para a Escola Profissional Feminina Carlos de Campos³, e que foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), em 05 de setembro de 2011, a partir de processo iniciado em 1986.

Nessa escola, o Centro de Memória se constitui em patrimônio edificado do ensino brasileiro, por ser um marco histórico de ensino e saúde na educação profissional. Trata-se do espaço onde funcionou o primeiro Dispensário de Puericultura em uma escola, criado pelo diretor Horácio Augusto da Silveira, em outubro de 1931, para oferecer aulas práticas

¹ Pós-doutoranda na área de Museologia e Patrimônio no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro/RJ, sob a supervisão do Prof. Dr. Marcus Granato.

² Essa escola surgiu pelo decreto estadual no. 2118-B, de 28 de setembro de 1911, como primeira Escola Profissional Feminina, da capital, em São Paulo.

³ Escola Profissional Feminina Carlos de Campos foi uma homenagem ao governador do estado de São Paulo, falecido em 1927.

nos cursos de Educação Doméstica e, posteriormente, no de Auxiliares em Alimentação, para formação de professores. O Dispensário de Puericultura funcionou nessa escola, de 1931 a meados da década de 1970 (CARVALHO, 2006a e 2006b).

Neste trabalho pretende-se apresentar as articulações ocorridas para manter o Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, no espaço que foi do Dispensário de Puericultura, conservando a sua arquitetura interna original, nesse edifício do patrimônio do ensino brasileiro, que está relacionado com a análise das transformações na arquitetura escolar e se articula com o conjunto de artefatos ainda ali existentes, e referentes às práticas de laboratório e de estágio para a formação de professoras da educação profissional, além de incluir uma reflexão sobre as suas possibilidades de musealização.

ARQUITETURA ESCOLAR: um olhar sobre as transformações e a patrimonialização da paisagem cultural no campo da educação e saúde

Em 1939, no Instituto Profissional Feminino, atual Etec Carlos de Campos, surgiu o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil, criado pelo médico Francisco Pompêo do Amaral para formar técnicas em alimentação (POMPÊO DO AMARAL, 1939). Debbie Smaira, farmacêutica, e posteriormente nutricionista, era professora de química e pesquisadora na equipe deste médico e diretor do curso, ingressou em 1940, substituindo a professora Celina de Moraes Passos⁴ (CARVALHO, 2013).

Nessa época, no curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas” as aulas teóricas eram ministradas nas salas de aula do edifício monumento (Figura 1) e as aulas práticas de puericultura no Dispensário. Enquanto que, no sobrado, onde surgiu essa escola em 1911, eram oferecidas as aulas práticas de Química e de Dietética (Figura 2). No Decreto Nº 10.033 de criação do curso, de 03 de março de 1939, consta que este funcionava anexo ao Instituto Profissional Feminino, e que fora criado na Superintendência do Ensino Profissional (POMPÊO DO AMARAL, 1939). Em meados da década de 1970, foi construída uma nova edificação que uniu os dois edifícios (Figura 3), com a demolição do prédio de origem da escola.

⁴ Celina de Moraes Passos se afastou do Instituto Profissional Feminino e foi ministrar aulas no primeiro curso de Alimentação e Nutrição, no Rio de Janeiro, proposto por Josué de Castro, em 1940. Debbie Smaira Passoti deixou um arquivo pessoal que tem contribuído para escrever parte da história da alimentação e nutrição e das biografias dos que participaram da primazia desse curso no país. (CARVALHO, 2013, 2015; CARVALHO e GRANATO, 2015 e 2016).

Para patrimonialização⁵ desse espaço do patrimônio cultural de educação e saúde, que pertence ao Dispensário de Puericultura, por primazia do diretor da Escola Normal Feminina de Artes e Offícios São Paulo, denominação da Etec Carlos de Campos, entre 1931 e 1933, ao instituí-lo na educação profissional, se faz necessário narrar as articulações ocorridas para manter o Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, nesse local que é um marco histórico de ensino e saúde, ao promover o atendimento da população do entorno da escola, envolvendo estudantes em práticas escolares de puericultura.

Fazendo uma retrospectiva sobre a origem do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, destaca-se a sua criação a partir de um projeto da Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza, coordenado pela professora Julia Falivene Alves, sob a orientação da Dra. Carmen Sylvania Vidigal de Moraes, do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que recebeu apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), propiciando a criação de oito Centros de Memória, entre 1998 e 2001. (MORAES e ALVES, 2002).



Figura 1 - Edifício da Etec Carlos de Campos, construído entre 1927-1930, na década de 1940

Figura 2 - Primeiro edifício da Etec Carlos de Campos, entre 1911 e 1976

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2016

⁵ Nesta pesquisa o conceito de musealização é definido segundo Desvallées e Mairesse: onde a musealização designa o torna-se museu [...] A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico. [...] De um ponto de vista estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se intregue no campo museual. [...] Um objetivo de museu não é mais um objetivo destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade. [...] (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 56-57)



Figura 3 – Edifícios da Etec Carlos de Campos, das décadas de 1930 e de 1970, em 2016

Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucia M. de Carvalho, em 2016

Com o apoio da FAPESP, foi criada a Sala de Memória da Etec Carlos de Campos, que era composta de uma sala de aula para exposição permanente (Figura 4) e, anexa a ela, uma saleta interna, utilizada como sala de arquivo e de registro de documentação (Figuras 5 e 6). A Sala de Memória recebeu um computador, um escâner, uma câmera Canon, modelo 3000N, e filmes fotográficos, um gravador, o arquivo deslizante, três mesas redondas com quatro cadeiras estofadas cada uma, material para higienização e conservação do acervo textual e iconográfico. Essas figuras mostram que desde o início do projeto os estudantes estiveram presentes na organização e difusão da Sala de Memória, localizada no segundo andar, do prédio construído na década de 1970. (MORAES e ALVES, 2002; FERREIRA e BARRETO, 2006)



Figura 4 - Sala de Memória da Etec Carlos de Campos, apresentada pela professora Eliana Roda Ferreira aos estudantes, em 2001

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2001



Figuras 5 e 6 - Sala de Arquivo Deslizante com a professora Débora de Marco Ridolfi, em 2001
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2001

No acervo documental do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, o relatório geral de atividades do projeto “Historiografia das Escolas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo. Memória Institucional e as transformações histórico-espaciais regionais”, da ETE Carlos de Campos, de setembro de 1998 a 25 de agosto de 2000, informa que participaram como coordenadores do projeto nessa escola, os professores Fabiana Valeck de Oliveira, Eliana Roda Ferreira e Eduardo Andreoli (OLIVEIRA, FERREIRA E ANDREOLI, 2000). Em 2001, os professores coordenadores do projeto na escola eram Eliana Roda Ferreira, Deborah de Marco Ridolfi e Maria Lucia Mendes de Carvalho (MORAIS e ALVES, 2002).

Em 2002, a escola passou por uma grande reforma, e por duas vezes, a arquiteta Cristina da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) pesquisou nos acervos do Centro de Memória da escola sobre o edifício da década de 1930. Na primeira, para verificar as plantas desse edifício monumento disponíveis, constatando que as que estão no Centro de Memória são cópias das que se encontram na CPOS. Na segunda, em 11 de dezembro, essa arquiteta fotografou 24 imagens do acervo iconográfico, principalmente do álbum “Aspectos das Exposições de Trabalhos realizados na Escola Carlos de Campos”, no período de 1928 a 1951, em função das fotografias desse álbum apresentarem uma riqueza de detalhes importantes para a restauração do prédio de 1930. Nesse mesmo mês, esta nos enviou por e-mail a planta do Dispensário de Puericultura, que foi implantado na escola em outubro de 1931 (Figura 7).

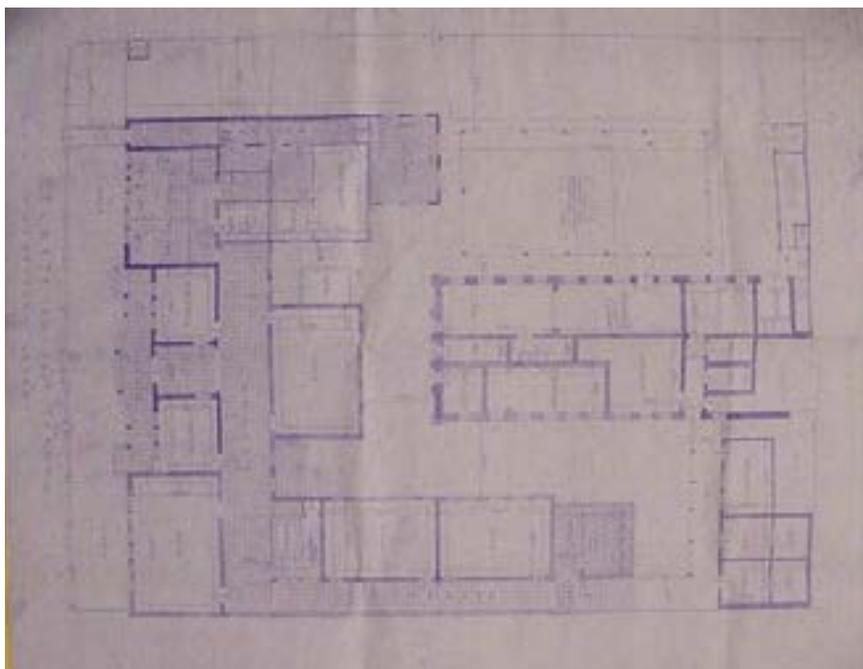


Figura 7 - Planta baixa do prédio de 1930, com entrada lateral do lado esquerdo, onde ficavam as salas do Dispensário de Puericultura da escola; ao fundo do terreno o prédio da primeira Escola Profissional Feminina, de 1911

Fonte: Companhia de Projetos, Obras e Serviços da Cidade de São Paulo, em 2002, por e-mail a Maria Lucia M. de Carvalho

Nos arquivos do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos encontram-se plantas do edifício monumento, que retratam as transformações arquitetônicas ocorridas durante as reformas, em diferentes épocas (Figura 8). Enquanto que, a planta dos edifícios das décadas de 1930 e de 1970, apresentada na Figura 9, mostra que com a construção da edificação da década de 1970, a entrada para o Dispensário de Puericultura, com suas escadas laterais, continuou intacta. O que ocorreu foram modificações na parte externa desse edifício, como a abertura de uma porta, logo que se adentra ao espaço interno que pertenceu ao Dispensário. Assim como, o fechamento de uma porta que permitia a entrada das mães diretamente a sala de espera no Dispensário, que se adentrava pela lateral do edifício, ao subir as escadas. Observa-se na planta, uma entrada interna para o Dispensário de Puericultura, pelo saguão da entrada principal do edifício monumento, e que se mantém, considerando que hoje é a única entrada para o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos.



Figura 8 – Caixa de arquivo com documentos e plantas do “Projeto de reforma e restauro da ETE Carlos de Campos”, novembro de 2002.

Figura 9 – Planta do Levantamento cadastral do Pavimento Terreo pela Unidade de Projetos do Centro Paula Souza, novembro de 2002.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 28 de março de 2016.

Em fevereiro de 2003, mesmo atuando com o desenvolvimento de currículos na Cetec, e afastada das aulas na Etec Carlos de Campos, continuou-se escrevendo e apresentando trabalhos em congressos sobre uma situação-problema, que buscava desvendar as práticas escolares e pedagógicas no Dispensário de Puericultura (CARVALHO, 2006a, 2006b, 2007a, 2007b), considerando uma pesquisa de Maria Alice Ribeiro⁶ ao escrever que, “quase nada encontrou sobre o Dispensário de Puericultura, ao consultar fontes oficiais, como os relatórios da Secretaria do Interior, da Secretaria da Educação e Saúde Pública, dos diretores das escolas”, e por dispor no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos de um acervo documental textual, iconográfico e museológico repleto de informações valiosas sobre o dispensário de puericultura daquela escola, que fazia parte do currículo e de práticas escolares e pedagógicas (POMPÊO DO AMARAL, 1939).

Em 2009, quando o Centro Paula Souza completava 40 anos, o governador José Serra, em 6 de outubro, por meio do Decreto Estadual Nº 54.876, transferiu para o Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo a responsabilidade pelos trabalhos de catalogação e divulgação do acervo artístico da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo, que compreendia, especialmente:

⁶ Maria Alice Rosa Ribeiro no artigo “Qualificação da Força de Trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911- 1942)”. Fonte: Acervo da professora Carmen Sylvania Vidigal de Moraes no Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 2001. (CARVALHO, 2013)

I – em relação às obras do Acervo Artístico: a) catalogar e manter informações atualizadas; b) acompanhar os empréstimos e as cessões; c) providenciar os serviços de: 1. fotografia, organização e publicação de catálogo unificado; 2. criação de catálogo eletrônico unificado como parte integrante do sítio oficial do Governo do Estado; d) recomendar a adoção de outras medidas que se fizerem necessárias à sua defesa e ao acesso a estudantes, a pesquisadores e à população em geral; II – propor normas e procedimentos a serem adotados para preservação, desenvolvimento e gestão do acervo artístico; III – manifestar-se a respeito de assuntos pertinentes à catalogação e divulgação do acervo artístico que lhe forem encaminhados. Parágrafo único – O disposto nesse artigo não se aplica: 1. ao acervo sob a responsabilidade do Centro de Preservação e Controle do Acervo Artístico-Cultural, da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, da Casa Civil; 2. aos Museus de Arte; 3. às Universidades Estaduais. (SÃO PAULO, 2009)

Em função desse decreto, e de um ofício da Secretaria de Estado da Cultura, a Chefe de Gabinete do Centro Paula Souza, Elenice Belmonte R. de Castro, em dezembro de 2010, solicitou as escolas técnicas que enviassem fotografias recentes dos acervos artísticos, incluindo mobiliários, existentes nas escolas. Em abril de 2011, procurou-se a Divisão de Patrimônio do Centro Paula Souza, com a intenção de identificar esses acervos em função de coordenar os projetos dos Centros de Memória na Cetec, recebendo cópias digitais da documentação fotográfica que as escolas encaminharam a instituição, entre essas, a da Etec Carlos de Campos.

Nesse período, era diretor dessa escola, o professor Nilton César Alves, cuja gestão iniciou em 2004. Nesse ano, em novembro, acompanhou-se o estudo fotográfico da estudante Beatriz Chiviani, do curso de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, que montou um “Álbum Fotográfico do Acervo do Centro de Memória da ETE Carlos de Campos” com quatorze imagens da Sala de Memória, localizada no segundo andar do prédio construído na década de 1970.

Por isso, quando observou-se as fotografias encaminhadas pela Etec Carlos de Campos ao Departamento de Patrimônio do Centro Paula Souza, constatou-se que uma parte do patrimônio histórico educativo da Sala de Memória tinha sido transferida para o espaço que foi do Dispensário de Puericultura (Figura 10). Enquanto que, outros mobiliários, como o armário⁷ utilizado pelo Dr. Francisco Pompêo do Amaral, diretor do curso de “Auxiliares em Alimentação”, em dezembro de 2010, estava no corredor da entrada principal da Etec Carlos de Campos, como mostra a Figura 11, e com um vaso de folhagem sobre ele, correndo o risco de degradação por umidade.

⁷ O armário utilizado pelo médico Francisco Pompêo do Amaral tem uma placa metálica indicando que este foi construído pelos alunos da Escola Profissional de Amparo. Em 2002, com o apoio da coordenadora do Técnico em Nutrição e Dietética, professora Tuca (Maria Inês Rodrigues Chiaparro), esse armário foi transferido do Laboratório de Bromatologia para a Sala de Memória.



Figura 10- Espaço que pertenceu ao lactário (cozinha) no Dispensário de Puericultura, com objetos e mobiliário da Sala de Memória da Etec Carlos de Campos, em dezembro de 2010
Fonte: Acervo fotográfico de Maria Lucia M. de Carvalho, em 2016

Um armário que foi do curso de Economia Doméstica, funcionou como mostuário para as práticas escolares dos cursos de Corte e Costura, Renda e Bordados (Figura 12), como indicam registros iconográficos da década de 1970, estava na Biblioteca da Escola, e em 2002 foi encaminhado a Sala de Memória da Etec Carlos de Campos. No entanto, em dezembro de 2010, as fotografias indicavam que este armário estava e continua no saguão da entrada principal da escola, e atualmente, abriga as exposições temporárias. Nesse armário, na Sala de Memória, ficavam expostos exemplares dos cristais e das louças dos aparelhos de jantares de porcelanas inglesas, entre 2002 e 2004.

Um artigo publicado por Ferreira e Barreto (2006) registra que em fins de agosto, uma placa de bronze referente a inauguração do busto de Carlos de Campos, por um ato de vandalismo contra o patrimônio foi roubada na frente da escola, então como pesquisadoras, decidiram desenvolver práticas para sensibilização e preservação do patrimônio histórico educativo, com os estudantes na Sala de Memória da Etec Carlos de Campos. Segundo as autoras:



Figura 11 - Armário do curso de “Alimentação e Nutrição” utilizado por Francisco Pompêo do Amaral , nas décadas de 1940 e 1950, em 2010

Fonte: Acervo fotográfico de Maria Lucia M. de Carvalho, em 2016



Figura 12 - Armário empregado no curso de Economia Doméstica para mostruário de Corte e Costura, da Sala de Memória, na entrada principal da Etec Carlos de Campos, em 2010

Fonte: Acervo fotográfico de Maria Lucia M. de Carvalho, em 2016

[...] O projeto hoje conta com o apoio do CEETEPS que envolve um professor da escola como responsável pelo mesmo. Na gestão 2005/2006 a coordenação do projeto é da Prof^a Eliana Roda Ferreira, que ministra a disciplina Projeto Ações de Cidadania e conta com a colaboração de voluntários para sua manutenção e dinamização, dentre eles a ex-aluna Carolina Marielli Barreto, mestranda que desenvolve pesquisa sobre a escola e atua como arte-educadora. [...] Dentre os trabalhos realizados juntamente com a comunidade escolar estão: a recuperação do mobiliário museológico da escola com a participação dos alunos; tratamento técnico do acervo documental e de antigas fotografias através de treinamentos e ações educativas com alunos; realização de eventos comemorativos envolvendo ex-alunas, professores, funcionários e atuais alunos despertando os jovens para questões ligadas à diversidade cultural e ao respeito ao idoso; recolhimento de trabalhos executados por ex-alunas da escola e depoimentos das mesmas. O trabalho na recuperação de toda a documentação produzida pela escola em seus 95 anos de funcionamento é bastante extenso e para isso contamos com a participação de toda a comunidade escolar, buscando por meio da educação patrimonial, a sensibilização e o senso de pertencimento de colaboradores treinados tecnicamente para esse importante passo na recuperação e consolidação de nossa própria história. No final de 2005, os alunos da 3^a série B nas disciplinas – Projeto Ações de Cidadania e Projeto de Artes, iniciaram a recuperação do espaço junto ao refeitório com o objetivo de criar um ambiente de convivência e facilitar a acessibilidade à escola pelo portador de necessidades especiais de locomoção, uma vez que a escola não possui rampas de acesso, nem elevador no térreo. Essas atividades ainda não foram concluídas. No início de 2006, a Sala de Memória possibilitou aos alunos novos e antigos o conhecimento do acervo escolar através de visitas mediadas por nós responsáveis pelo acervo. Apresentamos à comunidade escolar uma palestra enfocando a história da escola e sua importância no ensino profissionalizante do país.

A mudança da Sala de Memória para duas salas da antiga Casa da Zeladoria da Etec Carlos de Campos, onde funcionou o Dispensário de Puericultura, aconteceu em 2007, de acordo com um registro no livro de visitas a esse espaço.

Apontamentos sobre a salvaguarda da arquitetura escolar do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos (2012 a 2014)

Foi somente na curadoria da professora Alzira Miranda, que retomou-se as visitas ao Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. A primeira, aconteceu em 8 de março de 2012, para apresentar o espaço a futura curadora. Nessa data, fomos acompanhadas pela diretora da escola, Denise Carrega Leite, e que nos deu todo apoio, propondo-se a desocupar o espaço, onde duas salas estavam com o patrimônio histórico educativo, uma outra sala estava sendo utilizada como cozinha para os professores, e as duas salas logo na entrada do Centro de Memória por dentro da escola, estavam cheias de livros didáticos.

A diretora nos mostrou as plantas da escola em reforma, e foi quando observou-se que o espaço da Zeladoria estava estabelecido para o Centro Patrimonial.

A segunda visita ocorreu em 23 de abril, para entregar o espaço a curadora Alzira Miranda, fotografando-o (Figuras 13, 14, 15, 16 e 17), e acompanhando-a na vistoria do espaço, afins de elaborar um diagnóstico da situação do acervo, considerando que este foi transferido da Sala de Memória, em 2007.

Em 06 de junho de 2012, na terceira visita ao Centro de Memória, para concluir o registro fotográfico para o diagnóstico, nesse dia, especificamente da Sala do Arquivo Deslizante, para a curadora conhecê-la. Durante essa vistoria, fotografou-se o espaço e observou-se que os documentos no arquivo deslizante não mantinham a organização e classificação adotada durante o projeto de Historiografia. As marcas e os vestígios indicam que, entre 2003 e 2011, pesquisadores externos e estudantes manusearam a documentação desse acervo.

Durante essa terceira visita, não se localizou equipamentos e mobiliários da Sala de Memória. Em função disso, encaminharam-se à escola o ofício 257/2012 Cetec/capacitações de 11 de junho, questionando sobre o patrimônio recebido no projeto FAPESP 1998-2001. Em 20 de junho, a Cetec recebeu o ofício nº 041/2012-SA, da diretora de escola-substituta Eliana Leite Alcantara Malteze, informando sobre as providências tomadas para transferir para o Centro de Memória da Etec Carlos de Campos os recursos e patrimônios pertencentes ao projeto de Historiografia.

Em 24 de julho de 2012, durante pesquisa realizada no “Álbum de Recortes de Jornais”⁸, solicitou-se a curadora Alzira Miranda as medidas das salas do Centro de Memória da escola, considerando as suas informações verbais sobre a derrubada de paredes internas do antigo Dispensário Puericultura, na fase final da reforma da escola, recebendo por e-mail, no dia seguinte, as dimensões (m²) a seguir:

Corredor – Exposição temporária/espaço de consulta para visitantes (6,67 x 1,91);
Sala 1 – Acervo documental/ mapoteca (4,91 x 2,83); Sala 2 – Exposição permanente (4,90 x 2,44); Copa durante a reforma (Futuro Laboratório de Conservação e Restauro) (4,90 x 3,69); Área de guarda/ acervo permanente (2,46 x 1,95) (MIRANDA, 2012)

⁸ No acervo documental do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, existe esse documento organizado pela diretora Laia Pereira Bueno, durante a sua gestão, entre 1938 a 1958, que esta denominou “Álbum de Recortes de Jornais”, que traz matérias jornalísticas desde a fundação da escola, em 1911 (BUENO, 1958). Esse documento foi fotografado e encontra-se disponível em publicações no site: www.memorias.cpsctec.com.br



Figuras 13, 14, 15 e 16 - Alzira Miranda durante a apropriação do espaço do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, após a sua transferência da Sala de Memória, na gestão do diretor Nilton Cesar, para o espaço que pertenceu ao Dispensário de Puericultura, em 2007
Fotografias: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 23 de abril de 2012



Figura 17 – Espaço da quadra de esportes durante a reforma, construída com a demolição do sobrado, em 1976, e onde surgiu a escola, em 1911

Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 23 de abril de 2012

Neste trabalho, propôs-se a narrar as articulações ocorridas em 2012, a fim de manter o Centro de Memória no espaço que foi do Dispensário de Puericultura, conservando a sua arquitetura interna original, de maneira a garantir as duas salas dos médicos (atualmente de exposições permanentes), uma sala de espera das mães que levavam as crianças para as consultas (espaço de pesquisa, exposição temporária e de consulta e pesquisa), uma sala de pesagem de crianças (reserva técnica) e um lactário ou cozinha (laboratório de higienização e conservação).

Com as informações sobre as dimensões de espaço no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, fez-se uma reunião com arquiteta Bete Milani, da Unidade de Infraestrutura do Centro Paula Souza, e obteve-se acesso as plantas requisitadas sobre o pavimento térreo do edifício monumento da escola (Figuras 18 e 19). Analisando essas plantas, encontrou-se na figura 40, folha ARQ 017/026, as observações a seguir:

NOTAS – DIVISÓRIAS DA SALA ADMINISTRATIVA

01 – A OPÇÃO A SER ADOTADA NA SALA ADMINISTRATIVA NO TÉRREO DEVE SER - DISCUTIDA COM A DIREÇÃO DA ESCOLA;

02 – A RESPONSABILIDADE DA DECISÃO SOBRE AS DIVISÓRIAS DA SALA ADMINISTRATIVA DO TÉRREO FICARÁ A CARGO DA DIREÇÃO DA ESCOLA E DO CONSTRUTOR.

A partir dessas observações, elaboraram-se o ofício nº 313/2012 Cetec/Capacitações, de 26 de julho de 2012, que foi encaminhado à diretora Lucimeire Gonzaga de Oliveira, solicitando para o Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, a manutenção da arquitetura escolar do Dispensário de Puericultura na reforma do prédio de 2012, por considerar a possibilidade de musealização, além dos objetos⁹, desse espaço arquitetônico.

Em 23 de agosto de 2012, a diretora dessa escola, encaminhou o ofício nº 021/2012, para o professor Almério Melquiades de Araújo, coordenador da Cetec, com cópias ao Engenheiro Rubens Godman, coordenador da Unidade de Infraestrutura, relatando que:

A Direção da Etec Carlos de Campos, atendendo a solicitação feita através do Ofício nº 313/2012 – Cetec/Capacitações informa que manterá a atual estrutura arquitetônica do Centro de Memórias da Etec Carlos de Campos. Na oportunidade renovo meus protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Lucimeire Gonzaga de Oliveira. Diretora de Escola.

⁹ Segundo Bruno Brulon (2015, p.25-6): “O objeto, ou mais precisamente o objeto de museu, no campo das ciências contemporâneas, costuma ser remetido, no olhar do cientista, a um sistema de informações socialmente instituído para agrupar entidades individualizadas e lhes dar sentido. Um objeto pode ser um elemento de coleção, ou parte de um conjunto sistemático mais amplo em via de constituir um museu. [...] Neste sentido, uma coisa se torna objeto na medida em que se insere em um sistema classificatório específico. Para que a ‘coisa’ ganhe estatuto de objeto, ou para que um ‘objeto de coleção’ passe a ser pensado como ‘objeto de museu’ ou ‘museália’, um tipo de conversão deve ser operado pelo processo em cadeia da musealização. O objeto de museu – como objeto musealizado, passa a adquirir um estatuto museológico. Tal conversão do contexto ordinário da coisa ao universo simbólico do museu implica um processo corolário de ressignificação para que o objeto ou coisa detentor de sentidos em seu contexto precedente não museal adquira sentido no contexto museal em que se adentra. Tudo se passa como se a vida anterior a musealização deixasse de existir para que o objeto de museu pudesse ‘renascer’ para um novo universo de significações.” [...]

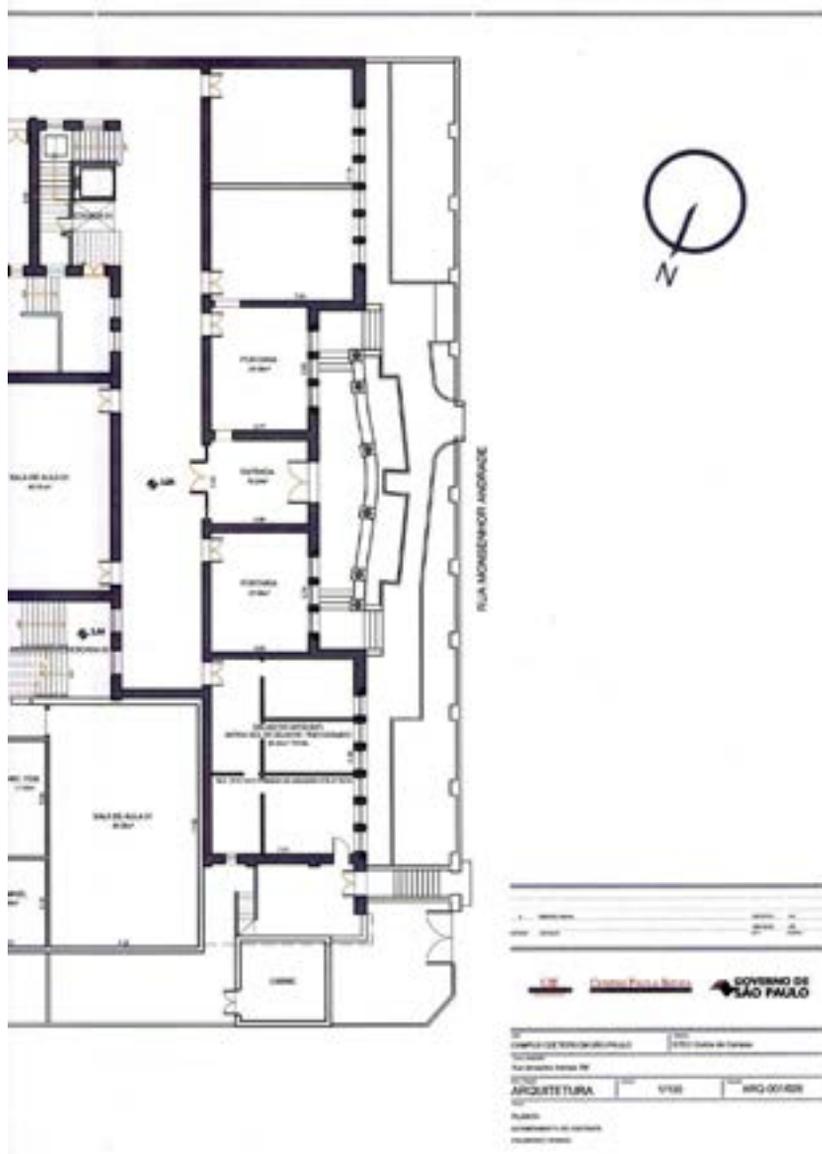


Figura 18 – Antiga residência do zelador (salas de arquivo) com divisões de alvenaria. Planta da Etec Carlos de Campos. Levantamento do existente. Pavimento térreo, folha ARQ-001/026 da UIE – Projetos, de 30 de julho de 2010
Fonte: Acervo fotográfico Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2016



Figura 19 - Centro patrimonial (proposto sem divisões originais do Dispensário de Puericultura) da Etec Carlos de Campos. Planta. Layout. Pavimento térreo, folha ARQ-017/026 da UIE – Projetos, de 30 de julho de 2010. Fonte: Cedidas pela arquiteta Bete Milani da UIE do Centro Paula Souza a Maria Lucia M de Carvalho/GPEMHEP/Centro Paula Souza, em 19 de julho de 2012
Fonte: Acervo fotográfico Maria Lucia Mendes de Carvalho, em 2016

Em 02 de julho de 2013, entrevistou-se a professora Alzira Bernadete Corrêa de Miranda¹⁰ no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, para registrar as atividades de educação patrimonial que a curadora estava realizando na escola envolvendo estudantes e professores. A professora Alzira Miranda, nessa entrevista, informou que iniciou o seu trabalho, durante a reforma que acontecia na escola, em 2012:

[...] Descemos praticamente tudo (caixas de papelão com objetos acondicionados) que estava no chão da saleta complementar da antiga sala de memória. Deixamos o material documental que estava nas prateleiras de aço e o restante no arquivo deslizante. Trouxemos louças, cristais e algum material bibliográfico. E foi quando eu dei início ao tratamento dos livros de matrículas, que apesar da idade estavam em bom estado de conservação.

Durante a sua curadoria, a professora Alzira Miranda realizou duas exposições temporárias no saguão da entrada principal da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos: a primeira, sobre o curso de Educação Doméstica, e a segunda, sobre o curso Técnico em Nutrição e Dietética, expondo objetos do patrimônio cultural da ciência e tecnologia¹¹.

PRÁTICAS ESCOLARES E PEDAGÓGICAS: do inventário de artefatos as possibilidades de musealização

Em 2014, assumiu a curadoria do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, a professora Vera Vichiarelli, coordenadora de projetos na Cetec, com formação técnica em museologia, promovendo uma reestruturação desse espaço. Essa curadoria contribui muito com uma decisão

¹⁰ Alzira B. Corrêa de Miranda atuou como curadora no Centro de Memória, entre 2012 e 2013, mas é professora da Etec Raposo Tavares, e ministra aulas no curso Técnico de Secretariado. Nessa entrevista informou como ingressou no projeto de memórias: “[...] No início de 2012 eu entrei no site do Centro Paula Souza para participar de um curso de capacitação e vi que tinha um curso a respeito de patrimônio e eu me interessei. Era um Clube de Memória e durante essa capacitação eu recebi esse convite para desenvolver projetos no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. Desde 2012, estou aqui desenvolvendo projetos de HAE” (CARVALHO e RIBEIRO, 2014).

¹¹ Granato e Santos (2015, p. 79-80), definem como patrimônio da ciência e tecnologia: “[...] o conjunto tangível e intangível relacionado à C&T, a que atribuem valores que justificam a sua preservação para as futuras gerações. Inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além dos saberes, das práticas de ensino e pesquisa, e de todos aqueles artefatos e espécimes que são testemunhos dos processos científicos, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, considerando documentos em suporte papel (arquivísticos e bibliográficos), instrumentos científicos, máquinas, montagens, coleções científicas de natureza diversa como arqueológicas, etnográficas, biológicas, além de construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos (laboratórios, observatórios, paisagens e jardins).”

do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), de que durante o “IV Simpósio Iberoamericano: História, Educação e Patrimônio Educativo”, que aconteceu em setembro de 2015, os congressistas de fora da instituição visitariam esse Centro de Memória.

Em 15 de fevereiro de 2015, juntamente com as professoras Vera Vichiarelli e Shirley Afonso, deu-se início a reorganização dos objetos do patrimônio histórico educativo e do patrimônio da ciência e tecnologia existentes no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. Foram montadas duas salas de Exposição Permanente, uma de Educação Doméstica (Figura 20) e outra de Alimentação e Nutrição (Figura 21), uma sala de Reserva Técnica (Figura 22), o Laboratório de Higienização e Conservação (Figura 23), e na sala que se adentra ao Centro de Memória, pelo interior da escola, ficou como espaço para pesquisa de visitantes ao acervo.

As duas salas temáticas de exposição permanente passaram a ser denominadas de reservas técnicas visitáveis, expondo artefatos que fazem parte da história da educação profissional feminina, desde a origem da escola, em 1911, até a década de 1970. Esses artefatos são, em sua maioria, dos cursos de formação de professores de Educação Doméstica e de Auxiliares em Alimentação.

Para a ACAM Portinari (2010, p. 102), os artefatos são objetos produzidos ou modificados pelo ser humano. Segundo Menezes (1998, p. 92),

[...] os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social.



Figura 20 - Reserva técnica visitável de Educação Doméstica
Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em fevereiro de 2015



Figura 21 – Reserva técnica visitável de Alimentação e Nutrição
Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em fevereiro de 2015



Figura 22 – Reserva técnica do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos
Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em fevereiro de 2015



Figura 23 – Laboratório de Higienização e Conservação
Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, em fevereiro de 2015

Em março de 2015, iniciou-se o projeto de pesquisa “Patrimônio Cultural na Química no Instituto Profissional Feminino (SP): pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização (1934 a 1964)” para o pós-doutorado em Museologia e Patrimônio, sob a supervisão do Dr. Marcus Granato, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro. Esse projeto foi proposto em função da maioria dos objetos da reserva técnica visitável de Alimentação e Nutrição ser da Química. O objetivo dessa pesquisa é catalogar esses objetos e construir um inventário com a finalidade de identificar a história desses objetos, conservá-los e preservá-los de modo a facilitar o acesso virtual a pesquisadores da memória institucional, da história da química e da educação profissional. A figura 21 mostra balanças analíticas que se encontram nessa reserva visitável de Alimentação e Nutrição no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, e que são objetos museais.

Durante a revisão bibliográfica sobre patrimônio cultural da ciência e tecnologia, teve-se acesso a um artigo do procurador Marcos Paulo de Souza Miranda, e decidiu-se trabalhar esse texto em uma oficina de leitura, com os professores do GEPEMHEP, no Clube de Memórias XXI, denominado “O inventário como instrumento de proteção do Patrimônio Histórico Educativo e do Patrimônio Cultural e Tecnológico no Centro Paula Souza”. Segundo Miranda (2008, p.2)

[...] Com o advento da Constituição Federal de 1988 o inventário foi finalmente alçado, em nosso país, à condição de instrumento jurídico autônomo de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, 1º). Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário¹² Assim, o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo, portanto importa no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua preservação [...]

Desde 2015, está em desenvolvimento no Centro Paula Souza um projeto coletivo para a conservação e a preservação do patrimônio cultural e tecnológico. Trata-se de um programa¹³ para atuar em rede com a inventariação digital de documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, existentes em Centros de Memória ou Acervos Escolares de escolas técnicas, de faculdades de tecnologia e da instituição. Para José Mauro Matheus Loureiro (2008, p. 28):

[...] Os museus geram e consomem seletivamente informação em todos os seus contextos teóricos e operacionais. [...] E ao aprimorar seus mecanismos de transferência interna e externa de informação que esses espaços encontram a possibilidade para o cumprimento de seus objetivos e metas. Nesse sentido, as áreas componentes dos museus não podem e não devem ser mônadas dissociadas de seu arcabouço organizacional. [...] os objetos/ documentos processados a partir dos processos de musealização não se detêm unicamente nos aspectos descritivos da materialidade, do concreto, mas remete-nos sempre aos contextos históricos e sócio-culturais de sua produção e uso. Esses dois níveis, para se tornarem úteis, devem ser integrados em uma instância significativa cuja construção é inviável sem os pressupostos da documentação.

¹² Nota do autor: Nada obsta o levantamento preliminar os dados técnicos sobre determinado bem cultural sem que as informações sejam lançadas formalmente em ficha de inventário, se não constatadas características que justifiquem a proteção por tal instrumento. Esse levantamento preliminar de dados (que diante do ordenamento jurídico vigente não pode ser considerado inventário, que é instrumento de proteção do patrimônio cultural) poderia ser denominado de “levantamento cultural preliminar”, “pré-inventário” ou outra expressão equivalente. Mas nunca inventário. (MIRANDA, 2008, p.2)

¹³ Programa para o registro de documentos do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia no Centro Paula Souza, em desenvolvimento, no Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão, pelos professores Maria Lucia Mendes de Carvalho e Carlos Eduardo Ribeiro: <http://memorias.cpscetec.com.br/>

No Centro de Memória da Etec Carlos de Campos e no site de memórias institucional¹⁴, encontram-se documentos que são patrimônio cultural da alimentação em escolas profissionais do estado de São Paulo, e que têm contribuído para selecionar e associar grupos de objetos museológicos expostos na sua Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição (Figuras 24, 25, e 26), possibilitando estudos e pesquisas para escrever as biografias desses objetos da Química e da Dietética, empregados em práticas escolares e pedagógicas, entre 1939 e 1961 (CARVALHO e GRANATO, 2015, 2016). Assim como, o arquivo pessoal da professora Debbie Smaira Pasotti (1909 – 2008) tem contribuído para identificar a trajetória desses conjuntos de objetos e escrever as suas biografias, o emprego de história oral e de documentos bibliográficos, textuais e iconográficos encontrados nesse acervo documental são fundamentais durante a elaboração das fichas de registro de objeto. (CARVALHO, 2013).



Figuras 24, 25 e 26 – Capa do Livro “Princípios gerais de Alimentação”; Professora Zenith Freire; Registro iconográfico de balança antropométrica (FREIRE, 1939) que se encontra no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos

Fonte: Biblioteca da Escola Técnica Estadual, em Casa Branca, em 2014

¹⁴ www.cpscetec.com.br/memorias

These are relationships between people and people, between objects and objects, and between objects and people. We encounter not only collectors, curators, and scientists but also visitors and audiences. In this conception, the museum becomes a vessel for the bundle of relationships enacted through each of the thousands of specimens on display and in store.

Em 2016, com a intenção de inventariar todos os objetos da reserva técnica visitável de Alimentação e Nutrição, ampliou-se a pesquisa para o pós-doutorado, incluindo os objetos da Dietética, com a finalidade de produzir um catálogo único dessa reserva técnica com objetos de Química e da Dietética (Figuras 27, 28 e 29). Considerou-se que durante a gestão do médico Francisco Pompêo do Amaral, entre 1939 e 1958, a Dietética englobava diversos componentes curriculares em uma única disciplina (CARVALHO, 2013). Assim sendo, a pesquisadora decidiu questionar a ex-professora Neide Gaudenci de Sá, por e-mail, sobre suas lembranças a respeito das balanças analíticas e antropométricas existentes no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos.

M. Lúcia: A balança de pesar e medir ficava na sala do Dr. Pompêo quando ele realizava exames médicos em todos os alunos matriculados na Carlos de Campos (industrial básico e cursos de Mestría e Ed.Doméstica). De acordo com peso e altura eram classificados os Desnutridos que iriam receber atenção especial no Refeitório-Modelo. Essa sala era no prédio que foi derrubado, ao lado do laboratório e da cozinha dietética (onde ficava também aquele armário feito em Amparo). Quando a nossa sala de coordenação saiu do prédio velho para o Dispensário(desativado) levamos isso tudo para lá. Reconheço as outras balanças e equipamento como do laboratório, mas acho que a Dalila pode falar melhor delas. Essa balança de precisão dentro de uma vitrine era usada para pesar reagentes (d.Debble). (SÁ, e-mail 11 de fevereiro de 2015)

Durante a seleção de objetos da Dietética na sala de reserva técnica para inventariar e transferir exemplares de louças de porcelana inglesa, da década de 1930, identificadas na obra de Ferreira (1939), figuras 24 e 25, para a vitrine do armário que pertenceu ao médico Francisco Pompêo do Amaral, após este receber um número de registro (NR 008) durante o inventário, e que está na reserva técnica visitável de Alimentação e Nutrição, constataram-se que houveram trocas dessas louças de porcelana propositalmente.

A figura 30 apresenta pratos fundos do aparelho de jantar inglês de marca “Mylott, Son & Co England”, original. Enquanto que, a figura 31 apresenta dois pratos fundos, um da marca desse fabricante inglês, mas no outro prato está incluso além da marca inglesa, um registro em cinza - “Moresque 2003”. Constatou-se, em 17 de fevereiro de 2016, que foram trocados: dez pratos fundos, dez rastos e dez de sobremesa, ficando dois originais de cada um deles, além da sopeira, molheira e as travessas.



Figura 27 – Capa do catálogo “Patrimônio cultural de Química e de Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos”, em 2016

Fonte: Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2016



Figuras 28 – Objetos museológicos de Química da década de 1930, em 2016

Figura 29 – Objetos museológicos da Dietética do curso de Auxiliares em Alimentação, em 2016

Fonte: Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2016

Em março de 2016, informou-se a direção da escola do ocorrido durante a inventariação desses objetos de alimentação e nutrição, e constataram que, na vitrine do armário que fica na sala da direção, não inventariados (Figura 32) entre as louças inglesas, uma delas tinha o registro em cinza “Moresque 2003”.

Essas descobertas recentes só ressaltam a importância do livro de registro de inventário dos objetos do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia, e da necessidade de elaborar as fichas de registros de objetos a partir de estudos e pesquisas nas Coleções de arquivos pessoais de antigos professores, Acervos Escolares e Centros de Memória para salvaguardá-los institucionalmente. Atualmente, essas cópias da porcelana inglesa receberam números de registro e fazem parte do acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. Afinal, segundo Leal (2015, p. 205)

[...] Não esquecer quem somos nem de onde vimos é central no processo educativo e na comunicação geracional. Os objetos, no poder simbólico que acarretam, funcionam como verdadeiros mensageiros de ideias que não devam parecer esquecidas e encaixotadas. [...] É esta memória do que fomos que nos projeta em todas as direções, que é lançada pela curiosidade do que existe noutras paragens, que nos enriquece e que nos prolonga no espaço e no tempo [...] nos permite estabelecer pontes entre o passado e o presente.



Figura 30 – Pratos de aparelho de jantar Mylott, Son & Co, inglês original, em 2016

Fonte: Reserva técnica do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 17 de fevereiro de 2016



Figura 31 – Prato original Mylott, Son & Co, inglês, e cópia do original de marca Moresque 2003, em 2016
Fonte: Reserva técnica do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 17 de fevereiro de 2016



Figura 32 – Peças dos dois aparelhos de jantares ingleses dos cursos de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação, na vitrine do armário de madeira na sala da direção da Etec Carlos de Campos, em 21 de março de 2016

Concluindo,

Para finalizar esse trabalho é importante destacar que, desde 2007, o Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, foi transferido da Sala de Memória, para um espaço que pertenceu ao Dispensário de Puericultura. Em 2010, esse prédio monumento, onde está localizado o Centro de Memória, foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), a partir do processo nº 24929/86, com inscrição no livro do tomo histórico nº 377, p.103 a 110, de 05 de setembro de 2011. Em 2012, a direção da escola, professora Lucimeire Gonzaga de Oliveira, garantiu manter, e, portanto, preservar esse lugar de memória. Considera-se importante o Centro de Memória estar localizado nesse espaço, que é um marco histórico de ensino e saúde na educação profissional, principalmente, devido às articulações que o diretor Horácio da Silveira realizou com o Serviço de Saúde do estado para mantê-lo funcionando na escola, entre outubro de 1931 e meados da década de 1970. Por isso, a metodologia que está em desenvolvimento para organizar, expor e divulgar conjuntos de artefatos, como os objetos da Química e da Dietética, permite-se refletir sobre as possibilidades de musealização e a importância de salvaguardar esse acervo do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia na educação profissional.

Os resultados preliminares dos objetos inventariados e expostos na Reserva Técnica Visitável de Alimentação e Nutrição, sendo 75 de Química e 75 de Dietética, no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, são apresentados na forma de catálogo para preservar, salvaguardar e difundir esse patrimônio cultural da ciência e tecnologia, enquanto que as pesquisas desses conjuntos de objetos para a construção de suas biografias farão parte da elaboração das fichas de registros de objetos, e do acervo do Museu Virtual da Educação Profissional, em desenvolvimento, no Centro Paula Souza. Essa pesquisa indica que o inventário é o principal instrumento de proteção e difusão do patrimônio histórico educativo na educação profissional, garantindo a preservação e a difusão do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia nas instituições de ensino.

Ocupar esse espaço que pertenceu ao Dispensário de Puericultura era um sonho antigo, por ser um lugar de memória e por manter objetos museológicos que foram empregados pelo médico Francisco Pompêo do Amaral e sua equipe de dietistas, em estudos e pesquisas, publicados em livros a partir de práticas escolares e pedagógicas na educação profissional. Lembrando que, foi nessa instituição que esse médico criou o primeiro curso no campo da alimentação no Brasil.

Referências

Fontes

BUENO, Laia Pereira. Álbum de Recortes de Jornais. Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/carloscampos/albumderecortes.pdf> Acesso em: 12 ago 2016.

FERREIRA, Zenith Freire. Princípios Gerais de Alimentação. Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. 1939. Disponível em: http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/principios_alimentacao.pdf Acesso em 12 ago 16

OLIVEIRA, Fabiana Valeck. FERREIRA, Eliana Roda. ANDREOLI, Eduardo. Relatório Geral de Atividades. Projeto Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais Mais Antigas do Estado de São Paulo. Memória Institucional e as Transformações Histórico-Espaciais Regionais. 1998 a 2000. Acervo pessoal de Maria Lucia M de Carvalho, em 2016.

POMPÊO DO AMARAL, F. Os Cursos de Dietética. Organizados e inaugurados na Superintendência do Ensino Profissional. 1ª Ed. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa. Escola Profissional Secundária, maio. (1939) http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/carloscampos/livro1939_dietetica.pdf Acesso em 12 ago. 2016

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Decreto Nº 54.876, de 6 de outubro de 2009. Transferência para o Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo a responsabilidade pelos trabalhos de catalogação e divulgação do acervo artístico da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54876-06.10.2009.html> Acesso em 24 ago. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado da Cultura. Resolução de Tombamento SC 60 de 21 de julho de 2010. Diário Oficial do Estado de São Paulo, seção I, de 11 de novembro de 2010, p. 112-4, 2010. Disponível em: http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM_1000002_e_03c80a_RCRD&ld=19411bf6f29f7410VgnVCM1000008936c80a Acesso em 24 fev. 2016.

Fontes orais

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. História Oral na Educação: memórias e identidades. Centro Paula Souza. São Paulo. e-book: 2014. Disponível em: https://issuu.com/gepemhep/docs/livro_etec_diagramado3_29.07__1_fal Acesso em: 14 ago 16

Referências Bibliográficas

ACAM Portinari. Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Documentação e Conservação de Acervos Museológicos. Diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: https://issuu.com/sisem-sp/docs/documentacao_conservacao_acervos_mu. Acesso em: 22 abr 2016.

ALBERTI, Samuel J. M. M. Objects and the museum. *ISIS*, v. 96, p. 559-571. Disponível em: <http://www.uio.no/studier/emner/hf/ikos/MUSKUN2000/v10/pdfversjon%20av%20ALBERTIartikkelen%5B1%5D.pdf>. Acesso em 22 ago. 2016.

BRULON, Bruno. Os objetos de Museu, entre a classificação e o devir. **Informática & Sociedade: Estudos** 2015, 25 (1), p. 25-37. Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025/13282 Acesso 22 ago. 2016.

CARVALHO, Maria Lucia M de. História do Currículo do Técnico em Nutrição e Dietética na Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em São Paulo, com ênfase na Puericultura. IN: Jornada Nacional de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, I, 2006, Brasília. **Livro de Resumos...** Ministério da Educação, Brasília: Ideal Gráfica e Editora: 2ª edição revisada, p.99, 2006a.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. “Dispensário de Puericultura: Escola Profissional Feminina na Assistência e Proteção à Infância”. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6, 2006, Uberlândia. **Caderno de Resumos...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, p. 171, (2006b). <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/144MariaLucia%20MendesCarvalho.pdf>. Acesso em 24 fev.2016.

CARVALHO, Maria Lucia M de. Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina: reflexões sobre histórias de vida, identidades e cultura escolar. In: Seminário de Educação, Núcleo de Pesquisa e Extensão. *Vozes da Educação: Memória e História das Escolas de São Gonçalo*, 3, 2007a, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, p. 52-3.

CARVALHO, Maria Lucia M de. SOUZA, Ligia Serra. BROSCO, Regina. Dispensários de Puericultura nas Escolas Profissionais: influência sociocultural no ensino de higiene e alimentação racional em São Paulo. **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo: Prol Editora Gráfica, v.21, p. 3-522, 2700b.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. **Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza**. 486p. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. “Celina de Moraes Passos: formadora de professores e pioneira no campo da alimentação e nutrição no Brasil”. **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.11, n.2, p. 67-85. 2015. Disponível em : <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/497/825> Acesso em 21 fev 2016.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. GRANATO, Marcus. Objetos de ensino de Química no Instituto Profissional Feminino (SP), Brasil (1934-1939). In: **Ser de imagen y de Signo: Abordjes sobre El Patrimonio Cultural**. Organizado pela Dra. Jenny González Muñoz coordenadora do Doutorado em Patrimônio Cultural da Universidade LatinoAmericana e do Caribe, em Caracas/Venezuela. E-book. 372p. 2015. Disponível em: https://issuu.com/mauryabrahammarquezg/docs/ser_de_imagen_y_de_signos_abordajes Acesso em 21 fev. 2016.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. GRANATO, Marcus. Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP), Brasil: da arquitetura aos seus artefatos e possibilidades de musealização. In: **VII Jornadas Científicas de La SEPHE e V Simposio Iberoamericano: História, Educación, Patrimonio Educativo**, em Donostia-San Sebastian/Espanha, em 29 de junho a 01 de julho de 2016. Disponível em: <https://addi.ehu.es/handle/10810/18512> Acesso em 28 jul 2016.

DESVALLEES, André. MAIRESSE, François. (org). Conceitos-chave de Museologia. SOARES, B. B. CURY, M. X. (tradução e comentários). Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 98p. 2013. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf Acesso em 19 jan 2016.

FERREIRA, Eliana Roda, BARRETO, Carolina Marielli. A Sala de Memória como espaço de cidadania e pertencimento: uma relação de ação. IV Congresso Brasileiro de História da Educação. 2006. Disponível em : <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Eliana%20Roda%20Ferreira%20e%20Carolina%20Marielli%20Barreto%20-%20Texto.pdf>. Acesso em 20 mar 2016.

GRANATO, Marcus. SANTOS, Fernanda Pires Santos. Os Museus e a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil. In: **Museologia e Patrimônio - Coleção MAST: 30 Anos de Pesquisa**, volume 1, org. Marcus Granato (Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015), 78-119.

LEAL, Catarina. Translocação de ideias, migração de objetos e práticas letivas. In: MOGARRO, Maria João (coord.). **Educação e Patrimônio Cultural. Escolas**, Objetos e Práticas. Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015, p. 204-219.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In: GRANATO, Marcus. SANTOS, Claudia Penha dos, LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Documentação em Museus. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf Acesso em 22 ago 2016.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 90- 103. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-inventario-como-instrumentoconstitucional-de-protacao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro. Acesso em: 27 jan 2015.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. ALVES, Julia Falivene (org). Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo: **Inventário de Fontes Documentais**. São Paulo. Centro Paula Souza, pp. 63-81. 2002. Disponível em: http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/inventario_fontes.pdf. Acesso em 22 ago 2016.

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO ‘CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS’ NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO BRASILEIRA NOS ANOS 2000: UMA PROPOSTA TERMINOLÓGICA

Fernanda Mello Demai

Unidade de Ensino Médio e Técnico/Gfac

Introdução

Este trabalho, proposto para o “V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Espaços, Objetos e Práticas”, enquadra-se no eixo temático IV - Memórias, História Oral e Formação de Professores na Educação Profissional e Tecnológica, principalmente no que concerne à história do Currículo e História da Educação Profissional. As fontes são escritas e constam das referências.

Considerar as relações entre currículo e cultura é primordial, não obstante a importância do conhecimento escolar (científico, tecnológico) e das demandas do mercado de trabalho.

O currículo, como ato de correr, atalho, corte, já é documentado na língua portuguesa desde 1899 (CUNHA, 1986, p. 235).

Para a formação do termo ‘currículo da educação profissional’, destacam-se os traços semânticos de atalho e de corte, visto que um conjunto de programas de ensino e suas consequentes organização e planejamento são escolhas possíveis em um universo maior – daí o sentido de corte, ou de recorte.

Currículo Escolar (em Educação Profissional, subárea Educação Profissional Técnica de Nível Médio) é definido como esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento e o desenvolvimento de perfis profissionais e competências que atendam a objetivos de formação profissional, de acordo com as funções e demandas do mundo do trabalho e dos processos produtivos e gerenciais (ARAÚJO; DEMAI; PRATA, 2016, p. 20).

O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da História da área de Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como a trajetória do conceito ‘currículo por competências’ no Brasil dos anos 2000 (BRASIL/ MEC, 2000).

Propomos um estudo da formação dos conceitos contrários: ‘organização curricular por competências’ e ‘organização curricular por conteúdos isolados’, na reconfiguração da política curricular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no país, nos anos seguintes à mais recente LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996).

Partimos de um estudo do engendramento dos conceitos contrários ‘organização curricular por competências’ e ‘organização curricular por conteúdos isolados’, na reconfiguração da política curricular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que se deu a partir do paradigma dos anos 2000 no Brasil (BRASIL/ MEC, 2000).

Em 2000, com a publicação dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, pelo Ministério da Educação, houve uma explícita intenção de romper o paradigma de Currículo em Educação Profissional Técnica focado em ‘conteúdos a serem ensinados’, com vistas a um novo paradigma, com foco nas ‘competências a serem desenvolvidas’ / ‘nos saberes (‘saber’, ‘saber fazer’ e ‘saber ser’) a serem construídos. Nessa “nova” perspectiva (que já completou 16 anos, no atual ano de 2016), o currículo não significava mais um fim, um ideal a ser alcançado, como o simples rol de conteúdos a serem ensinados e aprendidos, mas sim um modo de se promover aprendizagens significativas e contextualizadas.

Em 2008, com as disposições do Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica, previstas na Resolução CNE/ CEB nº 3/ 2008, de 9 de julho, o paradigma da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi remodelado, de uma organização de cursos técnicos em núcleos categorizadores denominados “áreas profissionais” para novas classes, mais abrangentes: “eixos tecnológicos”. Houve, dessa forma, a formação de outro conceito, ‘a Educação Profissional Técnica de Nível Médio fundamentada na lógica do conhecimento e da inovação’, não necessariamente ou explicitamente contrária ou contraditória em relação a ‘Educação Profissional Técnica de Nível Médio fundamentada na lógica das competências profissionais’. (BRASIL/ MEC, 2008a).

Apresentamos, no corpo deste trabalho, um glossário sintético, com a definição de alguns termos da área de Currículo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Fundamentação teórico-metodológica

- Algumas definições de T (t) erminologia

T (t) erminologia, como quase toda palavra ou termo, possui vários significados. Neste trabalho, adotamos as seguintes acepções:

Terminologia - estudo do signo terminológico, com suas faces significante e significado indissociáveis.

terminologia - conjunto de termos de uma área.

Teoria Comunicativa da Terminologia, Teoria Sociocognitiva da Terminologia, Semântica Cognitiva e Semântica Lexical

Partimos de algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia, da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, da Semântica Cognitiva e da Semântica Lexical, principalmente no que concerne a:

- valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista;
- concepção de termo como unidade de função comunicativa e discursiva;
- valorização de aspectos sociológicos e históricos que influenciam a língua e as linguagens;
- funções comunicativa, cognitiva e discursiva dos termos, além da motivação terminológica;
- valorização do estudo dos discursos das línguas de especialidade, com ênfase em sua identidade e sua autonomia; estudo da difusão do conhecimento científico. (Barbosa, 2007); (CABRÉ, 1993) (CABRÉ, 1999); (DEMAI, 2014); (TEMMERMAN, 2001).

Esses preceitos, a nosso ver, nessa combinatória de pontos de vista teórico-metodológicos, levam a uma concepção de estudos da Linguagem mais ampla, considerando-se as condicionantes e as potencialidades de criação e de inovação em Terminologia (e em Comunicação *lato sensu*), tanto individuais como coletivas.

O corpus: coleta e sistematização de dados conceituais e de dados terminológicos

Para a elaboração do glossário sintético de termos da área de Currículo por Competências em Educação Profissional Técnica de Nível Médio, foi necessário organizar um *corpus* textual (conjunto de textos que fornecem termos representativos, qualitativa e

quantitativamente). Esse *corpus* textual foi extraído de fontes escritas, como documentos legais, federais e estaduais.

As instituições pesquisadas, cujos textos serviram à extração de termos, foram: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (estado de São Paulo), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (governo federal do Brasil).

Foram os critérios para seleção e definição de termos: maior frequência nos textos; importância na área e inovação (termos inéditos, que representam conceitos inéditos ou inovadores no início dos anos 2000), a exemplo de: 'currículo por competências', 'competências profissionais', 'habilidades', 'bases tecnológicas', 'função', 'perfil profissional'. Esses termos são diretamente ligados ao "novo" paradigma da educação profissional técnica de nível médio por competências - instauração do currículo por competências em oposição ao currículo por conteúdos isolados ou puramente enciclopédicos.

Trata-se de uma amostragem de corpus (não serão definidos todos os termos encontrados, devido aos limites deste trabalho).

O *corpus* pode ser enquadrado na tipologia de obra técnico-científica/ legal, prestando-se também às funções pedagógica e de divulgação.

Utilizamos o seguinte programa de computador para coleta e sistematização semiautomatizada de termos: SCOTT, Mike. **WordSmith Tools**. Oxford University. Versão 4.0 e Versão 5.0.

Análise e discussão

O engendramento dos conceitos contrários 'organização curricular por competências' e 'organização curricular por conteúdos isolados'

De forma esquemática, representa-se a tensão entre os conceitos contrários 'Educação por competências' e 'Organização por conteúdos isolados' no Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:



Figura 1 - Octógono semiótico – Currículo em Educação Profissional por competências na Educação brasileira tradicional – contrários e contraditórios
Fonte: Elaboração própria

No octógono semiótico da Figura 1, podem ser verificadas as relações de significação em que há associação e também a oposição de conceitos.

Do lado esquerdo, em uma leitura vertical, a ‘organização curricular por competências’ e a ‘~ organização curricular por conteúdos isolados’ (= não organização por conteúdos isolados, ou seja, o que contradiz esse conceito) leva a um novo paradigma da Educação Profissional por competências; do lado direito, a ‘organização curricular por conteúdos isolados’ e a negação da ‘organização curricular por competências’ leva à significação do antigo paradigma da Educação Profissional por conteúdos puramente enciclopédicos ou “isolados”. Essa figura representa os contrários, ou seja: a ‘organização curricular por competências’ e a ‘organização curricular por conteúdos isolados’, no universo da organização curricular, na Educação Brasileira Tradicional.

Propõe-se na ‘organização curricular por competências profissionais’ que se contrarie o paradigma de currículo organizado por conteúdos isolados, sem ligação a objetivos educacionais bem definidos.

Em 2000, com a publicação dos *Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico*, pelo Ministério da Educação, houve uma explícita intenção de romper o paradigma de Currículo em Educação Profissional Técnica focado em “conteúdos a serem ensinados”, com vistas a um novo “paradigma em implantação”, com “foco nas competências a serem desenvolvidas / nos saberes (‘saber’, ‘saber fazer’ e ‘saber ser’) a serem construídos” (BRASIL/ MEC, 2000).

Nessa “nova” perspectiva (que já completou 16 anos), o currículo não significava mais um fim, um ideal a ser alcançado, como o simples rol de conteúdos a serem ensinados e aprendidos, mas sim “um conjunto de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas” (BRASIL/ MEC, 2000, p. 11), conforme a figura a seguir:



O quadro a seguir identifica os pontos essenciais da mudança de paradigma que está no núcleo da reforma da educação, particularmente da educação profissional.

PARADIGMA EM SUPERAÇÃO	PARADIGMA EM IMPLANTAÇÃO
Foco nos CONTEÚDOS a serem ensinados.	Foco nas COMPETÊNCIAS a serem desenvolvidas / nos SABERES (saber, saber fazer e saber ser) a serem construídos.
Currículo como fim, como conjunto regulamentado de disciplinas.	Currículo como conjunto integrado e articulado de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas.
Alvo do controle oficial: cumprimento do Currículo.	Alvo do controle oficial: geração das Competências Profissionais Gerais.

Figura 2 - Competência (conceito), Paradigma em Superação, Paradigma em Implantação

Fonte: BRASIL/MEC, 2000, p. 11

A partir da leitura da Figura 2, pode-se constatar a ideologia subjacente ao planejamento, à execução e à gestão curricular: um projeto de reforma educacional que visou atribuir à área de Currículo em Educação Profissional Técnica uma função sociocultural diferenciada: o domínio e a evidenciação de competências profissionais.

Na Figura 3, logo a seguir, verifica-se o engendramento da matriz de referência para o currículo em Educação Profissional Técnica, da forma que o reconhecemos até hoje nas instituições de ensino. Nota-se a tríade ‘competências’, ‘habilidades’ e ‘bases tecnológicas’ como categorias fundamentais na concepção e na representação do currículo:

EXEMPLO DE MATRIZ DE REFERÊNCIA	
COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E BASES TECNOLÓGICAS (Área Profissional: Comunicação)	
<ul style="list-style-type: none"> • COMPETÊNCIAS • EXEMPLO: PESQUISAR, IDENTIFICAR OU SELECIONAR ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS OU DEFINIDORES DA IDENTIDADE DO OBJETO DA CRIAÇÃO E DE SEU CONTEXTO, A SEREM EVIDENCIADOS OU EXPRESSOS NO PROJETO DE COMUNICAÇÃO VISUAL GRÁFICA E/OU INFOGRÁFICA. 	<ul style="list-style-type: none"> • HABILIDADES • EXEMPLO: UTILIZAR FLUENTEMENTE FERRAMENTAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA. • BASES TECNOLÓGICAS • EXEMPLO: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE SEMIOLÓGIA E SEMIOTÉCNICA, ELEMENTOS E FONTES / ACERVOS DE ICONOGRAFIA.

Para cada subfunção componente do processo produtivo de uma área profissional, foram também identificadas e serão alvo de publicação complementar bases científicas - conceitos e princípios das ciências da natureza, da matemática e das ciências humanas, que fundamentam as tecnologias e as opções estéticas, políticas e éticas da atividade profissional em questão - e bases instrumentais - domínio de linguagens e códigos que permitem “leitura” do mundo e comunicação com ele e de habilidades mentais, psicomotoras e de relação humana, gerais e básicas.

Estas bases permitem a percepção clara dos requisitos de entrada para a apropriação das bases tecnológicas e para o desenvolvimento das competências e habilidades envolvidas em cada subfunção integrante do processo de produção na área profissional. Assim, quadros de bases científicas e instrumentais serão posteriormente publicados para oferecer referências para que se estabeleçam as ligações específicas entre os currículos da educação básica e os da educação profissional na área objetivada, subsidiando processos seletivos ou de caracterização de candidatos e a organização de possíveis módulos curriculares destinados ao nivelamento ou à recuperação dessas bases prévias.

Figura 3 - Matriz de Referência
Fonte: BRASIL/MEC, 2000, p. 27

Na nota encontrada na Figura 3, há a constatação da necessidade de ‘bases científicas’ e de ‘bases instrumentais’ para amparar o desenvolvimento de ‘bases tecnológicas’.

No currículo das habilitações profissionais técnicas de nível médio, essas bases são trabalhadas em componentes curriculares transversais (relacionados a temas e projetos interdisciplinares), que perpassam o currículo.

Por quase uma década, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio ficou impetrada, legalmente e na prática decorrente, da tríade comentada (‘competências’, ‘habilidades’ e ‘bases tecnológicas’), com a organização a partir de taxões ou categorias denominadas ‘áreas profissionais’.

Em 2008, com as disposições do Conselho Nacional de Educação, pela Câmara da Educação Básica, previstas na Resolução CNE/ CEB nº 3, de 9 de julho, o paradigma da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi remodelado, de uma organização de cursos técnicos em núcleos categorizadores denominados “áreas profissionais” para novas classes, mais abrangentes: “eixos tecnológicos” (BRASIL/ MEC, 2008a).

O Parecer CNE/ CEB nº 11/2008 resgata o histórico da mudança de paradigma de organização curricular, de áreas profissionais para eixos tecnológicos:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram definidas pela Resolução CNE/ CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/ CEB nº 16/99. Com a edição do Decreto 5.154/2004, o conjunto dessas Diretrizes Curriculares Nacionais foi atualizado pelo Parecer CNE/ CEB nº 39/ 2004, que deu origem à Resolução CNE/ CEB nº 1/ 2005. Essas Diretrizes organizavam a oferta da Educação Profissional por áreas profissionais, isto é, segundo a lógica de organização dos setores produtivos. O Ministério da Educação está propondo, nesta oportunidade, uma nova orientação para organizar a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, similar à orientação já seguida na definição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, objeto do Parecer CNE/ CES nº 277/2006. O MEC está propondo uma nova organização por Eixos Tecnológicos, isto é, segundo a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica [...] O Catálogo, a ser instituído por força de Portaria Ministerial, contemplará as seguintes disposições por eixo tecnológico: nomes das habilitações profissionais ou cursos técnicos de nível médio e respectivos descritores e carga horária, possibilidades de temas a serem abordados, possibilidades de atuação profissional e infraestrutura recomendada. (BRASIL/ MEC, 2008b, p. 8-9)

Pode-se notar, no referencial exposto, o engendramento de outro conceito, ‘a Educação Profissional Técnica de Nível Médio fundamentada na lógica do conhecimento e da inovação’, não necessariamente ou explicitamente contrária ou contraditória em relação a ‘Educação Profissional Técnica de Nível Médio fundamentada na lógica das competências profissionais’.

O paradigma da organização curricular a partir de 2008 tornou-se mais neutro, menos marcado, priorizando uma organização curricular por temas, não por competências, nem por conteúdos isolados. Na prática das instituições, a organização curricular por competências não perdeu força em sua trajetória, continuando a ser a mais representativa entre as principais instituições de ensino técnico, públicas e também particulares.

No percurso conceptual-terminológico de ‘Currículo por competências’ na Educação Profissional Brasileira, nos 16 anos que compõem a sincronia estudada, foram terminologizados (colocados em forma de termo – (BARBOSA, 2007); (DEMAI, 2014)) os seguintes conceitos-chave: ‘currículo por competências’; ‘competências profissionais’; ‘habilidades profissionais’; ‘bases tecnológicas’; ‘perfil profissional’; ‘atribuições e atividades profissionais’; ‘função produtiva’, além de conceitos subordinados.

Foi engendrado o macroconceito ‘organização curricular por competências’ e também seu contrário, ‘organização curricular por conteúdos isolados’, com a contraposição dos paradigmas: o “novo”, da ‘Educação Profissional por Competências’ e o “antigo”, da ‘Educação Profissional por Conteúdos Isolados’. Ressaltamos que esses dois paradigmas coexistem no atual contexto socioeducacional do Brasil, em uma espécie de transição, com vários graus de consecução de efetiva modificação da política curricular em Educação Profissional no país, por diferentes instituições, conforme suas ideologias e fatores de coerção – interna e externa – e também em relação às determinações legais e políticas da federação, que representam a axiologia ou sistema de valores coletivos.

Na próxima seção, faremos a proposição de um glossário sintético, com a definição de alguns termos da área de Currículo por Competências na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Um glossário temático do Currículo por Competências na Educação Profissional técnica de nível médio

A seguir, propomos um glossário temático com alguns dos mais representativos termos pertinentes à área de Currículo por Competências na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

São os campos conceituais utilizados para agrupar os conceitos:

CAMPO CONCEITUAL 1: CURRÍCULO - ASPECTOS MACROESTRUTURAIS: relacionados aos propósitos, ideologias, constituição e representações de macroitinerários do currículo e dos planos de curso.

Eis o respectivo mapa conceitual:

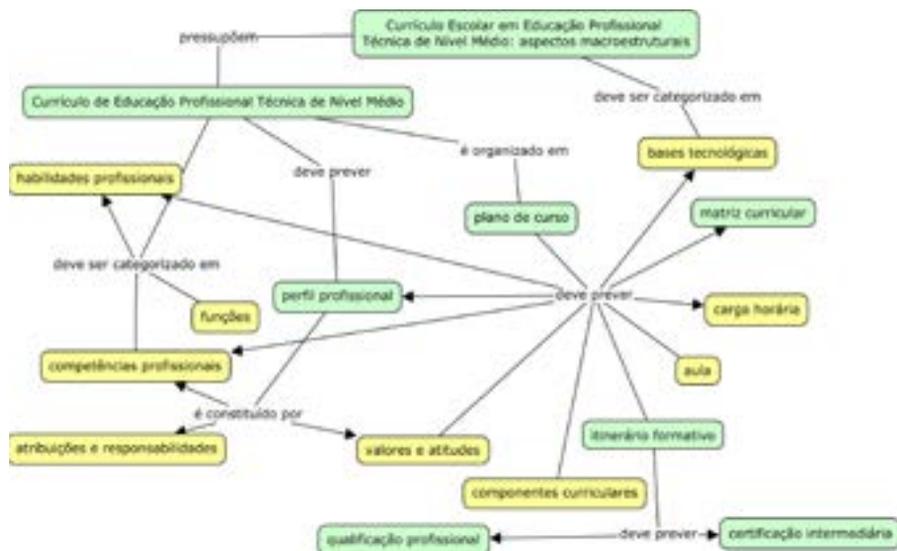


Figura 4 - Mapa conceitual representativo do Currículo em Educação Profissional e Tecnológica: aspectos macroestruturais
Fonte: Elaboração própria

O mapa conceitual representado na Figura 4 apresenta a relação entre os conceitos, por intermédio de frases de ligação.

Os conceitos estão contidos nos balões, e as frases de ligação estão entre as setas. O mapa conceitual que utilizamos é do tipo relacional, ou seja: apresenta a relação entre os conceitos, com a utilização de frases em linguagem natural (no nosso caso, a língua portuguesa); nesse tipo de mapa, todas as relações entre os conceitos são relevantes, não apenas a relação hierárquica (em que um conceito é simplesmente superior – superordenado - ou inferior – subordinado – a outro), conforme ocorre nas estruturas tradicionais.

A ordenação dos conceitos é aleatória, o que significa que um conceito que está no alto não é necessariamente o mais importante.

No mapa anterior, Figura 4, o conceito ‘Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio: aspectos macroestruturais’, em um balão de cor verde, relaciona-se diretamente com os conceitos ‘Currículo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio’, ‘plano de curso’, ‘perfil profissional’, ‘matriz curricular’, ‘itinerário formativo’, ‘qualificação

profissional' e 'certificação intermediária'. Indiretamente, 'Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio: aspectos macroestruturais' relaciona-se com os balões de cor amarela: 'habilidades profissionais', 'funções', 'competências profissionais', 'atribuições e responsabilidades', 'bases tecnológicas', 'carga horária', 'aula', que se constituem nos aspectos microestruturais de 'Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio', os quais serão detalhados no próximo mapa conceitual (Figura 5). As relações entre os conceitos podem ser identificadas a partir da leitura das frases de ligação, bem como seguindo-se as setas, de um balão para outro.

Não há uma direção recomendada para a leitura do mapa.

CAMPO CONCEITUAL 2 - CURRÍCULO: ASPECTOS MICROESTRUTURAIS: relacionados às categorias organizadoras do currículo e representações de microitinerários do currículo e dos planos de curso.

Eis o respectivo mapa conceitual:

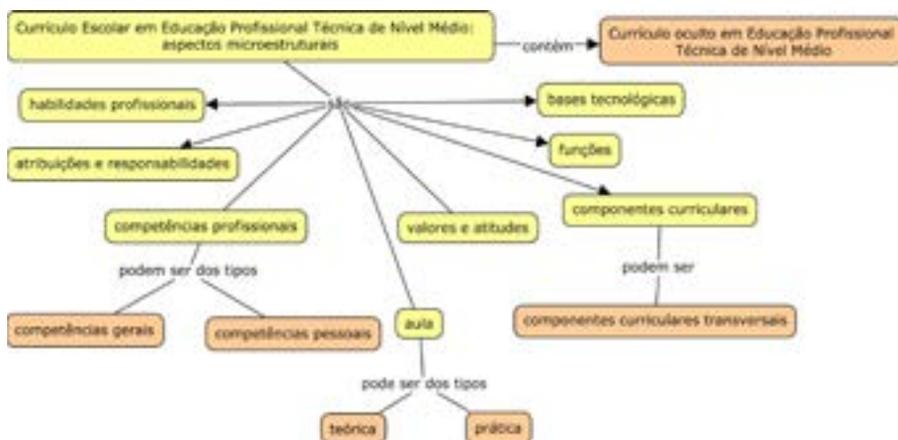


Figura 5 - Mapa conceitual representativo do Currículo em Educação Profissional e Tecnológica: aspectos microestruturais

Fonte: Elaboração Própria

No mapa conceitual que consta da Figura 5, 'Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio: aspectos microestruturais' relaciona-se diretamente com os conceitos nos balões de cor amarela: 'habilidades profissionais', 'atribuições e responsabilidades', 'competências profissionais', 'aula', 'valores e atitudes', 'componentes curriculares', 'funções', 'bases tecnológicas'. Indiretamente, 'Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio: aspectos microestruturais' relaciona-se com os conceitos contidos em balões de cor alaranjada: 'competências gerais', 'competência pessoais',

‘teórica’, ‘prática’, ‘componentes curriculares transversais’, ‘Currículo oculto em Educação Profissional Técnica de Nível Médio’.

Para os limites deste trabalho, descreveremos terminologicamente os conceitos relativos ao macroitinerário que caracteriza o currículo, ou seja: o percurso ou as categorias organizadoras desse percurso do Currículo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a exemplo de: ‘perfil profissional’, ‘valores e atitudes’, ‘matriz curricular’, ‘plano de curso’, ‘itinerário formativo’, ‘qualificação profissional’ e ‘certificação intermediária’.

Também descreveremos terminologicamente conceitos relativos ao microitinerário do Currículo e dos planos de curso, que representam o caminho intra plano de curso, bem como as categorias organizadoras: ‘competências’, ‘habilidades’, ‘bases tecnológicas’, ‘atribuições e responsabilidades’, ‘valores e atitudes’, ‘componentes curriculares’, ‘carga horária’, ‘aula’, ‘função’.

Alguns conceitos são característicos tanto dos aspectos macroestruturais como dos aspectos microestruturais do currículo, como ‘perfil profissional’, ‘competências profissionais’ (e suas faces teórica – bases tecnológicas – e prática – habilidades), pois fazem parte tanto da ideologia subjacente à construção curricular (planeja-se um currículo construído por competências profissionais, para o alcance de um perfil profissional) como também estão presentes nos aspectos microestruturais, como componentes curriculares, que contêm competências, habilidades e bases tecnológicas.

De forma resumida, as informações que serão de fornecidas para cada verbete (concebe-se verbete como conjunto de entrada – termo definido – mais o enunciado terminográfico, ou seja: todos os dados que se propõe apresentar sobre a entrada):

- **Categoria gramatical:** divisão ou classe gramatical (substantivo - s.; adjetivo –adj.; verbo – v.; advérbio – adv.)
- **Gênero:** categoria gramatical que classifica as palavras em masculino ou em feminino ou ainda nos dois gêneros (masculino – m.; feminino – f.; 2 gên.).
- **Número:** classificação gramatical em singular – sing. ou em plural – pl.
- **Definição terminológica:** descrição do(s) significado(s) no contexto da área; acepção delimitada na respectiva área.

As informações que compõem o enunciado terminográfico podem ser úteis para a utilização dos termos em textos, de acordo com parâmetros de correção gramatical previstos de modo consensual na norma considerada padrão da língua portuguesa. Um exemplo é a aplicação dos termos fazendo-se as respectivas concordâncias, de gênero e de número nos discursos específicos.

A seguir, esquematizamos um exemplo de verbete terminológico:

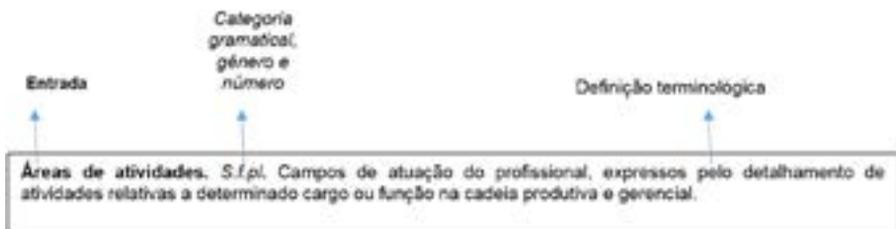


Figura 6 - Exemplo de verbete terminológico: entrada – termo definido – e informações sobre a entrada

Fonte: Elaboração própria

Eis o glossário temático, organizado sistematicamente, ou seja: por campo conceitual e não por ordem alfabética, a fim de evidenciar as relações entre os conceitos:

CAMPO CONCEITUAL 1 - CURRÍCULO: ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Currículo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *S.m. sing.* Esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico/área de conhecimento, a fim de atender a objetivos de Formação Profissional de Nível Médio, de acordo com as funções do mercado de trabalho e dos processos produtivos e gerenciais, bem como as demandas sociopolíticas e culturais, as relações e atores sociais da escola.

Perfil profissional. *S.m. sing.* Descrição sumária das atribuições, atividades e das competências de um profissional de uma área técnica, no exercício de um determinado cargo ou ocupação.

Plano de curso. *S.m. sing.* Documento legal que organiza o currículo na forma de planejamento pedagógico, de acordo com as legislações e outras fundamentações socioculturais, políticas e históricas, abrangendo justificativas, objetivos, perfil profissional, organização curricular das competências, habilidades, bases tecnológicas, temas e cargas horárias teóricas e práticas, aproveitamento de experiências e conhecimentos e avaliação da aprendizagem, infraestrutura de laboratórios e equipamentos e pessoal docente, técnico e administrativo.

Matriz curricular. *S.f. sing.* Documento legal em forma de quadro representativo da disposição dos componentes curriculares (incluindo projetos e trabalhos de conclusão de curso) e respectivas cargas horárias (teóricas e práticas) de uma habilitação profissional técnica de nível médio, na estrutura de módulos ou séries, com terminalidade definida temporalmente

(que pode ou não coincidir com a ordenação do semestre ou do ano letivo) e de acordo com a possibilidade de certificação intermediária (para qualificações profissionais técnicas de nível médio) e de certificação final (para habilitações profissionais técnicas de nível médio).

Itinerário formativo. *S.m. sing.* Modo de organização curricular que direciona o percurso ou percursos possíveis do processo de ensino-aprendizagem, com saídas intermediárias ou não e com possibilidades de prosseguimento e aproveitamento/reconhecimento de estudos e saberes.

Qualificação profissional. *S.f. sing.* tipo de curso autônomo ou etapa bem delimitada de uma habilitação profissional, que deve se constituir de acordo com uma unidade temática e estar voltado(a) para uma função produtiva.

Certificação intermediária. *S.f. sing.* Processo ou produto da certificação de um módulo ou de um conjunto de módulos, equivalente a uma qualificação profissional.

CAMPO CONCEITUAL 2 - CURRÍCULO: ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Currículo oculto em Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *S.m. sing.* Processo e produto decorrentes da execução do currículo idealizado, frutos da interação entre os atores sociais envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, que transcende e modifica as etapas de planejamento curricular, a partir de um conjunto de valores, crenças, hábitos, atitudes e práticas de uma comunidade, de uma região, em um contexto sócio-histórico, político e cultural e ideológico.

Função. *S.f. sing.* Categoria organizadora de um conjunto de atividades e competências direcionadas para um macro-objetivo nos processos produtivos, como planejamento, execução e controle, que marca uma etapa bem definida das partes do itinerário formativo.

Competências profissionais. *S.f. pl.* Capacidades teórico-práticas e comportamentais de um profissional técnico de uma área profissional ou eixo tecnológico, direcionadas à solução de problemas do mundo do trabalho, ligados a processos produtivos e gerenciais, em determinados cargos, funções ou de modo autônomo. **Competências gerais** *S.f. pl.* Competências profissionais relativas a um eixo tecnológico ou área profissional, relacionadas ao desenvolvimento de atribuições e atividades de um cargo ou função, ou de um conjunto de cargos/funções. **Competências pessoais** *S.f. pl.* Capacidades teórico-práticas e comportamentais de um profissional técnico de uma área profissional ou eixo tecnológico, direcionadas ao convívio nos ambientes laborais, ao trabalho em equipe, à comunicação e interação, à pesquisa, melhoria e atualização contínuas, à conduta ética, e às boas práticas no ambiente organizacional.

Habilidade profissional. *S.f. sing.* Capacidade de agir imediatamente, mentalmente e por intermédio dos sentidos e da motricidade, com ou sem o uso de ferramental, para a solução de problemas do mundo do trabalho.

Bases tecnológicas. *S.f. pl.* Conjunto sistematizado de conceitos, princípios, técnicas e tecnologias resultantes, em geral, da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos a uma área produtiva, que dão suporte ao desenvolvimento das competências e das habilidades.

Atribuições e responsabilidades. *S.f. pl.* Conjunto de responsabilidades, atividades e atitudes relativas ao perfil do profissional técnico no exercício de um cargo, função ou em trabalho autônomo.

Valores e atitudes. *S.m. pl.* Conjunto de princípios que direcionam a conduta ética de um profissional técnico no mundo do trabalho e na vida social, para o alcance do qual estão envolvidos todos os atores, ambientes, relações e subprocessos do ensino e da aprendizagem (alunos, professores, grupo familiar dos alunos, funcionários administrativos, entorno na comunidade escolar, organizados em ambientes didáticos e também fora deles, com o estabelecimento de relações intra, extra e transescolares, para a mediação e o alcance do conhecimento aplicável na atuação profissional, fim e meta primordial da Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

Componentes curriculares. *S.2 gên. pl.* Divisões do currículo que organizam o desenvolvimento de temas afins. Compreendem atribuições, responsabilidades, atividades, competências, habilidades e bases tecnológicas direcionadas a uma função produtiva.

Componentes curriculares transversais. *S.2 gên. pl.* Componentes curriculares relacionados a temas e projetos interdisciplinares, relativos a ética e cidadania organizacional, empreendedorismo, uso de tecnologias informatizadas, comunicação profissional em língua materna e em línguas estrangeiras (como Inglês e Espanhol), com o uso das respectivas terminologias técnico-científicas, das bases científicas e tecnológicas, das competências de planejamento e desenvolvimento de projetos, de modo colaborativo e empreendedor.

Carga horária. *S.f. sing.* Segmento de tempo destinado ao desenvolvimento de componentes curriculares, abrangendo teoria e prática.

Aula. *S.f. sing.* Unidade do processo de ensino e aprendizagem relativa à execução do currículo, conforme o planejamento geral do curso e do componente curricular, que diz respeito a um ou mais componentes curriculares, práticas ou turmas. **Aula teórica** *S.f. sing.* Aula desenvolvida em um ou mais ambientes que não demandam espaços diferenciados

para sua execução, como laboratórios e outros ambientes compostos por equipamentos determinados e diferenciados dos que constam no mobiliário básico de uma sala de aula padrão (carteiras escolares, lousa tradicional), que podem ser complementados com recursos adicionais, como lousa digital, computadores, projetores digitais. **Aula prática** *S.f. sing.* Aula desenvolvida em espaços diferenciados para sua execução, como laboratórios, outros ambientes compostos por equipamentos determinados.

Esse glossário temático, sintético, é reflexo dos textos que compõem o corpus e também do mote deste trabalho, ou seja: o percurso conceitual-terminológico de 'Currículo por Competências' na história da Educação Profissional Técnica de Nível Médio brasileira nos anos 2000.

Para outros trabalhos, pode ser ampliado o conjunto de textos sob análise, em quantidade e em abrangência conceitual, o que poderá gerar glossários com um maior número de termos, representativo de um número maior de campos conceituais.

Considerações finais

Os objetivos principais deste trabalho foram apresentar e analisar os principais aspectos do percurso conceptual-terminológico de 'Currículo por Competências' na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil.

Fulcramos nossa análise na ciência Terminologia, principalmente nas linhas da Teoria Comunicativa da Terminologia, da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, da Semântica Cognitiva e da Semântica Lexical, com a valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista, a partir da concepção de termo como unidade de função comunicativa, discursiva e cognitiva e da valorização de aspectos sociológicos e históricos que influenciam a língua e as linguagens, visando a um estudo de Terminologia e de terminologias com base em corpus e passível de tratamento sincrônico, diacrônico, multi e transdisciplinar, com a mobilização de saberes da Linguística, da Sociologia, da História, da Educação e da Psicologia.

O *corpus* deste trabalho representa uma sincronia de 16 anos, relativa ao discurso que pontificou o início e etapas posteriores da transição entre uma 'organização curricular por conteúdos isolados' para uma 'organização curricular por competências', em Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Brasil, de 2000 a 2016. Os textos que compõem o *corpus* são institucionais e legais, marcando o posicionamento governamental e formal em relação ao tema, bem como a interpretação e a prática de uma instituição de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) renomada no Brasil e no estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, ao lado de algumas obras de pesquisadores independentes.

Verificamos que a transição conceptual-terminológica é marcada por gradações e não por mudanças abruptas, o que se reflete nos termos e em sua constituição variável, em alguns contextos, a exemplo de sinônimos, formas variantes, siglas, acrônimos, entre outros (temas não abordados neste trabalho, devido aos limites de espaço e também ao que se propôs).

O certo é que a terminologia da área de Currículo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com a organização curricular por competências, firmou-se a partir da confirmação e da validação sócio-histórica e educacional desse modelo de planejamento curricular em nosso país (não que ele seja consensual e impassível de críticas – a própria oscilação legal do Ministério da Educação, a partir de 2008, com um paradigma menos marcado, de uma organização curricular por temas (não por competências, não por conteúdos isolados) evidencia essa tensão).

Não obstante uma certa relutância legal (e ideológica), a prática e aplicação das instituições não se afastaram do paradigma da organização curricular por competências, a despeito da organização curricular por conteúdos isolados e até mesmo da organização curricular por temas (proposta pelo Ministério da Educação em 2008).

A Terminologia, como processo histórico e cultural, político e filosófico, é resultante de subprocessos cognitivos e expressivos de construção de mundo e de realidades; é, em potencial, uma fonte de transmissão do saber, da herança cultural, de indivíduos e de coletividades, a partir do poder de engendrar e de representar os conceitos científicos, técnicos e tecnológicos.

A área-tema, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e seu “novo” paradigma de organização curricular por competências, demonstrou possuir altíssima relevância no atual contexto educacional e social do Brasil, visto que o trabalho é uma das atividades humanas fundamentais para a vida produtiva em sociedade, e uma Educação para o trabalho e para a vida cidadã deve ser valorizada e estudada, a fim de que se torne cada vez mais eficiente em suas práticas e cada vez mais bem construída em seu aparato intelectual.

Ressaltamos, por fim, a importância da função de difusora do conhecimento, própria da Terminologia, em relação às terminologias descritas, e seu poder de engendrar o conhecimento, de formá-lo e de possibilitar sua apreensão e sua sistematização.

Referências

ARAÚJO, A. M.; DEMAI, F.M.; PRATA, M. **Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac)**: uma síntese do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. 2016. Disponível em: <<http://www.cpsctec.com.br/cpsctec/arquivos/2014/missao.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As Ciências do Léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: fev. 2016

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Resolução CNE/CEB nº 3/ 2008**, de 9 de julho – Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2016

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Parecer CNE /CEB nº 11/ 2008**, de 7 de julho - Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394/ 1996**, de 20 de dezembro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). 7. ed. Atualizada em 25.10.2012. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2012.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DEMAI, F.M. **Processos de terminologização**: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Oxford University. Programa de computador. Versão 4.0 e Versão 5.0.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive Terminology Theory. In: **Terminología y cognición**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada / Universitat Pompeu Fabra, 2001.

Corpus documental (destinado à extração de termos) e corpus referencial (destinado à extração de conceitos)

ARAÚJO, A. M. **A reformulação curricular nas escolas técnicas do Ceeteps: uma experiência inovadora.** São Paulo, 1995. 140f. Dissertação de Mestrado (Educação: Supervisão e Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**, de 8 de dezembro - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Resolução CNE/CEB nº 3/2008**, de 9 de julho - Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em 2 fev. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Parecer CNE /CEB nº 11/ 2008**, de 7 de julho - Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Resolução CNE/CEB nº 4/2012**, de 6 de junho - Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10941-rceb004-12&Itemid=30192>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Resolução CNE/CEB nº 1/2014**, de 6 de junho - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cneceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Resolução CNE/CEB nº 6/2012**, de 20 de setembro - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 2012c. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL/ MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/cnct2016>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL/ MTE (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 2002 e atualizações. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394/ 1996**, de 20 de dezembro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). 7. ed. Atualizada em 25.10.2012. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Federal nº 5.154/ 2004**, de 23 de julho - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.741/2008**, de 16 de julho - Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 4 fev. 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. **Deliberação CEETEPS nº 4/2009**, de 5 de fevereiro. 2009. D.O.E de 06/02/2009, Seção I, Pág. 27.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Institucional. Disponível em: <<http://www.cps.sp.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Institucional/ Unidade de Ensino Médio e Técnico. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/>> Acesso em: 27 maio 2016.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Institucional/ Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/cpscetec/arquivos/2014/missao.pdf>> Acesso em: 27 maio 2016.

DEFFUNE, D.; DEPRESBITERIS, L. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional** – crônicas e reflexões. 3. ed. São Paulo: Senac, 2009.

DELUIZ, N. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação**: implicações para o currículo. Boletim Técnico do SENAC. 27 (3), p.3-25. set./dez.2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

DEMAI, F. M. **Livro das competências profissionais**: a síntese dos 90 cursos técnicos e das 115 qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza. nº. 2. São Paulo: Editora i9, 2009.

_____. O currículo escolar em educação profissional e a formação de parcerias: experiências e tendências do Centro Paula Souza. In: CARVALHO, M. L. M. (Org.). **Cultura, saberes e práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011, v. 1, p. 61-78.

_____. O trabalho do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza: histórico e organização. In: CARVALHO, M. L. M. (Org.). **Patrimônio, currículos e processos formativos...** São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, v. 1, p. 357-376.

FORNAZIERI, C. C. **Livro das Competências Profissionais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2003. v. 1.

HEMÉRITAS, A. B.; MAIA, L. C. Z. **Reflexos da reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo**. São Paulo: Komedi, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes para a educação do futuro**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

MOTOYAMA, S. (Org.). **Educação Técnica e Tecnológica em questão: 25 anos do CEETEPS – uma história vivida**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista: CEETEPS, 1995.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida**. São Paulo: Editora Penso, 2013.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROVAI, E. (Org.) **Competência e competências: contribuição crítica ao debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

SACRISTÁN, J. G. et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SÃO PAULO (ESTADO), CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Indicação CEE nº 8/2000**, de 5 de julho - Diretrizes para Implementação da Educação Profissional de nível Técnico no sistema de ensino do Estado de São Paulo. 2000. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0987-1002_c.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ETEC CARLOS DE CAMPOS: ESPACIALIDADE E MATERIALIDADE DA PRIMEIRA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA

Ana Carolina Carmona Ribeiro¹
Gabriela Russo de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar características espaciais do edifício da Primeira Escola Profissional Feminina de São Paulo (atual Escola Técnica Estadual Carlos de Campos) considerando as alterações mais relevantes desde sua criação até os dias mais atuais e a relevância histórica que a escola, e seu edifício, têm para a história da arquitetura e da educação profissional. O artigo documenta parte da história arquitetônica da escola, registrando-a por meio de plantas, perspectivas e fotografias.

Em 2010, o edifício da escola foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), na categoria de bem cultural. No entanto, apesar do tombamento, o edifício da Carlos de Campos foi pouco estudado, em sua materialidade e espacialidade. Quando estudado, pouco se considera da totalidade do edifício, levando em conta as alterações ocorridas desde a primeira construção e as motivações que as tornaram necessárias. Como eram as primeiras construções que abrigavam a

¹ Orientadora da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida por Gabriela Russo em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em 2015.

escola? Quais foram essas alterações, e quais as motivações para que ocorressem? Como se relacionam o ensino técnico e a espacialidade da Carlos de Campos? Há um diálogo entre a antiga e nova construção da escola? O estudo do espaço escolar pode esclarecer, mesmo que ainda de forma inicial, algumas dessas questões.

Um breve histórico

A proclamação da República, em 1889, implicou em importantes mudanças nas construções públicas escolares, principalmente no estado de São Paulo. Com maior autonomia, São Paulo, que já vivenciava um grande desenvolvimento econômico, passou a investir na educação pública, que até então não recebia grande atenção dos administradores do Estado (WOLFF, 2010, p.131-132). Neste momento, o governo vigente visava o “progresso” através do desenvolvimento comercial, urbano e industrial. Para o desenvolvimento da indústria, era preciso qualificar a mão de obra, que era preenchida em boa parte por imigrantes, o que estimulou a criação das escolas profissionalizantes (MORAES e ALVES, 2002, p.17).

Apesar da educação pública passar a ser tema de embates políticos na década de 1880, neste período ainda não havia nenhuma legislação que regulamentasse a construção dos edifícios escolares. O Código de Posturas do Município de São Paulo, de 1886, trazia algumas orientações em relação ao tema, seguindo ideais higienistas que recomendavam a obrigatoriedade da vacinação dos alunos, dimensões de escadas, medida mínima de pé direito para as salas de aula, insolação, considerando dimensões e posicionamento de janelas, e número de latrinas por alunos (ARTIGAS, 1970, p.124-126).

Apesar da militância de políticos como Rui Barbosa (1849-1923), que defendiam que a educação pública tivesse intervenção do Estado, isso só ocorreu, em São Paulo, em 1892, com a primeira lei republicana paulista sobre educação (ARTIGAS, 1970, p.123-124). Entre 1889 e 1894, o orçamento destinado à educação teve um grande aumento, chegando a dobrar neste último ano em relação ao anterior (WOLFF, 2010, p.133).

Em 1894, foi criada a Escola Normal de São Paulo (atual Instituto Caetano de Campos), na atual Praça da República, com edifício foi projetado por Antonio Francisco de Paula Souza (1843-1917) e construído por Ramos de Azevedo (1851-1928). A escola passa a ser o “novo templo do saber laico” (WOLFF, 2010, p.149-150) e a simboliza o avanço industrial da cidade. O prédio foi idealizado em escala monumental, com ornamentos nas fachadas seguindo modelos europeus. O projeto organizava-se em uma planta simétrica, em “U”, solução espacial comum aos prédios escolares até 1911 (WOLFF, 2010, p.152).

Em 1911 são criadas a Escola Profissional Feminina e a Escola Profissional Masculina da capital, ambas no Brás, bairro paulistano de intensa atividade fabril e próximo a vilas operárias. O ensino da Escola Profissional Feminina era voltado às prendas manuais para meninas acima de 12 anos, com diploma do grupo escolar ou equivalente. A maior parte dessas meninas era filha de trabalhadores imigrantes, em maioria, italianos (MORAES e ALVES, 2002, p.22). A escola ficou inicialmente instalada em um palacete entre as esquinas das ruas Monsenhor Andrade e Oriente (CARVALHO, 2012, p.14). Apenas em 1925 ganhou um projeto arquitetônico mais adequado ao programa de ensino. Em 1930 foi entregue a primeira parte do edifício, construída no mesmo terreno em que o palacete se encontrava, sem que este fosse demolido.

Os cursos oferecidos duravam três anos e eram compostos de oficinas teóricas e práticas, nas quais ensinavam técnicas que na época eram ditas femininas, como Confecção, Rendas e Bordados e Flores e Chapéus. Além disso, as alunas assistiam a aulas de Português, Aritmética, Geográfica e Desenho Geométrico. Entre 1911 e 1920 apenas a disciplina de desenho era obrigatória a todos os cursos; havia uma valorização dessa disciplina por parte da direção, na época representada por Horácio Augusto Silveira, para quem “o desenho seria a cadeira convergente, o pivô, no qual todos os trabalhos realizados nas oficinas deveriam se basear e que, principalmente, proporcionaria a originalidade e a iniciativa reveladas nos produtos” (OLIVEIRA, 1992, apud NOVELLI, 2004, p.7). Em 1920 outras disciplinas passaram a ser obrigatórias a todos os cursos, como por exemplo: Português, Educação Moral e Cívica, História e Geografia do Brasil, Geometria e Cálculo Aritmético (NOVELLI, 2004, p.7).

Ao final do ano de 1920 ocorre a Reforma Sampaio Dória², que implantou a cadeira de Economia Doméstica, por conta da insatisfação do governo em ver cursos dirigidos apenas às necessidades da indústria; no entanto, este tipo de ensino foi rejeitado pelas alunas, que valorizavam os conhecimentos também valorizados no mercado de trabalho. Posteriormente, a cadeira de Economia Doméstica passou a se chamar Economia Doméstica e Puericultura, visando ensinar o preparo de refeições, higiene alimentar e economia, confecção de roupas e práticas de puericultura (NOVELLI, 2004, p.9). Segundo Novelli (2004, p.10), “apesar de certa resistência por parte das alunas, na década de 1930 o currículo da Escola Profissional Feminina caracterizou-se por seu duplo papel, sendo que o ensino

² Sampaio Dória (1883-1964) foi Diretor de Instrução Pública de São Paulo, época em que elaborou a proposta de reforma educacional. Também atuou como professor de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Caetano de Campos entre 1914 e 1925 (MEDEIROS, s.d.).

profissional oferecido se propôs tanto a formar a mulher para os ofícios que o mercado de trabalho oferecia a elas como para exercer as atividades do lar”.

A partir de 1949 começam a surgir escolas que seguiam os preceitos da arquitetura moderna, junto ao Convênio Escolar³. O espaço passa a ser pensado de acordo com a sua função: ensino, recreação ou administração. Espaços de vivência passam a ser valorizados, assim como os espaços de educação, além da relação com o entorno urbano. Os serviços sociais e a organização administrativa ganham mais espaço dentro das escolas (CARVALHO, 2012).

Em 1975 o Estado de São Paulo cria o CONESP, Construções Escolares do Estado de São Paulo, órgão que passa a ser responsável pelas construções da época. Em 1976, a escola, então Colégio de Economia Doméstica e Artes Aplicadas Estadual “Carlos de Campos”, ganha uma nova ala interligada ao prédio já existente para atender ao aumento de demanda por espaço físico. Pela Constituição de 1988, a educação passa a ser “direito de todos e dever do Estado e da família”, com a intenção de desenvolver o indivíduo para exercer cidadania e se qualificar para o trabalho. O ensino técnico toma como princípios a partir de então, segundo Segawa (1992), a igualdade de condições, pluralismo de ideias, gratuidade nos estabelecimentos oficiais e a valorização dos profissionais de ensino.

Em 1994 a ETE Carlos de Campos é incorporada ao Centro Paula Souza e começa a se chamar oficialmente Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. Hoje, a escola oferece os seguintes cursos técnicos: Comunicação Visual, Cozinha, Design de Interiores, Edificações, Enfermagem, Modelagem do Vestuário e Nutrição e Dietética, além do médio integrado ao técnico e três cursos que tem suas aulas ministradas na Escola Estadual Presidente Roosevelt, Administração, Marketing e Turismo Receptivo.

Em 2010, o edifício da escola foi tombado pelo CONDEPHAAT, na categoria de bem cultural. No entanto, apesar do tombamento, o edifício da Carlos de Campos foi pouco estudado, em sua materialidade e espacialidade. Quando estudado, pouco se considera da totalidade do edifício, levando em conta as alterações ocorridas desde a primeira construção e as motivações que as tornaram necessárias. Afinal, como eram as primeiras construções que abrigavam a escola? Quais foram essas alterações, e quais as motivações para que ocorressem? Como se relacionam o ensino técnico e a espacialidade da Carlos de Campos?

³ Convênio entre Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura da Cidade de São Paulo que surge em 1949 para tentar suprir o déficit de vagas na rede pública de ensino. A Prefeitura fica responsável pela construção de prédios escolares e o Estado, pelo desenvolvimento dos programas de ensino. O Convênio durou até 1959 (AMBROGI, 2005, p.165).

Como dialogam, ou não, a antiga e nova construção da escola? O estudo do espaço escolar pode esclarecer, mesmo que ainda de forma inicial, algumas dessas questões.

Análise arquitetônica do edifício (1911 a 2015)

Para a análise dos espaços, o livro “Saber Ver Arquitetura”, de Bruno Zevi⁴, foi referência central. O autor propõe uma metodologia de análise do objeto arquitetônico na qual indica que se observe diversos aspectos ligados à compreensão desse objeto arquitetônico, tais como: a situação do edifício em relação à cidade, ou “história dos espaços exteriores em que surge o monumento e que ele contribui para criar”, adaptada para este artigo como análise urbanística-paisagística, considerando a relação com o entorno próximo e a implantação do edifício; a análise volumétrica, que trata do “invólucro mural do edifício”, feita juntamente com a análise arquitetônica, que estuda “a história da concepção espacial, como os espaços criados são sentidos e vividos”; a análise dos elementos decorativos, referente às esculturas e pinturas aplicadas à arquitetura (ZEVI, 1948, p. 54-55). Além desses pontos, é de grande importância a análise do programa de necessidades, que demonstra como se deu, ao longo do tempo, a relação entre os usos e atividades escolares e as conformações espaciais propriamente ditas.

⁴ Bruno Zevi (1918 – 2000) foi um arquiteto e urbanista italiano, iniciou seus estudos em Roma e se formou pela Graduate School of Design da Universidade de Harvard. Em Saber ver a arquitetura defende o estudo da história da arquitetura para análise arquitetônica, fazendo paralelos com outras formas de arte, indicando pontos a serem estudados em uma obra, além de usar de ícones arquitetônicos para referenciar seu método de análise.

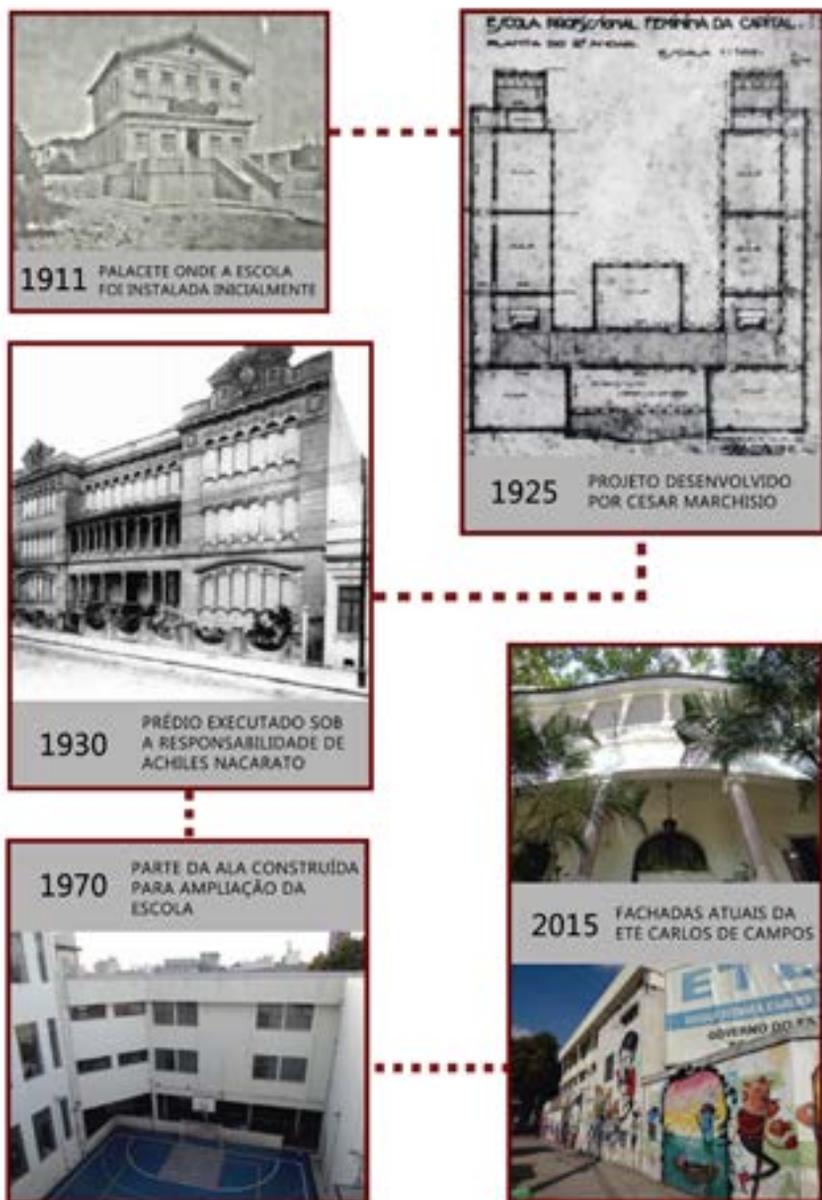


Figura 1- Linha do tempo da edificação

Fonte: Gabriela Russo, a partir de imagens de Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), WOLFF, MORAES e ALVES

Cinco momentos são tomados como marcos espaciais na história da escola, sendo eles: as suas primeiras instalações, em um palacete do final do século XIX já existente no terreno, e adaptado para o uso escolar; o projeto original, de 1925; o projeto executado, executado no mesmo terreno e entregue em 1930 – um edifício menor do que o projetado, com área reduzida devido à falta de verba; a edificação resultante da reforma ocorrida na década de 1970, que ampliou a escola para atender (nesse mesmo período em que o antigo palacete que abrigou a escola foi demolido); e, por fim, a situação atual do edifício, tombado pelo CONDEPHAAT em 2010 e submetido à algumas reformas pontuais para manutenção e acessibilidade.

Análise urbanístico-paisagística / implantação

A Escola Profissional Feminina, desde a sua fundação em 1911 até o ano de 1930, ocupou um antigo palacete na Rua Monsenhor de Andrade, bairro do Brás, onde antes funcionava o Colégio Azevedo Soares (CARVALHO, 2012, p.14). O terreno – na esquina das Ruas Monsenhor Andrade e Oriente –, situava-se ao lado da linha férrea, área de grande concentração industrial, além de moradias operárias (Figura 2). Nas três primeiras décadas do século XX, o bairro do Brás foi marcado por intensa atividade fabril e grande movimentação de imigrantes. A localização da escola foi de grande importância, visto que a maior parte das alunas eram meninas maiores de 12 anos, em grande parte filhas de imigrantes vindos principalmente da Itália e Espanha. As famílias das estudantes começavam a se estabelecer no Brasil neste mesmo período e a o ensino ofícios a essas meninas colaborava para essa estruturação.



Figura 2- Implantação da escola, na esquina das Ruas Oriente e Monsenhor Andrade
Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico – Divisão de Preservação

Esse antigo palacete, seguindo a tipologia comum em São Paulo à época, era elevado do nível da rua e possuía dois pavimentos que tiveram seus ambientes adaptados para receber as aulas comuns e oficinas. Ocupava cerca de 1/6 do terreno e ficava centralizado ao fundo dele; uma cozinha e sanitários ficavam localizados na parte externa do edifício principal, também ao fundo do terreno, onde não eram visíveis da rua. O restante do terreno era ocupado por um jardim e um muro separava a entrada da escola e o jardim frontal do jardim dos fundos e os anexos.

Em 1925 um novo edifício foi projetado pelo arquiteto Cesar Marchisio⁵ para atender as necessidades da escola, dentro de um programa mais amplo que foi o das chamadas “Escolas da República”⁶ que refletia, em grande parte, o “progressismo” dos industriais paulistas, que promoviam a modernização e avanços econômicos da cidade. O projeto, que ocupava o mesmo terreno à esquina das Ruas Oriente e Monsenhor Andrade era implantado de forma que o edifício ocupava todo o terreno com salas dispostas em quatro alas que alcançavam o perímetro do terreno, formando ao centro um pátio. O acesso era feito pela Rua Monsenhor Andrade, por uma entrada localizada ao centro da fachada principal.

A obra, entregue em 1930, foi de responsabilidade de Achilles Nacarato⁷, então chefe do “Escritório Técnico da Directoria de Obras Públicas” (WOLFF, 1992, p. 299). O novo edifício não foi executado por completo: apenas a ala frontal e direita foram construídas, o pátio não foi formado e a escola ficou aberta à Rua Oriente. Além disso, o restante do terreno continuou sendo ocupado pelo palacete, que teve seu acesso recuado. O restante do terreno era, provavelmente, um jardim.

A escola ocupou os dois edifícios por mais de trinta anos, até a década de 1970, quando o palacete foi demolido para construção de duas novas alas. Essas novas alas ocupam área semelhante às não construídas do projeto original, porém têm gabarito maior, o que provoca um fechamento do edifício; o jardim deixa de ter uma ligação direta com a rua. Apesar da criação de um novo acesso pela Rua Oriente (através de portões na nova ala do edifício), o edifício fecha-se em relação ao bairro. Além disso, um muro limita a visão de boa parte das novas alas, o que reforça a ideia de bloqueio entre a escola e o entorno.

⁵ Cesar Marchisio trabalhou no serviço público entre 1917 e 1925, foi o arquiteto responsável pelo desenvolvimento do projeto da Escola Normal de Guaratinguetá, da Escola Normal de Campinas e da Escola Normal de Casa Branca. Não se tem informações quanto a sua vida pessoal (WOLFF, 2010).

⁶ Termo usado por Silvia Wolff, pioneira no estudo das escolas do período (WOLFF, 2010).

⁷ Achilles Nacarato, filho de imigrantes, tinha formação de engenheiro civil pela Escola Politécnica. Começou a trabalhar na Diretoria de Obras Públicas em 1911, na época da construção da Escola Profissional Feminina era chefe do setor de serviços. Esteve diretamente vinculado às construções do Grupo Escolar do Carmo e da Escola Normal de Pirassununga. (WOLFF, 1992)

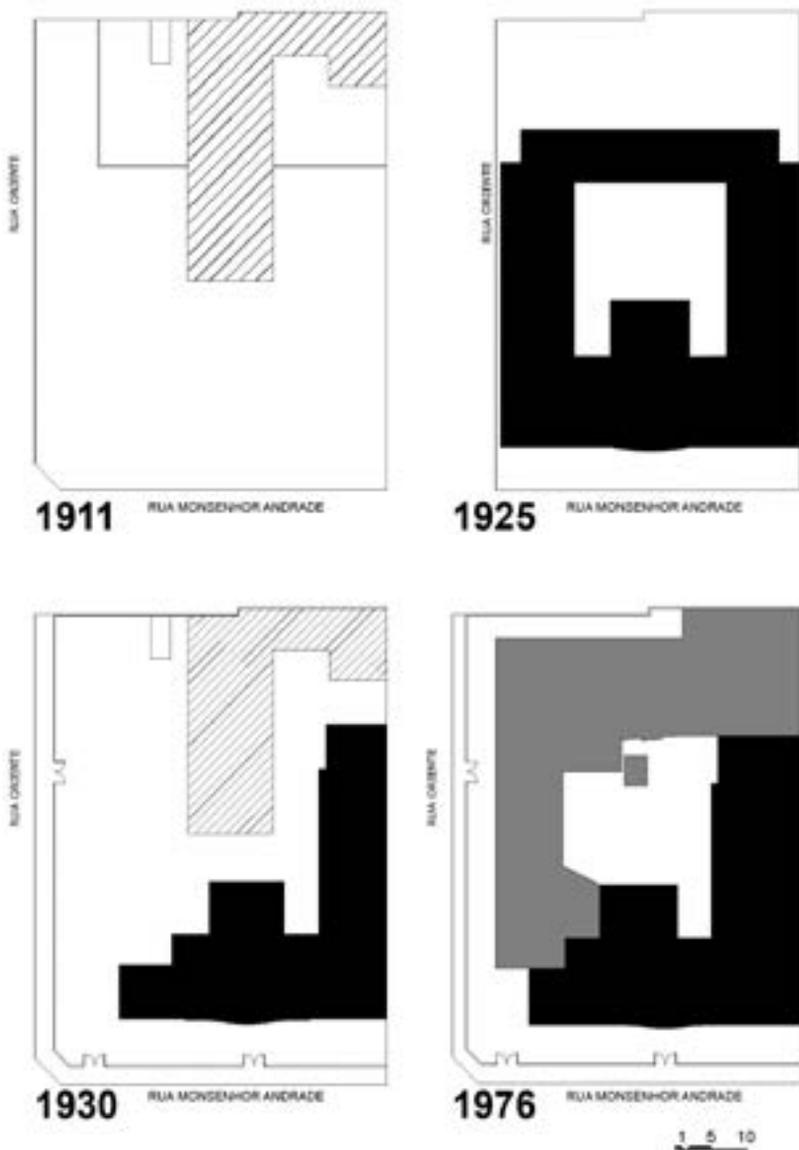


Figura 3- Implantação em 1911, proposta de 1925, 1930 e 1976. Com listras, o palacete; em preto, o edifício de Marchisio; em cinza, a ampliação de 1976

Fonte: Gabriela Russo, a partir de imagens de CONDEPHAAT, CMCC e WOLFF

A primeira implantação da escola, com a fachada mais ornamentada voltada para a Rua Monsenhor Andrade, provavelmente foi feita desta forma pelo maior fluxo de pessoas nesta rua na época; porém, hoje, a rua não possui saída, sendo a Rua Oriente a de maior fluxo⁸. Além disso, atualmente (Figura 4) a vegetação do jardim frontal cobre maior parte da fachada da construção antiga, fazendo com que a fachada principal não tenha quase nenhuma visibilidade. O entorno próximo, composto de antigos galpões, galerias e lojas, tem seu gabarito semelhante ao da escola, maior do que na época da construção da escola, o que também contribuiu para que o edifício perdesse sua monumentalidade. A poluição visual nas fachadas é grande. Placas de identificação da escola, fiações aéreas e a vegetação do jardim frontal prejudicam a leitura visual do prédio histórico.



Figura 4 - Fachadas atuais da Etec Carlos de Campos

Fonte: Arquivo pessoal Gabriela Russo

⁸ Entre meados da década de 1950 e a década de 1960, as indústrias passam a se concentrar nas regiões periféricas da cidade, como a região do ABC paulista. As áreas centrais da cidade de São Paulo passam a perder gradativamente as suas instalações industriais com a desconcentração do entorno das ferrovias e aumento delas ao redor dos eixos rodoviários (PADUA, 2009). O bairro do Brás sofre alterações de uso e, com a intensificação do comércio popular na região, transforma-se em bairro comercial, habitado agora por trabalhadores ligados ao comércio informal, muitos deles imigrantes, em sua maioria libaneses, coreanos e bolivianos (CARVALHO, 2012, p.14)

Análise volumétrico-arquitetônica

O projeto arquitetônico de Marchísio faz parte do conjunto de construções escolares do período da República Velha, que tem como característica tipológica comum as plantas com ambientes dispostos em alas (formando um pátio central ou um jardim interno), ou ainda plantas com os ambientes dispostos em formato de “U”.

Artigas (1970, p.125-128) demonstra que a composição dessas escolas era simétrica, sem recortes e de grande simplicidade espacial, exemplificando a partir de plantas de escolas paulistas construídas no período em questão – apresentando como modelos um edifício de 1905, composto por ambientes distribuídos em quatro alas interligadas, formando ao centro um pátio, e outro de 1912, que também possui um pátio, mas desta vez delimitado por três alas em formato de “U” e por uma outra ala menor, deslocada das outras três, que encontra-se ao centro da planta.

O edifício de Marchísio foi projetado com um eixo de simetria longitudinal. No pavimento térreo (assim como na tipologia de 1905 apresentada por Artigas), quatro alas estão dispostas ao redor de um pátio. No primeiro pavimento, apenas as alas frontal e laterais são reproduzidas do térreo, no lugar da ala posterior, um terraço com acesso pelas laterais é projetado. No segundo pavimento as mesmas três alas são repetidas, configurando, assim, a tipologia em formato de “U”. O pátio central era possivelmente um jardim, complemento paisagístico para o edifício; cumpriria também com a função de aumentar as áreas de aeração e insolação, de acordo com os preceitos higienistas da época (Figura 5).

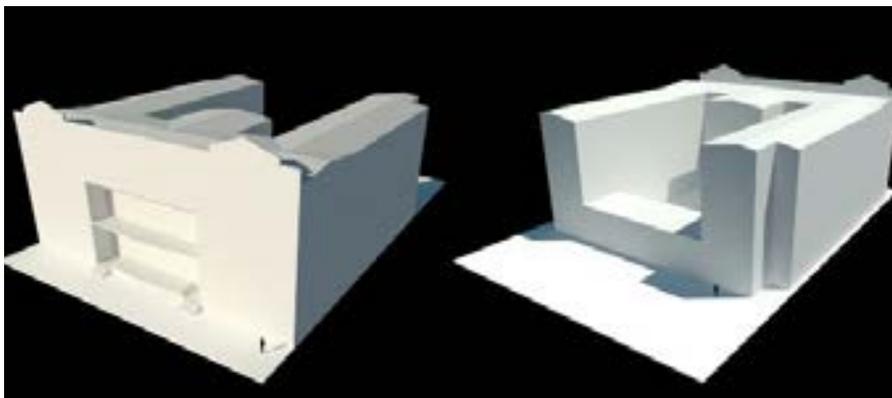


Figura 5 - Reconstituição volumétrica do projeto original da escola, de 1925. À esquerda, perspectiva mostrando a fachada principal frontal e, à direita, parte posterior do edifício

Fonte: Gabriela Russo, a partir de desenhos da CPOS

No projeto original, a volumetria do edifício, com seus três pavimentos, se destacaria do entorno imediato (composto principalmente casas ou sobrados baixos), por sua altura e configuração espacial – um destaque desejável na medida em que ressaltava o papel da “instrução pública” e a presença do Estado no contexto do bairro operário. Esse papel simbólico do edifício era reforçado também pelo projeto da fachada principal, voltada para a Rua Monsenhor Andrade, bastante rebuscada e apresentando elementos ecléticos.

Um desenho de 1926, portanto anterior à construção do edifício, mostra uma edificação encostada na lateral direita da escola, o que justifica a falta de aberturas nessa face. Na fachada principal, é possível identificar grandes janelas de vidro dispostas muito próximas, que se assemelham a um único pano de vidro. Essas janelas são separadas por colunas adornadas. No térreo e no primeiro pavimento, as janelas com esse conjunto de colunas ganham continuidade pelas verdadeiras colonatas das varandas centrais, localizadas na reentrância do edifício. Nos dois primeiros pavimentos, essa composição de colunas é delineada por uma curva. No segundo pavimento, as janelas laterais e centrais da fachada principal formam uma sequência uniforme (WOLFF, 1992, p.298).

Não foram encontrados projetos para a fachada da Rua Oriente e na planta original não constam janelas, nem aberturas projetadas para essa face do edifício, o que faz pensar que esta fachada foi projetada como uma empena cega, o que não é uma hipótese de grande validade por conta das características monumentais das escolas do período.

As demais janelas do edifício ficam voltadas para o pátio interno, segundo o projeto, o que proporciona a comunicação visual entre as alas e entre as alas e o pátio. As fachadas internas têm linhas mais simples e nenhum adorno, o que evidencia a ideia de que era importante apresentar para a cidade o edifício como monumento, sendo as fachadas de menor visibilidade menos trabalhadas.

O edifício de 1930 não segue o projeto original de Marchísio: apenas a ala lateral direita e a ala da Rua Monsenhor de Andrade são construídas. Perde-se a característica de simetria e a importância da fachada projetada para ser a principal. Além disso, as fachadas internas do edifício ficam expostas à rua, prejudicando a unidade volumétrica e o efeito de monumentalidade desejado pelo projetista.

Ao ser observado da Rua Monsenhor Andrade, o edifício parece simétrico, ilusão criada pelo fato da fachada principal ter sido construída mesmo sem que fosse executada a ala da Rua Oriente. Ao ser observado de lado, é possível notar a falta de continuidade do edifício. A fachada construída está desconectada do restante da construção.

O pátio central não foi formado e seu espaço continuou ocupado pelo antigo palacete (Figura 6), e, portanto, a conexão visual e física entre as alas é prejudicada. Além disso, a disposição do palacete interfere também na aeração e insolação dos pavimentos mais baixos do novo edifício.

O antigo palacete que recebeu a escola em 1911 foi demolido na década de 1970 por conta de seu mau estado de conservação e por trazer riscos à segurança das alunas e professores. Na época, o corpo de bombeiros, a Light e a prefeitura condenaram o prédio (NESTE, 1974).

Na mesma década, em 1976, ocorre uma reforma para a ampliação do edifício. Duas novas alas são construídas ao estilo da época para atender às demandas da escola. Essas duas alas ocupam área semelhante à das duas alas que foram projetadas para o edifício de 1925 e que não foram construídas, porém nas novas alas três pavimentos são erguidos com pé direito próximo a altura mínima permitida. Um pátio delimitado por construções em todas as suas faces é formado ao centro do terreno. Atualmente, a volumetria do edifício é muito semelhante àquela do final da década de 1970.

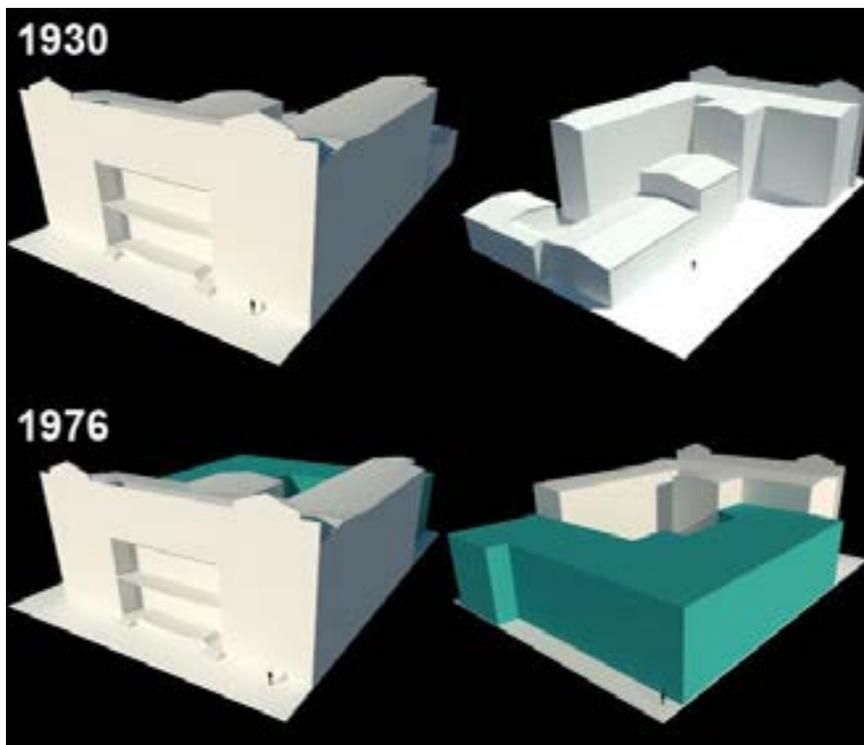


Figura 6 - Reconstituição volumétrica do edifício construído em 1929 e, em verde, a ampliação de 1976
Fonte: Gabriela Russo, a partir de desenhos de CPOS, CMCC e CONDEPHAAT

As alas novas são construídas com gabarito diferente das antigas, que são elevadas em relação ao nível da rua; além disso, o pé direito das novas alas é menor do que o da antiga construção, fazendo com que sejam necessárias escadas para que os pavimentos da construção nova e os da antiga se interliguem. Em 2012 reformas para manutenção e acessibilidade do edifício criaram novos acessos entre a parte antiga e a parte mais recente da escola através de escadas e um elevador.

Do pátio interno também é possível perceber o quanto destoam as duas construções. Na junção entre a ala frontal e a ala da Rua Oriente, um chanfro tem a função aumentar a área interna de acesso às escadas que interligam os pavimentos. Entre as duas alas novas, por sua vez, também há uma descontinuidade no desenvolvimento do edifício com a criação de um volume para abrigar a escada. Além disso, pequenas construções – popularmente conhecidas como “puxadinhos”, por seu total improvisado e falta de projeto – foram construídas tanto em 1976 como em 2012 como áreas de apoio (depósitos, salas para materiais de manutenção), quebrando a regularidade do pátio.

Com a ampliação da escola, uma nova fachada externa é criada, à Rua Oriente. Esta é de extrema simplicidade, se comparada à da Rua Monsenhor Andrade, e não apresenta ornamentos. Um muro esconde parte da nova ala e rompe com a leitura das faces do volume do edifício, cria uma barreira. A placa de identificação da escola resulta no mesmo efeito, “esconde” o edifício.

O gabarito da nova construção é visivelmente mais baixo do que o da construção original, o que evidencia a falta de preocupação em manter o padrão do antigo edifício. A volumetria e as características tipológicas das construções que abrigam a escola não dialogam e suas diferenças são evidenciadas pelo fato de as duas estarem interligadas

Análise do programa de necessidades

As primeiras instalações da Etec Carlos de Campos, ainda na década de 1910, como dito anteriormente, foram adaptadas em um palacete previamente existente. Nesse antigo edifício de dois pavimentos, foram improvisados os espaços da nova escola profissional feminina (Figura 7). O pavimento inferior contava com salas de aula, sendo parte delas a metade das original em área, uma sala pequena para os professores e outra semelhante para a direção da escola. Anexos ao palacete foram remodelados uma cozinha e sanitários para atender a escola. Essas salas deveriam atender às necessidades das aulas convencionais, e às necessidades de espaços diferenciados para as aulas práticas, realizadas em oficinas. Além de noções de português e aritmética, as alunas deviam aprender desenho técnico - única cadeira obrigatória na escola na sua primeira década de funcionamento – para que pudessem compreender o ensino aplicado nas oficinas, essa disciplina demandava espaços específicos (NOVELLI, 2004, p.8).



Figura 7 - Esquema do palacete que abrigou a Escola Profissional Feminina em 1911. O cinza mais claro indica as circulações, o cinza intermediário indica os espaços destinados ao ensino e o cinza mais escuro, os espaços de serviço/apoio. Os ambientes indicados com o número 1 indicam salas de aula; 2, direção; 3, professores; 4, sanitários; 5, cozinha

Fonte: CMCC

O projeto de Cesar Marchísio, de 1925, segue um programa de necessidades semelhante ao encontrado nas escolas construídas no mesmo período. Coerentemente com o que coloca Artigas – “Quanto ao programa, tudo era ensino, nem ao menos um recinto para administração” (1970, p. 125) – não havia espaços projetados para a administração escolar; no palacete, uma sala é improvisada para a direção na entrada do edifício e outra para os professores, aos fundos, enquanto no projeto de Marchísio acredita-se que uma das pequenas salas na entrada da escola era destinada à direção e a outra, aos professores.

Para o ensino das disciplinas práticas, faziam-se necessárias apenas salas grandes com boa iluminação (WOLFF, 2010, p. 300). Portanto, quase todo o edifício projetado é composto de salas de aula com grandes janelas que permitiam a entrada da iluminação natural – solução comum para as Escolas Normais da época. Além dessas salas, era possível encontrar sanitários femininos em todos os pavimentos.

No projeto original, corredores amplos interligam todas as alas do edifício, ao longo deles as salas são distribuídas de forma uniforme e setorizada. Todos os pavimentos

seguem a mesma lógica de fluxo, o que facilita a compreensão do espaço pelos usuários. Entre os pavimentos, duas escadas de três lances – localizadas entre a ala frontal e as laterais (esquerda e direita) – ficam responsáveis pela circulação vertical. Como alternativa para as circulações verticais, dois elevadores são colocados junto as escadas.

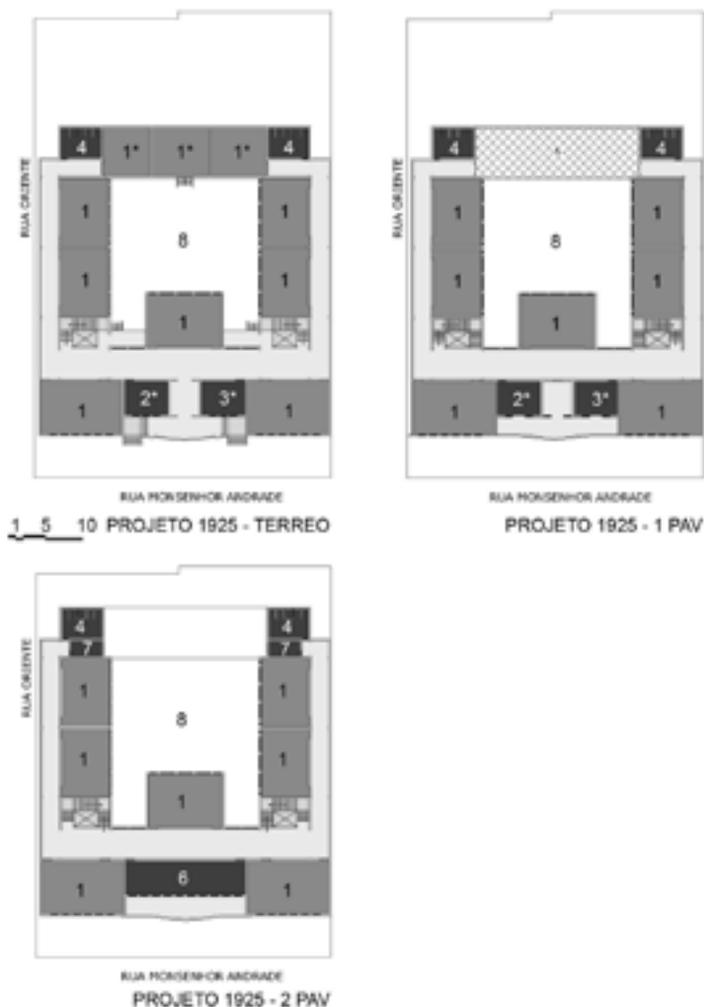


Figura 8 - Projeto original de 1925 – Três pavimentos. O cinza mais claro indica as circulações, o cinza intermediário indica os espaços destinados ao ensino e o cinza mais escuro, os espaços de serviço/apoio. Os ambientes indicados com o número 1 indicam salas de aula; 2, direção; 3, professores; 4, sanitários; 5, terraço; 6, exposição; 7, depósito; 8, pátio

Fonte: CPOS / OLFF

O projeto começou a ser construído em 1927 e foi entregue oficialmente em 1930, e, como já mencionado, devido ao custo da obra, foi executado apenas parcialmente (Figura 9). No entanto, a disposição interna dos ambientes foi mantida: salas de aula e vestiários ocupavam a maior parte da área, porém em número reduzido.

O ensino da puericultura, ministrado na Carlos de Campos oficialmente desde 1929, exigiu que fossem adaptados espaços no novo edifício. No dispensário implantado, para o ensino prático e teórico da puericultura e para atender a comunidade local, eram necessários. Com a permanência do antigo palacete mesmo após a construção do novo edifício, parte das aulas continuaram a ser ministradas ali, principalmente as que exigiam laboratórios e salas mais específicas. No edifício novo, a maior parte das salas eram usadas para o ensino convencional.

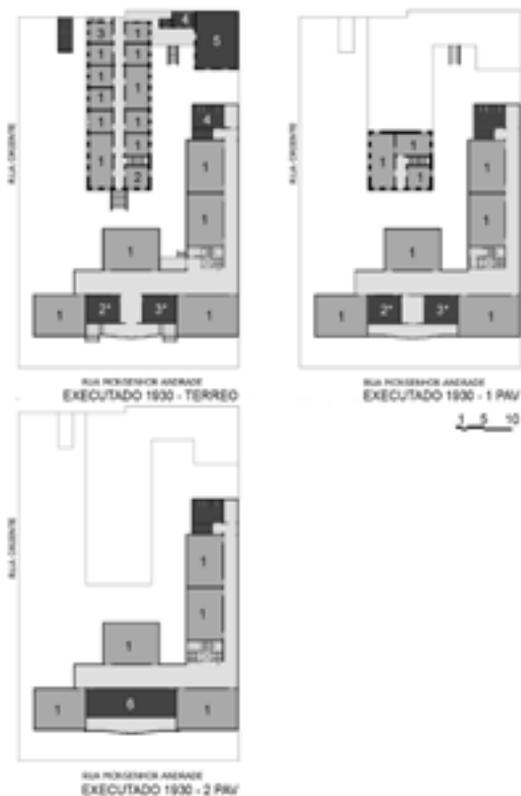


Figura 9 - Projeto tal como executado em 1930 com permanência do palacete. O cinza mais claro indica as circulações, o cinza intermediário indica os espaços destinados ao ensino e o cinza mais escuro, os espaços de serviço/apoio. Os ambientes indicados com o número 1 indicam salas de aula; 2, direção; 3, professores; 4, sanitários; 5, cozinha; 6, exposição; 7, depósito; 8, pátio

Fonte: Gabriela Russo, a partir de desenhos do CONDEPHAAT e CMCC

No terceiro momento analisado, que é a década de 1970 – quando a escola comemorou 65 anos –, identifica-se a necessidade de ampliação do espaço, pois a escola havia se tornado “pequena, e a procura cada vez maior” (CARVALHO, 2012, p.16-17). Na década de 1960, uma grande reforma para manutenção do edifício é realizada e, em 1976, a escola sofre uma ampliação – executada pelo Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) – para atender o aumento da demanda pelo ensino profissional.

O programa de necessidades exigido pela escola na década de 1970 era muito mais complexo do que o do antigo edifício. Os novos cursos surgidos nesse período (como Design Gráfico, Decoração, Nutrição e Dietética e Edificações), apresentaram novas necessidades espaciais.

Surgem assim espaços divididos por função: para recreação, uma quadra esportiva é implantada no centro das duas construções, onde, originalmente foi projetado o pátio-jardim; um pátio coberto e um espaço para lanchonete foram instalados no térreo da nova ala esquerda. Para o ensino convencional, acrescentaram-se novas salas de aula; para o ensino voltado ao ensino profissionalizante, laboratórios de desenho, costura e cozinha. Além disso, uma biblioteca e um auditório também se fizeram necessários, para atividades complementares ao ensino, e foram construídos no terceiro pavimento da parte nova do edifício.

Com a ampliação, a circulação foi organizada de forma mais complexa, e não muito eficiente. Os acessos entre os pavimentos do antigo e do novo edifício foram pensados para acontecer através de escadas. Cada pavimento de cada uma das construções passou a ter uma circulação específica. No primeiro e segundo pavimentos da nova construção, os ambientes se distribuem através de corredores menores, desta vez voltados para a parte interna do edifício – diferente do que acontece nos antigos pavimentos, em que os corredores de circulação entre as salas estão voltados para a rua. As circulações verticais ficam por conta de escadas.

Uma reforma ocorrida em 2012 ampliou a circulação vertical entre os pavimentos do novo edifício para que acontecesse também através de um elevador. Essa reforma tinha como finalidade principal a adequação para acessibilidade, além de reformas e adequação de alguns laboratórios e salas de aula. Curiosamente, as maiores intervenções feitas foram nos espaços do prédio novo, pois as intervenções feitas no prédio de 1930 tiveram apenas finalidade de manutenção.

Apesar de ter sido feita mais de 35 anos depois da construção da nova parte do edifício, a reforma mais recente fez alterações de características semelhantes às feitas na década de 1970. Apesar da reforma ocorrida nos últimos anos, a situação do edifício encontra-se muito parecida a do final da década de 1970, sendo as alterações mais significativas as da biblioteca e do auditório.

Análise dos elementos decorativos

O ecletismo, assim como o neocolonial, foi um dos principais estilos adotados para as construções escolares da República Velha. Através dele foi criada uma nova linguagem arquitetônica a partir de estilos anteriores. Segundo Nunes apud Wolff (2010, p.25),

[...] O termo arquitetura eclética é usado para referenciar os estilos surgidos no século XIX, que, embora tenha usado elementos clássicos, barrocos e neocoloniais, utilizavam os novos avanços industriais, construindo estruturas em ferro forjado. De maneira geral, é um estilo que se caracteriza pela simetria, busca de grandiosidade, hierarquização dos espaços e riqueza decorativa, estando presente nas construções durante toda a República [...] (2016, p.13)

Atualmente, na Etec Carlos de Campos, a ornamentação da fachada da antiga construção, em estilo eclético, contrasta com a inexistência de ornamentos da construção mais recente, de traços modernos. Ambos refletem a arquitetura de suas épocas de construção. Ao topo da fachada principal da antiga construção, à Rua Monsenhor Andrade, encontram-se os dois ornamentos mais representativos para a escola. Dois óculos iguais apresentam rocas de fiar em relevo e simbolizam os ofícios que eram ensinados ali nas primeiras décadas de sua criação. Hoje, os ornamentos servem de referência histórica aos que observam o edifício. Acima de cada óculo (Figura 10), volutas coroam um frontão triangular, que aqui não acompanha as águas do telhado, como ocorre nos frontões clássicos (SOUZA, 2012, p. 24), faz parte da fachada que fica solta do edifício, e remete ao estilo clássico. Além disso, folhas de louro estão estampadas na base de cada óculo.



Figura 10 - Óculo com roca de fiar na fachada principal da parte antiga do edifício
Fonte: Arquivo pessoal Gabriela Russo, em 2016

As folhas de louro aparecem também em outras partes da fachada, como na base de um brasão e acima das janelas. As folhas de louro são usadas na arquitetura escolar como símbolo de incentivo ao estudo e procura de bons resultados.

As volutas e folhagens também aparecem nos capitéis das colunas da varanda do primeiro pavimento e que remetem à ordem coríntia. Diferente dos capitéis coríntios clássicos (SOUZA, 2012, p.21), os da fachada da escola possuem apenas uma camada de folhagem. As colunas da varanda de entrada da escola são de ordem jônica, com volutas e poucos ornamentos além, sua representação é fiel à clássica. Já no segundo pavimento, as colunas são adornadas, mas não seguem uma ordem determinada, são uma composição de elementos coríntios (folhagens) e jônicos (volutas)

As bases são padronizadas, já os fustes são de dois modelos, de seção circular e de seção quadrada, sendo esse último presente apenas na sequência das janelas laterais do pavimento térreo.

As colunas aparecem de duas formas na fachada da escola, como colunatas nas varandas e formando falsas colunatas entre janelas. Quando servem de divisões de janelas são mal colocadas e do interior do edifício é possível perceber seu encontro com o vidro.

O fuste das colunas da antiga construção é revestido de granilite rosa, mesmo material encontrado no piso interno da nova construção. No primeiro caso a escolha do material provavelmente vem da sua semelhança com o mármore e no segundo, por seu baixo custo.

O guarda-corpo das varandas é formado por uma sequência de balaústres que dialoga com a sequência de colunas apoiadas sobre ele. A repetição de balaustres, colunas e janelas confere ritmo à fachada.

As janelas da fachada principal antiga são de três modelos, retangulares, ao centro do pavimento térreo e em todo primeiro pavimento; em arco pleno, em todo segundo pavimento; e com chanfro na parte superior, aplicada nas janelas laterais do pavimento térreo. As janelas retangulares se repetem nas salas voltadas para a área interna (pátio). Todas elas são amplas, possuem caixilho delgado e bandeira de envidraçada.

As janelas da fachada da nova construção formam linhas de força horizontais no edifício e não verticais, como acontece na antiga. Não há uma padronização dos tamanhos das janelas, são colocadas de acordo com a dimensão do espaço. Na fachada externa, janelas maiores, na parte interna, de tamanhos variáveis, as antigas têm abertura por duas folhas com dobradiças e as novas, basculantes que proporcionam menor ventilação. Na reforma mais recente, vidros fixos foram colocados em um novo acesso interno entre alas, destoando tanto dos antigos, quanto dos da década de 1970.

As antigas escadas do edifício são outro ponto de expressão da arquitetura escolar paulista, foram construídas junto com edifício original e são revestidas de mármore, material nobre, hoje é possível notar seu desgaste pelo fluxo. As escadas construídas da década de 1970 são de granilite. A mais recente foi instalada nos últimos anos para ampliar o acesso entre alas e é metálica, de tempo muito reduzido de instalação.

Considerações finais

O estudo do edifício da Escola Profissional Feminina de São Paulo permite identificar a quais linhas arquitetônicas ele pertence e como a espacialidade se relaciona com os programas de ensino. Em um primeiro momento é possível compreender que a construção de 1930 segue, em maior parte, a tipologia das escolas da República Velha. A implantação, a volumetria monumental, e a plástica/ ornamentação, aproximam a escola de um grupo de construções que buscavam exprimir o progresso da cidade através da importância dada à “instrução pública”. A ampliação do edifício na década de 1970, também o identifica com o grupo de escolas construídas a partir da arquitetura escolar moderna, mesmo que de forma precária, ressaltando os espaços de convívio, administração e ensino além das salas convencionais.

O tombamento do edifício da escola em 2010 CONDEPHAAT, junto com outras 125 escolas construídas no mesmo período, é justificado pelo

[...] significado cultural, histórico e arquitetônico (...); A representatividade deste conjunto em relação às políticas públicas educacionais [...]; A representatividade deste conjunto em relação às políticas de construção de obras públicas (...); A qualidade arquitetônica desse conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, mas adequada; por uma linguagem que simplificou estilisticamente os atributos clássicos acadêmicos do século XIX e por uma organização espacial que, concebida primordialmente através de projetos arquitetônicos padronizados, limitou-se a distribuir salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas que incorporaram os preceitos de higiene, insolação e ventilação preconizados pela ciência da construção civil daquele momento; E pela relevância de cada edifício em sua relação com os municípios de diferentes configurações urbanas em que estão localizados.[...] (BRASIL, 2010)

No entanto, em todos os períodos da história da edificação é possível notar práticas espaciais de improviso, acima da qualidade e da técnica: desde a construção incompleta em 1930, passando pela ampliação da década de 1970, que foi idealizada sem respeitar os traços arquitetônicos do antigo edifício e sua memória, até as reformas menores feitas, sem maiores cuidados, nos dias de hoje.

Esperamos, nesse sentido, que o presente trabalho – ao resgatar documentações e produzir novos materiais gráficos, e ao analisar a espacialidade e materialidade do edifício – contribua para uma mudança no tratamento da arquitetura e dos espaços escolares, de forma que possam ser reconhecidos por sua importância para a história da educação e respeitados por ocasião de novas reformas e intervenções.

Referências

AMBROGI, I. H. Revista Mack, Arte, **A arquitetura escolar moderna na cidade de São Paulo e sua proposta para pensar o cotidiano escolar de 1949 e 1959**. São Paulo: Mackenzie, p. 161-170, agosto de 2005. Disponível em <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Editora/Revista_Arte_Historia_Cultura/Revista_20Mack_20Arte_20Ingrid_20hotte_20ambrogi_2019.pdf> Acesso em: 07 set. 2015.

ARTIGAS, V. “**Sobre escolas**” [1970]. In: Caminhos da Arquitetura. São Paulo: CosacNaify, 2004. p. 122-131.

CARVALHO, G. R; RIBEIRO, A. C. C. O **EDIFÍCIO ESTÁ MUDO: espacialidade e materialidade da ETE Carlos de Campos, primeira Escola Profissional Feminina de São Paulo**. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2015, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

CARVALHO, M. L. M. **Patrimônio, Trabalho e Educação: A arquitetura escolar como lugar de memórias e da história da educação profissional pública de São Paulo**. In: Jornada de Recuperación de Patrimonio Histórico – Educativo: la arquitectura escolar, V, 2012, Buenos Aires. Anais. [São Paulo], 2012. Disponível em <www.bnm.me.gov.ar/e-recursos/medar/actividades/v_patrimonio/doc/carvalho_ponencia.pdf> Acesso em 19 mar. 2015.

CARVALHO, M. L. M. GRANATO, M. **Objetos de ensino de Química no Instituto Profissional Feminino (SP), Brasil (1934 – 1939)**. In: Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, 2015, Caracas. Anais. [Caracas], 2015.

LAUREL. In: **Definicion.de**. Disponível em <<http://definicion.de/laurel/>> Acesso em 07 dez. 2015.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**, In, História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

MEDEIROS, V. “**Antonio de Sampaio Dória nos debates educacionais: a longa duração de uma “presença ausente”**”. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, II, 2002, Natal. História e memória da educação brasileira. [Natal]. 2002. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0473.pdf>> Acesso em 07 jul. 2015.

MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma História em Imagens (Álbum fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. Disponível em <<http://www.cpsetec.com.br/memorias/imagens/albumfoto1104pb.pdf>> Acesso em 17 abr. 2015.

NESTE prédio, com muito medo, estudam 900 meninas, São Paulo, 20 fev. 1974. Álbum de Recortes de Jornais. Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 2015.

NOVELLI, G. “**Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da “Escola Profissional Feminina” nas décadas de 1910, 1920 e 1930**”. In: 27 Reunião Anual da ANPED, 27, 2004, Caxambu. [Caxambu]. 2004. Disponível em <<http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0910.pdf>> Acesso em 05 jul. 2015.

NOVELLI, G. **“Aprendizado de “Ofícios Femininos” na cidade de São Paulo nos anos 40: Intervenção do corpo docente e gestor nas prescrições da lei orgânica do ensino industrial e a constituição do currículo”**. In: Congresso Estadual Paulista sobre a formação de educadores, IX, 2007, São Paulo [São Paulo]. 2007.

NUNES, I. H. P. **“ETEC Getúlio Vargas: Materialidade e Espacialidade da Primeira Escola Profissional Masculina de São Paulo”**. Relatório parcial de iniciação científica no Instituto Federal de São Paulo, junho. (2016).

PADUA, R. F. **Refletindo sobre a desindustrialização em São Paulo**. Confins, São Paulo, N. 7, 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/6125>> Acesso em 28 nov. 2015.

SÃO PAULO. Secretaria do Estado da Cultura. **Resolução 60, de 21 de julho de 2010**. Dispões sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/Condephaat/Bens%20Tombados/Processo/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20126%20Escolas.pdf>>. Acesso em 8 jan. 2015.

SEGAWA, H. **O giz & a graxa: meio século de educação para o trabalho**. São Paulo: SENAI, 1992. 259p.

SILVA, A. P. **“O embate entre pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (1911-1945)”**. In: ANPED Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX, 2012, Caxias do Sul. Anais... [Caxias do Sul] 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1259/13>> Acesso em 07 jul. 2015.

SOUZA, A. G. A. **Arquitetura Neoclássica e Cotidiano Social do Centro Histórico de Fortaleza – da Belle Époque ao ocaso do início do século XXI**. 2012. 376 p. Doutorado. Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

WOLFF, S. F. S. **Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 384p.

ZEVI, B. **Saber ver arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 267p.

A HISTÓRIA DA OFICINA MECÂNICA DA ESCOLA ROSA PERRONE SCAVONE (ITATIBA/SP): PRESERVANDO A MEMÓRIA INDUSTRIAL

Anderson Wilker Sanfins

Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone

Introdução

A Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone, localizada na cidade de Itatiba-SP, foi criada pela Lei n.º 77, de 23 de fevereiro de 1948, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 25 de fevereiro de 1948, com a denominação de “Cursos Práticos de Ensino Profissional de Itatiba”. A publicação da Lei, criando a escola, não significou seu efetivo funcionamento, o que é comum em nosso país. As escolas eram criadas, mas, entravam em funcionamento, somente após alguns anos da publicação, foi o que aconteceu com os Cursos Práticos de Ensino Profissional de Itatiba, que passaram a funcionar em 1950, ou seja, dois anos após a publicação.

Segundo Sanfins (2011, pág. 51) a escola técnica entrou em funcionamento em março de 1950, com os cursos práticos profissionais de mecânica, marcenaria e corte e costura, que funcionaram até o início da década de 70, quando foram criados os cursos Técnicos Industriais de Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. O Curso Técnico de 2º Grau com Habilitação Plena em Mecânica foi criado em 1973 e funcionou até 1999. Sendo um dos cursos mais antigos da escola e que continua em funcionamento até os dias atuais. No ano 2000, o curso foi substituído pelo curso Técnico em Desenho de Projetos de Mecânica que funcionou até 2006, esse curso pertencia ao Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais, o mesmo do Curso Técnico em Mecânica, porém por ser um curso experimental do Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, durante os próximos anos esse curso mudaria constantemente de denominação: em 2007 passou a denominar-se Técnico em Projetos de Mecânica até 2009; em 2010 temos Técnico em Mecânica-Projetos até 2012; em 2013

Técnico em Projetos Mecânicos até 2016. No ano de 2015 uma determinação do MEC retira o curso do catálogo, devido ao seu caráter experimental, dessa forma, a escola retorna ao curso original, Técnico em Mecânica no 2º Semestre de 2016.

Segundo o Banco de Dados do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no ano de 2016 a escola contava com 1.148 alunos matriculados, divididos entre Ensino Médio e Ensino Técnico. O Ensino Médio, no período diurno e o Ensino Médio Integrado ao Técnico de Informática, em período integral, conta com 347 alunos matriculados e se destina aos concluintes do Ensino Fundamental; o Ensino Técnico, no período tarde, noite e aos sábados, conta com 801 alunos matriculados e tem como pré-requisito de ingresso estar cursando a 2ª ou 3ª Série do Ensino Médio ou tê-lo concluído. No Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais a escola conta com os cursos de Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Automação Industrial e Técnico em Mecânica; no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, os cursos Técnico em Informática e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e no Eixo Tecnológico em Gestão e Negócios, os cursos Técnico em Administração, Técnico em Logística e Técnico em Recursos Humanos. A escola ainda administra classes descentralizadas, em convênio com a Prefeitura Municipal, com o curso Técnico em Administração e Técnico em Logística nas cidades de Morungaba, Pinhalzinho e Pedra Bela.

Atualmente essa escola técnica é uma referência na formação profissional no interior do Estado de São Paulo, atendendo a 21 cidades da região, a saber: Campinas, Jundiaí, Bragança Paulista, Morungaba, Paulínia, Amparo, Atibaia, Valinhos, Vinhedo, Várzea Paulista, Sumaré, Hortolândia, Piracaia, Campo Limpo Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Louveira, Pedreira, Cajamar, Itupeva, além de Itapeva e Extrema no estado de Minas Gerais. Segundo dados da secretaria acadêmica, a escola formou mais de vinte e cinco mil estudantes no Ensino Técnico.

O curso Técnico em Mecânica completa 43 anos de funcionamento na escola, no ano de 2016, tornando-se um dos cursos mais antigos em funcionamento. O espaço destinado para as aulas práticas destes cursos é a Oficina Mecânica, constituída por tornos, fresas, furadeiras, morsas, solda, serra, entre outros equipamentos. Interessante observar que mesmo com o avanço tecnológico na área industrial, as escolas ampliaram seus laboratórios e equipamentos didáticos, como pneumática, hidráulica, CLP (Controlador Lógico Programável), torno CNC, Metalografia, entre outros, porém, a Oficina Mecânica permanece como referência do curso, com suas máquinas antigas em pleno funcionamento ao lado de máquinas mais modernas, como acontece na escola de Itatiba.

A Oficina Mecânica nas escolas técnicas é a marca dos cursos na área de mecânica e mantém quase sempre as mesmas características de máquinas e equipamentos em todas as unidades escolares que mantém esses cursos. É um ambiente que resiste ao tempo e a evolução tecnológica, é constituída de máquinas de grande porte, muitas, da década de 60 e 70, porém, em perfeito estado de funcionamento, o que garante certa nostalgia e carinho por parte dos professores e auxiliares de instrução que trabalham neste espaço.

Para os professores, manter esses tornos mecânicos em pleno funcionamento é imprescindível para os primeiros passos da formação profissional dos alunos, porém, preservar esse patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia depende, é claro, de um esforço coletivo da direção e dos professores, portanto, é regra na Etec Rosa Perrone Scavone, nunca deixar um equipamento quebrado ou parado, todos buscam peças de reposição ou trabalham na manutenção, para manter as máquinas em operação.

Segundo Granato e Lourenço (2011, p. 3), o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, do ponto de vista da tutela, encontra-se em situação vulnerável, de abandono, sujeito a arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo perda irremediável. A ausência de programas ou políticas governamentais para a preservação da memória científica e tecnológica brasileira permite que os equipamentos da Ciência e Tecnologia tomem os destinos mais variados possíveis e os que continuam preservados devem-se ao trabalho e esforço de poucos professores e gestores, realidade verificada na escola de Itatiba.

A Oficina Mecânica na Etec de Itatiba, já mudou de localização três vezes, a primeira Oficina Mecânica foi montada onde hoje funciona a sala 03, 11 e Laboratório de Programação, no Prédio 1 da escola. Essa oficina destinava-se aos alunos dos cursos ordinários, extraordinários, continuação e complementar, de Ajustagem Mecânica, segundo Laurindo (1962, pg. 44), no ano de 1961 esses cursos tinham matriculados 129 alunos.



Figura 1 – Aula prática em oficina mecânica

Fonte: Arquivo Etec Rosa Perrone Scavone, em 2016

A Figura 1 mostra uma aula prática na oficina mecânica, em 1961, nesta foto podemos verificar alunos do Ginásio Industrial Estadual Rosa Perrone Scavone, utilizando tornos mecânicos para a fabricação de peças. As máquinas já não existem na escola, foram doadas em 2003 para a Etec de Ilha Solteira e Etec Pedro Ferreira Alves da cidade de Mogi Mirim. Ao fundo da foto, vemos o professor Benno Carlo Claus, que trabalhou durante anos na Etec Rosa Perrone Scavone como professor de mecânica, segundo arquivo da Escola Municipal

de Educação Básica “Benno Carlo Claus” - escola localizada no bairro Jardim Galetto, Itatiba. O professor Benno nasceu no dia 25 de janeiro de 1927, na cidade de União da Vitória, no estado do Paraná, formado pela Escola Técnica Getúlio Vargas de São Paulo em mecânica de máquinas, ingressando no magistério na Escola Artesanal de Ourinhos, no ano de 1950. Removeu-se para Itatiba onde lecionou, primeiramente, na Escola Industrial Rosa Perrone Scavone e em várias outras escolas, até sua aposentadoria em 1981. Uma análise detalhada, nesta foto, podemos observar a completa ausência de equipamentos de segurança, os jovens utilizam tornos e fresas mecânicas, que giram com alta rotação, sem luvas, óculos, ou qualquer equipamento de proteção. As idades dos alunos são variadas, o aprendiz retratado na frente da foto, muito jovem, mal consegue alcançar os dispositivos da máquina. No lugar da Oficina foi construído o laboratório de eletrônica que funcionou até 2006, sendo posteriormente transferido para o Prédio II.



Figura 2 – Aula na oficina mecânica, no local onde está instalada a biblioteca

Fonte: Arquivo Etec Rosa Perrone Scavone, em 2016

Neste mesmo período, existia outra Oficina Mecânica no local onde hoje se localiza a biblioteca da escola, que podemos observar na Figura 2. Na década de 70, ocorre a primeira transferência das Oficinas, em um prédio do outro lado da rua. Neste período, o Ginásio Estadual Manuel Euclides de Brito, que fica ao lado da escola técnica foi transferido para um prédio no bairro da Santa Cruz, com esse prédio vazio, o diretor a época, professor Gentil Coelho solicitou para utilizar o prédio do Ginásio Estadual que estava ocioso, desta forma, as duas Oficinas Mecânica foram transferidas para um espaço

bem amplo. Ainda na década de 70, o prédio do antigo Ginásio Estadual, foi dividido e foi criada uma escola estadual, a EE Ivony de Camargo Salles que funciona até os dias atuais, dividindo o prédio com a escola técnica. Como esse prédio fica do outro lado da rua, foi denominado de Prédio II e para ter acesso os alunos precisam atravessar a rua diariamente para deslocar-se de um prédio ao outro.



Figura 3 – Oficina mecânica instalada no Prédio II da Etec Rosa Scavone

Fonte: Arquivo Etec Rosa Perrone Scavone, em 2016

Em 2007, temos a terceira e última mudança da Oficina Mecânica, na verdade uma troca de lugares: no local em que localizava-se a Oficina foi construído um novo auditório para a escola, com a instalação de forro, persianas, palco, iluminação, sistema de som, projetor multimídia e troca do piso e no local que se localizava o auditório foi instalada a Oficina Mecânica, um espaço bem menor, com 135 m², a mudança se deve, porque neste período o curso era de Técnico Mecânica-Projetos, que trabalhava grande parte de sua grade curricular no desenvolvimento e projeto de máquinas e ferramentas no computador, através de CAD – desenho assistido por computador.

A atual Oficina da Etec Rosa Perrone Scavone é constituída de 11 tornos mecânicos, 3 fresadoras, um torno CNC, duas furadeiras e bancadas de trabalho com morsa. O espaço conta com um depósito de ferramentas, peças e material de consumo

como barras de aço, alumínio e náilon. No local trabalha um auxiliar docente, professor Antonio Carlos Rodrigues, ex-aluno da Etec, Engenheiro Mecânico, que está a 22 anos na escola, preparando as aulas práticas e auxiliando os professores. Conhecido pelos alunos e professores, como “Tonhão”, tem o carinho e admiração de todos na escola, além de auxiliar a todos os departamentos da Etec com manutenções e os alunos nos projetos de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).



Figura 4 – Atual Oficina mecânica da Etec Rosa Perrone Scavone
Fonte: fotografada pelo autor, em 2016

Equipamentos da Oficina Mecânica

O torno mecânico é o equipamento mais comum do curso de mecânica, os tornos são máquinas-ferramenta que possibilitam usinar peças de forma geométrica que necessitam de rotação, como eixos, polias, pinos, roscas, peças cilíndricas, cones e esferas. Essencial para o desenvolvimento tecnológico, o torno é a mais antiga máquina-ferramenta desenvolvida pelo homem. Na operação de torneamento são realizados dois movimentos básicos: a rotação da peça e o movimento de avanço da ferramenta.

O torno mecânico é uma das máquinas-ferramentas indispensáveis nas indústrias mecânicas e em todas as oficinas. Ele presta-se para a execução de peças inteiriças ou parcialmente cilíndricas, mediante o desbaste produzido por uma ferramenta de corte, aplicada contra a peça animada de movimento de rotação. São variadíssimos os trabalhos que podem ser feitos no torno, quando o mesmo é dirigido por um operador habilidoso. (YOSHIDA, pág. 07).

Dependendo das disposições de funcionamento e o fim a que se destinam, os tornos mecânicos se classificam em diversos tipos, sendo os mais comuns: torno vertical, torno horizontal, torno revólver, tornos copiadores, torno de platô e tornos automáticos. O operador de um torno mecânico é conhecido como “torneiro mecânico”, um profissional muito requisitado no mercado de trabalho, principalmente se souber operar um torno CNC, que funciona de maneira automática de acordo com a programação. Um torneiro mecânico, segundo, SINE – Site Nacional de empregos, pode alcançar salários de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.600,00.

Na Etec encontramos na Oficina Mecânica 11 tornos, sendo um torno Nardini Nodus 220 Gold, adquirido em 2012 pelo Centro Paula Souza e 10 tornos Micro Nardini 500 ESII todos em perfeitas condições de utilização, são usados nas aulas prática dos cursos Técnicos em Mecânica e Eletromecânica.

A indústria Nardini é uma empresa nacional, com mais de um século de história, foi fundada em 1908, ela oferece máquinas, equipamentos e serviços para o mercado brasileiro: tornos, tornos CNC, peças e serviços que servem a empresários e a toda economia nacional, fica localizada em Americana – SP.

Não encontramos com precisão a data de aquisição destes tornos na escola, porém no almoxarifado da Oficina encontramos um Manual de Instruções do torno Micro Nardini 500 ESII, que nos ajudou, na segunda página deste manual, encontramos a inscrição “Americana, 30 de 10 de 1973”. Neste manual temos as especificações técnicas como: comprimento do torno: 1850mm, altura do torno 1200 mm, largura do torno 1060 mm e peso 960 Kg. São máquinas muito pesadas, e seu transporte e instalação requer uma logística especial. Isso foi relatado pelos professores quando da mudança de local da oficina mecânica, para deslocar os dez tornos, foi uma operação complexa, os mesmos foram elevados e através de roletas foram sendo empurrados por diversas pessoas, que incluíram professores, funcionários e alunos, considerando uma máquina com quase uma tonelada de peso. Não encontramos informações de como foi realizado a transferência das oficinas na década de 70, considerando um processo bem mais complexo devido a mudança de prédio. Apesar de serem máquinas antigas, com mais de quarenta anos de uso, possuem um alto valor de mercado, usados os tornos chegam a custar R\$ 15.000,00.



Figura 5 – Torno Micro Nardini 500 ES II na Oficina mecânica
Fonte: fotografada pelo autor, em 2016

Outro equipamento mecânico utilizado nas escolas técnicas são as fresas, são ferramentas rotativas para usinagem de materiais, constituídas por uma série de dentes e gumes, geralmente dispostos simetricamente em torno de um eixo. Os dentes e gumes removem o material da peça bruta de modo intermitente, transformando-a numa peça acabada, ou seja, com a forma e dimensões desejadas. Na Oficina Mecânica encontram-se também três Fresadoras Universal FU-1, da marca Sanches Blanes S. A, com valor de mercado de R\$ 12.000,00.

A Sanches Blanes S.A. foi fundada em 1º de junho de 1943 pelos irmãos Sanches Blanes. Iniciou suas atividades na cidade de São Paulo, no Alto da Mooca, com uma pequena oficina prestando serviços de usinagem, posteriormente passou a oferecer a fabricação de pequenas prensas de bancada e de serra mecânica. Na década de 50 iniciou-se a produção de Tornos de Bancada, os propulsores da produção em alta escala, o que motivou uma mudança para uma infraestrutura maior. No início da década de 60, prosseguindo com espírito empreendedor, a Sanches Blanes desenvolveu tecnologia própria em diversas áreas para a produção das máquinas, como por exemplo, a fundição de ferro, a produção de motores elétricos e o tratamento térmico, além de complementar sua área de usinagem.

Não encontramos a data de chegada destas fresadoras na escola, segundo os professores por volta da década de 70 junto com os tornos. Também localizamos o manual da Fresadora, com as informações:

As instruções estão encaminhadas da maneira mais prática possível. É nosso desejo que a Fresadora Universal venha baixar o seu custo de produção, pois é para isso que empregamos nossos esforços. É muito importante que o operador conheça todos os movimentos da máquina devendo experimentá-la antes de executar serviços. [...] A limpeza e a lubrificação sempre que necessária desta fresadora, são os pontos mais importantes que o operador deve observar. Portanto, sendo as instruções devidamente cumpridas, a fresadora desempenhará suas funções a pleno contento, quer do ponto de vista técnico, quer do funcional, rendimento e precisão. (Sanches Blanes, p. 2)



Figura 6 – Fresadora Universal FU-1 na Oficina Mecânica

Fonte: fotografada pelo autor, em 2016

Os operadores de fresas são conhecidos como “fresadores”, profissionais também muito procurados pelo mercado de trabalho, com salários entre R\$ 1.600,00 a R\$ 3.400,00. Lembramos também como pré-requisito para operação dessas máquinas os alunos deverão estar aptos com outros aparelhos como paquímetro, micrometro e outros instrumentos de medidas, conhecimentos em matemática, medidas e física são imprescindíveis. Desta forma, um profissional com curso de Técnico em Mecânica pode ter salário de R\$ 1.800,00 a R\$ 4.500,00, considerado uma das formações técnicas com melhor remuneração.

Equipamentos recuperados pelos alunos

Um trabalho interessante desenvolvido na escola, pelos alunos dos cursos técnicos, consiste em selecionar uma máquina da oficina e propor um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) para fazer um retrofit - termo utilizado em engenharia para designar o processo de modernização de algum equipamento já considerado ultrapassado ou fora de norma – o que possibilitou para a escola a reforma de três máquinas, uma furadeira de bancada, uma furadeira fresadora de bancada e uma fresa. Essas máquinas estavam em situações precárias, com motor queimado, parte elétrica danificada, pintura deteriorada, etc. Os alunos recuperaram totalmente as máquinas, mandaram enrolar o motor, refizeram toda a parte elétrica, lixaram e pintaram as máquinas, deixando prontas para utilizar novamente, esse trabalho conta com a ajuda dos professores e de muitas empresas, no qual os alunos trabalham, que colaboram com peças e materiais. Esse processo é muito trabalhoso e realmente precisa do comprometimento e envolvimento dos alunos, sendo um diferencial na formação técnica e profissional dos mesmos.

O primeiro equipamento recuperado foi uma Furadeira de Bancada, o projeto teve por objetivo a revitalização e atualização de uma furadeira de bancada ultrapassada, disponibilizando-a ao seu devido uso. Sua reforma consistiu na implantação de um sistema de segurança, ativado por botoeira de emergência e um comando elétrico, disposto de sinalizadores leds, chave seletora de três posições e quadro geral de alimentação. Com essas modificações o equipamento conta hoje, com uma segurança maior para o operador e facilita o seu manuseio. O principal objetivo deste projeto foi adicionar ao equipamento componentes elétricos com menor custo, tornando útil o uso deste equipamento com simples reparos, reformando o equipamento através de limpeza, pintura, troca de peças gastas, enferrujadas e manutenção geral, evitando assim, a compra de um novo equipamento.

Para desenvolver o projeto os alunos levaram o equipamento para local de trabalho, com o objetivo de fazer a manutenção geral e pintura o mesmo foi fixada em uma bancada.

Os alunos projetaram e montaram um painel de comando elétrico, com o objetivo de controlar todos os dispositivos elétricos instalados. Foi desenvolvido um sistema de comando elétrico com reversão do motor através de dois contatores, acionados por uma chave de três posições, sinalizado por uma led vermelha. Adicionado um disjuntor motor para a proteção de possível elevação da corrente elétrica, sinalizada por led amarela, botoeira de emergência com o intuito de desligamento geral da máquina, e sinalização de painel energizado com led branca.

Os alunos adquiriram uma bancada para fixação da furadeira, porém, foi necessário acrescentar reforços para a sustentação do peso da furadeira e um melhor acabamento. Após a fixação, foi instalado o painel elétrico e realizado os testes. Os alunos apresentaram o trabalho para a banca de professores no final do curso como projeto de TCC. Segundo os alunos o projeto foi concluído com êxito, os gastos foram aproximadamente de R\$ 250,00, porém, com os custos de mão de obra e materiais doados, poderia chegar a R\$ 1.270,00. Sabemos que esse valor está bem abaixo do valor de mercado, dessa forma, o trabalho

desenvolvido por alunos possibilitou uma máquina em perfeitas condições de funcionamento para todo o curso, por vários anos (Figuras 7 e 8).



Figuras 7 e 8 – Furadeira de Bancada antes e depois da reforma

Fonte: fotografadas pelo autor, em 2016

O segundo equipamento restaurado foi uma fresa, segundo resumo dos alunos:

A necessidade de reaproveitamento dos materiais tem obrigado o homem a promover a adaptação dos seus métodos e formas de trabalho. Devido ao alto custo dos novos equipamentos e a baixa qualidade de seus componentes, os pequenos empreendedores se vêem obrigados, a reaproveitar ao máximo seus equipamentos, mesmo aqueles com muito tempo de uso, mas que por um lado são equipamentos com uma estrutura de melhor qualidade e mais reforçados. Dessa forma se reaproveita um equipamento que estava parado, ocupando espaço ou que até se tornaria sucata e tendo um baixo retorno financeiro. Nesse projeto trabalharemos uma fresa manual que esta parada á 20 anos, e usando dos conhecimentos adquiridos durante o nosso curso mostraremos que é possível recuperar um equipamento parado por muitos anos, mostrando que é viável a reforma de um equipamento antigo por ser mais resistente e duradouro do que os atuais. (GIGANTE, 2015, p. 7)

Neste equipamento como no anterior (Figuras 9 e 10), os alunos construíram uma nova base, em aço, para a fresadora, para uma maior durabilidade e resistência, capaz de suportar o peso e a vibração ocasionados pelo esforço de trabalho, devido a base anterior

ser de madeira. A pintura e o acabamento haviam sofrido com a corrosão e umidade, para corrigir essas imperfeições os alunos realizaram um trabalho de desbaste e lixamento da estrutura e em seguida a pintura da máquina. O sistema de acionamento da máquina era muito antigo e ultrapassado (efetuado por uma chave trifásica sem proteção alguma), para tanto, foi desenvolvido um painel de comando com todos os sistemas necessários para o bom funcionamento e proteção tanto do equipamento quanto do operador, para tanto, foi criado um projeto elétrico exclusivo para esse equipamento.



Figuras 9 e 10 – Fresa antes e depois da reforma
Fonte: fotografadas pelo autor, em 2016

O terceiro equipamento a ser restaurado foi uma furadeira fresadora de bancada, o processo foi bem parecido com o equipamento anterior, para facilitar o projeto os alunos levaram o equipamento para o local de trabalho, com o objetivo de analisar as possíveis modificações e manutenções necessárias. Durante essa análise foi possível verificar oxidações, falta de lubrificação e algumas peças a serem reformadas e lubrificadas. Foi realizada a devida correção nas peças internas, feita a pintura e acabamento na furadeira. Neste caso, os alunos fizeram a manutenção dos dois motores que estavam queimados, os mesmos retiraram o motor e colocaram motores novos. Foi também projetado e instalado um painel de comando elétrico. Desta forma, mais um equipamento completamente restaurado e pronto para o uso na oficina da escola (Figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12 – Furadeira Fresadora de Bancada antes e depois da reforma
Fonte: fotografada pelo autor, em 2016

Conclusão

A Etec Rosa Perrone em Itatiba é uma referência na região em Ensino Técnico público de qualidade, o curso de mecânica manteve sua marca em toda a história da escola, na cidade, muitos moradores ainda fazem referência da escola como o “industrial de Itatiba”. Para os alunos, ex-alunos e professores do curso técnico em mecânica, a oficina é o eixo central do curso, local das aulas práticas, além do desenvolvimento do TCC, esse ambiente mantém máquinas com muitas décadas de uso em perfeito estado de funcionamento. Esse trabalho somente é possível devido a uma equipe de professores, coordenadores, funcionários e direção comprometidos e engajados, considerando que poucas escolas no Brasil conseguem manter seu patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia. As máquinas que pesquisamos na oficina da escola contam com mais de 40 anos de funcionamento e, estão em pleno uso nas aulas práticas. Outro trabalho de referência nesta escola, é o retrofit, iniciativa dos alunos da escola de recuperar máquinas que estavam paradas e em péssimo estado de conservação, ao analisar as fotos do antes/depois pudemos verificar um trabalho realmente exemplar dos estudantes.

Esse trabalho buscou mostrar a história e a importância deste espaço na escola técnica de Itatiba e sua importância na formação profissional de milhares de estudantes, o auxiliar de instrução, professor Antonio, nos informou que muitos ex-alunos visitam a escola e relembram o período que estudaram e usaram determinados tornos ou fresas da oficina, alguns ainda, hoje engenheiros trazem a família para conhecer o local no qual eles deram os primeiros passos na carreira profissional, isso mostra a importância do ensino técnico não apenas para formação de mão de obra para mercado de trabalho, mas para o início de uma carreira sólida e prosseguimento para o curso superior. A escola ao manter suas máquinas em pleno funcionamento, ajudam na preservação do patrimônio cultural da ciência e tecnologia e permite estudar a história e a industrialização da cidade de Itatiba e região.

Referências

- ALESSANDRI, Aureo. **O Livro do Torneiro Mecânico**. São Paulo: Editora Técnica Dragão, 1959.
- ALVES, Bruno do Amaral et. al. **"Retrofit de Furadeira de Bancada"**. Trabalho de Conclusão de Curso – Técnico em Eletromecânica. ETEC Rosa Perrone Scavone, Itatiba, 2014.
- CUNHA, Lauro Salles. **Manual Prático do Mecânico**. São Paulo: Editora Hemus.
- GIGANTE, Luiz Carlos et. al. **"Retrofit de Fresa Manual"**. Trabalho de Conclusão de Curso – Técnico em Eletromecânica. ETEC Rosa Perrone Scavone, Itatiba, 2015.
- GRANATO, Marcus, et. al. **Cartilha de Orientações Gerais para Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013.
- GRANATO, Marcus e LOURENÇO Marta C. **"Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade"**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, n.4, dez.2010/mar.2011 – ISSN – 2177-4129.
- LAURINDO, Arnaldo. **50 anos de ensino profissional Estado de São Paulo 1911 – 1961**. 2º vol. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S/A, 1962.
- NARDINI. **Manual de Instruções – Torno Micro Nardini 500 ESII**. Industrias Nardini S. A: São Paulo, 1973.
- NAVARRA, Wanda Silveira. **O uso da terra em Itatiba e Morungaba**. 1977. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- PEREIRA, Angelo Rodrigues et. al. **"Retrofit da Furadeira"**. Trabalho de Conclusão de Curso – Técnico em Eletromecânica. ETEC Rosa Perrone Scavone, Itatiba, 2016.
- SANCHES BLANES S. A. **Manual de Instruções - Fresadora Universal FU-1**. Indústria de Máquinas e Ferramentas. São Paulo.

SANFINS, Anderson Wilker. **Ensino Técnico e Industrialização em Itatiba: A História da Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone (1948 – 1994)**. Dissertação de Mestrado. Universidade São Francisco, Itatiba, 2011.

YOSHIDA, Américo. **Torno Mecânico**. Rio de Janeiro: Editora Esparsa

Internet

Fresas. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasivan/processoscorde_arquivos/Fresamento.pdf>
Acesso em: 10 mai. 2016.

Grupo CIMM. Portal. Notícias. Disponível em: <http://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir_noticia/7118-torno-a-mais-antiga-das-maquinas-ferramenta>. Acesso em: 11 jul. 2016.

Industrias Nardini. Quem somos. Disponível em <<http://www.nardinisa.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

Sanches Blane. A marca. Disponível em: <<http://www.sanchesblanes.com.br/marca.php>> Acesso em: 12 mai. 2016.

SINE Média Salarial. Disponível em: <<http://www.sine.com.br/media-salarial>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MEMÓRIAS DO CURSO DE MARCENARIA DA ETEC DR. JÚLIO CARDOSO

Joana Célia de Oliveira Borini

Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso

Introdução

O curso de Marcenaria, objeto dessa pesquisa, foi criado com a fundação da escola, em 1924. Havia na cidade e região, insuficiência de mão de obra qualificada, trazendo ao aluno da escola, tendo concluído ou não o curso, uma colocação no mercado de trabalho. Os primeiros professores da Escola Profissional que ensinavam a prática nas oficinas eram escolhidos entre pessoas que já trabalhavam no ramo, e, normalmente se desdobravam entre o trabalho na oficina e as aulas na escola. Alguns ex-alunos, que também se tornaram professores, contam em seus depoimentos que a expectativa de abrir o próprio negócio era uma aspiração de quase todos os alunos. Entre os que se tornaram empresários, há um consenso em atribuir grande peso à formação recebida na escola, que lhes serviu de base para suas escolhas profissionais. No curso básico de Marcenaria, que se estendia por três anos letivos, além da prática de oficinas, os estudantes se dedicavam ao estudo de português, geografia e história, aritmética, álgebra e geometria, química geral e aplicada, desenho profissional e contabilidade, disciplinas que integravam as grades curriculares dos cursos. Os professores gozavam do privilégio de já serem conhecidos na cidade e podiam encaixar para suas oficinas uma pequena demanda de serviços daqueles que procuravam a escola. Dos professores do curso de Marcenaria destacaram-se: o mestre Primo Meneghetti que trabalhou de 1932 a 1942, Nicolau de Agostini de 1939 - 1954, Basílio de Moraes em 1940, começou a exercer as funções como ajudante de mestre, o mestre Wilson Cambi de Almeida, em 1962, o mestre Antônio Batista Banquinho, em 1965, entre outros. O último professor do curso Walter Sobreira Borges, ex-aluno da escola, de 1943 a 1946, formado em mestria pela Getúlio Vargas, lecionou de 1952 a 1996, foram 43 anos de dedicação, seu contrato foi encerrado dia 30 de janeiro de 1996, com a desativação do curso de Marcenaria. Muito se comenta sobre o curso, principalmente sobre as exposições nos finais de cada ano, onde se vendia os móveis que se destacavam pelos entalhes, que eram confeccionados pelos alunos durante o ano letivo. Produzia uma infinidade de objetos tais como: jogos de

quartos, estantes, copa com mesa e cadeiras, armário para banheiro, porta vasos, portais e portas, camas, prateleiras, tábuas, rolos para massa, carteiras para desenho, suportes para fresa, cadeiras de balanço, quadro negro, painéis, tábuas base para escrivadinha, engradados para geladeiras, cabides, pés de carteiras, cabos de enxadas, escrivadinhas, rolos de macarrão, socadores de feijão, jogos de mesa, poltronas com encosto móvel, mesinhas para costura, armários, cristaleiras, banquetas, namoradeiras, porta talheres, bancos para jardim, mesas de xadrez, caixas para ferramentas, entre outros. Comenta-se que os objetos eram vendidos antes mesmo da exposição acontecer; e o interesse pelos móveis era muito grande por parte da comunidade. Quando o curso foi desativado, em 1996, a escola já estava integrada ao Centro Paula Souza, muitas máquinas continuaram na oficina, até o último funcionário que dava manutenção nas carteiras e mesas, se aposentar; em 2015 as máquinas foram levadas para outra Etec, sobrando algumas ferramentas que agora fazem parte do acervo do Centro de Memória, que serão fotografadas e inventariadas.

Objetivo

Pretende-se, através desta pesquisa, analisar livros de matrículas, de porcentagens, de produção, de chamada, de registro de diplomas; fotos; matérias publicadas nos jornais locais; plantas e relatórios, entre outros, que fazem parte do acervo do Centro de Memória, referentes ao Curso de Marcenaria, desde 1924 a 1995. Entrevistar no mínimo dois ex-alunos que se destacaram como profissionais da área, para que possam retratar o funcionamento do curso de Marcenaria, as práticas do cotidiano, principalmente como eram realizadas as exposições, nos finais de cada ano letivo. Fotografar os móveis que foram confeccionados na escola, bem como, as ferramentas que foram usadas no curso de Marcenaria, que se encontram no Centro de Memória. Pesquisar sobre a utilização das ferramentas que se encontram no Centro de Memória de nossa escola. Realizar uma exposição de fotos, livros e objetos que fizeram parte do curso de Marcenaria, para que a comunidade conheça a sua história.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada no acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016. Inicialmente fez-se um levantamento dos documentos que seriam importantes para a realização da mesma. Os documentos pesquisados foram: livros de matrículas, de porcentagens, de notas, de produção, de chamada, de registro de diplomas; fotos; matérias publicadas nos jornais locais; plantas e relatórios, entre outros, que se encontram no acervo do Centro de Memória, referentes ao Curso de Marcenaria, desde 1924 a 1995. Ao analisar os livros de matrículas dos alunos do curso de Marcenaria, nos livros de notas, no currículo estudado; podemos citar na Cultura Geral o ensino de Geografia, História e Ciência, não eram ministradas em todos os quatro anos, variava de curso para curso, em alguns a Geografia

era ministrada nas 1^{as} e 3^{as} séries, a História nas 2^{as} e 4^{as} séries, enquanto que a Ciência aparecia nas três últimas séries, porém essa regularidade não era mantida (BORINI,2013).

No Livro de Registro de Firmas de Franca, encontram-se os registros feitos por ex-alunos que concluíram o curso de Marcenaria, destacam-se: Antônio José Meneghetti com a empresa de Serraria e Carpintaria, em 1945, mais tarde se tornou Móveis Meneghetti; José Rodrigues dos Santos com oficina de Marcenaria e Carpintaria, em 1947; Osvaldo Ricci com a produção de móveis, em 1948; José Rodrigues dos Santos com a produção de Móveis e Carpintaria, em 1950; Maurício Ribeiro com oficina de Carpintaria, em 1956; João Parra Tardivo com a empresa de Entalhação e Decoração de Móveis, em 1958; Mauro Fanan, com a Fábrica de Móveis, em 1961; Francisco da Silva Duarte, com a Fábrica de Móveis em 1962; Antonio Coelho Berbel, com a Indústria Comércio de Móveis, em 1967, conhecida como Móveis Berbel, que hoje tem uma loja de vendas com o mesmo nome e Francisco da Silva Duarte, com a Fábrica de Móveis, em 1964 (LIMA, 2007).

Encontra-se na exposição permanente do Centro de Memória, algumas ferramentas, tais como: plaina, serrotes, morsa, sargento, grampo, macete, martelo, grosa, formão, chave de fenda, lima, compasso, arco de pua, que foram fotografadas e serão inventariadas (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Ferramentas do curso de Marcenaria

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016



Figura 2 - Ferramentas do curso de Marcenaria

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio de Cardoso, em 2016

A Escola Profissional e o curso de Marcenaria

O prédio construído especialmente para abrigar a Escola Profissional de Franca obedeceu a uma tendência das edificações do período, com traçados geométricos. O edifício central, com altura superior às demais dependências, abrigava a administração, os sanitários e as salas de aula para as disciplinas de instrução geral. Atrás do edifício central havia três galpões que acolhiam nove salas para oficinas, nas quais três ficavam do lado esquerdo, três na parte central e as outras três do lado direito. Como o prédio central é mais alto do que os galpões, quem está nele tem uma visão ampla de todas as oficinas, podendo manter uma maior vigilância. Os interiores das oficinas apresentavam janelas altas que impediam a vista exterior e evitavam dispersar e desviar a atenção dos alunos, (CARAPONALE, 2009)



Figura 3 - Janelas na parte interna da oficina

Fonte: Acervo da escola do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

As aulas de cultura geral eram ministradas das oito às onze horas da manhã e depois os alunos tinham uma pausa de uma hora para o almoço. No período da tarde, os alunos retornavam para as atividades nas oficinas, onde permaneciam por volta de quatro horas. Assim, o curso profissionalizante era dividido em dois turnos, o da manhã, dedicado às aulas teóricas, e o da tarde, reservado para as aulas práticas (CARAPONALE, 2009). A rotina de aprendizagem na oficina proporcionava ao aluno familiaridade com todas as fases de produção de forma planejada, condição que os tornava aptos a trabalhar em oficinas próprias futuramente. Sobre a rotina da oficina de marcenaria o ex-aluno (BOLELA, 2016), deu o seguinte depoimento:

[...] tudo tinha um plano, era uma ficha de projeto, você primeiro estudava, fazia desenho do projeto, depois colocava o material, as operações, aprendia a conhecer o material, por exemplo, a madeira, era por placa vendida por metro quadrado, a outra é vendida por metro linear, a outra por metro cúbico [...] era ele que terminava o orçamento dele [...].



Figura 4 - Oficina de marcenaria 1945

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

A Figura 5 mostra os alunos, entre 12 e 16 anos, desenvolvendo atividades na oficina de marcenaria na década de 1940.



Figura 5 - Alunos desenvolvendo trabalho na oficina de marcenaria, 1940

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

Segundo o relato dos alunos, eram raros os casos de desrespeito às normas impostas pela escola, até porque havia o temor de uma expulsão. Registros de ocorrências envolvendo alunos não foram encontrados nos arquivos da escola. No acervo do Centro de Memória, encontra-se um “Livro de Investigação” década de 1940, reservado para registro de queixas de alunos contra professores. Na oficina masculina as reclamações recaiam so-

bre o professor de marcenaria Sr. Vicente Giudice, um aluno registrou queixa alegando que o professor “puxava-lhe as orelhas quando pedia taboa para trabalhar”.

O diretor da Escola Profissional de Franca, em seu relatório de 1925, justifica que a escola oferecia o almoço completo, pois a instituição, por ser a única dessa modalidade na região, contava com um grande contingente de educandos residentes em localidades vizinhas, que saíam cedo de suas casas e regressavam tarde. Segundo registros da escola, a companhia de trem Mogiana fornecia passes livres para os alunos que morassem nas redondezas.

A maioria dos alunos do curso de Marcenaria, até 1965, era de nacionalidade brasileira, mas os filhos de estrangeiros representavam uma parcela considerável da clientela da escola, um terço dos alunos tinha pais estrangeiros, majoritariamente de origens italiana, portuguesa, espanhola, e síria, como mostram os livros de matrículas. A profissão mais comum dos pais dos alunos era lavrador, seguido de seleiro, pedreiro, pintor, carpinteiro, eletricitista e comerciante. Havia também, embora em menor número, filhos de funcionários públicos, ferroviários, alfaiates e mecânicos. Esses dados definem a clientela escolar composta por uma maioria de alunos filhos de trabalhadores rurais e, ao que tudo indica uma clientela de baixa renda. No depoimento o ex-aluno (BOLELA, 2016), referências às condições precárias dos alunos:

[...] lá todo aluno tinha muita dificuldade. Tinha um colega meu que ia descalço pra escola, quando não tinha chinelo ia descalço... um colega meu chamado Nelson recebeu o primeiro prêmio de Cultura Geral e foi receber o prêmio descalço.

Para auxiliar os alunos mais carentes, a escola criou em 1940 a “Caixa Escolar” denominada Horácio da Silveira, em homenagem ao então Superintendente do Ensino Industrial de São Paulo. Segundo o Jornal “A Forja”, publicação do Grêmio Estudantil da Escola, para ajudar os alunos “menos favorecidos da sorte”, a Caixa escolar recebia verbas do Estado, da Prefeitura e até mesmo contribuições de funcionários para compra de uniformes, macacões, material escolar e didático (A FORJA, 1952)

Todos os professores do início do curso até a sua extinção, eram do sexo masculino. Quando a escola de Franca começou a funcionar, os instrutores das oficinas eram selecionados entre profissionais da cidade, que já trabalhavam com a atividade a ser ensinada. Exigia-se formação específica apenas para as disciplinas de português, matemática e história do Brasil e Geografia (CARAPONALE, 2009).

O curso de Marcenaria era integral, de segunda a sexta, e meio período, aos sábados, gratuito e com duração de três anos e eram destinadas a crianças maiores de 12 e menores de 16 anos, que tivessem o curso primário concluído ou conhecimentos equivalentes comprovados e que não possuíssem moléstias contagiosas, no ato da matrícula; era exigido que o aluno apresentasse um atestado de sanidade física e mental. Normalmente, as matrículas ocorriam em janeiro e as aulas começavam em fevereiro; as férias ocorriam no

final do mês de junho e no final do ano. Como o aluno passava o dia na escola, oferecia-se a sopa escolar, (CARAPONALE, 2009).

Encontra-se no acervo do Centro de Memória livros de diplomados, entre eles um que se refere a 1927 a 1953. As duas primeiras turmas de 1927, 1928, formaram apenas dois alunos, João Baptista Faggioni e Alberto Lopes. Em 1929 não formou ninguém. Observa-se no quadro abaixo, que até 1950, poucos alunos formaram, no máximo, cinco, de 1951 a 1953, o número de formandos aumentou de 08 para 18. Destaca-se neste grupo, um aluno de 1941, Alberto Rezende, que além de ter sido professor, foi diretor da escola de 1965 a 1971.

Quadro I. Formandos de 1927 - 1938

1927	1928	1930	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
01	01	01	01	03	04	01	02	05	02

Fonte: Livro de Formandos - Arquivo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

Quadro II. Formandos de 1939 - 1953

1939	1940	1941	1942	1943	1949	1950	1951	1952	1953
03	01	01	02	02	03	02	08	16	18

Fonte: Livro de Formandos - Arquivo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

Em 1951, dois fatos importantes merecem registro. Uma vitória que Franca conquistou através do deputado Vicente de Paula, e regulamentado pela Lei 1073 de 26.06.51, foi a criação de diversos cursos de Mestria (COMÉRCIO DA FRANCA, 1951):

Agora, a Escola Industrial Júlio Cardoso, conta, também com os cursos de Mestria, que, dando mais conhecimentos teóricos e práticos, dão outras oportunidades para os jovens, que poderão ocupar cargos docentes, depois de diplomados, ou ingressarem nas indústrias com possibilidades de melhores remunerações.

Encontra-se no acervo do Centro de Memória, um livro de notas do curso de Mestria de 1953 - 1954, entre eles o aluno Sétimo Antônio Bolela, que fez o curso regular de Marcenaria e também o de Mestria, na década de noventa foi professor de Educação Artística no Ensino Médio da Etec Dr. Júlio Cardoso. Destacam-se os 13 alunos do curso de Mestria: 1953 - Antonio Batista Branquinho, Sétimo Antônio Bolela, Antonio Coelho Berbel, Hélio de Andrade Pinto, Jaime Dermínio, João Osório da Silva, José Carlos da Silva, José Nicato Pinto, Jesus Ant. Natalício, 1954: Joubeste Luiz Jacobini, Alcindo Silva, Domênio Marques, José Almeida Pinheiro, Sebastião Januario dos Santos. O último professor do curso de Marcenaria, Walter Sobreira Borges, ex-aluno da escola, de 1943 a 1946, formado em mestria pela Getúlio Vargas, lecionou de 1952 a 1996, foram 43 anos de dedicação, seu contrato foi encerrado dia 30 de janeiro de 1996, com a desativação do curso de Marcenaria.

Encontra-se no Centro de Memória um livro de chamada de 1945, consta o nome de Walter Sobreira Borges, enquanto aluno da 2ª série do curso de Marcenaria.



Figura 6 - Livro de chamada 1945

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

O ex-aluno Luciano Parzewski Neto, da década de 1980, deu o seguinte depoimento, dia 15/07/2016:

Eu era funcionário do Banespa, resolvi fazer o curso de Marcenaria, aos sábados. Comecei o curso, como um “robi”, depois incentivado pelos professores Walter Sobreira e José Newton, terminei o curso em dois anos, montei uma fábrica de móveis modulados, Parzewski Neto -Me, hoje é a minha profissão. Lamento que o curso de Marcenaria tenha terminado, poderia até hoje dar uma formação a muitos jovens que não tem uma profissão.

As Exposições

Até a década de 1950, os trabalhos elaborados pelos alunos eram feitos em pequena escala e condiziam com a demanda econômica local, visto que Franca ainda era uma região rural. Esses objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a exposição de trabalhos do final do ano. Muitos móveis produzidos se encontram no Centro de Memória, outros estão em diversos lugares da escola, como os que fazem parte do mobiliário da Diretoria, em imbuia com entalhes belíssimos. Comentase que o interesse pelos móveis era muito grande por parte da comunidade, as pessoas ficavam na fila a noite toda, para comprar o móvel de seu interesse. As exposições abriam as seis horas da manhã, o atendimento era por ordem de chegada, as filas eram enormes.



Figuras 7 e 8 - Móveis da Diretoria da escola, em 2016

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016



Figuras 9 e 10 - Móveis produzidos pelos alunos, 1940

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Julio Cardoso, em 2016



Figuras 11 e 12 - Exposições de móveis, produzidos pelos alunos, em 1940

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2016

As exposições, normalmente ganhavam cobertura da imprensa, contava com a presença do prefeito da cidade, de autoridades locais, e era tido como uma vitrine da instituição, no qual toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos produziam. Os jornais locais sempre noticiavam o evento, (O AVISO DA FRANCA, 29/11/1925).

Após a abertura oficial em que foi oferecida uma lauta mesa de chá as autoridades e à imprensa, esteve patenteada ao público a belíssima exposição de trabalhos dessa escola em que se poderia notar o grande desenvolvimento adquiridos pelos alunos deste novo e já tão acreditado estabelecimento de ensino competentemente dirigido pelo professor Paschoal Salgado. Ali se viam esplendidos trabalhos de marcenaria, carpintaria, de sellaria, de pintura de talhe, de ferraria e de plástica que muito acreditam os dignos professores do grande estabelecimento.

O jornal local noticiou (COMÉRCIO DA FRANCA, 27/11/1938).

Como estava anunciado, realizou-se às 13 horas de domingo último a cerimônia inaugural da exposição de trabalhos dos alunos da escola profissional 'Dr. Júlio Cardoso', com a presença das altas autoridades, representantes da imprensa e outras pessoas especialmente convidadas Com a solenidade de todos os anos para cujo brilho nunca faltam o entusiasmo e a admiração do povo da Franca, teve lugar no dia 26 do mês findante a abertura da exposição dos trabalhos pedagógicos e confeccionados pelos alunos dos diversos cursos da escola profissional.

Em depoimento o ex-aluno Bolela (2016), faz referências ao sucesso das exposições e de como encontrou objetivo no curso ao realizar todo processo de transformação da matéria-prima: "Eles davam um pedaço de madeira, a gente tinha que transformar numa peça, num móvel, e esse móvel era vendido no final do ano. Tinha fila, filas quilométricas, pra você comprar, e os móveis, as peças eram muito boas [...]".

Os jornais locais sempre noticiavam o evento (DIÁRIO DA FRANCA, 1948):

A exposição de trabalhos estará aberta nos dias 26 e 27 dezembro, das 12 às 16:30 horas. Em virtude de impossibilidade da publicação completa dos trabalhos a serem expostos, levamos ao conhecimento dos interessados, apenas uma parte deles. Secção masculina: Armários para banheiros, portas, toalhas, caixas para talheres, sapateiras, bancos para banheiro, saleiros, estantes, arcos de serra, trincos fechaduras, dobradiças, compassos de ponta, compassos de furo, esquadros, pega brasas, riscadores, alargadores, verificadores universais, porcas, etc. Durante o ano, foram feitos outros trabalhos, que foram aproveitados na escola. Quanto às exposições e aos artefatos é bom lembrar: "As escolas, seguindo a orientação de ensino que lhes foi traçada, não tem a finalidade de produzir, porém exclusivamente, a de ensinar. Desde que seja possível,

entretanto, conciliar as duas funções, a juízo dos serviços técnicos competentes da Superintendência do Ensino Profissional, caberá ao diretor fixar o preço aos produtos manufaturados para venda, de acordo com os elementos para isso fornecidos pelos mestres”.

Outras reportagens noticiavam a exposição na década de 1970, (COMÉRCIO DA FRANCA, 14 /12/1972):

Será aberta no próximo dia 16, sábado, às 19:30 horas, a tradicional exposição de trabalhos confeccionados pelos alunos do Ginásio Industrial “Júlio Cardoso” e do Colégio Técnico Industrial desta cidade, em suas próprias dependências. [...] A exposição ficará franqueada à visitação pública, sábado até às 22 horas, domingo e segunda, dias 17 e 18, das 13 às 22 horas. Este ano, serão colocados à venda, a preços bem razoáveis, na terça-feira, os trabalhos feitos pelas seções de Marcenaria, Corte-Costura e Bordados, Economia Doméstica, etc. Vários artigos elaborados no Ginásio Industrial e no Colégio Técnico serão entregues à Inspeção Regional do Ensino Profissional, para posterior distribuição às escolas da rede onde serão utilizados. Assim, várias máquinas, como furadeiras, desempenadeiras, lixadeiras, além de grande número de ferramentas, irão enriquecer o equipamento de diversas escolas técnicas do Estado. A direção do Ginásio-Colegial Industrial convidou para madrinha da exposição deste ano a sra. Ivete Nuzzi, esposa do prof. Erasmo de Freitas Nuzzi, coordenador do Ensino Técnico, que aqui estará sábado vindouro, para presidir às solenidades de abertura.

O jornal (COMÉRCIO DA FRANCA, 20 DEZ 1972) noticiou: Exposição do “Júlio Cardoso” alcançou.

Visitada por mais de três mil pessoas, encerrou-se na noite de anteontem a exposição de trabalhos dos alunos do Ginásio Industrial Estadual “Júlio Cardoso” e Colégio Técnico Estadual de Franca, que desde a sua fundação, há 48 anos, tem realizado tais mostras, tornando-se a mais tradicional da cidade e de maior projeção, alcançando grande destaque dentre as realizadas pelos estabelecimentos de ensino técnico do Estado. Instalada em 10 locais (salas de aula e oficinas), a exposição, inaugurada às 19h30 de sábado e contando com a presença de autoridades, professores e alunos, alcançou resultado “além da expectativa”, considerando a direção da escola “de excelente qualidade os trabalhos executados, o que refletiu o aproveitamento dos alunos no corrente exercício”. “Ao contrário de outras exposições escolares, que têm o caráter demonstrativo, o da Industrial é de fabricação”, disse o prof. Domênico Pugliesi, orientador educacional do estabelecimento. Inicialmente, o objetivo era mostrar apenas os trabalhos executados pelos alunos; hoje é mostrar também a maquinaria, o processo de elaboração e fabricação. “Os trabalhos - continuou - são feitos inteiramente pelos alunos, em prol de seu próprio desenvolvimento, com recursos exclusivamente da escola”.

A ex-aluna, professora e diretora da escola de 2012 a 2016, Ana Augusta de Araújo Gomes, dia 07 de junho de 2016 deu o seguinte depoimento sobre as exposições:

Quando os trabalhos já estavam quase finalizados, o professor Walter Sobreira abria a oficina para que os funcionários e professores observassem os móveis que iriam para a exposição, nem todos seriam vendidos, pois a preferência era dos alunos. Os móveis que tinham preços eram os que seriam vendidos ao público em geral. Comprei vários móveis: mala de enxoval, baú, cama de solteiro e cômoda. Em 1987, interessei-me por uma sala de jantar, como os professores e funcionários não tinham preferência nas vendas, fiquei a noite toda na fila, felizmente consegui comprar, o preço não era menor que das lojas, porém primava pela qualidade.



Figura 13 - Sala de jantar adquirida pela diretora Ana Augusta de Araújo Gomes, 1987
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Julio Cardoso, em 2016

Conclusão

Conclui-se que o Curso de Marcenaria da Etec Dr. Júlio Cardoso, criado com a fundação da escola, em 1924, foi referência por várias décadas, formando profissionais que se destacaram no ramo moveleiro da cidade de Franca. No início da instalação do curso, havia na cidade e região, insuficiência de mão de obra qualificada, assim garantia ao aluno da escola, uma colocação no mercado de trabalho, antes mesmo de terminar o curso. Os primeiros professores da Escola Profissional que ensinavam a prática nas oficinas eram escolhidos entre pessoas que já trabalhavam no ramo, e, normalmente se desdobravam entre o trabalho na oficina e as aulas na escola. Em depoimento, o ex-aluno Sétimo Antônio Bolela, conta que a expectativa de abrir o próprio negócio era uma aspiração de quase todos os integrantes do curso de Marcenaria. As aulas de cultura geral eram ministradas das oito às onze horas da manhã e depois os alunos tinham uma pausa de uma hora para o almoço.

No período da tarde, os alunos retornavam para as atividades nas oficinas, onde permaneciam por volta de quatro horas. Assim, o curso de Marcenaria era dividido em dois turnos, o da manhã, dedicado às aulas teóricas, e o da tarde, reservado para as aulas práticas. Os trabalhos elaborados pelos alunos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a exposição de trabalhos do final do próximo ano ou utilizado pela escola, na secretaria ou na diretoria. Este evento, que normalmente ganhava cobertura da imprensa, contava com a presença do prefeito da cidade, de autoridades locais, e era tido como uma vitrine da instituição, no qual toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos produziam. Ao traçar um perfil dos alunos que fizeram o curso de Marcenaria, até a década de 1960, constata-se que a maioria eram filhos de lavradores e comerciantes seguidos por filhos de operários ligados a diversas atividades. Quanto à nacionalidade, a maioria era composta por brasileiros, mas pela listagem de nomes é possível perceber um número significativo de descendentes de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos lavradores. Encontra-se no acervo do Centro de Memória livros de diplomados, entre eles um que se refere a 1927 a 1953, percebe-se um pequeno número de formandos, entre um em 1927 e dezoito em 1953. Encontra-se no acervo do Centro de Memória, um livro de notas do curso de Mestria de 1953 - 1954, entre eles o aluno Sétimo Antônio Bolela, que fez o curso regular de Marcenaria e também o de Mestria, na década de noventa foi professor de Educação Artística no Ensino Médio da Etec Dr Júlio Cardoso. Os professores eram conhecidos na cidade e podiam encaminhar para suas oficinas uma pequena demanda de serviços daqueles que procuravam a escola. Dos professores do curso de Marcenaria, destaca-se o último professor do curso, Walter Sobreira Borges, ex-aluno da escola, de 1943 a 1946, formado em mestria pela Getúlio Vargas, lecionou de 1952 a 1996, foram 43 anos de dedicação, seu contrato foi encerrado dia 30 de janeiro de 1996, com a desativação do curso de Marcenaria, quando a escola já estava no comando do Centro Paula Souza, muitas máquinas continuaram na oficina, até o último funcionário que dava manutenção na escola se aposentar, em 2015 as máquinas foram levadas para outra Etec, sobrando algumas ferramentas que agora fazem parte do acervo do CM, que foram fotografadas, digitalizadas e serão inventariadas.

Referências

BORINI, Joana Célia de Oliveira. As mudanças em currículos dos cursos da Etec Dr. Júlio Cardoso de 1945 a 1965. In: CARVALHO, Maria Lucia M. Carvalho (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970)**. Tese de doutorado. Unesp - Franca, 2007.

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Cotidiano Escolar: a Escola Profissional de Franca (1924-1942)**. 2009. Mestrado - Educação: História, Política, Sociedade. PUC-SP.

Fontes Primárias

ALÉM da formação técnica, encaminha os alunos aos cursos normais. O Francano. 17 fev.1951.

BORINI, Joana Célia de Oliveira, As mudanças em currículos dos cursos da Etec Dr. Júlio Cardoso de 1945 a 1965. Centro Paula Souza - São Paulo, 2013.

EXPOSIÇÃO de trabalhos. **Comércio da Franca**, 25 Nov, 1948.

EXPOSIÇÃO do “Júlio Cardoso”. **Comércio da Franca**, de 20 de dezembro de 1972.

ESCOLA Profissional de Franca, 1940. Índice de alunos diplomados, 1927-1940. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1934. Livro 1 – curso masculino, 1934-1936. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1945. Livro de chamada – curso popular de alfabetização, 1943-1945. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1945. Livro de compras, 1935- 45. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1930. Livro de inventários, 1928- 1930. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1944. Livro de inventário – aulas diversas, 1935-1944. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1935. Livro de inventário - curso de tornearia e entalhe, 1935. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1930. Livro de inventários, 1928- 1930. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1935. Livro de inventário – tornearia e entalhe, 1935. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA, 1942. LIVROS DE MATRÍCULAS, 1924-1942. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1942. Livro de matrícula, 1941- 1942. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1940. Livro de matrícula – curso noturno, 1938-1940. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1939. Livro de matrícula marcenaria e mecânica, 1935-1939. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1943. Relação de alunos diplomados - curso diurno, 1929- 1943. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1949. Relação dos alunos diplomados – curso noturno, 1929- 1945. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1937. Registro de porcentagens dos alunos, 1935-1937. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca. 1940. Resumo estatístico. 1940. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1930. Registro da produção dos alunos e alunas, 1924-1930. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

ESCOLA Profissional de Franca, 1939. Registro de produção de artefatos, 1937-1939.

FRANCA, NA VANGUARDA DOS MOVIMENTOS EDUCACIONAIS. **O FRANCANO**, Abr. 1951.

LIVRO de registro de Relatórios dos Diretores, 1945-1965. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

LIVROS de Registro de Matrículas 1924- 1970. Arquivo Permanente da Etec Dr. Júlio Cardoso.

MESTRIA e Industrial Básico. **Ofício** n.157 de 26 de abr. de 1955.

REGULAMENTAÇÃO Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Decreto-Lei** 30 jan.1942.

REGULAMENTAÇÃO do Ensino Industrial. **Decreto-Lei 20.296**. 17 fev.1951.

TOMAZINI, Maria Lúcia; ADIB, Mauriel Arley. História e memória da ETESG “DR. Júlio Cardoso”. 1991. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

VISITAS de Inspeção. **Relatórios**. 1949 – 1959. Arquivo Permanente da Etec DR. JÚLIO CARDOSO.

Fontes orais

BORINI, Joana Célia de Oliveira. Entrevista com o ex-aluno do Curso de Marcenaria, Sétimo Antônio Bolela, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso, 07 de julho de 2016.

BORINI, Joana Célia de Oliveira. Depoimento da Diretora Ana Augusta de Araújo Gomes, o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso, 06 de julho de 2016.

ARQUITETURA ESCOLAR E PRÁTICAS ESCOLARES E PEDAGÓGICAS DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PHILADELPHO GOUVÊA NETTO (1970 A 1982)

Jurema Rodrigues

Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto

Introdução

Este estudo enfatiza a importância da instituição escolar e das relações construídas social, cultural, histórica com o objetivo de inventariar a arquitetura dos três prédios da Instituição Escolar Técnica e Tecnológica, identificando, assim, nos espaços escolares, as transformações ocorridas nas instalações dos prédios, nos laboratórios, na biblioteca, entre outros espaços escolares.

O trabalho traz informações sobre a Arquitetura Escolar e as Práticas Escolares e Pedagógicas da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto realizadas no período de 1970, ano da criação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, pelo Decreto nº 52.553 de 06/11/70, até 1982, ano em que a Biblioteca da Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” passou a denominar-se Biblioteca Dr. Carlos de Arnaldo Silva.

Inicialmente, a Escola em nível fundamental funcionava no prédio localizado na Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, como Curso Prático do Ensino Profissionalizante pertencente ao Nível Fundamental, curso esse instalado no dia 24 de abril de 1956, mas com início de suas atividades em 04 de junho de 1956. Em 14 de Setembro de 1956, o Curso Prático do Ensino Profissionalizante passou a denominar Escola Artesanal, pelo Decreto nº 26417. Depois, em 30 de abril de 1963, recebeu o nome de Escola Industrial pelo Decreto 41.895. A partir de dezoito de fevereiro de 1965, pelo Decreto 44.533, recebeu o nome de Ginásio Industrial Estadual de São José do Rio Preto. Em 17 de fevereiro de 1967, de acordo com a Lei nº 9.733, publicada a 18

de fevereiro 1967, recebeu o patronímico “Philadelpho Gouvêa Netto”, consequentemente, passou a denominar-se Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”.

Ainda no mesmo prédio localizado na Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto também funcionou o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto pertencente ao Nível Médio Integrado, criado em 06/11/70, no entanto suas atividades iniciaram em 15 de março de 1971. Nesse mesmo prédio, funcionaram as duas escolas: o Ginásio Industrial Estadual “Philadelpho Gouvêa Netto” e o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto até junho de 1971.

O segundo prédio, a instalação intermediária situada no prédio da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, abrigou as o Ginásio Industrial Estadual “Philadelpho Gouvêa Netto” no período de julho de 1971 até trinta e um do mês de dezembro de 1975, e o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto no período de julho de 1971 até trinta e um do mês de dezembro de 1976, uma vez que o Ginásio Industrial Estadual foi extinto no final de 1975. Com a extinção do Ginásio Industrial Estadual, o Colégio recebeu o patronímico do Ginásio Industrial e passou a denominar Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”. Desse modo, a partir de janeiro de 1976, o prédio da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, abrigou somente o Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” até final de dezembro de 1976.

O terceiro prédio, a instalação própria e permanente, localizado na Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, abrigou o Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” desde janeiro de 1977, quando ocorreu a mudança para o prédio próprio, porém, a inauguração do prédio próprio só ocorreu em seis de agosto de 1977. Desse modo a partir de janeiro de 1977, a Unidade Escolar ocupou as instalações do terceiro prédio de construção própria localizado na Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

No decorrer dos anos desde 1977, a Unidade Escolar pertencente ao Nível Médio Integrado recebeu várias denominações, uma vez que, inicialmente era denominado Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, criado pelo Decreto nº 52.553 de 06/11/70. A partir de trinta e um de dezembro de 1975, pelo Decreto 7400/75 30/12/75, publicado no DO de 31/12/75, foi nomeado Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”. Em quinze de agosto de 1980, pela Resolução SE nº 66, a Unidade Escolar recebeu o nome de Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto”. Em 10 de junho de 1985, a Unidade Escolar foi denominada Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” pelo Decreto 23.544 de 1985. A partir de primeiro de janeiro de 1994, a Escola foi transferida para o Centro Estadual de Educação Paula Souza – CEETEPS, pelo Decreto 37.735/93, passando a denominar Escola Técnica Estadual “Philadelpho Gouvêa Netto”.

O estudo traz relevantes considerações sobre os espaços em que abrigaram a Biblioteca Escolar, os objetos e algumas das práticas realizadas pela comunidade escolar até o período de 1982, ano em que a biblioteca recebeu o patronímico Dr. Carlos de Arnaldo Silva.

Além disso, o estudo expõe fatos vivenciados pela equipe escolar em favor do ensino profissionalizante como na representatividade em comemorações cívicas, em campanhas de plantio de árvores, em melhorias no espaço da biblioteca para melhor atender a clientela.

A abordagem metodológica utilizada consiste em análise de documentos textuais e iconográficos de fontes primárias e secundárias encontradas nos acervos escolares, nos documentos oficiais, nos artigos jornalísticos locais, nas referências bibliográficas e nos testemunhos de pesquisa em história oral.

Mediante os fatos históricos, finaliza-se a trajetória dos espaços ocupados pela Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” até 1982, ano em que a Biblioteca recebeu o patronímico Dr. Carlos de Arnaldo Silva.

Instalação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto no prédio da antiga Escola Artesanal (1970)

Nos quatorze anos de funcionamento do Ginásio Industrial, antiga Escola Artesanal, o Colégio Industrial de São José do Rio Preto foi criado com o decreto nº 52.553 de 06/11/70, publicação no D.O. de 07/11/1970, iniciando suas atividades no dia 15 de março de 1971, com os cursos Técnicos em Mecânica e em Edificações, no período noturno, em duas salas do prédio do Ginásio Industrial Philadelpho Gouvêa Netto, situado na Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Cabe ressaltar ser o mesmo prédio que fora instalada a antiga Escola Artesanal no ano de 1956.

Enquanto muitos dos prédios escolares que abrigavam o Ensino Técnico Paulista dispunham de construções apropriadas para o bem estar dos estudantes, com características específicas da arquitetura escolar das primeiras décadas do século XX, o prédio que abrigava o Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto” e o Colégio Industrial de São José do Rio Preto dispunha de construção e estrutura inadequadas, sem equipamentos apropriados para atender a clientela do ensino profissionalizante.

O prédio da Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, ocupava aproximadamente quinhentos (500) m², possuindo Sala da Diretoria, Sala do Assistente do Diretor, Sala dos Professores, Sala para Artes Industriais, Sala de aula para Desenho, Sala de Corte e Costura, Sala de Arte Culinária, Sala de Ciências, Sala da Orientadora Educacional, Sala do Grêmio, Sala da Secretaria, Cantina, pequena sala para a Biblioteca, três salas de aula para Cultura Geral, duas salas para o almoxarifado, dois pequenos pátios e Salão destinado a Oficinas (área ampliada com a reforma) como é relatado pelo professor Clóvis Sanfelice em entrevista,

A instalação do prédio da Rua Antônio de Godoy, nº3564, era precaríssima, vocês vão ficar surpresos, mas quando instalada, utilizou de um prédio que era um antigo prostíbulo, porque essa região de Rio Preto era onde funcionavam (risos) as casas, “essas casas suspeitas”. O prédio, antes de iniciar seus trabalhos da antiga Escola Artesanal, era mesmo um antigo prostíbulo. Condições precaríssimas, instalações adaptadas, algumas salas de aula funcionavam no porão. Uma conquista para mim como professor de ciências recém-saído da Universidade, conseguir instalar um laboratório no porão da escola, se é que, poderia chamá-lo de laboratório de ciências e de biologia. (SANFELICE, 2013)

A Instituição merecia urgentemente de construção do prédio próprio a fim de atender às necessidades educacionais. Porém, enquanto não consolidava a aquisição do terreno e a construção do espaço próprio, a Prefeitura Municipal local, em 1971, ofereceu outro prédio ao estabelecimento de ensino profissionalizante, cuja instalação era alternativa e adaptada.

Mudança do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto para a Instalação Intermediária

Em meados de 1971, o Colégio Industrial recebeu uma instalação intermediária, ou seja, alternativa, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, instalação cedida pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, pertencente à Fundação Regional de Ensino Superior da Araraquarense. Composta por cinco galpões grandes, mas de uso apenas três galpões, devido à grande extensão da área do prédio escolar.

Quanto à localização do prédio Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, sua entrada principal, parte frontal, localizava na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, hoje é o Ambulatório do Hospital de Base, ficava em frente ao prédio do Hospital de Base (Figura 1). A parte dos fundos, entrada dos alunos e local mais utilizado pelo Colégio, situava na Rua Antônio de Godoy (Figuras 2 e 3). A lateral direita do prédio escolar ficava na Rua Roberto Mange, em frente ao Teatro Municipal e à Casa de Cultura (Figura 4, página 6). A lateral esquerda do prédio ficava na posição paralela à Rua Joaquim de Souza Barbeiro (Figura 5), próximo ao atual prédio do Instituto dos Cegos (Deficientes Visuais).



Figura 1 - Parte da entrada principal do Prédio Escolar da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, localizado em frente ao prédio do Hospital de Base)
Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 2 - Parte dos fundos do Prédio Escolar localizado na Rua Antônio de Godoy. Na frente do pátio, muros construídos pelos próprios alunos, passarela para o galpão do setor administrativo e o galpão dos laboratórios
Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 3 - Pátio de uso geral e local para realização de aulas práticas do Curso Técnico em Edificações voltadas às obras de construções
Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 4 - Parte dos fundos (porta) situada na Rua Antônio de Godoy e a parte da lateral direita do Prédio Escolar (vide janelas) situada na Rua Roberto Mange
Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 5 - Parte lateral do Prédio Escolar situada na Rua Joaquim de Souza Barbeiro Setor Administrativo: Direção e a Secretaria da Escola do Colégio Técnico Industrial
Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016

Dessa maneira, o prédio escolar localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, não dispunha de planejamento para reforma de grande porte, mas foram necessárias adequações de porte pequeno para o bom funcionamento das duas escolas, ou seja, do Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto” e do Colégio Industrial São José do Rio Preto.

Ainda que não contemplasse a busca de todos, o espaço escolar do prédio intermediário já representava uma possibilidade de melhoria e as práticas desenvolvidas pela comunidade escolar favoreciam o desenvolvimento do ensino aprendizagem. Como narra o professor Clóvis Sanfelice,

Conseguimos sair do prédio da Rua Antônio de Godoy nº3564 para as instalações próximas ao Hospital de Base. Tudo aquilo que vocês veem no ambulatório do Hospital de base, fomos nós que colocamos em funcionamento, eram apenas galpões inacabados. Quando nos deslocamos para esse prédio na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, as condições melhoraram, mas ainda deixavam muito a desejar, eram instalações adaptadas, não era um prédio feito especificamente para funcionar uma escola de nível [...] Mudamos para lá naquelas condições, conseguimos junto à prefeitura, levar as máquinas antigas, velhas desde a Escola Artesanal. Assim fizemos, cobrimos tudo, instalamos a oficina de mecânica, a oficina de edificações e numa das partes, colocamos a parte administrativa e as salas de aula. Não era o ideal, porque eram salas também adaptadas, mas já era um avanço, pois, neste prédio, tínhamos mais espaço. (SANFELICE, 2013)

No prédio da Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, grande parte do inventário como o mobiliário era oriundo da antiga Escola Artesanal e do Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto”. No início e meados da década de 1970, o Colégio Técnico Industrial São José do Rio Preto recebeu novos mobiliários como carteiras de alunos, mesas, bancos, e materiais de uso específicos para aulas práticas dos cursos Técnico em Edificações e Mecânica.

Mediante os dados apresentados, percebe-se que o espaço escolar quando carregado de significados constitui de possibilidades para o bem-estar docente e discente.

A arquitetura, mais do que abrigar variadas funções da atividade humana, é suporte de conteúdos simbólicos. Através de suas formas, os edifícios caracterizam-se como símbolos destas mesmas funções. É por isso que ao longo da história aprendeu-se a decodificar a imagem da igreja, da mesquita, do prédio dos correios, da agência bancária, do mercado e da escola, entre tantas outras tipologias arquitetônicas que se foram consolidando (WOLFF, 1996, p. 105).

Nessa premissa, entende-se que os participantes do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto consideravam que a disposição espacial geral e interna não eram apenas elementos arquiteturais, mas, consideravelmente, pedagógicos, pois o exercício pedagógico e suas diversas relações e inter-relações ocorriam dentro e fora do espaço escolar. Assim, percebe-se que a amplitude do espaço favoreceu o exercício pedagógico da comunidade escolar na representatividade da Instituição em festividades como nos desfiles de sete de setembro do Município, e nas solenidades de formaturas dos Cursos Técnicos em Mecânica, Edificações e Eletrotécnica ocorridas no prédio escolar no período de 1974 a 1976.

Em suma, a amplitude do espaço da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, favorecia o processo ensino-aprendizagem, contudo suas condições singulares e precárias não atendiam as necessidades e os objetivos da Instituição. Dessa forma, era preciso realizar o velho sonho da comunidade escolar com a construção do tão almejado prédio próprio.

Práticas Escolares para Construção do Prédio Próprio

O ano de 1974 foi o marco de conquistas para o Colégio Industrial de São José do Rio Preto, pois a equipe escolar foi presenteada com um terreno. De acordo com a Lei Municipal nº 1804 de dois de maio de 1974, o Prefeito Municipal Dr. Wilson Romano Calil autorizou a doação da quadra do terreno situada no Jardim Herculano para construção do prédio escolar. No entanto, a luta da equipe escolar reiniciava com novas etapas de ações para liberação do terreno e subsídios para construção do prédio próprio.

Na ocasião, a luta da equipe escolar em prol do espaço próprio passava por nova fase, necessitava de conseguir aprovação e liberação de recursos, para isso, o Colégio Técnico organizou uma caravana para São Paulo em busca de aprovação de verba para construção do prédio próprio.

No início da década de 1970, a construção do edifício escolar era atribuição da Secretaria do Estado de São Paulo, pertencente à gestão de Paulo Egydio Martins, Governador do Estado no período de 1975 a 1979, com ação conjunta e planejada a cargo de dois órgãos, CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo e do FUNDESP – Fundo de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, a fim de viabilizar a implantação do projeto de redistribuição da rede física. Assim, com a nova lei 5692/71, o Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto foi favorecido com a construção do edifício próprio.

Para a execução dos edifícios escolares, padronizaram-se normas e procedimentos para que todas as etapas do processo de construção fossem devidamente racionalizadas e detalhadas através de manuais técnicos. O objetivo da padronização era obter maior rapidez no projeto, pela redução de soluções alternativas, agilidade na quantificação, medição e controle de qualidade. Pretendia-se também proporcionar um sistema de manutenção e de reposição racional dos edifícios escolares em uso. A racionalização visava à rapidez dos processos de projeto, aprovação e execução, garantindo um padrão mínimo de qualidade para as instalações escolares como afirma Valentim (2008)

Estabeleceu-se o módulo, base, de 0,90 m, a partir do qual, todos os ambientes tinham sua padronização definida, como por exemplo: as circulações que deveriam medir 1,80, 2,70 ou 3,60 m de largura; a sala de aula deveria medir 7,20 x 7,20 m; a modulação estrutural deveria ser de 3,60 x 7,20 m ou 3,60 x 10,80 m ou 7,20 x 10,80 m, e assim sucessivamente. (VALENTIM, 2008).

As especificações escolares de 1º grau, elaboradas pela Superintendência de Planejamento, continham a definição das áreas dos ambientes segundo a capacidade prevista de atendimento de cada escola (número de salas de aula). Com a finalidade de possibilitar ampliação e adequação dos edifícios escolares, a CONESP desenvolveu a flexibilidade estrutural (sistema construtivo composto por pilares e vigas de concreto armado com fechamento em alvenaria sem a utilização de paredes portantes). Esse sistema, modulado de 90m, permite a retirada de paredes internas e externas do edifício, desde que respeitada à modulação, sem a necessidade de reforço estrutural, promovendo a flexibilidade na ampliação e adequação do edifício e aproximação da sala de aula à forma geométrica do quadrado, a fim de possibilitar maior flexibilidade de “layout” nesse ambiente.

Seguindo as especificações escolares de primeiro grau (1º grau), a construção do prédio escolar iniciou em 1976 (Figura 6) em terreno de 10800 m². Era de construção tipo modular, organizada em quatro blocos funcionais, de flexibilidade estrutural, ou seja, com pilares e vigas de concreto armado moldado in-loco, fechamento em alvenaria de vedação sem função estrutural de paredes portantes, apresenta aproximação da sala de aula à forma

geométrica do quadrado de 7,85 x 7,65 m, caixilhos de estrutura metálica, portas com batentes metálicos e folhas de madeira, forração em placas de lã de vidro, cobertura em telhas de fibrocimento tipo canaleta 90, com alvenaria de vedação, tijolo laminado aparente, forração em material termo acústico e/ou laje, o controle da instalação elétrica composto por tomadas e interruptores é feito através de um único quadro de comando. Segue as exigências construtivas quanto ao pé direito que é de 3,20m no Bloco Administrativo / Salas de Aulas, e de 4,50m nos demais Blocos Pedagógicos, área de iluminação mínima igual a 1/7 da área de piso, área de ventilação mínima a 1/14 da área de piso, forração obrigatória, Iluminação fluorescente mínima de (300lux).



Figura 6 - Fase de construção do Prédio Escolar da Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto, São Paulo

Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016

A construção do prédio da Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, foi concluída em 1977 (Figura 7), em terreno de 10800 m², com área ocupada de 4848 m², área livre de 5952 m², organizada em quatro blocos funcionais, uma cabine primária, um reservatório de água e uma quadra de uso múltiplo, descoberta, na posição perpendicular ao quarto bloco.



Figura 7 - Vista aérea do Prédio Escolar localizado na Avenida dos Estudantes, nº3278, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto, em 1977

Fonte: Aero Fotos Fotografia de Brasil LTDA – RJ. Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016

Mudança e Inauguração do Prédio Próprio Localizado na Avenida dos Estudantes

Em janeiro de 1977, o Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” mudou-se para o prédio próprio localizado na Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, e a equipe escolar não mediu esforços para o transporte e acomodação dos mobiliários, maquinários, equipamentos já existentes.

No conjunto, de acordo com a planta inicial do prédio, o espaço físico apresentava quatro blocos, o primeiro bloco com dois pavimentos: o térreo com área de 1464 m², com três escadas para acesso ao piso superior, uma central e duas laterais e o pavimento superior com área de 1464 m². No térreo, ao lado direito da portaria, era composto por duas salas para secretaria, sala do diretor, cozinha, sala para trabalho audiovisual apesar de não ter sido utilizada com esta finalidade, sala de desenho, dois sanitários para alunos, um sanitário para administração, um sanitário para funcionários, circulação e parte direita do galpão (pátio); e ao lado esquerdo da portaria, sala de professores, sala

do auxiliar do diretor, almoxarifado, sala do Centro Cívico, depósito, biblioteca, sala de educação física, dois sanitários para alunas, um deles erradamente com um mictório, dois sanitários para funcionárias, circulação, e parte esquerda do galpão, cantina em frente à portaria. O pavimento superior composto por treze salas de aula comuns medindo 7,85 m x 7,65 m, duas salas de aula 7,82 m x 7,65 m, um laboratório de física e química de 9,85 m x 7,65 m, uma sala de desenho de 9,85 m x 7,65 m. O segundo bloco com uma casa de zeladoria. O terceiro bloco com 675 m², contendo uma oficina de eletrônica, de 31,30 m x 14,55 m com portas de enrolar, uma na entrada de frente e outra de fundos, duas oficinas eletrônica de 4,30 m x 7,20 m, um depósito de 8,80 m x 4,60 m, uma sala sem uso de 8,80 m x 5,05 m e uma de 8,80 m x 4,60 m. O quarto bloco com 675 m², composto por uma oficina de Mecânica e Eletro-Mecânica de 31,30 m x 14,55 m com portas de enrolar, uma na entrada de frente e outra de fundos, uma ferramentaria de 4,30 m x 7,20 m, uma sala de solda elétrica de 4,30 m x 7,20 m, um depósito de 8,80 m x 4,60 m, uma sala sem uso de 8,80 m x 5,05 m e uma de 8,80 m x 4,60 m. Além da quadra de uso múltiplo de 20 m x 30 m, descoberta, na posição perpendicular ao quarto bloco e a cabine primária na área externa do prédio de 4,07 m x 6,50 m.

A esperada inauguração do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” aconteceu em 06 de agosto de 1977, resultado de lutas e conquistas da equipe escolar, contou com a presença do Senhor Paulo Egydio Martins Governador do Estado de São Paulo, do Secretário de Estado da Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira, do Diretor da divisão Regional de Ensino Aristeu Arantes Ferraz, de autoridades locais, e do Diretor do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” Armando Francisco Poles, funcionários, professores e alunos.

Em 1978, era preciso realizar o plantio de árvores, assim, a comunidade escolar do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” composta pelos alunos dos cursos técnicos em Mecânica, Edificações, Eletrotécnica, Telecomunicações e Eletromecânica promoveu o evento nomeado “Campanha do Verde” para o plantio de árvores no entorno do prédio escolar da Avenida dos estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto.

Em 1979, a comunidade escolar do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto” promoveu novamente o evento “Campanha do Verde” para o plantio de árvores no entorno do prédio escolar.

No decorrer da permanência da Unidade Escolar no edifício próprio da Avenida dos estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, a equipe escolar se empenhou para a melhoria de qualidade de ensino, promoveu diversas campanhas para adaptações e reformas no prédio a fim de favorecer o processo ensino-aprendizagem.

Desse modo, o espaço físico do prédio próprio da Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, objeto de investigação, ganhou uma dimensão educativa, materializou-se as relações de poder, a transformação cultural e histórica do espaço para lugar construído pelos alunos, professores, direção, pais e comunidade escolar.

Espaço e Objetos da Biblioteca Escolar

Desde 1956, a Biblioteca Escolar acompanhou a história da Instituição. Primeiramente, funcionou em uma pequena sala do prédio localizado na Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto, com limitado acervo de livros para pesquisa de alunos e professores nos anos de 1956 a 1970. Em meados de 1971, passou a funcionar em sala adaptada no prédio da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, dispunha de pequeno acervo de livros. A partir de 1977, passou a funcionar em uma sala destinada exclusivamente para uso da biblioteca escolar no prédio próprio localizado na Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, São José do Rio Preto, e ao longo do tempo, ampliou-se o acervo de livros da biblioteca escolar.

O espaço destinado à biblioteca localizava no pavimento térreo do primeiro bloco do prédio escolar inaugurado em seis de agosto de 1977. De construção tipo modular e padronizada, à vista de que, como muitas das salas de aulas do prédio, obedeciam à forma geométrica do quadrado de 7,85 m x 7,65 m, com pé direito que é de 4,50 m.

De acordo com a página vinte e cinco do Plano Escolar de 1979 do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, desde a inauguração do prédio próprio em 1977, a biblioteca escolar era circulante, aberta aos alunos “diuturnamente”, constituída de livros técnicos profissionalizantes e de cultura geral, com acomodação para vinte e quatro alunos. Não havia bibliotecário, porém a direção destinava dois funcionários para o atendimento dos alunos e professores, e as retiradas de livros eram controladas em livro de registro específico, contendo, além dos dados dos livros retirados, a assinatura do aluno e a série a que pertencia.

Em primeiro de outubro de 1982, a Biblioteca da Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” passou a denominar-se Biblioteca Dr. Carlos de Arnaldo Silva. Recebeu a denominação patronímica em homenagem ao ilustre homem público, dedicado e comprometido com o Ensino Técnico, assim mencionado na página três do livro de Ata de Inauguração da Unidade Escolar conforme registro abaixo,

A 1º de outubro de 1982 com a presença de autoridades, familiares do homenageado Dr. Carlos de Arnaldo Silva, professores e alunos, realizou-se a inauguração da Biblioteca do Estabelecimento “Dr. Carlos de Arnaldo Silva” em homenagem ao ilustre homem público e amigo da escola. Usaram da palavra: o aluno João Luiz Sparapani, Presidente do Centro Cívico Escolar; o Diretor da Escola, Professor Armando Francisco Poles; o Assistente do Diretor, professor José Antônio Vischetto, em nome da Escola; Dona Emília Almeida de Arnaldo Silva (Figura 8), esposa do Patrono, em nome dos familiares do Dr. Carlos de Arnaldo Silva. Do que eu Tamem Jamil Cury, secretária, lavrei a presente ata que será por todos os presentes assinada. São José do Rio Preto, 1º de Outubro de 1982.



Figura 8 - Discurso de Emília Almeida de Arnaldo Silva, esposa do patrono, na inauguração da Biblioteca, Dr. Carlos de Arnaldo Silva da ESG “Philadelpho Gouvêa Netto”

Fonte: Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016

Segundo o Plano Escolar elaborado no início do ano de 1983, registrado na página dezoito, o acervo da Biblioteca da Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” era de mil e quinhentos volumes, composto de livros técnicos profissionalizantes e de cultura geral. Consta ainda que a Biblioteca era de grande importância, uma vez que contribuía para um ensino melhor considerando as características da Escola. Além disso, consta registrado que havia necessidade de estantes para melhor acomodação dos livros.

A Biblioteca Dr. Carlos de Arnaldo Silva preserva, em seu acervo, os seguintes livros com suas respectivas capas e folhas de rosto: Pedagogia, de Lorenzo Luzuriaga, tradução e notas de Lólio Lourenço de Oliveira e J.B. Damasco Penna, 3ª edição, Companhia Editora Nacional, 1961 (Figura 9); Organização e Administração Escolar, de Manoel Bergström Lourenço Filho, 1ª edição, Edições Melhoramentos, 1963 (Figura 10); Matemática para Oficina, de Clay Schuette Felker, tradução de Luís L. Delpy, 1ª edição, Editora LEP, S.A., 1964 (Figura 11). Esses livros pertenciam à Antiga Escola Industrial e ao Antigo Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto.

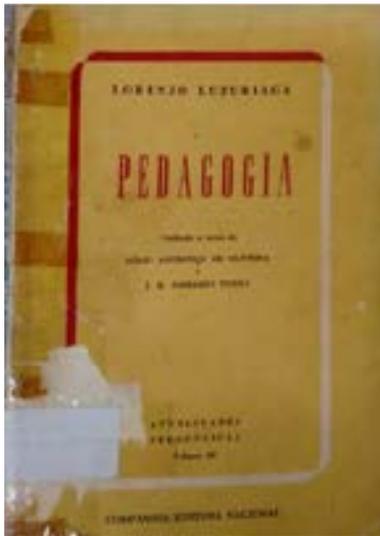


Figura 9 - Livro: Pedagogia. Lorenzo Luzuriaga, tradução e notas de Lólio Lourenço de Oliveira e J.B. Damasco Penna, 3ª ed., Companhia Editora Nacional, 1961
Fonte: Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 10 - Livro: Organização e administração escolar. Manoel Bergström Lourenço Filho. 1ª Ed., Edições Melhoramentos, 1963
Fonte: Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016



Figura 11 - Livro: Matemática para Oficinas, C. A. Felker, tradução de Luís L. Delpy, 1ª Ed., Editora LEP, S.A., 1964
Fonte: Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, em 2016

Os livros mencionados acima, considerados obras raras, trazem marcas de carimbos, nas suas folhas de rosto, (Tabela 1) das denominações recebidas pela Unidade Escolar ao longo de sua trajetória, dados como classificação, número de registro, tomo, marcas de posse. Nesse sentido, constata-se que as obras raras são de grande valor, revelam as transformações culturais, políticas da educação no geral e as transformações históricas da instituição.

Tabela 1 – Dados dos livros e da Biblioteca da Instituição

Título	Autor	Edição	Editora	Ano	Páginas	Biblioteca	Ano
Pedagogia	Lorenzo Luzuriaga	3ª	São Paulo, Companhia Editora Nacional	1961	351	Centro Estadual Interescolar	1972 a 1975
Organização e Administração Escolar	M.B. Lourenço Filho	1ª	São Paulo, Edições Melhoramentos	1963	288	Escola Industrial	1963 a 1964
Matemática para Oficina	C. S. Felker	1ª	São Paulo, Editora LEP, S.A.	1964	379	Ginásio Industrial "Philadelpho Gouvêa Netto"	1967 a 1975

Os registros de controles de tomo, forma de aquisição, retirada, devolução, entre outros dados eram realizados em livro próprio. Como não havia bibliotecário especializado, somente atendentes indicados pela direção da escola, muitos dos livros do acervo da biblioteca se perderam em algum momento da história da instituição, inclusive os livros de registros de controles da biblioteca escolar (1956 a 1982). Em virtude dos fatos mencionados, percebe-se que a organização dos espaços é importante contribuição para a manutenção do patrimônio histórico-educativo.

À vista disso, pode-se afirmar que a biblioteca é um espaço significativo e traz contribuições para o registro da história da educação profissional.

Considerações Finais

No decorrer dos anos, a equipe escolar se empenhou para a melhoria de qualidade de ensino, promoveu diversas reorganizações, adaptações e reformas para favorecer o processo ensino-aprendizagem da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto.

Desse trabalho, compreende-se que a primeira instalação localizada na Rua Antônio de Godoy, nº 3564, Centro, São José do Rio Preto, mesmo em espaço inadequado, cumpriu seu papel de transformação constante, pois a comunidade escolar ampliou possibilidades e promoveu condições para que os alunos conquistassem realizações individuais e coletivas. A segunda instalação localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5541, Vila São José, São José do Rio Preto, favoreceu o processo ensino-aprendizagem pela amplitude espacial, porém suas condições singulares e precárias não atenderam as necessidades e os objetivos da Instituição. Na terceira instalação, a construção do prédio próprio da Avenida dos Estudantes, nº 3278, Jardim Aeroporto, trouxe benefícios para toda comunidade escolar com espaços bem construídos que atenderam as precisões escolares quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos.

Com isso, a arquitetura do prédio contribuiu para o desempenho didático dos alunos, uma vez que acomodaram melhor os equipamentos, maquinários e mobiliários em diferentes ambientes como nos laboratórios, nas salas de uso diversos, na quadra esportiva, na biblioteca, entre outros. Nesse sentido, o prédio próprio proporcionou um espaço mais amplo para a Biblioteca Escolar, uma vez que se cobriu de significados na relação dinâmica entre usuário e o ambiente.

Em vista disso, compreende-se que a interação entre espaço físico, as atividades pedagógicas e o comportamento humano devem ser considerada prioritária no processo educacional.

Muitos dos fatos apresentados foram retirados das sequências históricas registradas nos Planos Escolares da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto, sendo assim, as investigações para o estudo partiram de pesquisa, análise e coleta de informações dos acervos escolares, documentos oficiais, artigos jornalísticos locais, referências bibliográficas e testemunho de pesquisa em história oral.

Referências

VALENTIM, M. V. Saídas de emergência em edifícios escolares. São Paulo, 2008, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-15072010-163048/pt-br.php> Acesso em treze de agosto de 2013.

WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. A Arquitetura Escolar Documentada e Interpretada através de Imagens. Anais do Seminário "Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia". Niterói: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996, p. 102-109.

Fontes primárias:

Acervo de reportagens publicadas nos Jornais de São José do Rio Preto em 1956 a 1982, pertencentes ao Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Arquivo de documentos da Arquitetura e Construção Escolar do Edifício da Etec, em 1956 a 1982, pertencentes ao Acervo da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Inventário de Material Permanente da Escola Artesanal de 1956 a 1963 - Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Inventário de Material Permanente do Ginásio Industrial Philadelpho Gouvêa Netto de 1963 a 1975 - Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Inventário de Material Permanente do Colégio Técnico Industrial Philadelpho Gouvêa Netto de 1970 a 1982 - Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano Estadual de implantação, SP, Secretaria da Educação. 1971, Vol. II, p.152.

Plano Estadual de implantação, São Paulo, Secretaria da Educação. 1976, p.18.

Livro de Ata da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Industrial – 1963 a 1975 – Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Livro de Ata da Associação de Pais e Mestres do Colégio Técnico Industrial – 1970 a 1982 – Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Livro de Ata de Reuniões do Ginásio Industrial – 1963 a 1975 – Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Livro de Ata de Reuniões do Colégio Industrial – 1970 a 1982 – Acervo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Livro de inauguração do prédio da Avenida dos Estudantes, nº 3248, do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”, 06 de agosto de 1977, p.1.

Livro de inauguração Biblioteca Dr. Carlos de Arnaldo Silva da EESG “Philadelpho Gouvêa Netto” em 01 de outubro de 1982, p.3.

Fonte oral:

SANFELICE, Clóvis. Professor, Assistente de Direção e Diretor da Etec Philadelpho Gouvêa Netto de 1969 a 1980. Entrevista concedida à professora Jurema Rodrigues, em São José do Rio Preto, SP, em 15 de junho de 2013.

O CURSO DE MECÂNICA DA ETEC DR. JÚLIO CARDOSO (1924 A 1970)

Maria Medianeira Nouer Achutti Monteiro

Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso

Introdução

A Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, Ato Legal de Criação da Escola, Lei nº 1635, de 31/12/1918, conhecida como Escola Industrial, a quarta instaurada no interior paulista (ABIB e TOMAZINI, 1991). Todas as escolas profissionais públicas estaduais, localizadas no interior paulista, foram instaladas no centro de suas respectivas cidades, ganhando destaque no cenário educacional local. Mas, sua instalação se deu apenas em 25 de abril de 1924, na presença do então Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Washington Luiz; Dr. Alarico Silveira, Secretário do Interior e Dr. Guilherme Kullman, Diretor Geral da Instrução Pública, dia declarado feriado municipal em Franca. Seu “nome de batismo” foi Escola Profissional de Franca, instalada como Estabelecimento Masculino de Educação, sob a gestão de seu primeiro diretor, Paschoal Montezano Salgado. A instalação da Escola Profissional de Franca dependeu muito mais da força de políticos da região do que de um projeto planejado de expansão da rede estadual. A clientela inicial da Escola Profissional de Franca, era composta por crianças de 12 anos, que tivessem o curso primário concluído ou conhecimentos equivalentes comprovados e que não possuíssem moléstias contagiosas. As escolas profissionais do interior deveriam oferecer o curso preliminar no período noturno para os analfabetos, assim, esses alunos frequentavam o curso profissional no período diurno e o curso preliminar à noite, eram elementos oriundos das camadas subalternas da sociedade, sendo que dentre esses, muitos já trabalhavam em oficinas. Após as pesquisas realizadas, deduzimos que o objetivo maior fosse o aprimoramento de conhecimentos práticos, uma vez que os cursos não tinham, ainda, equivalência ao Ginásio (LIMA, 2007).

Portanto, era o único estabelecimento gratuito de ensino existente no município. O ano letivo das escolas públicas profissionais estaduais era dividido em dois semestres, a matrícula acontecia em janeiro e as aulas iniciavam em fevereiro, com férias no final do mês de junho e no final do ano, exatamente como hoje. As escolas profissionais eram incentivadas pelo governo a oferecer cursos de aprendizado e aperfeiçoamento profissional, atendendo uma clientela a partir de 18 até 50 anos de idade. Os alunos das escolas profissionais deveriam produzir, nas oficinas diurnas ou noturnas, objetos úteis e vendáveis, possibilitando a escola reaver o custo da matéria prima empregada. O estado orientava que a renda adquirida nas escolas profissionais fosse aplicada em benefício das próprias escolas. A maioria dos alunos da Escola Profissional de Franca era de nacionalidade brasileira, mas os filhos de estrangeiros representavam uma parcela considerável da clientela da escola, majoritariamente de origem portuguesa, espanhola, italiana e síria, como mostram os livros de matrículas. A profissão mais comum dos pais dos alunos era lavrador, seguido de seleiro, pedreiro, pintor, carpinteiro, eletricista e comerciante. Havia também, embora em menor número, filhos de funcionários públicos, ferroviários, alfaiates e mecânicos. Esses dados definem a clientela escolar composta por uma maioria de alunos filhos de trabalhadores rurais e, ao que tudo indica, uma clientela de baixa renda (LIMA, 2007).

Os alunos da Escola Profissional de Franca, no Curso de Mecânica de Máquinas, utilizavam matérias primas, ferramentas e máquinas cedidas pela escola para elaborar seus trabalhos manuais. Estes aprendiam o funcionamento e limpeza das máquinas, a reconhecer as diferentes matérias-primas, a construir ferramentas, a ajustar peças. Nas oficinas predominavam as ferramentas como instrumento de trabalho, sendo o movimento que o aprendiz imprimia a este, o núcleo da aprendizagem. Segundo o livro de inventário de móveis e objetos da Escola Profissional de Franca, as oficinas possuíam maquinário simples, como tornos, fornos, pequenas máquinas e ferramentas. O livro de registro da produção de artefatos dos alunos mostra que os educandos da Escola Profissional de Franca, produziam na seção de mecânica, parafusos, ventiladores, engrenagens para pequenas máquinas, frisadores e faziam consertos de pequenas máquinas. Os trabalhos elaborados pelos alunos da Escola Profissional de Franca eram feitos em pequena escala e condiziam com a demanda econômica local, visto que Franca ainda era uma região rural. Esses objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a exposição de trabalhos do final de ano. Este evento, que normalmente ganhava cobertura da imprensa, contava com a presença do prefeito da cidade, de autoridades locais, e era tido como uma vitrine da instituição, no qual toda sociedade francana podia ver e comprar o que os alunos da profissional produziam. Em geral todas as peças eram liquidadas e a verba arrecadada era repassada ao Estado, que enviava novamente matéria prima para o próximo ano letivo (CARAPONALE, 2009).

[...] Segundo o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1926, matricularam-se na escola de Franca 475 alunos, no período diurno havia 99 matriculados em mecânica e foi obrigada a instalar a disciplina de Educação Cívica junto às aulas de Português. O papel do ensino cívico, mais uma vez, demonstra sua relevância

nos projetos de constituição da formação do novo cidadão ao ser o único a ser implantado. Os alunos diplomados em 1927, foi em números muito baixos. Do total de 269 alunos matriculados no período diurno, apenas dez conseguiram se formar após os três anos previstos de estudos. Dois motivos podem explicar esse número irrisório de formandos: a evasão dos alunos durante o curso, que encontravam emprego e abandonavam os estudos, e o alto índice de reprovações. Não há informações precisas quanto ao número de repetentes, porém estes índices são expressivos. A maioria da clientela local, ao buscar a formação de mecânico, continuou a exprimir um desejo por uma formação mais ampla. [...] (CARAPONALE, 2009, p.28).

A Escola Profissional de Franca passou a oferecer também:

[...] as seções noturnas de desenho mecânico. Apesar de ainda não haver aulas de educação física na escola de Franca, em 1930, ali surgiu a Associação Atlética Escola Profissional, que no ano seguinte cooperaria na fundação da Liga Francana de Cestobol, berço da tradição do basquete, modalidade esportiva de destaque na cidade até hoje. A introdução de aulas de educação física e a criação de associações desportivas, no início da década de 1930, foi ao encontro do movimento de construção de uma consciência higiênica e sanitária. A educação física e o esporte eram vistos como atividades que faziam parte dos hábitos e cuidados com o corpo e com um meio de educação geral que visava auxiliar a formação moral do homem e a formação de caráter. O esporte se constituiu, desde que precedido de treinamento físico e psíquico, num aprimoramento do “homem brasileiro”, [...] (CARAPONALE, 2009, p.38).

No período de 1938 a 1949, destacamos o Livro de Investigação (Figura 1), que a Escola Profissional de Franca oferecia aos alunos, relatar a sua satisfação ou insatisfação, com relação aos professores da época, idêntico aos dias de hoje, em que é proposto ao aluno avaliar seus professores e, feita esta análise, a Coordenação entra em cena, para o feedback ao docente, com a intenção em reparar objetivos específicos, através de críticas construtivas.

O recorte temporal definido para este trabalho compreende o período entre 1924, ano de criação da escola, até 1970. Esta data limite se impõe por dois motivos: primeiro porque durante todo esse tempo a escola profissional foi o único estabelecimento a oferecer aprendizagem industrial na cidade, uma vez que o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que traz nova concepção de ensino profissional, somente será instalado em Franca no ano de 1973; em segundo lugar, as escolas técnicas sofreram um grande golpe com a promulgação da lei 5692/71, que tornou compulsória e extensiva a profissionalização a todas as escolas de segundo grau, contribuindo para a decadência das escolas técnicas e, dessa forma, entendemos que os desdobramentos dessas transformações merecem um estudo mais específico que não cabem no âmbito desse trabalho (LIMA, 2007, p.15).

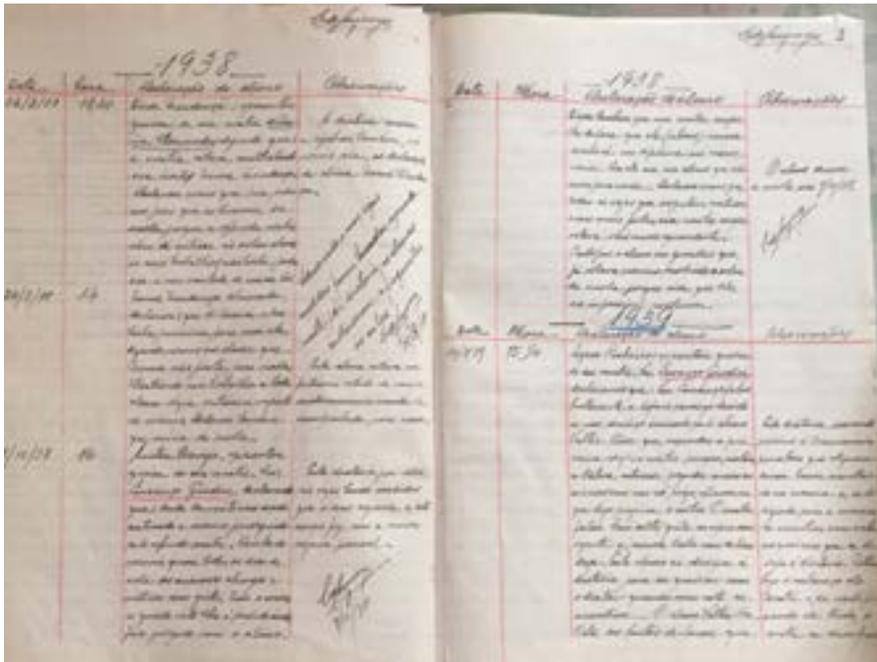


Figura 1 - Livro de investigação de 1938 - 1949

Fonte: Acervo no Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, 2016

Materiais e Métodos

Os procedimentos metodológicos utilizados na realização do trabalho foram a pesquisa no acervo do Centro de Memória da Etec. Dr. Júlio Cardoso, por meio da Trajetória Histórica de nossa escola; Educação Para o Trabalho e do Cotidiano Escolar e a entrevista realizada com 2 (dois) ex-alunos e professores em nossa unidade escolar, Luiz Mozart Carreira, professor do Curso de Mecânica, estudou de 1977 a 1980, e Antônio Moacir Sousa, professor do Curso de Mecânica, estudou de 1967 a 1974. Participaram dos cursos de Mecânica e Fundição, com aulas teóricas, com predominância das aulas práticas. Nas aulas práticas, os objetos eram produzidos durante as aulas: os ferrosos (bases de máquinas, colunas de máquinas e componentes em geral), os objetos de ferro eram destinados às tarefas na Mecânica da escola para serem usinadas e as de bronze e alumínio eram vendidas no final do ano, os não ferrosos (peças artesanais ornamentais em geral, estátuas, cinzeiros, morsas). Os objetos produzidos eram a Mandriladora com base pesando mais de 1000Kg, foi feita em nossa escola, num forno com capacidade entre 300 e 400 Kg, torno mecânico, máquina para marcenaria, torno para madeira, desempenadeira, cinzeiros, estatuetas, grampeador,

lâmpada da Enfermagem, além de objetos ornamentais e decorativos, como o busto, em bronze, de Getúlio Vargas que se encontra exposto na Avenida Presidente Vargas, em Franca, e a réplica da Maria Fumaça, exposta na mini cidade do DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, eram todas fundidas em nossa escola, as peças eram usinadas na Oficina da Mecânica.

A ponte rolante, existente até hoje, na sala do Centro de Memória, possui um caldeiro com capacidade para 500 Kg, que mantinha o ferro aquecido neste caldeiro, e assim, os alunos fundiam peças inclusive para outras escolas, porque centralizou na Escola Profissional de Franca, a nossa Industrial, os trabalhos de fundição, atendendo toda a rede do Estado de São Paulo, enviando máquinas fundidas para Taubaté, São Joaquim da Barra e Orlandia. A matéria prima, para a produção dos objetos, era fornecida pelo Estado, a escola possuía um almoxarifado que, através de uma requisição, fazia o pedido de carvão coque, lima, bronze, alumínio. No início da pesquisa, encontrei quatro documentos textuais em forma de Ofícios de 1933, comprovando a chegada destes materiais (Figuras 3 e 4).



Figura 2 - Mandriladora, 1963

Fotografia: Joana Célia de Oliveira Borini, 2014

Frases, 10 de Abril de 1933
Ilmo. Sr. Antonio Adrichem
-Sibéria Preto-

E-20
7/2

Prezado Sr.

Despachando no seu favor de 7 de corrente, juntamente é presente um cheque de R\$. 520.000,00, afim de que nos remetta com urgencia 200 kilos de carb., e-ja encosa enviada nesta data, de acordo com o incluso embarcamento. Aguardo-lha enviar-me a respectiva nota, em 3 dias, com o recibo passado nos termos.

Com os meus agradecimentos, nos subscrevo com o maximo carinho.

De V. Sa.
Crdos. Carlos. Atlas.

Director

Figura 3 - Ofício de aquisição de 200kg de coke

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, 2016

Frases, 21 de Junho de 1933
E. 131.
7/2

Ilmo. Sr. Luiz Aguiar de Brasil
-São Paulo-

Prezado Sr.

Colacionando-lhe o fator de nos informarem de preço de ferro guza de 1^o e 1/4^o.

Aprovitando o caso, aguardo-lhes nos informarem e nos se refere a respeito do embarque de 1 tonelada de coke e um de ferro guza, pedindo por informação do Departamento de compra, pois temos bastante necessidade desse material, visto deitar nos tal momento neste momento.

No expectativa de sua resposta, nos subscrevo com o maximo carinho e agrço.

De V. Sa.
Crdos. Carlos. Atlas.

Figura 4 - Ofício para pedir informação do despacho sobre a aquisição de 2 toneladas de coke e 1 tonelada de ferro guza

Fonte: Centro de Memória, 2016

A escola recebia o material e prestava conta em forma de peça produzida até a perda do material quando fundia o metal. Era tradição na Escola Profissional de Franca, a exposição dos trabalhos realizados pelos alunos. A direção convidava a imprensa, políticos e empresários locais, pois a exposição era a vitrine e a consolidação de um trabalho sério da escola. No final do ano, a exposição era muito aguardada pela comunidade interna e externa, que durava de três a quatro dias. Aberta ao público, as pessoas madrugavam na fila a partir das 4 horas, para a abertura às 8 horas para assegurar a compra dos objetos mais atraentes, que eram produtos de qualidade com preço acessível, o que, eventualmente, a escola aceitava encomendas. A preferência da compra da peça, era do aluno, caso tivesse interesse em comprar. Em geral todas as peças eram liquidadas e o dinheiro arrecadado era repassado ao estado, que enviava novamente matéria-prima para serem trabalhadas no ano letivo seguinte. Além de terem grande repercussão local, a imprensa noticiava em 1935 o empenho do governo do Estado em realizar no ano seguinte uma grande exposição de trabalhos de todas as escolas profissionais do Estado no Parque da Água Branca, em São Paulo. Com um evento desse porte o governo procurava chamar a atenção para a força do ensino profissional, o que justificaria maior incentivo a esta modalidade de ensino. Como parte desta divulgação do ensino oferecido no estado de São Paulo, a escola também enviava amostra de trabalhos, dados estatísticos e gráficos a congressos de ensino realizados em outros estados (COMÉRCIO DA FRANCA, 2/12/1934). As principais atividades desenvolvidas no curso era a modelagem e a fundição das peças em ferro, bronze e alumínio e eram usinadas no Curso de Mecânica. As aulas práticas tinham muito significado para os alunos egressos, pois, durante a entrevista comentavam da importância do aprender fazendo (LIMA, 2007).

O curso tinha muitas aulas práticas, objetos eram produzidos durante as aulas: os ferrosos (bases de máquinas, colunas de máquinas e componentes em geral), os objetos de ferro eram destinados às tarefas na Mecânica da escola para serem usinadas e as de bronze e alumínio eram vendidas no final do ano, os não ferrosos (peças artesanais ornamentais em geral, estátuas, cinzeiros, morsas,). Todos afirmaram que o curso foi muito importante para o desenvolvimento profissional, formaram na área e até hoje utilizam o conhecimento adquirido, quando eram estudantes, retornaram como professores. A criação da rede estadual de escolas profissionais do estado de São Paulo representou uma nova forma de vislumbrar o ensino profissional. Com a rápida expansão industrial de São Paulo, havia a necessidade de difundir centros de qualificação de mão de obra que servissem de estímulo ao desenvolvimento industrial em diversas regiões do estado. Pelo menos, no que diz respeito à rápida absorção no mercado de trabalho dos alunos formados pelas escolas profissionais do estado de São Paulo, pode-se dizer que a iniciativa foi bem-sucedida dada a enorme falta de mão de obra especializada em várias áreas da produção.

O professor da escola e ex-aluno do curso de Mecânica, Antônio Moacir de Sousa, fala sobre a escola em um depoimento:

[...] Após terminar o meu Curso de Graduação em Engenharia, trabalhei em algumas empresas na capital. Em 1984, voltei à Franca e por amor à Industrial, iniciei como professor, com o propósito de transferir “toda” a minha experiência, adquirida anteriormente. É uma unanimidade a referência ao fato de o aluno da escola profissional receber boa formação e colocar-se rapidamente no mercado de trabalho. Nossos alunos da Mecânica foram grandes funcionários da Ford, GM e Volkswagen, trabalhavam até a aposentadoria, pois as empresas não deixavam eles saírem. [...] (SOUZA, 2016)

Outro professor da escola e ex-aluno do curso de Mecânica, Luiz Mozart Carreira, também deixa seu depoimento:

[...] O Curso de Mecânica se firmou através das décadas como o mais procurado pelos alunos e proporcionava um amplo mercado de trabalho, desde oficinas de pequenos consertos e assistência técnica, fábrica de calçados e até indústrias do ramo metal mecânico. [...] (CARREIRA, 2016)

Resultados

A expansão urbana de Franca aconteceu com a chegada da ferrovia 1887, estendendo o núcleo urbano para as proximidades da estação ferroviária, estabelecendo uma via de ligação com o centro. Logo, a rua da Estação transformou-se em local de grande incidência de casas de comércio varejista, hotéis, restaurantes, chegando a rivalizar com o antigo centro, onde se concentravam as principais casas comerciais e estabelecimentos de crédito. O centro também era o local de sociabilidade e moradia das famílias mais abastadas, que passaram a residir próximo à igreja da matriz, Nossa Senhora da Conceição, localizada na praça central, onde ocorriam festas religiosas e comemorações cívicas. Com a implantação da cultura cafeeira, em 1890 a 1920 a mão de obra era, em sua maioria, de imigrantes arrematada por artesãos que queriam se estabelecer na cidade.

Até a chegada do SENAI em Franca, a Escola Profissional de Franca era o principal interlocutor com a indústria local. As duas mais importantes indústrias, de máquinas e equipamentos para calçados, existentes na cidade, foram fundadas na década de 1960, por ex-alunos da escola profissional de Franca: Bombas Rochefer é também uma empresa que tem à frente de sua trajetória um ex-aluno da Escola Profissional. Antonio Rocha, dos cursos de Ferraria e Mecânica, começou a trabalhar em oficinas de terceiros, fazendo pequenos trabalhos de ferraria com ferraduras, além de ter trabalhado na construção do Hotel Francano, na parte de ferragem. Em 1936 montou uma oficina na rua Voluntários da Franca, era vizinho de oficina da Sapataria do Sr. Miguel Sábio de Melo, fundador da fábrica de calçados Samello. Nessa época começou a construir sob encomenda, turbinas hidráulicas. Essas turbinas eram feitas de forma muito artesanal, utilizava-se de vários moldes de madeira para fundir peça por peça, os filhos deram continuidade ao trabalho do pai. Bomba

Rochefer continua sendo uma grande empresa, que vende suas bombas hidráulicas para todo Brasil e exterior (LIMA, 2007).

A empresa Poppi Máquinas e Equipamentos é de propriedade de três irmãos: Delmo, o mais velho; Célio e Francisco, os três ex-alunos da Escola Industrial, dos cursos de Fundição e Mecânica. Em 1952, Célio e Delmo deram início ao curso na Industrial. Nos primeiros seis meses de curso, viajavam todos os dias de ônibus e depois passaram a morar no Internato da Escola. Após a conclusão do curso, Célio, foi para São Paulo trabalhar na Scania que muito contribuiu para aprimorar sua prática profissional. Quando voltou de São Paulo, Célio e seus irmãos deram início à firma. Antonio Poppi e Filhos, na garagem do pai, que nessa época já havia se mudado para a avenida Presidente Vargas em Franca. Com a expansão dos negócios, os Irmãos Poppi adquiriram com recursos próprios um imóvel antigo próximo à Avenida, em 1966 a firma passou a denominar-se Poppi Máquinas e Equipamentos (LIMA, 2007).

Para se preparar para o mercado de trabalho, os alunos submetiam-se a um período de estágio requerido pela escola como parte das exigências do curso e executado em oficinas da cidade, para aprender a fazer e fazer rápido. A escola tinha um bom trânsito junto à indústria da cidade, era comum empresas solicitarem serviços que eram realizados conjuntamente por alunos e professores. Os primeiros professores da Escola Profissional de Franca, que ensinavam a prática nas oficinas eram escolhidos entre pessoas que já trabalhavam no ramo, e, normalmente se desdobravam entre o trabalho na oficina e as aulas na escola. (LIMA, 2007).

Um aspecto essencial que se deve ressaltar nesse contexto é a capacidade da Escola Profissional de Franca interagir com o meio, mesmo trabalhando com recursos técnicos defasados em relação à indústria, a escola não tinha condições de acompanhar o desenvolvimento da indústria, porque o governo enviava as máquinas e a escola conservava as máquinas, porém sempre aquém das indústrias. Estar defasada em relação ao crescimento técnico da indústria e estar amparada nos moldes de uma “educação para o trabalho” em que a finalidade maior era oferecer um treinamento básico para o aprendiz de operário, a escola oferecia ao aluno um conhecimento prático, o domínio de uma habilidade, que lhe proporcionava condições para, a partir daquele aprendizado elementar, ir além e inserir-se no mercado de trabalho. Como o objetivo da escola era preparar mão-de-obra, proprietários de firmas já estabelecidas havia algum tempo na cidade, encaminhavam filhos, parentes ou funcionários para receberem formação técnica. Ainda, assim, nas décadas de 50 e 60 estava presente o preconceito em relação às atividades manuais, porque os alunos que frequentavam a escola profissional eram chamados pejorativamente de “mãos sujas”.

Os objetos produzidos na Escola Profissional de Franca além da Mandriladora, hoje desativada, porém exposta como troféu no pátio da escola, com base pesando mais de 1000 Kg, foi construída em nossa escola, num forno com capacidade entre 300 e 400 Kg, eixo roscado, flange usinado, engrenagens fresadoras tipo Renani. A Escola enviava anualmente relatórios sobre o funcionamento dos cursos à Superintendência do Ensino

Profissional e, baseado nesses relatórios foi elaborado um quadro geral de movimento de matrícula dos cursos, conforme tabela 1.

Tabela 1: Relação completa de alunos matriculados na Escola Profissional de Franca. Período de 1924 a 1970.

Décadas	Masculino	Feminino	Total
1930	124	103	227
1940	2.062	2.297	4.359
1950	3.025	3.414	6.439
1960	3.695	2.338	6.033
Total	8.906	8.137	17.058

Fonte: Relatórios anuais: Escola Profissional de Franca. Acervo do Centro de Memória da Etec. Dr. Júlio Cardoso, em 2016

Hoje, os alunos do 4º Mecatrônica, produzem nas aulas práticas de Mecânica os seguintes objetos: eixo roscado, flange usinado, engrenagens fresadoras tipo Renani, palavras do ex-aluno e professor Luiz Mozart Carreira, “Esses meninos, já podem dar aula, são comprometidos no que fazem, precisos e aprendem rápido [...]”



Figura 5 - Visão geral da oficina mecânica.
Fotografia: Aparecida Helena Costa, 2016.



Figura 6 - João Paulo Franco Borges e Breno Henrique Borrásque, alunos do 4º Mecatrônica operando a máquina na confecção de engrenagens fresadoras tipo Renani

Fotografia: Aparecida Helena Costa, 2016



Figura 7 - João Paulo Franco Borges, aluno do 4º Mecatrônica, operando o torno convencional, na usinagem de eixos

Fotografia: Aparecida Helena Costa, 2016



Figura 8 - Eixo Roscado e Flange Usinado produzido por alunos em 2016. Figura 9 - Mesa de centro confeccionada com engrenagens e tampo de mármore

Fotografia: Aparecida Helena Costa, 2016



Conclusão

Concluimos que a Etec. Dr. Júlio Cardoso, foi criada através da Lei nº 1635, de 31 de dezembro de 1918, e é conhecida como Escola Industrial, a quarta instaurada no interior paulista. Todas as escolas profissionais públicas estaduais, localizadas no interior paulista, foram instaladas no centro de suas respectivas cidades, ganhando destaque no cenário educacional local. Mas, sua instalação se deu apenas em 25 de abril de 1924, e seu “nome de batismo” foi Escola Profissional de Franca, instalada como Estabelecimento Masculino de Educação.

A clientela inicial da Escola Dr. Júlio Cardoso, era composta por crianças de 12 anos, que tivessem o curso primário concluído ou conhecimentos equivalentes comprovados. Os alunos das escolas profissionais deveriam produzir, nas oficinas diurnas ou noturnas, objetos úteis e vendáveis, possibilitando a escola reaver o custo da matéria prima empregada. O estado orientava que a renda adquirida nas escolas profissionais fosse aplicada em benefício das próprias escolas. No livro de inventário de móveis e objetos da Escola Profissional de Franca, as oficinas possuíam maquinário simples, como tornos, fornos, pequenas máquinas e ferramentas. O livro de registro da produção de artefatos mostra que os alunos produziam na seção de mecânica: parafusos, ventiladores, engrenagens para pequenas máquinas, frisadores e faziam consertos de pequenas máquinas, esses objetos eram colocados à venda e, caso não fossem vendidos, ficavam guardados para a próxima exposição de trabalhos.

A maioria dos alunos da Escola Profissional de Franca era de nacionalidade brasileira, mas os filhos de estrangeiros representavam uma parcela considerável da clientela da escola, majoritariamente de origem portuguesa, espanhola, italiana e síria, filhos de trabalhadores rurais, funcionários públicos, ferroviários, alfaiates e mecânicos. Esses dados definem a clientela escolar composta por uma maioria de alunos filhos de trabalhadores rurais e, ao que tudo indica, uma clientela de baixa renda.

Em 1930, apesar de ainda não haver aulas de educação física na escola de Franca surge nesse período, a Associação Atlética Escola Profissional, que no ano seguinte cooperaria na fundação da Liga Francana de Cestobol, berço da tradição do basquete, modalidade esportiva de destaque na cidade até hoje. Ao entrevistar ex-alunos, todos afirmaram que o curso foi muito importante para o desenvolvimento profissional, formaram na área e que até hoje utilizam o conhecimento adquirido, quando eram estudantes, e hoje como professores do Curso de Mecânica.

Muitas indústrias foram fundadas na década de 1960 por ex-alunos do curso de Mecânica, como: de máquinas e equipamentos para calçados, de bombas hidráulicas, e continuam no mercado até hoje. A Escola Profissional de Franca, a nossa Industrial, é um divisor de águas quando se fala em educação, conhecimento, saber fazer, técnica e profissionalismo. Os alunos passam por um Vestibulinho, ainda crianças, e saem homens feitos para o mercado de trabalho, com responsabilidade profissional e seguros do que fazem, aplicando técnicas adquiridas nas práticas escolares. É inegável que o Curso de Mecânica da Escola Profissional de Franca, faz a diferença para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Franca, oferecendo mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Referências

Fontes Primárias:

ABIB, Mauriel Arley e TOMAZINI, Maria Lúcia Vannuchi, 1990/1991. Reconstituição da História e Memória da ETESG. Dr. Júlio Cardoso, Franca – SP.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MIXTA DR. JÚLIO CARDOSO. Aquisição de 200 kg. de coque para a produção de objetos. Ofício C-70 F/M, ao Sr. Antonio Diederichsen, em 10/04/1933.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MIXTA DR. JÚLIO CARDOSO. Aquisição de chapa de ferro preto de 1/8". Ofício C-86 F/M, à Bromberg & Cia., em 17/05/1933.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MIXTA DR. JÚLIO CARDOSO. Aquisição de 2 toneladas de coque e 1 tonelada de ferro guza nacional. Ofício C-111 F/M, ao Departamento Geral de Compras, em 14/06/1933.

ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MIXTA DR. JÚLIO CARDOSO. Embarque de duas toneladas de coque e 1 tonelada de ferro guza. Ofício C-131 F/M, à Cia. Lidgerwood do Brasil, em 21/07/1933.

JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, em 02/12/1934 (Fundado em 1915 até hoje)

LIVRO DE INVENTÁRIO DE MÓVEIS E OBJETOS (1924 – 1970), Escola Profissional de Franca.

LIVRO DE INVESTIGAÇÃO (1938 – 1949), Escola Profissional de Franca.

LIVRO DE MATRÍCULAS (1924 – 1970), Escola Profissional de Franca.

LIVRO DE REGISTRO DE PRODUÇÃO DE ARTEFATOS (1924 – 1970), Escola Profissional de Franca.

Fontes Oraís:

CARREIRA, Luiz Mozart. Entrevista com o ex-aluno do curso de Mecânica de Máquinas, concedida a professora Maria Medianeira Nouer Achutti, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso, 18 de maio de 2016.

SOUZA, Antônio Moacir de. Entrevista com o ex-aluno do curso de Mecânica de Máquinas, concedida a professora Maria Medianeira Nouer Achutti, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso, 25 de maio de 2016.

Referências Bibliográficas:

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Cotidiano Escolar: a Escola Profissional de Franca (1924-1942)**. 2009. Mestrado - Educação: História, Política, Sociedade. PUC-SP. (67 p.). Acesso em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10728>

LIMA, Cacilda Comássio. Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970). Tese de doutorado. Unesp - Franca, 2007. (153 p.). Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103124>

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NAS OFICINAS DA ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II, NO ENGENHO DE DENTRO, RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DE SEUS SUJEITOS (1882-1922)

Adriana Valentin Beaklini

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente estudo se propõe a analisar o processo de implantação da rede escolar, especificamente a educação profissional, no interior das oficinas da Estrada de Ferro D. Pedro II, no bairro do Engenho de Dentro, no Estado do Rio de Janeiro, no período de transição do regime político de monarquia para a república. Este período temporal contempla transformações significativas na sociedade brasileira, para além do regime político, temos a abolição da escravidão, a chegada de novas tecnologias, a preocupação de formação de trabalhadores e a sua organização, e o início do processo de industrialização, que só se consolidou na década de 1930. A chegada da ferrovia expressou tanto a formação de novos trabalhadores, como uma nova forma de organização do trabalho, isto porque ela disseminava novos hábitos de trabalho que estavam baseados em moldes mais capitalistas com trabalho livre e assalariado. Infelizmente há uma lacuna na historiografia da educação profissional ferroviária, pois os pesquisadores, enfocam mais o período a partir da década de 1920/30 por entenderem que somente neste momento as escolas que ensinavam profissões se institucionalizavam com métodos e técnicas próprias.

A Estrada de Ferro Dom Pedro II viveu, no final do século XIX, um momento de franca expansão e para ser capaz de atender ao aumento do fluxo de passageiros e de cargas na ferrovia, criaram-se novas estações e construiu-se uma nova oficina para reparos e construção dos vagões, trens e equipamentos. A área escolhida para a criação da oficina foi a

Fazenda Engenho de Dentro, no Engenho Novo, na Freguesia de Inhaúma¹, onde foi inaugurada oficialmente em 1871, o principal complexo de Oficinas de Locomoção. Edificada para atender a quatro mil quilômetros de vias, setecentas locomotivas e cinco mil carros de passageiros e vagões, em 1881, a rede de oficinas era considerada a mais importante da América Latina e servia também a outros estados.

A direção da Estrada de Ferro D. Pedro II, autorizou também a construção de uma escola nos terrenos da oficina, tendo por objetivo dar instrução aos filhos dos operários que trabalhavam na mesma. Em 1881, a construção do prédio da Escola das Oficinas, voltada para o ensino das primeiras letras, foi concluída e em 1882 começou a funcionar. Mas em 1897, devido à falta de mão de obra especializada, foi criada a Escola Prática de Aprendizizes, também em prédio anexo às oficinas. Esta segunda escola, com caráter de aprendizagem de um trabalho, tem ao longo da história, seu nome² alterado diversas vezes. Ela foi intitulada de Escola Prática de Aprendizizes (1897-1922); Escola Profissional Silva Freire (1922-1955); Escola Industrial Silva Freire (1955-1970); Centro de Formação Profissional do Engenho de Dentro (1970-1984); Centro de Formação Profissional do Rio de Janeiro (1984-1997); e Escola Técnica Estadual de Transportes Silva Freire (1998 até a presente data).

Por este motivo me pergunto se podemos esquecer as primeiras iniciativas. Mas como problematizar sobre essa história? Optei por me guiar pelos sujeitos que atuaram para que fosse instaurada e, portanto, este texto está inserido no eixo temático IV, intitulado “Memórias, História oral e Formação de Professores na educação profissional e tecnológica” deste Encontro. O primeiro sujeito é Maria Amélia Jacobina, professora da escola de primeiras letras das oficinas. Ela chegou neste local na inauguração da escola em 1882, e através de suas correspondências aos familiares e da sua rede de sociabilidade, permitiu conhecer a profissão docente no século XIX, o subúrbio do Engenho de Dentro e a hierarquia entre os trabalhadores da Estrada de Ferro D. Pedro II. O segundo sujeito, Francisco Pereira Passos foi mais conhecido pela reforma urbana que empreendeu na cidade do Rio de Janeiro, iniciada em 1903, durante o período que estava à frente da Prefeitura do Distrito Federal. Todavia, ele também assumiu a direção da ferrovia por duas vezes, a primeira de 1876 a 1880 e autorizou a criação da escola de primeiras letras e a segunda de 1897 a 1899, na implantação da Escola Prática de Aprendizizes, ou seja, atuou tanto durante o Império quanto no período republicano. E por fim, o engenheiro e subdiretor da seção de Locomoção das oficinas, o Sr. José Joaquim da Silva Freire, incentivador do ensino profissional no Engenho de Dentro, que após viagem aos Estados Unidos, reorganizou o currículo da Escola Prática de Aprendizizes. Estes três sujeitos permitirão transitar pela história do processo de implantação da rede escolar e profissional na rede ferroviária, pois como afirma Fonseca (1986), no livro

¹ A área depois ficou conhecida como bairro do Engenho de Dentro.

² Segundo Mignot (1993), a nomeação de uma escola está relacionada com um contexto, com uma historicidade. Portanto, o nome designado a uma escola lhe confere identidade.

“História do ensino industrial no Brasil”, as estradas de ferro se destacaram pelo seu papel motivador no desenvolvimento do ensino profissional por todos os lugares onde chegou.

Maria Amélia Jacobina: primeira professora da Escola das Oficinas

Minha querida Chiquinha

Recebi sua cartinha e muito gratifico pelos parabéns que me dá. E sei que são sinceros; já esperava o seu entusiasmo pela minha nomeação, mas não supus que chegasse ao ponto de fazer-me uma Tão pomposa!!

(25/04/1882, Acervo FCRB)

Com estas palavras Maria Amélia Jacobina inicia uma carta, em 25 de abril de 1882, agradecendo os cumprimentos por sua nomeação para o cargo de professora da escola localizada nas oficinas da Estrada de Ferro D. Pedro II, no bairro do Engenho de Dentro.

Esta é apenas uma das trinta e seis correspondências que compõem o acervo da Coleção Família Barbosa de Oliveira, na série Família Lacombe, sob guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa. Algumas delas redigidas por Maria Amélia e outras com informações sobre ela. Algumas cartas foram guardadas por seus interlocutores, como Chiquinha, seus irmãos, dentre outros. Outras parecem ser rascunhos, bilhetes e avaliações sobre seu trabalho na escola, provavelmente guardadas por ela.

Maria Amélia integrou a família Jacobina que se destacou na história brasileira pela atuação na área da educação. Lustosa (1996) contribui na identificação dos familiares da professora, através da publicação da transcrição de fitas deixadas por Américo Jacobina Lacombe³ onde posso montar este pequeno quebra cabeça.

O avô de Américo e irmão de Maria Amélia era Antônio d’Araújo Ferreira Jacobina nascido em Cabrobó, Pernambuco; portanto, suponho que ela também seja natural desta cidade. Antônio era formado em Ciências Físicas e Matemáticas, bacharel em Filosofia e ainda se aperfeiçoou na Escola de Pontes e Calçadas, em Paris e na de Manufatura e Belas Artes. Nomeado ajudante de Mordomo⁴ da Casa Imperial, Moço Fidalgo e Opositor da

³ Mais informações consultar o site <http://www.academia.org.br/academicos/americo-jacobina-lacombe/biografia>.

⁴ A Mordomia-mor era uma repartição da estrutura administrativa existente no Paço Imperial, na qual servia o Mordomo da Casa Imperial. Essa repartição possuía muitos cargos e numeroso pessoal dos diversos serviços como: Escrivães, Escriturários, Arquivistas, Cirurgiões, Mestres, o pintor da imperial câmara, Advogado, e, ainda, o Almojarifado, os criados particulares e os diversos empregados. (GENOVEZ, 2002, p.220)

Escola Central, acompanhou a viagem ao norte de Dom Pedro II, como Mordomo da comitiva, e em 1862 voltou à Europa em missão de confiança do Imperador.

Compadre e amigo íntimo de Rui Barbosa, Antônio era casado com Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, ou Chiquinha para os íntimos, e tiveram sete filhos. Dentre eles destaca-se Isabel Jacobina Lacombe, fundadora do Colégio Jacobina e mãe de Américo, que graças ao pai que era defensor da emancipação feminina e da mãe, uma mulher de formação intelectual privilegiada para sua época, teve sua educação orientada e impulsionada. A própria Chiquinha também colaborou nos primeiros anos do Colégio Jacobina, “foi uma dessas raras mulheres de seu tempo que recebeu uma boa instrução e, por isso, defendeu, ao lado do seu marido, a sua necessidade para a filha” (CARUSO, 2006, p. 113).

Mergulhada nesta família, Maria Amélia parece-me comum mas para conhecê-la algumas questões me instigavam: quem era essa mulher? Como ela chegou a ser professora nessa escola? Qual sua formação?

Na carta de 25 de abril de 1882, Maria Amélia fornece um caminho para conhecer a rede de sociabilidade a que está inserida. Atenta às normas de civilidade, ela expressa sua preocupação com a etiqueta correta de agradecer aos envolvidos na sua nomeação, para não cometer nenhuma falta, permitindo, deste modo, penetrar por sua rede de sociabilidade na capital do Império. Diz ela:

[...] Pela sua carta vejo o receio em que está de que não tenha cumprido com minhas obrigações como deveria fazer; porem minha **Chiquinha** n'estas ocasiões procuro informar-me o melhor possível para não cometer faltas que podem ser remediadas em tempo; [...] ; logo que vi meu nome no jornal fui a rua dos Inválidos saber de **Dr. Ruy** o quando deveria me apresentar se ao **ministro** ou ao **Pena**, disse-me ele que ao ministro; [...] fui a sua Mãe ver se [?] Eugenio saberá melhor, por isso que um empregado tinha dito que deveria ir ao Pena; e como tinha que ir primeiro a D. Luizinha Langhaard, D. Isabel me disse que indagasse de Dr. Rodrigo que melhor me podia informar, e assim aconteceu, ele me disse que se quisesse ir ao ministro era um ato de atenção, porem que o meu dever era apresentar-me ao Pena. Sai de casa de Therezinha fui a do ministro não encontrando-o deixei ficar um cartão meu e outro do meu acompanhante que foi Gedeão, [...]; deixei minha apresentação ao Pena para segunda feira; **fui a sua casa** agradecer-lhe o interesse que tinha tomado pela nomeação, dizer que estava a suas ordens; recebeu-me na sala de visitas, [...]; despedi-me e ele teve a amabilidade de vir até a escada e fez me tantos cumprimentos dos quais correspondi até ao sair do portão; eis tudo quanto tenho feito; hoje fui despedir-me do **Barão de S. Felix**, que tem sido tão amável sempre que me encontra que minha Therezinha me fez ir a ele não só para me despedir como para lhe dizer que só pediria minha exoneração quando tomasse posse da cadeira.[...] (25/04/1882, Acervo FCRB, grifo meu)

Ela destaca que logo que confirmou sua nomeação, através de publicação no jornal, foi à casa de Rui Barbosa saber a quem deveria se apresentar, se ao ministro ou se ao Pena.

Provavelmente, Pena era o então diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, o sr. Herculano Veloso Ferreira Pena. Outro trecho da mesma carta indica outro sujeito, o Barão de São Felix ou Antônio Felix Martins⁵, membro do Conselho Diretor da Inspetoria Geral da Instrução Pública Primária e Secundária da Corte (1862 a 1865; 1873 a 1882), servindo interinamente no cargo de Inspetor Geral da mesma instituição em 1877.

Apesar de a carta ter sido redigida em abril de 1882, foi localizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, uma correspondência de Maria Amélia para José Bento da Cunha Figueiredo, Inspetor Geral da Instrução Pública Primária e Secundária da Corte, comunicando sua exoneração como adjunta interina da 2ª Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, somente em novembro do mesmo ano. Portanto, o que me permite supor que sete meses se passaram até que começasse a trabalhar na Escola das Oficinas.

As visitas de Maria Amélia, apesar de terem por objetivo um assunto profissional, se realizaram nas residências tanto do Ministro como na de Pena, indicando, assim, certa informalidade, conhecimento prévio de seus interlocutores e intimidade, o que mostra indícios da aproximação da docente com o núcleo do poder na área da educação e da política imperial.

Sua formação profissional também foi tema presente nas cartas que encontrei. Em 1879, ela escreveu “continuo minha vida escolar como que não vou passando mal, e na esperança de fazer alguma coisa”, indicando que ainda estudava e tinha a intenção de exercer uma profissão. Alguns anos depois, já residindo na Corte, em carta redigida ao irmão Antônio, ela conta de sua falta de recursos e o peso que devia ser aos seus familiares, pois vivia na casa de seu outro irmão, Gedeão. Uma frase na carta de 25 de abril de 1882, ajudou a compreender a sua formação profissional. Diz ela: “como achei não precisava tanto luxo a uma pobre professora sem vencimentos”. Ora, ela já estava trabalhando como docente. Dois anúncios publicados na Gazeta de Notícias, me oferecem um caminho para pensar. O primeiro, de 14 de março de 1882, quando foi nomeada professora adjunta interina para as escolas públicas de 1º grau de Instrução Primária. E o segundo, do dia 26 de abril de 1882, sobre sua nomeação como professora da escola primária anexa às oficinas do Engenho de Dentro, que dizia ser ela professora adjunta da 2ª escola pública da freguesia da Glória.

Mas o que significava ser professor adjunto no século XIX? Um instrumento normativo importante na cidade do Rio de Janeiro, o *Regulamento de 1854*, definiu um conjunto de normas e regras, desde a seleção até o fim da carreira do magistério, contribuindo para a construção de definições e de representações sobre a função dos professores, seus lugares e papéis na sociedade, gerando uma idealização de condutas morais e de traços de personalidade ideais para definir um bom docente. Dentre os direitos estabelecidos por este regulamento para os professores primários da Corte estava a manutenção das práticas tradicionais de recrutamento docente, ou seja, através da formação prática no interior das

⁵ O Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) possui verbete sobre o Barão de São Felix. (Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/marant-fel.htm#dados>. Acesso em 10 de abril de 2016).

escolas. Aprender a ser professor estava relacionado com a observação, convivência e imitação. Por este motivo, o candidato a professor, durante algum tempo, deveria ter contato com um professor já atuante com o objetivo de aprender a profissão. Este aprendizado era realizado em escolas primárias locais onde o candidato assimilaria, com outro, os conteúdos necessários para atuar em sala de aula. Portanto os conteúdos eram aprendidos juntamente com a maneira de ser professor.

Esse modelo de formação docente na prática caracterizava uma escola que “ensinava por si mesma”⁶, ou seja, a formação prática ocorria dentro de processos de ensino e de experiências escolares cotidianas, permitindo a reprodução do ofício. Esses aprendizes eram os chamados professores adjuntos.

Novamente há indícios que a rede de sociabilidade de Maria Amélia parece atuar a seu favor. Na publicação de 29 de setembro de 1881, da *Gazeta de Notícias*, encontramos a permuta de cadeiras de professoras públicas de instrução primária e uma delas era Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina, esposa de Gedeão, e professora da freguesia de Nossa Senhora da Glória.

Há pistas, também, que Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, Chiquinha, que se educou no Colégio Leuzinger⁷ e lecionou no Colégio Jacobina⁸, em 1911, tenha sido importante também na formação de Maria Amélia. Quando atuava como adjunta, ela escreveu a Chiquinha expondo sua alegria por ter sua prática de trabalho reconhecida, mesmo com sua pouca experiência como mestre de cerimônias:

Hoje tivemos no colégio a visita do Delegado que se mostrou satisfeito; a sua pobre cunhada coube o papel de mestra de cerimônias (para o que tenho pouco feito) e sai-me bem, creio que com suas lições, e fui a única adjunta que tive a honra de na saída do Senhor Don. Dutra dirigir se a minha mesa apertar-me a mão e dizer-me que estava as minhas ordens [...] (09/10/1882 - Acervo FCRB)

D. Francisca e D. Theresa podem ter sido mentoras de Maria Amélia, ou seja, professoras que ensinaram o ofício docente a ela. A proximidade com D. Theresa é muito grande visto que ela morava na casa da mesma e ainda iniciou como professora adjunta

⁶ Termo cunhado do texto de Schueler (2008).

⁷ Georges Leuzinger era suíço, fotógrafo e difusor para o mundo da fotografia sobre o Brasil no século XIX, além de pioneiro das artes gráficas no país. Responsável pela Casa Leuzinger, importante complexo editorial, que se tornou polo de publicações e de produções fotográficas. As mulheres da família Leuzinger mantiveram colégios no ensino leigo particular, demonstrando a participação de uma elite estrangeira no campo da cultura/educação. (Consultado em <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/vavyborges.pdf> e <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=georges-leuzinger>)

⁸ Fundado, em 1902, no bairro de Botafogo, por Isabel Jacobina Lacombe e Francisca Jacobina Lacombe, visava responder às demandas de uma sociedade que se modernizava e demandava educação diferenciada para a mulher burguesa. (CARUSO, 2006)

trabalhando na freguesia da Glória. Maria Amélia deu um grande passo. Ela passa de aprendiz para uma profissional que assumiria uma grande tarefa, organizar e exercer sua profissão em uma escola que ainda se estruturava.

Mas será que Maria Amélia vivia o ideal de mulher para ser professora neste período? As pistas me levam a crer que ela chegou ao Rio de Janeiro entre os anos de 1879 e 1880, visto que os proclamas de seu casamento com Antonio Francisco da Cruz Cardoso foi publicado no Jornal de Recife em 04 de agosto de 1879.

Mas foi interessante notar que, no decorrer da leitura de todas as suas cartas, o nome do marido não foi nenhuma vez citado. Na busca por conhecer um pouco mais sobre Antonio Francisco da Cruz Cardoso pesquisei no periódico Gazeta de Notícias e localizei em 18 de março de 1880, a exoneração a pedido do mesmo do cargo de escrivão da tesouraria da estrada de ferro D. Pedro II. Dois anos depois que o possível marido se desligou da ferrovia foi Maria Amélia que assumiu o cargo de professora na mesma empresa. E já vimos acima que no ano de 1882, ela residia na casa de Gedeão e Theresa, e exerceu a profissão docente provavelmente porque necessário garantir seu sustento. Mas com a notícia de 07 de maio de 1890, na ocasião da publicação do testamento de um de seus irmãos, Gedeão, essa dúvida é respondida.

A notícia informa que seu irmão destinou a ela como herança o valor de 2:000\$ e ressalta que o valor a pertencia, sem que seu marido tivesse o direito de intervir na utilização do mesmo. Portanto, Maria Amélia se casou e permanecia casada com Antonio Francisco, mas provavelmente não era um casamento tradicional.

Os problemas pessoais de Maria Amélia podem ser lidos nas entrelinhas do que escreve. Em 1885, ela comenta de outra professora, D. Adelaide, que pede seu apoio pois estava inscrita para o concurso de cadeiras vagas. Diz ela: "... ela se mostra mal satisfeita; quanto o falarem dela, não admiro; pois o mesmo se deu com a minha pessoa,....". O tema da moralidade dos professores primários é recorrente na história do magistério. Gondra e Schueler (2008) apontam que este tema relacionava-se a totalidade de aspectos da personalidade do docente, incluindo sua conduta moral, familiar e sexual, os seus hábitos de vestir e de falar, os seus gestos, os seus comportamentos na vida pública, as suas formas de ensinar e de administrar a escola, os espaços e os tempos escolares e os exemplos que sua figura espelhava. Todos esses requisitos eram exigidos para o exercício da docência e da obediência às normas e aos regulamentos estatais. Os professores, portanto, precisavam ser íntegros, ordeiros, com uma moral ilibada, verdadeiros espelhos para as crianças. O casamento conturbado de Maria Amélia deve ter sido um entrave na sua indicação, mas que provavelmente foi superado por sua rede de amigos e conhecidos, pois era comum nomeações de professores por meio de favores e pedidos próprios das práticas políticas.

A escola de Maria Amélia Jacobina assumiu o objetivo de ministrar a instrução das primeiras letras aos filhos dos operários que trabalhavam nas Oficinas do Engenho de Dentro e em 1882, começou a funcionar. Conceição (1987) aponta que a data de início das obras de construção do prédio é imprecisa, mas observou que as obras tiveram início

junto com a construção das oficinas e da vila de casas para os operários. Talvez por isso a ideia inicial tenha sido de criar um curso de mecânica, segundo a docente:

[...] dizendo-me que não se tinha feito isto a mais tempo por não haver recursos para aprontar mais cedo a mobília, e também porque **a princípio a ideia era fazer um curso de mecânica, e depois resolvido ser escola primária**; [...] ele correspondeu dizendo-me que ia conferenciar com o ministro para arranjar meios para o custeio da escola... (Carta de Maria Amélia Jacobina para Chiquinha - 25/04/1882 - Acervo FCRB)

A criação de complexos fábrica-casa concentrava os trabalhadores no espaço da fábrica ou da oficina, difundiu-se no final do século XIX e atuando no controle de todas as esferas da vida do trabalhador, seja religiosa, lazer ou estudos. Góes (1988) destaca que “a dominação e o controle sobre o trabalho pelo capital extrapolavam os limites do trabalho” (p.48). Na Bahia, a fábrica da Boa Viagem juntamente com a vila operária era chamada de “A Cidade do Trabalho”, a Companhia Empório Industrial do Norte. Fundada em 1892 e inspirada nas *tenement-houses* inglesas, contava com 258 casas residenciais, açougue, gabinete médico, edifícios para lojas, armazéns de abastecimento, salão de esportes, praça arborizada e escola. Matos (s.d.) ressalta que a educação na vila era uma valiosa ferramenta do processo de formação humana e profissional, sendo essencial para contenção dos conflitos provenientes da relação capital-trabalho, e, principalmente para garantir a manutenção da ordem.

Keller (2006) ao estudar as fábricas de tecidos de algodão⁹ implantadas na cidade de Paracambi, no Rio de Janeiro, destacou que, desde a segunda metade do século XIX, pode ser enquadrada no padrão das fábricas com vila operária. Entre a rede de serviços oferecidos, a escola também se fazia presente. Já Alvim e Lopes (1994) pesquisando sobre a Companhia de Tecidos Paulista (CTP), na cidade de Paulista, em Pernambuco, observaram que ela também organizava a oferta e controle de serviços, inclusive os escolares (escola primária para as crianças, cursos elementares para os adultos).

No que diz respeito à ferrovia, Guazzelli (2014), ao estudar as vilas operárias na cidade de Campinas, São Paulo, aponta que devido a hierarquia de trabalho fortemente estabelecida, algumas estratégias foram tomadas para manter o controle sobre seus funcionários. Utilizando o paternalismo como instrumento de dominação, a ferrovia investiu em instrumentos para conter a insatisfação de seus trabalhadores, como: Sociedade Beneficente, Associação Protetora das Famílias dos Empregados e a Escola de Aprendiz. Atendendo ao desejo dos filhos dos ferroviários, que geralmente escolhiam exercer uma profissão na estrada de ferro, oferecia-se a escola e era útil para a empresa, já que estariam envolvidos

⁹ Primeiro a Companhia Têxtil Brasil Industrial, segundo a Companhia Tecelagem Santa Luisa, que logo depois se transformou na Fábrica de Tecidos Maria Cândida (KELLER, 2006).

desde cedo por esse tipo de trabalho. Neste sentido as escolas, principalmente, as profissionais, no meio ferroviário tinham papel fundamental.

A escola de primeiras letras, das oficinas do Engenho de Dentro, estava dentro deste processo de configuração de um complexo oficina-vila operária. Segundo Lasmar (1982), ocupava uma área de 308,60m² e possuía salas para ambos os sexos e residência (cômodos) para a professora, portanto a escola era mista. O prédio tinha alicerces de alvenaria, paredes de tijolos e cobertura de telhas francesas. Internamente era pintado e em 1888 foram colocados seis florões de ferro no forro do prédio, para ventilar as salas.

A imagem da fachada da escola indica que o prédio era bastante espaçoso e bem ventilado, pois possuía várias janelas e pelo menos duas portas, além de ter um “pé direito” alto, quando comparado com os dois sujeitos retratados a sua frente. O seu interior era resguardado da rua pelas janelas altas e com uma estrutura de madeira na altura dos olhos.

O prédio escolar tinha seu projeto de criação impregnado por intencionalidade, simbologia, ideais e técnicas; ou seja, a que serve e para quem se destina. E não somente isso,

[...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (VIÑAO FRAGO & ESCOLANO, 2001, p. 45)

Talvez a estrutura arquitetônica do prédio possa ser analisada a partir do fragmento da carta de Maria Amélia, reproduzido anteriormente, onde informa que o objetivo inicial era fazer um curso de mecânica, que se levarmos em conta o tamanho das máquinas que a ferrovia utilizava, precisaria de muito espaço. A tentativa de ensino de um ofício já se apresentava na ferrovia no ano de 1881, com a inauguração no segundo pavimento da Estação Central, da Escola Prática de Telegrafia, que funcionou até o ano de 1884, quando fechou por falta de alunos matriculados.

Ou então podemos tentar compreendê-lo a partir do discurso médico higienista, tão presente no século XIX. A preocupação com a organização e localização física dos estabelecimentos escolares nos remete a um discurso que se baseava em certo determinismo geográfico e climático, para explicar as questões sociais, na colaboração com a elaboração de projetos e na legitimação intervenções. O discurso médico higienista possuía grande força na organização do espaço físico, segundo Gondra,

A partir dele [modelo higienista] definem um amplo programa de regras para o funcionamento dos colégios, compreendendo a localização e arquitetura dos edifícios escolares, organização da rotina, das práticas e hábitos que deveriam ser desenvolvidos junto aos alunos, alimentação, exercícios corporais, cuidados

com as excreções dos organismos e com a educação dos sentidos, de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos. (2004, p. 165)

Durante o século XIX, várias dimensões acerca das representações sobre a Corte vieram influenciar a construção e desenvolvimento da escola. A Corte era considerada uma cidade feia, que pouco se diferenciava da sede do período colonial. As ruas eram estreitas, escuras e sujas. A remoção de lixo, das coisas podres e dos excrementos humanos era feita em pipas ou barris, carregados nas cabeças dos escravos e despejados na Baía de Guanabara todas as noites, pois os primeiros serviços públicos de saneamento e água surgiram somente na década de 1850.

Aos problemas de saúde, pois se vivia em uma cidade doente assolada pelas epidemias de febre amarela e cólera, dentre outras doenças que ceifavam vidas, somava-se ainda o fato de ser uma cidade iletrada e insegura, com a dimensão moral. Ou seja, em conjunto acreditava-se que essas condições produziram um ambiente favorável para a degeneração social. “Escravidão, educação, vícios, moda, bailes e leituras imprudentes configuravam práticas que conduzem a população ao mergulho na imoralidade”. (GONDRA, 2004, p. 95)

A criação da escola onde Maria Amélia começou a atuar de certo modo, responde ao ideal da medicina que reivindicou para si a tarefa de ordenar o espaço, de civilizar os homens e de regenerar a cidade. No campo educacional, alguns estudos foram elaborados visando gerar contribuições higiênicas para aplicação nas escolas. Duas formas de se relacionar com a educação foram colocadas. A primeira refere-se à articulação da educação com outras preocupações mais específicas, ou seja, a educação como fundamental no combate à febre amarela, por exemplo. O conhecimento como uma forma de prevenir a disseminação de doenças. E o segundo, a relação entre medicina/higiene e educação, visando à produção de um homem e uma sociedade regenerada.

Se a cidade (espaço urbano) representava o “perigo”, o afastamento para lugares mais longínquos era incentivado. Gondra (2004) afirma que eram aplicados argumentos climáticos, geográficos, geológicos, topográficos e botânicos que articulados constituíam a defesa de que educar requeria certo isolamento da cidade, um espaço próprio, visando a proteção contra o mundo das ruas dos vícios e das paixões.

A escola de primeiras letras da ferrovia estava distante da Corte, mas encerrada no mundo do trabalho. Na planta das oficinas do ano de 1907, há a representação da organização do espaço das oficinas. A escola de primeiras letras estava localizada junto as casas dos operários e a frente um grande jardim e a linha férrea. Enquanto que a Escola Prática, que foi fundada em 1897, estava localizada junto as oficinas de trabalho. Interessante notar que a área limitada pelas casas dos operários abrangia 22.700m², da Escola Prática, 9.600X10.000m², mas a escola de primeiras letras não tem sua área especificada, apesar de na representação parecer ser maior que a Escola Prática.



Figura 1 - Mapa com a disposição dos prédios na oficina do Engenho de Dentro.
Fonte: FIGUEIRA, M. F. (1908). Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil.
 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

Sobre o jardim, Maria Amélia, em carta redigida a Chiquinha, no período que as filhas da mesma estavam em sua casa, diz: “Quanto as suas filhas vão bem, e gozão do bom jardim das Oficinas, para correrem e passear; estão satisfeitas, não só na sua aula como em casa” (04/10/1883 – Acervo FCRB). Ao observar a Companhia Empório Industrial do Norte, Matos (s.d.) ressalta que no centro da vila existia uma praça arborizada, com dois coretos, onde aos domingos apresentavam filarmônicas compostas de operário da fábrica e a banda da polícia, era um espaço de sociabilização e lazer. O jardim, então, pode ser pensado como uma área de convivência e lazer entre os operários daquele espaço. A presença de um coreto pode representar possibilidade de apresentações para entreter os operários.

Faria Filho e Vidal (2000) afirmam que, dentre as diversas formas de educar no século XIX, existiam escolas funcionando em espaços improvisados (igrejas e prédios comerciais) e a rede de escolarização doméstica¹⁰ (as preceptoras e as escolas

¹⁰ Para mais informações sobre escolarização doméstica no século XIX consultar: VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

particulares). Somente na segunda metade do século XIX, foi-se reforçando a importância da construção de prédios escolares específicos para a escola como uma ação eficaz junto às crianças. Este fato aponta para o êxito dos que defendiam a superioridade e a especificidade da educação escolar frente a outras estruturas sociais de formação e socialização, como por exemplo, a família. Mattos (1994) afirma que, no Brasil, no século XIX, a educação escolar paulatinamente foi assumindo características de uma luta do governo do Estado contra o governo da casa. Ou seja, cada vez mais as decisões e ideias externas ao ambiente da casa influenciavam na sua dinâmica interior. Será que assim formariam operários mais “adaptados” ou cordatos à lógica do trabalho?

Schueler (2008) afirma que entre os anos de 1854 e 1890, ocorreu aumento da atividade política estatal no sentido de controlar e criar escolas públicas. O interesse em implantar escolas estava em comum acordo com a visão imperial de construção de uma sociedade fundada nos paradigmas de civilização e progresso. A escola primária seria o espaço de integração e inclusão social, ou mesmo a preparação para a aquisição de uma instrução profissional.

Mas Maria Amélia ressalta que a escola de primeiras letras nasceu de forma precária e sem recursos, demonstrada pela carência de móveis, de materiais (pena e papel) e a falta de meios de custeio regular. Com a promessa de interceder junto ao ministro, no ano de 1883, o relatório da Estrada de Ferro D. Pedro II na seção “Demonstração de todas as despesas feitas pela secção Locomoção” acusava despesa com pessoal e em “Contas Diversas”, despesas com móveis e utensílios para a escola.

Figueira (1908) informa sobre a criação do regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, aprovado no Decreto nº 2.247, de 26 de março de 1896. No artigo 4º ficou estabelecido que anexa à Locomoção funcionaria uma escola de primeiras letras e de noções científicas, que já existia, continua informando que o conhecimento era indispensável aos empregados das oficinas mecânicas e aos maquinistas que dirigiam as locomotivas. Interessante ressaltar que a organização do programa de ensino ficava a cargo do diretor da estrada de ferro que o submeteria a aprovação do Governo e a aplicação estaria sob fiscalização do sub-diretor da divisão, no caso a Locomoção. Portanto, era a empresa que definia o que e como deveria ser estudado dentro de seus “muros”. Enfim, ao pesquisar a educação implementada na Estrada de Ferro, os indícios apontam para a ação desenvolvida estava encerrada dentro da própria empresa e voltada para o mundo do trabalho tão específico que era desenvolvido no seu seio.

Francisco Pereira Passos: Engenheiro e Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II

Francisco Pereira Passos ficou mais conhecido pela reforma urbana que empreendeu na cidade do Rio de Janeiro, iniciada em 1903, durante o período que estava à frente da Prefeitura do Distrito Federal, mas ele também assumiu a direção da ferrovia por duas

vezes: a primeira de 1876 a 1880 e autorizou a criação da escola de primeiras letras e a segunda de 1897 a 1899, na implantação da Escola Prática de Aprendizes, ou seja, atuou tanto durante o Império quanto no período republicano.

Seus pais, o Barão e a Baronesa de Mangaratiba, eram fazendeiros no Rio de Janeiro. Seus primeiros estudos foram ministrados na casa do pai por um professor particular somente aos 14 anos foi enviado a escola. Ao concluir seus estudos básicos, em 1852, matriculou-se no curso de engenharia civil da antiga Escola Militar, depois chamada de Escola Central e Escola Politécnica, formando-se em bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, que lhe dava o diploma de Engenheiro Civil. Pereira Passos teve como colega de curso e amigo Benjamin Constant¹¹, o “fundador da República”¹², ambos influenciados pelas ideias positivistas.

No ano de 1857, como outros jovens bem-nascidos do seu tempo, ingressou na carreira diplomática e foi nomeado adido à legação brasileira em Paris. Neste período completou seus estudos como engenheiro na Escola de Pontes e Calçadas. Frequentou como ouvinte as aulas de arquitetura, estradas de ferro, portos de mar, canais e melhoramentos dos rios navegáveis, direito administrativo e economia política. Praticou como engenheiro na construção na Estrada de Ferro de Paris à Lyon, nas obras do porto de Marselha e na abertura do túnel no Monte Cennis. Foi neste período que Pereira Passos teve contato com a reforma urbana empreendida por Georges Eugène Haussmann, que remodelou o espaço urbano de Paris devido a necessidade de conter o crescimento das jornadas operárias e estabelecer uma nova ordem social e política. Daí emergiu a versão moderna do novo urbanismo francês, com base em ruas largas, grandes avenidas e bulevares. Ambos foram decisivos na formação profissional de Pereira Passos: a engenharia ferroviária e o urbanismo.

Ao retornar para o Brasil, em 1860, envolveu-se em diversos trabalhos nas estradas de ferro pelo Brasil. Em 1870, assumiu o cargo de consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas e no ano seguinte viajou, juntamente com o Barão de Mauá para a Europa, mais especificamente para Londres. Durante sua estadia em Londres, Pereira Passos teve oportunidade de visitar vários países da Europa para aprender diferentes técnicas que mais tarde utilizaria no Brasil. Retornando somente em 1873.

¹¹ Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833/1891) nasceu em Niterói e em 1852 ingressou no Exército. Estudou engenharia na Escola Central e astronomia no Observatório do Rio de Janeiro, na mesma época em que ensinou matemática no Imperial Colégio Pedro II. Em 1887, fundou o Clube Militar, importante centro de propaganda republicana do qual se tornou presidente. Em 9 de novembro de 1889 presidiu a sessão na qual os membros do Clube Militar decidiram pela queda da Monarquia. Após a proclamação da República assumiu a pasta da Guerra no governo provisório e, em 1890, foi aclamado general-de-brigada em comício público. Nesse mesmo ano passou a chefiar o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Elaborou uma reforma no ensino baseada nos princípios do positivismo, corrente filosófica que considerava a educação uma prática anuladora das tensões sociais. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

¹² Termo retirado da biografia manuscrita sobre Francisco Pereira Passos, que se encontra sob a guarda do Museu da República, no Rio de Janeiro.

Em 1874, foi nomeado engenheiro do Ministério do Império, incumbido de acompanhar todas as obras de engenharia do governo imperial e integrou uma comissão para um projeto de reformulação urbana para a capital. Dois anos depois, Pereira Passos assumiu a direção da E. F. D. Pedro II ficando responsável por ela no período de 1876 a 1880. Apesar das obras de construção das oficinas do Engenho de Dentro iniciarem em 1869 demoraram vários anos até estarem concluídas, por esse motivo acredito que, provavelmente, a sua organização espacial deve ter sido influenciada por este sujeito. No periódico *Manchete*, do dia 08/08/1953, temos uma notícia reproduzida dos Anais da Câmara do Distrito Federal, que o retrata como construtor das primeiras vilas operárias. Além de autorizar a criação de uma escola de primeiras letras nos seus terrenos para os filhos dos operários que ali residiam.

Ao sair da direção da ferrovia, Pereira Passos viaja novamente para a Europa e continua sua incursão pelo mundo das ferrovias ao retornar ao Brasil. Somente em 1897, é novamente reconduzido a direção da E. F. D. Pedro II, ficando neste cargo até 1899.

[...] retornou a administração da Companhia por ter sido nomeado diretor da estrada de ferro Central do Brasil¹³. Ao assumir a direção dessa estrada encontrou a nas mais críticas condições. Tendo deixado a estrada em 1879 com uma renda líquida de 6405 contos, correspondente a 8% do capital empregado, encontrou-a nos 1897 dando um déficit de 1376 contos apesar de não terem sido incluídos no custeio todas as despesas pertencentes ao mesmo [...].¹⁴

Dentre várias ações levada a cabo por ele, está a criação da Escola Prática de Aprendizagem das oficinas do Engenho de Dentro, que visava suprir a falta de mão de obra nesta ferrovia.

Francisco Pereira Passos foi um estudioso, conheceu e aprendeu pelos diversos lugares por onde viajou, mas talvez a face desconhecida dele tenha sido seu interesse por assuntos pedagógicos e criação de atrativos para a cidade do Rio de Janeiro.

Um atrativo criado foi a “Batalha de Flores” no jardim do Campo de Santana. A Batalha era um desfile de carros, puxados a cavalos ou não, enfeitados com flores e julgados por personagens ilustres.

¹³ Após a instauração da República, a Estrada de Ferro D. Pedro II é renomeada para Estrada de Ferro Central do Brasil.

¹⁴ A citação foi retirada de uma biografia manuscrita sobre Francisco Pereira Passos, que se encontra sob a guarda do Museu da República, no Rio de Janeiro.

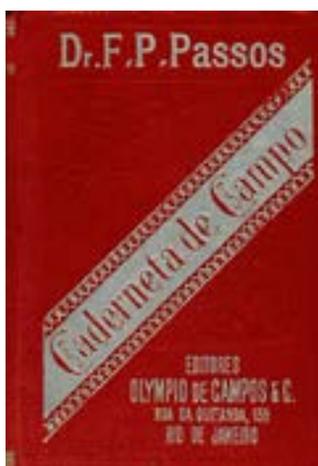


Fonte: Augusto Malta – 1902, Acervo da Biblioteca Nacional

Motivado após ser criticado, segundo periódico *Jornal do Povo (Singra)*, de 08/01/1954, por deixar em abandono os recantos pitorescos da cidade e os jardins reduzindo a frequência, Pereira Passos responde:

[...] Pois eu mostrarei como essa gente não só vai, como até paga para ir a esses lugares... Está deserto o lindo parque da Praça da República? Pois eu vou cobrar uma taxa de entrada e verão como ele se enche [...]

Era uma tentativa de modernizar o Rio ao estilo de Paris. Chegou mesmo a ser comparada em animação com as famosas batalhas das flores que aconteciam em Nice, Viena e Paris.



Fonte: Imagem reproduzida de exemplar da autora do texto

Em relação aos assuntos pedagógicos, quando esteve em Londres (1870 a 1872) publicou um livro chamado *Caderneta de Campo*. Era um manual técnico para ser consultado pelos que se ocupavam dos serviços de campo. Um trabalho de grande utilidade para os engenheiros brasileiros que se destinavam ao trabalho ferroviário e, mais tarde, aos engenheiros rodoviários.

Em 1874 quando foi nomeado engenheiro do Ministério do Império, cargo que exerceu até 1876, projetou e fez construir prédios escolares. Edificou um edifício escolar no Campo da Aclamação no Rio de Janeiro, que mais tarde foi alterado na parte central e adaptado para a Escola Normal. Assina também a planta de construção do Instituto de Surdos-Mudos em Laranjeiras contemplando o espaço para a existência de duas oficinas. Atuou ainda na Escola de Santana e de São Francisco Xavier (Engenho Velho). Somado a isso localizei, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, uma proposta de criação de uma universidade no ano de 1874. Então não deveria – mas foi, para mim - ser uma grande surpresa a criação da Escola Prática de Aprendizes nas oficinas do Engenho de Dentro na sua gestão.

Os alunos aprendiam desenho geométrico e a confecção de peças de máquinas. Segundo Rodriguez (2004), até 1906, não havia um ensino profissional metodizado. Eram ministradas as disciplinas básicas, tais como matemática, português, física, desenho e química. A formação profissional não se relacionava com o monitoramento das atividades dos aprendizes. A instrução ocorria de forma semelhante a formação de professores adjuntos, através da convivência e pela prática. Os alunos eram inseridos nas oficinas e, por meio da observação do trabalho de outros operários, aprendiam a manejar as ferramentas e executar tarefas. Isso muda com a chegada de José Joaquim da Silva Freire como subdiretor da Seção Locomoção.

José Joaquim da Silva Freire: Subdiretor da Seção Locomoção e remodelador do ensino profissional na ferrovia

Neste ponto, talvez pela dificuldade de localizar informações sobre a vida de José Joaquim da Silva Freire, me deterei na alteração que ele, como subdiretor da Seção Locomoção, desenvolve no currículo da Escola Prática de Aprendizes das oficinas do Engenho de Dentro.

Em 1907, após viagem aos Estados Unidos da América, foi publicado um relatório intitulado “Missão aos Estados Unidos”. Entendendo as viagens como Viñao (2007) que afirma: “Todos los viajes educan, aunque sólo sea por abrir al viajero a una realidade diferente a la suya. Sólo que unos educan más que otros, o de forma diferente a otros” (p.15). Ou seja, o contato com outra experiência permitiu que Silva Freire, para além dos aspectos técnicos, fizesse uma comparação entre o ensino profissional nas estradas de ferro dos Estados Unidos e o que e como se ensinavam nas oficinas do Engenho de Dentro.

Apesar de identificar a presença de europeus em diversas áreas profissionais que prestavam serviço ou eram empregados da ferrovia, ele ressalta que:

[...] diante do preparo profissional dos artistas do Centro e Norte da Europa, poderia periclitar a superioridade a que atingiram as indústrias conexas à viação férrea americana, caso o operariado nos Estados Unidos não acompanhasse o grau de instrução profissional daqueles artistas e operários, resolveram alguns grandes estabelecimentos americanos tomar para a si a elevação do nível de instrução dos artistas mecânicos de suas oficinas.

Embora de recente data, apresentam, contudo, desde já, incontestável proveito as escolas de aprendizagem que se fundaram. (SILVA FREIRE, 1907, p.432)

Outro ponto abordado por ele é a formação de um operariado cidadão e com espírito de iniciativa. Silva Freire afirma que o instrutor tem ascendência sob o aprendiz e interpela do seu modo de viver, do seu caráter e da sua energia moral. Seria essa mais uma forma de tratar o operariado que iniciava sua organização e que já empreendia, desde o final século XIX, greves, muitas vezes, violentas?

“As vantagens que aos moços aprendizes traz a instrução liberalmente dada pela ‘New York Central’ exigem que tenha esta companhia a certeza de eu seus esforços são profícuos e que seus aprendizes são de estofo a se tornarem operários hábeis e cidadãos dignos”. (SILVA FREIRE, 1907, p. 434)

Além de destacar que o ensino profissional dos ofícios mecânicos nas escolas americanas foi incentivado ao invés dos estudos superiores como no Brasil. Afinal os candidatos que já possuíam o ensino superior, segundo ele, raramente se tornavam hábeis mecânicos pois já possuíam conhecimento mais adiantado.

Para se candidatar a escola profissional, o aluno deve conhecer as quatro operações e ser apto a resolver problemas a elas referentes. Deve conhecer sobre frações decimais, ler e escrever corretamente. Além disso, deveriam passar por exame médico pagos pela companhia férrea, só sendo admitidos os de boa saúde física e psicológica.

O subdiretor da Locomoção então instituiu suas alterações na escola profissional, no ano de 1906, antes da publicação do relatório. Ele criou instalações para as aulas práticas destinadas a preparar operários mecânicos com conhecimento teórico e prático. O tempo do curso na Escola abrangia o período de três anos, sendo que no primeiro ano seria ministrado português, aritmética, geometria e desenho linear; no segundo ano, aritmética, geometria plana e no espaço, estudos de escalas e desenho de máquinas, conhecimentos gerais de materiais metálicos, de madeira e croquis de diversos detalhes de máquinas; e por fim, no terceiro ano, elementos de álgebra, mecânica, física, química, problemas práticos e desenho de máquinas. A progressão de um ano para outro era realizada através de exames

das matérias. Ainda no primeiro ano, os aprendizes percorriam as diversas oficinas para terem contato com o trabalho e facilitar a escolha do ofício que se especializariam.

Em consonância com o que viu nos EUA, a admissão dos alunos era feita pela a idade, entre 12 e 15 anos, a apresentação do atestado de vacina e de boa constituição psicológica e o atestado do professor que tenha dado instrução elementar ao candidato. Mas não só este atestado, ele criou um exame preliminar de leitura, escrita, contas e conhecimentos gerais para a admissão dos alunos.

Sendo assim, cada um dos sujeitos de trago neste texto, Maria Amélia Jacobina, Francisco Pereira Passos e José Joaquim da Silva Freire, contribuíram no processo de escolarização dentro das oficinas do Engenho de Dentro, na Estrada de Ferro D. Pedro II. Apesar de possuírem uma inserção de forma diferenciada, no trabalho e no poder dentro da companhia foram singulares na organização do ensino.

Referências

CARUSO, A. **Traço de União como Vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2006

CONCEIÇÃO, F.C. **Centro de Formação Profissional Silva Freire: histórico**. Rio de Janeiro: CBTU. 1987.

FARIA FILHO, L.M., & VIDAL, D.G. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 19-34.2000

FIGUEIRA, M.F. **Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.

FONSECA, C.S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai.1986.

GENOVEZ, P.F. **Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado**. MÉTIS: história & cultura, v. 1, n.1, p. 215-237. 2002.

GÓES, M.C. **A formação da classe trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988.

GONDRA, J.G. **Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2004.

GUZZELLI, B.G. **Ferrovia, trabalho e habitação: vilas operárias de campinas (1883-1919)**. São Carlos: Dissertação (Mestrado), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.2014.

KELLER, P.F. Cotidiano operário & complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi-RJ. Enfoques - **Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ**, 1-13. 2006.

- LACOMBE, L.J. **Como nasceu o Colégio Jacobina**. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica LTDA. 1962.
- LASMAR, T. **Oficinas do Engenho de Dentro**. Rio de Janeiro: Datilografado. 1982.
- LUSTOSA, I. **Lacombe, narrador**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1996.
- MATOS, V.C. **Do lar a fábrica: mecanismos de pressão social, disciplina e controle moral na Primeira República (1892-1919)** - Salvador/Bahia. Travessia, 1-11. s/d.
- MATTOS, I.R. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS. 1994.
- MIGNOT, A.C.V. **Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 74, n. 178, 619-638. 1993.
- MIYASAKA, C.R. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 2011.
- PINHEIRO, M.C. e FIALHO JR, R. **Pereira Passos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. (Coleção Estudos Cariocas). 2006. Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf.
- RODRIGUEZ, H.S. **A formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: O resgate da sua memória**. São Paulo, SP: Memória do Trem.2004.
- SCHUELER, A.F. **Escolas primárias e professores na Corte imperial: Educação Escolar como objeto da História Social**. Revista Momento, 1-24. 2008.
- SCHUELER, A.F. Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte Imperial (1860-1890). **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação** (pp. 1-18). Aracaju/SE: UFS/UNIT. 2008.
- SILVA FREIRE, J. J. **Missão aos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1907.
- VIÑAO FRAGO, A., & ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- VIÑAO, A. Viagens que educam. In: MIGNOT, A.C.V. e GONDRA, J.G. (Orgs.) **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez. pp.15-38. 2007.

Acervos, Fontes e Documentos manuscritos e impressos

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Série Maria Amélia Jacobina

MUSEU DA REPÚBLICA. Arquivo Pessoal de Pereira Passos

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca. Gazeta de Notícias, Jornal de Recife e Manchete.

AS SÉRIES METÓDICAS DE EXERCÍCIOS: METODOLOGIA UTILIZADA PELOS PROFESSORES DO SENAI-SP E APLICADA À ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ENCADERNAÇÃO, NOS ANOS 1950

Fernanda Kelly Silva de Brito

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

A série metódica de exercícios foi uma metodologia utilizada na proposta para o ensino do ofício da encadernação no livro "Curso de encadernação-guia do professor", de 1952, utilizado pelo Serviço de Aprendizagem Industrial – SENAI-SP e foi desenvolvida pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, órgão executivo de um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e a *Education Division-The Institute of Inter-American Affairs*, criado em 1946 com duração até 1957. O presente trabalho se desenvolve dentro do eixo temático IV, onde é tratado sobre "Memórias, História Oral e Formação de Professores na educação Profissional e tecnológica".

Para discorrer sobre as séries metódicas, falaremos brevemente sobre o ensino dos ofícios no Brasil, iniciando com a chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, no mesmo ano em que fundaram a Província Brasileira da Companhia de Jesus e que na sua proposta de ensino consta o *Ratio studiorum*, que os autores Bittar e Ferreira (2012) tratam como um plano de estudos da Companhia de Jesus, contendo os conteúdos das humanidades latinas, das classes inferiores às superiores, com outra face de atuação pedagógica dos jesuítas, que é o ensino dos ofícios manuais.

Neste plano há uma divisão entre às artes mecânicas e as artes liberais e sobre a última, seu projeto educacional implantado pela Companhia tratava-se de uma escola de ensino das primeiras letras e o ideal pedagógico era formar alunos para o domínio das artes liberais (humanidades) por meio da língua latina e sobre as artes mecânicas, os autores ainda nos informam, que a relação entre ciência e trabalho manual se processava cada vez mais de forma orgânica e, baseada nas próprias constituições, adquiriu uma estratégia para manter propriedades produtoras de manufaturas com o objetivo de financiar seus colégios. E em relação às artes mecânicas, os autores informam que a relação entre ciência e trabalho

manual se processava cada vez mais de forma orgânica e, baseada nas próprias constituições, adquiriu uma estratégia para manter propriedades produtoras de manufaturas com o objetivo de financiar seus colégios.

Já com os Salesianos, suas escolas foram fundadas primeiramente em Reims, Paris e depois no resto da França. A ordem religiosa fundada por La Salle chamava “Irmãos das Escolas Cristãs”. No Brasil temos a presença de Padre João Bosco (1815-1888), sacerdote chamado Giovanne Bosco, conhecido no Brasil como Dom Bosco, italiano, com atuação principalmente em Turim e que se inspirou na obra do padre francês La Salle, criando uma ordem religiosa chamada Salesiana, como nos informa Cunha (2005). Sua principal característica sobre as duas era a expressão pedagógica ainda mais completa em relação à educação profissional das crianças das classes trabalhadoras e ainda complementando, Querido (2011) nos informa, a proposta de Dom Bosco seguia o ideal de preventividade, tendo início no Congresso de Viena (1814-1815), no combate às idéias liberais, que ao longo do séc. XIX é desenvolvida nos setores políticos, sociais, jurídico-penal assistencial, escolar-educativo e religioso, onde antecessores a Dom Bosco já haviam iniciado propostas para uma educação voltada para a formação ao trabalho.

Com a Constituição de 1824 novas estruturas para a aprendizagem de ofícios foram criadas e nas escolas salesianas já se processavam modificações e Querido (2011) cita uma circular de 10 de agosto 1882 do bispo paulista D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, que confirma a necessidade da criação do “**Lyceu de Commercio, Artes e Officios**”, com a pretensão de obter o corpo docente através da Sociedade Salesiana de Turim. A modalidade de liceu é estendida na circular a uma classe mais popular ao oferecer “*todas as artes e officios*”.

O Liceu oferecia ensino primário e profissional e o ensino de uma arte ou ofício subtendia trabalhos manuais, sendo que um dos primeiros documentos relacionados às práticas escolares é o *Prospecto do Lyceu de Artes e Officios e o Estatutos e Programmas de Ensino do Liceu do Sagrado Coração – Artes, Officios, Commercio*, de 1908. O conteúdo dos *Estatutos* abrangia o programa para diversos cursos, dentre eles o de tipografia, impressão, fundição de tipos e encadernação e os aprendizes podiam frequentar o Liceu em sistema de internato ou externato.

A partir de 1910 as escolas Salesianas formavam um quase sistema de ensino profissional passando a ser considerados “anexos” dos liceus. O Liceu Coração de Jesus depurou suas oficinas em 1918 transferindo para um bairro operário algumas oficinas e permanecendo as mais lucrativas: tipografia, impressão, encadernação, fundição de tipos e alfaiataria. Dessa forma os salesianos se especializaram no ensino secundário e para a criação dos Liceus houve uma articulação entre as atividades do ensino superior para engenheiros e do ensino profissional para operários, conectados através da Escola Politécnica e do Liceu de Artes e Officios. Cunha (2005) nos informa que a ideologia dos fundadores da Escola Politécnica vinha dos intelectuais do Império, onde, assim como na República, o ensino profissional tinha uma função disciplinadora e era destinada aos operários.

Sobre o ensino industrial no Brasil, fazendo algumas observações sobre o ofício da encadernação, Fonseca nos informa:

[...] O ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve a atender, também, a outros desgraçados. Em 1854, D. Pedro II fundava o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant e, dois anos mais tarde, em 1856, instituiu o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, funcionando, algum tempo depois da inauguração, em ambas as casas, oficinas para aprendizagem de ofícios. Os cegos passariam a aprender tipografia e encadernação e os surdos-mudos, sapataria, encadernação, pautação e douração [...]. (FONSECA, 1961, p. 137)

Em 1851 foi criada uma lei que visava reformar a instrução primária e secundária e introduzir medidas especiais para os menores abandonados, criando asilos onde receberiam a instrução do primeiro grau e depois seriam enviados para as oficinas públicas ou particulares, mediante contrato e fiscalização do Juiz dos Órfãos, para aprenderem um ofício. Com o decreto nº 5.849, a casa de asilo passou a se chamar “Asilo de Meninos Desvalidos”. E em 1879 outro decreto, nº 7.247, reformava o ensino primário e secundário do município da corte, incluindo a prática manual de ofícios para os meninos e trabalhos de agulha para as meninas e em 1882, D. Pedro II funda uma escola destinada a instruir os filhos de seus servidores, e outra em 1885, aberta aos filhos dos antigos escravos da corte.

No ano de 1909 o presidente Afonso Pena falece, Nilo Peçanha assume seu posto e 3 meses após sua posse assina o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando as “Escolas de Aprendizes Artífices”, estipulando sua manutenção pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a quem cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior e sua finalidade era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício e Cunha (2005) nos diz que em 1910 Nilo Peçanha deixa o governo e é substituído por Marechal Hermes da Fonseca, que não altera as diretrizes em relação às escolas, que passaram por uma série de problemas em relação à mudança de governantes e outros problemas em relação aos professores, que não estariam capacitados para dirigir as oficinas, o que permitiu a contratação de alguns profissionais, do Brasil e de fora. É o caso de João Luderitz, diretor do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e que viajou para a Europa e Estados Unidos com a missão de contratar mestres e procurar elementos que dessem condições de elaborar um alfabetismo técnico. O governo revê o ensino profissional no país através da lei nº 3.454 e agora o ensino primário seria para todos, pois antes era obrigatório somente aos analfabetos e a idade mínima para a matrícula seria 10 anos. Na condição de matrícula, permanecia “preferidos os desfavorecidos da fortuna” e, em 1920, foi criada uma comissão de técnicos especializados para examinar o funcionamento das escolas e propor uma remodelação ao ensino profissional. A comissão era chamada de “Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico”, composta por administradores e mestres do Instituto Parobé, escola do Rio Grande do Sul, que funcionava a contento naquele momento, sendo seu diretor o engenheiro João Luderitz.

Já em 1930 o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico foi extinto e no mesmo ano foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e é decretada a lei de nacionalização do trabalho, pela qual as empresas são obrigadas a empregar pelo menos dois terços de brasileiros entre seus funcionários e Fonseca (1961) nos informa que em 1931, é fundado o Instituto de Organização Racional do Trabalho- IDORT e no mesmo ano é criado o decreto nº 19.560, de 5 de janeiro, que trata da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, como órgão do ministério da Educação, chefiada por Francisco Montojos.

Segundo Cunha (2005), os fundadores do IDORT divulgaram a doutrina da Organização Racional do Trabalho, sistematizada por Frederick Taylor (1911), que prevê a elevação da produtividade e o aumento dos salários pagos aos trabalhadores, mas com o uso e aplicação de exames psicotécnicos, escolhendo dessa forma o homem certo para cada função e o ensino sistemático de ofícios baratearia a formação profissional, aumentando o rendimento físico e defendendo a utilização das séries metódicas.

Roberto Mange, convidado para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo, participou efetivamente da criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1924, e do Serviço de Ensino e Seleção Profissional (Sesp), em 1930, lembrando que estes projetos vieram antes da criação do IDORT e depois dele o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), criado em 1934.

[...] Enquanto as escolas profissionais comuns não possuíam uma pedagogia própria para o ensino dos ofícios, procurando incorporar os padrões artesanais da praticagem, a Escola Profissional Mecânica, do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o Sesp e o CFESP tinham nas séries metódicas a espinha dorsal de uma pedagogia que se mostrou eficaz na formação de operários. As séries metódicas, assim como a colaboração Estado-empresa e oficina-escola foram utilizadas, mais tarde, em todo o país pelo Senai [...]. (CUNHA, 2005, p. 26)

Ainda em Cunha (2005), a participação de Roberto Mange foi fundamental para a posterior difusão das séries metódicas, enfatizando sua participação como professor na Escola Politécnica, na criação da Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, na fundação do IDORT e na criação do SENAI e o autor ainda nos informa que neste período uma nova pedagogia de ensino profissional se desenvolveu, que seria a aprendizagem racional, também chamada de aprendizagem metódica e as séries metódicas de ofício tinham na aprendizagem seu objetivo principal, aliando a prática de oficina, com os conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa pedagogia, ou metodologia foi adotada pelo SENAI no ensino e aprendizagem dos ofícios, e quando este foi criado, o CFESP foi incorporado a ele e Roberto Mange foi o primeiro diretor de seu Departamento Regional, em São Paulo. O CFESP ainda influenciou o sistema de ensino industrial de todo o país, através do Ministério da Educação, porém, foi só com a adoção de um projeto industrialista de desenvolvimento, pelo estado Novo, que a generalização da aprendizagem sistemática se deu em âmbito nacional. E somente com a crise econômica de 1937, as correntes que defendiam a indus-

rialização prevaleceram, assumindo o Estado Novo desta forma, a industrialização como meta e ainda em 1937 a constituição determinou ao Estado, as empresas e aos sindicatos, a formação profissional das classes menos favorecidas, através do artigo nº 129.

Em 1939 o Ministério da Educação elaborou um anteprojeto que estipulava a criação de escolas de aprendizes industriais e, em 22 de janeiro de 1942, o decreto lei nº 4.048 cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAFI, alterando seu nome para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no mesmo ano, por meio de outro decreto-lei, nº 4.936, de 7 de novembro, ampliando dessa forma sua atuação.

Roberto Mange, nascido na Suíça em 1885, foi o 1º diretor do SENAI e inicia seus estudos na Escola Politécnica. Em 1910 conclui o curso de Engenharia na Politécnica de Zurique e inicia seu trabalho como engenheiro em uma filial suíça e no mesmo ano torna-se Primeiro Tenente da Infantaria da Suíça. Em 1913, Antonio Francisco de Paula Souza, então diretor da escola Politécnica de São Paulo, escreve à direção da escola Politécnica de Zurique solicitando a indicação de dois engenheiros, sendo um dos escolhidos Roberto Mange, que aceita o convite para lecionar na Politécnica por 3 anos, assumindo a cátedra de Engenharia Mecânica aplicada às Máquinas. Em 1920 Mange participou dos estudos a respeito da higiene mental e higiene aplicada ao trabalho e em 1923 torna-se superintendente do recém-criado “Curso de Mecânica Prática”, anexo ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde permanece até 1928. Em 1931 funda o IDORT e em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, é nomeado delegado do Departamento Central de Municípios e assume a chefia da 2ª divisão do IDORT. Em 1933 participa da comissão de especialistas que redige o “Código de Educação” e, em 1934, participa da “Comissão organizadora do Plano de Ensino Profissional, do Ministério da Educação e Saúde, dirige o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção profissional, criado no mesmo ano e é nomeado professor catedrático de psicotécnica na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1937 é nomeado supervisor do gabinete de psicotécnica, anexo a escola Técnica “Getúlio Vargas”, onde permanece até 1939. Em 1940 é nomeado por Vargas para fazer parte da seleção dos técnicos estrangeiros a serem contratados para trabalhar na recém-criada Escola Técnica Nacional e em 1942 toma posse como diretor do SENAI, informações que constam em publicação da própria instituição (1991).

Ainda em 1942 é criado outro decreto, nº 4.073, de 30 de janeiro, que define a Lei Orgânica do Ensino Industrial, com o objetivo de unificar o ensino profissional no país, trazendo organização em todo o território nacional, através de um estudo do ministro Gustavo Capanema, junto com uma comissão de educadores e conforme Fonseca (1961) nos diz, o ensino industrial já não vinha mais com a indicação de ser dirigido aos “desfavorecidos da fortuna”, ou aos “desvalidos da sorte”. Agora havia seleção para os cursos e existia aplicação psicotécnica para os candidatos dos cursos industriais, que tinham duração de 4 anos e nos quais jovens entre 12 e 17 anos poderiam se matricular.

A Lei Orgânica então classificava os estabelecimentos de ensino industrial em 4 tipos, sendo que as escolas seriam técnicas, ministrando cursos técnicos e industriais voltadas para cursos industriais e ainda artesanais e de aprendizagem, quando tivessem essa

finalidade e em 3 de fevereiro era expedido o decreto nº 8.673 que aprovava o regulamento do quadro dos Cursos do Ensino Industrial e ficaram instituídos os cursos, agrupados em 8 seções, dentre elas a seção VIII – Seção de Artes Gráficas (Curso de Tipografia e Encadernação e Curso de Gravura).

O Curso de Tipografia e Encadernação, oferecido na última seção de Artes Gráficas, foi caracterizado como um curso de aprendizagem.

O SENAI possuía uma biblioteca, intitulada “Biblioteca do Ensino Industrial”, com obras publicadas através de uma divisão de série “A, B, C, D e várias”, dentre as quais destacamos as da série B, Nº 6 – Metodologia do Ensino Industrial – Elroy W. Bollinger e Helen Livingstone e Nº 7 – Organização de Séries Metódicas - Elroy W. Bollinger e Gilbert G. Weaver, e da série D – Séries Didáticas para Oficinas, Nº 1 – Curso de Encadernação – 1 e 2 – Anton Dakitsch e Nº 2 – Curso de Encadernação – Guia do Professor - Anton Dakitsch, todas publicadas em parceria pelo Ministério da Educação e Saúde e Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial – CBAI, que teve suas atividades iniciadas a partir de um acordo assinado em 3 de janeiro de 1946.

Amorim (2007) nos informa que o objetivo desse projeto, que ele chama de americanização do Brasil, visa integrar a América Latina ao mercado estadunidense e ao mesmo tempo afastar do subcontinente as influências socialistas e nacionalistas. Os Estados Unidos deveriam ser um modelo a seguir. Essa parceria surgiu quando chefes de Estado dos países que constituíam a União Pan-Americana aceitaram o convite da república do Panamá para se reunirem em Havana em 1943, para a *I Conferência de Ministros e Diretores da educação das Repúblicas Americanas*. O Brasil compareceu e foi representado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação, além de outros profissionais.

Logo em seguida, o Ministério da Educação e Saúde entrou em contato com as autoridades norte-americanas, representadas pela *Inter-American Foundation Inc.*, corporação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, órgão do governo dos Estados Unidos. Foi gerado então um acordo para a realização de um programa de cooperação educacional, aproximando os países através de intercâmbio de educadores, idéias e métodos pedagógicos. E Fonseca (1961) diz que ali se estabelecia a Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial, CBAI.

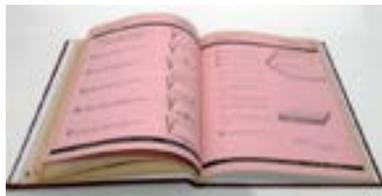
Quanto à questão da metodologia utilizada para análise do ofício, conforme comentamos sobre a Lei Orgânica, esta surge na tentativa de “unificar” o ensino profissional no país, de certa forma tentando criar um método e trazendo organização, o que também nos remete à análise sobre a literatura traduzida para a língua portuguesa e utilizada para a metodologia das escolas do SENAI, que são as “Séries Metódicas de Exercícios”.

A série metódica de exercícios foi desenvolvida “em bases racionais e de forma progressiva” o que nos conduziu ao autor Winslow Taylor, que em seu livro “Princípios de Administração Científica”, publicado em 1911 apresenta 68 fundamentos de administração científica, bem como trata da substituição dos métodos empíricos por métodos científicos no trabalho e sua padronização.

Em 1920 temos a criação do “Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico”, com a direção de Luderitz; em 1924 uma metodologia racional também já era utilizada por Roberto Mange quando da criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo; e em 1926 foi estabelecido um currículo padronizado para as oficinas, expresso na *Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*.

Voltando agora a “Biblioteca do Ensino Industrial” e sua divisão, temos os livros: Curso de encadernação vol. I e II, livros do aluno, que são parte da “Série D – Séries Didáticas para Oficinas”.

[...] O curso de Encadernação” contém a matéria básica para o preparo do encadernador. Assim, tem 39 tarefas ou exercícios a serem executados (Fôlhas de tarefa, cor amarela); contém estudo minucioso sôbre tôdas as operações necessárias à execução das tarefas (Fôlhas de Operação, cor de rosa, em número de 167), bem como informações minuciosas sobre as tarefas e operações em geral (Fôlhas de Informação, cor azul, em número de 40). Antes de cada tarefa, foi colocada uma folha branca, chamada “Fôlha de Estudo”, que tem duas finalidades: primeiro a de auxiliar na motivação da feitura da tarefa e do estudo das operações e da folha de informações: em segundo lugar, servem estas folhas para orientar e controlar a aprendizagem do aluno. Nestas quatro “Fôlhas”, denominadas folhas de instrução, está distribuída toda a matéria fundamental do curso [...]. (CBAI, 1950, p. 25)



Imagens dos “cortes do livro Curso de Encadernação” vol. I e II, fechado e aberto, mostrando sua divisão por blocos de cores

Sobre a metodologia do ensino industrial temos o livro: “*Metodologia do Ensino Industrial*” e este trata basicamente sobre “as exigências pedagógicas do trabalho de formação de professores para as escolas técnico-profissionais brasileiras e sobre os métodos de ensino, aplicáveis ao ensino industrial”.

E sobre a metodologia utilizada no SENAI para análise dos ofícios e produção de material didático, intitulada “Série Metódica”, temos o livro intitulado “Organização de Séries Metódicas”.

No livro, a divisão é dada por capítulos, no total 11, sendo que nos concentraremos no capítulo I - “Introdução” e “Apresentação”; somente para apontarmos sobre algumas informações que constam na publicação referente à definição da série metódica.

Porém mostraremos ao final do trabalho sua aplicação através de um exemplo, o que acredito, tornará mais claro seu entendimento.

Sobre a publicação, a “Apresentação” no livro trata da organização do ensino em bases racionais, através da metodização da aprendizagem, ou como o próprio autor diz:

[...] Esta se faz, principalmente, através das “Séries Metódicas de Aprendizagem”, que são formadas de um conjunto de tarefas ou projetos, a serem executadas pelos alunos, convenientemente ordenados e colocados numa sequência natural e progressiva. A “Série Metódica”, que deve conter as operações básicas do ofício, tem por fim: a) sistematizar a aprendizagem, com economia de esforço e tempo; b) auxiliar e orientar o professor na elaboração das aulas; c) levar o aluno a conduzir, por si mesmo, grande parte da aprendizagem; d) facilitar o controle objetivo da eficiência do ensino [...]. (BOLLINGER, E.; WEAVER, G., 1950, p.1)

O objetivo do livro, como é esclarecido no “Prefácio”, é o de auxiliar técnicos e professores do ensino industrial na escolha, em seus respectivos ofícios, dos assuntos a serem ensinados em um curso industrial e diz que:

[...] para a elaboração de uma série ao mesmo tempo ampla e concisa, isto é, compreendendo toda a matéria sem perder tempo com minúcias de pouca importância, é preciso analisar com cuidado o ofício que se vai ensinar. A fase da análise do ofício deve preocupar-se mais com a exatidão e amplitude dos assuntos do que com a forma de apresentação final. A análise é uma forma de pesquisa que não deve ser sacrificada pela falta de tempo que porventura possa ter o professor [...]. (BOLLINGER, E.; WEAVER, G., 1950, p.1)

No capítulo I, “Introdução”, os autores indicam que:

[...] O fim principal deste manual é auxiliar os professores de ofício a fazerem um inventário completo de todas as habilidades e conhecimentos relacionados com seus próprios ofícios e a classificá-los de acordo com a melhor sequência para o ensino, dentro de uma série de exercícios e tarefas destinadas ao ensino do ofício [...]. (BOLLINGER, E.; WEAVER, G., 1950, p.1)

E na definição do “Que é uma série metódica” os autores dizem:

[...] trata de usar o referido material dentro de uma sequência de operações bem planejadas, capaz de produzir o melhor trabalho, no menor espaço de tempo e com o menor desperdício de material. Ensinar é a mesma coisa [...]. (BOLLINGER, E.; WEAVER, G., 1950, p.1)

“A aplicação da série metódica”, será abordada a seguir, apresentando o livro “Curso de encadernação: guia do professor”, direcionado ao uso do professor, escrito por Anton Dakitsch e que explica como utilizar os livros “Curso de Encadernação”, vol. I e II, direcionados ao aprendizado dos alunos.

Para o curso de Tipografia e Encadernação ministrado pelo SENAI, foram desenvolvidos dois livros, utilizados pelos alunos durante o curso, sobre os quais já nos referimos. Além desses livros, foi preparado um guia direcionado ao professor do curso para aplicação das atividades.

No livro “Curso de Encadernação: Guia do Professor” consta a apresentação e 7 capítulos e na apresentação do livro, escrita por Francisco Montojos é esclarecido que o “folheto” se destina a orientar o professor na compreensão e no uso do “Curso de Encadernação”, organizado e publicado pela CBAI e diz que o folheto não dispensa o professor da metodologia do ensino, dos princípios de organização, direção das oficinas, da técnica de organização de séries metódicas e preparo do material de ensino e, ainda, da psicologia educacional.

Ainda na apresentação, é informado que os professores assistiram ao curso especial sobre análise do Ofício, com aplicação especial à encadernação, ministrado por Anton Dakitsch, que também se encarregou da organização do “Curso de Encadernação” e do preparo deste folheto, em colaboração com o pessoal técnico da CBAI.

Anton Dakitsch foi o técnico responsável pelo ofício da encadernação no SENAI. Era suíço e chegou ao Brasil na década de 1940, atendendo às necessidades do Brasil em relação ao ensino profissional. Foi trazido junto com outros professores suíços contratados pelo governo brasileiro, durante a gestão de Gustavo Capanema, que como já mencionado, foi nomeado para o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública em 1934. Um pouco antes da instauração do Estado Novo, Capanema reestruturou seu ministério (Lei 378, de 13 de janeiro de 1937). A palavra “Pública” foi suprimida e o ministério passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde. A Superintendência do Ensino Profissional foi extinta dando origem à Divisão do Ensino Industrial (a Divisão do Ensino Industrial integrou-se ao Departamento Nacional de Educação e ficou sob Direção de Francisco Montojos, antes responsável pela Superintendência).

Para falar sobre Anton Dakitsch nos valem as informações contidas no artigo produzido por Wania Manso de Almeida. (2014)

O mestre Anton Dakitsch nasceu em 1919 e faleceu em 1993, suíço naturalizado brasileiro, contratado em 1941 para atuar como mestre em encadernação na rede federal de ensino industrial. Almeida nos diz sobre ele:

[...] Ainda na Suíça, Anton Dakitsch diplomou-se mestre em encadernação em 1936, pela Escola de Artes Industriais de Berna, Kunstgewerbeschule, além de ter frequentado a Escola Superior de Artes, Kunstoberschule, de Zurique. Uma formação que se aplica às belas artes, às artes aplicadas, às artes gráficas, e incluía a pintura, serigrafia, encadernação de livros, cartonagem, douração de livros, a fabricação de entre outros ofícios [...]. (ALMEIDA, 2014, p.2)

A autora ainda diz em seu artigo sobre Dakitsch:

[...] No Brasil, como professor contratado para o exercício na rede federal de ensino profissional, Anton Dakitsch ensinou vários ofícios, encadernação e douração de livros, cartonagem, confecção de papel, técnicas de pintura, gravura em madeira e em metal. Como técnico especializado contratado pelo Ministério de Educação e Saúde (MES), teve uma importante atuação como autor de textos didáticos, editados pelo MES\MEC e CBAI – Comissão Brasileira-Americana de Ensino Industrial e pelo MEC\CNAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos e, ainda, pelo SENAI. Uma produção didática significativa, seja pela ampla circulação e pela abrangência dos conteúdos contemplados, seja por diversificar bases de referências disponíveis à época [...]. (ALMEIDA, 2014, p.3)

Em suas pesquisas Almeida (2014) trata da “busca de professores estrangeiros na Europa” e diz que:

[...] As primeiras iniciativas concretas para contratação de professores estrangeiros para atuar no ensino industrial ocorreram em 1936, por meio de contatos estabelecidos por Antônio de Sá Pereira com representações de governos europeus. Culminaram em 1941, com o professor Roberto Mange, catedrático da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, sendo indicado para contratar, na Europa, os profissionais necessários ao ensino de diferentes especialidades no Liceu Nacional [...]. (ALMEIDA, 2013, p. 74)

Sobre o guia do professor, onde no capítulo I. “A Encadernação e Seus Ramos”, Dakitsch contextualiza sobre o início da encadernação, remete a um período muito anterior à imprensa e separa a encadernação em 2 tipos, chamando-as de manual e industrial.

No capítulo II, “O ensino da Encadernação no Brasil”, o autor começa a escrever sobre o curso de encadernação do SENAI e diz:

[...] No ensino Industrial de nosso país, a encadernação faz parte do Curso de Tipografia e Encadernação. O aluno deste curso deverá estudar as seguintes especialidades do ofício: composição manual, composição mecânica, impressão, estereotipia, pautação, douração e encadernação, não contando o desenho técnico [...]. (CBAI, 1950, p. 17)

O curso completo de Tipografia e Encadernação organizado por Anton Dakitsch compreendia 2.112 horas de aulas práticas, sendo 259 destinadas para encadernação. porém neste momento abordaremos as “finalidades” do curso, descritas em seu guia, que são:

1. Desenvolver a habilidade motora dos alunos, levando-os a fazer trabalhos do ofício de encadernador com precisão, com acabamento, sem movimentos inúteis com economia de energia e tempo,

2. Desenvolver hábitos de ordem, de asseio, de planejamento, precaução e persistência na execução do trabalho,
3. Desenvolver e apurar o gosto artístico do aluno,
4. Treinar e habituar os alunos na execução de trabalhos em grupo,
5. Dar ao aluno conhecimentos teóricos sobre o ofício, seus métodos e processos de trabalho,
6. Desenvolver nos alunos uma atitude de autocrítica no planejamento e execução, julgamento dos trabalhos por eles próprios executados. (CBAI, 1950, p.18)

Para Dakitsch (1950), o curso pretende formar “Profissionais Completos”, não simples auxiliares, mas que conheçam todo o ofício em seus variados aspectos, e que na encadernação se encontram várias ocupações, mas com as horas dedicadas aos trabalhos nas oficinas e tendo em vista a idade dos alunos, que entram com cerca de 12 anos e com 15 ou 16 anos concluem o curso, eles deverão continuar o seu aprendizado.

Logo em seguida o autor apresenta a “série metódica de exercícios” e dedica cerca de uma página e meia para tratar do assunto, e ele diz que no ensino de um ofício o aluno aprende a fazer “alguma coisa”.

[...] A série metódica é um roteiro, um guia para o professor. Indica os pontos principais de seu ensino. O curso de encadernação é uma série didática para o ensino da encadernação no ensino industrial. Mas, além da seriação das tarefas que o aluno deve executar, mostra minuciosamente, como deve fazer as várias operações, e ainda, traz informações úteis a melhor compreensão das próprias operações e do ofício em geral. [...] (CBAI, 1950, p. 20)

No capítulo III “Organização do Curso de Encadernação”, são descritos os ramos que o curso abrange, que são 4 ramos diferentes da encadernação: Encadernação Industrial, Encadernação Manual, Encadernação de livro em branco e Douração por folha. O autor comenta que “*são estes os ramos de maior procura e que mais se desenvolveram na indústria do Brasil, segundo estudo feito de nossa indústria da Encadernação e segundo os professores e técnicos consultados pela CBAI*”.

Justificando serem estes os ramos de maior procura, o autor esclarece que no curso não estão incluídas todas as operações destes ramos, mas as fundamentais e necessárias ao conhecimento razoável do ofício.

Na “Análise do ofício e escolha das tarefas”, são delimitados os campos dos conhecimentos e hábitos motores a serem adquiridos no curso de encadernação e escolhidos os que o aluno deve saber fazer para se tornar um bom encadernador. Em relação aos 4 ramos

indicados, foi feita uma análise e estes foram decompostos em suas operações fundamentais com a indicação dos conhecimentos teóricos ligados a essas operações.

Para o curso de encadernação foram definidas 169 operações, que em seguida foram dispostas numa ordem conveniente para o ensino.

[...] No gráfico 2 temos as 169 operações colocadas em linha horizontal, na ordem crescente das dificuldades e de modo que as primeiras sirvam de base a execução das subsequentes. Foram escolhidos, em seguida, 39 trabalhos e tarefas, que estão na primeira coluna a esquerda do quadro de análise. Fazendo estes exercícios o aluno aprende as 169 operações fundamentais do ofício. Na seriação dessas tarefas, partiu-se da mais fácil – bloco de notas colado, para as mais difíceis. Estas tarefas constituem propriamente, a série metódica do ofício de encadernação [...]. (CBAI, 1950, p. 24)

ENCADERNAÇÃO
FÔLHA DE ANÁLISE
DO OFÍCIO

NOME DO TRABALHO A EXECUTAR

1. Bloco de notas, colado	
2. Bloco colado	
3. Folha colada com capa	
4. Capote simples	
5. Capote duplo	
6. Bracheta simples	
7. Bracheta com capa de cartolina	
8. Livro colado	
9. Livro colado com laço de papel	
10. Livro colado com capa de cartolina	
11. Livro colado com capa de papelão	
12. Bracheta simples	
13. Bracheta simples com laço	
14. Bracheta simples	
15. Encadernação "frase"	
16. Encadernação frase em "frase"	
17. Encadernação meio pano, capa alda	
18. Encadernação inteira de pano, capa alda	
19. Encadernação meio pano, capa encadada	
20. Encadernação inteira de pano, capa encadada	
21. Encadernação meio pano, capa alda	
22. Encadernação inteira de pano, capa alda	
23. Encadernação inteira de pano, capa alda	
24. Encadernação inteira de pano, capa alda	
25. Encadernação inteira de pano, capa alda	
26. Encadernação inteira de pano, capa alda	
27. Encadernação inteira de pano, capa alda	
28. Encadernação inteira de pano, capa alda	
29. Encadernação inteira de pano, capa alda	
30. Encadernação inteira de pano, capa alda	
31. Encadernação inteira de pano, capa alda	
32. Encadernação inteira de pano, capa alda	
33. Encadernação inteira de pano, capa alda	
34. Encadernação inteira de pano, capa alda	
35. Encadernação inteira de pano, capa alda	
36. Encadernação inteira de pano, capa alda	
37. Encadernação inteira de pano, capa alda	
38. Encadernação inteira de pano, capa alda	
39. Encadernação inteira de pano, capa alda	

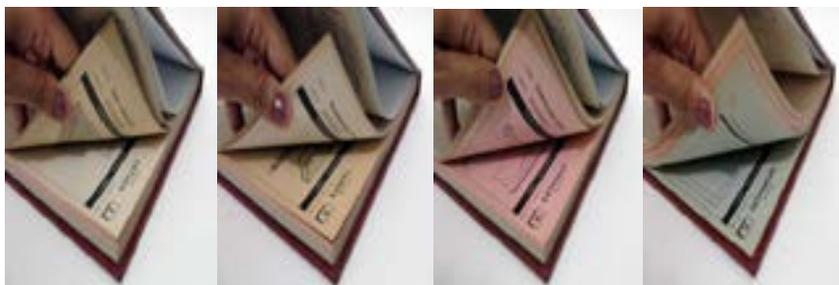
[...] Os quadradinhos do gráfico 2, inteiramente preenchidos com tinta preta significam que a operação apareceu pela 1ª vez na série; os preenchidos pela metade () indicam que a operação apareceu pela 2ª, 3ª ou mais vezes na série. Assim, por exemplo, a tarefa 7 – Brochura com capa de cartolina- tem uma operação nova (costurar com enlaçado no remate) e 9 operações repetidas ou já conhecidas [...]. (CBAI, 1950, p. 25)

A sequência pensada da tarefa simples para a mais complexa muitas vezes, ou a maioria das vezes, é necessária por levar em consideração alunos com diversas experiências e habilidades. Uma operação simples não significa que seja fácil de executar.

Em relação à “Organização da matéria”, o autor diz que o curso contém a matéria básica para o preparo do encadernador e que as 39 tarefas ou exercícios a serem executados contem estudo minucioso como já descrito no início deste capítulo.

No capítulo IV “Uso do Curso de Encadernação”, o autor nos apresenta um exemplo da boa aplicação do curso pelo professor e como usar o guia com o curso, e indicar aos alunos a leitura. Em seu livro o autor mostra dois exemplos de como usar o Curso de Encadernação e transcreveremos um deles na tentativa de esclarecer como se dá o uso.

A transcrição aqui apresentada encontra-se com o texto colorido na dissertação de mestrado da autora deste artigo, intitulada “Vestígios da tradição dos ofícios na indústria: o ensino da encadernação no Brasil até as séries metódicas do SENAI, nos anos 50”.



O recurso foi utilizado na dissertação para facilitar o entendimento e compreensão do texto para o leitor, porque cada bloco de Folhas compreende uma cor diferente no “Curso de encadernação”, vol. I e II. Segue exemplo:

Folha de tarefa: amarela

Folha de Operação: Rosa

Folha de Informação: azul

Folha de Estudo: branca

“A lição começa assim:

“MATERIAIS E FERRAMENTAS”

100 folhas de papel branco, 16 x 22,5 cm”

O referido papel, em quantidade suficiente, já o professor deverá ter cortado e separado, antes de iniciar a aula, fazendo, ato contínuo à leitura, a sua distribuição entre os alunos.

“Um pedaço de papelão, 16 x 22,5 cm”

Aos alunos será entregue o papelão, mas num formato maior para que possa falar do “Corte Econômico do material”.

“Uma tira de papel para guarnecer”

Esta também deverá ter tamanho pouco maior do que indicado.

“Faca de ponta, régua, esquadro e dobradeira”

Cada aluno põe essas ferramentas em cima da mesa. Quanto à guilhotina e cola quente, são coisas que existem em toda a oficina.

Prossegue a leitura.

OPERAÇÕES REFERÊNCIAS

1. Cortar um papelão do tamanho do papel do bloco e juntá-lo ao mesmo.....	OP.1	INF. 1
2. Cortar o lombo do bloco com a guilhotina.....	OP. 2	INF. 2
3. Colocar o bloco entre duas pranchetas, riscar o lombo com a faca de ponta.....	OP. 3	
4. Passar a cola rala no lombo.....	OP. 4	INF. 3
5. Guarnecer, cortar e colar uma tira de papel.....	OP. 5	
6. Depois de secar, aparar o bloco em três lados.....	OP. 6	INF. 4

Por esta ocasião, o professor passará à interpretação do desenho relativo à tarefa, servindo-se do quadro negro. A exemplificação é necessária para que o aluno se vá iniciando no desenho.

Abrir o livro na página cor de rosa. OP.1. O professor mandará um aluno ler o texto em voz alta. Em seguida, o professor fará a demonstração de ponto por ponto, prestando todos os esclarecimentos necessários. Quanto às explicações para esta lição, encontram-se na primeira página azul das Folhas de Informação, sob Inf. 1. O texto correspondente a essa informação deve, igualmente, ser lido em voz alta por um dos alunos.

Passemos agora à OP. 2 “Cortar o lombo (dorso) com a guilhotina”. Como no exercício anterior, o professor terá de demonstrar todos os pontos das operações, chamando a atenção dos alunos para as mais importantes. Por exemplo:

1. *Como arrumar as folhas*
2. *Como colocar o papel exatamente no esquadro*
3. *Como acertar o ponto do corte*
4. *Como apertar o prendedor*
5. *Como desligar a trava e movimentar a faca*
6. *Como dar o corte do papel*
7. *Como retirar o papel da guilhotina*

Já que se está lidando com a guilhotina, não deve o professor perder a oportunidade de referir-se aos perigos que se possam apresentar durante seu manejo. Desta operação faz parte também a Fôlha de Inf. 2. Os pontos mais importantes da presente tarefa são os de no 1 e 2.

Segue-se, então, a operação no 3 – *“Como riscar um bloco de folhas soltas”*. Depois de mandar ler todos os pontos, o professor fará as demonstrações práticas necessárias para a compreensão do assunto. Esta tarefa não tem folha de informação.

Seguem-se:

OP. 4 – *“Como passar cola no dorso”*. Mandar ler todos os pontos e demonstrar praticamente, fazendo o mesmo com relação à respectiva folha de Informação no 3.

OP. 5 – *“Como guarnecer”*. Mandar proceder à leitura, explicar ponto por ponto e fazer a demonstração. Esta operação não tem folha de informação.

OP. 6 – *“Como aparar um livro ou um bloco”*. Leitura e explicações como nos exercícios anteriores, seguidas das observações necessárias sobre:

1. *Como aparar a frente.*
2. *Como aparar o pé.*
3. *Como aparar a cabeça do livro ou do bloco.*

Demonstrar todos estes pontos na máquina. O presente exercício deverá ser ilustrado por meio de leitura na Informação no 4, especialmente da parte relativa à *“Operação de aparar o livro”*.

Nada mais se teria a dizer nem a mostrar após esta última tarefa, se não estivesse faltando ainda um pequeno reparo: a convicção de que o aprendiz realmente compreendeu tudo. Com o fim de verificar esta condição, previu-se mais uma folha complementar de cada tarefa – a Fôlha de estudo, a qual traz o mesmo número da respectiva folha de tarefa. Dá-se, pois, a folha de estudo ao aprendiz para que ele calmamente possa repassar a lição.

- AVISO AO ALUNO -

Quatro pontos que devem ser lembrados:

Cada tarefa deste curso é precedida de uma *“Fôlha de estudo”*. As instruções constantes das Fôlhas de estudo devem ser complementadas cuidadosamente. Elas ajudam a elucidar os objetivos e as operações de cada trabalho.

Não escreva nestas folhas. Use um bloco ou um caderno de notas.

Confira juntamente com o professor o estudo completado. Obtenha a permissão do professor para começar a executar o trabalho.

Trabalhe cuidadosamente e com boa vontade.

A folha de estudo contém uma indicação das operações que o aluno vai aprender, executando a tarefa, e também uma série de perguntas auxiliares que servem para verificar se o aluno compreendeu.

O aprendiz deverá escrever numa folha de papel as respostas às perguntas auxiliares. Se as respostas estiverem certas e o professor perceber que o aluno compreendeu, de fato, a matéria, deixará que este dê início à tarefa. Iniciada a execução da tarefa, o professor deverá assistir o aluno e ajudá-lo com sugestões e conselhos”.

Acreditamos que através da transcrição deste exemplo seja possível compreender na totalidade como se dá o uso do curso pelo professor para aplicação aos alunos, além da aplicação das séries metódicas.

Esperamos que a pesquisa sobre manuais possa contribuir para futuras pesquisas sobre métodos e metodologias desenvolvidas para o ensino dos ofícios no Brasil.

Referências

ALFONSO-GOLDFARB, Ana M. **O que é História da Ciência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ALMEIDA, Wania Manso. A contratação de professores suíços para o ensino industrial brasileiro: fragmentos de trajetórias docentes. **Revista Contemporânea de Educação** 8, nº 15 (jan.-jul. 2013). Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br>. Acesso em 01 jul. 2016.

ALMEIDA, Wania Manso. **A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos**. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Wania Manso. **Conhecendo o acervo bibliográfico do mestre Anton Dakitsch**.” Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe7/pdf/01>> Acesso em 01 jul. 2016.

AMORIM, Mário Lopes. Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da lei orgânica do ensino Industrial. **Hist. Educ. [Online]** Porto Alegre 17, nº 41 (set.-dez. 2013): 123-138. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/22920/pdf-f/>. Acesso em 01 jul. de 2016.

AMORIM, Mário Lopes. O surgimento da Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial – CBAI. **Revista História da Educação** 11, nº 23. 2007.

BELTRAN, Maria Helena Roxo. Divulgação de conhecimentos sobre as artes e sobre as ciências: os manuais práticos. In **Colóquio CESIMA** Ano X, org. José Luiz Goldfarb & Maria H. R. Beltran, 140-145. São Paulo, 2005.

BITTAR, M.; AMARILIO, F. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Educação** 17, São Carlos/SP, n. 51, p. 693-751, 2012.

BOLLINGER, E.; WEAVER, G. **Organização de Séries Metódicas**. Rio de Janeiro Ministério da Educação e Saúde; Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial, 1950.

BOLLINGER, E.; LIVINGSTONE, H. **Metodologia do Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial, 1962.

BOLOGNA, Ítalo. **Roberto Mange e Sua Obra**. Goiânia: UNIGRAF, 1980.

CBAI - COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL. **Curso de Encadernação. Biblioteca do Ensino Industrial**, 2 vols, série D. Brasília: MES; MEC; CBAI, 1949.

CBAI - COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL. **Curso de Encadernação: guia do professor**. Biblioteca do Ensino Industrial, série D. Brasília: MES; MEC; CBAI, 1950.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

ESAÚ, Manoel. **“O ensino profissional nos estabelecimentos de educação dos Salesianos.”** Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino Industrial no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

QUERIDO, Débora Maria Marcondes. **A implantação do Sistema Preventivo em São Paulo: a especificidade de sua aplicação no Liceu Coração de Jesus**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

QUERIDO, Débora Maria Marcondes. Interações entre a educação e a cidade: a implantação do Liceu Coração de Jesus na cidade de São Paulo. **Revista de Ciência da Educação da UNISAL**, nº 25 (2011), disponível em <http://www.revista.unisal.br/> (acessado em 01 de julho de 2016).

SENAI. **De homens e Máquinas**. 2 vols. São Paulo: SENAI, 1991.

TAYLOR, Frederic Winslow. **Princípios da Administração Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas 1970.

ESCOLA PROFISSIONAL MARIA RUTH JUNQUEIRA (1949-1960)

Silvete Aparecida Crippa Araújo
Universidade Federal do Paraná

Introdução

A presente pesquisa, inserida no eixo temático Espaços e práticas escolares, investigou a consolidação da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira¹, uma instituição que a princípio foi recomendada apenas para as mulheres. Esta investigação partiu dos vestígios indicadores dos primeiros sinais do interesse da Federação Espírita do Paraná - FEP² - em fundar uma escola profissional para moças, bem como observou as transformações e permanências dos cursos oferecidos. Essa pesquisa auxiliará como um contributo para o estudo sobre memória e história da educação profissional no Paraná. Embora a pesquisa se concentre em uma instituição religiosa é necessário ressaltar que as propostas educativas e para o trabalho refletiam costumes, ou seja, a circulação de ideias de uma época, sendo assim dificilmente foram apenas idealizações de caráter religioso.

Foram utilizados como fontes perscrutadas periódicos, espíritas e não espíritas, bem como outros documentos, entre eles os da "Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário e Escola Profissional Ruth Junqueira - 50 anos".

¹ Essa pesquisa é uma pequena parcela da tese de doutorado **A mulher entre a casa e a rua**: educação e trabalho feminino nos periódicos da Federação Espírita do Paraná (FEP), primeira metade do século XX, em desenvolvimento pela UFPR.

² Nessa pesquisa foi utilizada também a sigla FEP, para designar Federação Espírita do Paraná. Abreviatura também utilizada pela instituição.

Ao iniciar o período republicano a elite, intelectual e política, para manter a ordem e difundir a civilização, na proteção de seus monopólios, em especial o da mão-de-obra, apresentava, na defesa de seus interesses, condições para garantir a expansividade econômica e política do país, sendo assim, os grupos dirigentes forjaram instituições, copiaram outras, criaram um corpo de leis, esforçaram-se por difundir as “Luzes” à maneira das “Nações Civilizadas” e deram particular importância à organização da Instrução Pública e do ensino profissionalizante. O governo republicano, assumindo a responsabilidade de favorecer a igualdade de oportunidades e de preparar o povo para o progresso pela via do trabalho, utilizou a escola para inculcar tais valores, condutas e hábitos que, parafraseando Bresciani (1986, p. 17), difundiriam conhecimento sólido e útil, o que garantiria a divulgação daqueles princípios que sempre foram os mais seguros guias da conduta pessoal e a mais segura garantia da ordem pública.

A questão da preparação para o trabalho “agrícola e industrial por meio de uma educação técnica e científica”, foi de enorme relevância, pois este ensino além de auxiliar na formação da cidadania “funcionaria como instrumento para a modernização econômica do país” (SILVA, 2016, p. 26). É bom ressaltar que os debates e iniciativas em referência ao ensino para a formação profissional tenham iniciado ainda no Império³, tanto para homens como para as mulheres.

No final do séc. XIX e início do XX a atividade mais recomendada para a mulher da classe média era a de professora ou enfermeira, a qual era apresentada como vocação natural da mulher, um prolongamento de suas próprias atividades de mãe e dona de casa, ou uma forma de exercer maternagem simbólica⁴. Apesar desse direcionamento, muitas mulheres já estavam inseridas no campo de trabalho, atuando em diversas áreas, como na indústria, no comércio (lojista ou ambulante) e na agricultura, ou mesmo na própria casa, empreendendo atividades para manter ou ajudar no sustento da família. Em consequência da onda de modernização que tomava conta da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, o desejo de muitas mulheres por igualdade de direitos, pelo direito ao voto e ao trabalho foi se consolidando nessa “nova sociedade”, porém não sem resistências.

Muitos médicos e higienistas apontavam que o trabalho feminino fora de casa poderia levar a desagregação da família, as “que pertenciam à elite e as camadas médias estavam no centro dessas preocupações” (RAGO, 2004, p. 588). E as trabalhadoras

³ O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi inaugurado no ano de 1858 pela Sociedade Propagadora de Belas Artes com a finalidade de difundir a instrução artística e técnica das artes e dos ofícios industriais. Com propósito semelhante, liceus de artes e ofícios foram criados em outras províncias do Império a exemplo de Salvador, Recife, São Paulo, Maceió, Ouro Preto, Florianópolis, Serro (MG) e Manaus. (SILVA, 2016, p. 27).

⁴ Ideia de que toda mulher mãe ou não traz dentro de si um instinto materno, Maria Tereza Santos Cunha faz um estudo sobre os romances de M. Delly e apresenta as “condutas ideais” passadas através dos romances às jovens da época. (CUNHA, 1999, p. 127).

pobres? Essas cresceram trabalhando e precisavam continuar na labuta para poder sobreviver. Consideradas como ignorantes, irresponsáveis e incapazes, algumas instituições religiosas, com o auxílio do Estado, promoveram a educação intelectual e profissional dessas mulheres, a exemplo do Lar Icléa que desencadeou a consolidação da Escola Profissional Maria Ruth Junqueira.

Desenvolvimento

A historiografia da educação brasileira aponta que na virada do século XIX para o XX a participação da mulher das classes média e alta estava envolvida num contexto de trabalho estritamente privado, espaço reservado aos afazeres da casa ou a filantropia. Nesse período, as mulheres pobres, menos favorecidas social e economicamente, tinham maior autonomia: circulavam pelo espaço social público – fontes, lavadouros, ruas, praças. Muitas delas se dedicavam ao comércio ambulante, geralmente cuidavam das chamadas quitandas (pequenos comércios de biscoitos, bolos, doces...), eram igualmente lavadeiras, floristas, empregadas domésticas, costureiras ou bordadeiras (DIAS, 1984, p. 10-18; RAGO, 2004, p. 589). Em algumas décadas, mulheres pobres passariam a ser mão-de-obra barata para as novas fábricas que surgiriam no Brasil (BERTUCCI, 1997, p.158-166).

A figura da mulher como trabalhadora e participante ativa de um mercado de trabalho, era colocada perante a sociedade como a portadora de uma lógica de impotência social,⁵ ao homem era reservado o poder de pensar e de interferir no mercado de trabalho, porém, papel esse não designado a qualquer homem, mas somente aos que fossem representantes da elite política e intelectual, pois este homem se tornava “imprescindível para a imposição do próprio processo de trabalho, já que aos outros homens [estava] vetada a possibilidade desse saber”. (DECCA, 1984, p.14). Os obstáculos enfrentados pelas mulheres para participar do mundo dos negócios, de acordo com Rago (2004, p. 581), foram “sempre muito grandes, independentes da classe social a que pertenciam”.

O século XIX foi um período de grandes mudanças ideológicas, sociais, econômicas e políticas no ideário de grupos que pretendiam assumir o poder do Estado. Na educação brasileira este foi um século de grandes transformações, onde o ensino público, gratuito, laico e obrigatório tentou se estruturar e se efetivar, tendo em seu fundamento o interesse de fazer progredir a sociedade, principalmente através da industrialização, ou seja, da

⁵ O estabelecimento do mercado é também o estabelecimento de um dado registro do real, no qual os homens pensam e agem conforme determinadas ‘regras de jogo’. Assim, o mercado não só impõe aos homens determinadas tecnologias, como também impede que lhe seja possível pensar outras tecnologias. Daí falarmos em impotência social. (DECCA, 1984, p.12).

criação do sistema fabril⁶. No entanto, o século XX trouxe mudanças significativas para a condição feminina, sendo que nos países mais desenvolvidos, a mulher pode votar e reivindicar a imagem de uma nova mulher, ficando liberada do papel de estritamente embelezar a vida do marido e dos filhos, mesmo sofrendo oposições, muitas vezes das próprias mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX foi grande a participação de mulheres, em especial das trabalhadoras tecelãs e costureiras, nos movimentos grevistas, na luta por melhores condições de trabalho e valorização de mão de obra (RAGO, 2004, p. 585-587). Porém, até 1930 pouquíssimas mulheres chegaram aos cursos superiores, e muitas sequer conseguiram concluí-lo, geralmente preferiam as áreas de educação e humanidades. A elite intelectual, política e as religiões⁷ procuraram, no século XX, redefinir o papel das mulheres na sociedade que se urbanizava e se pautava nos moldes europeus, especialmente francês e inglês.

O trabalho feminino foi se associando basicamente às normas católicas de catequização e inculcação de valores morais. Segundo Brites (2004, p. 68), “Trabalho, progresso e modernidade para a Nação brasileira não podiam, desse ângulo, negligenciar a religiosidade, colocada como valor fundamental”. Esse ideal de modernidade expressava-se em Curitiba especialmente como interesse de políticos, empresários e comerciantes, os quais contavam com o auxílio das instituições religiosas para moldar o comportamento das mulheres, combater a pobreza e a indolência⁸, privilegiando e reforçando a importância da educação e do trabalho para a população, em especial para a classe mais carente economicamente. Tal apelo a valores religiosos não significou renunciar ao espaço político laico, expresso na tradição republicana. Católicos, protestantes e espíritas auxiliaram nessa empreitada com a intenção de salvar as almas através da educação e do trabalho, embora muitas vezes entrassem em conflito religioso, trabalhavam em prol da melhoria social.

O poder do trabalho como salvador e moralizador das crianças pobres das grandes cidades, sendo estas órfãs ou não, instituiu na escola a representação da forma mais eficaz “de se evitar os males da falta de educação e de formar serviçais fiéis e bons trabalhadores... seriam academias das crianças pobres e através delas as manufaturas e as fábricas seriam preenchidas com bons aprendizes que poderiam vir a se tornar excelentes mestres” (BRESCIANI, 1986, p. 17). O trabalho precisava ser incorporado nas mentes do povo como

⁶ O sistema fabril introduz determinantes que lhe são inerentes, não importando que esse sistema se desenvolva num ambiente capitalista ou em outro qualquer, pois ele traz em seu bojo todas as implicações relacionadas à hierarquia, disciplina e controle do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que se dá uma separação crucial: a produção de saberes técnicos totalmente alheia àquele que participa do processo de trabalho. (DECCA, 1984, p.38).

⁷ Pelo Censo de 1890, dos 14.333.915 habitantes do Brasil, 98% afirmavam pertencer à religião Católica romana, 1% ao Protestantismo e 1% pertenciam a outras religiões como: Ortodoxa, Positivista, Israelita, Espíritas, entre outras (**Recenseamento Geral do Brasil** – série Nacional, 1950, p. 1 - quadros).

⁸ O discurso moralizante representava as ideias de uma classe dominante, as quais atingiam a sociedade como um todo. Esse ideal se desenvolveu “através de um persistente e minucioso trabalho de introjção de novas normas e valores [...]” (DECCA, 1995, p. 17).

ofício nobre, que trazia crescimento interior e social. Era necessário desvincular a ideia de trabalho com a escravidão e inferioridade. De acordo com Louro (2004, p. 447) havia uma preocupação em afastar do conceito de trabalho “toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo a ordem e progresso [fato que] levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares”; estas deveriam ser educadas e, conseqüentemente, educar os novos trabalhadores do país.

O trabalho como condição para acabar com a pobreza era discurso recorrente nas décadas iniciais do século XX, resultante da mentalidade que preconizava que uma sociedade deveria ser moderna, “tornar o homem pobre um homem produtivo”, e este deveria “trabalhar para prover o seu sustento, a fim de não ser uma carga para a nação” (BRESCIANI, 1992, p. 80-83). Uma vez que os homens, os quais dependiam da caridade ou dos furtos para sobreviver, eram muitas vezes vistos como aqueles que se aproveitavam do trabalho de outros e se tornavam dessa forma um “ônus vital” para a sociedade. No Brasil, a relevância do trabalho como fator necessário para ajudar a sanar a pobreza e o ócio, a fim de engrandecer a pátria, teve forte eco. No Paraná a Federação Espírita igualmente inculcava em seus seguidores o ideal de educação moral e intelectual, tendo no trabalho o sustentáculo do progresso.

Segundo Conceição (2012, p. 25), a ideia de sanear, urbanizar e higienizar as cidades, bem como a de educar e disciplinar os corpos, interferindo “nas práticas e costumes da população”, principalmente dos desocupados, dos pobres e desordeiros, por meio do trabalho, ganhava força no Paraná, e as religiões davam respaldo a essas ideias. Em 1917 vislumbrou-se o poema “Vida e Morte” de Elmira Lima⁹ na **Revista de Espiritualismo**, órgão da Federação espírita:

A vida é curta jornada
Que vai de um berço a entrada
Da campa aberta ao chão,
Trabalhos, lutas, canseiras, são variadas maneiras
De atingir a perfeição! [...]
(**Revista de Espiritualismo**, 04/1917, p.62)

Esse poema, destacado na revista da FEP, traduzia a forma de pensamento que fazia eco na cidade de Curitiba, uma mulher espírita ajudava a alardear sobre a importância do trabalho como costume moderno para atingir a perfeição e inevitável para os habitantes do Paraná, em especial para os que vagueavam pelas ruas da capital

⁹ Elmira Ribeiro Lima (1904 (?) -1955) nasceu em Manaus (AM), mas viveu em Belém, no Pará. Ativista política, feminista, jornalista e poetisa. Casada com Arquimino de Lima, convertem-se ao espiritismo, fundando o Centro Espírita Caminheiros do Bem, usando seus talentos para a propagação da doutrina, sem, no entanto, abandonar a luta pela causa feminista.

como: as prostitutas¹⁰, os bêbados, os vadios, os mendigos e ainda os falsos mendigos (contraventores¹¹). Políticos, empresários e comerciantes contavam com o auxílio das instituições religiosas no combate a pobreza e a indolência¹² e reforçavam a importância de educação e trabalho para a população, em especial para a classe mais carente. Os discursos na defesa do trabalho tinham como pressuposto a ordem e o progresso atrelados, entre outros, a limpeza das ruas e praças, encaminhando os mendicantes e desocupados para instituições assistencialistas que lhes orientassem a viver de maneira civilizada, nas quais lhes era inculcada a importância da vida laboriosa.

Essas entidades assistencialistas, segundo Kuhlmann Jr. (2004, p.65), seriam um “conjunto das medidas preconizadas não como direito do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrassem mais subservientes” e teriam como função “disciplinar os pobres e trabalhadores”. As instituições filantrópicas, que deveriam ter apoio e parceria com Estado foram consideradas, em parte, a resolução dos problemas sociais da cidade, pois atenderiam as crianças e jovens bem como preparariam o homem para o trabalho fora de casa e a mulher para trabalhar bem no lar, na condição de boa esposa e mãe, ou fora de casa se fosse necessário, porém com atividades apropriadas a sua condição feminina.

Em 1906 a FEP solicitou à Câmara Municipal de Curitiba, por intermédio do político e jornalista Romário Martins, um terreno para construir um “edifício para o seu funcionamento” (A Doutrina, set/1906, p. 116). A Câmara Municipal aceitou o pedido e em sessão solene realizada em 4 de julho de 1906, oficializou o ato em que foi cedido um terreno a Federação, situado a Praça do Observatório, no Alto São Francisco, próximo a praça Tiradentes, local central da Capital. No primeiro projeto da sede da FEP, elaborado em 1906 e que ficou parcialmente no papel devido seu alto custo, constava entre outros itens:

[...] uma escola gratuita, onde haverá uma ou mais oficinas de aprendizagem, onde existirá uma biblioteca pública e um salão de leitura, onde será mantida uma enfermaria para tratamento de doentes [...] onde finalmente se realizarão as conferências públicas. Ali na Praça do Observatório [...] (A Doutrina, set./1906, p. 116-118).

¹⁰ A prostituta foi representada por várias imagens. Desde o final do século XIX lhe atribuíram características de independência, liberdade e poder, passando a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas. Figura pública por excelência que comercializava o próprio corpo como desejava e simbolizava um problema público, o lado negativo do progresso.

¹¹ Pelo primeiro Código Penal Republicano (Decreto de n.847 de 11 de outubro de 1890), ficou estabelecido que mendigos, ébrios e vadios tornavam-se ‘contraventores’. Considerados com comportamentos antissociais ou de parasitismo social, pois denotavam a negação do trabalho. Contudo vadios e mendigos já apareciam como preocupação para o país desde o Código Penal de 1830.

¹² O discurso moralizante representava as ideias de uma classe dominante, as quais atingiam a sociedade como um todo. Esse ideal se desenvolveu “através de um persistente e minucioso trabalho de introyecção de novas normas e valores [...]” (DECCA, 1995, p. 17).

O projeto de uma escola gratuita deveria ser entendido, conforme Cunha (2005, p. 24), como “uma pedagogia tanto preventiva quanto corretiva” e a formação para o trabalho por meio do ensino profissionalizante compunha esse ideal. A importância dedicada à educação e ao trabalho era tema corrente na doutrina espírita kardecista, entretanto, a escola que foi inaugurada no novo prédio da Federação em 1907, depois do projeto de edificação da sede da FEP ser revisto, foi uma escola primária diurna, sem perspectiva de curso profissionalizante. Apesar disso, a preocupação com a educação profissional dos “mais necessitados” continuou.

Em março de 1918, através do texto da Revista de Espiritualismo, verificou-se um indício da preocupação com a educação da mulher para o trabalho:

[...] É dever da sociedade; encarada do ponto de vista da sua organização político-administrativa, coibir a prostituição, não tanto pelos meios violentos e coercitivos que a prática tem demonstrado inútil, mas pela educação moral e instrução profissional das menores decaídas [...] Quanto à mulher maior, e sobre a qual não mais se exerçam nenhum poder, compete ao estado agir no sentido de melhorar-lhe as condições, pondo ao alcance da mesma os recursos para sua reabilitação. (*Revista de Espiritualismo*, 03/1918, p.54).

É relevante perceber que relacionada à educação moral, a educação feminina com vias ao trabalho fez parte de um discurso regenerador da sociedade, também divulgado pela FEP. A ideia primeira para a profissionalização das mulheres tinha como fim retirar algumas jovens e adultas da situação “humilhante de pária social”, segundo a Federação. A FEP delegava ao Estado tal responsabilidade, contudo, guiada pelo ideal de que “fora da caridade não há salvação”, também se colocou como responsável em auxiliar as mulheres, de baixa renda, na melhoria de sua situação moral e financeira, através da educação para o trabalho.

Em decorrência desse ideal de formação feminina para o trabalho, verificou-se que na Ata de 22 de janeiro de 1920, a direção e conselheiros, em assembleia na Federação Espírita do Paraná, aceitaram o pedido do secretário geral Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, para criar em Curitiba o Instituto Profissional Anália Franco¹³. Esse Instituto deveria atender a infância e a velhice desamparada, onde seriam instaladas oficinas de modo a permitir que a “educação moral, intelectual, física e profissional, tanto para os órfãos como para os menores cujos pais queiram confiá-los ao instituto” (ATAS, 2002, p. 28). Vale ressaltar que, entre 1914 e 1920, a exportação do mate, uma das principais riquezas econômicas do

¹³ Anália Emília Franco (1856-1919) foi espírita, professora normalista, escritora, filiada ao Partido Republicano. Na cidade de São Paulo, em 1901, junto a um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, fundou uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância: a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para escolas chamadas maternas e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher.

Paraná até início do século XX, teve grande queda nas exportações, elevando o número de desempregados e agravando a ociosidade na Capital principalmente, situação que mobilizou políticos e religiosos.

Os pobres e os desajustados causavam muita preocupação, tema presente nos discursos médico-sanitário, policial e religioso da época. Provavelmente também preocupação da FEP, especialmente com as crianças, mulheres e idosos pobres, incidindo no projeto do Instituto Profissional Anália Franco. No entanto, devido aos gastos efetuados para a consolidação do Albergue Noturno, esse projeto foi relegado para outro momento. No campo da assistência e da educação, os espíritas em muitas cidades do Brasil, “tornaram-se parceiros do poder público” (AZEVEDO, 2010, p. 297). E, neste caso, a opção da FEP foi pelo assistencialismo.

Em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, a tentativa de resolver a deficiência educativa da população resultou na ideia de propagação das escolas profissionalizantes, sobretudo de escolas noturnas¹⁴ e dos cursos comerciais. A escola noturna de instrução primária teve como intuito inicial abrigar o sexo masculino, porém foram aceitos como alunos, “além dos homens adultos, meninos a partir de oito anos de idade e cativos; com o passar do tempo ingressaram as mulheres” (TRINDADE; PRADO, 2011, p. 240).

Em 2 de abril de 1938, Lins de Vasconcellos novamente propõe a criação de uma Escola Profissional Feminina e a direção e o conselho da FEP aprovaram tal iniciativa. Todavia, mais uma vez, em virtude dos gastos dispendidos, desta vez, na construção do Sanatório Espírita, o projeto foi abandonado. Em 1940 Curitiba contava com uma população de 142.185 habitantes, porém, a prosperidade conseguida no comércio e na indústria aliadas ao aumento da população no período trouxeram, juntamente, transtornos sociais: como uma maior presença de pessoas desocupadas fazendo com que as autoridades se preocupassem. A medicina higiênica apontava que a pessoa quando trabalhava passava a ser um alicerce para a nação, uma conduta social adequada como sustentáculo do modelo de saúde e prosperidade local. Freitas (2011, p. 24) afirma que desde o “período colonial até meados do século XX, [o ensino profissional] visava o atendimento das classes pobres, legando ao sistema educacional profissional um plano assistencial que apontava para a ocupação e/ou regeneração dos desfavorecidos através do trabalho”.

A Federação, possivelmente com o fim de educar para civilizar os mais carentes, retomou o projeto de educar e profissionalizar¹⁵ as mulheres da camada popular de Curitiba com a inauguração do Lar Icléa, que ocorreu em abril de 1949, na nova sede da FEP, na Rua

¹⁴ Em 01 de fevereiro de 1913 passou a funcionar na Federação uma escola noturna, das 7h às 9h30, na sede no alto de São Francisco, aceitando alunos adultos e menores de mais de 12 anos de idade.

¹⁵ No entanto, visualizar o ensino profissional como apenas restrito às mulheres pobres é muito arriscado, já que se incorreria numa explicação generalizada acerca da figura feminina profissionalizada. Nesse sentido, torna-se necessário compreender que não é possível traçar um único perfil que identifique de maneira uniforme as mulheres, especialmente aquelas que desfrutavam desse ensino de orientação útil ao mundo do trabalho e que posteriormente adentravam aos postos de trabalho. (FREITAS, 2011, p. 24).

Saldanha Marinho, 570, na região central de Curitiba. O Lar Icléa¹⁶ tinha como objetivo atender e amparar as meninas órfãs ou carentes e a necessidade de “bem preparar” as abrigadas para a vida em sociedade e, além do atendimento assistencial, elas eram preparadas para o trabalho através das aulas de artesanatos, administradas pela professora voluntária Maria Ruth Junqueira. As práticas de assistência à infância deflagradas no Paraná convergiam com o discurso “modernista” do século XX de promover a civilização através da educação intelectual e com vistas ao trabalho.



Figura1 - Prédio que abrigou o Lar Icléa
Fonte: Memória da FEP no seu centenário, 2002

As aulas de artesanato se destinavam a desenvolver nas meninas e moças do asilo habilidades em prendas domésticas, os cursos oferecidos eram: artesanato, bordado a mão e a máquina, corte e costura, crochê, tricô, manicure. (Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário, 2002, p. 21). Tais atividades de aprendizagem acabaram se desdobrando na organização em 1954 da “Escola de Aprendizagem de Trabalhos Manuais do Lar Icléa” a qual passou a atender, além das moças asiladas, outras da comunidade e também as mães das crianças que tinham os filhos matriculados na creche Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, igualmente mantida pela FEP desde 1951 e funcionando em prédio anexo. (Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário, 2002, p. 19-20).

¹⁶ No final da década de 1970 o Lar Icléa foi desativado e passou a abrigar a pré-escola do Colégio Lins de Vasconcellos. (Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário, 2002, p. 19).

Em 1954, no periódico Mundo Espírita mantido pela FEP, foi colocado um recado para as mulheres em forma de poesia sobre a necessidade do trabalho com as mãos:

[...] Ara, semeia, tece, afaga e ajuda ...
Mãos no trabalho são a prece muda
De vosso coração, vencendo espaços ...
E, aprendendo com Cristo, ante o futuro,
Tuas mãos como servas do amor puro,
São estrelas fulgindo nos teus braços.
(Mundo Espírita, 30/12/1954, p. 3)

A valorização do trabalho foi sempre reforçada pela Federação. A escola de aprendizagem proporcionou às alunas, além dos cursos já desenvolvidos para as órfãs do Lar Icléa, os cursos de: arte culinária, macramê¹⁷, frivolidé¹⁸, tecelagem, artes aplicadas, trabalhos artísticos, flores, pintura em tela e tecido, português, matemática, datilografia e mecanografia. Professoras pagas pela Secretaria de Educação e Cultura partilharam no ensino dos cursos disponibilizados, os quais designavam certificados pela Secretaria do Estado aos participantes. Algumas das atividades oferecidas proporcionavam à mulher conseguir trabalhar sem sair de casa, outras, por sua vez, possibilitavam-lhe trabalhar na indústria ou no comércio. Os cursos funcionavam no horário da tarde das 13h às 17h, de segunda a sexta. (Memória da FEP no seu centenário, 2002, p. 21; Mundo Espírita, 01/12/2013, p. 1).

O interesse em investir no ensino profissional poderia denotar duas pretensões de naturezas distintas: ora ideológica conservadora, ora ideológica progressista, as quais, respectivamente, poderiam ser vistas como instrumento de controle social, em que a ocupação e a civilidade substituiriam o ócio e da desordem, ou, compreendidas enquanto ferramenta impulsionadora do “desenvolvimento das forças produtivas, agregando e propagando os princípios do progresso, da democracia e da civilização para dentro das indústrias”. (FREITAS, 2011, p. 47).

A Escola de Aprendizagem de Trabalhos Manuais do Lar Icléa em 1956 teve suas portas fechadas, em decorrência da retirada das professoras da Escola pelo governo do Estado, transferindo-as do centro da cidade para cursos nos bairros. Em 1956 foi também o ano do falecimento da professora Maria Ruth Junqueira, a qual deu impulso aos cursos de artesanato e profissionalizantes. Porém, em 1959 a FEP retomou o projeto da escola profissionalizante e, com apoio do governo do Estado, em 29 de setembro de 1960 conseguiu a licença para continuar o funcionamento gratuito da escola profissionalizante

¹⁷ O Macramê é uma técnica de tecer fios, a qual não utiliza nenhum tipo de maquinaria ou ferramenta. É uma forma de tecelagem manual.

¹⁸ É uma técnica de produzir renda que consiste em uma sequência de nós e picôs que formam círculos ou semicírculos.

para mulheres que passou a ser chamada “Escola Profissional Maria Ruth Junqueira”, em homenagem àquela que muito colaborou no ideal de profissionalizar as jovens. (Memória da FEP no seu centenário, 2002, p. 20).

Também no ano de 1960, em outubro, a Federação assinou novo convênio com o governo do Estado, o qual novamente disponibilizou professores para a escola profissionalizante, ficando a cargo da FEP providenciar as instalações, infraestrutura, equipamentos e os materiais utilizados nas aulas.



Figura 2 – Curso de Confeiteira

Fonte: Memória da FEP no seu centenário, 2002

Os cursos iniciais nessa nova tentativa de institucionalização de uma escola profissionalizante foram: artesanato, tricô, costura, pintura e confeitaria, todos gratuitos e muito mais relacionadas ao universo feminino. Freitas afirma que:

[...] costurar ou bordar para fora, ou até mesmo habilitar-se para cuidar bem do seu lar não revelam nada inovador no que tange a representação da mulher no universo do trabalho. No entanto, podemos entender essas atividades como um primeiro passo oportunizado às mulheres, a fim de encorajá-las a prosseguir mais autonomamente na organização de suas vidas produtivas. (FREITAS, 2011, p. 117).

As diretoras da “Escola Profissional Maria Ruth Junqueira”, as senhoras Maria de Lourdes Sperancetta Pinto e Elvira Marchesini Vaz, fizeram diversas campanhas em prol de doações para manter a escola profissional. No final do ano de 1961 foram 122 alunas as que receberam certificados de conclusão de curso e, nos anos posteriores, novos cursos foram sendo incorporados em acordo com as necessidades locais.



Figura 3 – Curso de corte e costura

Fonte: Memória da FEP no seu centenário, 2002

Em 1978 foi elaborado um programa intensivo de preparação de mão de obra do Estado do Paraná, em parceria com a escola profissional da Federação, e foram acrescentados os cursos de: datilografia, auxiliar de escritório, modista, costureiro, manicure, padeiro e confeitiro, ao final de 1978 foram atendidos 617 alunos. De acordo com os vestígios encontrados até 2009 a escola atendeu 167.078 alunos (Escola Profissional Maria Ruth Junqueira, set/1990, p. 22-23; Mundo Espírita, 01/12/2013, p. 1). Atualmente, a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira mantém convênio com a Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba e são ministrados mais de 30 cursos para a comunidade, atendendo ambos os sexos.

Considerações finais

Essa pesquisa buscou compreender a trajetória e as contribuições da Escola Profissional Feminina da FEP na formação da mulher curitibana desde os primeiros anos do século XX até a década de 1960, porém, quando necessário ampliou-se esses limites temporais. Entretanto, apesar da memória construída da instituição em alguns momentos parecer ligar de maneira direta e linear a Escola de Aprendizagem a Escola Profissional, o percurso que resultou da criação de uma escola profissional feminina na Federação foi longo e plural. Certamente a Escola Profissional Maria Ruth Junqueira e as primeiras tentativas da FEP de profissionalizar a mulher foram importantes para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Curitiba, pois através da qualificação e da certificação dos cursos foi propiciado a muitas mulheres a ampliação do seu campo de atividades, seguido da valorização de sua força de trabalho. O tema sobre a profissionalização da mulher e a relação com as ideias da religião espírita precisam ser ainda mais aprofundados e discutidos em razão da memória suscitada sobre os espaços e práticas educativos viabilizados através das Federações espíritas no Brasil.

Referências

- AZEVEDO, A. R. de. Os espíritas e Anália Franco. **Cadernos de História da Educação**. V. 9, n.2, jul./dez. 2010, p. 293-307.
- BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo, 1891-1925. Campinas: Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BRESCIANI, M. S. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6 nº 11, p. 7-44, set, 1985/fev1986.
- Brites, O. **Infância, trabalho e educação: a revista sesinho (1947/1960)**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- CONCEIÇÃO, S. Y. Z. **Educando Mulheres, vendendo saúde: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920**. Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de História e Historiografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CUNHA, M. T. S. **Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- DECCA, E. S. de. **O nascimento das fábricas**. 2.ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.
- DIAS, M. O. L. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1984.
- FREITAS, D. G. **Entre ofícios e prendas domésticas: a escola profissional feminina de Curitiba (1917 –1974)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de História da Educação, Universidade Federal do

Paraná. Curitiba, 2011.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M.D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 443-481.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. del (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editor Contexto, 2004, p. 578-605.

SILVA, C. M. N. da. Organização do ensino profissional primário em Minas Gerais: em defesa da educação popular. **RBHE (Rev. bras. hist. Educ.)**, Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 23-49, abril/junho 2016.

TRINDADE, E. M.; PRADO, E. M. O ensino profissional feminino na cidade de Curitiba no despontar do século XX. **História social**. n. 21, p. 237-251, segundo semestre de 2011.

Fontes primárias

A Doutrina, Curitiba, setembro de 1906, p. 116.

Atas da Federação Espírita do Paraná (1902-1907). Transcrição, 2002.

Escola Profissional Maria Ruth Junqueira. Curitiba: FEP, setembro de 1990.

Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário (1902-2002). Curitiba: FEP, 2002.

Mundo Espírita, Curitiba, 30 de dezembro de 1954, p. 3.

Mundo Espírita, Curitiba, 01 de dezembro de 2013, p. 1.

Revista de Espiritualismo, Curitiba, abril de 1917, p.62.

Revista de Espiritualismo, Curitiba, março de 1918, p.54.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO IFMA CAMPUS CODÓ: APRENDIZAGENS, MEMÓRIAS E AFETOS

Eliane de Sousa Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Maranhão – Campus Codó

Introdução

Lembranças merecem ser desveladas por envolverem vivências que envolvem experiências representativas, muitas vezes de significados presentes na memória. Dessa maneira, buscou-se relacionar o ensino e a aprendizagem às memórias afetivas das várias facetas do processo, em um resgate da memória de acadêmicos que aprendem, apreendem e partilham conhecimentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Codó, entre 2013-2016.

Não é preciso ler Jacques Le Goff (2006), Pierre Nora (1993), dentre outros estudiosos da memória, para que se dê conta da importância da memória e das identidades, por serem enunciadores de modos de viver, passados e atuais que, no seu conjunto, constituem a memória individual e social/coletiva e revelam as identidades, de certo modo, os significados, os “lugares de memória”, para lembrar a expressão utilizada por Pierre Nora (NORA, 1993), pelo fato de que as aprendizagens vivenciadas no Campus Codó constituem-se, de certo modo, de lugares de memórias àqueles que ali participam do processo formativo.

Dito isso, volta-se para a pesquisa em foco, que tem como objeto de estudo a educação profissional e tecnológica, com o título “*Educação profissional no Ifma Campus Codó: aprendizagens, memórias e afetos*”, cujo objetivo foi o de analisar, através de relatos de acadêmicos dos cursos das licenciaturas em Ciências Agrárias, Matemática e Química, de que forma o Campus é/foi potencializador de aprendizagens significativas em suas vidas.

O problema de investigação que emergiu foi o de saber que vivências, aprendizagens, afetos e memórias o Campus proporciona [ou tem proporcionado] ou aos acadêmi-

cos nos aspectos educacional, profissional, social e/ou pessoal. O pressuposto inicial era o de que o Campus, ao ser “convocado” a inserir-se na educação profissional e tecnológica no ano de 2010, e ao ter suas primeiras turmas de licenciaturas concluídas em 2014, tem proporcionado à comunidade acadêmica para além de formação profissional de qualidade, posto que suas memórias inserem-se na história da Instituição.

O objetivo que norteou a pesquisa foi o de analisar, a partir dos sujeitos da pesquisa, de que forma o Ifma Campus Codó contribui [contribuiu] para suas aprendizagens, tendo como base suas memórias e experiências acadêmico-profissionais.

As categorias aprendizagens, memórias e afetos foram fundamentais na discussão, na medida em que atuam de maneira ativa ou coadjuvante no processo educacional. Para transitar por esses conceitos fez-se uma opção teórica que se insere na perspectiva da história cultural, que se caracteriza pela abertura do campo da história para uma multiplicidade de sentidos e interpretações, principalmente com a ampliação de temas e fontes. A pesquisa reflete, ainda, sobre educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, foi possível identificar que o Ifma Campus Codó apresenta-se como lugar de aprendizagens, memórias e afetos para os sujeitos participantes da pesquisa.

Este artigo está organizado em 6 itens: no primeiro, *Notas introdutórias*, é o espaço em que foram feitas as considerações iniciais do estudo em pauta; o segundo item propôs algumas reflexões e olhares *Sobre educação profissional e tecnológica*, com ênfase para a legislação vigente e no âmbito das escolas agrotécnicas; *Um ponto de partida: aprendizagens, memórias e afetos na educação profissional do Ifma Campus Codó* traz à tona as categorias *memória, afeto, identidade*. Como quarto item tem-se as *Contações de memórias das aprendizagens no Campus Codó: caminhos da pesquisa*, apresenta o quadro metodológico trilhado na construção do estudo; no item *Contações de memórias das aprendizagens no Campus Codó: (Re)Construindo o memorar*, a proposta foi trazer à tona os dados e discussão sobre a pesquisa; e, *À guisa de conclusão*, foram apresentadas as percepções da pesquisa diante da proposta inicial de investigar, a partir dos atores da pesquisa, de que forma o Ifma Campus Codó contribui/contribuiu para suas aprendizagens, a partir de suas memórias afetivas.

Assim, reforça-se os importantes e estratégicos pontos da pesquisa realizada, trazendo reflexões com vistas a fornecer subsídios à futuras investigações sobre a educação profissional e tecnológica ofertada no Ifma Campus Codó.

Sobre educação profissional e tecnológica

A educação profissional detém o maior dos poderes, o poder de transformar (FREIRE apud CABRAL, 2009, p. 30).

A epígrafe que inicia essa seção mostra o potencial da educação profissional. De fato, as décadas finais do século XX apontaram para uma intensificação de estudos voltados para a educação profissional e tecnológica, fruto de movimentos sociais que, dentre

outros aspectos, exigia mudança no *status quo* da realidade educacional brasileira, que precisava [precisa] adequar-se às novas demandas sociais. Em outras palavras, uma sociedade plúrima, de direitos e deveres, conforme expressa a Carta Magna vigente (BRASIL, 1988), sociedade esta que o Campus Codó se propôs, qual seja o de *qualificar* na perspectiva de transformar a realidade local e circunvizinha.

Nesse esforço, destaca-se como importante as décadas de 1980 e 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/06, e legislações posteriores, que deram outras dimensões à educação, com ênfase também aos cursos superiores de tecnologia, ao reconhecer o papel da educação profissional e sua articulação com as diferentes formas de educação, voltadas para o trabalho, a ciência e a tecnologia, na perspectiva de levar ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e garantir o direito à aquisição de competências profissionais e habilidades em setores diversos que utilizam novas tecnologias.

Por educação profissional, Fernanda Mello Demai a define como sendo a “formação nos níveis de educação básica, técnica e tecnológica que visa à constituição de conhecimentos técnico-científicos, competências e habilidades para o trabalho” (DEMAI, 2011, p. 73).

Nesse contexto, cabe pensar a educação profissional e tecnológica remetendo-a imediatamente para o campo da produção das identidades, seja nacional, regional, local. Enfatiza-se que ela já estava expressa na LDB nº 9.394/06 (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008):

Art. 39º. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

1º - Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

De educação profissional técnica de nível médio;

De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Nesse propósito, aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S) foram dadas novas institucionalidades para a educação profissional e tecnológica, já na primeira década do século XXI, com sua transformação em Institutos Federais.

Sobre educação profissional e tecnológica, Juliana Favretto e Cleide Fátima Moretto a considera como se constituindo em

uma gama de processos educativos, de formação e de treinamento em instituições e modalidades variadas, que contemplam a formação técnica do estudante, tanto em nível médio quanto superior, por meio de cursos ofertados tanto por instituições formais de ensino, como por organizações patronais que compõem o sistema “S”, organizações sindicais, comunitárias ou não governamentais (FAVRETTO; MORETTO, 2013, p. 408).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), nasceu por meio da lei nº 11.892/08, a partir da rede formada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades (ETV). Assim, o IFMA – Campus Codó “nasceu” da Escola Agrotécnica Federal e está localizada no município de Codó, estado do Maranhão.

No tocante aos cursos de formação de professores, a escolha pela oferta de cursos da área da chamada “Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias”, teve por objetivo atender às demandas locais, bem como contribuir para amenizar a carência de profissionais habilitados neste campo do conhecimento na região.

Um ponto de partida: aprendizagens, memórias e afetos na educação profissional do Ifma Campus Codó

Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim *'affetare'*, quer dizer 'ir atrás'. É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado (ALVES, 2002, p. 6).

A voz afetiva e poética de Rubem Alves enlaça um momento importante de reflexão sobre aprendizagens, memórias e afetos. Experimentar as vivências afetivas no campo educacional exigem a revisão de conceitos como identidade, memória, mesmo que brevemente, aqui apenas para conceituá-las, haja vista, para o escopo deste trabalho, a dificuldade em tratar da questão dada sua complexidade.

A preservação das memórias da educação profissional e tecnológica, com ênfase para o Campus Codó, surge como uma necessidade no momento da constituição de uma sociedade profundamente presenteísta, de caráter liquefeito, fluido e volátil, próprias da contemporaneidade (BAUMAN, 2005; HOBBSAWN, 1995) e se constitui em um dos traços mais explícito da singularidade da modernidade.

Assim, ao considerar a memória como componente importante do processo de ensino e aprendizagem, chama-se a atenção para a relação entre memórias e afetos no ato de ensinar e aprender, por se constituírem em categorias fundamentais desta pesquisa.

Tem-se a afetividade como uma condição importante nas relações. E no ambiente de uma instituição de ensino ela se apresenta de significativa importância ao contribuir para que o processo de ensinar e aprender ocorra de forma efetiva, ao se compreender que professor e aluno se complementam, transmitindo e recebendo conhecimentos, ouvindo um ao outro, assim estabelecendo a reciprocidade da ação de troca de aprendizagens, saberes, fazeres e afetos.

Para Eliane Almeida (2008), a memória busca instrumentos que lhe permitam evocar um fazer humano que possa revelar a tridimensionalidade do tempo, consagrando-o entre o passado, o presente e o futuro. Essa relação ganha contornos diferenciados conforme a temporalidade e as intenções que a intermediam, servindo como suporte para a conformação de identidades e, nas palavras de João Carlos Tadesco (2004, p. 56), ela “é sempre uma reconstrução psíquica e intelectual, porém seletiva do passado, de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. É, pois, constituída de lembranças (pessoas, trabalhos, aprendizagens, desafios, conquistas, perdas, criações) que fazem parte do cotidiano presente e passado.

Nas trilhas reflexivas de Tadesco, compreende-se que a memória é construção, não resgate, haja vista o passado ser construído no presente, trabalhado no aqui e no agora e, por isso mesmo importante se faz compreendermos as subjetividades dos sujeitos desta pesquisa.

Assim, a memória passa a ser considerada também como suporte da identidade. Isso porque na busca pela identificação com o grupo social no qual se encontra inserido, as pessoas recorrem a ela (memória), na tentativa de dar sentido à sua história e às suas origens. De fato, Wilton Garcia argumenta que “a noção de identidade equaciona-se na exterioridade do objeto corpóreo, vinculada aos argumentos e aos traços identitários do sujeito” (GARCIA, 2003, p. 31).

Desse modo, as identidades produzidas nas falas dos atores-sujeitos desta pesquisa, têm por base as memórias advindas das práticas vividas e experienciadas no Campus Codó, ao longo de seu processo formativo.

Contações de memórias das aprendizagens no Campus Codó: caminhos da pesquisa

Para trazer ao cenário a discussão das “*Contações de memórias das aprendizagens no Campus Codó*”, na perspectiva de (re)construir identidades e memórias dos atores participantes da pesquisa, foi proposto como método de pesquisa, a história oral, com alunos dos cursos de licenciaturas em Ciências Agrárias, Matemática e Química do Ifma Campus Codó.

Do universo dos acadêmicos, optou-se pelos alunos matriculados no 7º período (cerca de 40 alunos), pela facilidade do contato. Ao ter como universo de pesquisa esse público definiu-se por uma amostra aleatória não-intencional, a quem foi enviado via

e-mail termo de consentimento livre e esclarecido de participação na pesquisa e roteiro de questionário semiaberto.

A opção pela abordagem qualitativa foi por considerá-la de caráter multimetodológica, ao possibilitar o uso de uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de construção de dados (observação, questionário, entrevista). A quantidade de participantes não foi foco principal, por ser compreender que não era a quantidade que iria definir o encerramento das análises, mas o nível de saturação das informações obtidas, também conhecida como “técnica da bola de neve”, tendo como método de procedimento a análise do conteúdo.

O objetivo amplo da análise é procurar sentidos e compreensão. O que é realmente falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente. [...] Em termos práticos, a análise e interpretação exigem tempo e esforço e não existe aqui um método que seja o melhor. Na essência, elas implicam na imersão do próprio pesquisador no corpus do texto (GASKEL, 2003, p. 85).

Esta pesquisa é caracterizada como descritivo-explicativa, com abordagem eminentemente qualitativa. O meio de obtenção dos dados iniciou-se com a revisão da literatura sobre o estado da arte das categorias de pesquisa (educação profissional e tecnológica, memória, identidade, afeto), para, em seguida, proceder à pesquisa de campo, momento em que foi possível obter as percepções dos participantes sobre o assunto em pauta.

Após retorno do contato via *e-mail*, com aceitação [e autorização, através do termo de consentimento livre e esclarecido], e resposta ao questionário inicial¹, de característica semi-aberto, ocorreu o contato direto, momento em que foram aprofundadas algumas questões.

Contações de memórias das aprendizagens no Campus Codó: (Re)Construindo o memorar

Para compor os dados da pesquisa foram definidas algumas categorias para sistematização e análise dos dados: (1) perfil pessoal; (2) educação profissional; (3) aprendizagem, memórias e afetos.

¹ 18 alunos deram retorno, disponibilizando-se a participar da pesquisa.

A tabela 1 mostra o perfil pessoal dos atores participantes da pesquisa, com informações sobre gênero, faixa etária.

Tabela 1: Gênero e faixa etária

Gênero	Quantidade	%
Masculino	11	61
Feminino	7	39
Total	18	100
Faixa etária	Alunos	Total
Até 26 anos	15	83
Até 35 anos	2	11
Acima de 35 anos	1	6
Total	18	100

Fonte: Pesquisa direta, 2016

A tabela 1 mostra dados importantes, com destaque para o gênero masculino (61%). Vale ressaltar que o Campus Codó oferta cursos na área das Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias, consideradas ainda por muitos como predominantemente cursos voltados para o gênero masculino. No entanto, deve-se enfatizar um percentual significativo de mulheres ingressando em cursos tidos como “de homens” (39%).

A faixa etária também é considerada como dado importante. Percebe-se, cada vez mais, os jovens ingressando nas graduações (83%). Não menos importante é o percentual daqueles que contradizem a logística e procuram qualificar-se (17%).

No tocante ao Curso, a tabela 2 mostra:

Tabela 2 – Curso

Curso	Quantidade	%
Licenciatura em Ciências Agrárias	05	28
Licenciatura em Matemática	08	44
Licenciatura em Química	05	28
Total	18	100

Fonte: Pesquisa direta, 2016

Quando perguntados sobre as motivações que os levaram ao ingressarem no Curso, a tabela 3 mostra os seguintes dados:

Tabela 3 – Ingresso nos Cursos do Ifma

Motivações do ingresso nos cursos do Ifma	Quantidade	%
Oportunidades de emprego/Qualificação profissional	09	50
Indicação de amigos	02	11
Afinidade/aptidão com a área	02	11
Falta de condições financeiras para cursar outras áreas	05	28
Total	18	100

Fonte: Pesquisa direta, 2016

A escolha por um curso ocorre, na maioria das vezes, pelo valor econômico-social que ele representa, pelo status profissional, qual seja o de retorno financeiro, concorrência e viabilidade do trabalho (50%). Em outras palavras, nem sempre o graduando apresenta forte identificação com o curso de sua escolha ou com as pretensões a respeito do futuro. Chama a atenção um outro dado importante, o percentual de 28%, que disse estar na área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias por falta de recursos financeiros: “Falta de condição financeira para cursar engenharia aeronáutica” (Depoimento de Licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016). Vale ressaltar que na cidade de Codó, além do Ifma, funcionam os Campi da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - atua na área das Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Ciências Biológicas.

É reconhecida as oportunidades que o Campus oferece (no âmbito local, regional e nacional), com participação efetivas em eventos (Congressos, Seminários, Fóruns, dentre outros). Sobre as oportunidades, nos dizeres dos entrevistados, destacam-se algumas falas:

[...] os congressos, encontros e eventos diversos, em vários outros estados do Brasil (Depoimento de Licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Tive a oportunidade de participar de vários eventos locais e em outros estados (Depoimento de Licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

De fato, o Campus Codó abre espaço significativo no sentido de oportunizar a participação de todos em eventos, na ampliação de conhecimentos nas diversas áreas que atua, conforme propõe a nova educação profissional, ao deslocar o foco do trabalho educacional do ensinar para o *aprender a ser, aprender a aprender, aprender a fazer*.

A Instituição nos oportuniza a participação em eventos diversos. Dentre muitos me oportunizou participar das várias versões do Seminário de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão (SEPPIE), da Mostra de Iniciação Científica (Moicien), do Fórum das Graduações (Forgrad), Encontro Nacional das Licenciaturas (Enalic), só para citar alguns (Depoimento de Licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Desse modo, tais participações têm contribuído na formação do profissional, haja vista, em suas palavras:

Contribuíram de forma positiva, melhorando o aprendizado e de certa forma 'abrindo um leque' de oportunidades para conhecer novos lugares, outras instituições de ensino, outras metodologias de aprendizado e ensino (Depoimento de Licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Uma das maiores contribuições foi a troca de experiência entre os discentes e docentes relacionado aos temas abordados em todos os eventos (Depoimento de Licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

Possibilitou que eu conhecesse novas linhas de pesquisa pelo Brasil afora, abrindo um leque maior de possibilidades, uma vez que conheci novas formas de se iniciar uma pesquisa dentro da instituição (Depoimento de Licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

Particpei da Mostra de Iniciação Científica, do CONNEPI e do Fórum das Graduações. Tivemos também nossas viagens técnicas (Depoimento de Licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Na formação acadêmica adquire-se um conjunto de saberes técnicos, teóricos e práticos referentes à profissionalidade futura.

No tocante às contribuições do Curso na prática profissional, assim se posicionaram:

Uma das importantes contribuições do curso no Ifma é a inclusão na sala de aula através do Pibid [Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência], onde podemos observar metodologias do professor, adquirir experiências, competências e de certa forma ministrar aulas com a supervisão do professor (Depoimento de Licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Experiências prática de disciplinas específicas do curso. E a participação em projeto de iniciação à docência trouxe-me mais experiência em sala de aula (Depoimento de Licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

Contribuiu para minha formação profissional e pessoal, uma vez que a instituição possibilita a interação dos alunos com os profissionais e setores participantes do Campus. Além do mais, a notória contribuição nos que diz respeito aos incentivos para a formação continuada (Depoimento de Licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

Das práticas de formação decorrentes tem-se evidenciado um rico laboratório de trocas de saberes e experiências entre docente e discente, haja vista a formação se dá pela vivência no trabalho docente cotidiano e pela reflexão do próprio docente sobre essa prática.

A maioria dos participantes deste estudo ainda não exerce a função docente². No entanto, uma prática ainda frequente em pequenos municípios é a contratação de profissionais não habilitados para ministrar aulas. Não obstante, em tom efusivo um licenciando resume suas pretensões profissionais:

Exerço a atividade sem remuneração no momento, mas darei continuidade quando me formar (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Um ponto importante era saber de que forma (ou como) o Ifma Campus Codó se manifestou nas vidas dos pesquisados:

O Ifma se tornou a minha segunda casa. Um lugar muito importante que tem contribuído para a minha formação acadêmica e profissional (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Através de amigos (Depoimento de licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

A política econômica desastrosa dos últimos anos destruiu várias atividades empreendedoras inclusive a minha, fazer pizzas. Sem alternativas fui obrigado a me reciclar e adquirir conhecimentos novos (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Pela estrutura e possibilidade de vencer as dificuldades advindas do ensino público, uma vez que o Campus poderia e está me garantindo uma formação de qualidade, ainda que tenha muito para melhorar (Depoimento de licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 determina no Art. 62: A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Os fatores são diversos. No entanto, o foco principal é a busca de qualificar-se para que, assim, possa inserir-se no mercado de trabalho.

Sobre os aspectos nos quais o Ifma contribui/u em suas aprendizagens

Pelo fomento e incentivo a pesquisa, bem a participação em eventos realizados pela instituição e dos outros (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Saber lidar com nossas qualidades e defeitos, e principalmente saber que errar faz parte do aprendizado (Depoimento de licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

Aprendizagens em várias áreas de conhecimento, como em cálculos, conhecimentos em ciências, física e na própria química (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Profissionalismo e compromisso (Depoimento de licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

A principal foi o incentivo a produção científica e formação continuada (Depoimento de licenciando em Matemática, Ifma Campus Codó, 2016).

O Campus é como se fosse organismo vivo. E esse organismo é composto por setores que estão diretamente ligados, se um dos setores não desempenhar bem sua função, as demais funções serão comprometidas (Depoimento de licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

Na inquietude em descobrir até que ponto as memórias vivenciadas em sua formação no Campus Codó, foi criador de identidades, contribuindo para aproximar as pessoas, encontrou-se na memória dos atores participantes desta pesquisa, o pretexto para muitas histórias, algumas pessoais e outras coletivas, porque partilhadas, e que suscitaram questões, deram respostas, definiram objetivos e prioridades.

No Ifma Campus Codó, a memória das aprendizagens e significações históricas carrega recordações do que ali se passa/ou e foi/é vivido/vivenciado. Essa memória se torna frequente a ponto de manter as lembranças vivas, e servirem como suporte físico retratado em suas histórias, como nos depoimentos em destaque:

Várias memórias podem ser descritas, mais toda vez que eu pensar no curso quando concluir, com certeza pensarei nas reuniões em finais de semana na casa de amigos para responder trabalhos, realizar relatórios ou até mesmo estudar para disciplinas de maior complexidade (Depoimento de licenciando em Química, Ifma Campus Codó, 2016).

Afeto dos professores, aprendizagem sobre as variadas áreas da agricultura da área animal (Depoimento de licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

Quando penso no curso, sempre me lembro das aulas práticas, onde podemos por em prática os conhecimentos obtidos em sala de aula, mas também me lembro da diversão que era ir para essas aulas. Também guardo boas lembranças das visitas técnicas, pois além de ter sido momentos de aprendizados, também nos proporcionou uma aproximação maior com nossos colegas e professores (Depoimento de licenciando em Ciências Agrárias, Ifma Campus Codó, 2016).

Para Jacques Le Goff “a memória é um elemento essencial do que costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade hoje” (LE GOFF, 2006, p. 410). Assim, a memória se concretiza no registro mental do acontecido que pode adquirir materialidade ou não, e que é transmitido de geração a geração, moldando, a partir daí, a identidade de um povo.

Vale dizer que a afetividade no ambiente educacional contribui para o processo ensino-aprendizagem por se considerar que o professor não apenas transmite conhecimentos, mas ouve seus alunos assim estabelecendo trocas, trocas essas permeados de afetos.

Assim, a memória passa a ser considerada também como suporte da identidade. Na busca pela identificação com o grupo social no qual encontra-se inserido, os indivíduos recorrem à ela (memória) na tentativa de dar sentido às suas histórias. Portanto, na relação de ensino e aprendizagem, pode-se afirmar que o afeto faz ou pode causar a formação de estruturas cognitivas, haja vista o aspecto afetivo ter profunda influência no desenvolvimento intelectual. O afeto, pois, se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou inteligência. E é responsável pela ativação da atividade intelectual.

Na conjuntura das aprendizagens, qualquer elemento pode desencadear um sentimento particular de relação de familiaridade, o que já se torna positivo. Por isso, entende-se que os acadêmicos do Ifma Campus Codó estão produzindo a memória e a história do lugar onde (con)vivem intensamente nesse período de formação e, claro, ali constroem, além de aprendizagens, sentimentos diversos, constituindo-se em um lugar de relações sociais que suporta os efeitos de sentidos do lugar. O lugar, em outras palavras, é onde o acontecimento advém e configura, marca, afeta e que, para Marc Augé, “se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” (AUGÉ, 2008, p. 73).

À guisa de conclusão

Este estudo evidenciou que a percepção dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas (Ciências Agrárias, Matemática e Química) do Ifma Campus Codó caminha para o desenvolvimento da autonomia profissional e afetiva, ao refletir sobre sua prática pedagógica, sobre os contextos nos quais ela está inserida e sobre as condições nas quais ela ocorre.

Os resultados revelaram a construção de saberes construídos nas relações de memórias, aprendizagens e afetos, por meio de experiências individuais e coletivas, bem como a necessidade de compartilhar estas experiências.

A manifestação de laços afetivos com a Instituição é demonstrada no orgulho de ter o Campus como lugar de aprendizagens, enunciando a importância da Instituição em seu processo formativo. As vozes aparecem repletas de referências à suas próprias histórias de vida e à eleição do Campus como espaço carregado de lembranças, revelando a apropriação desse lugar como “lugar de memórias”.

Considera-se que esse estudo trouxe contribuições significativas, por apontar caminhos afetivos para o Campus Codó, que sirvam de parâmetro para pesquisas futuras. Traz contribuições não só para o meio acadêmico, como também pode fomentar ações que tragam reflexões sobre aprendizagens, memórias e afetos. Além disso, a pesquisa poderá contribuir na elaboração de outras investigações, que podem recair em pesquisas mais restritivas, como formação docente, aprendizagens, saberes, nas mais variadas modalidades de ensino que o Campus oferece. Esses estudos são relevantes na medida em que consistem na apreensão da percepção dos sujeitos sociais sobre o Instituto, enriquecendo o corpo teórico sobre as aprendizagens, memórias e afetos.

Na investigação foi detectada a importância, orgulho e afetividade que os sujeitos pesquisados conferem ao papel da Instituição em sua formação. Contudo, é preciso deixar claro que, mudando as variáveis determinadas pela pesquisadora, como grupo de entrevistados, procedimentos de construção de dados e enfoque teórico, outras inferências podem ser feitas, mas isso não desqualifica o trabalho realizado.

Referências

ALMEIDA, E. S. **O patrimônio edificado do Centro Histórico de Caxias-MA como lugar de memória: entre a materialidade e a imaterialidade.** Dissertação. UPFI: Teresina: 2008.

ALVES, R. A arte de produzir fome. In: **Folha de São Paulo**, 29/10/2002. Disponível em <http://goo.gl/JWB870>. Acesso em 06 jun. 2016.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008 – (Coleção Travessia do Século).

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008** (altera dispositivos da Lei nº 9.394/96). Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CABRAL, S. de M. **Redes sociais e compartilhamento do conhecimento**: o caso do Centro Tecnológico do Agreste de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

DEMAI, F. M. O currículo escolar em educação profissional e a formação de parcerias: experiências e tendências do Centro Paula Souza. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (Org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

FAVRETTO, J.; MORETTO, C. F. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. In: **Revista de Educação & Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 123, p. 407-424, abr.-jun. 2013.

GARCIA, W. A cultura midiática: perspectivas contemporâneas. In: NOJOSA, U.; GARCIA, W. (Orgs.). **Comunicação & tecnologia**. São Paulo: U.N. Nojosa, 2003, pp. 29-41.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOBBSAWM, E. **A era das evoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et. al. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, pp. 7-28.

TEDESCO, J. C. **As cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: Editora UFP, 2004.

A IMPORTÂNCIA E O SIGNIFICADO DA ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL DE JAÚ (SP) AO LONGO DAS ÚLTIMAS SETE DÉCADAS

Solange Maria Caçador¹. Lauriberto de Jesus Bertoni Junior^{1,2}

1.Escola Técnica Estadual Joaquim Ferreira do Amaral. 2.Universidade Federal de São Carlos

Introdução

A Escola Técnica Estadual (Etec) Joaquim Ferreira do Amaral, fundada em 1942, foi edificada sob a égide desenvolvimentista do início do século XX, cujo cenário nacional se mostrou favorável à consolidação da vida urbana, ancorada pela indústria que passou a se fazer forte e presente em muitas cidades, entre elas, Jaú, na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo. A sua fundação se atrelou a necessidade de formação qualificada de profissionais para a eminente industrialização presente na cidade, possibilitando acesso à formação de muitos que não tinham acesso ao ensino disponível neste momento histórico.

Levando em consideração tal contextualização é possível mencionar que a Etec Jaú, unidade escolar 070 da rede de escolas técnicas do Centro Paula Souza, começou a ser pensada em 1928, pelo seu patrono Joaquim Ferreira do Amaral, com o intuito de formar pessoas capacitadas a atuarem nas indústrias que estavam em expansão nesta década, especialmente na cidade, que se encontrava em ascendente processo de urbanização. A escola atendia e atende não só alunos da cidade de Jaú como também da sua macro região, onde, por conta de todo seu histórico de formação, atualmente ainda é conhecida "Escola Industrial". Necessário destacar que a instituição passou por várias mudanças de nome, assim como no atendimento aos alunos, articulando-se os decretos federais e estaduais.

A Etec contribui para formar, informar e disseminar conhecimento técnico e pedagógico ao longo das últimas sete décadas, especialmente entre aqueles das classes mais

populares. A escola, atualmente, além de sua unidade sede, participa do plano de expansão das escolas técnicas, inclusive nas cidades Bariri, Dois Córregos e Itapuú, encontrando-se perfeitamente integrada ao novo currículo e sistemática dos cursos técnicos, contando, aproximadamente, com um mil e trezentos alunos, provenientes de quinze cidades da região, consolidando as ideias de seu patrono. Mediante tais aspectos o objetivo principal do projeto de historiografia é descrever a trajetória da Etec Joaquim Ferreira do Amaral, através de fontes disponíveis na unidade escolar e também na cidade, de modo a identificar, sistematizar e organizar as fontes, fotos e bens patrimoniais que fizeram e fazem parte da história da escola, a fim de que os alunos, funcionários, docentes e a comunidade em geral, possam compartilhar, entender e conhecer a escola.

Realizar tal estudo tem como justificativa possibilitar que a história da mesma não seja esquecida, sobretudo pela grande representação que teve no passado e de sua grande contribuição na formação do aluno atualmente, condição que a faz ter um grande papel, não somente para a cidade de Jaú, mas para as diversas cidades do entorno a que atende, formando profissionais técnicos qualificados e cidadãos atuantes no meio social que integram.

A Etec Joaquim Ferreira do Amaral é uma das mais importantes escolas da região onde está inserida, porém, a população mais jovem desconhece sua história de sucesso e sua trajetória. Resgatar sua história irá proporcionar que a comunidade tenha sempre presente e de fácil acesso tais realizações, haja vista que a mesma vem cumprindo ao longo das décadas significativo papel, representando grupos, valorizando seu entorno, disseminando cultura e preparando os alunos para o mundo do trabalho, condições fundamentais para o desenvolvimento de todo seu entorno.

A escola atingiu um grau de reconhecimento dos municípios e empresas, as quais buscam nos seus alunos e egressos profissionais preparados para os desafios contemporâneos, graças ao conhecimento e toda formação técnica e pedagógica dos mesmos, graças ao empenho e qualificação do corpo docente, assim como sua história de sucesso. A cada mudança ou alteração de nome ou na forma de atendimento de sua clientela, houve uma atualização no conhecimento técnico, tecnológico e pedagógico nos seus doze cursos técnicos, além do Ensino Médio e Ensino Técnico Integrado ao Médio, responsáveis por atenderem às necessidades do momento histórico, pois todas estas mudanças priorizam o que o mercado industrial e de serviços buscam, não só agora, mas ao longo destas sete décadas.

Metodologia

A realização do presente estudo foi possível mediante a utilização de diversas ferramentas de pesquisa, assim como variadas fontes de consulta, tornando-se possível articular o referencial e dar cunho científico à pesquisa. Para tanto, inicialmente foi necessário o levantamento de materiais impressos e digitais, responsáveis por compor a revisão bibliográfica, utilizados como citações diretas e paráfrases, possibilitando, como tal, realizar uma

sondagem inicial das pesquisas anteriores, tanto sobre o papel das instituições de ensino brasileiras como da Etec Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú/SP.

Para que o levantamento inicial fosse possível, as pesquisas se concentram na internet, em sites como SciELO e Google Acadêmico, utilizando como descritores: Educação, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Etec Jaú, Joaquim Ferreira do Amaral. Além disso, as pesquisas ocorreram nas bibliotecas das Faculdades Integradas de Jaú e na Universidade Federal de São Carlos.

No que concerne aos materiais propriamente ditos, estes são compostos por revistas e artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de cursos, jornais, sites especializados, sendo que os mesmos foram utilizados na íntegra, capítulos, trechos ou apenas como fonte de consulta.

Além disso, a consulta às obras “Instituições escolares: por que e como pesquisar”, de Nosella e Buffa (2009), e “A escola profissional de São Carlos”, de Buffa e Nosella (1998) foram extremamente significativas, haja vista que a primeira, como o próprio título sugere, traz norte de por que e como pesquisar instituições de ensino; a segunda, por sua vez, por meio da história da escola profissional de São Carlos, fornece subsídios para o levantamento de dados, pelas características de ambas instituições.

Em um segundo momento, a pesquisa se concentrou na Unidade de estudo e no Museu Municipal de Jaú, levantando documentação, fotografias, assim como se utilizando de entrevistas e materiais disponíveis para desvendar o cenário e verificar a representação da Etec Jaú, não somente para a cidade, mas para toda a região nas últimas sete décadas.

A realização do levantamento bibliográfico e pesquisa em campo ocorrem entre os meses de setembro de 2015 e abril de 2016.

Para a realização do estudo foram necessários diversos recursos, tanto humanos quanto materiais. Quanto aos recursos humanos destacam-se funcionários, docentes, alunos e comunidade que frequentam ou frequentaram a Etec Jaú, responsáveis por relatarem experiências e vivências na Unidade e na sociedade, os quais ocorreram de forma voluntária. No que se refere aos recursos materiais destacam-se, além da bibliografia destacada, jornais locais e regionais, fotografias, gravações em áudio e vídeo, assim como documentação pertinente.

Para tanto, o estudo articulou o referencial teórico com as observações na referida escola técnica estadual, confrontando teoria e prática, responsável pelo levantamento histórico da mesma.

Etec Jaú: história e desdobramentos

A Escola Técnica do Governo de São Paulo Joaquim Ferreira do Amaral, Etec Jaú tem sua história atrelada ao desenvolvimento da cidade de Jaú, cujo papel ao longo das últimas sete décadas é formar o aluno com qualidade para que este tenha condições pedagógicas, técnicas e tecnológicas para integrar o mercado de trabalho.

[...] a ETEC “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú/SP tem uma contribuição ímpar não somente para a cidade, mas para toda a região, responsável por formar, informar e disseminar conhecimento técnico e tecnológico ao longo das últimas sete décadas. Sob tais perspectivas, analisar a importância, o significado e os desdobramentos da ETEC Jaú se mostra como significativa, haja vista que, além do resgate histórico da Unidade, permite desvendar o que a mesma representou no momento de sua edificação e qual seu significado no contexto atual. (BERTONI JUNIOR, 2015, p. 72).

Como verificado no site institucional da Unidade (ETEC JAÚ, 2016), assim como no levantamento documental realizado por Cerini e Roscani (1992), a história da escola é marcada por uma viagem internacional realizada por seu patrono no ano de 1928, o qual, movido pelo desejo e empenho, o próspero fazendeiro e autodidata, Joaquim Ferreira do Amaral (1851-1941) observou que na França as crianças não ficavam ociosas nas ruas, inclusive as das classes trabalhadoras, mas se profissionalizando em escolas. Diante do cenário verificado, Joaquim Ferreira do Amaral teve a ideia de oferecer em Jaú, interior do Estado de São Paulo, uma escola com características semelhantes e a mesma finalidade, atendendo, sobretudo, jovens das classes mais populares, qualificando-os para o trabalho através do oferecimento de cursos técnicos.

Vale ressaltar que o momento era bastante propício, uma vez que o Brasil se encontrava em acentuado processo de modernização e industrialização, cujas leis educacionais convergiam para a formação de Escolas Industriais, assim como a própria cidade de Jaú que também caminhava para tal processo, cuja urbanização já era evidente desde a década de 1910, ideias estas compartilhadas por Vieira (2010).

Diante deste cenário desenvolvimentista, o ideário de Joaquim Ferreira do Amaral foi concluído no ano de 1942, quando a edificação da escola foi finalizada e as atividades tiveram início, como verificado nos estudos realizados por Ferreira (1953). Contudo, seu patrono não pode ver seu sonho concluído, pois faleceu no ano anterior, mas a escola vem cumprindo, ao longo das décadas aquilo que se propôs, formando jovens para o mercado de trabalho, com qualidade, dedicação, colaboração da comunidade e Educação de qualidade.

Levando os aspectos acima em consideração é possível destacar a relevância de se estudar as instituições de ensino, sobretudo aquelas com uma história latente em seu contexto, pois, como destacam Werle et al. (2007, p. 148) tal perspectiva “[...] pode ser considerada uma abordagem que fomenta, no campo da história da educação, uma renovação

metodológica e teórica ao instigar trabalhos que discutem as relações dialéticas entre o universal e o particular”.

Na mesma vertente Nosella e Buffa (2005, p. 4) apresentam que “[...] os estudos de instituições escolares representam, hoje, um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da História da Educação”, na medida em que são responsáveis por privilegiarem a cultura escolar, a qual não se limita exclusivamente à sua materialidade, mas aos diversos aspectos que a cercam, incluindo procedimentos, métodos, técnicas, cultura e representações do contexto.

Dando andamento aos levantamentos históricos, como verificado em Etec Jaú (2016), no ano de 1928 foi lançada a pedra fundamental e, em 1939, foi criada, através do Decreto nº 9988 a “Escola Profissional Secundária Mista Joaquim Ferreira do Amaral”, concretizando seus projetos.

A consolidação do projeto ocorreu em 1942, passando a funcionar a 1ª série Vocacional, oferecendo cursos industriais básicos de Fundição, Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Corte e Costura. No ano de 1943 a escola passou a se chamar “Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral”, e em 1951 passou a ser denominada como “Escola Técnica Joaquim Ferreira do Amaral” (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Fachada da Escola Técnica “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú na década de 1950

Fonte: Acervo da Etec Jaú, em 2016



Figura 2 - Fachada da ETEC “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú em 2016

Fonte: Acervo dos autores, em 2016

Ainda segundo Etec Jaú (2016), na década de 1960 foram criados os cursos noturnos de Torneiros e Ajustadores Mecânicos devido à grande procura desses profissionais no mercado de trabalho local, regional e mesmo estadual. Neste mesmo período a escola passou a se chamar “Ginásio Industrial Estadual Joaquim Ferreira do Amaral”, oferecendo ensino de 5ª a 8ª séries do então primeiro grau. Aplicando a Lei Estadual nº 6.052, de 03 de fevereiro de 1961, decorrente da Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, foi realizada a primeira reunião Ordinária do Conselho de Professores da Escola Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú.

Segundo Cerini e Roscani (1992), a importância da escola extrapolou o ensino, expandindo-se nas atividades esportivas e culturais, sendo que, em 1962 a escola conquistou dois troféus em 8 de junho, um contra a PRG-7 (rádio local) e outro contra o Instituto de Educação Estadual “Caetano Lourenço de Camargo” – Jaú. Em 26 de setembro de 1965 a escola obteve o 3º lugar no concurso de fanfarras em São Paulo.

No ano de 1966 foi autorizado o curso de Arte Culinária por meio do Processo nº 360. No ano seguinte a escola comemorou o Jubileu de Prata, e contou com uma placa alusiva à data que transcrevia a homenagem ao diretor Professor Benedito Alves Ferreira, à Professora Maria Aparecida C. Gonçalves Fraga, ao auxiliar de ensino Estevan Ferreri e ao porteiro Angelo Sancinetti. Além disso, obteve o 1º lugar na Categoria Menores, na Olimpíada Estudantil e conquistou a taça “Prefeitura Municipal de Jaú”, campeã dos jogos colegiais-inter-regionais de arremesso de peso, como verificado em Cerini e Roscani (1992).

No início da década de 1970, com a então Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71, a escola passou a ser chamada “Colégio Técnico Industrial de Jaú” e teve seus cursos transformados em cursos Técnicos de 2º Grau, oferecendo os cursos de Economia Doméstica,

Eletromecânica e Mecânica e com a grande demanda que tiveram seus cursos, a partir de 1976 foi inaugurado o seu segundo prédio em terreno contíguo e até hoje é chamado carinhosamente de Prédio Novo (Figura 3) e com ele ocorreu novamente alteração no nome da escola, passando então à “Centro Estadual Interescolar Joaquim Ferreira do Amaral”, tendo início os cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Enfermagem e Nutrição e Dietética, ficando assim extinta a 5ª série e, conseqüentemente, o ensino de primeiro grau, como verificado em Etec Jaú (2016).



Figura 3 - Fachada do Prédio Novo da Etec Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú em 2015

Fonte: Acervo dos autores, em 2016

Em 1978 novamente foi alterado o nome da escola, passando a ser chamada de ETESG “Joaquim Ferreira do Amaral” (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau). Em toda década de 1970 a escola participou ativamente dos eventos sociais municipais. No dia 20 de julho de 1973 participou do centenário de Alberto Santos Dumont, recebendo o diploma referente à data. Nessa mesma década, um fato importante foi a divisão em Ginásio Técnico Estadual (1º Grau) com a direção de Pedro Sergio Bastos Eleutério e Colégio Técnico Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral” (2º Grau) com a direção do Professor Benedicto Alves Ferreira e seu assistente Manuel Zafra Arraya. No dia 08 de junho de 1972 ocorreu a festa alusiva ao Jubileu de Ouro da escola. A solenidade foi aberta pela diretora Ana Maria Lacerda e teve como Mestre de Cerimônias a Professora Ana Carolina Pacheco Saba, estando presentes, também, a delegada de ensino de Jaú, Daltira Maria Castro Piráquine Tumulo e o Prefeito Municipal, Dr. Sigefredo Grizzo, como verificado em Cerini e Roscani (1992).

Em 1985 passa a integrar às escolas da DISAETE (Divisão de Supervisão de Apoio às Escolas Técnicas Estaduais), órgão este da Secretaria da Educação. Em fins de 1991 a escola foi transferida para a então recém-criada DEET (Divisão Estadual de Ensino Técnico) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, ficando estabele-

cido o funcionamento do Ensino Técnico e de Segundo Grau integrados. Em 1993 pelo Decreto nº 37.735 passa a ser uma das unidades de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. No início de 1994 passa a ser chamada ETE “Joaquim Ferreira do Amaral” (Escola Técnica Estadual). Em 1998 o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é reorganizado e passa a funcionar em sistemas de ciclos, podendo então o aluno concluir o Curso Técnico após a conclusão do Ensino Médio ou cursar o Ensino Técnico em concomitância ao ensino médio, informações contidas em Etec Jaú (2016).

Segundo Cerini e Roscani (1992), em 1992 a Etec comemorou seus 50 anos e teve a honra de receber para o descerramento da placa do Jubileu e homenagem ao patrono Joaquim Ferreira do Amaral, o então diretor da Divisão Estadual de Ensino Tecnológico, o senhor Armando Mônaco Camargo. Dois anos após este evento, segundo o Jornal Comércio do Jahu de 02/11/1994, os alunos da então EESG “Joaquim Ferreira do Amaral”, fizeram uma manifestação com cartazes e passeata para que o curso de Magistério fosse mantido nesta escola. Na época a Delegada de Ensino, Ivani Fiorelli, foi acusada por alguns professores de querer elitizar este curso, já que os alunos que trabalhavam durante o dia não poderiam cursar o Magistério, pois as outras escolas só ofereceriam este curso durante o dia, segundo fontes do mesmo jornal.

Em outubro de 2005 a Etec Joaquim Ferreira do Amaral inovou com sua feira, a EXPOTEC, hoje tão aguardada pelos alunos, ex alunos, professores e escolas da cidade e região. Como observado em Etec Jaú (2016), nesta feira são expostas atividades relacionadas a cada curso, dando ao visitante uma dimensão do que o aluno dos mesmos aprende e desenvolve, sendo também uma vitrine para os alunos de outras escolas que buscam ensino técnico de qualidade. A cada ano a exposição fica melhor e maior, contando, inclusive, com a participação da comunidade. Hoje, também, cada curso desenvolve a semana referente ao curso, com palestras e atividades extras.

A partir de 2005, devido à grande procura e interesse de outros municípios nos cursos oferecidos pela escola, foram criadas as chamadas Classes Descentralizadas, sendo que a primeira delas ocorreu na cidade de Macatuba, oferecendo o curso Técnico em Açúcar e Álcool, Técnico em Química e Técnico em Administração. A última turma desta Classe Descentralizada se formou em 2008. Outras Classes Descentralizadas foram criadas e continuam atuantes, sendo elas em Dois Córregos, com início em fevereiro de 2011, oferecendo os cursos Técnicos em Contabilidade e Administração, oferecendo atualmente o segundo; Bariri, em fevereiro de 2014 com o curso Técnico em Administração; e Itapuí, também em fevereiro de 2014, com os cursos Técnicos em Administração e Recursos Humanos, oferecendo atualmente o segundo. Além disso, a escola disponibiliza a extensão da Etec na Escola “Túllio Espindola de Castro”, em Jaú, desde 2009, oferecendo os cursos Técnicos em Contabilidade, Transações Imobiliárias e, atualmente oferece os cursos Técnicos em Finanças e Recursos Humanos (ETEC JAÚ, 2016).

Na Unidade sede são oferecidos atualmente os ETIMs, que se referem aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, sendo eles em Informática e Administração, tendo como previsão para 2017 Edificações. Além disso, possui turmas no Ensino Médio regular,

assim como os Cursos Técnicos em Administração, Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem, Informática, Mecânica, Nutrição e Segurança do Trabalho, estando perfeitamente integrada ao novo currículo e sistemática dos cursos técnicos, contando com aproximadamente 1300 alunos e atendendo alunos provenientes de 15 cidades da região.

A Etec está localizada em ponto estratégico de Jaú, próxima ao centro da cidade, rodoviária e é de fácil acesso para os estudantes de outras cidades, facilitando, assim, a sua localização, desenvolvendo um papel muito importante para a comunidade jauense e da região, pois forma a grande maioria dos técnicos que atuam nas empresas particulares, municipais, estaduais e nas entidades de saúde, ganhando o respeito da comunidade e colaborando com os ideais almejados desde a sua fundação.

A escola e sua relevância no contexto

O levantamento de dados permitiu verificar que as instituições escolares devem ser responsáveis não apenas por disseminarem os conhecimentos sistemáticos, burocráticos e instituídos que representam uma classe dominante específica, mas formar o cidadão para a vida em sociedade, para o mundo do trabalho, disseminando a cultura de seu entorno, utilizando-se de ferramentas, meios e procedimentos que valorizem repertórios, competências, habilidades, formando, por consequência, agentes atuantes, membros ativos da sociedade letrada e preparados para o mundo do trabalho, ideias estas compartilhadas por Bertoni Junior (2015).

Levando tais princípios em consideração torna-se latente mencionar que a Etec Jaú, ao longo dos últimos setenta anos, vem buscando educação de qualidade, formação técnica, preparo de mão de obra para atender aos preceitos do mercado, seja no momento de sua criação, como na contemporaneidade.

É evidente que a fundação da escola Joaquim Ferreira do Amaral foi marcada pela necessidade de suprir a indústria que se encontrava próspera na cidade, recebendo alunos principalmente das classes média e média baixa, mas, em momento algum, formou esta clientela como segundo escalão, fornecendo meios e recursos adequados que possibilitaram ganhos para a sociedade como um todo, através de mão de obra qualificada e aluno letrado. Tal condição é fundamental, uma vez que, como compartilhado por Bertoni Junior (2010), o contexto social e histórico, com a força da instituição escolar, precisa ser o mantenedor dos princípios da igualdade, preparando todos os indivíduos para integrar a sociedade de forma ativa e atuante, permitindo, como consequência, desenvolvimento e aprimoramento da realidade onde estes se encontra inseridos.

Ao olhar a aprendizagem como um processo contínuo, não sendo possível aceitar que na prática ocorra uma ruptura entre o que os alunos são capazes de fazer e os objetivos que a escola se propõe a trabalhar, é fundamental que se valorize o processo em todas as instâncias, sendo relevante que se evite uma formação preocupada somente em atender

uma classe dominante, em nenhum momento histórico e cultural, pois, nestes contextos, o aluno somente será formado para ocupar níveis inferiores nas escalas sociais.

Preocupando-se com uma formação de qualidade a Etec Jaú, desde 1942, vem se destacando no cenário regional, crente de que a escola, como importante instituição social, desempenha papel fundamental na formação dos indivíduos, seja para o meio social como para o mercado de trabalho, cuja postura dos agentes é determinante no processo, sejam eles professores, gestores, alunos, comunidade.

Segundo Domingos (2005, p. 53) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n. 9394/96) estabeleceu, entre outros princípios, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Além da questão normativa, têm-se presenciado na sociedade brasileira, ao longo das últimas décadas, rápidas e intensas transformações com importantes mudanças no interior desta. Uma delas é o quanto se tem discutido a respeito de exclusão social, configurando-se por exclusão social toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito.

Significativo destacar que, muito antes da mencionada LDB, a “Escola Industrial” de Jaú, como ainda é conhecida, disponibilizava meios para combater a exclusão social, pois o trabalho permite conquistas significativas para os indivíduos e, desta forma, a formação dispendida ao longo das décadas, possibilitou tais preceitos, ideias estas compartilhadas por Bertoni Junior (2015).

Quando se analisa o processo ensino-aprendizagem, é possível constatar que o aluno não é vazio, onde podem ser colocadas as informações apenas que se deseja. Ele traz para a escola, embutido no seu universo psicológico, conhecimentos prévios, reforçados pelas consequências das circunstâncias sociais vivenciadas na família e na sociedade. Por conta disso, valorizar a história, a cultura, o entorno, são fundamentais para entender a conjuntura educacional, as estruturas em que as posturas são criadas, na medida em que, visando tais princípios, os cursos da Etec Jaú foram sendo criados e a formação pedagógica e técnica foram sendo edificadas.

Como verificado em Bertoni Junior (2010) a atenção à diversidade deve se focar no direito de acesso à escola, visando a melhoria da qualidade do ensino, da aprendizagem, preparando e formando para o mundo trabalho, bem como atendendo às perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade, princípios estes que sempre estiveram presentes na “Escola Industrial” de Jaú, seja contemporaneamente integrada às diretrizes do Centro Paula Souza, quando em décadas anteriores, atendendo à população mais pobre e trabalhadora que almejava formação técnica de qualidade.

As escolas, com tal orientação, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora, possibilitando educação para todos e formação profissional que atendam às necessidades do mercado e da sociedade. A escola deve se organizar de forma a oferecer

possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, tendo como ferramentas a tecnologia, o marketing educacional, o engajamento empresarial, a motivação.

Esses dispositivos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, tais dispositivos são encontrados na escola em estudo, os quais, ao longo de sua história foram convertidos em compromisso ético e político, definindo sua operacionalização na realidade em que se encontra, valorizada não somente na cidade, mas em toda região, ideias estas compartilhadas por Bertoni Junior (2015).

Nesta instituição escolar, a convivência entre todos, gestores, professores, alunos, ex alunos, colaboradores, pais, comunidade são e foram as bases para um bom processo de integração à sociedade, uma vez que, o atendimento e a formação dos profissionais ao longo de sua história, ocorreu com compromisso, comprometimento e qualidade. Sendo a escola a porta de entrada para o mundo do trabalho, é fundamental que o ambiente seja de socialização, que evite o isolamento e a exclusão. É preciso que cada professor atue de acordo com o contexto, impondo postura adequada, envolvendo o aluno em atividades significativas que entusiasmam os alunos. O gestor, por sua vez, precisa motivar seu professor para o cumprimento adequado de suas funções, assim como de todo corpo administrativo, já que a escola não é só o pedagógico, ela é histórica, cultural, social, do mundo do trabalho.

Segundo Silva (2010, p. 8), a escola deve envolver os seus professores nos “processos decisórios que afetem os seus trabalhos”, valorizando-os sempre, pois, caso contrário, não possuirá condição para “trabalhar na construção da disciplina e da ordem”. Sob tal perspectiva, a Etec Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú sempre contou com um corpo docente capaz, humano, pedagógico, preocupado com a formação contínua, condições percebidas no dia a dia da escola, quando ex alunos, de décadas passadas, recordam com nostalgia e felicidade os momentos vividos em seu ambiente, durante o processo de formação.

Como verificado em Bertoni Junior (2010), assim como em Cortelazzo e Romanowski (2008), a Educação é um processo que tem por objetivo preparar o indivíduo para a vida na família, na escola, no trabalho, no mundo, com anteriormente destacado e como observado na história da Etec Jaú.

A escola é o grande espaço de socialização; é onde os agentes se preparam para viverem integrados na sociedade. Para isso, deve também ser um espaço prazeroso, além de, certamente, dar competência técnica, o conhecimento, e também competência política, no sentido de formar cidadania. Não há uma estratégia-padrão a aplicar perante uma atitude do aluno, sendo que cada situação é única e não se repete. (BERTONI JUNIOR, 2010, p. 13).

Em razão disso, a “Escola Industrial” de Jaú ao longo das décadas buscou transformar o ensinar e o aprender em momento de crescimento, criando situações de aprendizagem através de sequências articuladas, convertendo a rotina num contexto motivador, em que todos, cada qual em sua atribuição, participasse de forma engajada e motivada das

situações diversas, em sala de aula, nas visitas técnicas, nas confraternizações, nas competições. Este modo de trabalhar teve uma dinâmica própria que pode ser transformada e adequada às diferentes realidades, nos diversos momentos históricos.

Assim, sob tal égide, a Etec Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú/SP, cujo mantenedor é o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, vem ao longo de setenta e quatro anos trilhando exemplos de sucesso e superação, além de oferecer educação de qualidade, com formação técnica e tecnológica, significativas não somente para o município de Jaú, mas para toda a região que atente.

Considerações finais

Ao término do presente estudo foi possível verificar a relevância da pesquisa científica, uma vez que, por meio dela foi possível realizar um levantamento de dados fidedignos, permitindo que fosse possível identificar o quanto representou o objeto de estudo em seu contexto.

Por conta destes aspectos, realizar um levantamento histórico e o papel representado pela Etec Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú/SP mostrou-se como extremamente pertinente, uma vez que as pesquisas com tal objeto são limitadas, tornando-se latente tal resgate, para que suas características, influências e desdobramentos não se percam ao longo do tempo.

Nesta vereda a escolha da linha de pesquisa, o objeto a que se pretendeu estudar, o rigor metodológico, assim como o paradigma epistemológico se mostraram significativos, pois permitiram uma pesquisa científica adequada, responsável por atingir e ser aceito pelo campo de forma sistematizada e pertinente, possibilitando maior possibilidade de acerto dos resultados esperados.

Mediante tais aspectos foi possível verificar a importância da escola em seu entorno ao longo das últimas décadas, a qual ainda carinhosamente é conhecida como “Escola Industrial” de Jaú, possibilitando que, desde sua edificação, alunos de classe média e média baixa pudessem e podem ter acesso à educação de qualidade, tão significativa para o mercado de trabalho, para a participação e a inclusão social.

Referências

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. ETEC “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú/SP: importância, significado e desdobramentos ao longo das últimas sete décadas. **VII Seminário de Teses e Dissertações do PPGE**, UFSCar, São Carlos, p. 72, 2015.

BERTONI JUNIOR, Lauriberto de Jesus. **O papel do gestor frente ao contexto das instituições de ensino: estratégias e ações na busca de resultados, aspectos motivacionais**. Artigo Científico (Especialização MBA em Planejamento e Gestão Estratégica) - Faculdade Internacional de Curitiba, Curitiba, 2010, 15f.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos: Ed. UFSCar, 1998.

CERINI, Fabrício Reinaldo; ROSCANI, Marisa Aparecida. **50 anos Escola Industrial Jaú: a história da ETESG “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú**. Levantamento de Fontes Históricas, 1992.

COMÉRCIO DO JAHU. **Jornal local**. Edição de 02 de nov. 1994.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Pesquisa e prática profissional: relação escola comunidade**. Curitiba: Ibpex, 2008.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Minas Gerais, 2005.

ETEC JAÚ. **Site institucional**. Disponível em: <www.etcjau.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2016.

FERREIRA, Tito Livio (Org.). **O primeiro século de Jaú**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda., 1953.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. Texto elaborado em baseado na palestra proferida pelo professor Paolo Nosella, **HISTEDBR-20anos**, UNICAMP, interligada com o II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo, p. 1-15, 24 nov. 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SILVA, Maurício da. **Como construir a disciplina e paz nas escolas**. 2010. Disponível em: <http://www.geocities.com/instituente/mauricio_disciplina_escola.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

VIEIRA, Sebastião Gândara. **A formação de professores do ensino técnico de nível médio estadual e suas relações com o arranjo produtivo local na cidade de Jahu-SP**. Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010, 161f.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS INOVADORAS NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA: UM OLHAR VIA CURRÍCULUM

Ivanete Bellucci de Almeida.
Marluce Gavião Sacramento Dias

Unidade de Pós-graduação do Centro Paula Souza. Fatec de Praia Grande e
Fatec Tatuapé – Victor Civita

Introdução

O eixo temático do artigo apresentado é o Eixo Temático III, ou seja, espaços e práticas escolares relacionados às transformações curriculares, em cursos técnicos e tecnológicos, como contributo para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica.

Dentro dos parâmetros propostos por Edgar Morin relativos à interdisciplinaridade e seus outros conceitos ainda não trabalhados, este é um estudo que evidencia o papel do currículo como elemento reflexivo e integrador, capaz de propiciar a formação de profissionais aptos a competir e desempenhar de forma integrada suas atividades numa sociedade global, dentro dos princípios éticos considerados fundamentais para a formação humana do homem moderno, “fornecendo a ele os aparatos básicos para que possa se relacionar satisfatoriamente com a sociedade e com seu mundo” (GALLO, 2000, p.18).

Esta postura “moralmente correta pautada por preceitos morais da sociedade” (GALLO, 2000 p.20), se efetiva por meio de um “processo micro social em que o aluno é levado a assumir posturas de liberdade, respeito e responsabilidade” (GALLO, 2000, p. 20).

Contrariando os princípios hegemônicos, esta possibilidade que o currículo tem de transmitir conhecimentos aparentemente fragmentados que, interagindo,

formam o indivíduo de maneira integral, se destacam como um caminho a ser percorrido dentro da práxis educativa.

Isto é exemplificado neste estudo, em formato de relatório, sobre alunos do ensino médio no desempenho de atividades escolares dentro do componente curricular língua estrangeira moderna, na área de conhecimento de linguagens, códigos e tecnologias em Escolas Técnicas do Estado de São Paulo.

Esta investigação permitiu não só ampliar o horizonte a respeito da importância do currículo como elemento gerador de novas práticas pedagógicas, como também observar e analisar o relacionamento do alunado de modo mais satisfatório com o mundo que o cerca, a partir destas práticas inovadoras e da ação dos atores envolvidos (docente, aluno, gestores) num cenário de pesquisa e aprendizagem.

Alguns dos mais importantes teóricos da área de currículo como Silvio Gallo, Demerval Saviani e Edgar Morin são mencionados para embasar as teorias apresentadas.

Referencial teórico

O estudo de caso aqui apresentado indica uma proposta para a interdisciplinaridade. A interação entre as disciplinas, aliada à efetiva participação do aluno para as situações geradas em sala de aula, que apresentam resultados positivos, se apresentam como um indicativo do caminho a ser percorrido, ofertado pelo currículo.

O estudo salienta o poder que o currículo detém e sua capacidade de transformar a realidade dos atores envolvidos. Este poder é quase sempre considerado como padronização de conteúdos ao invés de levar a uma ponderação sobre novas práticas pedagógicas.

De acordo com Morin (2000), o conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta pronta, e sim que deve ser moldada de acordo com as necessidades e objetivos de cada um. Para tanto, não deve haver fragmentação, mas sim integração de conhecimentos a serem desenvolvidos que contribuam para a formação integral do cidadão/aluno. O conhecimento é fruto da interpretação e reconstrução, com aspectos subjetivos, relativos ao conhecimento de mundo de cada conhecedor.

A participação do aluno é fundamental para que as ferramentas citadas por Morin sejam adequadas e úteis aos seus propósitos. Os relatos mencionados tornam claros os resultados obtidos quando o aluno efetivamente participa do processo de aprendizagem.

A integração dos conteúdos é o caminho ideal para que haja compreensão dos conceitos. Quando o aluno participa do processo e percebe a aplicabilidade do que aprende em um componente na solução de situações-problema de outro componente, consegue enxergar a importância de relacionar conhecimentos para sua formação integral.

“As disciplinas são plenamente justificadas intelectualmente, contanto que elas guardem um campo de visão que reconheça e compreenda a existência das ligações de solidariedade” (MORIN, 2000 p.76). À medida que uma disciplina se interliga a outra, numa

relação de solidariedade mesmo, a estrutura de cada uma delas é rompida para efetivar uma aprendizagem mais rápida e sólida.

Os projetos de língua inglesa mencionados neste artigo interligam várias disciplinas. Os alunos seguem um roteiro sugerido pela professora, que os leva a incursões na área da história, geografia, sociologia e economia, interligando os assuntos entre si, com uma real ligação dos saberes.

Esta participação no processo de aprendizagem materializa a noção de que os alunos aprendem muito além do que é determinado pelo conteúdo programático quando estão envolvidos na própria aprendizagem. Ganham com isto novas identidades sociais e individuais, associando o saber-fazer.

Materiais e método

O trabalho é um estudo de caso dentro da disciplina Língua Estrangeira Moderna – Inglês – realizado em Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica – CEETEPS, junto a alunos do ensino médio.

O projeto teve sua origem junto a professora Ceres Velloso, atualmente afastada por aposentadoria, mas que sem dúvida é a grande criadora deste trabalho inovador, que foi perpetuado através do ``Dia do Rock`` amplamente festejado até os dias de hoje em algumas das escolas técnicas estaduais da Baixada Santista.

Os alunos, divididos em grupos, constroem projetos a partir de temas oferecidos pela professora. Estes temas são escolhidos de acordo com o ano do ensino médio em que se encontram os alunos. Para os primeiros anos são sugeridos seminários a respeito dos países onde se fala a língua inglesa. A professora sugere alguns países que são em seguida escolhidos ou sorteados pelos alunos. O objetivo neste caso é despertar o interesse no aluno pelo aprendizado da língua inglesa, especialmente diante da ampla possibilidade que o inglês oferece em termos globais. Para os segundos anos são sugeridas algumas bandas musicais, em voga desde os anos 40. O estilo musical predominante também é estudado assim como as letras de algumas músicas. Com isso aumenta o interesse do aluno por aprender a língua além de fortalecer as bases gramaticais necessárias ao desenvolvimento do aprendizado de qualquer idioma. Já nos terceiros anos são estudados alguns dos autores clássicos em língua inglesa. O estudo dos textos onde são aplicadas técnicas como scanning e skimming servem para desenvolver habilidades que serão necessárias em exames como Enem e os vestibulares. A representação dos textos estimula a conversação no idioma entre os alunos que deveriam sair do ensino médio integrado dominando as habilidades descritas acima. Os trabalhos são então o estímulo para o paulatino domínio da língua em todos os aspectos e bases tecnológicas propostas.

Os primeiros anos apresentam trabalhos sobre os países nos quais se fala a língua inglesa, como Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Canadá e Irlanda.

Devem apresentar o contexto histórico do país, envolvendo as questões políticas, sociais e culturais. Apresentam também a situação geográfica e suas consequências para o desenvolvimento econômico do país. Como o Centro Paula Souza promove o intercâmbio cultural para seus alunos, os grupos devem também apresentar a situação educacional e os intercâmbios praticados no país. Desta forma, os alunos, além dos conteúdos relativos ao próprio idioma inglês, abordam também conhecimentos de cultura geral (história, geografia, sociologia, filosofia), gerando assim maior aprendizagem em função do envolvimento dos alunos.



Figura 1 – Aluna Pamela Marcelo, da Etec de Itanhaém, caracterizada de Homem de Lata em “O Mágico de Oz”, ao lado da professora Marluce

Os alunos dos segundos anos apresentam bandas musicais de determinadas décadas. Começam nos anos 40, com o blues e jazz, passando pela década de 50 e o rock e assim sucessivamente até a década de 2010. Os alunos apresentam o contexto específico da década apresentada, sob o ponto de vista histórico-social, cultural e precisamente o musical. Falam também da banda escolhida e devem apresentar as três músicas principais da banda, sendo que uma delas é apresentada detalhadamente, com estudo gramatical e linguístico.

Já os alunos dos terceiros anos apresentam autores ingleses e americanos e suas principais obras. Seguem sempre o mesmo roteiro, no qual devem apresentar a época específica do autor em questão, uma pequena biografia e aspectos relevantes de sua trajetória profissional. Finalizam por apresentar um dos textos do autor em evidência e muitas vezes, muitos alunos optam por encenar peças ou textos em inglês.

Os alunos participam ativamente dos projetos, chegando mesmo a se apresentarem caracterizados de acordo com a banda escolhida, ou com o autor estudado, neste caso específico de acordo com o tema da canção principal escolhida.

Essas práticas pedagógicas promovem o engajamento dos alunos com o projeto em desenvolvimento, que não é encarado como apenas mais uma tarefa escolar, e sim como uma oportunidade de sair da rotina de sala de aula, com aulas expositivas e dialogadas, contando com a efetiva participação e incentivando a criatividade de cada um de forma lúdica, além de estimular a cooperação e respeito às opiniões divergentes e a negociação, para que se chegue a um denominador comum para a execução do trabalho.

Nas figuras seguintes, pode-se observar a caracterização de alguns alunos para as apresentações. Na Figura 1, a aluna está caracterizada como o Homem de Lata, da história O Mágico de Oz. Havia também o Leão, e a menina. Na Figura 2, os alunos estão vestidos à caráter para o "Dia do Rock", se apresentando com roupas típicas do período em que o estilo musical do momento era o *rock n' roll*. Os alunos não só se vestiam conforme com a década em questão, mas também se penteavam e se maquiavam de acordo. Na Figura 3 observa-se o grupo preparado para encenar o conto macabro de Edgar Allan Poe, The Black Cat. E na figura 4 podem ser vistos os brindes e doces estilizados, com que eram brindados os presentes ao final de cada apresentação.

Normalmente as apresentações aconteciam no auditório das escolas, o que permitia a presença de outras turmas, conduzidas pelos professores das disciplinas que também acabavam integrando as apresentações, como Sociologia, História e Geografia.



Figura 2 – Alunos da ETEC Adolpho Berezin (Iasmin Oliveira, Pedro Lemos, Alexia Santos, Pamela Rosa, Argeo Áries R. Neto, Laryssa Medina) caracterizados para as apresentações do "Dia do Rock"



Figura 3 – Alunos do 3º ano do ensino médio da ETEC Adolpho Berezin (Caio Abreu, Narayna Teixeira, Isabella Gomes, Raissa Bacaycoa) encenam “The Black Cat”, conto de Edgar Allan Poe



Figura 4 – Docinhos e brindes ofertados aos presentes ao final das apresentações



Figura 5 – A turma do Mágico de Oz, inclusive com a diretora e a sonoplasta das peças à direita



Figura 6 – Alunos Christian Rodrigues, Daniel, Jonas Treschanke e Jim Morrison



Figura 7 - Aluno Christian Rodrigues, da Etec de Itanhaém, discorrendo sobre Beatles



Figura 8 – Aluno Vitor Hugo Nascimento como Eddy Sullivan, apresentador americano de TV de sucesso na década de 60

(*) Os diretores das respectivas escolas são mencionados no fim do trabalho

Resultados e discussão

O estudo de caso apresentado demonstra que nesse emaranhado de possibilidades, vários outros aspectos vão surgindo além dos parâmetros curriculares. O isolamento da sala é rompido, surgindo a articulação entre disciplinas que antes eram vistas de forma separada, havendo então uma troca e cooperação entre os diversos conhecimentos disciplinares.

Com a participação dos alunos e a interligação entre as disciplinas foi criado

[...] um novo espaço de liberdade, sendo estabelecido na sala de aula/auditório m espaço rico de aprendizagens significativas para alunos e alunas usarem suas energias para criar alternativas pedagógicas que possam favorecer essas aprendizagens. (Garcia, 2000, p.44)

Os alunos aprendem fazendo e vivenciando o que é proposto não só pela disciplina específica, inglês, mas também indo além da própria disciplina, aprendendo sobre geografia, história, sociologia e até mesmo artes. Desta forma, não há “fronteiras disciplinares que isolam a disciplina das outras e dos problemas que a recobrem” (MORIN, 2007, p.66)

Assim, vai-se além da interdisciplinaridade, chegando a multidisciplinaridade e até mesmo à transdisciplinaridade, já que “mais importantes são os transportes de esquemas cognitivos de uma disciplina à outra”. (MORIN, 2007, p. 70), visto que, ainda segundo o autor, inúmeras são as migrações de ideias e concepções.

Ainda segundo Morin (2000) o problema é encontrar o caminho da articulação entre as disciplinas e neste projeto para o ensino de língua inglesa, um caminho foi encontrado. A apresentação dos trabalhos, seja por países nos quais se fala a língua inglesa, seja por bandas musicais ou por autores, cria pontos comunicantes entre as disciplinas, fazendo com que “diferentes disciplinas se reúnam como as diferentes nações se unem na ONU” (MORIN, 2007, p. 78).

Os alunos, ao caracterizar os estilos musicais, são obrigados a pesquisar sobre o período em questão, situação sócio política e sobre a história de vida do país onde vive a banda, as condições em que o grupo se uniu e por aí agora, integrando dessa maneira vários e diversos conteúdos.

É importante, de acordo com Saviani (2000), focar o saber que “vislumbra a multiplicidade sem a fragmentação, num currículo através do qual crianças possam aprender sobre o mundo múltiplo em que vivem”. E os diversos saberes exigidos por uma numa sociedade multifacetada devem ser acessados de forma a guiarem a educação para a interdisciplinaridade.

O currículo é o elemento capaz de efetivar as práticas educativas inovadoras que permitirão a aplicação da interdisciplinaridade, levando à formação integral do sujeito que estará assim preparado para os desafios que o esperam na sociedade global e multiface-

tada. No entanto, podemos destacar que tanto as pesquisas como os planejamentos escolares, de modo geral, estão pautadas nos conceitos clássicos e também sua organização e objetivos enfatizam a hierarquia.

Com isso, os padrões de comportamento, dos atores, assim como dos referenciais para o controle das práticas, via currículo, devem atender aos sistemas avaliativos (controle) e a regulamentação (das práticas via aplicação de testes). Desse modo, os estudos pautados na inovação podem ficar atrelados à burocracia e as categorias tradicionais de ensino e com isso impedir o avanço de novos procedimentos.

Esse processo de incentivar e introduzir outros procedimentos que permitam interações mais reais, aqueles que acontecem “de baixo para cima”, ou seja, que o aluno também ajudou a construir pode gerar melhores respostas às nossas reflexões e ações propostas. Esse estudo também teve a preocupação em compreender, do ponto de vista local e específico, os diferentes momentos de prática e de construção do conhecimento, buscando ações nas dimensões humanas, sociais e políticas.

O fato é que a preocupação principal do educador “deve girar em torno do educando, cujos interesses devem servir de base para se organizar o currículo, isto é, os conteúdos do ensino” como diz Saviani no seu prefácio à 35ª edição da obra referenciada.

(*) Prof. Me. Narciso Mauricio dos Santos – diretor da ETEC Adolpho Berezin, de Mongaguá, SP / Profa. Me. Fabiana Golz, diretora, na época, da ETEC de Itanhaém, SP

Referências

ALVES, N., GALLO, S.; GARCIA, R.L.; MORIN, E. **O sentido da escola**, Rio de Janeiro, DP&A Editora: 2000.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**, 4a ed. – São Paulo, Cortez: 2007.

SAVIANI, D., **Escola e Democracia**, Campinas, Autores Associados: 2003

PRÉDIO DO CEFAM FRANCA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL QUE CONTINUA

Liene Cunha Viana Bittar

Fatec Dr. Thomaz Novelino

Nos primeiros meses de 1991, iniciou-se a construção, pela Secretaria Estadual da Educação, do prédio que abrigaria o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) de Franca. Em 2004, a Diretoria Regional de Ensino passou a funcionar também no local, dividindo o espaço, até a extinção do programa, em 2005. A Fatec Franca, implantada em outubro de 2008, provisoriamente alocada em alguns cômodos do antigo prédio da Unesp (na rua Dr. Júlio Cardoso, centro), efetivou sua mudança para a edificação do Jardim Imperador em julho de 2013, quando os dois cursos então existentes passaram a funcionar no prédio.

Sem características arquitetônicas específicas, a construção possui um andar, salas de aula, banheiros, cantina, cozinha, quadra, casa para caseiro e um pequeno anfiteatro aberto. As ocupações posteriores vêm fazendo modificações que paulatinamente o levam à perda de suas características. Essas alterações ainda não chegaram a mudar a aparência do prédio. Com a finalização do processo de apropriação pelo Centro Paula Souza, entretanto, o edifício deve passar por reformas a fim não apenas de resolver problemas de deterioração, mas também de melhor adequá-lo às necessidades dos cursos da Fatec Franca.

O objetivo deste trabalho, no contexto do Eixo Temático III do V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional (Espaços e práticas escolares relacionados às transformações curriculares, em cursos técnicos e tecnológicos, como contributo para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica), é recuperar um pouco da história desse prédio construído para abrigar o CEFAM-Franca, em busca de se preservar a memória daquele momento da formação de professores no estado de São Paulo, relacionando-o às políticas e às práticas pedagógicas então vigentes no país.

Leal (2015) afirma a necessidade de se conservarem objetos e documentos escolares que contem a história dos locais e das práticas letivas, a fim de que possam ser preservados e valorizados, revelando a

importância, pelo que nos diz sobre o que foi a escola, através da análise de sua dimensão física, dos comportamentos que suscitava e das repercussões que tinha na organização destas instituições, assume relevância para as práticas presentes e futuras (LEAL, 2015, p. 203).

Ainda segundo a autora, os objetos históricos nas escolas constroem uma narrativa com cenários específicos, que revelam a interação entre cenários e pessoas: “entendidos individualmente e no seu conjunto configuram o espaço – escola – onde emerge um espaço de imaginação e de interações (...) surgem assim como produtos simbólicos do pensamento e ação” (LEAL, 2015, p 205).

Embora na atualidade a formação do professor no Estado de São Paulo se dê no ensino superior, a retomada da memória do período em que o CEFAM contribuiu com essa formação é de grande relevância pela tão referida baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas brasileiras - especialmente as públicas - e por uma crise na formação de professores no país. A redução progressiva de verbas públicas e a desvalorização social e profissional do magistério têm tido consequências negativas na escolarização do brasileiro (GASPAR, 2004). Assim, cada vez menos alunos se interessam pelos cursos de licenciatura, e a situação se agrava em relação aos primeiros anos do ensino fundamental.

Criado em 1988, pelo Decreto nº 28.089/88, de 13 de janeiro de 1988 e ligado à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) (PETRUCI, 1994), o CEFAM foi parte de uma política do governo do estado de São Paulo para aprimorar a formação de professores em nível médio. Os Centros começaram a funcionar em 8 de fevereiro daquele mesmo ano, segundo normas contidas na Resolução 14/88, da Secretaria da Educação.

Sua extinção, em 2005, ocorreu sob a justificativa da necessidade de se formarem professores no ensino superior (a LDB Lei 9394/96, ao instituir os parâmetros legais desta formação docente, propõe a necessidade de se consolidar essa preparação não apenas no ensino médio, mas principalmente, no ensino superior).

O programa dos Centros, entretanto, não se propunha a substituir a formação de professores em nível superior, mas a iniciar sua profissionalização no ensino médio, enfocando o desenvolvimento pleno do aluno como um ser em formação. Originário de uma legislação específica, o CEFAM articulava todos os graus de ensino, buscando uma renovação na educação a partir da educação inicial e continuada.

De acordo com Gaspar (2004), um dos objetivos do CEFAM era “propiciar aos docentes dos cursos de formação e aperfeiçoamento do magistério condições de trabalho condizentes com a responsabilidade e importância de sua profissão”. Para isso, os Centros realizavam a formação em período integral de professores “em serviço”, ou seja, no exercício da profissão, da pré-escola (creche e pré-escola) às séries iniciais do ensino fundamental. Assim, no primeiro turno os alunos tinham aulas para o cumprimento do currículo para a habilitação no magistério e no segundo desenvolviam atividades de enriquecimento curricular e estágio supervisionado.

De acordo com Leal (2015, p. 204),

a formação de professores está a assumir um papel cada vez mais vestigial na vida escolar. Ao contrário do que se verificava na década de 90 do século XX, os alunos do ensino superior que pretendem integrar a formação docente passam muito pouco tempo nas escolas, não sentindo nem absorvendo aspectos cruciais preparadores para esta profissão.

Assim, ao oferecer formação durante quatro anos em período integral para o aprendiz da docência, ainda antes do ensino superior, o CEFAM envolveu aspectos que a universidade frequentemente não contempla, especialmente relacionados à translocação de experiências.

Além disso, deve-se considerar o fato de que, devido à citada desvalorização do ofício do magistério no país, grande parte dos candidatos aos cursos preparatórios para a docência são originários de camadas mais desfavorecidas da população, necessitando exercer trabalho remunerado concomitante ao estudo. A fim de possibilitar que esses alunos pudessem ter uma formação mais completa, recebiam uma bolsa de estudos no valor do salário mínimo nacional, desde o primeiro ano de sua formação no CEFAM. A partir do segundo ano, deveriam cumprir também 360 horas anuais de estágio supervisionado em escolas públicas (da pré-escola à 4 série).

As regras para a concessão dessa bolsa eram rigorosas – a partir da assinatura de um termo de compromisso, no ato da matrícula, o aluno se comprometia a cumprir metas de aproveitamento e assiduidade. A retenção escolar determinaria a perda da bolsa e o impedimento de matrícula em qualquer unidade do CEFAM.

Além da prática docente, realizada nas atividades de estágio, o aluno recebia formação para trabalhar no planejamento e coordenação da atividade didática, articulando-se a teoria e a prática. O currículo era ainda enriquecido por meio do desenvolvimento de atividades complementares, como projetos interdisciplinares e projetos de reforço para os alunos (GASPAR, 2004).

Neste trabalho, à pesquisa documental sobre a construção do prédio e as políticas pedagógicas do período em que foi utilizado para a formação de professores, seguiram-se entrevistas com profissionais que trabalharam e/ou estudaram nesse prédio do CEFAM Franca, em busca de se recuperar um pouco da história oral do edifício e da formação de professores da época.

A escolha do CEFAM Franca se deu pelo fato de o prédio ter sofrido ocupações posteriores que o vem paulatinamente descaracterizando, colocando-o assim em risco de perder-se sua memória. A escolha de se colherem dados com ex alunos e ex professores recaiu sobre o fato de estes portarem essas memórias que se querem guardar. A história oral, por sua vez, foi uma escolha que se considerou propícia à coleta de dados para a formação de uma ideia a respeito do significado do trabalho docente realizado no CEFAM do Jardim

Imperador, assim como à construção de todo um conjunto de percepções dos envolvidos naquele momento da educação.

Para a realização deste estudo, foram entrevistados 8 ex alunos e 2 ex professores. Tanto os egressos quanto os professores abordados se voluntariaram a partir de uma chamada em rede social.

O CEFAM FRANCA

Petrucci (1994) realizou, no período de julho de 1989 a julho de 1992, uma pesquisa no CEFAM de Franca a fim de observar como se efetivava na prática a nova proposta de formação de professores. Além do fornecimento de alguns dados a respeito do CEFAM Franca, esse trabalho, realizado nos primeiros anos de funcionamento do Centro, foi importante como base de comparação aos dados coletados nesta pesquisa.

O Centro foi criado na cidade pelo Decreto Nº 28.624 de 01 de agosto de 1988, passando a funcionar em 13 de janeiro do ano seguinte.

Em 1991, iniciou-se a construção o prédio que lhe seria próprio, em terreno cedido pela Prefeitura Municipal, de acordo com orientação da Secretaria da Educação.



Figura 1 – Vista do pátio frontal do prédio

Fonte: Fatec Franca, em 2015



Figura 2 - Vista lateral do jardim e frente do prédio do Jardim Imperador, a partir do Estacionamento
Fonte: FATEC FRANCA, 2015

Pelo Decreto n. 35.487, de 12/08/1992 e Lei n. 8.230, de 08/01/1993, o CEFAM Franca passou a ser denominado “Dr. Antônio Baldijão Seixas” (SÃO PAULO, 1993). O professor que deu nome ao Centro nasceu em Ituverava em 1914. Advogado, articulista em jornal local, lecionou no Colégio de Nossa Senhora de Lourdes e na Faculdade de Direito de Franca; foi também membro do Instituto Geográfico de São Paulo, presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Morreu em 1989, dando nome ao CEFAM, ao Pronto Socorro Municipal e ao Grêmio do Tiro de Guerra local.

A última turma do Centro se formou em 2005.

Desde sua instalação, o CEFAM de Franca ofereceu, anualmente, noventa vagas de primeira série, divididas entre três classes. Estudos da Delegacia de Ensino e seus Supervisores levaram à sua vinculação à Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau “Coronel Antônio Jacinto”, devido à qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição, como também por sua localização e segurança. Entretanto, o número insuficiente de salas de aula obrigou o CEFAM a passar a funcionar no prédio da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Dr. Júlio Cardoso”, de 13 de fevereiro a setembro de 1989. A necessidade de ampliação do espaço físico levou o Centro ainda a outra mudança, para no antigo colégio Champagnat, cedido pela Prefeitura de Franca. Apesar dessas mudanças, o Centro permaneceu vinculado à Escola “Coronel Francisco Martins”, distanciando a direção (com sede no “Coronel”) e coordenadora, professores e alunos do CEFAM (PETRUCI, 1994).

De acordo com Petrucci (1994), apesar das dificuldades impostas por essa cisão inicial entre a direção e as salas de aula, o CEFAM Franca logrou efetivar com sucesso as

propostas do projeto do Centro, pois contou com o comprometimento dos professores, coordenação, supervisão e direção -

É ele, muito mais do que condições especiais de estrutura e funcionamento, que tornam o CEFAM de Franca uma escola diferente. (...) Entusiasmo e crença que se manifestavam através de uma atitude permanentemente positiva e otimista, seja em reuniões com professores e alunos, seja nos contatos informais com toda a comunidade escolar, seja através da comunicação escrita (bilhetes, notas no jornal mural, textos mimeografados, etc), seja enfim, na busca constante de informações e conhecimentos. (...) A natureza da atuação dos docentes do CEFAM de Franca é por tudo isso, peculiar, e se traduz nos vários momentos da vida escolar: situações de sala de aula, na qualidade de relacionamento (bastante crítico) entre os professores, alunos e coordenadora. Fica patente também nos documentos de avaliação e auto-avaliação levados a efeito no final de cada ano letivo por toda comunidade escolar, mas evidencia-se sobretudo nas reuniões, nas Horas de Trabalho Pedagógico (HTP), planejamento e replanejamento, e quando da realização de palestras apresentadas por especialistas convidados (PETRUCI, 1994, p.12-13).

Essas características, que estabeleceram um “clima” de trabalho favorável, entretanto, não foram suficientes para eliminar a existência de algumas deficiências, principalmente aquelas referentes às “condições físicas de acomodação, recursos materiais e didáticos, irregularidade e atraso na concessão de bolsas de estudo, entre outras” (PETRUCI, 1994, p.13), além de problemas administrativos - o CEFAM, vinculado a uma escola da rede estadual, não se constituía uma unidade escolar independente. A distância física entre a escola e a direção somava-se o problema da “oposição entre o estilo administrativo de moldes tradicionais e uma nova concepção de curso de formação de educadores” (PETRUCI, 1994).

A pesquisadora considerou também o fato de que a bolsa de estudos, criada para permitir que alunos de baixa renda pudessem se dedicar integralmente aos estudos, acabava por ser chamariz para pessoas sem interesse real no magistério. Assim, os alunos do CEFAM Franca eram oriundos das classes mais baixas da população. Esse dado levava, de acordo com a pesquisadora, a uma questão que o pagamento da bolsa não logrou resolver:

tentar minimizar problemas de ordem econômica dos alunos não significa eliminar as tensões e conflitos próprios da classe social (média-baixa) da qual provém a maioria deles. De fato, aquelas tensões e conflitos persistem, refletem-se no comportamento dos estudantes e mesmo, via de regra, se aprofundam, como no caso relatado por alguns alunos, entre a bagagem cultural que vão construindo, a linguagem que adquirem e as condições socioculturais de suas famílias (PETRUCI, 1994, p.14).

Essa acentuação das diferenças sociais, se por um lado pode representar um desafio à superação dessas desigualdades, ao tornar o aluno um sujeito consciente de sua condição

desse modo levando-o a lutar por sua cidadania, por outro ainda não consegue superar a condição de depauperização do magistério.

Outro problema relatado por Petrucci (1994), mas que igualmente não se remeteria apenas ao CEFAM de Franca, é a falta de preparo dos professores que lecionavam no Centro para a sistemática nova de docência, baseada em um assessoramento técnico constante dos discentes. Essa questão apareceu fortemente em relação a problemas de construção de interdisciplinaridade (fundamento de toda a pedagogia adotada pela concepção do Centro), no aproveitamento das Horas de Enriquecimento Curricular (HEC) e na programação da recuperação dos alunos. Tanto estes quanto os professores revelaram, na pesquisa de Petrucci (1994), grande preocupação com a questão da avaliação e da utilização do Construtivismo.

A despeito desses problemas, a avaliação de Petrucci (1994) sobre a atuação do Centro em seus anos iniciais é positiva, uma vez que a pesquisadora acredita que

Deve-se, entretanto, assinalar que mesmo a insatisfação com a própria atuação externada, aqui e ali, pelos professores e, em certos casos, o descontentamento de alunos são fatores positivos, indicando que ambos estão trilhando a difícil e às vezes demorada procura de novos caminhos (PETRUCI, 1994, p. 17).

Percebem-se, nesse contexto, alguns aspectos de grande relevância para uma análise do período de funcionamento do CEFAM Franca. Em se tratando da recuperação da memória do prédio próprio, a pesquisa de Petrucci (1994) já revela sua importância inicial – de unir as instâncias administrativas, docentes e discentes da escola, eliminando assim alguns entraves à eficiência da escola.

Coleta de dados

Para a pesquisa qualitativa, foi realizada coleta de dados por intermédio de entrevistas a alunos (8) e professores (2), com o objetivo de se buscar compreender sua percepção a respeito de seu período de formação profissional, realizado no CEFAM Jardim Imperador, especialmente no que se refere à qualidade do ensino ali ministrado.

Para as entrevistas, foram apresentadas algumas questões estimuladoras:

“Estou fazendo um trabalho sobre as memórias do CEFAM Franca e Gostaria que você me contasse sobre o período em que trabalhou/estudou na instituição.

- Em qual período você trabalhou/estudou na instituição?

- O que funcionava no prédio do Jardim Imperador - além das aulas do magistério havia também turmas de crianças, cujas aulas serviam como estágio supervisionado para os alunos?

- O edifício era adequado para as funções que ali deveriam ser desempenhadas?

- Conte-me algum fato que o/a tenha marcado sobre o tempo em que trabalhou/ estudou no prédio.

- Para aluno: Em sua vida profissional, constatou que sua formação naquela época de CEFAM o/a preparou bem para o trabalho que vem desenvolvendo no mercado de trabalho? Cite algumas qualidades e/ou defeitos de sua formação.

- Para professor: após a extinção do CEFAM, você vem trabalhando em outras escolas. Comparando essa sua experiência posterior, como classificaria o trabalho desenvolvido no CEFAM? Satisfatório, extremamente satisfatório, insatisfatório..”

Entre os entrevistados, alguns realizaram sua formação desde o primeiro prédio (na escola “Coronel”) até a última turma (formada em 2005). Entre os primeiros, vários fizeram referência às dificuldades impostas pelo isolamento de alunos e direção/coordenação. A construção do prédio novo foi unanimemente considerada um ganho para o curso, uma vez que possuía toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades, tendo, inclusive, sido planejado de acordo com instruções da Secretaria da Educação, que orientou o projeto de todos os CEFAMs.

Tanto alunos quanto professores citaram também como qualidade do CEFAM Franca o envolvimento e comprometimento dos professores, que “faziam toda a diferença”, “sem dúvida era uma escola bem diferente das demais” – conforme igualmente se depreendera pela pesquisa de Petrucci (1994).

Outra qualidade do curso, citada pela maioria dos entrevistados (“excelente”), foi o preparo profissional realizado pelo CEFAM, devido ao fato de se tratar de ensino em período integral e da integração entre conteúdo e prática.

O trabalho desenvolvido pelo CEFAM foi classificado pela maioria dos entrevistados como “extremamente satisfatório” devido, também, a características subjetivas citadas, principalmente relativas ao clima organizacional, de muita amizade, cooperação e comprometimento, estimulados tanto pelos professores quanto por coordenação, supervisão e direção.

Entre os ex alunos, citou-se também a qualidade da preparação que receberam no local, o que lhes propiciou serem contratados, em sua maioria, por instituições privadas de ensino, nas quais possuem melhores condições de trabalho e de remuneração.

Essas respostas vão ao encontro dos resultados da pesquisa de Gaspar (2004), de acordo com a qual

A análise de dados evidencia que o CEFAM teve uma contribuição significativa na vida do egresso. Aspectos importantes na formação de professores puderam ser percebidos e assimilados pelos egressos, o que traduz que a concepção que os egressos trazem sobre seus professores e sobre o centro como espaço formador traduz uma valorização positiva desses professores e espaço para sua vida profissional (GASPAR, 2004).

Considerações finais

Segundo Leal (2015), “A defesa da nossa identidade e auto-respeito deverá também passar pela proteção dos elementos configurantes da nossa cultura escolar do passado e do presente, fundamentais no desenvolvimento da sociedade” (LEAL, 2015, p.218). A narrativa que esses vestígios constrói embasa a sustentabilidade cultural dos indivíduos e da civilização. Daí a importância de se recuperarem as memórias de um edifício escolar.

De acordo com a bibliografia pesquisada, o CEFAM cumpriu sua proposta durante os anos de sua existência, formando profissionais preparados para o exercício da docência nos anos iniciais do fundamental e na educação infantil. As entrevistas corroboram a literatura, reafirmando a importância da escola na formação profissional do professor, enfocando a qualidade do ensino ministrado no prédio do Jardim Imperador do CEFAM Franca e o sucesso dos egressos no mercado de trabalho.

Base da formação do aluno, os anos iniciais da escolarização são fundamentais para sua preparação para o ensino nos anos posteriores. A proposta do CEFAM foi buscar suprir a necessidade de formação de profissionais qualificados para esses anos iniciais da escola, preparando em tempo integral os futuros professores, desde o ensino médio. Sua extinção, como é característico de toda política da educação brasileira, ocorreu não em decorrência da falência do programa, mas de troca de governos e de economia de recursos materiais.

O prédio do CEFAM Franca, concebido para abrigar o programa, guarda a memória daquela época da formação de professores.

Referências

FATEC FRANCA. Imagens do prédio do Jardim Imperador. Acervo da Fatec “Dr. Thomaz Novelino”. 2015. Fotografias tiradas por RIBEIRO, L. F. P. (ATA).

GASPAR, Maria A. D. CEFAM: Lócus de Formação para o Aluno e o Professor. **Revista Urutágua**: revista multidisciplinar do Centro de Estudos sobre Intolerância Maurício Tragtenberg, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, n. 6, abr./mai./jun./jul. 2004. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//006/06gaspar.htm>. Acesso: 30 mai. 2016.

LEAL, Catarina. Translocação de ideias, migração de objetos e práticas letivas. IN: MOGARRO, Maria João (Coord.). **Educação e patrimônio cultural**: escolas, objetos e práticas. Lisboa: Colibri/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015. pp. 203-219.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE FRANCA. CEFAM Dr. Antônio Baldijão Seixas. Imagem 1158, registrada em 04/04/1991. Franca, nov. 2009. Disponível em: <http://www.misfranca.com.br/?l=acervo&p=cefam>. Acesso: 10 ago. 2015.

PETRUCI, Maria das Graças Ribeiro Moreira. CEFAM – uma proposta de formação e aperfeiçoamento de professores para primeiro grau. **Paidéia**, FFCL USP Ribeirão Preto, n. 6, fev. 1994. p. 9-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-863X1994000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 14 jul. 2016.

SÃO PAULO. Legislação do Estado de São Paulo. Lei n. 8.230, de 08/01/1993. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=16343>. Acesso: 14 jul. 2016.

SEIXAS, Antônio Baldijão. Crônicas do Sesquicentenário. Resenha Disponível em: <http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=F&idCity=22&idCategory=5&idBook=1274>. Acesso: 14 jul. 2016.

EDUCACIÓN EN SOCIEDAD: DETERIORO DEL PATRIMONIO CULTURAL. MINIMIZACIÓN DE LA MEMORIA HISTÓRICA

Jenny González Muñoz

Universidad Latinoamericana y del Caribe

Buscando los vestigios de la memoria de la urbe

Caracas entra tardíamente en la Modernidad. Avanzados los años 50 del siglo XX la capital de Venezuela sufre una serie de cambios devenidos de nuevos elementos transformadores, tanto de la ciudad en cuanto espacio físico, como de sus habitantes. Entre estos elementos, la llegada del automóvil es uno de los más significativos, pues obliga a repensar la ciudad estructuralmente, con incidencia en su ciudadanía, a esto hay que añadir la presencia de edificaciones de gran altura, las cuales o bien son construidas en espacios vacíos o colocadas como sustitución de aquellas que habían permanecido desde la fundación de la ciudad colonial o a lo largo de la historia. El hecho de derrumbar construcciones tradicionales de la “ciudad de los techos rojos”, dando paso a un supuesto desarrollo para “mejorar” la calidad de vida de la ciudadanía incrementando la tecnología y economía, conlleva al nacimiento de una progresiva pérdida de símbolos, de elementos representativos vinculados con el sentido de pertenencia, trayendo consigo la minimización de la memoria histórica, materializada en edificaciones y obras patrimoniales, parte sustancial de la identidad cultural respecto a la urbe. Tal fue la proliferación de edificaciones destruidas por completo durante el siglo XX y parte del XXI en Caracas, que poco ha quedado en pie, de allí que el dramaturgo José Ignacio Cabrujas (1994) escribiera en el texto **Catia (según Cabrujas)**, que es una ciudad sin concluir y por ello los caraqueños sueñan con su inauguración, denotando sus pocos asideros históricos.

Ante esta realidad, luego de una política contemporánea que ha detenido la demolición procediendo en muchos casos a su recuperación o restauración, se devela la

situación de las obras de arte diseminadas a lo largo de la ciudad, pudiéndose observar, en perspectiva general, un gran estado de deterioro, al ser rayadas, pintadas, utilizadas como basurero, lugar de buhonería, entre otros aspectos. A lo largo de la investigación se ha observado que las obras de ciertos lugares del centro histórico de la ciudad, no están identificadas y otras, aun y cuando lo están, el rotulado no se observa claramente, lo que, desde las entrevistas realizadas apunta a que el deterioro se debe a la falta de información al ciudadano común y la ausencia de educación en sociedad sobre el hecho artístico *per se* y el patrimonio cultural desde el reforzamiento de su sentido de pertenencia local.

En cuanto a las obras del Bulevar de Sabana Grande, si bien identificadas y ubicadas, son atropelladas sufriendo desmanes similares a las del centro histórico; al ser entrevistados transeúntes expresaron desconocimiento sobre la importancia de las mismas. Hay poca educación respecto al patrimonio cultural y, más aún las esculturas de calle; en el *currículum* vigente en Venezuela existen disciplinas de arte como uso y disfrute, pero no una política eficaz que apunte a la consolidación de una educación desde la inicial que promueva el cuidado al arte, tomándolo no solo como un mero hecho estético sino como parte esencial de la construcción de la identidad ciudadana, pues, tal como sucedió con las edificaciones derrumbadas para dar paso a una supuesta “evolución”, donde todo lo viejo parecía oler a estorbo, hoy día las esculturas, instalaciones y murales que están al aire libre, son subsumidas en la desidia colectiva, cuya causa fundamental descansa en la mala aplicación de las políticas públicas existentes en las leyes nacionales en materia patrimonial y el rol de la educación desde la escuela, como lugar de formación de humanos en sociedad hasta el hogar. El trabajo que se presenta está vinculado con el eje temático Memorias, Historia oral y Formación de profesores en la educación profesional y tecnológica, ya que obedece a planteamientos devenidos de la memoria histórica y colectiva de los habitantes de la ciudad que, muchas veces sin darse cuenta, comparten los sitios involucrados en el estudio, disfrutan de la armonía estética que les brindan, pero son incapaces de tomar consciencia de que están contribuyendo de manera activa, al deterioro de las áreas por medio de la destrucción de las esculturas colocadas allí para deleite colectivo.

Develando las miradas sobre la urbe

El escritor Italo Calvino, en conferencia dictada el 29 de marzo de 1983, para los estudiantes de la *Graduate Writing Division de Columbia University* de Nueva York, acota que

las ciudades son un conjunto de muchas cosas: memorias, deseos, signos de un lenguaje; son lugares de trueque, como explican todos los libros de la historia de la economía, pero estos trueques no lo son solo de mercancías, son también trueques de palabras, de deseos, de recuerdos¹

Situación que lo lleva a describir porqué su texto **Las ciudades invisibles** comienza con la imagen de ciudades “felices” que se van desdibujando hasta convertirse en corroidas e “infelices”, todo lo cual tiene que ver con el deterioro, producto de la constante y vertiginosa transformación de un espacio que se comparte por diversas sociedades, internas, foráneas, fijas, de paso, con características distintas que, tanto las distinguen como las aíslan, convirtiéndolas en un nódulo desarrollado desde el tejer y el destejer de memorias, lo que conlleva a la construcción de múltiples identidades de urbe desde el punto de vista de la sociedad que la constituye.

En uno de sus capítulos, el propio Calvino (s/f) expresa: “La ciudad se te aparece como un todo en el que ningún deseo se pierde y del que tú formas parte, y como ella goza de todo lo que tú no gozas, no te queda sino habitar ese deseo y contentarte”. (p. 11) Lo cual está estrechamente vinculado con el sentido de pertenencia, de identidad, pues es un todo compartido: la ciudad que habitamos es reflejo de lo que somos y viceversa; es un espacio público que comparte historias, una suerte de cómplice y confidente de los grupos sociales que la habitan, pero no hay que dejar de lado que la ciudad también es construcción de estos; aunque pensada y planificada por especialistas en planos reguladores, etc., se va inventando y re-inventando por sus propios moradores. Por ello es que la ciudad evoluciona con la propia sociedad y con la propia historia del país o región donde está enmarcada. Ninguna ciudad es igual a otra porque sus habitantes no lo son.

El concepto de *polis* de los antiguos griegos (siglo VIII a. n. e) como centro político, social y cultural relacionada directamente con la independencia, es el punto de partida, como ya es sabido, de la configuración de las posteriores organizaciones del humano social en planificación de hábitat, y más acá en el tiempo, de la urbe contemporánea, pero sin dejar la verdadera esencia para la cual fue creada. En este sentido, es lógico que existan ciudades con mayor densidad y territorio que otras, lo cual va creciendo según tiempos y necesidades. A esta realidad no escapa Caracas, capital de Venezuela, país suramericano que por causa de su posición geográfica que abre las puertas a dicha parte del continente

¹ Contenido como nota preliminar de su libro *Las ciudades invisibles*, en la versión digital disponible en www.doooss.org/libros/ciudades_invisibles_Italo_Calvino.pdf [Consulta en: 25 mayo, 2016]

desde El Caribe, ha sido históricamente lugar de recepción de cantidad de foráneos que, unidos con las culturas nativas, han formado una nueva visión de la diversidad en desenvolvimiento urbano.

Caracas se encuentra ubicada al pie de una montaña que indistintamente ha sido llamada por su nombre originario *Warairarepano*² o Ávila, siendo Parque Nacional, según declaratoria mediante Decreto Ejecutivo N° 473, publicado en Gaceta Oficial N° 25.841 del 18 de diciembre de 1958, con una superficie para el momento de 66.192 Ha., a la que, para 1974, se le añaden 19.000 Ha., totalizando 85.192 Ha., todo lo cual le ofrece la ventaja de un agradable clima templado (entre 19 y 23°C), pero también una desventaja radicada en la imposibilidad de tener un crecimiento armónico y planificado, urbanísticamente hablando, en su espacialidad, por estar enclavada en un valle.

Como toda urbe ha pasado por varias transformaciones, desde la llamada ciudad de los “techos rojos”³ de la época Colonial⁴ cuando solo estaba constituida por casas de una planta (máximo dos) con techos de teja y grandes haciendas, pasando por el proceso de cambio instaurado con el presidente Antonio Guzmán Blanco (siglo XIX) con la construcción de grandes edificios para su “afrancesamiento” estético, la irrupción de la época petrolera (inicios del siglo XX), la llegada de una Modernidad tardía, hasta la contemporaneidad, dicha ciudad se abre paso para re-inventarse y también re-inventar a la sociedad que la sustenta.

Según acota la arquitecto María del Carmen Sánchez (2015):

La ola expansiva de desarrollo del país que se crea en los años cincuenta, tiene como consecuencia para la ciudad una entrada atropellada en una modernidad no bien comprendida y apoyada en la bonanza económica, producto del desarrollo petrolero y manejada como muestra de eficiencia por un gobierno militar con ideas desarrollistas y con el objeto de incorporar la ciudad al ritmo de desarrollo de las ciudades internacionales.

Esta avalancha edificatoria en un país sin los suficientes recursos humanos preparados profesionalmente en planificación y diseño urbano, conlleva la necesidad de contratación de expertos foráneos para acometer los planes urbanísticos y las obras públicas que demandaba el desarrollo planteado. Uno de los más influyentes asesores extranjeros para las propuestas de renovación urbanas de Caracas, fue el francés Maurice Rotival, contratado para la ejecución del Plan Monumental aprobado en 1940. (p.58)

² Voz de los indígenas caracas.

³ Para mayor información en el tema, se recomienda leer el texto de Enrique Bernardo Nuñez, La ciudad de los techos rojos.

⁴ La ciudad Santiago de León de Caracas fue fundada por el conquistador Diego de Losada, el 25 de julio de 1567, consiguiendo su nombre al unir la denominación del adherido santo patrono y el pueblo originario de sus tierras.

La incorporación de arquitectos y otros profesionales de la construcción, la ingeniería y el urbanismo trae consigo que Caracas se vea transformada en un tiempo breve, de la mano de especialistas llegados con ideas foráneas, sobre todo europeas. De modo que la ciudad empieza a dar paso a otras memorias e identidades donde los rascacielos, las amplias avenidas, las torres de oficinas, las plazas de encuentros y desencuentros sociales, toman los espacios que otrora fueran centros de haciendas o casas coloniales. Antes las chozas indígenas fueron derrumbadas para ser sustituidas por las casas coloniales, luego las casas coloniales son destruidas para que se asienten las construcciones “modernas”, después será el turno de la contemporaneidad, siendo muy poca la capacidad de dejar en pie los memoriales de la identidad de la ciudad; en este ámbito, no es casual que el escritor venezolano José Ignacio Cabrujas (citado por GONZÁLEZ CASAS Y MARÍN, 2008) expresara:

La sensación era tumbar y tumbar, edificar y edificar, pero sin que las personas que edificaran allí, en ningún momento, pensarán en la permanencia de los sitios. Por lo tanto para mí es fácil ahora decirlo; que Caracas es una ciudad provisional; que Caracas está construida sobre la base de una vieja manera de hablar de los caraqueños, de una vieja tradición caraqueña, que es “mientras tanto” y “por si acaso” (s/p)

A lo que añade el mismo Cabrujas (1994) en otro de sus textos: “Caracas es una ciudad donde no puede existir ningún recuerdo. Es una ciudad en permanente demolición que conspira contra cualquier memoria; ese es su goce, su espectáculo, su principal característica” (s/p) Todo lo cual trajo como consecuencia que los caraqueños -de nuevo con palabras de Cabrujas- sueñen con el día en que la ciudad sea de una vez por todas inaugurada, pues esperan la presencia de “una ciudad que se parezca a nosotros mismos; lo cual es virtualmente imposible, pero al mismo tiempo un delirio colectivo”. (s/p) Y este sentimiento está íntimamente vinculado con el arraigo y una identidad colectiva desde el ámbito cultural que no está descrita ni definida del todo.

Son muchos los ejemplos de la ciudad que dan fe de este afán por destruir la materialidad del pasado, tal vez por una falta de conciencia de la importancia de estos edificios, pues son, entre otras cosas, soportes de memoria (NORA, 1984), garantes de la historia de una ciudad y sus momentos socio-culturales. Pero toda esta destrucción no es producto del azar, pues sabemos que el interés por lo “moderno” ha socavado o pretendido hacerlo, lo “viejo” por considerarlo “pasado de moda”, y tampoco exclusiva del patrimonio construido, también se instala en las obras de arte diseminadas en la ciudad, sobre todo en las postrimerías del siglo XX y lo que va del XXI, las cuales son blanco fácil de agresiones por parte de los ciudadanos de la urbe, los agentes ambientales y sociales, consecuencia inmediata de ausencia de educación sobre el patrimonio cultural de la ciudad, lo que minimiza sus procesos de conservación y posibilidades de salvaguarda.

Minimización de la memoria o cuando el arte público entra en deterioro

Caracas es una ciudad de espacios que se van re-inventando, tanto por los urbanistas y arquitectos como por sus propios habitantes. Es muy común ver la desaparición de edificios y áreas verdes para dar paso a nuevas alternativas viales, tal como ocurrió en la segunda mitad del siglo XX con la incorporación de avenidas, plazoletas y otros elementos (ATIENZAR, 2015), cónsonos también con la llegada de mayor flujo de vehículos de motor y un crecimiento demográfico importante. Todo esto conlleva a la yuxtaposición de estéticas donde los barrios deprimidos económicamente hablando se develan desde la montaña circundante, poniendo al descubierto dicha realidad social, mientras que se convive con rascacielos, autopistas, sistemas de transporte altamente sofisticados (por ejemplo, el Metro y sus derivados⁵), lo que se combina con una serie de urbanizaciones y centros de comercio, además de parques, cabe destacar, de poca extensión.

Dentro de este panorama, hemos de resaltar que, en contraposición a la otrora “modalidad” de destruir las construcciones “viejas”, lo cual ha mermado con creces la capacidad identitaria del caraqueño, soslayada a focalizarse en sitios emblemáticos como los históricos relacionados con héroes de la independencia, se levanta el interés por embellecer los espacios de la ciudad incorporando obras de arte, con relevancia de grandes formatos del arte cinético y la escultura en diversos materiales y estilos. Alcaldías y empresas del Estado compran, entonces, creaciones de artistas de trayectoria que serán ubicadas en espacios públicos para el deleite de transeúntes, entre los que destacamos el Bulevar de Sabana Grande y el centro de la capital, lugares que para efectos de esta investigación son de significación pues a medida que ha pasado el tiempo, desde las primeras colocaciones en las postrimerías del pasado siglo hasta la contemporaneidad, han acontecido cantidad de situaciones de esplendor y minimización de la conservación de las esculturas, cuyo creciente deterioro pone en riesgo la salvaguarda de dicho patrimonio cultural y, una vez más, la memoria histórica de los habitantes de la ciudad.

El llamado progreso con su lógica de cambio y transformación se lleva por delante casi inevitablemente fragmentos enteros de su entorno cultural construido poco a poco. Con el paso del tiempo se pierden los lazos tangibles (las obras, los objetos), y también la memoria... (BALLART; TRESSERAS, 2007, p. 15)

Sabana Grande está ubicada en la parroquia El Recreo del municipio Libertador; en el siglo XVIII enlazaba el centro de la capital con las haciendas que la circundaban, durante el XIX sirve de escenario para la línea del tranvía, en el siguiente experimenta varias transformaciones de relevancia siendo una de las más significativas la consecuencia de la

⁵ Se incluye acá el Metrobus, el Metro Cable, el Bus Caracas, Cable Tren.

entrada de la ciudad a la Modernidad, cuando se convierte en conectora de importantes torres empresariales que circundan Plaza Venezuela y la vía al Este de la capital. Con la inauguración de la primera estación del Metro de Caracas en la década de 1980, se extiende el Bulevar, siendo una caminería de interés para el caraqueño, quien encuentra un lugar donde compartir ubicado en una zona de fácil acceso al transporte público sin estar en el propio centro de la ciudad, es decir, su visión no es la histórica relacionada con efemérides emancipatorias, sino vinculación con lo moderno, con lo nuevo.

El siglo XXI se abre paso desde el interés de recuperar el Bulevar que, se había convertido en emporio de comercio informal callejero, tráfico de sustancias ilícitas, prostitución, entre otros elementos; se comienza un proceso de rehabilitación del espacio con el retiro desde causa de ley, de dichos aspectos, y en 2007 la empresa Petróleos de Venezuela, a través del Centro de Arte La Estancia, "brazo social (...) destinado a la valoración, restauración, promoción y difusión del acervo histórico y artístico del país"⁶, se encarga de llevar a cabo dicho trabajo con apoyo de la Alcaldía del municipio Libertador y otros entes aliados del Estado, alcanzando el propósito de salvaguardar este patrimonio histórico-cultural de la ciudad.

Al ingresar a la página oficial del Centro de Arte La Estancia, luego de una breve descripción de la situación actual del paseo, se relatan las premisas y logros del proyecto de Rehabilitación Integral del Bulevar, entre las que destaca la siguiente: "Se creó un recorrido artístico con 12 esculturas y seis murales a lo largo y ancho del kilómetro y medio del Bulevar", dentro de lo cual se ha de resaltar que se convierte en una suerte de museo al aire libre, de acceso ilimitado, creado para el disfrute de todos los públicos dentro de cualquier horario, sin limitaciones, para el intercambio y la interacción. Y es en este punto donde nos vamos a detener.

Al realizar el recorrido por dicho Bulevar constatamos la situación de deterioro experimentada varias de las esculturas diseminadas a lo largo del mismo. Para efectos de este trabajo, debido a las limitantes de espacio, mostraremos tres de importancia por ser las más destruidas por la mano del humano, en este sentido es conveniente notar que el material de las piezas artísticas colocadas es cónsono con su ubicación ambiental y resistente a la interacción social, a pesar de esto, su violentación es evidente.

La primera que destacamos es la escultura "Viajero", que retrata a un hombre sentado en uno de los bancos del paseo, leyendo en su laptop, con su maletín a un lado. Dado que es de tamaño natural es muy propicia para que visitantes se tomen fotos en su compañía. Al observar su estado actual, evidenciamos la mutilación de la laptop; en este punto es de consideración el hecho de que la escultura en horas de la noche queda iluminada y plenamente expuesta a las miradas de usuarios y agentes policiales.

⁶ Disponible: http://www.pdvsaestancia.com/?page_id=574 acceso en 20/06/16.



Figura 1 - Escultura "Viajero". Nota importante: No se encontró placa identificadora de la obra. A mano derecha detalle de la laptop rota

Fotos: Acervo de la autora

Otra obra que tomamos para reforzar nuestro análisis sobre el deterioro es "Volumen 2011"⁷, de Francisco Narváez⁸, la cual, tal como se puede ver en la imagen, está rayada y sirve de depósito de desperdicios; transeúntes que en franco irrespeto a la creación artística, por desconocimiento o desidia, la sepultan en basura. Cabe destacar que el día que tomamos esta fotografía, tal como se puede ver, una caja de desperdicios estaba colocada justo encima de la ficha de identificación de la escultura, no obstante, lo más fuerte de esta situación no es la colocación de la basura per se, sino lo constante de esta acción y la violencia hacia el patrimonio cultural al escribir sobre la obra con pintura o con cincel y textos, estos últimos, difíciles de borrar. Esta escultura no solo tiene un alto valor en el mercado desde el punto de vista monetario, sino que se incrementa en su valoración como parte de la identidad nacional y la cultura latinoamericana, por causa de su autor.

⁷ La placa indica: "Vaciado/Piedra [ilegible] 140 x 57,5 x 58,5 cm. Colección PDVSA

⁸ Artista venezolano (1905-1982), uno de los más importantes escultores contemporáneos del país. En 1948, obtuvo el Premio Nacional de Pintura en el Salón IX Oficial de Arte Venezolano.



Figura 2 - Escultura "Volumen 2011"

Foto: Acervo de la autora. A la izquierda de muestra la escultura con detalle en el vaso plástico colocado sobre la misma. A la derecha se puede observar la caja de basura recostada a la obra y sobre la placa identificatoria



Figura 3 - Se muestra la escultura en su totalidad, señalando la base rayada

Foto: Acervo de la autora

Luego tenemos la escultura tamaño natural creada por Johan González⁹, ubicada en la parte final del Bulevar, cercana a Chacaíto, realizada en honor y como memorial al gran artista plástico venezolano Armando Reverón (1889-1954), Premio Nacional de Pintura (1953), y cuyos restos fueron recientemente¹⁰ trasladados al Panteón Nacional, exaltando la importancia de su persona y obra. Dicha creación ha sido, así como las anteriormente acotadas, blanco de vandalismo: se han mutilado los dedos de las manos, el rectángulo que semeja el lienzo ha sido partido, la superficie de la cara, así como otras partes de la escultura, está totalmente rayada con objeto punzante, hay nombres de personas escritos con cincel en la parte baja de la chaqueta y mangas, mientras que, en este caso producto de la ausencia de procesos de conservación, el calzado tiene una fuerte fisura en vertical.



Figura 4 - Vista completa de la escultura en Memoria de Armando Reverón
Foto: Acervo de la autora



Figura 5 - Detalle del rostro donde se observan las rayas. Escultura de Reverón
Foto: Acervo de la autora

⁹ En la placa se lee: "PDVSA La Estancia. Brazo social y cultural de nuestra industria petrolera. En memoria del gran artista plástico Armando Reverón (1889-1954) Maestro de la luz, muñequero, arquitecto popular, titiritero alquimista de lo cotidiano, de coletos y trapos hiciste lienzos inmortales. El fuego de tu visión aún nos conmueve e ilumina. Eterno es el azul de tu Macuto y tu empíreo es el más celeste de Los Castilletes. Escultor Johan González. Técnica resina, 2012. 1.60 mts.

¹⁰ 10 de mayo de 2016, en ocasión del Día del Artista Plástico.



Figura 6 - Detalle de la mano con dedos mutilados
Foto: Acervo de la autora



Figura 7 - Detalle del calzado y pantalón con fisura
Foto: Acervo de la autora



Figura 8 - Detalle de lienzo partido.
Foto: Acervo de la autora.

A pesar de estas realidades, aun hoy se puede leer en la página oficial del Centro de Arte La Estancia, sobre el Eje Patrimonial:

Con el propósito de fortalecer la cultura e identidad venezolana, PDVSA La Estancia se ha empeñado en devolver el esplendor y la grandeza al patrimonio artístico y urbano, de excepcional valor para la nación y que ha sufrido los embates del tiempo o del olvido.¹¹

Cuestión que es interesante si se analiza la situación de conservación y salvaguarda de estas obras de arte que forman parte de la memoria histórica de la ciudad, pues tal parece que está fallando la puesta en marcha de planes en esta área y la aplicabilidad de políticas públicas que promuevan el fortalecimiento de proyectos con durabilidad que impulsen la guardia y custodia de las obras de arte ubicadas en espacios públicos y, a la vez, sustenten proyectos educativos desde la escuela y en lo social, que trabajen en la sensibilización hacia el hecho artístico y el conocimiento, el respeto y la valoración, siendo solo posible luego poder acceder a una ciudadanía con consciencia integral de recuperación de la armonía de la urbe contemporánea y la salvaguarda de sus objetos patrimoniales.

En otro extremo de la ciudad, nos ubicamos en el centro, concretamente en la Plaza Francisco Narváez, a la entrada de la estación del Metro La Hoyada, allí destacamos las esculturas siguientes.

Del propio Francisco Narváez, la obra titulada, según lo indica el rótulo identificador en su base, "Armonía de volúmenes y espacios", año 1982. Tal como se puede observar en la fotografía, está colocada frente a una de las salidas de la estación del Metro, en una zona muy transitada. El día que capturamos la imagen estaba presente vigilancia policial, habían quitado la mayoría de los buhoneros, y por lo visto limpiado, pues la basura no era tan excesiva. Tal como se ve la obra está deteriorada, se han fijado carteles sobre su base.

¹¹ Disponible http://www.pdvsaestancia.com/?page_id=462 acceso en 11/06/16.



Figura 9 - Detalle lateral de la obra de Narváez, plaza que lleva su nombre.

Se observa la marca de carteles y el deterioro en su base

Foto: Acervo de la autora

Al detenernos en la obra pudimos constatar que los trabajadores informales que hacen vida allí, tal como se verá en las entrevistas, no conocen la importancia de esta muestra de arte y los públicos colocan a su lado basura, las personas se recuestan de ella, entre otros detalles que merman su integridad. Los policías presentes tampoco parecen estar al tanto y no hacen nada para impedir que esto continúe sucediendo.



Figura 10 - Se muestra caja de basura y persona recostada a la obra.
Papeles pegados encima del identificador en la base

Foto: Acervo de la autora

La otra obra presente en dicha plaza es de la escultora venezolano-chilena Ana Avalos¹². Como se verá en las imágenes, se encuentra en un preocupante estado de deterioro. Por su ubicación es base para basura, artículos de vendedores ambulantes, asiento para bebés, mesa para objetos, en fin, es tal la desidia a la que se expone que está prácticamente a la deriva en cuanto a conservación y, más aun en lo que respecta a su salvaguarda. En este punto hemos de destacar que es interesante el estado de ausencia de interés porque la escultora en cuestión es cónyuge de un reconocido político y periodista¹³, lo cual hubiese reforzado el cuidado no solo de dicho patrimonio sino de los restantes de la ciudad.

¹² En el identificador solo está los datos: "Autor: A. Avalos. Long. 180 Alt. 104. Ancho 84 cms. año 1985". No hay información del título de la misma.

¹³ Se refiere a José Vicente Rangel fue Ministro de Relaciones Exteriores (1999-2001), Ministro de la Defensa (2001-2002), Vicepresidente de la república (2002-2007)



Figura 11 - Vista completa de la obra de Ana Avalos
Foto: Acervo de la autora

A continuación mostramos detalles del estado de deterioro de esta obra escultórica ubicada en el centro de la ciudad de Caracas.



Figura 12 - Señalamos desgaste del material en una de las piernas, faltante de material de la base, roto en el lateral
Foto: Acervo de la autora



Figura 13 - Vista lateral de la obra
Foto: Acervo de la autora



Figura 14 - Detalle de pie, destaque el vaso plástico y lo destruida que está la base de la obra
Foto: Acervo de la autora



Figura 15 - Detalle de deterioro parte lateral de la mujer
Foto: Acervo de la autora



Figura 16 - Detállese la fisura del pie y talón
Foto: Acervo de la autora



Figura 17 - Detalle de pieza. Se observa su deterioro

Foto: Acervo de la autora

Escuchando la perspectiva de los actores de la ciudad

Partiendo de las premisas sobre identidad cultural donde se habla de las diferencias como punto de partida de dicho constructo social, sabemos que el sentido de pertenencia es fundamental para que ésta se pueda dar.

Tomamos en cuenta los actores sociales públicos para entrevistar desde el aspecto de ubicación, es decir, alguien que estuviese sentado, parado, recostado, etc., en alguna de las esculturas; vendedores ambulantes que están allí permanentemente; o tomándose fotos con la obra. Por otro lado, conversamos con tres docentes de una escuela de la parroquia El Recreo, concretamente en Chacaíto, correspondientes a Educación Básica (4to, 5to y 6to grado) con la finalidad de conocer sus apreciaciones sobre el arte y las esculturas en deterioro del Bulevar, qué tipo de instrucción dar en aula al respecto y qué hacen con sus alumnos en dicho lugar que los circunda.

Para entrevistar a transeúntes del Bulevar de Sabana Grande, establecimos fundamentalmente tres preguntas generadoras:

1. Supongo que es asiduo visitante del Bulevar. ¿Por qué le gusta venir para este lugar?
2. ¿Qué le parece esta escultura que tiene a su lado? ¿Por qué cree que está tan deteriorada?
3. ¿Qué propondría usted para conservar y cuidar esta obra de arte?

Solo como modo de muestra para el presente trabajo acotamos las siguientes respuestas, aunque cabe destacar que el público abordado hasta los momentos han sido 25 personas, indistintamente en distintos días y momentos. En la pregunta primera **A** (mujer joven con niño de aproximadamente 3 años) expresa: *“Si, siempre vengo porque me siento en un banquito, comemos helado y pasamos un rato agradable porque el niño se monta en el tobogán¹⁴ y juega sin problema, además, como yo no tengo carro, me vengo en el Metro, veo las tiendas y nos distraemos a veces con amigas con las que nos encontramos aquí.”* **B** (hombre vendedor de forros para celular, recostado con el pie colocado sobre la escultura de Narváez) en relación a la segunda, con cara de asombro al escuchar que eso es una escultura, aunque se ve que lo sabe: *“Oye, no sé, es que no hay vigilancia. Disculpa, me recosté un momento”* (Se retiró sin añadir otro argumento). **C** (vendedora de tienda de aproximadamente 60 años de edad) dice al preguntarle la opción tercera: *“¡Ay miya esto es un desastre! Yo que estoy aquí desde hace años trabajando te puedo contar de todo, desde prostitutas paradas sobre la estatua del hombre con la computadora que está aquí enfrente, que por cierto es chévere para tomarse fotos para el facebook, hasta chamos rayándola no se ni para qué. A mí me dan ganas de gritarles que dejen eso, pero capaz que me insultan porque no hay respeto, entonces me quedo callada, además, antes había vigilancia, sabes, la policía, guardias, pero ahora nada de eso. Y cada día el Bulevar se va deteriorando, como dices tú y uno ahí mirando con rabia, pero qué más.”*

En la entrevista a docentes, se formularon las siguientes interrogantes:

1. ¿El curriculum escolar de qué manera incluye la información sobre el arte?
2. ¿Usted en sus clases instruye a los alumnos sobre las obras que están diseminadas en el Bulevar de Sabana Grande, sus detalles de autor, materiales, importancia para conservar la identidad del caraqueño y la necesidad de cuidarlas para evitar su deterioro?
3. ¿Qué acciones hace desde la escuela para que los alumnos visiten el Bulevar en aula para conocer las esculturas y así realizar tareas para su cuidado y conservación?

¹⁴ El propio Centro de Arte La estancia también ha colocado diversos juegos infantiles.

De las respuestas de las docentes entrevistadas en la escuela en líneas generales pudimos inferir que se evidencia en ellas un desconocimiento preocupante sobre el hecho artístico como tal, las medidas de conservación social de las obras y de los detalles en sí. **A** (de aproximadamente 50 años de edad) nos responde que ella en 4to grado hace actos culturales con sus alumnos sobre todo en el área de danza tradicional, para reforzar “la venezolanidad”. **B** (docente de 5to grado, mujer menor de 30 años de edad) respecto a la segunda pregunta: *“Yo recuerdo cuando comenzó PDVSA La Estancia a colocar las esculturas, ya habían quitado los buhoneros esos que tenían tan feo el Bulevar, con esos pocos de ranchos vendiendo ropa, en ese entonces lo limpiaron, lo acomodaron, y pusieron adornos, dígame en Navidad, ¡qué lindo! Entonces pusieron esculturas y uno se tomaba fotos, bueno aun jeje, con la del hombre sentado con la laptop, y luego el que pusieron que está asomado recostado, a mí me da lástima cómo está ahora, sucio, de nuevo están volviendo los buhoneros, las obras que usted me dice y otras, todas rotas, pintadas, grafiteadas, horrible. Parece que a nadie le importa y ese es un trabajo entre la gente y las autoridades porque yo me pregunto, por qué no las cuidaron más, antes habían los guardias patrimoniales ¿se acuerda? Ahora ni idea. Esas esculturas, ese Bulevar es parte de nuestra identidad, de Caracas, hay que cuidarlo, y siempre se lo digo a mis niños.”* “¡Caramba! Yo no se de qué material están hechas esas estatuas, ¿será cobre, y por eso los recogelatas¹⁵ se lo roban? Aquí cerca hay una de Reverón, no se quién la hizo, pero es hermosa”.

En relación a la tercera pregunta, **C** (docente de 6to grado, mujer de más 40 años) expresó: *“Para cuidar las estatuas y las otras obras que están en el Bulevar hace falta voluntad, porque no se debe dejar eso solo a la gente, ahí no hay policías y si están es cogiendo sombra debajo de los árboles, no son capaces de cuidar para que no roben, ahora imagínese qué les importa las estatuas, tan bonitas. Es un trabajo que debe ser conjunto. Antes PDVSA estaba pendiente, habían guardas y tal, pero desde el año pasado nada, no hay nadie”* “Oye, aunque los alumnos están más grandes, como son memores hay que pedir permiso en la Zona y es un problema para sacarlos de la escuela, además un riesgo, por eso yo prefiero quedarme aquí en aula y hacer otras actividades, si vienen otros de afuera mejor”.

Hemos de destacar en este punto dos aspectos importantes: se llaman “estatuas” a las esculturas, es decir, no se sabe la diferencia que una y otra, no se imparten clases de disciplinas artísticas con conocimientos pleno (luego veremos la ley en cuestión) y ponen como excusa lo complicado de trasladar a los alumnos a ver las obras, por lo cual no lo hacen, lo que repercute en la relación directa con el Bulevar que tienen tan cerca.

Al trasladarnos al centro de la ciudad, establecimos la misma metodología con similares interrogantes, obviamente adaptadas a la realidad de la zona, concretamente la Plaza Francisco Narváez, ubicada en La Hoyada. De los transeúntes obtuvimos respuestas como la de **A** (mujer de aproximadamente 40 años de edad que va caminando hacia el Metro), en la pregunta primera: *“La verdad paso por aquí rápido porque tengo que meterme*

¹⁵ Moradores da rua.

en el Metro, pero esto da miedo, hay mucha inseguridad, y tú ves allí a los policías, pura bulla, parados y como de adorno. Como te digo paso por aquí porque no me queda de otra.” **B** en relación a la primera (vendedora joven, de cigarrillos y caramelos que también alquila llamadas telefónicas): “Esa que es como una muñeca acostada es bonita, pero está siempre toda sucia, está rayada, yo creo que es porque la pusieron ahí, eso debería estar en otra parte no sé, tal vez en un museo, un parque. Ahora las piedras esas, no sé, son como raras jeje, pero hay que cuidarlas, pero no hay vigilancia, aquí todo el mundo hace lo que le da la gana”. **C** (policía de Caracas) expresa sobre la pregunta tercera: “Lo que pasa es que la gente no ayuda, no cuida, botan los papeles al piso, uno les dice algo y no le paran, y hasta se ponen bravos, y si entonces actuamos dicen que somos unos déspotas, que los tratamos mal, cuando estábamos junto con la Guardia¹⁶ era más fácil porque aquí es tenso, no crea, no es fácil. Y yo creo que todo es educación, educación, en la casa, los padres, hogar, y bueno, el colegio también.”

En la escuela abordada como piloto para el trabajo, ubicada en el centro de la ciudad cercana al sector La Hoyada, hablamos con igual número de docentes de los mismos grados, con las mismas interrogantes, en este sentido, al decantar las respuestas tenemos que **A** (maestra de 4to grado de más de 50 años de edad) nos indica respecto a la pregunta primera: “El currículum actual habla de la diversidad cultural, la Historia, la ética, pero la parte del arte lo lleva un especialista. Aquí, por ejemplo, tenemos un muchacho muy bueno de teatro, ha montado cosas excelentes con los niños, pero las otras áreas nosotras tratamos de tocarlas, pero es mucho trabajo que no sabemos de todo, es decir, no es mi área, por ejemplo, pero intento hablarles más allá de lo que está en el texto escolar.” Respecto a la segunda, **B** (maestra de 5to grado, de edad similar a la anterior), respondió: “Si te soy honesta, no sabía ni que ese lugar se llamaba Plaza Francisco Narváez. Las obras las he visto, pero paso volando porque esa zona es bastante peligrosa, le falta amor, hay mucha desidia. Estoy convencida de que eso es una cosa de hogar, que desde la casa se eduque a los niños para que no ensucien las calles, no rayen las paredes, cuiden, eso es importante, el cuidado. Nosotros también desde la escuela, reforzar eso, pero los padres piensan que la escuela es la única responsable de la educación de los hijos, pero la escuela forma, y la casa es fundamental. Aquí en la escuela educamos a los alumnos para conservar el ambiente, la ciudad, el Metro, pero si desde la casa no se contribuye, no podemos hacer mucho.”

Mientras **C** en relación a la pregunta tres acota algo muy parecido a la docente **C** de la escuela de Sabana Grande, “Es un problema hacer actividades fuera de colegio por el asunto del permiso, ya sabe, la Zona, la LOPNNA, es un problema, entonces uno se queda aquí, además, los padres, con el asunto de la inseguridad, también se niegan a que saquemos a los niños del colegio, eso limita porque a mí me gustaba mucho llevarlos al museo¹⁷, pero, bueno, ya no se puede.” “Para el cuidado de la Plaza, de las obras que me dice, bueno, es un trabajo en conjunto, o sea, la gente que está allí, los que pasamos, pero también los buhoneros, que

¹⁶ Se refiere a la Guardia Nacional Bolivariana, que es un cuerpo de seguridad militar.

¹⁷ Se refirió específicamente al de Ciencias

ensucian todo, y no limpian, pero también los policías, que están pendientes que ver que le roban a los propios buhoneros y no de lo que tienen que estar pendientes, pasan con las motos y ni miran que las esculturas tienen basura, nada, ese es un trabajo, como le dije, de todos. Además los padres no dan el ejemplo, botan los papeles al piso y los niños hacen lo mismo, claro, eso es lo que les enseñan.”

En el Curriculum Nacional Bolivariano vigente se expresa, entre los objetivos fundamentales:

Darle direccionalidad a las políticas educativas en relación a los aspectos diosincrásicos, históricos, políticos para la formación del nuevo republicano y la nueva republicana, con apego a la Patria y con una clara identidad sociocultural, vinculada a las necesidades y realidades venezolanas, latinoamericanas y caribeñas. (MPPE, 2007, p. 57)

Y entre los ejes integradores, destacamos el de la Interculturalidad, apoyada en los preceptos constitucionales de la sociedad venezolana multiétnica, pluricultural y plurilingüe, lo cual es parte de la formación de la identidad venezolana.

La pluriculturalidad se expresa en la diversidad de culturas que coexisten en nuestro país, definidas por la diversidad geográfica y la diversidad étnica expresada en el origen de nuestra nacionalidad; así como en la existencia de los pueblos originarios, los pueblos afrodescendientes y de origen diverso. El SEB¹⁸ garantiza el respeto y reconocimiento de la pluriculturalidad originada por tal situación concreta. (MPPE, 2007, p. 57)

Lo anteriormente citado debería tocar también la obligatoriedad de respetar y cuidar las obras de arte de la ciudad, pues son parte de dicha identidad. Como se observa hay denominadores comunes, entre los que destaca, la poca o ninguna información sobre las obras de arte colocadas en dichos espacios públicos, la falta de vigilancia sobre ellas y los lugares por parte de las autoridades pertinentes, ausencia de sensibilización hacia el hecho artístico tanto en los públicos como en la escuela, ausencia de una verdadera y eficaz acción en políticas públicas en materia cultural que promueva tareas concretas para la conservación y salvaguarda del patrimonio colocado en espacios de libre acceso, ausencia de un seguimiento del desarrollo de programas urbanos. Todo lo cual nos lleva a entender que las intenciones de cambiar la imagen estética de la ciudad y darle un rostro desde la identidad cultural basada en las creaciones de sus artistas emblemáticos, y no tan conocidos, pero que se involucran con lo tradicionalmente caraqueño o nacional, no es suficiente si no existe una formación a la ciudadanía desde

¹⁸ Sistema Educativo Bolivariano.

la casa y con énfasis en la escuela, a lo largo de todo el sistema educativo formal, además de una continua información desde el conocimiento y la sensibilización en respeto a lo que está presente en la calle.

Acciones a seguir para preservar la memoria histórico-cultural de la ciudad

Luis Molina (2007), citando a Ballart, expresa que “Las culturas han desarrollado dos nociones del tiempo: el tiempo que pasa, propio de las sociedades que han elaborado un discurso histórico, y el tiempo que perdura, característico de las sociedades que han elaborado un discurso mítico” (p. 130); en la ciudad el tiempo es efímero y violento a la vez, pasa rápidamente porque está a la par de las personas que la habitan. La movilidad vehicular y de gente, junto a agentes ambientales operantes, son causa fundamental de transformaciones regidas sobre las construcciones y objetos estéticos urbanos, donde el arte se vincula con procesos de cambio para disfrute estético en su incorporación a las calles, pero muchas veces sin fundamentación más allá de lo meramente intencional.

En Caracas parece no haber planificación para la conservación y salvaguarda de las esculturas colocadas en espacios públicos, también está fallando el seguimiento de proyectos ejecutados, a lo que hay que agregar la falta de información en educación sobre el arte y el tema patrimonial dirigida a diversos públicos, siendo la escuela y agente potenciador de formación ciudadana en valores. Dentro de todo este panorama que hemos esbozado brevemente en este trabajo, nos preguntamos: ¿Qué hacer ante tanta desidia sobre las obras de arte en deterioro de la ciudad? ¿Cómo educar al ciudadano común adulto para sensibilizarlo hacia el arte y su valor patrimonial como identidad nacional? ¿Cuáles mecanismos se deben implementar, más allá de las políticas públicas, para la conservación y salvaguarda efectiva de nuestro patrimonio cultural? ¿Dónde está la falla, en la escuela, en la formación de hogar, en las leyes? ¿Por qué no se respeta el arte vulnerando su integridad?

Estas interrogantes son parte del trabajo que hacemos, despertar conciencia sobre lo que está sucediendo en Caracas concretamente, con las obras de arte que están en los espacios públicos de calle. Hay desinformación, falta de educación desde la escuela porque en la mayoría de los casos los propios docentes desconocen el tema y el propio curriculum escolar no se aboca a esto, y lo que nos parece realmente el meollo del asunto, no hay voluntad política para cuidar las obras e implementar (o continuar los planes que se habían adelantado) estrategias para educar a la ciudadanía y evitar, lo que es más fácil y barato que restaurar o rehabilitar.

Para finalizar hemos de destacar que las fotografías mostradas en este artículo fueron tomadas en junio de 2016, pero hemos seguido el creciente deterioro de estas y otras obras diseminadas en la ciudad, lo cual nos lleva a establecer criterios sobre la

cuidad y sus encuentros y desencuentros frente al arte, la estética desde la posibilidad de ver desde la educación una posible solución para la conservación de nuestro patrimonio.

Referencias

ATIENZAR, S. de. Los planes urbanos y la pérdida del patrimonio. La Modernidad de Caracas y Valencia en 1950. In: GONZÁLEZ MUÑOZ, J. (Org.) **Ser de imagen y de signo: Abordajes sobre el Patrimonio Cultural**. Caracas: FEULAC, 2015.

BALLART, J.; TRESSERAS, J.J. **Gestión del Patrimonio Cultural**. Barcelona: Ariel, 2007.

CABRUJAS, J. I. **Catia (Según Cabrujas)** URL:<http://prodavinci.com/2012/04/04/artes/catia-segun-cabrujas/>, Texto originalmente publicado en: Milagros Socorro. *Catia, tres voces* Fundarte, Caracas, 1994

CALVINO, I. **Las ciudades invisibles**. URL: www.ddooss.org/libros/ciudades_invisibles_Italo_Calvino.pdf. Acceso en 25 jun. 2016

GONZÁLEZ, L.; MARÍN, O. Tiempos superpuestos: arquitectura moderna e “indigenismo” en obras emblemáticas de la Caracas de 1950. **Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural - Journal of Cultural Heritage Studies**. Bogotá, v. 21, n. 2, 2008, pp. 267-279. URL: http://www.scielo.unal.edu.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632008000200009&lng=pt&nrm=iso&tling=es Acceso en 10 jun. 2016.

MINISTERIO DE PODER POPULAR PARA LA EDUCACIÓN. **Currículo Nacional Bolivariano. Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas: Fundación Centro Nacional para el Mejoramiento de la Enseñanza de Ciencia (CENAMEC), 2007.

MOLINA, L. (2007) La conservación del patrimonio cultural en Venezuela: Nuevas oportunidades a partir de 1999. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 13 n. 3-dic. 2007, pp. 129-145 URL:http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112007000300009, Acceso en 05 jun. 2016.

NORA, P. **Entre Memoria e Historia: La problemática de los lugares**. URL: cholonautas.edu.pe/memoria/nora1.pdf. Acceso en: 02 abr 2016.

SANCHÉZ, M. (2015) Plaza Venezuela. Paisaje del tiempo. In: GONZÁLEZ MUÑOZ, J. (Org.) **Ser de imagen y de signo: Abordajes sobre el Patrimonio Cultural**. Caracas: FEULAC, 2015.

VELÁSQUEZ, R. Venezuela pluriétnica: el otro y la diferencia. In: MATO, D. (Coord.) **Diversidad cultural y construcción de identidades**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1993.

DE SÃO PAULO



Centro Paula Souza
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia
04313-000 • São Paulo • SP
www.cps.sp.gov.br



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**